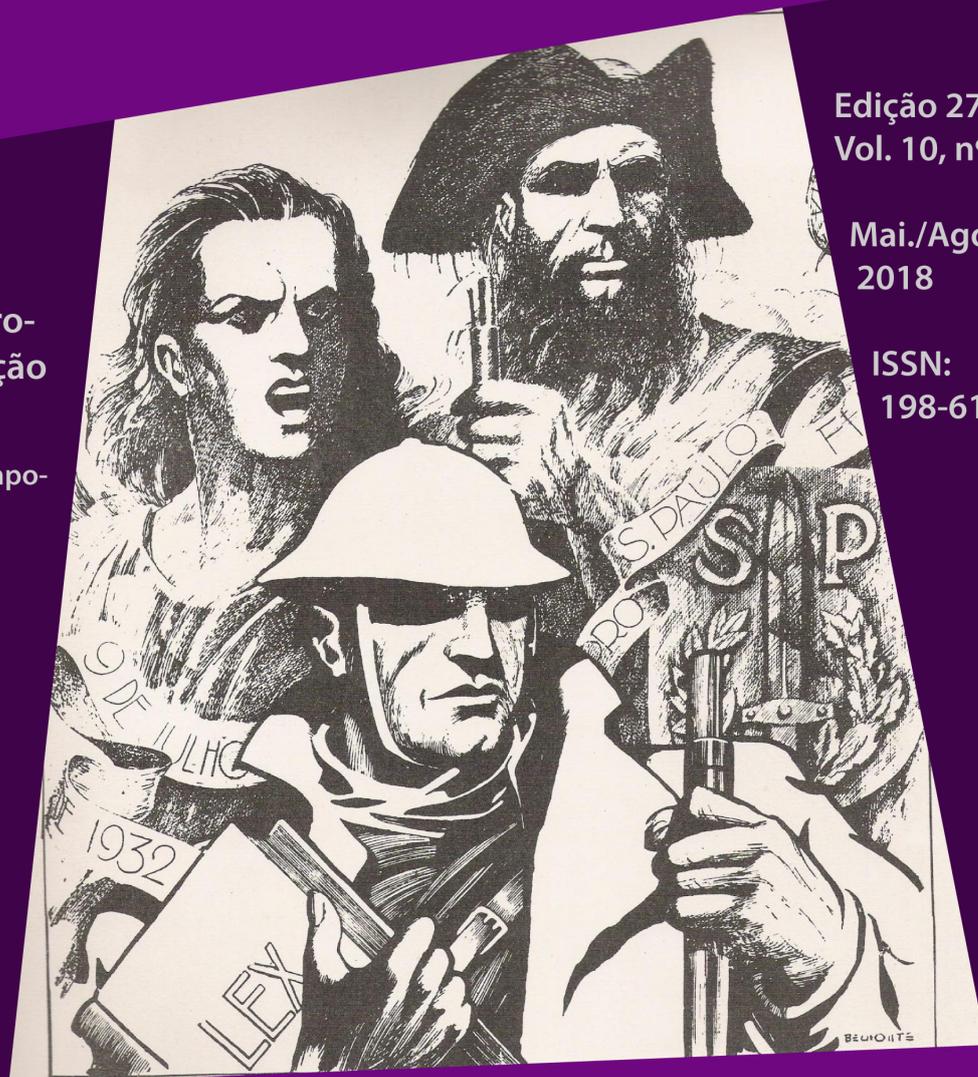


Temporalidades

Revista de História

Revista Discente do Programa de Pós Graduação em História da UFMG

seer.ufmg.br/index.php/temporalidades



Edição 27 -
Vol. 10, nº2

Mai./Ago.
2018

ISSN:
198-6150

Dossiê Temático:

**Mitos e Imaginários
Políticos na História**

Dossiê Temático:
Mitos e Imaginários Políticos na História

Edição 27 -
Vol. 10, nº2

Mai./Ago.
2018

ISSN:
198-6150



LUTO:
Museu Nacional

Rio de Janeiro



Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
Edição 27, v. 10, n. 2 (mai./ago. 2018) – Belo Horizonte: Departamento de
História, FAFICH/UFMG, 2018.

Quadrimestral a partir de 2013

Títulos e resumos em português e inglês

ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>

<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)

Periódicos Capes (Brasil)

Latindex (México)

Diadorim (Brasil)

Open Aire (U. E.)

PKP Index (Estados Unidos)

Livre! (Brasil)

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.

31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil

e-mail: temporalidades@gmail.com

homepage: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Janeiro/2018.

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Orestes Diniz Neto

Departamento de História

Chefe: José Newton Coelho Meneses

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Mauro Lúcio Leitão Condé

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Comissão Editorial 2018/2019

Camila Neves Figueiredo

Carmem Marques Rodrigues

Flávia Gomes Chagas

Hélia Costa Moraes

Luiz Felipe Anchieta Guerra

Stéfany Sidô Ventura

Thayná Cavalcanti Peixoto

Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG) Eliana Regina de

Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCEG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

Conselho Editorial Consultivo Internacional

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)

Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul Valéry, Montpellier III)

Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)

Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)

Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)

Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão

Camila Neves Figueiredo

Carmem Marques Rodrigues

Flávia Gomes Chagas

Hélia Costa Moraes

Luiz Felipe Anchieta Guerra

Stéfany Sidô Ventura

Thayná Cavalcanti Peixoto

Diagramação

Stéfany Sidô Ventura

Capa

Imagem: Fotografia de Ricardo Moraes (2018).

Fonte: <https://bit.ly/2zDmfVA>

Montagem por Luiz Felipe Anchieta Guerra

Open Journal Systems/Banco de Dados

Carmem Marques Rodrigues

Flávia Gomes Chagas



Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Alessandra Pinto Antunes do Vale (UFRRJ)	Francisco Assis de Queiroz (USP)
Amanda Silva (UFCA)	Gislene Edwiges de Lacerda (UNINOVE)
Américo Oscar Guichard Freire (CPDOC-FGV)	Gustavo Correia Vieira (PUC-RS)
Ana Margarida Pereira (UFAL)	Heitor de Andrade Carvalho Loureiro (FMU)
Ana Maria Petraitis Liblik (UFPR)	Henrique Martins Silva (UFG)
Ana Paula Sampaio Caldeira (UFMG)	Hudson Campos Neves (UDESC)
André Barbosa Fraga (UNIRIO)	Humberto da Silva Miranda (UFPE)
André Sekkel Cerqueira (USP)	Iberê Moreno Rosário e Barros (PUC-SP)
Antonio Henrique Pinto (IFES)	Igor Lapsky da Costa Francisco (UPE)
Aryana Lima Costa (UERN)	Isaac Ribeiro (IFMG)
Carla Menegat (IFSUL)	Isabel Cristina Leite da Silva (UFF)
Carlos André Silva de Moura (UPE)	Ismar Silva Costa (UFG)
Carolina Dellamore Batista Scarpelli (UFMG)	Ivan Lima Gomes (UFG)
Caroline Pacievitch (UFRGS)	Iverson Silva (UFJF)
César Augusto Martins de Souza (UFP)	Jean Carlos Pereira da Costa (Université Paris 1)
Claudia Musa Fay (PUC-RS)	João de Azevedo e Dias Duarte (PUC-RJ)
Cristiane Medianeira Ávila Dias (UFRGS)	João Maurício Gomes Neto (UNIR)
Daniel Alves Boeira (UDESC)	Juliana de Mello Moraes (FURB)
Diego Carvalho da Silva (UFF)	Laíla Luna Liano de León (UFF)
Diego Omar da Silveira (UEA)	Lígia Arantes Sad (IFES)
Durval de Albuquerque Jr. (UFRN)	Lívia Bernardes Roberge (UFMG)
Edimar Brígido (UNICURITIBA)	Luís Fernando da Silva Laroque (UNIVATES)
Edson Silva de Lima (UNIRIO)	Luiz Mário Ferreira Costa (USP)
Eduardo Silveira Netto Nunes (UnivBrasil)	Marcílio Lima Falcão (UERN)
Eliza Vianna (FIOCRUZ)	Márcio dos Santos Rodrigues (UFAM)
Érika Azevedo	Marcos Horácio Dias (PUC-SP)
Fabiana Francisca Macena (SEEDF)	Marcos Jovino Asturian (IFFar)
Fábio Querido (UNICAMP)	Marina Alves Amorim (FJP)
Felipe Castilho de Lacerda (ibero-Amerikanisches Institut Berlin)	Marina Assis Fonseca (UFMG)
Fernando Comiran (FURG)	Marina Rockenback de Almeida (UFRJ)
Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)	
Francis Cotta (FPL)	



Martinho Guedes dos Santos Neto (UFPB)
Maurício Barros de Castro (UERJ)
Mauricio Pelegrini (Unicamp)
Patrícia de Souza Faria (USP)
Patricia Cardoso Azoubel Zulli (USP)
Pedro Henrique Barbosa Montando de Araújo (UFMG)
Raquel Costa Santos (UESB)
René Lommez Gomes (UFMG)
Ricardo Sontag (UFMG)
Ricardo Turatti (UNICAMP)
Roberta Scheibe (UFC)
Rodrigo Henrique Ferreira da Silva (UFOP)
Silvia Regina Liebel (UFMG)
Tatiara Ferranti (UFPA)
Thiago Bastos de Souza (UERJ)
Thiago Monteiro Bernardo (UFRRJ)
Tiago Bradão Mascarenhas de Azevedo (UTFPR)
Wagner Rodrigues Valente (UNIFESP)
Wesley Santos de Matos (UESB)
Zeli Company (PUCRS)



SUMÁRIO

Editorial: “Mitos e Imaginários Políticos na História”8-12

Dossiê

Apresentação do Dossiê.....13-18

Prof. Dr. Virgílio Coelho de Oliveira Júnior

Quando o autoritarismo entra em cena: o papel da IV Região Militar na repressão à UFMG em 1964 / When authoritarianism acts on: the role of the Fourth Military Region at the UFMG's repression in 1964 19-33

Alexander da Silva Braz

O imaginário social na instauração da República em Portugal e na ditadura de Sidónio Pais: contrastes e aproximações / Social imaginary during First Portuguese Republic and during the Sidonio Pais dictatorship34-57

Ana Maria Saldanha

A aviação como elemento estratégico para o fortalecimento do mito Vargas / La aviación como elemento estratégico para el fortalecimiento del mito Vargas58-72

André Barbosa Fraga

Formação do Partido dos Trabalhadores em Cuiabá (1979-1985) / Formation of the Workers' Party in Cuiabá (1979-1985)73-85

Elói Felipe de Oliveira Thomas

Representando a Grande Guerra: a revista *O Malho* e o Mito da Experiência de Guerra/ Representing the Great War: the “*O Malho*” magazine and the *Mith of the War Experience*86-112

Fernanda Bana Arouca

“Vá à luta você”: o mito da juventude revolucionária no processo de redemocratização (1979-1985)/“Go to the fight, you”: the myth of the revolutionary youth in the process of redemocratization (1979- 1985)113-129

Luís Felipe Fernandes Afonso

Discutindo a historiografia *artiguista*: o passado rural como argumento de autoridade/ Discutiendo la historiografía artiguista: el pasado rural como argumento de autoridade130-153

Pedro Vicente Stefanello Medeiros



A Estela Poética de Tutmés III: divinização do faraó ou interdependência? / The Poetical Stelae of Thutmose III: pharaoh divinization or interdependency?154-172

Rafael dos Santos Pires

A teoria “anarco”capitalista segundo artigos publicados no *site* do Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) e a noção “libertária” de anarquismo / The “anarcho”capitalist theory from the articles published at the Ludwig von Mises Brazil Institute’s *site* and the “libertarian” notion of anarchism.....173-185

Raphael Almeida Dal Pai

Interpelação das massas, esquerdismo, agitação e demagogia: as análises de Armando Fay de Azevedo acerca das eleições no Rio Grande do Sul (1958/1962) e a construção do mito do populismo/ Interpelation of the masses, leftism, agitation and demagogy: the analyzes of Armando Fay de Azevedo about the elections in Rio Grande do Sul (1958/1962) and the construction of the myth of populism186-205

Samuel da Silva Alves

Artigos Livres

A ilha da Utopia como ponto de chegada / The island of Utopia as the point of arrival206-225

Eduardo Leite Lisboa

Pela noite dos dragões: Caio Fernando Abreu e a escrita do tempo na experiência da aids/ By the night of dragons: Caio Fernando Abreu and writing of time in the experience of aids

.....226-253

Guilherme da Silva Cardoso

Darwin foi um darwinista social? / Was Darwin a social darwinist?254-276

José Costa Júnior

Um olhar sobre a formação histórica do município de Novo Xingu-RS: um passado que se faz presente / A reflection about historical information of the municipality of New Xingu-RS: a past that has been made present277-293

Leonardo da Silva Martinelli; Vanucia Gnoatto

Lei e ordem na Capital da República: as tensões institucionais provocadas pela gestão infante-juvenil na Primeira República (1910-1920) / Law and order in the Republic's capital: the institutional tensions provoked by childhood management in the first republic (1910-1920)294-319

Lívia Freitas Pinto Silva Soares

ENTRE A CRUZ E AS PALAVRAS: religiosos e a propagação de ideais políticos nos periódicos pernambucanos, 1821-1824 / BETWEEN THE CROSS AND THE WORD: religious writers and the propagation of political ideals in periodicals in Pernambuco, 1821-1824320-338



Mário Fernandes Ramires

Educação e ideal modernizante na ditadura civil-militar: um estudo sobre a revista *Educação* (1971-1984) / Education and modernizing ideal in civil-military dictatorship: a study on the magazine *Educação* (1971-1984)339-364

Michel Ehrlich

A apropriação da escola italiana de antropologia criminal na obra de Nina Rodrigues: ativismo por uma nova sensibilidade sobre crime e raça (1894-1906) / The appropriation of the Italian school of criminal anthropology in the work of Nina Rodrigues: activism for a new sensibility about crime and race (1894-1906)365-386

Rodrigo Mello Campos

História da Ciência e da Matemática na formação de professores / Historia de las Ciencias y de la Matemática en la formación de profesores387-402

Romélio Mara Alves Souto

A saúde engarrafada nas Águas de Melgaço: cultura e consumo na Manaus do século XIX-XX / The bottled health in the Waters of Melgaço: culture and consumption in the Manaus of the XIX-XX century403-418

Tatiana de Lima Pedrosa Santos ; Samuel Lucena de Medeiros

Entrevistas

Entrevista com Leandro Duarte Rust419-427

Luiz Felipe Anchieta Guerra; Camila Neves Figueiredo

Entrevista com Rodrigo Patto Sá Motta428-433

Camila Neves Figueiredo; Luiz Felipe Anchieta Guerra



Editorial

“Mitos e Imaginários Políticos na História”

É com muito ânimo que a Revista Temporalidades anuncia sua edição de número 27, inaugurando, assim, a gestão da sua nova Comissão Editorial (2018/2019) eleita. Muito empolgados com nossa chegada é que apresentamos nosso mais novo dossiê: “Mitos e Imaginários Políticos na História”, fruto de muita colaboração, empenho e esforço frente às muitas adversidades. É com igual entusiasmo que comemoramos, neste ano de 2018, o aniversário de 10 anos da fundação de nosso periódico: uma década de revista, mas, mais do que isso, uma década de iniciativa discente, pela qual passaram gerações de pós-graduandos da Universidade Federal de Minas Gerais.

Apesar disso, em meio a todas essas celebrações, é difícil se deixar levar pela empolgação, uma vez que as circunstâncias que nos rodeiam são cada dia mais pungentes. O clima é incerto, tenebroso, e o medo de que tudo aquilo que construímos ao longo dos últimos anos se desvaneça em cinzas na calada da noite é a única emoção que impera. Nos entristece pensar sobre o futuro desta e de outras iniciativas discentes diante do cenário atual, no qual cada vez mais são retirados recursos das áreas de Pesquisa e Educação, o que neste ritmo inviabilizará a existência de projetos como o este. Se acervos milenares podem ser tão rapidamente consumidos pelo fogo e, principalmente, pelo descaso, enquanto assistimos atônitos, quais as chances de sobrevivência de uma revista, mantida por alunos voluntários, diante desse projeto de sucateamento e abandono da nossa ciência?

Precisamos, mais do que nunca, de união e força na luta por reconhecimento. Em tempos de incertezas e falta de perspectiva, sabemos que desanimar não é uma opção, principalmente diante de um cenário político no qual vidas – principalmente de LGBTs, negros, quilombolas, mulheres, indígenas – são abertamente ameaçadas por candidatos, contando, para tanto, com o apoio de parte da sociedade. Em um cenário em que o apoio à disseminação de ideias carregadas de ódio e violência vem crescendo, a nossa esperança é de que, por meio do saber histórico, das nossas pesquisas e atuação na educação básica e junto às nossas comunidades, possamos contribuir na construção de uma política e educação voltadas para o respeito, para a liberdade e para a realização do bem comum.



É, também, frente a esse panorama, que elaboramos nosso presente dossiê temático: “Mitos e Imaginários Políticos na História”. Nele, buscamos retomar alguns dos conceitos mais fundamentais da História Política, e atentar para a importância desses estudos, levantando questões que perpassam por toda a História e que, em alguns casos, ainda apresentam reflexos no presente. A compreensão da presença dos “mitos” na política é um tema demasiadamente atual, e esperamos poder contribuir, de alguma forma, para essa discussão.

Imaginários e mitos políticos são sempre muito presentes ao longo da história. O estudo dos mitos e imaginários políticos vem se consolidando desde meados do século XX, com autores célebres como Cornelius Castoriadis e Bronislaw Baczko e acabou se tornando uma das grandes chaves de entendimento dentro daquilo que convencionamos chamar de História Política. Das pichações na Roma Imperial às charges do período Vargas, as imagens e mitologias pensadas e construídas a partir de um determinado momento histórico, ao falarem sobre esse momento — seja sob a forma de crítica, elogio ou retrato — carregam em si parte dos acontecimentos, da estruturação da sociedade e de elementos políticos relevantes naquele contexto. Com isso, a produção de leituras e representações sobre o momento vivido promove não apenas uma descrição, mas ainda contribui para uma construção de valores, ideias e comportamentos que podem ser compartilhados por um largo grupo de pessoas, como um imaginário comum. Da mesma maneira, a criação de mitos políticos têm lugar garantido nas sociedades e na historiografia e é muito utilizada como tentativa de mobilização e unidade da população em nome de algum projeto político e social.

Outros conceitos e termos afins se somam conceitual e metodologicamente a esse campo de estudos – representação, culturas políticas, entre outros – com contribuições de outros intelectuais, entre eles Carlo Ginzburg e Roger Chartier. Dessa forma, nosso Dossiê tentou incorporar e contemplar diálogos entre pesquisas que pensem o imaginário compartilhado entre sociedades, a elaboração e recepção de mitos que exerceram ou exercem um sentido político na História, de modo a apontar, portanto, para a heterogeneidade e a amplitude de cronologias, temas e dos debates dentro deste tema.

Em tempo, agradecemos ao colega e professor Virgílio Coelho de Oliveira Júnior (IFCE), membro da Comissão Editorial da *Temporalidades* no ano de 2014, por aceitar prontamente e com entusiasmo nosso convite de organizar o dossiê temático desta edição e escrever a apresentação. Agradecemos aos professores Leandro Duarte Rust e Rodrigo Patto Sá Motta, por nos concederem as importantes entrevistas presentes nesta edição. Agradecemos, ainda, à gestão



anterior da Comissão Editorial da revista, pelo comprometimento e paciência ao nos preparar para o trabalho, em especial, ao colega Felipe de Oliveira Malacco, que nos acompanhou com cuidadosa atenção nesta edição e esteve sempre disposto a nos ajudar nesses primeiros passos.

Agradecemos aos autores que enviaram artigos para o atual dossiê temático - e aos muitos pareceristas que gentilmente nos ajudaram a selecioná-los - os diversos temas que contemplamos nesta edição contribuem enormemente para a historiografia e para pensarmos no contexto político atual brasileiro e mundial. Dos vários artigos livres recebidos pela revista, nesta edição, estão:

Em “A concepção teológico-jurídica sobre pregação pacífica e os *repartimientos* na Nova Espanha do século XVII segundo as memórias do Frei Juan Silva”, Julio Cesar Aquino Teles Ferreira busca através das memórias do Frei Juan Silva analisar a presença da Teologia moral. A partir dela, tenta compreender como essa Teologia moral dialoga como período (1613-1621) e com a questão do probabilismo nos juristas e teólogos do Mundo Ibérico.

Leonardo da Silva Martinelli e Vanucia Gnoatto, no ensaio “Um olhar sobre a formação histórica do município de Novo Xingu-RS: um passado que se faz presente” se propõem a analisar o processo sócio histórico de formação do município de Novo Xingu, no Rio Grande do Sul, considerando a influência dos processos migratórios e de colonização existentes ali. Analisando as relações sociais a partir da *identidade étnica* dos grupos que residiam na colônia/distrito de Xingu, busca-se pensar, numa perspectiva de história social, as relações engendradas naquele contexto e seus desdobramentos da colonização à emancipação política do município.

Em “Educação e ideal modernizante na ditadura civil-militar: um estudo sobre a revista Educação (1971-1984)” de Michel Ehrlich, vemos uma análise das diversas concepções de educação escolar presentes no contexto da ditadura civil-militar brasileira, a partir de 41 edições da revista *Educação*. O autor analisa como essas diferentes visões de educação interagiram entre si e com outras concepções, com uma preponderância da corrente tecnicista que, segundo o autor, se mostrava como a única possibilidade.

No artigo “A apropriação da escola italiana de antropologia criminal na obra de Nina Rodrigues: ativismo por uma nova sensibilidade sobre crime e raça (1894-1906)”, o autor Rodrigo Mello Campos analisa, a partir da obra de Nina Rodrigues (1862-1906), a presença de conceitos da escola italiana de criminologia. A partir desse diálogo, Campos busca pensar essas



aproximações a partir do campo da história social das ciências e da história das sensibilidades, na tentativa de compreender os embates entre a ciência, a política e o social sobre criminalidade, raça e direitos sociais e humanos.

“Pela noite dos dragões: Caio Fernando Abreu e a escrita do tempo na experiência da aids”, de Guilherme da Silva Cardoso, é um artigo que analisa em dois contos de Caio Fernando de Abreu, a inscrição da experiência da aids em seus textos. A partir do entendimento do discurso literário como uma das maneiras de pensar e escrever sobre a aids, abrindo possibilidades na discussão sobre essa experiência, Cardoso busca compreender um diálogo entre a historiografia e a literatura, a partir dessa experiência, marcada por estigmas tão profundos.

“História da Ciência e da matemática na formação de professores”, de Romélia Mara Alves Souto, discute o ensino de história da ciência e da matemática para professoras da rede básica, com base em uma experiência dentro de um Programa de Mestrado em Educação. Nela se enfatizou o movimento da Revolução Científica (entre os séculos XVI e XVIII), em especial o surgimento de uma nova forma de conhecimento, com características distintas das até então conhecidas, através do uso de filmes e textos para abordar questões sobre a produção e a difusão do conhecimento científico.

Em “A saúde engarrafada nas Águas de Megalço: cultura e consumo na Manaus do século XIX-XX”, os autores Tatiana de Lima Pedrosa Santos e Samuel Lucena de Medeiros tratam da marca portuguesa de águas medicinais: “Águas de Megalço. Fazendo uso da arqueologia histórica, o texto analisa as propagandas dos produtos medicinais e as relaciona com o contexto histórico no qual foram publicadas, tentando entender seu papel simbólico para a marca e a dinamicidade entre o consumo e a sociedade.

José Costa Júnior, no texto “Darwin foi um darwinista social?”, aborda, com um título provocador, o debate sobre as relações entre moralidade e a teoria darwiniana. Ao discutir a hipótese de Darwin para a origem evolutiva das espécies e as teorias dos darwinistas sociais, o autor mostra como essas teorias envolvem enganos científicos e filosóficos, e são, portanto, muito distintas das posições do próprio Darwin.

“ENTRE A CRUZ E AS PALAVRAS: religiosos e a propagação de ideais políticos nos periódicos pernambucanos, 1821-1824”, de Mário Fernandes Ramires, trata do período das primeiras décadas do século XIX, quando a província de Pernambuco viveu o crescimento de uma cultura de imprensa e uma expansão, no espaço público, de assuntos antes reservados apenas



ao âmbito privado. O texto analisa a atuação de religiosos, membros da Igreja Católica, como redatores e propagadores de ideais políticos, produtores e dirigentes de seus impressos, que muitas vezes lidos publicamente e acabavam assumindo o papel de informar a população acerca dos acontecimentos políticos do momento.

Lívia Freitas Pinto Silva Soares, no ensaio “Lei e ordem na Capital da República: as tensões institucionais provocadas pela gestão infanto-juvenil na Primeira República (1910-1920)”, aborda alternativas de gestão da infância pobre por dois órgãos: a Polícia do Distrito Federal e pelos Juízes da Câmara de Apelação. Através de análises documentais ela mostra como o envio, sem processo, de menores e adultos para a Colônia Correccional dos Dois Rios era uma prática recorrente na primeira república, graças a leis que garantiam atribuições judiciárias à polícia. Ela explora também os conflitos entre os dois órgãos, uma vez que a polícia se ocupava de isolar na Colônia indivíduos potencialmente perigosos, e os juízes frequentemente anulavam essa sentenças, promovendo absolvições em massa, que invalidavam o esforço policial para a paz social.

Por fim, gostaríamos de deixar registrado nosso apoio e solidariedade, em nome da Revista Temporalidades, frente à tragédia do Museu Nacional: "não estamos de luto, estamos em luta”.

Sobreviveremos.

Camila Neves Figueiredo
Luiz Felipe Anchieta Guerra



Dossiê Temático: “Mitos e Imaginários Políticos na História”

Apresentação

Prof. Dr. Virgílio Coelho de Oliveira Júnior

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

A historiografia política (ou sobre o político) tem passado por importantes transformações desde o século XX. Essas mudanças começaram a se desenvolver principalmente a partir dos anos de 1960, quando as até então inabaláveis certezas de cunho sociológico ruíram. Nesse contexto, muitos historiadores começaram a questionar as interpretações que se fixavam nas grandes regularidades sociais analisadas de forma sincrônica.¹ Essas interrogações ajudaram a relativizar a concepção relativamente difundida até então, de que a história política seria superficial e anedótica, principalmente quando contrastada com as análises centradas nas questões sociais e econômicas. Estas, consideradas mais elaboradas, com explicações cientificamente validadas, ultrapassariam o imediatamente constatável, superando também as manipulações políticas típicas da estruturação e da manutenção do poder.

Entretanto, para além de uma questão meramente teórico-epistemológica, vale considerar os desafios que se erigiam a partir de então. Por um lado, as promessas progressistas de liberdade, igualdade e prosperidade, anunciadas (ou almejadas) pelas metanarrativas de cunho teleológico, não pareciam mais seguramente realizáveis; por outro lado, a complexidade dos movimentos políticos, desenrolados principalmente entre os anos 1960 e 1970, apontavam para a necessidade de se compreender com mais cuidado as especificidades dos fenômenos políticos. Como bem destacou Bronislaw Baczko, os movimentos levados a termo em boa parte do ocidente no ano de 1968, demonstraram que as ideias políticas e suas diversificadas formas de articulação e

¹ DIEHL, Astor Antônio. A ideia de progresso na História. In: *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 21-44.



realização, merecem uma análise aprimorada, atenta, inclusive, aos aspectos simbólicos, representacionais, artísticos e imagéticos.² A compreensão sumariamente apresentada, fez com que muitos historiadores desenvolvessem ou reafirmassem um interesse renovado pela política: não mais pensada necessariamente a partir dos lugares convencionais de exercício, socialização e debate (partidos, sindicatos e o próprio estado, por exemplo).

A revalorização do político, com efeito, caminhou juntamente com uma renovada forma de explicar a vida em sociedade: compreendida, também, como uma construção simbólica e imagética. Mitos, símbolos, ritos dentre outras elaborações imagético-sociais, não são encarados apenas como produtos de uma realidade dita objetiva e determinante. As elaborações mentais, os processos simbólicos de organização e compreensão da realidade podem ser entendidos, a partir desse registro, como parte da construção do real e não apenas como a sua reprodução. Tal constatação tem aberto novos caminhos e reafirmado outros que já estavam curso.

É importante considerar, nesse sentido, que não se trata de (re) afirmar um pretensão “retorno ao político”, como se as análises sobre esse campo tivessem desaparecido durante a primeira metade do século XX. Além disso, é preciso levar em conta que a vida em sociedade, de qualquer ângulo que se olhe, não pode ser compreendida independentemente das relações de poder, das formas de governança, das disputas pela hegemonização de ideias e projetos, das formas de associação e dos processos dominação e resistência. O que se está em jogo, portanto, é a constituição de uma nova sensibilidade para o político, fruto de demandas do tempo presente, mas, igualmente, de um processo de maturação que remonta as mais diferentes tradições intelectuais – algumas seculares, inclusive.

A historiografia brasileira – que tem uma historicidade e dinâmica próprias – não seguiu necessariamente a tendência de rechaço à história política, relativamente verificável entre muitos historiadores do Atlântico Norte. Em função dos dilemas vivenciados no Brasil, sobretudo em função da ditadura militar, inaugurada em 1964, os nossos “horizontes de expectativa” eram outros. Por essa razão, a questão política, de alguma maneira, não podia ser negligenciada. Na realidade, a história da historiografia política no Brasil é um trabalho ainda por se fazer. Contudo, mesmo que se pesem as particularidades do pensamento historiográfico nacional, é possível afirmar, com certa margem de segurança, que a imaginação social, os mitos, os símbolos, os ritos e as ritualizações da e na política ganharam um espaço importante entre os historiadores brasileiros. Além das pesquisas desenvolvidas junto a alguns dos principais programas de pós-

² BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi – Anthropos – Homem. Lisboa: Casa da Moeda, v.5, 1985, p. 297.



graduação em História do país³, contamos, há pelo menos duas décadas, com trabalhos prestigiados, que tomaram a questão do imaginário político como objeto de reflexão e, com isso, tornaram-se referências para historiadores das mais diferentes orientações e com interesses igualmente variados.⁴

Essa perspectiva de análise – renovada e renovadora – tem contribuído para a articulação de questões de relevo, dentre elas: qual o papel dos mitos e das mitificações para a edificação de algumas personalidades políticas e do próprio exercício do poder? Qual a relevância dos diferentes discursos (incluindo o historiográfico) para tal construção? Como se estruturam os autoritarismos? Os partidos políticos e os processos eleitorais seriam simplesmente manifestações superficiais de fenômenos de maior densidade? Essas questões, caras ao debate historiográfico contemporâneo, estão presentes neste dossiê temático *Mitos e Imaginários Políticos na História*, que compõe a edição 27 da *Revista Temporalidades*. Os artigos que formam o referido dossiê, aliás, revelam a pluralidade e a complexidade dos caminhos trilhados por muitos dos pesquisadores em formação que têm se debruçado sobre a temática em questão.

O artigo de Ana Maria Saldanha, *O imaginário social na instauração da República em Portugal e na ditadura de Sidónio Pais: contrastes e aproximações*, nos apresenta um raro esforço de pesquisa entre os historiadores brasileiros sobre história portuguesa mais recente. Evitando reproduzir as explicações simplistas que atribuíam ao período da monarquia constitucional as causas para o autoritarismo republicano lusitano, o autor busca compreender as nuances do imaginário social inerente ao então novo regime político, por meio da análise do processo de mitificação de Sidónio Pais. Qual o papel do herói e dos símbolos que o circundam para a compreensão da escala autoritária que marcou a primeira república em Portugal?

Também galgando discutir a relevância da mitificação para a construção de uma determinada personalidade política, André Barbosa Fraga desenvolveu o artigo: *A aviação como elemento estratégico para o fortalecimento do mito Vargas*. Por meio de um tema pouco explorado pela farta historiografia sobre Getúlio Vargas e seu governo, o autor destaca que o avião – que representa o desenvolvimento tecnológico, o comércio, a defesa e a comunicação – pode ser

³ Citando apenas algumas das instituições mais bem avaliadas pela CAPES, podemos considerar os Programas de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

⁴ Novamente, a lista poderia ser grande, mas apenas a título de ilustração, podemos destacar dois livros fundantes para esse debate: CARVALHO, Jose Murilo de. *A formação das almas: o imaginário político da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



considerado um componente simbólico da construção da onisciência de Vargas. Destaca-se, dessa maneira, a relevância da imaginação social para a legitimação e longevidade do “Estado Novo”.

Ainda no que se refere à mitificação política, destaca-se o trabalho de Rafael dos Santos Pires. Por meio do artigo *A Estela Poética de Tutmés III: divinização do faraó ou interdependência?* o pesquisador analisa as ferramentas textuais do discurso político que acaba por legitimar as campanhas militares realizadas pelos “monarcas” no Egito antigo. Além disso, procura-se desconstruir a ideia (sedutora, inclusive, para alguns agentes contemporâneos) de que governos centralizados seriam sinônimos de estabilidade e segurança. Enfim: quais as relações entre a divinização dos faraós e a construção de uma determinada concepção de poder?

A relevância das diferentes elaborações discursivas para a compreensão de uma dada realidade política, presente no texto de Rafael dos Santos, é também o tema de outros artigos deste dossiê. Fernanda Bana Arouca, com a contribuição intitulada: *Representando a Grande Guerra: a revista O Malho e o Mito da Experiência de Guerra*, procura descortinar o processo de apropriação da mítica em torno do conflito beligerante mundial, por meio da análise do periódico destacado no próprio título do artigo. A autora evidencia que, em meio a um processo perturbador de desilusão com a república brasileira, a Segunda Guerra (1939-1945) foi representada como um “agente catalisador” das transformações que, em tese, urgiam ser realizadas. Apreende-se um discurso pautado pelas ideias de “dever e honra”, para a formação das novas gerações.

Enquanto no trabalho destacado analisam-se as representações veiculadas numa importante revista de circulação nacional na primeira metade do século XX, Raphael Almeida Dal Pai discute a teoria sobre o “anarco capitalismo”, difundida por meio do site do Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB). O autor procura tratar dos principais argumentos que estruturam essa teoria, demonstrando, além do mais, as suas contradições (como, por exemplo, a ideia de que a liberação total das forças do mercado seria uma ação libertária). Se essas e outras formas discursivas estão sujeitas ao escrutínio de uma abordagem que se pretende crítica quanto à construção da realidade política, não seria também a própria historiografia um importante objeto de desconstrução? Essa questão de grande relevância perpassa o artigo: *Discutindo a historiografia artiguista: o passado rural como argumento de autoridade*, elaborado por Pedro Vicente Stefanello Medeiros. O autor procurou demonstrar como o imaginário em torno de José Artigas e sua crítica às políticas agrárias na sociedade uruguaia, foram apropriados pela historiografia dos anos



1960, que está marcada pelo o interesse de se tratar do mito fundacional agrário para que se pudesse constatar que o principal problema do país residia no latifúndio.

Além dos temas destacados até então, o dossiê apresenta ainda quatro contribuições que tratam de temas relativamente mais prestigiados pela historiografia política, mas que, nem por isso, não podem ser revisitados por meio de outras roupagens. Nesse sentido, vale a pena colocar em relevo os artigos de Alexander da Silva Braz e Luís Felipe Fernandes Afonso. O primeiro, por meio do texto *Quando o autoritarismo entra em cena: o papel da IV Região Militar na repressão à UFMG em 1964* apresenta uma contribuição importante para a reflexão sobre as ações desempenhadas pelo regime militar em relação às universidades. Um esforço que se soma ao trabalho pioneiro de historiadores como Rodrigo Patto Sá Motta.⁵ Alexander da Silva demonstra que desde o início da ditadura os homens fardados de verde oliva agiram com truculência e arbitrariedade em relação às universidades.

O artigo de Luís Felipe Afonso, *“Vá à luta você”: o mito da juventude revolucionária no processo de redemocratização (1979-1985)*, também versa sobre um tema que já ganhou atenção de muitos historiadores, a saber: a cultura jovem e suas interfaces com a questão política. Contudo, o articulista discute essa instigante questão nos anos 1980, desconstruindo a ideia de que a juventude em destaque seria alienada e apática, em meio ao contexto de redemocratização. Toma-se como objeto de análise o rock nacional, como forma de repensar determinadas simplificações, articuladas, por vezes, nos esquematismos classificatórios que separam o engajamento genuíno do falso, a cultura musical comprometida com a realidade social e aquela meramente comercial, a MPB e o Rock. Ultrapassando essas polarizações, o autor busca discutir as diferentes formas de expressão e de mobilização política que marcaram a década de 1980 – período que, de acordo com o autor, está longe de poder ser caracterizado como “década perdida”.

Os dois últimos trabalhos apresentados nesta introdução demonstram que a renovação histográfica sobre o político, definitivamente, não se restringe a novos objetos, sujeitos e temas. É, antes de tudo, uma mudança de perspectiva de análise, um novo processo de sensibilização e abertura. Com efeito, os trabalhos mencionados são contribuições centradas em dois temas largamente prestigiados: eleições e partidos. O primeiro trabalho, de Samuel da Silva Alves, *Interpretação das massas, esquerdismo, agitação e demagogia: as análises de Armando Fay Azevedo acerca das eleições no Rio Grande do Sul (1958-1962)* apresenta uma análise sobre dois processos eleitorais, com o intuito de discutir a construção da concepção de populismo, tendo como principais agentes

⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.



Leonel Brizola e o partido trabalhista brasileiro (PTB). Já o segundo artigo, elaborado por Elói Felipe de Oliveira Thomas, *Formação do Partido dos Trabalhadores em Cuiabá (1979-1985)*, nos oferta uma discussão sobre as origens de um dos principais partidos brasileiros da atualidade, colocando em evidência não os seus quadros hegemônicos e as suas diretrizes majoritárias, mas, de outro modo, a formação da agremiação em contexto social específico. O autor procura explicitar que, em Cuiabá, em função de uma falta de identificação dos trabalhadores com o partido e por causa da ação das elites locais, o PT encontrou dificuldade em consolidar a legenda na cidade. Fugindo dos grandes esquemas explicativos que procuram compreender as linhas mestras de um determinado partido, por meio de seus componentes destacados, ideias majoritárias e correntes ideológicas,⁶ o autor procura pensar nas condições sociais e culturais que marcam a formação de uma legenda política.

Como é possível verificar, o dossiê apresentado está grafado por uma diversidade de abordagens, elaboradas por pesquisadores de diferentes instituições e formações. Uma pluralidade que atesta o vigor crescente de nossa produção historiográfica, bem como o prestígio da *Revista Temporalidades* junto à comunidade de historiadores – tanto entre os estudantes de pós-graduação, quanto entre os profissionais já formados que atuam em instituições de ensino e pesquisa em todo o país. Faço votos de que os leitores possam apreciar cada um dos trabalhos publicados nesta edição, e torço também para o sucesso da *Temporalidades*, uma iniciativa discente de grande qualidade da qual tenho muito orgulho de ter participado.

São Francisco do Sul – SC, 27 de setembro de 2018

Virgílio Coelho de Oliveira Júnior

⁶ Um exemplo desse tipo de abordagem pode ser verificado em: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.



Quando o autoritarismo entra em cena: o papel da IV Região Militar na repressão à UFMG¹ em 1964

When authoritarianism acts on: the role of the Fourth Military Region at the UFMG's repression in 1964

Alexander da Silva Braz

Graduando em História

Universidade Federal Fluminense - UFF

brazalexander@id.uff.br

Recebido em: 18/08/2018

Aprovado em: 20/09/2018

Resumo: O presente artigo tem por objetivo mostrar como a partir do golpe de 31 de março de 1964, os militares exerceram enorme protagonismo nas ações repressivas contra as universidades brasileiras, analisando com maior ênfase a Universidade de Minas Gerais – atual UFMG –, na qual ocorreram duas intervenções militares: uma na Faculdade de Filosofia e a outra na Reitoria. Além disso, apontar outro ator político de extrema grandeza que sofreu com os ataques da Infantaria Divisória-4: o movimento estudantil, que teve a sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE) destruída e, posteriormente, dissolvida, assim como os Diretórios Acadêmicos (DA) naquele conturbado ano.

Palavras-chave: Ditadura militar, repressão política, cultura política.

ABSTRACT: The present article has the objective to show, from the March 31st 1964 coup, how the militaries exercised a huge protagonism into the repressive actions against the Brazilian universities, analyzing with a bigger emphasis the Minas Gerais University – UFMG –, in which happened two military interventions: one at the Philosophy's College and the other at the Rectory. In addition, point out another political actor with extreme magnitude that suffered with the attacks from the 4th Infantry Division: the students' movement, who had the Students' Central Directory (DCE in Portuguese) destroyed and, later, dissolved, just like the Academics' Directories (DA in Portuguese) on that turbulent year.

Keywords: Military dictatorship, political repression, political culture.

Introdução

O golpe-civil militar de 1964 inaugurou um novo regime político e a construção de um Estado autoritário, no qual instrumentos institucionais e mecanismos de repressão foram utilizados pela nova cúpula do poder para perseguir todos os “inimigos internos” que eram considerados uma ameaça à segurança nacional e, sobretudo, para garantir a manutenção do *status*

¹ Ao longo deste artigo, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) será denominada de Universidade de Minas Gerais (UMG), visto que o nome atual apenas foi empregado na documentação consultada a partir de 1965.



quo de segmentos da sociedade que eram contrários ao trabalhismo de João Goulart. A partir disso, movimentos e líderes sociais foram perseguidos, parlamentares tiveram seus mandatos cassados, a UNE teve sua sede destruída por grupos de extrema-direita, sindicatos fechados e espaços de ensino superior foram solapados pela força da repressão, destruindo entidades de representação estudantil, afastando professores e intervindo na autonomia universitária.

Assim, o presente artigo tem como objetivo contrapor a tese revisionista levantada pelo historiador Marco Antonio Villa (VILLA, 2014), na qual defende que a ditadura militar brasileira só teria iniciado com a implementação do Ato Institucional nº 05, em 13 de dezembro de 1968, afirmando, assim, que antes da promulgação deste ato havia uma liberdade cultural e política no Brasil.

Portanto, este artigo busca demonstrar como a Universidade de Minas Gerais – atual UFMG – foi palco de ações autoritárias lideradas por militares, em especial pela Infantaria Divisória - 4, da 4ª Região Militar (ID-4), por ser considerada um núcleo subversivo e morada de comunistas. Considera-se essa instituição militar um ator de primeira grandeza, pois já nos primeiros meses observa-se como a Reitoria e as direções das unidades universitárias se subordinaram a ela, ora solicitando autorização para o retorno das aulas após o golpe, ora solicitando instruções de como proceder nas investigações da Comissão de Inquérito instalada a pedido do MEC.

Além disso, foi esse comando que liderou as intervenções militares na universidade no primeiro semestre daquele ano. A justificativa calcada no discurso anticomunista foi fundamental para legitimar as ações repressivas, uma vez que promoveu o afastamento do diretor da Faculdade de Filosofia, do Reitor Aluísio Pimenta e promoveu o fechamento de alguns diretórios acadêmicos (DAs) e do próprio Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Neste artigo, mobiliza-se o conceito de *cultura política* para analisar como se materializou o fenômeno do autoritarismo, assim, por meio dele, examina-se como as crenças, emoções e valores deram significados aos comportamentos, às percepções e às ações dos indivíduos e grupos coletivos em sociedade (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p.227). Para Rodrigo Patto Sá Motta, esses fatores culturais podem exercer maior ou menor influência sobre os homens, dependendo do conjuntura histórico no qual estão inseridos². Para ele, o conceito de cultura política deve ser definido como:

²Para a conjuntura analisada, sabe-se que, na década 1960, após os impactos da Revolução Cubana, a América Latina tornou-se objeto de disputa política das duas grandes potências mundiais e fez com que o anticomunismo ganhasse



Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinados grupos humanos, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2013, p. 11-12)

Diante disso, analisa-se como a *cultura política autoritária* se materializou nas relações sociais entre os diversos atores dessa conjuntura. Isto é, como a Infantaria Divisória-4 se relacionou com a universidade, e como esta se relacionava internamente com os diretores das unidades universitárias, funcionários e o próprio movimento estudantil mineiro.

Com isso, observa-se, também, como o anticomunismo foi utilizado nos repertórios dessas instituições e como ele foi ressignificado para nortear as ações políticas do aparato repressivo, assim analisando por meio de suas *performances* (ações institucionais) em qual tradição política essas instituições estavam inseridas e destacando, portanto, a responsabilidade do Estado brasileiro na introdução de novas formas de dominação e repressão que alteraram a organização social dentro da universidade, dessa forma, contribuindo para a construção de uma nova cultura política.

Para tanto, utiliza-se a documentação do fundo da AESI/UFMG, disponível para consulta no Arquivo Nacional, onde constam arquivos de natureza diversa, desde documentos oficiais como circulares, ofícios, portarias e telegramas trocados entre o Ministro da Educação e Cultura, o Reitor da UMG, a ID-4 e os diretores das unidades universitárias, assim como o Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Para tratar do caso da intervenção na Faculdade de Filosofia e da Reitoria, utilizaremos o relatório enviado pelo Reitor Aluísio Pimenta ao Conselho Universitário e ao Ministro da Educação, assim como os periódicos dos principais jornais de Belo Horizonte, como *Estado de Minas* e *Correio da Manhã*, bem como o depoimento de Aluísio Pimenta sobre a intervenção prestado ao projeto “História da Ciência no Brasil”, em 15 de junho de 1975, e disponível no acervo do CPDOC.

A “Operação Limpeza” nas universidades brasileiras

A partir da consolidação do golpe civil-militar em 1964, as universidades, depois das entidades de organização mais ativas da sociedade, como sindicatos e movimentos sociais,

força nos países latino-americanos. No caso brasileiro, por toda a década de 1960, observou-se que o combate ao comunismo atingiu seu apogeu, se cristalizando no imaginário social, dando origem a uma proliferação de organizações anticomunistas que fortaleceram a narrativa da necessidade de se combater o “perigo vermelho”. As campanhas anticomunistas foram difundidas e compartilhadas por diversos segmentos da sociedade, como a Igreja Católica, grupos de direita, a grande imprensa, empresários e uma parcela da classe média (MOTTA, 2002, p. 231-278).



tornaram-se o principal alvo do regime militar, visto que esses espaços eram considerados pelas forças repressoras com o coração da subversão e de infiltração comunista.

A partir disso, Rodrigo Patto Sá Motta (2014) afirma que, no momento do golpe, as forças repressoras já tinham seus alvos definidos, como mais tarde, soube-se que os agentes do Estado brasileiro atuaram numa missão denominada “Operação Limpeza”. Nessa, como deixa claro o nome, o objetivo era eliminar todos aqueles que representassem uma ameaça ao projeto de Estado que estava em curso, afastando das instituições de ensino todos aqueles que compartilhassem de uma cultura política revolucionária ou, até mesmo de centro, que tivessem qualquer tipo de ligação com o projeto trabalhista de Jango, deixando claro que o real objetivo era afastar todos os inimigos políticos do Estado e, sobretudo, do novo regime político que se afirmava por meio de ações autoritárias e se legitimava por meio da criação de decretos-leis antidemocráticos (MOTTA, 2014, p. 25).

Como Rodrigo Patto Sá Motta demonstra em seu livro, *As Universidades e o Regime Militar*, os estudantes e suas entidades de organização foram as mais perseguidas pelo regime. Já no primeiro dia do novo regime, a UNE teve sua sede destruída e, posteriormente, foi posta na ilegalidade pelos militares. O objetivo era claro: destruir simbolicamente a entidade máxima de representação dos estudantes, paralisando sua atuação nas universidades e fora delas e, fundamentalmente, tendo como objetivo desarticular um dos maiores movimentos ativos e de contestação do país: o movimento estudantil. Para tanto, o Conselho Universitário da Universidade do Brasil tratou logo de adotar as normas do novo regime. Fechou os diretórios da Faculdade de Filosofia, Medicina e Direito por terem se rebelado contra os preceitos da “Revolução de 64”. Em boa parte do Brasil, estudantes foram presos e os diretórios que não foram dissolvidos receberam a chegada de um “interventor”, indicado pela cúpula militar para administrar essas entidades de representação (MOTTA, 2014, p. 30).

No relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em parceria com outras comissões estaduais e universitárias, a historiadora Angélica Muller tornou público um levantamento de fôlego sobre as graves violações dos direitos humanos nas universidades brasileiras, mostrando as diversas ações repressivas capitaneadas pelo “Comando Revolucionário”, não apenas contra as instituições, mas também sobre o movimento estudantil brasileiro.

Nesse relatório, a historiadora analisou os impactos das novas legislações que tinham como objetivo desarticular e silenciar o ME: em maio de 1964, a Câmara dos Deputados daria os



primeiros passos rumo a decisão que colocaria a UNE na ilegalidade, ao criar uma Comissão Especial para regulamentar as atividades de representação dos estudantes, que, posteriormente, transferiria a sede desse órgão para Brasília. Em 9 de novembro de 1964, o projeto que visava desarticular e esvaziar o movimento estudantil se consolidava, promulgando a Lei 4.464, mais conhecida como Lei Suplicy, que colocava a entidade máxima dos estudantes na ilegalidade e criava outros órgãos de representação (MULLER, 2014, p.271).

Com base nesse trabalho, é possível observar um ataque simultâneo, em diferentes partes do país, visando desarticular a UNE, silenciar o movimento estudantil brasileiro e destruir a autonomia universitária. Em 31 de março de 1964, a UNE realizou um debate sobre a reforma universitária na Faculdade de Odontologia do Pará, onde reuniu estudantes de diversas partes do Brasil e da América Latina. Durante a abertura do evento, eles foram surpreendidos pela invasão de policiais militares. No dia seguinte, na UFBA, houve também uma invasão liderada por policiais militares, na qual prenderam mais de 50 estudantes. Nesse mesmo dia, também no Rio de Janeiro, estudantes realizavam uma assembleia para decidir sobre a necessidade de se decretar uma greve geral dos estudantes; durante a madrugada, os alunos que se encontravam no prédio da Faculdade Nacional de Direito (FND) foram cercados pelo Exército. O prédio foi invadido, um estudante foi baleado e o Diretório da FND ficou fechado por um ano (MULLER, 2014, p.268).

Além das ações repressivas nas universidades, a autora mostra como o regime militar utilizou largamente os IPMs³ para investigar partidos políticos, instituições de ensino e pesquisa, entidades de representação e cidadãos que teriam características subversivas ou que pudessem apresentar perigo à Segurança Nacional. Destaca que o Conselho Universitário de algumas universidades, como é o caso da UFMG, USP e UFC, solicitou que fossem instauradas Comissões de Sindicância, a pedido do MEC, para apurar atividades subversivas realizadas por estudantes, docentes e funcionários públicos das respectivas universidades (MULLER, 2014, p.269).

³ Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) foram criados e institucionalizados por meio do decreto-lei nº53.897, no dia 7 de abril de 1964, pelo governo de Castelo Branco, com a finalidade de abrir investigações contra funcionários civis e militares - que poderiam ser tanto da esfera municipal, estadual quanto federal – que fossem suspeitos no envolvimento de atividades “subversivas”. Os IPMs tornaram-se instrumentos do novo Estado para garantir a eliminação de pessoas consideradas ameaças à Segurança Nacional, que, na perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional, eram os “inimigos internos” a serem combatidos (ALVES, p. 56). Para Marcos Napolitano (2014, p. 70), tais mecanismos também foram utilizados pelos militares para eliminar e destruir uma elite intelectual e políticos reformistas que estavam inseridos na administração estatal desde o início do governo de João Goulart, assim como para perseguir todas as lideranças de movimentos sociais, sindical, políticas e estudantis que foram de alguma forma, a base para o antigo governo deposto. Ou seja, tais inquéritos eram utilizados para promover a limpeza nos órgãos da administração pública e neutralizar aqueles que ameaçassem o projeto do governo militar.



No dia 9 de abril, a Unb sofria a primeira de muitas invasões militares. Catorze ônibus chegaram de Minas Gerais repletos de militares que desembarcaram no campus reprimindo estudantes, levando professores para interrogatórios e bloqueando o acesso de áreas das universidades. Os laboratórios dos docentes e bibliotecas foram as principais áreas que sofreram com as intervenções e inspeções dos militares; além disso, professores foram afastados dos seus cargos e o vice-reitor foi aposentado compulsoriamente pelo regime, sendo substituído por outro temporário e que estava aparentemente alinhado ao pensamento da nova cúpula do poder (MULLER, 2014, p.269-270).

Para atingir o movimento estudantil, viu-se a criação de inúmeras legislações que atentavam contra a sua representação pondo a UNE na ilegalidade e propostas que criavam novas formas de organização, as quais passariam a ser tuteladas não apenas pelas universidades, mas também pelo Estado. Ficava evidente a necessidade de paralisar tal movimento e seus canais de articulação tão caros ao novo regime que precisava de silêncio e consenso para sobreviver.

Outra obra de enorme relevância historiográfica sobre as ações repressivas às universidades entre 1964 e 1968 é a dissertação de mestrado da Ludmila Gama Pereira (2010), a qual aponta como os intelectuais da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) lidaram com as tensões sociais da década de 1960. Para isso, Ludmila Pereira reconstituiu a formação da faculdade, analisando sua relação com o Estado e seu sistema de cátedra, cujo objetivo era promover o controle e garantir a manutenção do poder em espaços de deliberação dentro da universidade, o que provocou a eclosão de conflitos entre estudantes e professores a partir da existência desse sistema. Além disso, Pereira mostra os impactos do golpe civilmilitar de 1964 dentro da FNFfi, onde constatou casos de denúncia de professores às atividades “subversivas” e que a prisão e a aposentadoria compulsória de docentes também fizeram parte da vida cotidiana dos primeiros meses do novo regime naquela universidade (PEREIRA, 2010, p. 84).

Com o golpe em curso no dia 31 de março, os estudantes da Universidade do Brasil foram à FND, onde haveria uma assembleia estudantil no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO). No dia seguinte, segundo o depoimento de Cecília Comimbra, havia 300 estudantes na assembleia dispostos a resistir aos ataques que viriam após o golpe. As forças armadas invadiram o prédio jogando bomba de gás lacrimogêneo e dispararam rajadas de metralhadora. Alguns estudantes foram obrigados a depor devido a instauração de um IPM que averiguava a interferência do PCB e de organizações “subversivas” na universidade carioca (PEREIRA, 2010, p. 90).



Como se observa, em 1964, as universidades foram as principais instituições reprimidas pelos militares. Na perspectiva militar, ali encontrava-se o núcleo subversivo que servia de morada aos comunistas que queriam tomar o poder no Brasil e instaurar uma ditadura do proletariado. Contudo, a esquerda daquele período queria transformar a questão social no Brasil, lutando pela implementação da reforma agrária, política, educacional e econômica.

Na segunda parte deste artigo, analisa-se, mais aprofundadamente, como se deu a interferência militar na Universidade de Minas Gerais (UMG) sob o movimento estudantil em 1964, mostrando como o MEC e a ID-4 interferiram na autonomia dessa universidade, e como este último ator político tentou pôr em prática um projeto autoritário na universidade mineira, intervindo militarmente na autonomia da instituição, apoiando-se no discurso anticomunista.

A experiência autoritária na UFMG

Nos primeiros dias após o golpe, a UMG foi palco das ações repressivas liderada pelo General Carlos Luiz Guedes, então Comandante da Infantaria Divisória-4, atual IV Região Militar. As aulas foram suspensas imediatamente e retornaram apenas no dia 13 de abril, e durante esse período, as unidades universitárias foram ocupadas e serviram de quartel para contingentes policiais, paralisando inclusive as atividades administrativas desses espaços. Contudo, segundo relatos do reitor Aluísio Pimenta, a repressão não se concentrou apenas às faculdades⁴.

A sede do DCE foi invadida e destruída em sua totalidade: cofres e portas foram arrombadas, materiais e panfletos estudantis foram apreendidos para verificação, estudantes foram levados para interrogatórios, outros foram presos. Além disso, o comandante ordenou que fossem dissolvidos o DCE e todos os DAs das faculdades e escolheu o estudante Elcio Spinola Castro, da Universidade Católica de Minas Gerais, para organizar novas eleições com base nas suas orientações⁵. Dessa forma, tornando evidente que quem passou a dar às cartas naquele momento pós-golpe era o comandante da ID-4. Prova disso é um documento enviado pela Reitoria no dia 09 de abril, solicitando saber se tal comando via problema no retorno das aulas, e desejando saber se elas deveriam ser retomadas parcialmente ou integralmente em todas as unidades escolares, o que comprova submissão desta Reitoria em não desagradar às ordens do comando militar⁶.

⁴Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0030_d.

⁵Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0030_d.

⁶Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0003_d.



Além dos ataques liderados pelas forças repressoras, a imprensa de Belo Horizonte teve um papel importante na legitimação da campanha anticomunista, que fora adotada para promover a limpeza na UMG. No dia 05 de abril, o jornal *Estado de Minas* publicou uma matéria afirmando que o DA da Escola de Engenharia e da Arquitetura tornaram-se um célula subversiva dentro da universidade. Na matéria intitulada “Manifesto à nação”, o jornal afirma que a nova gestão do DA da Escola de Arquitetura estaria “comunizando” a universidade, produzindo materiais subversivos que atentavam contra os valores da nova ordem e, além disso, destacava que estariam compactuando com grupos de agitação, como a Ação Popular⁷ e o C.P.C da UNE⁸. Além de estarem produzindo documentos que seriam disseminados naqueles espaços, o jornal afirma também que estudantes e professores estariam sendo enviados a Cuba para receber treinamentos e estariam voltando com materiais subversivos, como por exemplo, a suposta gravação contendo os discursos de Fidel Castro que estaria sendo reproduzida naquele diretório.

Além disso, destaca que, no dia 31 de março, os estudantes foram liderados pelo presidente do DA a colocar cartazes dentro e fora desta faculdade com a finalidade de incitar as massas da universidade contra o novo regime. Outras ações lideradas por esse diretório que também foram mencionadas pelo referido jornal diz respeito a escolha de Darcy Ribeiro para paraninfar a turma de formando de 1963 e organizar palestras e seminários, tendo como convidados personalidades marcadamente “antidemocráticas” e de origem “esquerdista”. Sendo assim, como denuncia o jornal, todas as ações do movimento estudantil da Escola de Arquitetura estavam sendo caracterizadas como subversivas e de tendência comunista, que precisavam ser coibidas pelas autoridades civis e militares, o que nos leva a crer que o editorial, por meio da

⁷ A Ação Popular (AP) é uma organização política fundada em junho de 1962, em Belo Horizonte, em um congresso por membros da Juventude Universitária Católica (JUC). Esta última, organização política estudantil, composta por universitários católicos, foi criada em 1935 com objetivo de evangelizar a sociedade. Contudo, a partir da década de 1950 e 1960, a JUC passou atuar de forma sistemática na vida política lutando pela implementação da reforma universitária, a favor das transformações sociais no Brasil e, sobretudo, aproximando-se de organizações de esquerda como o PCB, que possibilitou o grupo a eleger um candidato da JUC à presidência da UNE. Toda essa atuação política da JUC desagradou a Ação Católica Brasileira (ACB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que não concordavam com as novas pautas da entidade e daquela proposta no ano de sua fundação. Dessa forma, para dissolver esta relação de forças com a Igreja Católica, a JUC decidiu criar a AP, que passaria a abrigar não apenas católicos, como também protestantes, profissionais autônomos, estudantes secundaristas e universitários. Para saber mais sobre essas organizações estudantis, indico os trabalhos de João Roberto Martins Filho (1987) e André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos (2014).

⁸ O Centro Popular de Cultura da UNE foi fundado em janeiro de 1961, com a finalidade de produzir uma “arte engajada revolucionária”. Para tanto, tornava-se necessário não se inspirar em produções culturais estrangeiras de países desenvolvidos, mas sim buscando valorizar elementos da cultura nacional-popular e formar uma intelectualidade que se comprometesse em produzir arte engajada para conscientizar as massas sobre submissão econômica do país e a interferência do imperialismo norte-americano, que resultava da produção da desigualdade social brasileira. Dessa forma, o CPC tornou-se um ator político de primeira grandeza, já que suas produções visavam conscientizar as diversas camadas e classes da sociedade para promover a revolução brasileira. Para se aprofundar mais sobre a história da arte engajada nas décadas de 1950 e 1960, indica-se a obra de Miliandre Garcia (2007).



disseminação de uma cultura de medo, induz a população mineira a apoiar ações contra a referida Escola e o DA, visto que essa seria a única saída de se promover a ordem dentro daquela universidade⁹.

Com a reverberação da notícia veiculada pelo jornal *Estado de Minas* sobre a subversão dentro da UMG, no dia seguinte, dia 6, o professor Silvio Vasconcelos renuncia do cargo de diretor da Escola de Arquitetura, justificando que os propósitos de promover a tranquilidade e o desenvolvimento daquela escola que o fizeram assumir o cargo de Diretor não estavam sendo mais alcançados nesse momento¹⁰. Na carta elaborada pelo professor Vasconcelos, publicada também no jornal *Estado de Minas Gerais*, deixa em aberto se ele resolveu renunciar devido à pressão gerada após a publicação do jornal sobre o “descontrole subversivo” em sua administração ou por uma possível coerção vinda do comandante da ID-4 ou do MEC.

No dia 22 de abril, o MEC envia uma circular solicitando a instalação da Comissão de Inquérito (C.I) em todas as faculdades e escolas da UMG para investigar as ações de docentes, discente e funcionários que pudessem ter promovido agitação no meio universitário ou que pudesse ter posto em perigo o “regime democrático”. Listas com nome de funcionários, professores e estudantes foram enviadas pelos diretores das unidades universitárias à C.I, assim como denúncias de diretores sobre a circulação de panfletos subversivos distribuídos nos espaços da universidade. Após o término das investigações, um relatório final foi produzido e enviado ao MEC contendo um levantamento das ações realizadas e os materiais “subversivos” apreendidos.

Todavia, o que nos chama mais atenção neste processo é que no dia 9 de maio o presidente da Comissão, professor Levindo Lambert, encaminhou um ofício ao comandante da ID-4 exigindo orientações necessárias sobre como deveria proceder as investigações para se alcançar o real objetivo daquela missão¹¹. Infelizmente, o acervo consultado não nos apresentou a resposta desse ofício, que nos possibilitaria compreender os meandros e as táticas daquelas investigações, assim como os critérios da ID-4, se é que havia um naquele momento.

Contudo, a fonte mostra como a instituição militar, mais uma vez, torna-se um dos principais atores políticos com quem a UMG, nesse caso representado pela Comissão de Inquérito, se relacionou ao adotar suas normas e valores institucionais. Além da ID-4, a comissão entrou em contato com o Departamento de Vigilância Social, vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas, exigindo documentações e orientações que pudessem contribuir

⁹ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0029_d.

¹⁰ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_002_d.

¹¹ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0006_d.



para os avanços da investigação. Nesse caso, 31 prontuários político-sociais de estudantes foram enviados, assim como matérias “subversivas” produzidas pelo movimento estudantil mineiro, dentre eles, destacam-se dois do DCE da PUC-MG denunciando as invasões militares naquela universidade, manifestando apoio à UNE, aos líderes sindicais e camponeses; e o segundo material faz uma análise de conjuntura sobre os acontecimentos em Belo Horizonte desde o golpe¹².

Investigações dessa natureza também foram realizadas novamente no mesmo ano. Em junho, o MEC ordenou a instalação de Comissões Especiais de Inquéritos (CEI) em todas as unidades universitárias da UMG, justificando que obteve informações de que estudantes latino-americanos estariam promovendo ações subversivas no meio universitário.

Dessa forma, o Reitor solicitou que, num prazo de 10 dias, os diretores das escolas e faculdades realizassem uma rigorosa investigação sobre todos os estudantes latinos matriculados. Isso alterou a dinâmica interna dessas repartições que tiveram que atender a esse pedido, enviando lista nominal de todos os estudantes latinos matriculados nos respectivos departamentos, assim como deslocando professores e estudantes a prestarem depoimentos sobre o comportamento dos estudantes estrangeiros em sala e fora dela.

O caso mais emblemático é o da estudante boliviana do Conservatório de Música, Yolanda Mery Moya Rios. Os investigadores além de interrogaram os secretários, professores e colegas de classe da boliviana, foram até o endereço residencial da estudante coletar depoimentos das irmãs da Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. Porém, mesmo coletando inúmeros depoimentos, a CEI não encontrou indícios de atividade subversiva realizada pela estudante Yolanda M. M. Rios¹³.

Em 12 de junho de 1964, mais uma vez, a UMG foi palco da violência liderada pelo Comandante da Infantaria Divisória-4, da 4ª Região Militar, o General Brigadeiro Carlos Luiz Guedes. O prédio da Faculdade de Filosofia (FAFI) sofreu uma intervenção militar, de onde foi afastado temporariamente o diretor e assumindo como interventor o Coronel Expedito Orsi Pimenta, este escolhido pelo Comandante da ID-4 General Guedes.

Em ofício enviado ao Reitor, a justificativa utilizada pelo Comandante da ID-4 para tal ação era de que a intervenção tinha como objetivo dar cobertura aos trabalhos investigativos que estavam sendo realizados ali, visto que tinham fortes indícios da presença de elementos

¹² Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0006_d.

¹³ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0026_d.



“subversivos” que buscavam promover a agitação do meio estudantil da FAFI¹⁴. Em uma reportagem publicada no jornal *Correio de Minas*, o Coronel Expedito Orsi Pimenta se reuniu com professores e o diretor afastado da Faculdade de Filosofia a fim de apurar quem eram os estudantes que vinham distribuindo panfletos subversivos produzidos pela “extinta UNE” nessa escola e em outras unidades. Os documentos com a assinatura da UNE foram encontrados em vestiários, salas de aula e no restaurante universitário, além disso, a intervenção prendeu três estudantes.

O que mais chamou atenção nesse episódio foi o agendamento de uma reunião entre o interventor e membros da Congregação da FAFI para decidir a lista tríplice para a escolha do novo diretor, o que nos leva a crer que, mais uma vez, a ID-4 queria influenciar na escolha de um nome para aquela faculdade, considerada por eles como subversiva. Contudo, o referido jornal noticiou que tal reunião não foi adiante, como comprova o ofício enviado pelo interventor Ten. Cor. Expedito Orso Pimenta à Reitoria, no dia 16 de junho, informando que as aulas retornariam no dia 17 sob a responsabilidade do seu antigo Diretor, prof. Dr. Emanuel Brandão Fontes¹⁵. A pergunta que fica solta é: será que a ID-4 tinha um plano de militarizar a UMG naquele momento por considerá-la um espaço de resistência política, porém teria voltado atrás devido ao fato do regime militar ainda não ter apoio da sociedade civil?

No dia 9 de julho, novamente, a ID-4 entra em cena e, agora, intervém no coração da UMG. Publica a Portaria nº1/64, na qual informa que o Ten. Cor. Expedito Orsi Pimenta é o novo interventor da UMG, nomeando pelo General Brigadeiro Carlos Luiz Guedes. Além do afastamento do Reitor Aluísio Pimenta, o interventor resolveu afastar todos os estudantes, professores e funcionários das unidades universitárias que tinham passagem em IPM ou que respondiam em algum processo acusado de atividade “subversiva”. A manchete do jornal *O Diário*, de 12 de junho, criticava a decisão precipitada da ID-4 por colocar em xeque os objetivos da “revolução”:

A suspensão da intervenção na Universidade de Minas Gerais liquidou mais um desses equívocos, desses atos inoportunos e inadequados, que podem comprometer perante a opinião pública uma revolução que foi necessária e patriótica.¹⁶

O jornal, em tom salvacionista, afirma que o Presidente Castelo Branco teria revogado a intervenção da UMG assim que soube a fim de reverter esse desagradável “incidente”. Mesmo

¹⁴ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0030_d.

¹⁵ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0030_d.

¹⁶ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0030_d.



assim não deixou de legitimar a ação da ID-4 como uma tentativa de coibir atividades comunistas na UMG, visto que Minas Gerais teria sido desde sempre um dos maiores redutos anticomunistas do Brasil, e cita que foi da capital deste estado que saíram os tanques de guerra para combater a infiltração comunista que queria tomar o poder no país. Cita também que o “esquerdismo universitário” tem diminuído desde o início da “revolução”, visto que houve um processo de dissolução das principais “centros de agitação ideológica”. Contudo, finaliza destacando que a intervenção foi fruto de um ato infeliz e desnecessário o qual feriu uma das universidades mais importantes do país e afastou um dos cientistas nacionais mais reconhecidos de sua área do cargo de Reitor¹⁷.

Na tarde do dia 9 de julho, oficiais do Exército compareceram ao Gabinete da Reitoria para entregar pessoalmente a Portaria nº 01/64 a Aluísio Pimenta. Nessa, o comando da ID-4 ordenou o afastamento de Pimenta de seu cargo. Ao chegar a casa, o Reitor afastado produziu um telegrama de protesto destinado ao Presidente Castelo Branco, ao Ministro da Justiça, da Guerra e da Educação, denunciando a arbitrariedade que sofria a universidade com aquela intervenção e exigia que a autonomia universitária fosse garantida e preservada¹⁸.

Diante disso, o projeto da ID-4, cuja finalidade era controlar a UMG pondo um militar para ocupar o mais alto cargo político daquela autarquia para promover o expurgo de todos aqueles que faziam oposição ao novo regime, se enfraquecia diante de seus olhos, uma vez que esse projeto autoritário não foi aceito pela sociedade civil, como apontam os principais periódicos locais à época que noticiaram aquela postura como um ato infeliz que ia contra o propósito da “revolução”; outro ator político que não apoiou a insurgência dos militares de Belo Horizonte foi o governo Castelo Branco, dada a articulação do reitor Aluísio Pimenta de denunciar aquela atrocidade por meio de uma carta e telegramas enviados não apenas às autoridades federais como também ao Conselho Universitário, professores e à sociedade mineira, onde afirmou:

Considero de meu dever comunicar que a Universidade de Minas Gerais acaba de ser colocada sob regime de intervenção militar, por ordem escrita do Senhor General Comandante da IV Região. Surpreendido com fato de tamanha gravidade, atentatório à autonomia de nossa mais alta instituição educacional e cultural, fi-lo chegar ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Ministro da Educação e Cultura e Governador do Estado. Junto aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Presidente do Conselho Federal de Educação, Ministro da Guerra e Ministro da Justiça. Também professores da

¹⁷ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0030_d.

¹⁸ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0030_d.



U.M.G., lavrei o meu protesto, exprimindo a esperança de que as autoridades federais considerem devidamente o assunto.¹⁹

No dia 11 do mesmo mês, o projeto autoritário da ID-4 cai por terra, dada as repercussões negativas, o reitor Pimenta recebe uma ligação do Gabinete da Interventoria informando que o Tenente-Coronel Expedito Orsi Pimenta desejava marcar uma hora em sua residência. Lá, o militar informou que o General Carlos Luís Guedes recebeu ordens do Presidente da República exigindo a suspensão da intervenção militar na Universidade de Minas Gerais, o que, mais uma vez, torna evidente que a ID-4 agia de forma autônoma em Belo Horizonte e, principalmente, sobre questões relacionadas a UMG. Sem o apoio da cúpula militar, dos empresários do meio de comunicação locais e da sociedade belo-horizontina, a IV Região Militar não viu outra saída se não recuar com sua decisão.

Em entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) em 1978, ao projeto “História da ciência no Brasil”, Aluísio Pimenta afirma que a UMG já vinha sofrendo uma certa pressão dos militares – leia-se ID-4 – devido a sua resistência de não seguir as ordens dos militares, contudo a pressão foi aumentando até que o General Guedes decidiu intervir e reprimir a universidade, contudo, ressalta:

Deve-se reestudar um fato importante: houve um apoio total de Belo Horizonte e de Minas Gerais, muita gente do Brasil, ao reitor da universidade e à instituição. Os jornais todos de Belo Horizonte, o Magalhães Pinto, o governador; o Milton Campos, a Câmara Federal – não lembro agora qual foi o deputado que apresentou moção contra a intervenção na Assembleia Legislativa (PIMENTA, 2010 [1978], p.77).

Por meio de ofícios enviados às autoridades federais e do relato de Aluísio concedido ao CPDOC, observa-se como a Universidade de Minas Gerais era vista como um centro de resistência política e que deveria ser combatido. Além disso, por meio do depoimento, torna-se evidente, mais uma vez, que a ID-4, mesmo fazendo uso do discurso anticomunista, não conseguiu o apoio da população, dos principais jornais que faziam campanhas de combate ao comunismo em Belo Horizonte e, sobretudo, do Estado. Dessa forma, cinco dias depois de intervir na Reitoria, a ID-4 restituiu Aluísio Pimenta para o seu antigo cargo, contudo as perseguições e pressões institucionais sofridas até aqui eram apenas o início de tempos nebulosos que estavam a caminho.

Considerações finais

¹⁹ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0030_d.



Diante disso, o presente artigo teve como objetivo demonstrar como, já nos primeiros meses após o golpe civil-militar, a Universidade de Minas Gerais foi alvo de inúmeras interferências do Ministério da Educação e, sobretudo, da Infantaria Divisória-4, da IV Região Militar, dando maior destaque a esse último, visto que após a consolidação do fatídico 31 de março, a universidade teve seu calendário acadêmico suspenso devido ao fato de ela ter se tornado sede de contingentes policiais. Ademais, o DCE foi invadido e teve seus materiais apreendidos e alguns DAs foram dissolvidos por ordens da ID-4; essa mesma instituição militar também foi responsável por decidir sobre a possibilidade do retorno parcial ou integral das aulas na UMG; e, por fim, foi esse Comando que decidiu intervir na Faculdade de Filosofia, onde afastou professores, assim como realizou a intervenção da Reitoria em julho de 1964.

Portanto, buscou-se apontar a manifestação de ações autoritárias no primeiro ano do regime, com maior profundidade sobre o caso da UMG, fazendo, assim, um contraponto à tese do historiador Marco Antonio Villa, que defende um novo recorte temporal, até então considerado clássico na historiografia e estudos que versam sobre ditadura militar brasileira, onde afirma que se deve considerar que a ditadura militar brasileira só teve início em 1968. Ao encurtar o início deste processo histórico para 1968, Villa silencia todas as formas de vigilância, repressão, tortura, censura e perseguições políticas que ocorreram entre 1964-1968, todas as entidades de representações que foram postas na ilegalidade, como foi o caso da UNE; todos os sindicatos que foram fechados ou tiveram seus dirigentes substituídos; todas as formas de violência simbólica e diretas que professores e estudantes universitários sofreram nesses quatro primeiros anos após o golpe civil-militar.

Referências:

Periódicos:

Estado de Minas

Correio de Minas

Outros Acervos:

PIMENTA, Aluísio. Aluísio Pimenta (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, **CPDOC**, 2010. 84p. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/aluisio-pimenta>. Acesso em: 01 jul. 2018.

Bibliografia:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Alves Estado e Oposição no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes. 1984.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. IN: RIOUX, Jean-Pierr & SIRINELLI, Jean-François. (org.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998, p.349- 363.



- DREIFUSS, René. **1964. A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- GARCIA, Miliandre. **Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- KUSCHNIR, Karina., CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia política. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, v.13, nº13, 1999, p.227-250.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar (1964 – 1968)**. Papirus, Campinas, 1987.
- MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. **Uma história da UNE (1945-1964)**. Campinas: Pontes Editores, 2014.
- MOTTA, Rodrigues Patto Sá. Operação Limpeza. In: _____. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.23-64.
- MOTTA, _____. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi** (Rio J.) [online]. 2008, vol.9, n.16, pp.30-67.
- MOTTA, _____. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. IN: ABREU, Luciano A. de; MOTTA, Rodrigo P.S. (org.) **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV/Edicpucrs, 2013, p. 9-32.
- MOTTA, _____. Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias. **Acervo** (Rio de Janeiro), v.16, p.58.
- MOTTA, _____. O Segundo Grande Surto Anticomunista: 1961-1964. IN: MOTTA, Rodrigues Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo : Perspectiva, 2002, p.231-278.
- MULLER, Angelica. **O movimento estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Gramond/FAPERJ,2016.
- MULLER, _____. Violações de direitos humanos na Universidade. IN: BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório Final: Volume II. 2014, p. 265-298.
- NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica. **Historia y problemas del siglo XX**. Vol. 2, Ano 2. 2011.
- NAPOLITANO, _____. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São. Paulo: Contexto, 2014.
- PEREIRA, Ludimila Gama. O golpe civil-militar e a FNFi: a tentativa de controle da "subversão universitária" (1964-1969). In: _____. **O historiador e o agente da História: os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 88-141.
- PERREIRA, _____. A ditadura empresarial militar na Universidade Federal Fluminense: a Assessoria de Segurança e Informações e a sistematização do controle, da censura e da repressão aos docentes nos anos 1970. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017, 2017, Niterói. **Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017**, 2017.
- VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira - 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: Leya, 2014.



O imaginário social na instauração da República em Portugal e na ditadura de Sidónio Pais: contrastes e aproximações

Social imaginary during First Portuguese Republic and during the Sidonio Pais dictatorship

Ana Maria Saldanha

Doutora pela Universidade de Lisboa e Université Stendhal - Grenoble III
Instituto Politécnico de Macau (IPM)
anasaldanha2@gmail.com

Recebido em: 25/05/2018

Aprovado em: 20/08/2018

Resumo: Debruçar-nos-emos sobre o período que decorre entre a instauração da República, a 5 de outubro de 1910 e o período ditatorial sidonista (1917-1918). Consideramos que a cada um destes períodos corresponde a manifestação de um imaginário social, ao qual subjazem determinadas imagens e símbolos. Neste sentido, consideramos que durante a instauração da República, o poder que viria a ser dominante, e que derruba a monarquia, recorre a uma imagética e simbologia em que a força de um coletivo supera a ideia até então predominante de um herói nacional – esta última consubstanciada num imaginário religioso-imperial e sebastianista –, a qual, no entanto, vir-se-ia a manifestar, de novo, durante a ditadura sidonista.

Palavras-chave: imaginário, República, Sidónio Pais, herói individual, herói coletivo.

Abstract: We shall look at the period between the establishment of the Republic on 5 October 1910 and the Sidónio Pais dictatorial period. We consider that each one of these periods correspond to a specific social imaginary, to which certain images and symbols underlie. In this sense, we consider that during the establishment of the Republic, the power that would become dominant, and that overthrows the monarchy, appealed to an imagery and symbolism in which the strength of a collective surpasses the idea of a national hero (that until then prevailed), which, however, would be manifested, again, during the Sidónio Pais dictatorship.

Keywords: imaginary, Republic, Sidónio Pais, individual hero, collective hero.

Introdução

Com este artigo, pretendemos compreender de que forma, em Portugal, uma força social, coletivamente considerada, levou adiante um novo processo sociopolítico – a República –, cuja simbologia e imagética se opuseram aos que haviam sido veiculados durante a monarquia. Nesse



sentido, acompanharemos as alterações e contradições simbólicas operadas durante a Primeira República, dando um enfoque especial à ditadura de Sidónio Pais.

Consideramos que a leitura da História não pode ser desvinculada das lutas sociais e, conseqüentemente, do ambiente político em que aquelas se inserem, razão pela qual consideramos que tampouco o imaginário pode ser estudado e lido sem que nele compreendamos um conteúdo político-social (ou, se quisermos, histórico).

Definida, usualmente, como uma faculdade do espírito humano capaz de produzir imagens na ausência de objetos que as provoquem, a imaginação tem uma ligação direta com as percepções humanas, possibilitando ao Homem libertar-se do mundo sensível, percecionado como real, e de criar livremente.

Foi, no entanto, necessário esperar por Jean-Paul Sartre para que a imagem fosse descrita como um ato de pensamento autêntico, como uma verdadeira espontaneidade criativa (apud BERNIS, 1985,p.6). Ponderada como uma forma de pensamento que vale por si mesma, considera-se, a partir de então, que imagem e percepção coexistem na consciência humana, tornando-se a imagem numa transposição da percepção, ou seja, no seu análogo simbólico (apud BERNIS, 1985, p. 6). Se, graças a Kant, a imaginação deixara de estar associada ao conhecimento e à realidade para se associar ao sonho e à criação artística, com Sartre, a imagem muda definitivamente de estatuto, tornando-se num ato de pensamento autêntico.

Graças ao contributo de novas orientações, a imaginação, o imaginário e a imagem foram, progressivamente, integrados em novos processos de investigação, mesmo se por modelos e postulados diferentes. De forma a se complementarem no enriquecimento de uma leitura do imaginário, várias foram as teorias que lhe conferiram um conceito metodológico e reflexivo, afastando-o das primeiras aceções que lhe foram atribuídas.

Segundo diferentes teorias, filosóficas, sociológicas, ou antropológicas, que se debruçaram sobre a imaginação e o imaginário, ora se considera a imaginação como uma faculdade de representação, intermediária entre a sensação e o conceito, ora, paradoxalmente, se lhe atribui a origem da consciência de toda e qualquer representação. Independentemente do ponto de vista abordado, a imagem parece dizer sempre mais do que aquilo que, aparentemente, mostra.

Assim sendo, consideramos, neste trabalho, que a imaginação constitui uma faculdade de representação do psiquismo, no seu conjunto, com todo o seu dinamismo orientado para o possível e, por vezes, para o irreal. Diferente da percepção, a imaginação permite a representação



de uma realidade ausente que apenas poderá estar presente através do ato imaginativo (ao contrário do ato perceptivo, que, através dos sentidos, permite uma apropriação da realidade). A imaginação possui, contudo, funções que se estendem para além da mera representação.

Tal como Bachelard (1942) defendeu, a imaginação não é uma mera forma de acesso à criação de seres e mundos imaginários, mas, igualmente, uma faculdade de explorar o imaginário. Consideramos, portanto, a imaginação no seu papel duplo de reprodução e de criação de sequências imagéticas. Não constituindo uma atitude meramente reprodutiva de imagens (reprodução de uma acção, objeto ou animal), a imaginação vai para além da realidade que nos é dada pelos órgãos dos sentidos e penetra no imaginário, que, desta forma, manifesta uma capacidade inventiva. As imagens criadas pela imaginação, e manifestadas através do imaginário, podem produzir-se em conformidade ou em discordância com a realidade de um objeto ou animal, anteriormente percebido. Objeto imaginário e objeto perceptivo constituem, conseqüentemente, dois objetos distintos: enquanto o objeto da percepção existe graças à experiência e à possibilidade de posse, o objeto imaginário depende do nosso trabalho mental, depende do sujeito que o elabora.

O imaginário corresponde a uma capacidade psíquica cuja função primordial é, tal como Sartre (2000; 2005) e Alain (1943) defenderam, constituída pela função imaginativa, a qual participa em toda a atividade humana. Real e irreal correspondem, neste sentido, a dois mundos que, ao longo do tempo, estiveram subjacentes à concepção de imaginação e de imaginário. Platão, por exemplo, havia considerado real qualquer coisa que oferecesse resistência e contato ao nosso esforço. Nesse sentido, os objetos imaginários contrapõem-se à realidade, a qual nos seria dada pelos órgãos dos sentidos.

Ao longo deste trabalho, seguiremos opções metodológicas propostas, quer por Cornélius Castoriadis (1999), quer por Gilbert Durand (2006). Com efeito, consideramos, na esteira do discípulo de Bachelard, Gilbert Durand, que o imaginário, povoado de símbolos, de mitos e de contos, constrói determinados valores sociais, sendo o resultado de imagens e de valores arquetípicos que são assimilados pelo sujeito imaginante. Partilhando, ainda, com Durand, o fato de o imaginário ser o vetor que ativa a faculdade do possível, consideramos, todavia, que o imaginário é mais uma faculdade do pensamento, paralelamente à realidade e à percepção, todos contribuindo para a manifestação plena e humanamente rica do pensamento e, conseqüentemente, da razão.



Nesse sentido, baseamos o presente trabalho nas estruturas antropológicas de Gilbert Durand, quem analisa as grandes estruturas que se encontram subjacentes aos mitos, afirmando a impossibilidade de existência de uma cultura sem mitos e sem símbolos. Para Durand, o mito precede a razão, enquanto o símbolo nos permite reflectir para além do conceito.

Durand critica, por conseguinte, tanto a tradição metafísica da imagem como a fenomenologia (incluindo Sartre), considerando que ambas veem a imagem como possuidora de propriedades pobres e passivas, ignorando a função psíquica e cultural da imagem:

L'image - aussi dégradée qu'on puisse la concevoir - est en elle-même porteuse d'un sens qui n'a pas à être recherché en dehors de la signification imaginaire. C'est finalement le sens figuré qui seul est significatif, le soi-disant sens propre n'étant qu'un cas particulier et mesquin du vaste courant sémantique qui draine les étymologies (DURAND, 1992, p. 24).

Paralelamente, seguiremos a proposta de Castoriadis no que concerne à aplicação da sua categoria de imaginário social. Para Castoriadis, a psicologia de um indivíduo baseia-se num *imaginário radical* (criador de novas representações), tal como o corpo social se apoia num imaginário (o *imaginário social*). Segundo Castoriadis, o imaginário social gera um magma de significações, de referências, de objetos, de papéis, que apenas tomam sentido numa determinada sociedade (da mesma forma que, inversamente, o que não se conforma com esse sistema de representações não existe para a sociedade em questão). A estas representações/significações, Castoriadis designa de *instituições*.

Para Castoriadis, qualquer representação individual é, nesse sentido, uma representação de si: tudo se situa sob o reino absoluto do princípio do prazer, o qual se encontra imbuído por uma libido primária e narcísica totalitária. Assim, para Castoriadis, o Homem não seria um animal razoável, mas antes um animal que é, antes de mais, louco, e que, posteriormente, se torna razoável. O imaginário radical de Castoriadis confunde-se, neste sentido, com o próprio poder de o ser humano fazer representações, pelo que o autor se rebela contra todos aqueles que dão primazia ao real, em detrimento da imagem.

O imaginário social, por seu lado, não é, para Castoriadis, o conjunto, ou a síntese, daquelas fantasmagorias privadas, por mais proféticas ou carismáticas que sejam (tais fantasmagorias já se encontram, aliás, segundo o autor, profundamente socializadas). E se, para Castoriadis, há uma irreduzibilidade da representação social para a representação psíquica, é porque o imaginário social é o que possibilita a constituição do indivíduo como um indivíduo social, apto para a vida em sociedade, ou seja, um indivíduo constitui-se como tal a partir da sua



participação em significações centrais coletivas, as quais o tiram da loucura autista em que havia vindo ao mundo.

Castoriadis coloca, em suma, uma complementaridade dinâmica entre o imaginário social (coletivo) e a imaginação radical do ser humano (singular) que faz com que o indivíduo e o social se unam em um único movimento *historicizado* de autotransformação.

Consideramos, ainda, no seguimento de Paul Ricoeur (1976; 2005), que a ideologia e a utopia constituem, por seu lado, duas facetas do imaginário social. Neste sentido, consideramos que ambas apresentam estruturas simétricas e são utilizadas de forma complementar, funcionando conjuntamente de forma a definir identidades coletivas de diferentes grupos humanos.

Segundo Ricoeur, a imaginação pode tomar dois caminhos distintos: garante da ordem ou destrutora daquela. No primeiro caso, a imaginação leva adiante "um processo de identificação que reflete a ordem. A imaginação aparente, neste caso, um quadro" (2005, p. 350). A ideologia representa, pois, esta primeira forma de imaginação, surgindo como garantia e salvaguarda. Tem, neste caso, como função, a preservação de grupos ou de indivíduos.

No segundo caso, a imaginação torna-se perturbadora, oferecendo uma imagem produtiva que "é outra coisa, algo fora" (2005, p. 350). A utopia encarna esta exteriorização, este olhar que não se sabe de onde vem radicalmente externo. Ora, segundo Ricoeur, tanto a ideologia como a utopia apresentam uma dimensão socialmente construtiva.

Para terminar, assinalamos que seguiremos, igualmente, a opção metodológica proposta por Saldanha (2011), segundo a qual o imaginário social português se pode subdividir em duas grandes manifestações, o *imaginário do protagonista coletivo* e o *imaginário do herói individual* (que ora se patenteiam alternada, ora concomitantemente).

O *imaginário do herói individual* testemunha a representação heroica e imperial de um indivíduo, que é, simultaneamente, o representante imperial de uma nação, conquanto o segundo, opondo-se simbólica e imagetivamente ao primeiro, destrói a imagem do salvador deificado, trazendo para o plano do imaginário a importância da ação coletiva como força motriz da mudança e da evolução histórica (SALDANHA, 2011).

Ao estudarmos a dualidade imagética aqui proposta baseamo-nos, em suma, na dialética dos processos sociais. Assim, o *imaginário do herói individual* é apropriado pelas classes dominantes



de organizações socioeconómicas que buscam na heroicidade de um passado a base simbólica para veicular valores de submissão e de conformismo, enquanto o *imaginário do protagonista coletivo*, reagindo ao simbolismo e mitologias do anterior, veicula a liberdade de ação coletiva.

Fomos, então, levados a considerar que os dois imaginários estão subjacentes a determinados períodos da História de Portugal. Com efeito, tendo em consideração a evolução social e o constante movimento dos processos históricos, consideramos que à instauração da República correspondeu a manifestação de um imaginário social no qual predomina a imagem de um herói, coletivamente considerado, conquanto na monarquia se manifestou o imaginário antagónico.

Apesar disso, consideramos que o imaginário do herói individual se manifesta, igualmente, em determinados períodos da República, sobretudo durante os períodos ditatoriais. No presente trabalho, centrar-nos-emos em um destes períodos: a ditadura de Sidónio Pais (1917-1918).

O imaginário do protagonista coletivo e o imaginário do herói individual

Quando atribuímos a um personagem, histórico ou mítico, a designação de herói, significa que a ele são outorgadas as características dos heróis da antiguidade. Ser semidivino, iluminado e/ou poderoso, ele distingue-se dos restantes seres humanos pelos seus atributos individuais.

O herói atravessou diferentes culturas e, em cada uma delas, assumiu características que haviam permitido a vitória de uma nação, a concretização de um desejo coletivo ou a implantação de uma ordem desejada. As obras épicas distinguem-se, aliás, das restantes narrativas pela exaltação do herói que domina todas as outras personagens: encontramos-lo na literatura persa (*Guilgamesh*), assim como na literatura grega ou indiana.

A epopeia grega clássica, por exemplo, oferece-nos diversos exemplos de heróis; eles são, frequentemente, filhos de um pai ou de uma mãe que possui uma natureza divina, tendo sido o seu nascimento precedido de um oráculo, de um sinal ou de um milagre. O homem acedia ao estatuto de herói através de um afrontamento com um opositor, bestializado e representado como o mais perigoso dos seres para uma determinada comunidade. A criação de um herói mítico, em contraposição a um opositor, causador de todo o tipo de males e que por aquele será vencido, tinha, assim, como objetivo, a retoma de uma ordem originária que fora perturbada pela monstruosidade do opositor do herói. Todos os cidadãos dever-se-iam, por conseguinte,



comportar como o herói, para, deste modo, serem reconhecidos pela comunidade e receber as benesses consequentes, frequentemente de ordem económica (o que permitia ao novo herói manter a sua posição como tal).

Ora, também os regimes totalitários e fascizantes buscaram a antonomásia heróis para glorificar uma política repressiva e/ou colonial, assim como para estabelecer uma ordem repressiva face a uma pretensa ameaça, frequentemente ideológica¹, exterior. O herói salva o mundo, renova-o, inaugura uma nova etapa ou ordem (cf. ELIADE, 1949). A sua magnificência é de uma importância coletiva tal que ele se impõe, frequentemente, como chefe político ou militar. O herói é, habitualmente, masculino.

A mulher, associada à maternidade e à sedução, é, sobretudo, representada como a tentação à qual o herói deve resistir para atingir os seus fins: ela representa, portanto, uma ameaça para a concretização das ações heroicas da personagem que deseja distinguir-se dos demais. Se, ao contrário, a mulher não representa uma ameaça ou uma tentação, ela aparece como a Sabedoria ou, no universo cristão, como a Graça que transporta a doçura, a tranquilidade ou a recompensa após um combate. Apesar disso, existem exemplos de heróis femininos (como as amazonas).

Afrontando os seus rivais, desejado pelas mulheres (como Ulisses), impondo-se à sociedade pela força dos seus valores e armas, o herói ganha o lugar desejado pela maioria dos homens. Ele apresenta, igualmente, uma característica etária: o herói acede ao patamar do heroísmo, sobretudo, quando jovem. A velhice passá-la-á, tranquilamente, num mundo terreno ou além-terra, num repouso merecido, graças à concretização de feitos heroicos durante a sua juventude.

O herói é, igualmente, em muitas ocasiões, assistido por um companheiro: Pátrocolo é o companheiro de Aquiles, Enkidou é o companheiro de Gilgamesh, Afonso Henriques é acompanhado por Soeiro Mendes (numa crónica mais antiga) ou por Egas Moniz (numa crónica mais recente). Os companheiros são, no entanto, meros coadjuvantes e não eliminam o carácter individual do herói.

Consideraremos, porém, a existência de um protagonista coletivo (SALDANHA, 2011), em oposição ao herói que acabamos de descrever.

¹ Remetemos o leitor para a Introdução deste trabalho e para a aceção de ideologia que aí formulamos, no seguimento da proposta de Paul Ricoeur.



As características individuais do herói elevam-no a um patamar que o aproxima de Deus (ou dos deuses), já que as suas particularidades são completamente distintas das que pertencem aos seres humanos ordinários. O protagonista coletivo, ao contrário, não encerra, nele próprio, estas características maravilhosas. Ele é constituído por um conjunto de seres humanos que, individualmente, não apresentam qualquer especificidade sobrenatural. O homem ou a mulher que se inserem no protagonista coletivo não se distinguem, por isso, dos demais: é, todavia, pela força coletiva destes homens ordinários que se concretizam atos aparentemente extraordinários ou inauditos. É, igualmente, graças a esta força coletiva que, por vezes, o protagonista coletivo pode assumir uma heroicidade cujas características parecem aproximá-lo do herói individual. Porém, os homens que, num determinado momento da história, constituíram o protagonista coletivo, não poderiam, individualmente, realizar os atos que, coletivamente, foram possíveis. O protagonista coletivo assume-se, deste modo, como um ente coletivo cujo devir histórico é por ele protagonizado. Unindo sinteticamente os opostos, o imaginário do protagonista coletivo compreende algumas das estruturas do regime noturno sintético do imaginário durandiano (cf. DURAND, 1992), sendo constituído por uma estrutura sintética na qual o futuro se torna presente (DURAND, 1992, p.348) graças à síntese que resulta da luta dos contrários (DURAND, 1992, p. 348).

O imaginário do herói individual apela, pois, à manifestação dos símbolos durandianos ascensionais (a verticalidade, a asa, o chefe), espetaculares (a luz, o sol) e diaréticos (o que corta e purifica, as armas) – os quais, por sua vez, exprimem a fuga perante o Tempo ou a vitória sobre a Morte. Ora, sendo que aqueles símbolos constituem sistemas de imagens polarizadas em volta da antítese Luz/Trevas, característica do regime diurno do imaginário durandiano consideramos que o imaginário do herói individual recorre à manifestação simbólica das estruturas diurnas do imaginário (as quais fornecem uma explicação para as atitudes sociais que fazem com que o homem busque, de forma obcecada, a distinção). O imaginário do herói individual implica, portanto, o regime diurno de imagens de Durand.

O imaginário do protagonista coletivo, por sua vez, valoriza a síntese, não como unificação, mas antes como salvaguarda das distinções e oposições. Ora, este carácter dialético ou contrastante do que Gilbert Durand caracterizou como estruturas de harmonização dos contrários é uma característica do regime noturno (sintético). Neste sentido, se compreendermos, no seguimento de Gilbert Durand, que esta estrutura do imaginário – fundada no mito de Jessé (o qual se encontra, por sua vez, na origem de mitos otimistas e progressistas do Ocidente) – é



progressista, podemos assimilar determinadas manifestações simbólicas do regime noturno durandiano ao imaginário do protagonista coletivo.

O herói individual e o protagonista coletivo: prevalência e luta simbólica

A República fizera apelo a imagens e símbolos, arquétipos típicos do imaginário do herói individual, que predominara durante a monarquia. Apesar disso, mitos arquétipos perduravam no imaginário social português, os quais o impediam de se libertar totalmente daqueles. Nesse sentido, assistimos a uma coexistência de ambos os imaginários, sobretudo até à instauração da ditadura de Sidónio Pais, momento a partir do qual volta a predominar, ainda que provisoriamente, o imaginário heroico e imperial. A sobrevivência deste imaginário, no período que se estende de 1910 a 1917, revela-se através da manutenção e da recriação mítica de heróis nacionais por parte dos republicanos.

A Geração de 70 (Antero de Quental (1842-1891), Eça de Queiroz (1845-1900), Oliveira Marques (1845-1894), entre outros), na sua busca de uma identidade portuguesa que se havia perdido, procurara encontrar figuras históricas que representassem a *raça* portuguesa, a nação, e, uma vez encontradas, mitificaram-nas.

Naquela mitificação heroica encontramos a ressurgência da figura de Camões, a qual, especialmente com Teófilo Braga (1843-1924), assume a função sintetizadora do Estado-nação, enquanto segundo Presidente da República Portuguesa. Teófilo Braga cria, assim, o *supra-Camões*: o poeta que teria morrido em 1580 (data do fim da independência nacional) é galvanizado, transformando-se a data da sua suposta morte na data representativa da afirmação nacional de independência. O carácter histórico de Camões foi, deste modo, gradualmente, substituído pelo mito, «uma espécie de santo padroeiro do culto da Humanidade segundo a doutrina de Augusto Comte» (MEDINA, 1986, p. 14). Nesta tentativa (vitoriosa) de assimilação do poeta à grandeza da própria nação, Teófilo de Braga utilizou um método de heroificação que se aproxima do método clerical de santificação.

Mitificando a imagem de Camões (exemplo a ser seguido), o imaginário do protagonista coletivo não foi, deste modo, capaz de subalternizar a imagem arquetípica do herói. Assistimos, assim, durante a República, a uma síntese de ambos os imaginários: Camões, mitificado, é o representante da República (cf. MEDINA, 1986). A mitificação de Camões é tanto mais patente quando os seus pretensos ossos são os primeiros a serem trasladados para o Panteão do Mosteiro dos Jerónimos. Segundo João Medina, Camões torna-se, então, num *arquimito*, utilizado pelo



P.R.P. – o Partido Republicano Português, numa “operação de convergência ou de assimilação dum Grande Mito Nacional” numa lógica recuperação da “ideologia patriótica [...] do Partido Republicano luso e [d]a figura emblemática do Bardo que cantava as Descobertas, a Expansão territorial e o Império” (MEDINA, 1986, p. 14).

Esta mitificação camoniana conduz o historiador João Medina a assimilar o *supra-Camões* setentista ao Encoberto messiânico: “o Camões mítico do Tricentenário passa a ser o Encoberto aguardado pelo messianismo de barrete frígio” (MEDINA, 1986, p. 16). A tradição simbólica de heroificação nacional de uma figura histórica é defendida por Guerra Junqueiro² (1850-1923) nos seguintes termos:

O Nome sagrado de Camões junta-nos hoje aqui em fraterno convívio, durante algumas horas. Camões é Portugal, e a festa de Camões o dia santo da Nação. Celebremos o herói religiosamente, vivendo este dia na sua alma, comungando no pão do seu espírito. Adorem-lo para nos sublimar, para que nos atraia e venha a nós. As línguas de fogo só descem quando se desejam, e os santos só nos ouvem quando estamos próximos.

Camões é o génio lusitano, a idealidade da raça, um herói. Pertence ao grupo dos mortais, dos que viveram no mundo o breve instante, com olhos de eternidade e de infinito.

A vida resolve-se em dor e amor, e ele amou e sofreu como poucos homens. Amou a justiça, amou a virtude, amou a beleza. Amou a Pátria na humanidade, a humanidade no universo, e o universo em Deus. E desse imenso amor fez colheita de luto e colheita de dor. Semeou beijos e nasceram-lhe víboras. Pôs na frente da Pátria um diadema de estrelas, e recebeu por galardão uma coroa de cardos (cit. in MEDINA, 1986, p. 17-18).

Na heroificação que faz de Camões, Junqueiro recorre aos símbolos religiosos, em estreita conexão com o positivismo comtiano. Camões torna-se, assim, num *santo* laico. A teoria comtiana³ deixou, desta forma, a sua influência no campo do imaginário. Por um lado, o republicanismo assimilou a *teoria dos três estados* e a crença na necessidade imperiosa do advento de um *estado positivo* e, por outro, assimilou (mesmo se timidamente) as teses místicas comtianas.

²Alberto Manuel Guerra Junqueiro (1850-1923), foi um poeta, jornalista e escritor português, dedicado à causa republicana, a qual enalteceu em vários dos seus poemas. Foi um dos mais proeminentes escritores do realismo português.

³Isidore Auguste François Xavier Comte (1798-1857), fundador da escola positivista, defende que a filosofia positiva permite a progressão da ciência e a reorganização da sociedade. Segundo a lei dos estados teológico ou fictício, metafísico ou abstrato e positivo ou científico, a humanidade caminhava para o progresso baseado na *verdade científica*. Alguns dos discípulos de Comte criticarão, contudo, o seu regresso a concepções metafísicas que, inicialmente, buscara ultrapassar, nomeadamente com a defesa de uma *religião da humanidade*.



Embora, em Portugal, o positivismo se tenha caracterizado, fundamentalmente, pelo cientismo e por uma crença na evolução e no progresso, a pretensão de institucionalizar uma *religião da humanidade – o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim*– não foi completamente posta de parte. A síntese imagética do misticismo comtiano e da imagem arquetípica do *herói* permitiram, por conseguinte, a ressurgência mítica de heróis nacionais, de que é exemplo o *supra-Camões* teofilino ou junqueiriano.

Os símbolos religiosos não foram, em conclusão, abandonados pela República, antes tendo sido recriados: a simbologia judaico-cristã é, então, paganizada ou laicizada com o intuito de aviltar a nação imperial portuguesa. No seu Manifesto de 1891, o P.R.P. já defendera a «criação de um Panteão nacional para as honras cívicas» (parte I). A ideia de Império, nação superior que Camões tão bem havia descrito na sua epopeia *Os Lusíadas*, encontra-se, desta forma, subjacente, em parte, à própria ideia de República, na continuidade do ideário imperial oitocentista.

Não obstante a coabitação imagética entre o imaginário do protagonista coletivo e o imaginário do herói individual, o primeiro prevalece. Nesse sentido, o apelo a um imaginário no qual as massas derrotam o herói para construir uma alternativa, é a imagem prevalecente no discurso e simbologia republicanos.

A Primeira República: História e imaginário

Várias têm sido as interpretações sobre a Primeira República⁴ e os acontecimentos que lhe deram origem. É, no entanto, consensual que tenha durado de 5 de outubro de 1910 a 28 de maio de 1926, quando um golpe de estado militar lhe põe término.

Em geral, os historiadores que sobre este período se debruçaram dividem-se em dois grandes campos: por um lado, encontra-se a historiografia que considera a Primeira República como um momento de rutura relativamente à Monarquia Constitucional que a precedera, por outro, encontra-se a historiografia que, ao invés de considerar a Primeira República como uma rutura face ao período anterior, antes a insere num continuum liberal que remonta ao século XIX.

⁴ Relativamente aos diversos trabalhos publicados sobre a Primeira República, aconselhamos a leitura da Conferência de António Candeias, "A Primeira República Portuguesa (1910)1926): educação, ruptura e continuidade – um balanço crítico", disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15055.pdf>



Dentro da primeira leitura da historiografia primo-republicana encontra-se António de Oliveira Marques (1978, 1981, 1991, 2000), mas também outros autores como António José Tejo (1980,1984), Jacinto Baptista (1983) e Fernando Catroga (2000), este último incidindo o seu estudo sobre a formação e ideologia do movimento republicano português. Dentro da segunda leitura, encontram-se autores como Armando de Castro (1971, 1979) ou Manuel Villaverde Cabral (1979). Os autores que se inclinam para esta leitura historiográfica consideram a Primeira República como um fenómeno emergente de uma crise que despoletara na década de 80 do século XIX, num momento em que os países de capitalismo mais avançado condicionavam o desenvolvimento dos países capitalistas mais atrasados (RIOUX, 1971).

O certo é que a proclamação da República, apesar de incongruências e de conflitos internos, constituiu um momento maior da História de Portugal. Em termos imagéticos, e como já referimos, este momento maior foi protagonizado por um imaginário social que apelara à ação motora do povo. Esta ação não perdurará, porém, de forma homogênea, ao longo da Primeira República.

Durante a Monarquia, a luta pela República ganhara adeptos crescentes entre as várias camadas da população, sobretudo entre as massas populares, que, a 5 de outubro de 1910, lhe manifestam o seu apoio. Estas manifestações populares de apoio realizaram-se, sobretudo, nos grandes centros urbanos, em particular na região de Lisboa. O povo, na sua aspiração a melhores condições de vida e de trabalho, por mais direitos e justiça social, provoca uma mudança social e histórica, ocupando as ruas e afirmando a soberania nacional. Estas manifestações apenas podem ser compreendidas considerando a força do conjunto das massas populares, que, pretendendo uma ordem e valores novos, possibilitaram o ressurgimento de um imaginário que se acordasse com as suas aspirações.

O mito messiânico da crença num herói *salvador* da nação é, assim, transposto para um plano secundário. Não é o rei-salvador que se espera, pelo que a mudança não é transposta para um hipotético herói, mas para a força assumida por um coletivo.

As condições sociais e laborais propostas pelos republicanos, e que haviam permitido a ressurgência de um imaginário social contrário ao conservadorismo mítico sebastianista, não seriam, contudo, plenamente realizadas. Nalguns casos (como no direito ao voto) verificou-se um recuo. Esta situação, agravada pela entrada em guerra de Portugal, ao lado dos Aliados, criou um desânimo crescente e o entusiasmo inicial foi-se esbatendo.



As imagens de esperança, de avanços, de construção de uma nova era, impulsionadas pelos republicanos, e assimiladas pela população, começam, gradualmente, a dar origem à imagem sebastianista de um *chefe-salvador*, num retorno aos arquétipos do monarca soberano (DURAND, 1992, p. 156), permitindo o (re)nascimento da ideia de um país que busca um rumo e uma nova era (que, num determinado momento da Primeira República, já se considerava perdida). A Idade do Ouro prometida voltara a ser uma aspiração. As imagens construtivas de um progresso social, subjacentes à ideia de um novo sistema político, são, assim, superadas por mitos arquétipos messiânicos.

Os avanços republicanos

A implantação da República conduziu ao poder o Partido Republicano, tendo sido formado um governo provisório sob a presidência de Teófilo Braga. Nos primeiros dez meses de governação, o Governo Provisório concretiza algumas das reformas propostas pelo Partido Republicano, consolidando o regime e logrando o reconhecimento exterior. Porém, após o primeiro ano de governação, o governo republicano afasta-se das exigências e esperanças populares, iniciando uma (auto)destruição simbólica e, conseqüentemente, imagética do ideário republicano.

A 28 de maio de 1911 realizam-se as primeiras eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, a qual elabora uma nova Constituição (Constituição de 1911). Novas e importantes transformações na vida política do país são homologadas pela Lei fundamental, na qual se consagram os direitos e garantias individuais e o pluripartidarismo.

Um dos aspetos mais revolucionários desta Constituição consistiu na laicização do Estado. Previu-se a igualdade de todos os cultos, sem dar qualquer tipo de primazia à Igreja Católica. Separa-se a Igreja do Estado (Lei de 20 de abril de 1911), estipulando-se a nacionalização dos bens eclesiásticos. O ensino religioso nas escolas públicas é proibido e institui-se o registo civil obrigatório para os nascimentos, matrimónios, divórcios e óbitos, como defendera o P.R.P., desde a sua constituição: “Liberdade de consciência e igualdade civil e política para todos os cultos. Abolição do juramento nos atos civis e políticos. Registo civil obrigatório para os nascimentos, casamentos e óbitos. Liberdade de imprensa, de discussão e ensino” (*Manifesto do P.R.P. de 1891*, parte II, artigo 2º, ponto 1).

No plano político, estabelece-se a representatividade parlamentar, assim como a separação tripartida de poderes: o poder legislativo cabe ao parlamento – o Congresso da



República –, o poder executivo reparte-se entre o governo e o Presidente da República, competindo o poder judicial aos Tribunais. Institui-se, portanto, um regime parlamentarista, no qual predomina o poder legislativo relativamente ao poder executivo: o Governo deve assumir as suas responsabilidades perante o Congresso, o qual possui o poder de destituição do Presidente da República (eleito por sufrágio).

No plano laboral, vários são, igualmente, os progressos, ganhos, frequentemente, graças à capacidade de reivindicação dos trabalhadores⁵. No diploma legal de 10 de maio de 1919, o regime de duração do trabalho é alterado, fixando-se a duração máxima de oito horas diárias⁶ e de quarenta e oito horas semanais (para o comércio, a função pública e a indústria).

A República reconhece, igualmente, o direito à associação profissional para efeitos de cessação de trabalho: o direito à greve é, finalmente, conquistado. Por outro lado, no sentido de promover a qualidade de vida da população é criado um Serviço de Assistência Pública. Adotam-se, desta forma, diplomas que criam o seguro social obrigatório contra desastres no trabalho e o seguro social obrigatório na doença, na invalidez, na velhice e na sobrevivência– todos datados de 10 de Maio de 1919. Graças à política de instrução da República, reduz-se, significativamente, o analfabetismo: de 75.1%, em 1911, passa para 67.8%, em 1930 (OLIVEIRA MARQUES, 2011).

Não obstante os importantes progressos sociais, o Partido Republicano encontrava-se dividido. As divisões internas no seio do Partido Republicano originaram, aliás, a criação de diferentes partidos, nomeadamente após o Congresso do P.R.P. de 27 e 30 de outubro de 1911: surgem, desta forma, o Partido Democrático ou Partido Republicano Português (1912), o Partido Evolucionista (1912) (partido pouco representativo) e a União Republicana ou Partido da União Republicana (1912). O Partido Socialista continuava, por seu lado, ativo.

Os recuos e a descrença na República

⁵ Rapidamente os avanços republicanos ficam, porém, aquém das expectativas. Assim, a 29 e 30 de janeiro de 1912 eclode a primeira greve geral. Numa primeira fase, o governo opta pela negociação. Numa segunda fase, o governo decreta o estado de sítio em Lisboa (onde se situava o órgão dirigente do movimento, a União de Sindicatos de Lisboa), encerrando a sede do movimento operário (Casa Sindical) e prendendo centenas de pessoas. Não obstante, os movimentos de reivindicação prosseguem. Entre 1911 e 1914 organizam-se diversos congressos de trabalhadores e desenvolve-se, em paralelo, o movimento anarquista. Perante o desenvolvimento das lutas e reivindicações sociais, é criado, em 1916, o Ministério do Trabalho e da Providência Social.

⁶ Igualmente adoptada em França, a lei das *oito horas* resulta da sua aprovação na Conferência de Paz de Paris, a 28 de junho de 1919. Os Aliados (incluindo Portugal) e a Alemanha assinam um acordo, no qual se recomenda a jornada diária de oito horas de trabalho. Em novembro, por ocasião da Conferência Internacional do Trabalho, em Washington, reafirma-se o princípio *civilizacional* das oito horas diárias. Desta Conferência sairá, aliás, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual Portugal é membro fundador.



Apesar dos avanços sociais, das conquistas laborais alcançadas e do estabelecimento de uma proteção social universal, a Primeira República confrontou-se com diversos problemas internos que tiveram como consequência uma crise permanente das instituições.

Várias são as causas apontadas para a crise que conduziu à queda da Primeira República e para o gradual afastamento da população portuguesa do novo regime: a oposição organizada dos sectores monárquicos e católicos à República, as divisões internas no seio do próprio Partido Republicano, a incapacidade do Congresso em estabelecer uma linha governativa única, o envio de soldados para a Primeira Grande Guerra, a crise económica e a consequente agitação social.

As limitações à Lei da Greve publicada em dezembro de 1910, numa conjuntura em que as greves se sucediam, contribuíram para exaltar os ânimos das classes populares. Em janeiro de 1911, batalhões de voluntários da República manifestaram-se contra os movimentos grevistas, ato que, desde logo, nos remete para as hostilidades que cedo se começaram a manifestar entre o movimento operário e o regime republicano. Entre 1910 e 1917, e entre 1919 e 1921, várias greves agitaram o país. Aproveitando-se da instabilidade social, diversos grupos católicos e monárquicos ganham importância, sobretudo a partir de 1917. Paralelamente, desenvolve-se uma oposição de *esquerda*, na qual grupos de intelectuais procuram encontrar soluções para a difícil situação económica e social do país (de que é exemplo o grupo fundador da Revista *Seara Nova*).

A desilusão republicana e a fragilidade da economia conduziram, entre 1910 e 1915, a uma emigração maciça para o Brasil e para a América do Norte. A pequena reserva financeira conseguida por Afonso Costa não foi, por seu lado, suficiente para dar confiança às classes abastadas e travar a crescente fuga de capitais para o estrangeiro; o défice do comércio externo crescia e as exportações diminuía (OLIVEIRA MARQUES, 2011).

Em quinze anos e oito meses, a Primeira República teve um total de quarenta e cinco governos, oito eleições gerais e oito presidentes. A República portuguesa foi, por conseguinte, o regime parlamentar mais instável da Europa: “na ‘arena da República’, as paixões pessoais e ideológicas entrecrocaram-se, tendo desencadeado forças que prepararam o terreno para a intervenção dos militares na política e para a instauração da ditadura” (WHEELER, 1979, p. 865).

Neste contexto, cresce, entre os militares, a crença de que as forças militares seriam o baluarte da independência nacional e o guardião das liberdades da população, estando destinadas a *salvar* o país das carências e erros republicanos. Prepara-se, assim, o terreno para a ressurgência



do imaginário do herói individual, no qual o Exército ou um dos seus chefes iria corresponder à imagem do *salvador* messiânico sebastianista, “roi juriste, prêtre ou guerrier” (DURAND, 1992, p. 162).

A Ditadura de Sidónio Pais: primeira ditadura consubstanciada no imaginário do herói individual

Uma ditadura lançará as bases imagéticas e políticas da ditadura militar que será instaurada em 1926. Referimo-nos à ditadura de Sidónio Pais que, apesar de breve, foi a primeira experiência ditatorial portuguesa (com a exceção da brevíssima ditadura de Pimenta de Castro, em 1915).

Em 1911, Manuel de Arriaga⁷ (1841-1917) (Partido Republicano) é eleito Presidente da República. Com o objetivo fundamental de manter as suas colónias, Portugal intervém na guerra de 1914-18, ao lado dos Aliados. Em janeiro de 1915, Manuel de Arriaga nomeia para Presidente do Conselho o General Pimenta de Castro (1846-1918), sem a sanção do Congresso. Até maio de 1915, Portugal foi, então, governado sob o signo de uma *proto-ditadura militar*, que contou com o apoio de unionistas, evolucionistas, uma parte do exército e monárquicos, assim como do próprio Presidente da República. A 14 de maio de 1915, os Democráticos rebelam-se contra esta tentativa de instauração de uma ditadura e fazem eclodir, em Lisboa, uma revolta armada, com o apoio da Marinha, de parte do exército, de civis, da Maçonaria e da Formiga Branca. O governo cai, Manuel de Arriaga demite-se e o Congresso elege, em sua substituição, Teófilo Braga. Nas eleições presidenciais de agosto de 1915 é eleito Bernardino Machado⁸.

A instabilidade política marcou, desta forma, os primeiros anos da República, situação que aliada ao esforço de guerra deu origem a um desastre económico: escassez de géneros, racionamento (entre as classes inferiores urbanas registaram-se situações de fome), consequente agitação social e repressão severa dos diferentes governos (OLIVEIRA MARQUES, 2011).

Na Primavera de 1917, quando os primeiros contingentes do Corpo Expedicionário Português (CEP) chegaram à frente de combate, as dificuldades de abastecimento, o açambarcamento e os altos preços provocaram a *revolução da batata*, com tumultos e assaltos em Lisboa e no Porto (OLIVEIRA MARQUES, 2011).

⁷ De seu nome completo, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue.

⁸ O mandato de Bernardino Machado findará em 1917.



O imaginário do herói individual ressurgirá naquele ano, revelando-se na religião, através das supostas aparições de Fátima, e na política, através da figura de Sidónio Pais.

A 5 de dezembro de 1917, algumas unidades de Lisboa revoltam-se sob a chefia de um ex-ministro, o Professor e Major Sidónio Pais⁹ (1872-1918) (então membro do Partido Unionista), dando início ao *dezembrismo*. O governo demite-se, Bernardino Machado é intimado a sair do país e é instaurada uma ditadura militar, autointitulada *República Nova*. Para além de destituir o Presidente da República e de dissolver o Congresso, Sidónio Pais decreta alterações à Constituição e concentra em si todos os poderes.

Em 1918, Sidónio Pais funda o Partido Nacional Republicano. Em 28 de abril do mesmo ano realizam-se eleições legislativas e presidenciais. Único candidato, Sidónio Pais é eleito Presidente da República. Nas eleições legislativas, os três grandes partidos da *República Velha* recusam-se a participar, pelo que os nacionais-republicanos elegem 108 deputados e 31 senadores, os monárquicos elegem 37 deputados e 8 senadores, os católicos 5 deputados, sendo, ainda, eleitos 5 deputados independentes. O Partido Unionista, de que foi membro Sidónio Pais, e que fora o seu principal apoio político na revolta militar, passa, entretanto, para a oposição.

Sidónio Pais instaura uma ditadura militar que se destaca pelos desfiles militares, cavalgadas pelas ruas e receções luxuosas. A mística do *chefe* atinge, com Sidónio Pais, a sua plenitude, reencarnando, no imaginário coletivo, o messianismo sebastianista. Na instituição do que intitulou de “ditadura revolucionária” (Pais, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*), Sidónio Pais surge como um homem instituído pela vontade divina, herói libertador da nação do jugo estrangeiro, congregador da vontade do povo. Como “chefe da Revolução” (Pais, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*), Sidónio Pais reclama, no entanto, o necessário apoio dos órgãos do Estado:

Chefe da Revolução de 5 de Dezembro, sinto vivo prazer em ter podido conduzir o país com a colaboração de todos os que tomaram parte no movimento revolucionário e o apoiaram após oito meses de dificuldades inúmeras e de áspera luta de todos os dias contra a demagogia, tendo sempre assegurado a ordem e respeito pelas liberdades públicas e pelos direitos individuais, a uma situação perfeitamente normalizada, em que a soberania nacional se exerce por intermédio dos seus legítimos órgãos (PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*).

⁹ Ministro do Fomento, no governo de João Chagas, de 4 de Setembro a 3 de novembro de 1911; Ministro das Finanças, no governo de Augusto de Vasconcelos, de 13 de novembro de 1911 a 16 de junho de 1912.



Crendo-se o representante e síntese da vontade coletiva da nação, Sidónio Pais afirma que a sua autoridade e governo se baseiam numa vontade superior do povo: “Foi para o povo que se fez a revolução de 5 de Dezembro [...]. Foi com os olhos sempre fitos no povo que governei durante o período ditatorial”(PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*). Pais considera-se, portanto, o messiânico destruidor de uma idade anterior, durante a qual a soberania republicana portuguesa se encontrara em perigo: “Não só a pátria estava em perigo. Se elementos republicanos não encarnassem em si as aspirações do país a revolução poderia vir a apresentar a forma duma restauração monárquica. Era mister actuar rapidamente” (PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*). O salvador da nação, exaltador nacional de uma *raça* suprema, considera instaurar uma nova era: “De muitos males enfermava a sociedade portuguesa. Raça de heróis, com altíssimas qualidades, que através da sua história tanta vez se tem afirmado, em todos os ramos da actividade humana”(PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*). A “felicidade do povo” (PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*) seria, assim, a nova Idade de “Justiça, de Verdade, de Beleza” (PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*).

Sidónio Pais apresenta-se como o representante do sentimento nacional, cuja tarefa consiste em honrar a República através da sua ação providencial. Utiliza, portanto, como recurso de propaganda, a ressurgência de *arquimitos* e uma simbologia que nos reenvia para um presente inspirado da heroicidade do passado. Apresenta, neste contexto, o trabalho agrícola como a qualidade inerente do amor à terra, e, conseqüentemente, à Pátria: “o melhor caminho a seguir para o salvamento da Pátria, porém, terminante, assevero que esse futuro deve e há de assentar na Agricultura [...] Estimo ver aqui o amor à terra, único que pode estimular o amor à Pátria” (PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*).

Sendo o predecessor, no plano político, de Oliveira Salazar, Sidónio Pais apresenta a ditadura como uma ideia nova, única solução para os problemas do país, e defende a existência de um partido único: “A rotina dos partidos é um mal. É necessário formar um partido constituído por todos e para realizar a obra da República assim se deve fazer” (PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*).

Pais (1918)apresenta, pois, a ditadura como uma soluçãonecessária– “o movimento de 5 de Dezembro foi antidemocrático” (PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*)– no qual a Igreja ocupa um lugar de relevo. Assume-se, a si próprio, como o



representante da reconciliação nacional – “Uma nova era de Liberdade, de Tolerância, de Respeito pelas crenças religiosas e pelas convicções políticas surgiu. É só numa tal atmosfera que a nação deverá prosperar. Ela precisa de uma base estável que não poderia encontrar-se senão na união espiritual de muitas almas” (PAIS, *Discurso pronunciado em 4 de março de 1918 no Governo Civil de Santarém*)– e restabelece as relações com Roma, renunciando, assim, ao espírito progressista e laico da *República Velha*.

Ideologicamente, Sidónio Pais buscara no integralismo as suas bases. A chegada ao poder do fascismo italiano, em 1923 produziu um efeito importante entre as hostes da direita portuguesa, herdeira do integralismo e do movimento sidonista. A Cruzada Nuno Álvares Pereira, liga ultranacionalista fundada durante o sidonismo, “uniu e cimentou a reacção ditatorial desenvolvendo uma campanha de propaganda dentro da qual assume particular importância, a partir de 1923, o modelo italiano” (PINTO, 1999). Por seu lado, os sectores sidonistas aceleraram o processo fascizante:

Como em Itália, nós vivemos dificilmente nas pontas agudas de um dilema terrível – que pode ser fatal. Porém um dia que tivermos um pouco a visão nítida dos factos e quisermos seguir o exemplo de que Mussolini é uma expressão, com uma facilidade pasmosa poderemos resolver o problema nacional, sem termos que apelar para o expediente caprichoso de uma revolução. Bastará que nos organizemos como se organizaram em Itália os fascistas (*O Imparcial* cit. in PINTO, 1999).

Inicialmente apoiado pela população que, desiludida com a *República Velha*, procurava uma verdadeira melhoria das suas condições de vida e de trabalho, Sidónio Pais perdeu, gradualmente, o seu apoio. A instabilidade política continuara a ser uma constante da vida nacional – no espaço de um ano, registaram-se três remodelações ministeriais – e a política de guerra tivera como consequência o quase abandono dos soldados portugueses, durante a Grande Guerra, na Flandres, onde sofriam pesadas baixas (mormente na célebre batalha de *La Lys*, ocorrida em 9 de abril de 1918). Paralelamente à intensificação da agitação e ao descontentamento social, o clima de repressão tomou proporções até então desconhecidas: prisão, tortura, espancamentos. A volta a uma Idade de Ouro, “Eu não vivo no Portugal de hoje, vivo no Portugal de ontem, para o Portugal de amanhã” (PAIS, *Discurso pronunciado em 30 de Novembro de 1918 num banquete da Universidade de Coimbra*), não conseguira impor-se no imaginário coletivo e rapidamente o chefe, o guia, seria rejeitado, sobretudo pelas classes mais desfavorecidas. Pais conseguira constitucionalizar qualquer novo regime (presidencial ou parlamentar), não integrara os republicanos histórico (que, assim, optavam pela via conspirativa) e reprimira violentamente o operariado (que sofria com a fome e com as doenças).



Em 14 de dezembro de 1918, Sidónio Pais é assassinado na Estação do Rossio, em Lisboa, por Júlio da Costa, antigo sargento que havia combatido contra os alemães, em África, e que havia participado na implantação da República, em 1910. O país mergulha, de seguida, numa profunda crise política e económica, provocada, sobretudo, pelos efeitos sociais e económicos resultantes da Primeira Guerra.

Com a morte de Sidónio Pais, o bloco sidonista divide-se em duas tendências antagónicas que se confrontariam durante os meses de janeiro e de fevereiro de 1919: por um lado, os monárquicos e integralistas que, através das Juntas Militares, pretendiam reinstaurar a Monarquia; por outro, os republicanos históricos que, aliados aos sectores reformistas sidonistas, se empenhavam na refundação da República. O Governo de coligação de José Relvas (1858-1929) - formado em janeiro de 1919 - logrou pacificar o país e, em maio de 1919, com a vitória nas eleições legislativas do Partido Democrático, iniciou-se a *Nova República Velha*.

Simbolicamente, a instabilidade dos primeiros sete anos republicanos, assim como a ditadura sidonista, acentuaram a interação da dualidade imagética portuguesa, uma vez que a República se mostrara incapaz de se libertar de imagens arquetípicas, que, progressivamente, se voltariam a impor no imaginário social.

Conclusão

À instauração da Primeira República (durante a qual havia prevalecido o imaginário do protagonista coletivo, assumindo as massas os valores progressistas republicanos) sucedeu-se, como referimos – em consequência das contradições internas do regime, das tentativas contrarrevolucionárias monárquicas e da crise económica –, a primeira ditadura europeia: a ditadura militar de Sidónio Pais. No plano imagético, Sidónio Pais apropria-se das imagens presentes no imaginário do herói individual.

Apresentando-se como o *salvador* da nação, Sidónio Pais fez ressurgir mitos arquetípos, para, de seguida, justificar uma política de carências, de submissão ao estrangeiro e à Igreja, e de apoio às grandes oligarquias. Sidónio Pais é, portanto, a figuração do herói individual que, no seguimento do cabralismo¹⁰, reencarna a nação, o divino e o povo.

¹⁰ Nome dado à política imposta pelo governo do Ministro de D. Maria II, António Bernardo da Costa Cabral. Em Portugal, nas eleições de 1836, o governo conservador, já instalado no poder, ganha, novamente, as eleições, e opta por prosseguir com uma política que tivera início em 1834. Apesar disso, deputados liberais do Porto opunham-se à prossecução de uma política que consideravam ser desastrosa política e economicamente. Ora, quando, em Setembro, os deputados liberais do Porto (Passos Manuel, Soares Caldeira, Leonel Tavares, Cassiano Tavares Cabral



O imaginário do herói individual manifesta-se na sua plenitude, num período histórico marcado pela crise, pela agitação, pelo descontentamento social e por um aumento da influência da Igreja. O pretense milagre de Fátima ocorrera¹¹, aliás, no ano de 1917, num momento em que católicos e monárquicos, aproveitando a crise económico-social, aumentavam os ataques à República e aos seus aspetos mais progressistas, clamando, um, o retorno à Monarquia e, outro, a instituição de um Estado baseado na fé católica.

O imaginário do herói individual servira ao sidonismo para instituir um sistema que se apoiava, ideologicamente, em valores totalitários e repressivos e, no plano económico, no capital industrial. Em íntima conexão com a religião, o sidonismo atacou o laicismo da República e pugnou pelo regresso a uma velha ordem.

Assumindo-se como uma nova Idade de Ouro, a *República Nova* constituiu, na prática, uma tentativa de conservação dos aspetos político-sociais mais conservadores da monarquia, sob a forma de uma ditadura militar. Na continuidade do clericalismo, que valoriza o regime diurno de imagens durandiano, o sidonismo trouxe a paz à Igreja portuguesa. A Lei de Separação de 1911 foi revista e certos aspetos foram modificados, restabelecendo-se as relações diplomáticas com o Vaticano. Sidónio Pais permitiu, assim, o renascimento do catolicismo, em detrimento do anticlericalismo que se encontrara subjacente ao imaginário que se manifestara em 1910.

e Morais Manta) chegam a Lisboa, para tomar posse como deputados, cria-se um movimento popular de revolta, apoiado pelas duas alas mais progressistas dos liberais, assim como pelo Exército e pelas classes mais desfavorecidas. O governo conservador é forçado a demitir-se e Passos Manuel (Manuel da Silva Passos) (1801-1862) assume a chefia do governo. À política que nasce com a revolta de Setembro dar-se-á o nome de Setembrismo. Passos Manuel assume, como representante da oposição, o governo do país, abolindo a Carta Constitucional (que havia sido reposta pelo rei D. Pedro, em 1834) e (re)pondo em vigor a Constituição de 1822. Pouco tempo depois, em 22 de Novembro, realizam-se novas eleições. Passos Manuel é eleito deputado e nomeado chefe do novo governo, elaborando uma nova Constituição. A Constituição de 1838, jurada pela rainha D. Maria II, é, contudo, menos progressista do que a Constituição de 1822, mas mais avançada do que a Carta, voltando a consagrar-se o princípio democrático constante da Constituição de 1822: «A Soberania reside essencialmente em a Nação, da qual emanam todos os poderes políticos». Volta, igualmente, a ser consagrada a divisão tripartida dos poderes, desaparecendo a referência ao poder moderador do rei. O monarca permanece, contudo, no seguimento da Carta, a gozar do poder de sanção das leis e de dissolução da Câmara dos Deputados. A política setembrista, apesar de ter sido constantemente confrontada com tentativas de golpes de estado por parte de conservadores, prevalece até 1842. Em 1837, um movimento liderado pelos duques de Saldanha e da Terceira, ambos marechais, chegou a criar «um simulacro de guerra civil». Paralelamente às críticas dos sectores mais conservadores, também a ala progressista liberal se encontrava descontente. É neste ambiente que o Ministro da Justiça, e grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, António Bernardo da Costa Cabral (1803-1889) – que ficou conhecido pela violência com que reprimira os tumultos na capital, quando fora administrador de Lisboa – surge como o homem forte que Portugal parecia necessitar. Num contexto de crise e de confusão ideológica, no qual as revoltas sociais e políticas se sucediam, o imaginário do herói individual manifesta-se na figura de Costa Cabral. Neste novo quadro político, a rainha D. Maria II nomeia um novo governo, chefiado pelo duque da Terceira, mas no qual Cabral é, na prática, o homem forte. Um novo ciclo conservador e autoritário tem, assim, início.

¹¹ Sobre o pretense milagre, ver Mário de Oliveira. *Fátima nunca mais*. Porto, Campo das Letras, 1999.



Quando o sidonismo findou, a ideia de um regime totalitário, sob os auspícios do cristianismo, não morreu com ele. As bases ideológicas¹², políticas e imagéticas estavam lançadas para a construção de um regime fascizante e totalitário que se imporia, em Portugal, entre 1926 e 1974. O sidonismo constituiu, portanto, um esboço de um regime político, alternativo ao parlamentarismo republicano, apesar de não ter conseguido substituir a representatividade liberal por um outro modelo estável. O discurso, a mobilização e os símbolos utilizados aproximaram-no de uma solução de tipo fascizante, cujos modelos emergiram pós-Primeira Guerra Mundial. Esta orientação fascizante foi, segundo António Costa Pinto (1999), marcada pelo:

carisma populista do ditador legitimado por plebiscito e o apelo messiânico ao *salvador*, a tentativa da ordem antidemocrática e o nacionalismo exacerbado, ao qual corresponde uma modernização do aparelho repressivo, o esboço de criação de um partido único de apoio ao regime e, finalmente, uma tentativa orgânica corporativa de representação (PINTO, 1999, p. 46).

Sidónio Pais constituiu, em suma, a figura exemplar do chefe de um regime de tipo profascista. A direita nacionalista, de herança integralista e sidonista recorreu, portanto, ao imaginário do herói individual e à mitologia patriótico-clerical, típica do regime diurno de imagens durandiano, para defender a existência de um regime profascista, apresentado como a realização da nova Idade tanto esperada. O sidonismo constituía, deste modo, um polo de oposição importante à Primeira República.

Em 1926, tal como em 1918, um grupo de militares aproveitar-se-ia da situação económica precária e da instabilidade governativa portuguesa para se apresentar como a solução para os problemas da população, descontente com o rumo económico-social do país. Seria, uma vez mais, num momento de crise, que o povo tentaria encontrar uma solução para os seus problemas num pretenso herói. De inspiração messiânica cristã, este herói apresentar-se-ia, primeiramente, à semelhança do que se passou com Sidónio Pais, na figura do General Gomes da Costa e, mais tarde, na figura do Ministro das Finanças, Oliveira Salazar. O imaginário do herói individual constituiu, pois, uma base imagética a que o regime totalitário e fascizante português faria apelo.

A 28 de Maio de 1926, o General Manuel de Oliveira Gomes da Costa (1863-1929), um dos mais prestigiados heróis de guerra, revoltou-se em Braga: à semelhança do que houvera feito

¹² Como referimos, as bases ideológicas podem ser encontradas no integralismo (o qual prefigura os valores do fascismo), na repressão social, na censura (nomeadamente no controlo das agrupações classistas e das suas publicações), na violência contra qualquer tipo de revolta social, nomeadamente numa revolta consfigurada pelas classes mais desfavorecidas da população.



Mussolini, Costa Gomes iniciou uma marcha sobre Lisboa. A maioria do Exército juntou-se a ele ou manteve-se neutral. O governo demitiu-se, o Presidente da República, Bernardino Machado, renunciou ao seu mandato e entregou todos os seus poderes a um dos revoltosos, o Comandante José Mendes Cabeçadas (1883-1965).

Findaria, então, a Primeira República.

Referências bibliográficas:

- ALAIN (*dit* Émile Chartier). **Préliminaires à la mythologie**. Paris: Paul Hartman, 1943.
- BACHELARD, G. **L'Eau et les rêves: essai sur l'imagination et la matière**. Paris: José Corti, 1942.
- BAPTISTA, J. **O 5 de Outubro**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1983.
- BERNIS, J. **L'Imagination**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.
- BOIA, L. **Quand les centenaires seront jeunes**. Paris: Les Belles Lettres, 2006.
- BRAGA, T. **Viriato**. Lisboa: Fronteira do Caos, 2006.
- CABRAL, M.V. **Portugal na alvorada do século XX**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.
- CASTRO, A. **A economia portuguesa do século XX (1900-1925)**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- _____. **A revolução Industrial em Portugal no século XIX**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.
- CATROGA, F. **O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910**. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.
- DURAND, G. **Les Structures anthropologiques de l'imaginaire: introduction à l'archétypologie générale**. Paris: Dunod, 1992.
- ELIADE, M. **Traité d'Histoire des religions**. Tomo I. Paris: Payot, 1949.
- MACEDO, H. A Mensagem e as mensagens de Oliveira Martins e de Junqueiro. **Revista Colóquio Letras**, nº 103, pp. 28-39, 1998.
- MEDINA, J. Zé Povinho e Camões: dois pólos da prototípia nacional. **Revista Colóquio Letras**, nº 92, pp. 11-21, 1986.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. **Breve História de Portuga**. Lisboa: Presença, 2001.
- _____. (coordenador). Portugal da Monarquia para a República. In Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, **Nova História de Portugal**, Vol XI. Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- _____. **Guia de História da 1ª República Portuguesa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1981.
- _____. **História da 1ª República Portuguesa: as estruturas de base**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978.
- PAIS, S. **Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de**



Santarém. Disponível em: http://www.geocities.com/rosapomar/carvalho_um_ao.pdf

PINTO, A.C. O Fascismo e a crise da Primeira República: os nacionalistas lusitanos. **Penélope. Fazer e Desfazer História**, nº 3, pp. 44-62, 1999.

RICOEUR, P. **L'idéologie et l'utopie**. Paris: Seuil, 2005

_____. L'idéologie et l'utopie : deux expressions de l'imaginaire social (1976). In :**Du texte à l'action**, Paris, Éditions du Seuil, coll. « Esprit », p. 379-392.

RIOUX, J.P. **La Révolution Industrielle**. Paris: Éditions du Seuil, 1971.

SALDANHA, A. **O Antagonismo entre o Herói Individual e o Protagonista Colectivo: o imaginário português através da História e da Literatura após o 25 de abril de 1974**. 2011. 750f. Tese (Doutorado). Université de Grenoble.

SARTRE, J.P. **L'Imagination**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

_____. **L'Imaginaire**. Paris: Gallimard, 2005.

TELO, A.J. **Decadência e queda da 1ª República Portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1984.

WHEELER, D. L. A Primeira República Portuguesa e a história. **Análise Social**, vol. XIV, nº 56, pp. 865-872, 1978.



A aviação como elemento estratégico para o fortalecimento do mito Vargas

La aviación como elemento estratégico para el fortalecimiento del mito Vargas

André Barbosa Fraga

Doutorado em História

Universidade Federal Fluminense

andrebfraga@yahoo.com.br

Recebido em: 20/08/18

Aprovado em: 19/09/18

Resumo: Este artigo analisa a contribuição que o desenvolvimento da navegação aérea brasileira, a partir principalmente de 1940, trouxe ao projeto de enaltecimento da figura de Getúlio Vargas elaborado pela ditadura do Estado Novo. Ao longo do texto, será demonstrado como a aviação serviu a esse regime político no objetivo de fortalecer a construção do mito Vargas. Isso foi realizado por meio da formação de um imaginário positivo em torno do presidente, que lhe atribuiu as características da onipresença e da onisciência e o denominou “amigo da aviação”.

Palavras-chave: Aviação, Getúlio Vargas, Imaginário político.

Resumen: Este artículo analiza la contribución que el desarrollo de la navegación aérea brasileña, a partir principalmente de 1940, trajo al proyecto de enaltecimiento de la figura de Getúlio Vargas elaborado por la dictadura del Estado Novo. A lo largo del texto, se demostrará cómo la aviación sirvió a ese régimen político en el objetivo de fortalecer la construcción del mito Vargas. Esto fue realizado por medio de la formación de un imaginario positivo en torno al presidente, que le atribuyó las características de la omnipresencia y de la omnisciencia y lo denominó “amigo de la aviación”.

Palabras-clave: Aviación, Getúlio Vargas, Imaginario político.

Introdução

Nas pesquisas da historiografia brasileira que estudaram o primeiro governo Vargas (1930-1945), muitas delas focaram em algum aspecto dos mecanismos que possibilitaram a inserção da figura de Getúlio Vargas no panteão de mito político nacional. Uma parte significativa da construção positiva da imagem desse personagem se deveu aos esforços do próprio, ao criar, ao longo de seus quinze primeiros anos no cargo máximo do executivo federal, órgãos de propaganda voltados principalmente para enaltecer a imagem do então presidente. Nesse processo, o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) e o Departamento de Imprensa e



Propaganda(DIP) organizaram uma série de iniciativas para tornar o chefe de Estado um herói do país e mantê-lo, assim, presente na memória nacional.

A contribuição deste artigo é a de inserir, nessa discussão sobre os dispositivos político-culturais desenvolvidos pelo Estado Novo para enaltecer e legitimar Getúlio Vargas e seu regime autoritário, um campo de atuação do governo muito pouco explorado por trabalhos acadêmicos: a aviação. Sendo assim, será demonstrado como os integrantes da ditadura identificaram na reestruturação da navegação aérea brasileira, desenvolvida no período, a oportunidade de mais uma vez investir no culto à figura do presidente e no fortalecimento de um imaginário a seu respeito. Para tanto, difundiram a imagem de “amigo da aviação” e utilizaram a navegação aérea para legitimar no chefe de Estado as características da onipresença e da onisciência, que haviam sido atribuídas a ele.

A construção do mito Vargas e suas características

Nas décadas de 1930 e 1940, Getúlio Vargas desenvolveu, com a colaboração significativa de órgãos de propaganda e censura, um sistema amplo, sofisticado e bem estruturado voltado para transformá-lo em herói nacional. Tal atitude, em muitos aspectos, trazia semelhanças significativas com o que ocorria em outras partes do mundo no mesmo período. Conforme observado por Maria Celina D’Araujo (2004, p. 101), o contexto externo da chegada do gaúcho ao poder foi marcado por regimes políticos que apresentavam seus líderes como seres superiores, capazes de guiar os povos que representavam no caminho da prosperidade, cabendo a estes, em retribuição, idolatrá-los. São bons exemplos disso o comunismo da União Soviética e o nazismo da Alemanha, poderes fundamentados no culto à personalidade do chefe da nação, respectivamente, Stálin e Hitler.

No Brasil, diversas produções culturais elaboradas pelos órgãos estatais responsáveis pela propaganda política são importantes demonstrações da tentativa oficial de enaltecimento de Vargas. Utilizaram-se, para esse fim, os mais diversos meios de divulgação cultural, entre os quais programas de rádio, cerimônias cívicas, bustos, cinejornais, fotografias, cartazes, cartões-postais, livros, jornais, revistas, cédulas e moedas. Nos materiais de propaganda, a imagem do presidente era constante e central. Inclusive, em sua pesquisa, Maria Helena Rolim Capelato (2009, p. 52) afirma que nas representações visuais do Estado Novo a bandeira brasileira e a figura de Getúlio Vargas tornaram-se os símbolos mais explorados e reproduzidos.

Um dos primeiros e mais importantes trabalhos a analisar a construção feita pelos órgãos de propaganda governamentais da personalidade de Vargas como mito e governante providencial



foi o livro *Estado Novo: ideologia e propaganda política*, de Nelson Jahr Garcia. A principal contribuição do autor foi a de esmiuçar o uso que a administração varguista fez de dois valores tidos como fundamentais para fortalecer o culto à figura do presidente e apresentá-lo como um ser superior: a onipresença e a onisciência (GARCIA, 1982, p. 88-95). O primeiro deles baseava-se em uma interpretação simbólica de que o chefe de Estado seria capaz de estar em todos os lugares, o que permitia o contato constante e direto com o povo e, conseqüentemente, a conscientização das necessidades de cada cidadão. Já o segundo, como efeito lógico do anterior, permitia ao presidente saber de tudo o que acontecia em todos os municípios do país.

Alguns exemplos da tentativa do Estado Novo de fazê-lo parecer onipresente podem ser dados, entre vários. Uma estratégia bastante empregada foi a distribuição de farto material de propaganda política, no qual a imagem do presidente era constantemente destacada. Muitos dos livros e cartilhas produzidos pelo DNP, para divulgar as realizações do governo, continham na própria capa o desenho ou a foto de Getúlio Vargas, conforme se observa em títulos como *Catecismo cívico do Brasil novo* (1938), *Brasil potência naval* (SILVA; VILLAR, 1938) e *O açúcar sob o governo Getúlio Vargas* (1939). Esse órgão se empenhou também na produção e distribuição de fotografias, atividade desempenhada inclusive pelo chefe de Polícia do Distrito Federal: Filinto Müller. Ele estimou que tenha distribuído 90 mil retratos do presidente, entre 10 de novembro de 1937 e 15 de abril de 1939, período de funcionamento do Serviço de Divulgação (SD), órgão atrelado ao seu gabinete (GARCIA, 1982, p. 99). Foi comum no período ver esse material exposto em destaque no interior de repartições públicas, escolas, lojas comerciais e residências.

A tentativa de tornar o presidente constantemente lembrado e visto encontrou, inclusive, na produção de cédulas e moedas um ambiente favorável a esse intento. O Decreto-Lei nº. 849, de 09 de novembro de 1938, estabeleceu que a figura do presidente deveria constar nas moedas de 100, 200, 300 e 400 réis, em comemoração ao aniversário de um ano da implantação do Estado Novo. Apesar da mudança de padrão monetário em 1942, com a instauração do cruzeiro, a efígie de Getúlio permaneceu nas novas moedas de 10, 20 e 50 centavos. Além disso, a ilustração de Vargas passou a ser estampada também nas cédulas de 10 cruzeiros, as quais possuíamem seu anverso o desenho de Getúlio Vargas e no reverso uma representação da Unidade Nacional. Tal nota, não à toa, ganhou a cor verde por simbolizar o nacional e, por ter o menor valor em relação às outras, possuía maior circulação e, como consequência, visibilidade¹.

¹ O uso de moedas e cédulas no enaltecimento da imagem do presidente foi analisado com detalhes em: FRAGA (2015).



A essas iniciativas voltadas à população em geral se juntaram outras, que foram dirigidas às crianças e aos jovens em particular. O governo identificou nas escolas um local privilegiado de ação e, por esse motivo, distribuiu entre os alunos biografias do presidente, cujas narrativas apresentavam-no como um homem especial, visionário e predestinado a comandar e a defender a nação. Em todas elas o chefe de Estado era representado como possuidor de aptidões, ações e sentimentos superiores, compatíveis apenas com os de um gênio. Cartilhas e livros desse tipo foram produzidos com bastante interesse tanto pelo DNP (*Perfil do presidente Getúlio Vargas*(AMADO, 1936) e *História de um menino de São Borja*(1939)) quanto pelo DIP (*Uma biografia para gente nova* (AVELINO, 1941) e *Getúlio Vargas e sua vida: o Brasil novo para a criança brasileira*(CARRAZZONI, 1941)².

Enfim, muitas outras ações almejavam fazer Getúlio Vargas parecer onipresente: a produção de bustos com a sua efigie, espalhados pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro;³os pronunciamentos no rádio que atingiam uma parcela considerável da população, tanto dos centros urbanos quanto das cidades do interior; as constantes aparições públicas em comemorações cívicas e na inauguração de obras realizadas durante o seu governo; as comemorações do seu aniversário, em 19 de abril, tornadas, a partir de 1940, um evento no qual se mobilizavam milhares de pessoas em celebrações pelo país; e os passeios a pé realizados com certa frequência, mas divulgados como de improviso e não autorizados por seus seguranças, nos quais fazia questão de distribuir às crianças que encontrasse pelo caminho balas e moedas colocadas propositadamente nos bolsos(PEIXOTO, 1960, p. 106-108).

Como reflexo direto do valor da onipresença, que possibilitaria ao presidente “estar em todos os lugares”, surge a qualidade da onisciência. Ela se revelava na suposta habilidade de o presidente ser capaz de compreender a situação de todos ao redor do Brasil e atender aos anseios da nação. Getúlio Vargas em seus discursos colaborava para fortalecer essa imagem, ao dizer, sempre que visitava um local em que nunca estivera antes, “que há tempos queria estar lá, mas sempre soube o que ali ocorria por estar presente em pensamento, acompanhando de longe” (VARGAS, 1947, p. 85). Imagem ratificada por vários órgãos da administração varguista, inclusive pela Secretaria da Presidência da República (SPR). Conforme analisado por Jorge Ferreira, ela se encarregava de toda a correspondência remetida ao presidente e transformava cada carta em um processo administrativo, não ficando sem resposta nenhuma das demandas

²Para o exame de algumas biografias produzidas no período voltadas às crianças, ver: SILVA (2011).

³ Ver, por exemplo, a seguinte foto que apresenta vários bustos de Getúlio Vargas sendo retirados da rua, em outubro de 1945, após a queda do Estado Novo, representando bem a grande quantidade de imagens do presidente espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro: Arquivo Getúlio Vargas, GV foto 148. CPDOC/FGV.



apresentadas, seja favoravelmente ou não. Havia o cuidado de responder às missivas em nome do próprio chefe de Estado, sugerindo a sua leitura de cada uma das milhares de cartas recebidas e a preocupação individualizada com a totalidade das solicitações (FERREIRA, 1997, p. 71).

Getúlio Vargas: “o amigo da aviação”

De todas as transformações operadas no Brasil durante as décadas de 1930 e de 1940, um dos aspectos mais significativos foi o protagonismo alcançado pelo avião, empregado como meio de comunicação, de comércio e de defesa. O desenvolvimento do setor aéreo civil e militar revelou-se uma das principais ações estratégicas elaboradas pelo governo Vargas na implantação de um projeto político, econômico e social de país concebido por ele, no qual a nação transformaria-se em uma potência aérea. Para expandir a conscientização geral da necessidade de recursos materiais e simbólicos nessa área, o governo passou a investir na construção do que foi chamado na época de uma “mentalidade aeronáutica”. Ela consistia no interesse generalizado da população brasileira pelo desenvolvimento da navegação aérea e, conseqüentemente, na união e contribuição de todos à causa.

No início do primeiro governo Vargas, as aviações no Brasil estavam desmembradas sob o controle de três ministérios distintos: da Viação e Obras Públicas, da Guerra e da Marinha. O primeiro se encarregava da aviação civil e os dois últimos das aviações militares. Essa forma de organização sofreu críticas ao longo do tempo, o que estimulou, principalmente a partir de 1935, o aparecimento de campanhas para a criação de um “Ministério do Ar”. Este, após instituído, encarregava-se da unificação de todas as aviações do país. Os resultados bem-sucedidos do emprego da aviação na Segunda Guerra Mundial estimularam o governo brasileiro a consentir, no final de 1940, a realização de uma reforma significativa no setor. Dessa forma, em 20 de janeiro de 1941, foi criado o Ministério da Aeronáutica e escolhido para chefiar a Pasta Joaquim Pedro Salgado Filho, político gaúcho da confiança do presidente.

Os investimentos e as mudanças na aviação serviram também para valorizar a imagem do presidente. Conforme apontado por Edgard Carone, ao longo dos quinze anos em que ocupou o lugar político mais importante da República, Getúlio Vargas recebeu inúmeras denominações, que tinham o objetivo de destacá-lo e promovê-lo, muitas delas elaboradas por intelectuais colaboradores da ditadura do Estado Novo, como “guia da juventude brasileira”, “grande pai”, “apóstolo nacional”, “reformador”, “pacifista”, “estadista”, “homem de ação”, “clarividente” e “pai dos pobres” (CARONE, 1976, p. 168). Além dessas, outra caracterização muito comum na



época, para se referir positivamente ao presidente, foi o de “amigo da aviação”, criada em 1938 pelo escritor, aviador civil e especialista em assuntos aeronáuticos José Garcia de Souza.⁴Tal expressão procurava marcar a atuação dedicada do chefe de Estado em prol do desenvolvimento da navegação aérea no Brasil.

José Garcia de Souza procurou difundir o máximo possível a expressão, inclusive fora do Brasil, quando publicou na prestigiada revista dos Estados Unidos dedicada à aviação, *AeroDigest*, um artigo no qual empregou o termo “thefriendofaviation”. Logo a expressão se tornou popular tanto entre os brasileiros quanto entre os norte-americanos, passando a constar frequentemente em jornais e revistas dos dois países(SOUZA, 1944, p. 4-6). O empresário proprietário da *Aero Digest*, Frank A. Tichenor, tornou-se o principal divulgador do termo na América do Norte, ao empregá-lo para designar, em 1940, um troféu recém-criado a ser entregue uma vez por ano à esquadilha aérea do Exército ou da Marinha dos Estados Unidos que melhores serviços prestassem à nação(*A NOITE*, 1940a, 1942).Decidiu dar à taça o nome de “Getúlio Vargas, o amigo da aviação” por considerar o brasileiro o chefe de Estado americano mais empenhado no desenvolvimento da navegação aérea e o único estadista em todo o mundo com um total superior a quinhentas horas de voo (SOUZA, 1944, p. 3; *A NOITE*, 1940b).

De fato, a existência desse prêmio internacional com o nome do presidente do Brasil fez aumentar o interesse da imprensa dos Estados Unidos pelas ações promovidas por Vargas para o progresso da aeronáutica. Consequência direta disso foi a publicação na revista norte-americana *The SportsmanPilot* de uma matéria intitulada “Um amigo da aviação”, na qual se rendiam diversos elogios à atuação do presidente na área.⁵Jornalistas dos Estados Unidos, inclusive, chegaram a vir ao Brasil para entrevistar o presidente, tendo sido Alice Rogers Hager uma das mais atuantes.⁶ Já estando disseminada dentro e fora do Brasil, os técnicos e funcionários dos órgãos de propaganda governamental do Estado Novo notaram a relevância que teria para a construção do mito Vargas também atuarem na divulgação dessa expressão, investindo em tal tarefa recursos materiais e simbólicos.O DIP, por exemplo, constantemente se referia ao termo “amigo da aviação” em suas publicações(*O BRASIL DE HOJE, DE ONTEM E DE AMANHÃ*, 1940a).

⁴Esse epíteto foi empregado pela primeira vez no Brasil no seguinte livro: SOUZA (1938, p. 389).

⁵ O jornal *Correio da Manhã* reproduziu em um de seus números o artigo completo da *The SportsmanPilot* (CORREIO DA MANHÃ, 1940a).

⁶ A jornalista, especialista em assuntos aeronáuticos, conhecida por sua cobertura de notícias sobre a aviação, viajou de avião, visitando países de todos continentes do mundo, para escrever matérias e contar sobre a navegação aérea. Publicou vários livros (HAGER, 1940, 1942, 1945).



Ao longo do Estado Novo, um aliado fundamental na divulgação de Vargas como amigo da aviação e na organização de homenagens decorrentes disso foi o Aero clube do Brasil, entidade máxima da aviação esportiva no país. Em novembro de 1940, nas celebrações em comemoração ao 10º aniversário da Revolução de 1930, o chefe de Estado recebeu do Aero clube do Brasil um brevê simbólico de piloto aviador, para que ficasse registrado como um membro ativo na atividade (*DIÁRIO DA NOITE*, 1940). Um mês depois, em audiência no Palácio do Catete, membros da instituição prestaram nova homenagem ao chefe de Estado, concedendo-lhe mais presentes, entre os quais um distintivo em ouro de sócio do Aero clube e uma caderneta de voo com a quilometragem percorrida nas viagens que havia realizado desde 1930 em suas excursões pelo território nacional (*CORREIO DA MANHÃ*, 1940b). Essas medidas revelam bem o esforço do Aero Clube e do próprio governo em construir a imagem de Vargas como o de interessado no desenvolvimento da navegação aérea nacional. O DIP aproveitou para divulgar em um de seus periódicos o acontecimento, pois ajudava a confirmar a representação que se queria propagar: de Getúlio como “o maior animador da aviação do Brasil” (*O BRASIL DE HOJE, DE ONTEM E DE AMANHÃ*, 1940b).

No momento em que se estimulava a construção de uma mentalidade aeronáutica na população, a caderneta de voo do presidente, a qual demonstrava ser ele o chefe de Estado do mundo que mais fazia uso do avião, servia para comprovar tratar-se o presidente de um modelo a ser seguido por toda a população.⁷ Vargas realmente gostava de voar e preferia se locomover por esse meio de transporte. Considerava-o mais confortável e seguro, principalmente após o acidente de automóvel do qual foi vítima no dia 1º de maio de 1942, quando seguia de Petrópolis para o Palácio Guanabara (*JORNAL DO BRASIL*, 1942). Segundo José Garcia de Souza, logo ao recobrar os sentidos, após o choque que sofrera, o presidente afirmou a alguns familiares: “– No avião nunca me aconteceu disso!” (SOUZA, 1944, p. 24).

Nero Moura, piloto pessoal de Vargas na década de 1930 e de 1940, confirmou, em entrevista concedida, o entusiasmo que Getúlio tinha pela aviação e pelas viagens de avião, ao afirmar que ele gostava muito de viajar na frente, na cabine, no posto de pilotagem ao lado do comandante: “Ele adorava viajar, e era notável como se sentia bem, alegre, curioso com tudo o que se passava à sua volta, talvez pela novidade, pelos lugares que ia conhecendo” (MOURA, 1996, p. 88). Imagens de Vargas no interior de aviões, presentes em diferentes arquivos privados depositados no CPDOC, confirmam esse hábito do presidente de voar acomodado ao lado do

⁷ Várias publicações do DIP apresentaram a versão de que Vargas era o governante mundial que mais fez uso da locomoção aérea. Como exemplo, ver: *O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã* (1940c).



piloto.⁸Portanto, os órgãos de propaganda do governo ao promoverem a imagem de “amigo da aviação” basearam-se em sentimentos e ações reais, ampliando-os de modo a servirem melhor de modelo. Ou seja, o legítimo interesse do chefe de Estado pela área tornava mais cômoda a tarefa dos funcionários do DIP de produzi-lo e divulgá-lo como um protetor da navegação aérea.

O livro *O Brasil tem asas: passado, presente e futuro da aeronáutica nacional* (leituras cívicas para a Juventude Brasileira), publicado por esse órgão e voltado às crianças, demonstra isso, ao destacar o interesse do presidente pela aviação e por viajar na cabine do piloto, em capítulo que descreveu uma das viagens de Vargas:

O avião em que viajaria, rebrilhante e firme, esperava-o na pista lisa e verdejante.

O Homem Sorridente despediu-se dos amigos e dos colaboradores, dirigiu-se à escadinha do aparelho, galgou-a rapidamente e foi sentar-se na cabine do avião, ao lado do piloto, que já dava movimento ao motor. A hélice vibrou e começou a girar loucamente. O ronco do motor despertou nova satisfação no passageiro, que tornou a acenar para os que tinham vindo ao seu embarque. Seus olhos se fixaram no horizonte, na hélice rodopiante, na fuselagem que desferia faíscas, nas agulhas, nos ponteiros e relógios do gabinete-volante do piloto (GRIECO, 1941, p. 40).

Outra produção editorial do mesmo órgão revelou, inclusive, as consequências esperadas dessa divulgação de Vargas como exemplo, ao destacar que ele, “reconhecendo a segurança atual da aviação e dominando os receios dos que julgavam essa viagem aventureira”, “familiarizou o brasileiro com o transporte mais consentâneo com a vastidão do nosso território” e, como consequência, “introduziu na normalidade dos nossos hábitos o que ainda é arrojo excepcional em grande parte do mundo” (*O BRASIL DE HOJE, DE ONTEM E DE AMANHÃ*, 1940c). Além de investir na imagem de Vargas como modelo do interesse pela aviação, o DIP recorreu também a figuras próximas do presidente, seja de seu círculo familiar, seja político, uma vez que divulgar o empenho não apenas do presidente, mas também de sua família, ministros e governadores para a causa da aviação podia servir de incentivo a que a população passasse a se interessar pelos assuntos aeronáuticos. Por exemplo, um dos periódicos desse órgão publicou que Getúlio não estava só em sua predileção pelo avião, mas que:

Os interventores e os ministros, seguindo o exemplo presidencial, viajam, também, preferencialmente pelo ar. E é indiscutível o estímulo que esse fato exerce em todos os particulares de recursos que lhes permitam os gastos do transporte aéreo (*O BRASIL DE HOJE, DE ONTEM E DE AMANHÃ*, 1940c, p. 8 e 9).

⁸ Ver, por exemplo, a fotografia de uma viagem do chefe de Estado à Amazônia, em outubro de 1940: Arquivo André Carrazzoni, AnC foto 013. CPDOC/FGV.



A revista *Cultura Política* chegou mesmo a demonstrar, com a descrição de um caso, como a divulgação sistemática da imagem de “amigo da aviação” já estava inspirando outras pessoas a seguirem o exemplo do chefe de Estado. Em uma série de matérias intitulada “152 horas de voo através do Brasil”, o jornalista Edmar Morel apresentou aos leitores um relato do que passou nas viagens de avião que havia realizado no interior do país, visitando as obras em andamento do governo. Em certa ocasião, o autor destacou a conversa que manteve com um senhor que embarcava pela primeira vez em um avião, enquanto sobrevoavam por dez horas o rio Parnaíba em direção ao Piauí:

O Presidente Getúlio Vargas é o Chefe de Estado que, em todo o mundo, mais tem viajado por via aérea. Este fato serviu de motivo para uma palestra com José Nogueira Aguiar, cearense, com 30 anos nos seringais do Amazonas e 20 no Morro do Chapadão, onde tem uma fazendola.

Fôra aquela a sua primeira viagem aérea.

Eis a sua impressão:

– Não me alterou, compadre. O bicho é mesmo seguro. Se o Presidente viaja neles é porque o troço é mesmo garantido...

O exemplo do Chefe da Nação serviu de incentivo ao homem do nosso “hinterland” (MOREL, 1942, p. 191 e 192).

O avião como facilitador da construção das características da onipresença e da onisciência em Vargas

Na construção do mito Vargas, a navegação aérea serviu não apenas para sustentar a imagem de “amigo da aviação”, mas também para fortalecer as qualidades da onipresença e da onisciência. O avião, meio de transporte mais utilizado por Vargas em suas viagens, foi entendido como estratégico ao governo na intenção de ratificar a impressão de que o chefe de Estado efetivamente possuía esses valores. A velocidade empregada pelas aeronaves concedia a quem fazia uso delas rapidez e, como consequência, a possibilidade de, em pouco tempo, deslocar-se por todas as regiões do Brasil. Nesse processo, o emprego da navegação aérea permitia ao presidente deslocar-se constantemente entre o litoral e o interior, concedendo-lhe o privilégio de ver e ser visto por todo o território nacional, bem como de se inteirar sobre as necessidades e demandas de cada cidadão. Portanto, esse meio de transporte era apresentado como aquele que melhor traria a sensação de que de fato o presidente sabia de tudo o que se passava com o povo. Diante do diagnóstico produzido por esse contato, Vargas seria capaz de providenciar as soluções mais adequadas aos problemas identificados.



Nesse sentido, uma das melhores definições a respeito do uso do avião para fortalecer a imagem do presidente como possuidor das características da onipresença e da onisciência foi produzida pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand em artigo reproduzido na publicação do DIP intitulada *Dos Jornais*:

Graças à sua fé constante na aviação, o sr. Getúlio Vargas teve um privilégio que o destino jamais concedera a qualquer outro chefe executivo deste país: o de conhecê-lo de Norte a Sul e de Leste a Oeste. Nenhum trecho do território nacional poderá dizer: o Presidente desertou de nós. Na verdade, ele compreendeu que para bem exercer o ofício de governar, era indispensável conhecer, auscultando as necessidades de cada um dos trechos do solo pátrio. Acre, Amazonas, Paraná, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, o Presidente tem palmilhado as regiões mais remotas do quadrante nacional. Getúlio Vargas vale por dez presidentes do passado. Porque voa, e está em toda a parte (CHATEAUBRIAND, 1941, p. 19).

A eficiência da máquina pública também estava em jogo e o avião dava a Vargas as condições ideais para gerir o país de maneira equilibrada. Várias matérias da revista *Cultura Política* enfatizaram esse aspecto. Em uma delas, defendeu-se a necessidade do uso do avião como o meio de transporte mais eficiente e capaz de dinamizar a administração governamental, uma vez que uma grande viagem de inspeção ao Norte do país com esse meio de transporte permitiu ao presidente visitar “num espaço limitadíssimo de tempo vários Estados, ouvindo os governantes, pondo-se em contato direto com o povo, vendo tudo de perto e tomando imediatas providências” (*CULTURA POLÍTICA*, 1941, p. 210). Em tom conclusivo, o responsável por elaborar essa matéria acrescentou ao finalizá-la: “Tão rápida e eficiente ação governamental não seria possível sem o auxílio do aeroplano. E daí todo o problema da unidade administrativa do Brasil, diretamente ligado ao desenvolvimento da aeronáutica” (*CULTURA POLÍTICA*, 1941, p. 210).

Produções como *Cultura Política*, voltadas ao público adulto, auxiliavam na difusão da imagem de Vargas como dotado de onipresença e onisciência, e a do avião como um dos principais catalizadores para que esses valores se desenvolvessem no presidente com todo o seu potencial. Era importante também ter essas informações transmitidas às crianças, daí a necessidade de publicações como *O Brasil tem asas*. O último capítulo, intitulado “O Brasil fala ao homem sorridente”, justamente serviu ao DIP para contar aos jovens como a navegação aérea permitia ao presidente conhecer profundamente o país e seus habitantes. Nele, narram-se as viagens do chefe de Estado pelo território nacional, nas quais as diferentes regiões apresentavam-se, contando um pouco de suas características. A primeira a fazê-lo iniciou da seguinte maneira o contato com o presidente: “– Eu sou o Brasil central, que vem do Atlântico e vai até o Paraguai.



Eu sou o Brasil que viu as primeiras expedições dos Bandeirantes, que acompanhou os passos resolutos dos desbravadores do sertão, dos plantadores de cidades, dos caçadores de esmeraldas, dos civilizadores do mato fechado”(GRIECO, 1941, p. 40).

Em seguida, em outro avião e sobrevoando novos lugares, Vargas conheceu uma voz distinta: “– Eu sou o Brasil setentrional. Eu guardo a massa gigantesca da floresta amazônica, as águas ruidosas do maior de todos os rios, o trabalho de centenas de milhares de brasileiros nos seringais (...)”(GRIECO, 1941, p. 41). Por último, passando pelo mesmo processo, ele ouviu o chamado do Brasil meridional, que lhe contou ser “O Brasil das grandes campinas, das serras rochosas, das cachoeiras trovejantes. Meus filhos cultivam a terra desde que o sol nasce até que desaparece por detrás das serras” (GRIECO, 1941, p. 41). No fim, o livro apresentou o resultado das incursões:

Navegando pelos céus do Brasil inteiro, do Acre, de Goiás, da Amazônia, do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso, de Minas e de São Paulo, do São Francisco e do Paraná, do Tocantins e do Araguaia, o Presidente trouxe de todas essas arrancadas pelo firmamento do Brasil impressões inesquecíveis, que compõem, em sua memória, um mapa fremente de nossa terra, estuante de energia, de seiva, de entusiasmo.

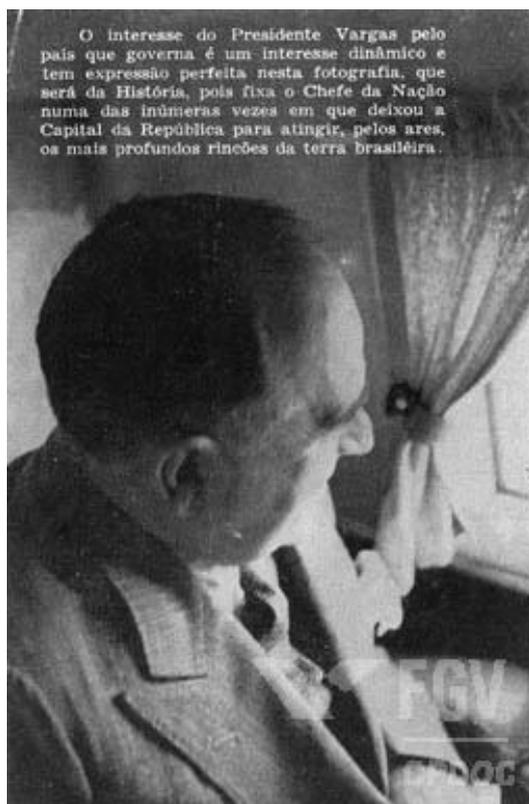
Viajar de avião, por sobre o Brasil, é ter da grande terra brasileira uma imagem sem par(GRIECO, 1941, p. 41 e 42).

O Departamento de Imprensa e Propaganda não apenas recorreu a fontes textuais na tentativa de legitimação da figura de Vargas por intermédio do avião, mas também se valeu de imagens para alcançar o mesmo efeito. Em 1940, o DIP produziu uma série de 12 cartões-postais intitulada “Brasil Novo”, apresentando aspectos da administração varguista, em comemoração aos dez anos da Revolução de 1930. A ilustração presente em um deles retrata o presidente no interior de uma aeronave, observando pela janela, como que a zelar pela nação. O texto que acompanha a imagem demonstra a preocupação do chefe de Estado em, utilizando prioritariamente o avião, conhecer significativamente o Brasil para melhor servi-lo: “O interesse do Presidente Vargas pelo país que governa é um interesse dinâmico e tem expressão perfeita nesta fotografia, que será da História, pois fixa o Chefe da Nação numa das inúmeras vezes em que deixou a Capital da República para atingir, pelos ares, os mais profundos rincões da terra brasileira”. Abaixo, a reprodução do cartão-postal:⁹

⁹ O arquivo privado de Getúlio Vargas, pertencente ao CPDOC-FGV, guarda uma coleção completa desses cartões-postais, acondicionada em um estojo de papel, cuja parte superior apresenta o título “Brasil Novo”, no meio o Brasão da República e logo abaixo as datas “1930-1940”. Na parte inferior, a sigla DIP. Para consulta, ver: Arquivo Getúlio Vargas, GV foto 091. CPDOC/FGV.



Imagem 1: Cartão-postal produzido pelo DIP



Fonte: Arquivo Getúlio Vargas, GV foto 091/4. CPDOC/FGV.

Conclusão



Conforme demonstrado, a navegação aérea foi percebida pelos integrantes da ditadura do Estado Novo como um elemento central na tentativa de legitimar e garantir longevidade ao regime político instaurado em 1937 com o uso da força. Afinal, o avião serviu de maneira privilegiada para as estratégias do governo de enaltecimento da figura de Getúlio Vargas, ao apresentá-lo como o grande entusiasta do setor aéreo, em diversas produções culturais como discursos, entrevistas, jornais, revistas, livros, cartões-postais, comemorações e homenagens. Sendo assim, elementos do universo da aviação contribuíram significativamente para o culto à figura do chefe de Estado, ao possibilitarem o emprego da denominação de “amigo da aviação” e a sustentação, com mais propriedade, das características da onipresença e da onisciência. Enfim, o investimento no crescimento do setor aeronáutico do país, uma das marcas da administração varguista das décadas de 1930 e de 1940, forneceu elementos favoráveis à construção de um imaginário positivo a respeito de Getúlio Vargas, que se juntaram a tantos outros no processo de formação do mito político do presidente.

Referências bibliográficas

AMADO, Gilberto. **Perfil do presidente Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro: DNP, 1936.

A NOITE. “Getúlio Vargas, o Amigo da Aviação”. Rio de Janeiro, terça-feira, 04 de junho de 1940a. P. 9.

_____. “O nome do presidente do Brasil no maior troféu aéreo do mundo”. Rio de Janeiro, domingo, 11 de agosto de 1940b. P. 1 e 7.

_____. “Cadetes do Ar do Brasil e dos Estados Unidos”. Rio de Janeiro, sábado, 08 de agosto de 1942. P. 3.

AVELINO, Georgino. **Uma biografia para gente nova**. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 849, de 9 de novembro de 1938. Autoriza o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda a mandar cunhar na Casa da Moeda a importância de dez mil contos de réis (10.000:000\$000) em moedas divisionárias de cupro-níquel.

_____. Decreto-Lei nº. 4.791, de 5 de outubro de 1942. Institui o Cruzeiro como unidade monetária brasileira, e dá outras providências.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2009.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1976.

CARRAZZONI, André. **Getúlio Vargas e sua vida: o Brasil novo para a criança brasileira**. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

Catecismo cívico do Brasil novo. Rio de Janeiro: DNP, 1938.

CHATEAUBRIAND, Assis. “Imperialismo transbordante”. Revista **Dos Jornais**, ano I, nº. 3, agosto. Rio de Janeiro: DIP, 1941. Pp. 18-20.



CORREIO DA MANHÃ. “Um amigo da aviação”. Rio de Janeiro, sábado, 24 de agosto de 1940a. P. 5.

_____. “Homenagem do Aeroclube do Brasil ao presidente da República”. Rio de Janeiro, terça-feira, 10 de dezembro de 1940b. P. 5.

CULTURA POLÍTICA. “Panorama da atividade governamental”. Ano I, num. 1, março. Rio de Janeiro: DIP, 1941. P. 210.

D’ARAÚJO, Maria Celina. **A era Vargas.** São Paulo: Moderna, 2004.

DIÁRIO DA NOITE. “O Presidente Getúlio Vargas receberá hoje o ‘brevet’ n. 17, do Aeroclube do Brasil”. Rio de Janeiro, sexta-feira, 08 de novembro de 1940. P. 8.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FRAGA, André Barbosa. “Os mortos e os vivos como espelhos da nação”. In: **Os heróis da pátria: política cultural e história do Brasil no governo Vargas.** Curitiba: Prismas, 2015. Pp. 65-104.

GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo: ideologia e propaganda política.** São Paulo: Loyola, 1982.

GRIECO, Donatelo. “O Brasil fala ao homem sorridente”. In: **O Brasil tem asas: passado, presente e futuro da aeronáutica nacional (leituras cívicas para a Juventude Brasileira).** Rio de Janeiro: DIP, 1941.

HAGER, Alice Rogers. **Wings over the Americas.** New York: The Macmillan Company, 1940.

_____. **Frontier by air (Brazil takes the sky road).** New York: The Macmillan Company, 1942.

_____. **Brazil: giant to the South.** New York: The Macmillan Company, 1945.

História de um menino de São Borja: a vida do presidente Getúlio Vargas contada por Tia Olga aos seus sobrinhos Rosa Maria e Chico-Chicote. Rio de Janeiro: DNP, 1939.

JORNAL DO BRASIL. “Acidente com a ‘limusine’ do Presidente Getúlio Vargas”. Rio de Janeiro, domingo, 03 de maio de 1942. P. 6.

MOREL, Edmar. “152 horas de voo através do Brasil II”. Revista **Cultura Política**, ano II, num. 12, fevereiro. Rio de Janeiro: DIP, 1942. P. 191 e 192.

MOURA, Nero. **Um voo na história.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

O açúcar sob o governo Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: DNP, 1939.

O BRASIL DE HOJE, DE ONTEM E DE AMANHÃ. “O amigo da aviação”. Ano I, n.º. 6, 30 de junho. Rio de Janeiro: DIP, 1940a. P. 32.

_____. “Efemérides”. Ano I, n.º. 12, 31 de dezembro. Rio de Janeiro: DIP, 1940b. P. 32 e 33.

_____. “O Presidente e a aviação”. Ano I, n.º. 11, 30 de novembro. Rio de Janeiro: DIP, 1940c. P. 8 e 9.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai.** Porto Alegre: Editora Globo, 1960.

SILVA, Ana Paula da. **“A lição da mocidade reta”:** um olhar sobre biografias de Getúlio Vargas para crianças e jovens (1937-1945). Dissertação de mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.



SILVA, Augusto Carlos de Souza e; VILLAR, Frederico. **Brasil potência naval**. Rio de Janeiro: DNP, 1938.

SOUZA, José Garcia de. **Aviação civil**. Rio de Janeiro: Livraria-papelaria e Litho-typographia Pimenta de Mello & Cia., 1938.

_____. **A verdade sobre a história da Aeronáutica**. II Parte. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Leuzinger S. A., 1944.

VARGAS, Getúlio. “O progresso de Juiz de Fora”. In: **A nova política do Brasil**. Volume XI (O Brasil na guerra: 1º de julho de 1944 a 30 de outubro de 1945). Rio de Janeiro: José Olympio, 1947. Pp. 85-88.

Arquivos

Arquivo André Carrazzoni, AnC foto 013. CPDOC/FGV.

Arquivo Getúlio Vargas, GV foto 091. CPDOC/FGV.

Arquivo Getúlio Vargas, GV foto 148. CPDOC/FGV.



Formação do Partido dos Trabalhadores em Cuiabá (1979-1985)

Formation of the Workers' Party in Cuiabá (1979-1985)

Elói Felipe de Oliveira Thomas

Mestrado em História

Universidade Federal de Mato Grosso

eloi_felipe@hotmail.com

Recebido em: 28/12/2017

Aprovado em: 28/07/2018

Resumo: Este artigo pretende analisar a formação do Partido dos Trabalhadores na cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, tendo como recorte temporal os anos de 1979 e 1985. Diferentemente de demais locais do país, o PT não conseguiu se tornar um “partido de massas” na cidade, ou seja, com certa abrangência no seu número de eleitores e militantes, e, portanto, analisamos os grupos sociais que ajudaram na criação da organização, e como eram feitos os trabalhos de militância e os momentos eleitorais em que o partido participava. O contexto social dos grupos dominantes, a não identificação da camada trabalhadora com o partido, foram as principais causas identificadas para que não ocorresse essa abrangência.

Palavras-chave: Partido, redemocratização, trabalhadores.

Abstract: This article intends to analyze the formation of the Workers Party in the city of Cuiabá, capital of Mato Grosso, having as a temporal cut the years of 1979 and 1985. Unlike other places in the country, the PT was unable to become a "mass party" in the city, that is, with a certain scope in its number of voters and militants, and therefore we analyzed the social groups that helped in the creation of the organization, and how the militancy works and the electoral moments in which the party participated. The social context of the dominant groups, the non-identification of the working class with the party, were the main causes identified so that this scope did not occur.

Keywords: Parties, redemocratization, workers.

Introdução

A trajetória política do Partido dos Trabalhadores é um tema que despertou interesses entre os pesquisadores, devido ao momento histórico em que ele surge e o que ele pretendia na construção política nacional: tentar representar os interesses da classe trabalhadora, até então praticamente inexistente. Dessa forma, o PT é visto como uma novidade devido a ser o primeiro partido a ser criado de “baixo para cima”, ou seja, sem uma vinculação com a elite econômica e política. Porém, existem poucos estudos sobre o PT na capital mato-grossense, devido a possuir



uma característica diferente de outras localidades do país: não ter se tornado efetivamente um “partido de massas”¹.

Dessa forma, pretendemos neste artigo tentar entender porque o Partido dos Trabalhadores conseguiu poucas vezes adentrar ao poder Executivo e Legislativo municipal, quais eram os grupos sociais que estavam envolvidos na formação do partido, e como estes se organizavam dentro do partido.

Formação do Partido dos Trabalhadores no Brasil

Vários autores se debruçaram na pesquisa sobre o objeto de pesquisa, sendo trabalhado principalmente dentro do campo da História, Ciência Política e Sociologia. Destaca-se a novidade política que representava no cenário nacional o seu surgimento, e a possibilidade da construção do socialismo na sociedade brasileira, tendo como o principal agente a classe trabalhadora. Martinez (2007) nos traz as fases em que o partido passou durante a sua trajetória, dividindo em três: o partido contra a ordem, década de 1980; o partido dentro da ordem, década de 1990; e o partido da ordem, quando ganha as eleições para governo federal em 2002:

[...] Uma periodização inicial pode na compreensão desses aspectos. Vistas nos dias de hoje, a orientação majoritária e a trajetória do PT poderiam ser vislumbradas em três grandes momentos. O primeiro, encerrado entre 1980 e 1990, corresponde ao irrompimento político na arena política nacional e internacional, marcada pela oposição à ditadura militar e ao projeto político de sobrevivência institucional desta. O plano de promover uma transição ‘lenta, gradual e segura’ para a democracia, que fora concebido no seio do regime militar, visava institucionalizar práticas de poder e de governo instauradas a partir de 1964. Podemos dizer que essa foi a fase em que a atuação política do PT esteve voltada contra a ordem estabelecida no país, ainda que o partido tenha recorrido aos canais institucionais em vigor como forma de crítica e de negação política, participando de todas as eleições realizadas e da Assembleia Constituinte e exercendo a administração municipal em diferentes regiões do Brasil (MARTINEZ, 2007, p.240).

Podemos verificar nesse trecho, dando atenção ao PT da década de 1980, que era uma organização que se posicionava contra a ordem estabelecida, ou seja, contra a ditadura militar e seu projeto de abertura política, e seu projeto econômico para a sociedade, marcado pelo arrocho salarial e a inflação crescente. Nesse sentido, Meneguello (1989) analisa os principais grupos sociais que ajudaram a formar o PT:

Erigida fundamentalmente sobre os novos rumos que o movimento sindical escolhera, a organização do Partido dos Trabalhadores definiu-se como

¹ O PT iria se constituir como o primeiro partido de massas no Brasil devido a confluência de três fatores: origem, através movimentos sociais e sindicalismo; organização, ligados aos movimentos sociais sem um compromisso efetivo com as disputas eleitorais; e o projeto político voltado para o socialismo. Ver mais em MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1989.



resultado de confluência de forças coletivas mobilizadas fora do campo político-partidário, então articulados em torno da proposta de inserção no mercado político. *Grosso modo*, tais grupos compreendiam parte do operariado ligado ao parque industrial mais moderno, uma ampla gama de categoria de trabalhadores urbanos e boa parte do conjunto de novos movimentos sociais e setores da intelectualidade (MENEGUELLO, 1989, p. 42).

Portanto, verificamos que a formação do partido esteve relacionada com as práticas sindicais existentes durante a ditadura militar. Nesse período, o regime acelerou o processo de controle dos sindicatos, utilizando a estrutura implantada durante o Estado Novo, ou seja, havia um controle do governo e os trabalhadores possuíam pouca autonomia na organização e defesa dos seus interesses.

Dessa forma, foi se formando durante a década de 1970, a corrente sindical chamada de “autêntica”, defendendo a autonomia na organização dos trabalhadores, indo contra a legislação trabalhista existente. Dessa corrente, surgiria o “Novo Sindicalismo”, que defendia a ruptura radical da legislação, em contraposição à Unidade Sindical, do PCB (Partido Comunista Brasileiro), presente dentro do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que defendia a permanência da legislação.

Em 1978 ocorrem as primeiras greves no ABC Paulista, marcada por forte repressão do governo, em que os trabalhadores exigiam o direito de greve, o fim do arrocho salarial, e a maior autonomia na organização dos trabalhadores. Ocorreram novas greves em 1979 e 1980, e elas se repetiam em outras localidades do país, conseguindo a adesão não apenas dos trabalhadores da indústria, mas também funcionalismo público, como professores e bancários. As reivindicações eram as mesmas, mas elas não eram atendidas. Dessa forma, começou a ocorrer a necessidade da criação de um partido político que unificasse as categorias que estavam em greve e as suas reivindicações. Martinez (2007) continua sua explicação sobre a formação do partido:

A ‘Carta de princípios’ do PT, aprovada por sua Comissão Nacional Provisória em maio de 1979, reforçou a alteridade política e social entre empresários e trabalhadores, patrões e empregados, exploradores e explorados, opressores e oprimidos. A explicitação das reivindicações econômicas e sociais, de uma concepção da democracia própria dos trabalhadores e direta e a refutação ao domínio e à exploração dos trabalhadores pelo capital monopolista seria uma atribuição do PT. O partido deveria ‘apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores’. Em outubro, a ‘transformação da ordem econômica, social e política’, o fim da opressão e da exploração e a democratização não apenas das instituições políticas, mas da sociedade brasileira, eram reiterados na ‘Declaração política’ emitida pelo PT (MARTINEZ, 2007, p.247-248).

Assim, podemos verificar qual era o projeto político do partido para a sociedade, marcada pela diferença social crescente entre explorados e exploradores e a ampliação da democracia,



construída pelos trabalhadores. Essas características demonstram a base social em que o partido era formado nos primeiros anos, marcado principalmente por trabalhadores da indústria e profissionais liberais da classe média, como professores e bancários.

Verificamos também as prioridades da militância no período: a participação nas eleições ou a maior inserção nos movimentos sociais e sindicatos, sendo esta discussão importante para a organização na década de 1980. A respeito da relação do partido com o poder institucional, Gadotti e Pereira (1989) analisam que:

Para o PT, a visão das esquerdas de cinquenta anos atrás, de que bastava ‘tomar o poder’ é incorreta. O poder não é um objeto que se toma puro e simplesmente. É uma correlação de forças entre as classes sociais em luta. Não basta ocupar o poder, é preciso transformá-lo, reinventá-lo a favor dos interesses da maioria. Fazer a revolução não é tomar o aparelho de Estado para tomar o socialismo. Não é, tampouco, impondo o marxismo no currículo escolar que iremos construir a consciência socialista. O PT entende que o socialismo será o ponto de chegada e nosso ponto de partida resultante de um movimento social e político construído a partir do movimento histórico. A alternativa ao estado capitalista é a organização autônoma da classe trabalhadora, como afirmava Marx: a emancipação. O PT valoriza, na luta pelo socialismo, os conselhos de trabalhadores. A autonomia é um conceito preciso ao PT: a autonomia das classes dominadas, caminhando com suas próprias pernas, construindo-se no movimento de negação da própria dominação. [...] (GADOTTI; PEREIRA, 1989, p.25-26).

Verificamos neste trecho como era encarada a questão da tomada de poder pelos militantes petistas nesse período, não ocorrendo de forma simples, como uma tomada violenta do Estado, mas ela deve ocorrer em etapas, através do chamado “acúmulo de forças”, ou seja, deve ocorrer uma maior conscientização da camada trabalhadora e das demais camadas excluídas da sociedade para que se possa assegurar a construção de uma nova sociedade.

Devemos entender também como o partido encarava a sua definição de trabalhador, se distanciando da concepção populista do governo Getúlio Vargas e buscando apoio no marxismo:

Pode-se perceber, assim, que através de movimentos de expansão e de contração, como diástoles e sístoles, amplia-se e restringe-se, num mesmo documento, a concepção classista do partido. Nos momentos de diástole em expansão, incluem-se na definição de trabalhadores – nos termos do texto acima – até mesmo setores não assalariados, como os profissionais liberais, demonstrando uma sintonia mais afinada com a composição da sociedade brasileira contemporânea. Nos momentos de sístole, de contração, proclama-se uma parte da classe trabalhadora – o operariado - como a vanguarda de toda a população explorada, indicando a permanência de uma concepção classista e partidária ainda ligada às formulações marxistas-leninistas (CESAR, 2002, p. 246).

A partir desse trecho, podemos analisar que o PT tentava compreender o termo trabalhador como a camada social que produzia bens materiais e imateriais, que não eram donas



dos modos de produção, dessa forma, tentava analisar a complexidade da sociedade brasileira, formada por diversos setores de trabalhadores, indo desde metalúrgicos até professores. Porém essa definição se mostrava conflituosa nesse primeiro momento de construção do partido, devido a também pensar os trabalhadores operários como a vanguarda na construção do socialismo, buscando apoio no marxismo-leninismo. Dessa forma, o partido oscilava entre a concepção de vanguarda e a afirmação de uma massa que não estava participando das decisões políticas na sua definição de trabalhador.

Meneguello (1989) afirma, ao analisar o PT como um partido de massas, que:

Nesse sentido, segundo a concepção de Duverger, *a novidade do PT é ter sido, sob o aspecto organizacional, o primeiro partido de massas criado no Brasil*: o PT é um partido de origem externa, extra parlamentar, de caráter societário; apresenta uma proposta definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político; sua estrutura interna fundamenta-se em núcleos de base, órgãos básicos de trabalho e integração partidária; seu funcionamento interno define-se pela intensa articulação entre os órgãos estabelecidos de forma hierárquica. Quanto à participação, o PT define-se, em certo sentido, pela ideia ‘integralista’ de partido: visa uma profunda integração com seus membros através de atividades políticas, tarefas de organização permanentes, fora dos períodos eleitorais (reuniões, debates, festas, contribuições financeiras periódicas, edição de boletins e jornal etc.). Finalmente, quanto à ação política, o PT confere bem menos importância à atividade eleitoral e parlamentar do que os demais partidos, priorizando os laços com os movimentos sociais (MENEGUELLO, 1989, p.36).

A autora, utilizando como referencial teórico nas suas compreensões Maurice Duverger, analisa e defende o PT como sendo o primeiro partido de massas criado no Brasil, a partir de três vetores: origem, organização e projeto político. O primeiro está relacionado com a origem sindical, a partir das greves que ocorreram no final da década de 1970; o segundo está na ligação que o partido possuía com os movimentos sociais, priorizando mais essas relações do que a disputa eleitoral nas esferas legislativa e executiva; a terceira é um projeto político voltado para o socialismo, colocando questões e discussões que os demais partidos não faziam naquele momento.

Entendemos o Partido dos Trabalhadores também como resultado da complexidade em que a sociedade brasileira estava adquirindo, devido a uma maior expansão do capitalismo, através da industrialização, o crescimento urbano desordenado, a migração do campo para a cidade, presentes no século XX. Dessa forma, essa expansão provocou um maior avanço na complexidade das estruturas sociais e políticas, trazendo a necessidade de avanço social para a



população, e conseqüentemente a questão da cidadania precisava se tornar presente e a necessidade de construção de uma organização política.²

A construção do Partido dos Trabalhadores em Cuiabá

Dessa forma, tentaremos entender como o PT conseguiu adentrar na capital mato-grossense, tendo como recorte temporal o ano de 1979 até meados da década de 1980. Utilizamos esse recorte devido a criação da lei do pluripartidarismo no país, evidenciando o projeto de abertura política da ditadura militar; até o ano de 1985, quando ocorrem as primeiras eleições diretas para prefeito na cidade de Cuiabá depois da implantação do sistema indireto de votação. Utilizamos também para a construção do artigo, pesquisas com fontes orais. Essas fontes foram coletadas através de entrevistas, e elas foram entendidas como “documentos-monumentos”, ou seja, os entrevistados possuem intencionalidades, de preservarem as suas memórias.

Para entendermos a formação do PT, também utilizamos de aportes teóricos como o conceito de classe explicado por Edward Thompson (2011), em que:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 2011, p.09-10).

Thompson foi um historiador inglês da tradição marxista e, portanto, as suas teorias dialogam com essa corrente historiográfica. Dessa forma, para entendermos como foi à inserção do PT em Cuiabá, devemos entender também a base social em que ela tentava se inserir, entendendo classe social como uma construção histórica, não como algo que estava pronto num determinado momento. Para Thompson existe uma base social, em que ocorrem determinantes materiais nos indivíduos, tratando estas determinantes com os seus grupos sociais, através das relações sociais e culturais, e estes grupos se identificam por possuírem os mesmos interesses contrários aos interesses de outros grupos, originando uma consciência de classe.

Outro conceito que utilizamos na pesquisa foi o de “hegemonia” proposto por Antonio Gramsci (1989):

² A modernização capitalista na sociedade brasileira como uma das explicações para o surgimento e crescimento do Partido dos Trabalhadores é analisada em CESAR, Benedito Tadeu. **PT: a contemporaneidade possível** – base social e projeto político (1980-1991). Porto Alegre: ed. UFRGS, 2002.



[...] O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 1989, p.33).

Dessa forma, entendemos que a hegemonia é exercida através dos grupos dirigentes de uma determinada sociedade, esses grupos possuem diferenças entre si, mas para se manterem coesos na condução dessa direção, devem realizar sacrifícios de ordem corporativa para manter um equilíbrio. Ela é exercida através da ideologia, portanto, tão importante quanto compreender a situação econômica de uma determinada sociedade, é compreender a posição ideológica dessa sociedade, pois ela é exercida pelos grupos dirigentes.

Portanto, realizamos a nossa pesquisa através da coleta de entrevistas com personagens que estavam presentes na construção do nosso objeto de pesquisa. Verificamos que estes personagens, a sua maioria eram pessoas que vinham de outras regiões do país, isso demonstra como a situação social pela qual passava Cuiabá durante a década de 1970 estava relacionada com a política implementada pela ditadura militar nesse período. Segundo João Carlos Barrozo (2008):

Havia por parte dos militares uma preocupação de ordem estratégica na extensa fronteira da Amazônia com os países vizinhos e territórios coloniais (Guianas). Até o final da década de 1960 e início da década de 1970, a economia da Amazônia continuava a ser predominantemente extrativista, razão pelo qual precisava ser transformada. Entre os objetivos do plano para ocupar a região, podem ser explicitados: a formação de grupos populacionais estáveis, tendentes a um processo de auto-sustentação; a adoção de uma política imigratória para a região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes externos selecionados; a fixação de populações regionais, especialmente no que concerne às zonas de fronteira; a adoção de políticas de estímulos fiscais e de crédito (BARROZO, 2008, p.20).

Verificamos neste trecho que o governo pretendia ocupar as regiões que eram consideradas desabitadas, sendo uma delas a Amazônia. Era necessário, além de ocupar a região, promover um desenvolvimento econômico através da agricultura. Dessa forma, o governo dava incentivos fiscais às empresas para ocupar a região através dos bancos públicos, dando infraestrutura para que as empresas se estabelecessem nesses locais, utilizando da força de trabalho local e dos migrantes.

Dessa forma, ocorreram várias correntes migratórias para Mato Grosso durante esse período, incentivando populações que ocupavam regiões em que a terra estava degradada, nas regiões Sul, Nordeste e Sudeste para irem ocupar outros locais do país. Cuiabá iria sofrer as



consequências dessas correntes migratórias, através do crescimento do número de habitantes sem planejamento urbano. Nesse contexto o Partido dos Trabalhadores iria se inserir. Ao serem questionados se a cidade era conservadora ou progressista, os entrevistados diziam:

Cuiabá era uma cidade impactada pela migração, existindo um polo forte de resistência cultural e política, identificado com a “cuiabania”, do pessoal que morava há mais tempo e que tinha valores culturais próprios. Do ponto de vista político era mais conservadora. Mas estava em rápida mutação e isto possibilitou avançar no sentido progressista, o que favoreceu o crescimento do PT.³

Podemos perceber neste trecho da entrevista a questão do conservadorismo presente nas relações políticas e culturais da cidade, lembrando que o entrevistado, Gilney Viana veio de Minas Gerais para Mato Grosso, e percebeu a existência de uma resistência cultural em relação à chamada “cuiabania”, ou seja, havia um grupo social local, que defendiam valores próprios da cidade, e que estava em conflito com as correntes migratórias que chegavam de diversas localidades do país.

EnelindaScala também nos confidencia sobre a questão da migração e o choque de culturas que ocorreu quando chegou em Cuiabá:

Muito conservadora. Havia um sentimento muito forte, as pessoas que vinham de fora eram chamados de ‘pau rodado’, e eu chorei muito no primeiro ano em que estava aqui, chorei muito, porque eu me sentia aqui, na forma como a gente era visto, como se eu fosse estrangeira, não brasileira, eu nunca pensei que no chão brasileiro, eu pudesse ter esse sentimento de que parecia que eu era de um outro país e não do Brasil, então foi muito sofrimento. [...] Levou muito tempo para as pessoas aceitarem a gente, como também daqui, participante daqui, e não o povo, o povo, as classes populares, da nossa população cuiabana é demais, o povo acolhe a gente de uma forma carinhosa de braços abertos. Mas a elite cuiabana tinha bastante cuidados conosco, que éramos de outros estados. [...]⁴

Através deste trecho analisamos que ocorria um choque de culturas, que a entrevistada, que estava chegando de São Paulo, não se sentia bem recebida pela elite cuiabana, enquanto a população, o povo, a recebia de forma mais aberta. Denotamos a ocorrência de um conservadorismo político e cultural advindo da elite da cidade.

³Depoimento oferecido por Gilney Viana em 2012. Nasceu em Minas Gerais, foi militante de esquerda durante a ditadura militar, cursou Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais, mas não concluiu o curso, concluindo na Universidade Federal de Mato Grosso.

⁴Depoimento oferecido por Enelinda Scala em 2012. Nasceu no interior paulista, formou-se em Biologia pela Universidade de São Paulo, e mestrado em Educação por esta universidade. Foi para Cuiabá em 1978, tornando-se docente da UFMT, participou das greves do ABC Paulista e da fundação do PT.



Perguntados sobre como era a cidade na época da formação do partido, houve respostas que afirmavam a distância dos grandes centros urbanos, e por isso a demora da chegada das informações. Segundo Torres:

Acho que era 200 mil habitantes por aí, ela tinha... Mato Grosso tinha oitenta e tantos municípios, aumentou bastante. Depois veio uma década em que Cuiabá, especialmente, se tornou uma cidade com muitas dificuldades por causa da periferia do seu município, devido à migração do campo pra cidade, muita gente que veio correndo atrás do sonho do Eldorado. Então era uma cidade que tinha dificuldades grandes, que tinha uma população muito sofrida, sem apoio, sem atenção, foi época de muitas invasões, o pessoal chamava de invasão. Invasão de terrenos.⁵

A entrevistada menciona o aspecto social em que se encontrava a capital, caracterizada pelas invasões, como eram chamadas as ocupações de terrenos vazios pela população que não tinha uma moradia. Dessa forma, através desses movimentos, foram se estabelecendo os bairros periféricos.

Destacamos também como a Igreja Católica foi importante para a construção do partido. Por ser o local em que a repressão da ditadura não ocorria de forma pesada e direta, muitos movimentos sociais se organizavam num local chamado Paróquia do Rosário, e estes movimentos realizavam os seus trabalhos na periferia da cidade. Essa Paróquia era filiada à Comissão Pastoral da Terra, a corrente mais progressista da Igreja Católica. Através do Livro Tombopodemos verificar alguns registros de como ocorriam às ocupações de terrenos vazios:

1980 Dezembro – Problemas de despejo do bairro jardim Guanabara. As famílias foram jogadas para a beira do córrego Barbado, indo formar o novo bairro Novo Guanabara, para além do Canjica, formando a Comunidade de São Francisco de Assis. O noviço Inácio Immig, que passava por um estágio do Noviciado, sofreu agressão da polícia nesse despejo, sendo ferido. As famílias despejadas formaram o primeiro núcleo da Comunidade Católica de São Francisco de Assis (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, p. 78).

Portanto, verificamos como ocorriam os despejos, e a ocorrência da violência do poder estatal, sendo representada pela polícia. Nesses momentos a Igreja aparecia como mediadora entre as ações de despejo e a população, que começava a enfrentar o Estado, e nesse enfrentamento ocorre uma relação de pertencimento a um mesmo grupo social devido a possuírem os mesmos interesses em contraposição aos interesses representados pela polícia. Dessa forma, retornando a Thompson, esse processo provavelmente gerou uma nova consciência política nesses grupos.

⁵ Depoimento oferecido por Artemis Mota Torres em 2012. Nasceu em Mato Grosso, graduou-se em Pedagogia na UFMT, e fez mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde tomou contato da organização da construção do PT. Retornou para Cuiabá e ajudou na construção do PT na cidade.



Verificamos que durante a década de 1980, a cidade de Cuiabá passou por diversas transformações no campo cultural e social, devido à chegada das correntes migratórias que vinham para ocupar a região amazônica e outros locais do estado em que a presença humana era de baixa densidade, além da expulsão da população local que habitava o campo. A capital mato-grossense sofreu as consequências desses acontecimentos, através do crescimento da periferia, em que a população ocupava os terrenos vazios, ocorrendo enfrentamentos com o Estado, através da polícia, para que se garantissem o local em que estavam e as condições de moradia, saneamento básico, escolas.

Neste contexto, os militantes que estavam dentro do PT começaram a realizar trabalhos com essa população que estava na periferia da cidade. Esse trabalho era chamado de nucleação, ou seja, era uma relação orgânica do partido com a base social em que estava inserida, mantendo maior proximidade com a população e através dessa relação tirar fundamentos para os trabalhos institucionais. Através dos núcleos de base, se garantiam a construção de uma nova hegemonia ideológica para a sociedade, advinda da classe trabalhadora. Através desse trabalho de nucleação, do contato com essa população foi aumentando o número de filiados, porém a recepção às ideias do partido não eram sempre bem recebidas, eram colocadas dentro de um campo de preconceito em relação às ideias socialistas, como Duarte nos coloca em relação ao trabalho de filiação:

Política é tudo a mesma coisa, Deus me livre, isso é comunismo, esse PT é comunismo, quer tomar as coisas da gente, não tem quase nada e ainda vão tomar as coisas que a gente tem, trabalha pra morrer pra ter duas casas, se o PT chegar no poder, vai pegar uma e dar pros outros, ou então vai colocar duas famílias na minha casa pra morar comigo, eu não ia ter direito do que é meu. E a gente tentava explicar, não era isso, e a gente falava: vocês renegam o que é a palavra comunismo, falava pra eles, a pessoa não sabia nem o que era, ia pela cabeça dos outros [...] (DUARTE, 2012)⁶.

Através deste trecho da entrevista podemos observar como era o comportamento da população em relação ao PT, dando destaque para a relação do partido com o comunismo, mas dentro do chamado “senso comum”, explicado através de Gramsci. Esse senso comum é construído dentro da hegemonia dos grupos dominantes de uma determinada sociedade, ou seja, de uma ideologia dominante existente derivada destes grupos.

Os grupos sociais que ajudaram a formar o partido dos trabalhadores em Cuiabá estavam ligados ao ambiente econômico em que a cidade se encontrava no período, relacionado às atividades agropecuárias, diferentes de outras localidades do país, como São Paulo ou Rio Grande

⁶ Depoimento oferecido por Antônio Duarte em 2012. Nasceu Santo Antônio do Leverger, em Mato Grosso, era trabalhador da construção civil em Cuiabá, quando foi chamado para participar na construção do PT. Um dos primeiros militantes do partido, e o primeiro presidente eleito do Diretório Estadual do PT.



do Sul, em que essas sociedades se encontravam mais industrializadas. Dessa forma, os principais militantes que ajudaram na construção do partido eram oriundos de ambientes acadêmicos, como a Universidade Federal de Mato Grosso, e dos bairros de periferia da cidade como Carumbé, Bela Vista e Planalto, onde a maioria da população trabalhava em setores como construção civil e comércio.

Verificamos também na pesquisa como era a relação do partido com a Igreja Católica. A Cúria Metropolitana da cidade estava ligada à política do Arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Salles, mais conservadora, enquanto a Paróquia do Rosário tinha uma postura mais progressista, devido a sua filiação com a CPT. Nesse local foram abrigados diversos movimentos sociais, como o Movimento de Interior de Favelas, ajudando na ocupação dos terrenos periféricos da cidade pela população que não tinha acesso à moradia. Os militantes do PT participavam na organização política dessa população, através da presença em reuniões e nos trabalhos de filiação, em que esse trabalho de filiação tinha como principal concorrente o PMDB, no período de redemocratização política nacional. Nessa época, o PMDB era visto pela população, segundo os entrevistados, como o principal partido de oposição à ditadura militar, e dessa forma deveria angariar o apoio da população, enquanto o PT era visto através da tentativa de implantação do comunismo.

Portanto, podemos analisar como essa construção do PT dentro de Cuiabá esbarrava nas relações ideológicas existentes, e isso iria refletir nas dificuldades que ocorriam para que o número de filiados e adeptos da organização se expandissem, refletindo também nos momentos eleitorais. Nos dois pleitos em que o partido disputou dentro do recorte temporal da pesquisa, o PT aparecia com poucos votos, em últimos lugares nos resultados. GilneyViana (2012), assim, analisa o pleito de 1982:

Em Mato Grosso, com reflexo em Cuiabá, foi importante nossa estreia eleitoral, com a candidatura do professor João Monlevade a Governador do Estado, em 1982. Foi uma campanha heroica, porque a disputa estava polarizada pelo antigo PDS, com Júlio Campos, e Bezerra pelo PMDB, que fizeram campanhas amplas, e nós do PT que fizemos uma campanha muito tímida de condições materiais, e muito aguerrida de militância. O nosso candidato a governador, João Monlevade era uma pessoa muito conhecida entre professores e militantes da Igreja Católica. Tanto a candidatura, como a pessoa do João Monlevade foram muito importantes para apresentar o PT à sociedade mato-grossense e cuiabana (VIANA, 2012).

Dessa forma, através do trecho da entrevista podemos analisar como a eleição de 1982 era encarada pelos militantes petistas: através de poucos recursos materiais, em que a disputa maior ocorria entre o PDS e o PMDB, enquanto o PT era desconhecido da maioria da



população. O pleito se transformou num momento de aprendizado para os militantes, devido, para muitos, ser a primeira eleição em que participavam. O resultado do pleito mostrava o partido em quarto lugar para ocupar a vaga de governador.

As eleições de 1985 foram caracterizadas como um momento em que o partido não estava apenas mostrando para a população as ideias da organização, mas era uma força política que tinha adquirido experiência com o pleito anterior. Segundo Wanderley Pignati (2012):

[...] inclusive eu fui candidato a prefeito de Cuiabá em 1985, mesmo porque a gente estava nesse processo de construção do PT, mesmo ele um partido ainda pequeno aqui no Mato Grosso, mas era um partido bastante de luta, e tinha militância. Então a gente foi pra disputar contra Dante de Oliveira, que tinha saído em 1984 das Diretas Já, e que todo mundo tinha medo de disputar com ele, e o Gabriel Novis Neves, que era o reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, e Pignati, que era eu. A gente disputou os três, foi uma eleição bastante significativa e foi um marco inclusive na construção do partido porque foi uma eleição que a gente chama assim, extemporânea pra prefeitura, eram só as prefeituras das capitais, não foram todas as prefeituras, e as prefeituras importantes que estavam sob a intervenção da ditadura também. [...] (PIGNATI, 2012)⁷.

O entrevistado foi candidato pelo partido nas eleições de 1985, disputando com os candidatos do PMDB e PDS a prefeitura de Cuiabá. Foram eleições em que a estrutura material e humana ainda eram deficitárias, concorrendo com partidos que tinham um histórico de inserção nas suas bases eleitorais na cidade, e possuíam maiores recursos materiais e humanos para realizarem os pleitos. Portanto, a eleição teve como vencedor o então deputado federal Dante de Oliveira, o PT acabou não conseguindo se eleger.

Concluimos que o Partido dos Trabalhadores não conseguiu uma abrangência no seu número de eleitores e militantes em Cuiabá, devido a diversos fatores, entre eles, por ser uma capital em que o capitalismo ainda estava em expansão nesse local, predominando no cenário político no executivo e legislativo os grupos advindos da elite agrária. Essa situação origina uma hegemonia cultural na sociedade em que os trabalhadores não se identificavam com as propostas do partido, não acontecendo um sentimento de pertencimento de classe social, de força transformadora.

Referências Bibliográficas

⁷ Depoimento oferecido por Wanderley Antonio Pignati em 2012. Nasceu no interior paulista, local em que graduou-se em Medicina. Foi para Barra do Garças em Mato Grosso, militando em movimentos de esquerda na cidade, ajudando na construção do PT neste local. Foi para Cuiabá no começo da década de 1980, participando do movimento sindical, militando dentro do PT. Foi candidato a prefeito em 1985, e o primeiro vereador eleito pelo partido em Cuiabá em 1988.



BARROZO, João Carlos. Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: BARROZO, João Carlos (Org.) **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: Editora da UFMT, 2008, p. 20.

CESAR, Benedito Tadeu. **PT: a contemporaneidade possível**– base social e projeto político (1980-1991). Porto Alegre: ed. UFRGS, 2002.

DUARTE, Antônio: **depoimento [2012]**. Entrevista concedida ao autor.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT?**São Paulo: Cortez, p. 25-26, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, P. 33, 1989.

MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado. In: REIS, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (Orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Vol. 06, Campinas-SP: ed. Unicamp, p. 240, 2007.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1989.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. **Livro Tombo**. 1945-2000. Cuiabá. p. 78.

PIGNATI, Wanderley Antonio: **depoimento. [2012]**. Entrevista concedida ao autor.

SCALA, Enelinda: **depoimento. [2012]**. Entrevista concedida ao autor.

THOMPSON, E. P. **Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, p. 09-10,2011.

TORRES, Artemis Mota: **depoimento [2012]**. Entrevista concedida ao autor.

VIANA, Gilney: **depoimento [2012]**. Entrevista concedida ao autor.



Representando a Grande Guerra: a revista *O Malho* e o Mito da Experiência de Guerra

Representing the Great War: the “*O Malho*” magazine
and the Myth of the War Experience

Fernanda Bana Arouca

Mestrado em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro

banarouca@hotmail.com

Recebido em: 12/08/2018

Aprovado em: 16/09/2018

Resumo: A Grande Guerra é considerada uma experiência sem precedentes por sua violência extrema. O fenômeno da guerra total ultrapassou os limites da frente de batalha e afetou todas as esferas do cotidiano, trazendo a experiência de guerra para o centro da vida de homens e mulheres, e estava fortemente relacionada à maneira como eles a confrontaram e lhe deram sentido. Ainda que não tenha participado militarmente da guerra, a América Latina foi espectadora do confronto liderado pela França e pela Alemanha Imperial. O Brasil se destacou como sendo o único país sul-americano a enviar homens para a Europa em 1918, quando, primeiramente, rompeu relações diplomáticas com a Alemanha em 1917 e, no mesmo ano, entrou no conflito. Propomo-nos analisar neste trabalho, a partir das representações da Grande Guerra na revista ilustrada *O Malho*, se o Brasil teria manifestado uma cultura de guerra e partilhado do processo totalizante da guerra tendo como referência a noção do *Mito da Experiência de Guerra*.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial, Representações, Rio de Janeiro.

Abstract: The First World War is known as an unprecedented event due to its extreme violence. The phenomenon of the total war dissolved the limits of the front and had an impact on the daily life, bringing the experience of war to the heart of men and women's life, and it was deeply connected with the way they face it and gave it meaning. Although Latin America did not participate militarily in the war, it was an observer of the conflict led by France and Imperial Germany. Brazil stood out as the only South-American country that sent men to Europe in 1918, when it first broke diplomatic relations with Germany in 1917 and, in the same year, entered the war. We seek to analyze, through the representations of the Great War in the illustrated magazine *O Malho*, if Brazil would have expressed a war culture and shared the totalizing process of war through the concept of the Myth of the War Experience.

Keywords: First World War, Representations, Rio de Janeiro.

O Brasil na Grande Guerra

Caracterizada como uma experiência sem precedentes por sua violência extrema, a Grande Guerra fez com que os homens e mulheres tivessem que se confrontar e lidar com ela



em diversos níveis, fossem eles pessoais, políticos ou culturais. Partimos da definição proposta por John Horne para guerra total, a saber, um fenômeno que ultrapassou fronteiras nacionais e dissolveu os limites da frente de batalha, afetando todas as esferas do cotidiano (HORNE, 1997, p. 01). Ao ser domesticada, a experiência de guerra foi trazida para o centro da vida da população e estava fortemente relacionada à maneira como eles a confrontaram e lhe deram sentido.

Sendo assim, a Grande Guerra se caracterizou por romper as fronteiras entre as linhas de frente e da retaguarda, invadindo o espaço da sociedade civil, tradicionalmente excluída do âmbito militar (TRAVERSO, 2009, p. 21). Mais que o esforço militar, a guerra se traduziu na mobilização política, econômica, social e identitária das sociedades. Uma grande mobilização não só humana como material, que correspondeu ao desejo de destruição e aniquilamento total do inimigo (DUARTE, 2005, p. 33), a que a liturgia de fundação das identidades nacionais e dos Estados-Nação serviria. Para além daqueles que são os campos tradicionalmente compreendidos como impactados pela guerra, as estruturas culturais são também parte determinante desse processo de totalização da guerra, pois para que se defenda a nação no sentido de uma mobilização total, a cultura se transforma em propaganda, sob controle do governo (TRAVERSO, 2009, p. 122).

A Grande Guerra inauguraria as primeiras campanhas massificadas de propaganda do século XX, tendo sido a primeira tentativa deliberada e oficial para “manipular” a opinião pública e que foi, segundo informam as estatísticas, em grande medida um sucesso (KINGSBURY, 2010, p. 06). De fato, a propaganda foi aplicada por parte dos estados em guerra para angariar o apoio da população civil a favor de sua causa, conquistar a simpatia e a cooperação de países neutros, mobilizar o ódio contra os inimigos e reforçar o apoio de seus aliados. Tanto o controle dos meios de comunicação em massa quanto a propaganda e, em certa medida, a censura, tornaram-se ao longo das décadas formas essenciais de manter o apoio nacional (CULL; CULBERT; WELCH, 2003, p. 23 e 437). O cultivo de formas visuais como pôsteres e caricaturas foi, nesse sentido, central para que essa modalidade de propaganda fosse efetiva, assim como a disseminação de estereótipos do inimigo pelos jornais. Encontrando-se nas preocupações e esperanças de seu tempo, a propaganda de guerra deveria aprimorar e ressoar em crenças pré-existentes para persuadir a população.

Posto isto, a partir da noção de guerra total, entendemos que o esforço de guerra tinha um escopo muito maior do que poderia se supor a princípio, mobilizando diversos setores das sociedades afetadas direta ou indiretamente pelo conflito. Os estudos da guerra total vão além



não só das fronteiras nacionais como também do continente europeu. Países neutros, como foi o caso do Brasil até abril de 1917, investiram em produção (como a alimentícia ou de armamentos) para suprir a Europa.

Ainda que não tenha participado militarmente da guerra, a América Latina foi espectadora do confronto liderado pela França e pela Alemanha Imperial. O Brasil não mandou homens para o *front*, porém sua participação no esforço de guerra se manifestou de diferentes formas, sobretudo por seu caráter humanitário, destacando-se como sendo a única nação sul-americana a enviar homens para a Europa em 1918. O país enviou uma missão médica da Cruz Vermelha além de alguns oficiais do Exército para a França; uma Divisão Naval para patrulhar parte da costa africana, e um grupo de aviadores navais para ser treinado na Itália, Grã-Bretanha e Estados Unidos (DARÓZ, 2016, p. 13). Além disso, em 1918 foi criado o Comissariado de Alimentação Pública para ajudar a suprir a Europa com gêneros alimentícios¹. Intelectuais também debateram e apoiaram a causa. A imprensa brasileira cobriu o conflito, posicionou-se desde o início e pôde angariar apoio de seu público para os interesses dos Aliados, quando o Brasil estava sob ataque alemão nos mares. De forma mais específica, foi na cidade do Rio de Janeiro — enquanto capital federal — que os intelectuais puderam contribuir para a manifestação da cultura de guerra e da dissolução definitiva entre o *front* e a retaguarda, característica da guerra total.

Entre os anos de 1914 a 1918, a imprensa brasileira vinha passando por importantes transformações que se iniciaram no fim do século XIX, tais como a supressão do folhetim, com destaque para a reportagem, o acréscimo de ilustrações diversificadas (fotografia, caricatura e charge) e a incorporação de novos temas e maquinário; um processo resultado da otimização de diversos setores, como o comércio, a lavoura e a indústria. Foi desse contexto que decorreu a proliferação de revistas ilustradas, inaugurando uma nova linguagem jornalística com seu arrojo gráfico, justaposição de poemas, crônicas e comentários, e a apresentação de uma cidade moderna, seja através de seus novos espaços de sociabilidade, seja de inovações urbanas.

É importante notar que essas revistas recém-criadas eram formadas por homens de letras, muitos dos quais eram aliadófilos² e utilizavam os meios de comunicação para se manifestar. Entre os grupos que se mobilizaram para apoiar a Entente, destaca-se a chamada “Liga Brasileira pelos Aliados”, fundada em 1915, e composta por intelectuais e políticos, entre eles Rui Barbosa, que teve papel destacado na associação. Em um momento em que se deu a profissionalização do

¹ Em 1917, esse esforço já havia sido retratado na revista (*O Malho*, 22 de dezembro de 1917, n.797, p.7).

² Configura-se como Aliados — ou Tríplice Entente — o Reino Unido, França e Império Russo, e como Impérios Centrais — a chamada Tríplice Aliança — o Império Alemão, Império Austro-húngaro, a qual se juntariam o Império Otomano e a Bulgária.



literato em jornalista, essa intelectualidade se mostrou uma figura poderosa, emergindo como agente social diferenciado ao cristalizar e difundir as representações da guerra. Foram eles os mediadores culturais do conflito para os brasileiros³, que imaginavam a Grande Guerra a partir de seus comentários, dos informes da imprensa por meio de agências internacionais e de fotografias. De fato, tais publicações atingiam e transformavam os hábitos também das camadas populares, apesar de serem endereçadas às elites. Em um contexto de alto analfabetismo, esses leitores foram expostos a imagens publicitárias, desenhos, mapas, cartazes e estandartes, frutos de uma “pedagogia urbana” moderna (LINS; OLIVEIRA; VELLOSO, 2010, p. 89). Dessa forma, as revistas ilustradas tiveram papel fundamental na naturalização das representações da guerra, difundindo uma determinada forma de ver e reproduzir o mundo, entre tantas possíveis.

Trabalhar com o empreendimento privado de representações da guerra através da cultura material na forma de imagens pode nos informar tanto sobre as mentalidades e sociedades em guerra quanto sobre o conflito em si (BEURIER, 2004, p. 121). Nos termos propostos por Annette Becker e Stéphane Audoin-Rouzeau (1998), o estudo da cultura de guerra se tornou uma amálgama diversificada de todos os tipos de evidências, algumas materiais, outras discursivas, de formas como indivíduos e grupos sociais dão sentido à guerra e acomodam sua vida e linguagem a ela. O termo alude ao aparato mental que homens e mulheres desenvolveram para dar sentido a essa experiência, isto é, como grupos de civis resistiram às pressões do conflito e deram sentido a ele. É necessário ter em mente, entretanto, a insuficiência do uso singular de “cultura”, como, por exemplo, uma cultura de guerra nacional, tendo em vista que distinções baseadas em regiões, classes sociais e gêneros são necessárias para dar conta de diferentes, progressivos e sobrepostos campos discursivos.

Como nos propomos analisar aqui, a cultura de guerrano Brasil manifestou-se na mobilização da sociedade por meio da imprensa e escolhemos a revista *O Malho*, que se inseria em uma categoria específica de veículo de comunicação: as revistas ilustradas de variedade semanais. Esses periódicos nasceram em um momento do desenvolvimento da imprensa e das diversas transformações pelas quais a cidade do Rio de Janeiro passava. Nos primeiros anos do século XX, o discurso da imprensa em geral passou a estar unificado e alinhado ao projeto político nacional, em que as ideias de progresso, modernidade e civilização se confundiam, afastando-se o quanto possível dos costumes provincianos da sociedade escravista. As revistas ilustradas tiveram um papel importante na disseminação desse ideal, apresentando-o e difundindo-o para a população.

³Temos aqui como referência Angela de Castro Gomes (1999, p. 21-22).



No Brasil, a cidade do Rio de Janeiro foi a vitrine para a *Belle Époque*, buscando representar o cosmopolitismo, europeização e modernização. O processo de uma tarefa civilizadora que aconteceu na capital e foi desenvolvida durante a I República também inaugurou “lugares sociais que questionam de forma cética e satírica, embora ambígua, esta mesma vocação” (GOMES, 1999, p. 27), e tem raízes na segunda metade do XIX quando, durante o Segundo Reinado houve a instauração de um projeto de Estado moderno.

Pouco tempo depois, diante da inércia em ultrapassar fundamentos tradicionais que resultariam no progresso da sociedade, a *intelligentsia* brasileira teria passado por um momento denominado pela historiografia como “desilusão republicana”, que culminou em uma produção humorística específica⁴. Essa produção teria se dado em um espaço onde as representações eram fortemente relacionadas às promessas sociais da época, em última análise de cunho civilizador, como afirma Elias Thomé Saliba em seu importante estudo *Raízes do Riso* (SALIBA, 2000, p. 66-67). A historiadora Angela de Castro Gomes, por sua vez, chama atenção para as trocas de ideias nos espaços de aprendizado que existiam para esses intelectuais. Com seu engajamento, eles consagraram interpretações alternativas do que se entendia e desejava postular como Brasil moderno (GOMES, 1999, p. 21-22). Em última análise, podemos dizer que os intelectuais-humoristas também contribuíram no projeto de uma identidade nacional e na disseminação de uma certa concepção de Brasil.

A revista semanal *O Malho* circulou semanalmente entre 1902 e 1954⁵, tendo sido fundada na cidade do Rio de Janeiro por Luis Bartolomeu. Se no princípio era veiculada ao conteúdo humorístico, a partir de 1904 a publicação passou a ter conteúdo voltado para sátira política e ficou famosa pelo tom de ironia de suas charges e caricaturas, disputando espaço com a popular Revista da Semana. Outros nomes da boemia fluminense também participaram da equipe como Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pedro Rabelo, Renato de Castro, Emílio de Meneses e Bastos Tigre e entre os que assinavam suas caricaturas e charges estavam grandes nomes nacionais como K. Lixto, Raul Pederneiras, J. Carlos, Crispim do Amaral, Alfredo Storni, Augusto Rocha, Yantok, Loureiro, entre outros.

Algo era recorrente nas revistas da época. Seu editorial desde a primeira edição anunciava um caráter satírico e humorístico, um manifesto que se alinhava ao projeto desses periódicos de

⁴ Um mapeamento dos trabalhos referentes à visão da caricatura da Primeira República como continuidade desse sentimento foi feito por Pedro Krause Ribeiro em sua dissertação de mestrado em que analisa o discurso político do povo em charges na imprensa luso-brasileira (2011, p. 22-30).

⁵ Devido a sua contraposição à Aliança Liberal, ficou impedida de circular por alguns meses após a Revolução de 1930.



serem os porta-vozes da modernidade, e que visava angariar desde o início a simpatia do público. No caso de *O Malho*, seu projeto tinha como objetivo atingir o “Público”, isto é, o leitor mais sofisticado, embora tenha sido muito popular entre classes mais baixas como barbeiros e engraxates.

É de praxe que um jornal que se apresenta desfie perante o leitor boquiaberto um rosário de promessas a que se chama pomposamente o programa. Iconoclasta de nascença, *O Malho* começa por atacar e destruir a praxe: não tem programa. Ou, mais exatamente, tem todos, como o seu nome bem o indica: ele é o Malho; tudo que passar a seu alcance será a bigorna. O povo rirá ao ver como se bate o ferro nesta oficina e só com isso ficaremos satisfeitos, com a tranquila consciência de quem cumpre um alto dever social e concorre eficazmente para o melhoramento e progresso da raça humana (*O Malho*, 20 de setembro de 1902).

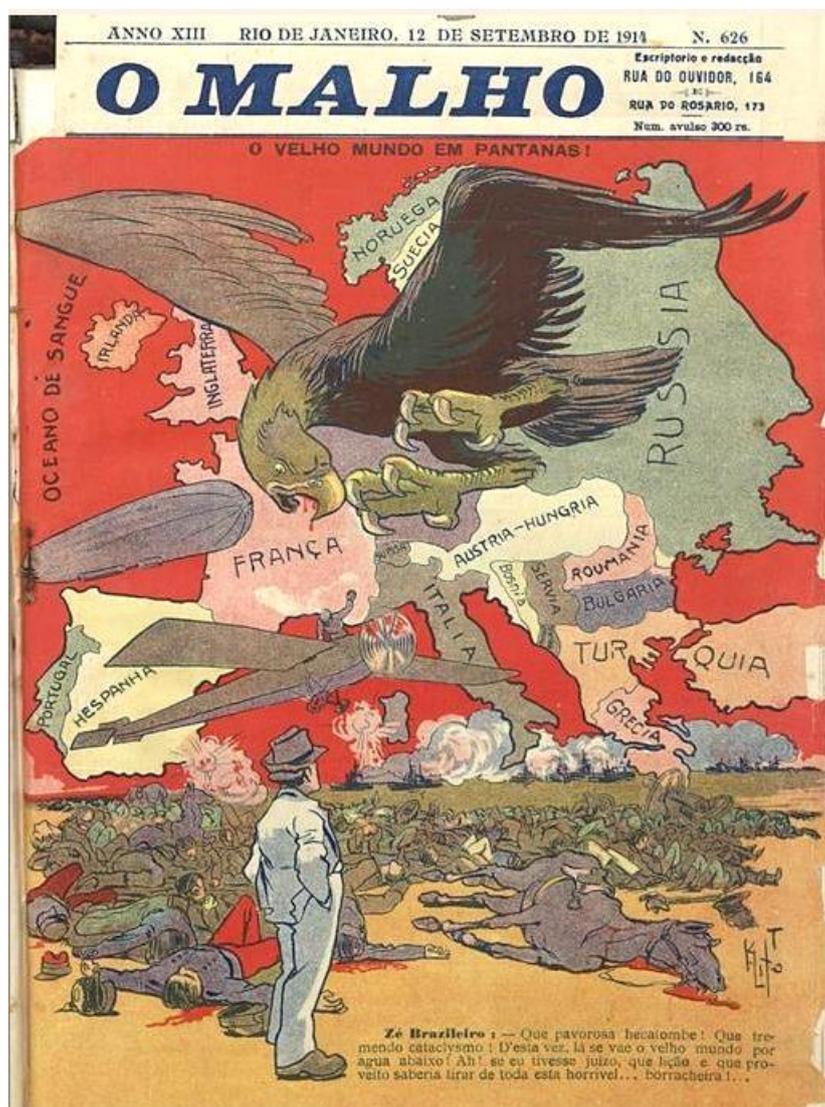
Seu repertório era variado, incluindo seções de opinião, poesia, notícia, piada, sempre com diversas ilustrações e fotografias, característica desse tipo de publicação. Também mantinha uma postura editorial independente, posicionando-se em relação às polêmicas políticas e sociais da época.

Nesse sentido, a revista se servia do humor para comentar a política nacional e a sociedade em geral e, no contexto da Grande Guerra, foi um veículo que disseminou uma concepção de como o Brasil deveria se posicionar. Como exemplificamos na ilustração a seguir (Imagem 01), em uma das primeiras capas que retratam o tema da guerra, Zé Brasileiro, enquanto testemunha externa do conflito, observa a carnificina que os europeus deram início, onde toda a Europa — inclusive os países neutros — se extingue. O personagem sabe que poderia tirar lições para si mesmo com o disparate caso ele mesmo tivesse juízo. Aqui podemos sugerir um diálogo com a política interna e a intenção da manutenção da neutralidade brasileira. Destaca-se o abutre pronto para atacar os milhares de mortos no *front*, e todo o oceano que banha o continente em vermelho-sangue, associando o poderio bélico à morte.



Imagem 11 – O VELHO MUNDO EM PANTANAS!

Zé Brasileiro – Que pavorosa hecatombe! Que tremendo cataclysmo! D'esta vez, lá se vae o velho mundo por agua abaixo! Ah! se eu tivesse juízo, que lição e que proveito saberia lidar de toda esta horrível... borracheira!



Fonte: Kalixto. *O Malho*, 12 de setembro de 1914, n. 626. (FBN)



Ao analisar as representações do conflito, percebemos que houve posicionamentos contundentes da revista, seja pela necessidade de permanência do Brasil como neutro, seja, pelo contrário, apelando para o patriotismo a favor da luta do país no conflito. Em outras palavras, parece ter havido em certa medida um alinhamento de *O Malho* ao poder e ao projeto republicano, especialmente a favor da figura do presidente Venceslau Brás. O que percebemos no discurso da revista, desde a deflagração da guerra até meados de 1916, é que todas as nações envolvidas tinham algum grau de culpabilidade e a neutralidade seria a melhor opção nesse cenário. Nem mesmo com a criação da “Liga Brasileira pelos Aliados”, em março de 1915, houve um claro posicionamento a favor da causa. Houve um estreitamento com os Aliados, principalmente pela entrada de Portugal na guerra e por questões econômicas, mas a sua defesa é pela permanência da neutralidade.

Em *O Malho*, constatamos que o discurso durante toda a cobertura da revista diz respeito, sobretudo, à destruição do patrimônio da Civilização⁶. Não há evidência de uma preferência pela França, o que poderia se esperar a princípio, uma vez que em grande parte a sociedade dos letrados era francófila (COMPAGNON, 2014, p. 82-93; VINHOSA, 1990, p. 28). A representação da República Francesa só viria a ganhar destaque com as comemorações do “dia da Queda da Bastilha”, a partir de 1916. De fato, o “14 de Julho” foi um tema mobilizado pelos ilustradores para reforçar a necessidade de que a luta na guerra pelos Direitos e pela Liberdade continuasse⁷.

No entanto, 1917 foi um ponto de inflexão com o apoio pela saída do Ministro das Relações Exteriores Lauro Müller e a entrada de Nilo Peçanha no cargo em maio, tendo em vista que a partir deste momento o Brasil passaria a adotar uma política abertamente a favor da parceria com os Estados Unidos. Além disso, a entrada do Brasil na guerra meses depois também estava em consonância com as decisões políticas nacionais, embora essa relação não tenha se dado sem atritos, uma vez que a censura, decorrente da instauração do estado de sítio, incomodou profundamente os que estavam no comando do periódico. Devido ao quadro de instabilidade gerado pela carestia de gêneros alimentícios durante a guerra— fortemente levantada por movimentos populares e que levou o Estado a intervir na economia de diversas

⁶*O Malho*, 29 de agosto de 1914, n. 624, p. 01; 05 de setembro de 1914, n. 625, p. 01; 26 de setembro de 1914, n. 628, p. 01; 03 de outubro de 1914, n. 629, p. 01; 29 de maio de 1915, n. 663, p. 01; 08 de abril de 1916, n. 708, p. 01; 31 de março de 1917, n. 759, p. 01; 14 de abril de 1917, n. 761, p. 01; 02 de junho de 1917, n. 768, p. 01; 23 de março de 1918, n. 810, p. 01; 27 de abril de 1918, n. 815, p. 01; e 13 de julho de 1918, n. 826, p. 01.

⁷*O Malho*, 14 de julho de 1917, n. 774, p. 01; e 13 de julho de 1918, n. 826, p. 01.



formas—foi decretado o estado de sítio⁸ no Sul e Sudeste no dia 17 de novembro de 1917, suspendendo direitos civis e garantias constitucionais (DARÓZ, 2016, p. 108-110). O estado, proposto por Rui Barbosa, foi prorrogado duas vezes, até 31 de dezembro de 1918.

A narrativa criada pela revista durante os anos da Grande Guerra parece ter forte ligação com a diplomacia brasileira. Na medida em que a guerra era um fenômeno ainda distante durante os primeiros anos, sua posição foi de afastamento da Europa, colocando-se como modelo de civilização e liderança na América do Sul e fomentando a paz continental. Esse projeto mudou ao ter seus interesses comprometidos, seja pela guerra submarina perpetrada pela Alemanha, seja pela pressão norte-americana. A mudança do discurso ocorreu, pois passou a existir uma missão moral de combater a Alemanha Imperial, *ao lado* dos Aliados, em nome da defesa nacional e dos valores em questão. Esse é o argumento que o periódico buscou veicular, tendo em vista que interesses de ordem econômica e política também estavam em jogo neste momento. Isso não parece ter significado um desprezo pela Europa, mas uma oportunidade para o Brasil se colocar em um nível tão importante quanto o das nações que faziam parte dela.

Ainda que a historiografia identifique no período pós-1918 um afastamento das elites brasileiras da cultura europeia, durante os anos da Grande Guerra em *O Malho* o conflito não significou continuamente uma desilusão. O primeiro desencanto não anulou a adesão a esse projeto que mobilizou a pátria para ascensão do país no cenário mundial. Em outras palavras, o deslocamento da Europa enquanto o paradigma de Civilização, em um primeiro momento, significou a liderança do Brasil — e do continente americano, em última análise — como o verdadeiro baluarte do progresso da Humanidade. Ao mesmo tempo em que se deu esse afastamento, houve um reforço do próprio modelo europeu no espaço nacional. Aos olhos dos intelectuais da revista, a Grande Guerra parece ter funcionado como uma suspensão do projeto civilizacional no território europeu, em face de aberração da guerra. Nesse contexto, frente à ameaça à nação, as ambições brasileiras passaram a ser pela obtenção de um lugar de destaque nas negociações de paz e pela participação do país na “regeneração mundial”.

O Mito da Experiência de Guerra a favor da nação

⁸ Decreto nº 12.716, de 17 de Novembro de 1917. “O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil; usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 3.393, de 16 de novembro deste anno, DECRETA: Artigo unico. São declarados em estado de sitio o Districto Federal e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, ficando suspensas as garantias constitucionaes.” Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12716-17-novembro-1917-511430-republicacao-96146-pe.html>> (Acesso em: 17 abr. de 2017). A lei 3.393, que deu origem ao decreto e autorizava que se proclamasse estado de sítio em todo o território brasileiro se necessário, por conta da declaração de guerra, se encontra em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3393-16-novembro-1917-572815-publicacaooriginal-96124-pl.html>> (Acesso em: 26 fev. 2018).



Como mencionado, durante a Grande Guerra toda a sociedade foi mobilizada para o esforço de guerra e não só nas nações beligerantes. Para que fosse possível a inédita escala de violência, diversos países, para além do continente europeu, participaram do esforço de guerra. A historiadora francesa Annette Becker atenta para as diversas dimensões que a guerra total comportou, significando “globalização e industrialização; modernização e regressão; herança, anomia e apropriação cultural através de regiões, países e continentes” (BECKER, 2015, p. 1032). A dimensão cultural do fenómeno nos interessa particularmente uma vez que a guerra poderia ser de alguma forma mobilizada e apropriada para fins específicos. É nesse sentido que George L. Mosse desenvolveu a noção de *Mito da Experiência de Guerra*, que emergiu a partir renovações historiográficas da Grande Guerra nos anos 1970⁹. O historiador alemão demonstra como houve uma brutalização da sociedade e da cultura política alemã com a Grande Guerra, e que o *Mito* foi criado por aqueles que estavam interessados na perpetuação da ideia de nação.

Durante e especialmente depois do conflito, comissões nacionais assumiram o enterro dos mortos na guerra e a comemoração da guerra. A função da consolação foi executada em um nível público assim como privado, mas uma rememoração da glória em vez do horror da guerra, do seu propósito e não de sua tragédia. Aqueles preocupados com a imagem e apelo contínuo da nação trabalharam em forjar um mito que atenuasse a dor da morte na guerra e enfatizasse o sentido da luta e do sacrifício. (MOSSE, 1990, p. 06-07)

O *Mito* seria então uma narrativa com o objetivo de fazer com que o passado intolerável fosse de alguma forma aceitável, não só para consolar os indivíduos, mas acima de tudo para justificar a existência da nação, em cujo nome a guerra foi travada. Assim, a memória da guerra foi redesenhada como uma experiência sagrada que proveu a nação com uma nova profundidade de sentimento religioso. Mosse atenta que o *Mito* ressignificou a realidade da guerra e tinha sua expressão definitiva nos espaços de enterro e comemoração dos mortos. Para preencher sua função de transcender a morte, referenciais cristãos, tais como a consolação, a crença na morte e na ressurreição de Cristo, foram empregados. Cemitérios e memoriais foram concebidos como santuários de adoração nacional, tornando a guerra sagrada e esses locais parte de uma religião

⁹ Dentro da transição historiográfica, dois movimentos na história cultural da Grande Guerra, impulsionados pelos estudos da rememoração do conflito, destacam-se. O primeiro confere ao *Mito da Experiência de Guerra*, cunhado por Mario Isnenghi (1970) e desenvolvido por George L. Mosse (1990), uma narrativa que foi útil ao procurar manter uma memória gloriosa ao mascarar a realidade, satisfazendo os sonhos dos homens mesmo que não tivessem relação com o real, provendo o nacionalismo com boa parte dos símbolos e mitos do/no pós-guerra. O segundo movimento parte de Paul Fussell (1975) e Samuel Hynes (1992) que, de forma independente, atribuem a base da história cultural da guerra à memória. Enquanto Fussell, ao explorar o absurdo do conflito, vê uma “memória moderna” emergindo da Grande Guerra, que possibilitaria o entendimento da violência produzida, Samuel Hynes estudou os mitos criados por ela e como os soldados procuram dar sentido à sua experiência.



civil; um culto da nação e dos heróis que se sacrificaram em seu nome (MOSSE, 1990, p. 49-50). A guerra, de forma análoga a religião, sacralizaria a continuidade da nação e também o esforço de guerra, recorrendo a símbolos anteriores ao conflito.

Diversas soluções permitiram que os homens confrontassem e aceitassem esse evento sem precedentes, entretanto, nos interessa chamar a atenção para suas manifestações dentro do projeto republicano veiculado por *O Malho*. Como nos mostra Sílvia Correia, há um vínculo entre o *Mito* e a República, que se vale de diversos elementos para estabelecer consenso e união nacionais. Podemos citar o ideal de camaradagem, que integrava os soldados em uma comunidade e pôde ser expresso pela criação da categoria do “cidadão-soldado”, assim como o culto do soldado caído, traduzindo uma experiência de guerra homogênea entre os soldados. O republicanismo, assim, por meio da criação de heróis e exércitos nacionais, e promovendo a educação, reforçaria laços identitários à sua imagem (CORREIA, 2015, p. 226).

A experiência da Grande Guerra para as nações que foram diretamente palco do conflito teve um impacto diferente em relação aos países que foram meramente espectadores, fossem eles neutros ou não. A morte de milhões de soldados e civis, a luta nas trincheiras, a destruição das cidades e a fome são alguns dos aspectos que causaram esse distanciamento. Interessa-nos aqui avaliar se a guerra foi mobilizada no Brasil a favor da causa nacional. Em outras palavras, chamamos atenção para as representações da Grande Guerra na imprensa, sendo esta última um instrumento da cultura de guerra, e como essas representações possibilitaram a construção de uma narrativa a favor de um projeto nacional dentro de uma lógica de guerra total. Nossa tentativa em perceber o *Mito da Experiência de Guerra* no caso brasileiro se traduz em verificar como a guerra foi apropriada por *O Malho*, procurando identificar, por meio da veiculação de uma cultura de guerra no Brasil, se a experiência do conflito no país estabeleceu rupturas e/ou continuidades no projeto identitário nacional.

A partir das páginas de *O Malho* a Grande Guerra se fez presente no cotidiano dos leitores da revista desde o seu início. Durante os anos de neutralidade, o Brasil se afastou da Europa, criticou fortemente a guerra e procurou se voltar para o seu papel de líder pacifista do subcontinente sul-americano. Com o fim das relações diplomáticas com a Alemanha e a entrada no estado de guerra, parte da sociedade foi mobilizada para a causa. O fato de não ter participado militarmente do conflito não parece ter significado, aos olhos dos que estavam à frente do periódico, um impeditivo para participar do esforço de guerra. Pelo contrário, em um momento de efervescência de campanhas cívicas e educacionais no país e pelo discurso de liderança



brasileira, a guerra se tornou um momento de inflexão, um evento que poderia permitir o Brasil a ter destaque internacional ao lado de outras potências e se regenerar moralmente.

Lúcia Lippi Oliveira chama atenção para o momento de crise que a Grande Guerra representou para o modelo de cultura e civilização do Brasil. Diante do que seria a decadência europeia, as transformações nas áreas da educação e da saúde passaram a ser soluções para o futuro do país (OLIVEIRA, 1990, p. 191-192), formas de colocá-lo no caminho da modernidade (CARULA; CORRÊA; ENGEL, 2013, p. 272). O processo de reorganização nacional, dessa forma, estava diretamente relacionado com o avanço da medicina e o cuidado de doenças (MAIO; SANTOS, 2010, p. 100). Corroborando com esta perspectiva, Elias Saliba sustenta que, durante a *Belle Époque*, os humoristas permaneceram distantes dos circuitos institucionalizados da cultura e até mesmo das preocupações centrais da *intelligentsia* brasileira da época, preocupações essas que giravam em torno das campanhas de mobilização nacionalistas, educacionais, sanitárias e religiosas. Com a guerra o nacionalismo passou a estar na ordem do dia e o trabalho dos humoristas corria o risco de ser tomado como uma impertinência ou sendo de natureza diversionista (SALIBA, 2000, p. 150-151).

No entanto, analisando especificamente os artistas que circulavam nas revistas ilustradas, que contribuíam para a dimensão humorística desses periódicos tendo em vista que fazia parte de seu projeto editorial, podemos inferir que, ao contrário, os caricaturistas estavam em sintonia com as demandas da elite intelectual brasileira e se empenharam no esforço de guerra a favor da causa nacional. Assim, nos desviamos da análise de Saliba. Se durante o período de neutralidade do Brasil seus comentários — ainda que jocosos — apontavam para um julgamento negativo da guerra e o apoio de um posicionamento pacifista, com o fim das relações diplomáticas com a Alemanha Imperial e, mais tarde, com a entrada no estado de guerra, esses profissionais se alinharam, embora não de forma acrítica, ao esforço de guerra.

O fim da neutralidade brasileira se deveu a uma combinação de fatores e sua análise foge ao intuito desse trabalho¹⁰, entretanto por questões externas (como a pressão norte-americana) quanto internas (a crise da indústria cafeeira) o fato é que a ameaça aos interesses nacionais se traduziu em um intenso dever patriótico para a intelectualidade do período. O que estaria em jogo era a própria existência da nação. Diante da amplitude de manifestações do *Mito da Experiência de Guerra*, cabe esclarecer que desenvolveremos aqui alguns de seus aspectos possíveis dentro do caso brasileiro a partir das representações da Grande Guerra na revista *O Malho*.

¹⁰ Cf. VINHOSA (1990) para mais detalhes de natureza diplomática e econômica sobre a entrada do Brasil na Grande Guerra.



Eixos do *Mito*: pela defesa da nação

Durante a Grande Guerra, uma das dimensões da guerra total foi a de que “países, fossem neutros ou não, ajudaram a manter a escala épica de violência por meio da produção industrializada de munições, alimentos e outros suprimentos, enquanto também buscavam manter o apoio da lei da guerra tanto quanto podiam” (BECKER, 2015, p. 1029). No Brasil, a dimensão do sacrifício por uma causa nobre foi mobilizada para incentivar o esforço de guerra. Até o torpedeamento de navios brasileiros em 1917 houve uma resistência em suspender a neutralidade. Para os artistas de *O Malho*, os ataques foram interpretados como uma afronta à soberania nacional. A única resposta possível seria, então, romper as relações com a Alemanha e se sacrificar pela nação, com honra e dever. Esse sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional está em sintonia com as políticas europeias durante 1914, como nos mostra John Horne (HORNE, 1997, p. 02). Para além de preocupações relativas à integridade física e territorial, a legitimação da guerra perpassava por valores, formas de vida e instituições políticas.

Legitimidade política e sentimento de nacionalismo derivaram, em última análise, de atos de fundação e mitologias corporificadas do regime e da nação. Entretanto, ambos ganharam constante reforço de rituais, símbolos e gestos repetidos que se tornaram característicos de políticas nacionais nesse período (eleições, feriados nacionais, mobilizações de massa, monumentos). Além disso, enquanto valores eram legitimados e ideais da comunidade cultural eram promovidos através desse aparato estatal, incluindo sistemas educacionais nacionais, eles eram expressos de forma muito mais ampla por uma série de agências privadas e semi-privadas, tais como jornais, partidos políticos, grupos de pressão e igrejas. (HORNE, 1997, p. 02)

Mais do que os ataques diretos ao país, embora tenham ocorrido, a sobrevivência do Brasil não só a nível interno, como no plano internacional, foi um aspecto decisivo. Ainda que seja claro um apoio à entrada do conflito em prol da causa nacional, o conteúdo das charges na revista oscila entre otimismo e o pessimismo, com reconhecimento dos problemas internos do país, com tom jocoso, porém amargo. Em 1916, a edição da revista dedicada ao aniversário da Independência foi cética tendo em vista a dívida do país com credores estrangeiros, embora já anunciando a força do novo civismo. Na edição análoga de 1917¹¹, o pessimismo continua. Na capa com assinatura de Kalixto, Zé Povo canta com visível emoção o Hino da Independência, tendo a bandeira nacional ao fundo, contudo, seus pés são puxados pelos monstros da “crise”, “política”, “indolência” e “dívida”. Uma semana depois, a edição que circulou apresentou outro

¹¹*O Malho*, 08 de setembro de 1917, n. 782, p. 01.



tipo de mensagem. A um mês da entrada na guerra, a revista dedicou grande parte de suas páginas ao elogio dos militares brasileiros, em que tem como destaque quatro páginas para o “Renascimento do Brazil” (Imagem 02).

Imagem 2: O RENASCIMENTO DO BRAZIL: A alma nacional desperta, aquecida pelo fogo sagrado do patriotismo. A comemoração militar da nossa Independência foi uma reveção extraordinária. A defesa da Patria tem agora na mocidade brasileira um solido ponto de apoio, disciplinado, aguerrido, entusiastico. Com esse exemplo admiravel as novas gerações — os meninos e os moços — estão indicando ao Brasil o caminho do futuro — caminho de Ordem e Progresso, balisado pelo civismo efficiente dos jovens, por esse ardente civismo que assegura a patria o cumprimento d'esta promessa: “Para servir-vos, braço ás armas feito!” cidadãos da nação.

Fonte: *O Malho*, 15 de setembro de 1917, n. 783. (FBN)





No Brasil, a Grande Guerra foi catalisadora para a tentativa de solucionar a defasagem técnica e militar e das Forças Armadas (CARVALHO, 2005, p. 41). Expressão da necessidade de ordem e autoridade, a vocação que se atribuía a esse setor se manifestaria pela “virtude cardeal do mundo militar, o senso de hierarquia e de obediência torna[ndo]-se obrigatório das sociedades políticas mobilizadas a serviço da regeneração nacional”. (COMPAGNON, 2014, p. 271-272)

Para além dos militares, os civis tiveram destaque na mobilização nacional. Durante a guerra no Brasil foram criadas diversas associações civis, sendo a Liga de Defesa Nacional (LDN) um de seus maiores destaques¹². Criada em 1916, a Liga recebia apoio do Exército e recursos de propaganda por parte do governo, interpretando o patriotismo pela ótica do dever cívico, militarista e moralista. De acordo com Thomas Skidmore, “refletia fielmente o *status quo* na política e na economia — tentativa da elite para apropriar-se do ‘despertar’ nacionalista em seu próprio benefício”(SKIDMORE, 1976, p. 175). De fato, nesse contexto outras ligas e associações foram criadas com o intuito de mobilizar a nação, como foi o caso também da Liga Nacionalista em São Paulo, fundada um ano depois por estudantes da faculdade de Direito (LAMARÃO). José Murilo de Carvalho também aponta para o fato da criação das ligas ter sido a “expressão da concordância de interesses entre militares e grupos econômicos pelo menos parcialmente urbanos”(CARVALHO, 2005, p. 60) No caso da Liga de Defesa Nacional, ela divulgava seus princípios de educação cívica e a aproximação do Exército ao povo por meio de panfletos, livros e discursos, tendo tido como principal representante o poeta Olavo Bilac, que era filho de um militar.

A guerra aparece em um primeiro momento ter significado a oportunidade para que o Brasil se reorganizasse. Uma cruzada que teria expressão não só no serviço militar obrigatório e na valorização das tradições brasileiras, como também na reparação da administração pública. Percebemos, assim, que o entusiasmo pelo fim da neutralidade do Brasil repercutiu em diversas esferas da vida nacional. A tentativa de revitalizar o Exército, a promulgação da Lei do Sorteio Militar¹³ em 1916 e a criação da Liga de Defesa Nacional no mesmo ano são alguns dos pontos que reforçaram a ideia de que o país precisava expurgar seus males. Essa analogia,

¹² A relação entre a criação da LDN e a I Guerra Mundial é também indicada por Nicolau Sevcenko (2003, p. 84).

¹³ A lei só aplicada depois de longa campanha, depois de tentativas falhadas em 1874 e 1908. De acordo com José Murilo de Carvalho, ela foi liderada pelos chamados *Jovens Turcos* — uma referência irônica aos oficiais otomanos reformadores de Mustafá Kemal Atatürk — que estagiaram no Exército alemão entre 1906 e 1912 para o aperfeiçoamento da doutrina militar (2003, p. 21-22).



inclusive, foi usada diversas vezes por *O Malho* para indicar o incontornável saneamento moral e administrativo¹⁴.

Eixos do *Mito*: uma nação de heróis

Outro aspecto presente nas representações é a romantização do passado, mobilizado para exaltar a pátria e sua defesa, dando sentido para a luta e para a morte no campo de batalha. No caso brasileiro, *O Malho* buscou na Guerra do Paraguai uma fonte para a idealização de um líder patriótico, que reuniria características que a natureza da guerra moderna havia transformado. Storni foi autor da ilustração que, em 1918, homenageia a Batalha do Tuiuti, travada em 1866 e considerada a maior batalha campal já ocorrida na América do Sul (Imagem 03). Possivelmente pelo fato do Brasil fazer parte do grupo dos beligerantes, a revista acabou por absorver um posicionamento de um país que lutou no *front*. Assim, a Grande Guerra “amesquinharia” o valor do homem por conta de suas “invenções traiçoeiras”, isto é, seu aparato moderno de combate, em contraposição aos “belos tempos” em que prevalecia a coragem dos grandes homens e, no caso do conflito em questão, se destaca a figura do General Osório. Em outras palavras, a charge contrasta o novo modelo de guerrear que a Grande Guerra inaugurou com um passado glorioso, que tem na figura do herói nacional sua grande expressão. A opinião do artista sugere a concepção e a valorização de um passado brasileiro heroico, construído durante sua participação no conflito de 1914. Trata-se, dessa forma, de um novo tipo de guerra, passando a homenagear os homens comuns, cidadãos da nação.

Imagem 3: “24 DE MAIO” UMA PAGINA GLORIOSA DA HISTORIA DO BRAZIL: Rememoramos aqui a data historica de 24 de Maio de 1866, em que o valoroso ExercitoBrazileiro, conduzido pelo legendario Osorio, o grande gaúcho, cobriu-se de gloria em Tuyuty, luctando em campo raso, frente a frente, numa batalha formidavel, a maior da America do Sul, e obtendo a mais legitima victoria. Como eram bellos esses tempos cavalheirescos, em que a coragem individual entrava sempre como factor decisivo nesses combates leaes, em que o valor do homem não era amesquinhado pelas invenções traiçoeiras da guerra moderna!...

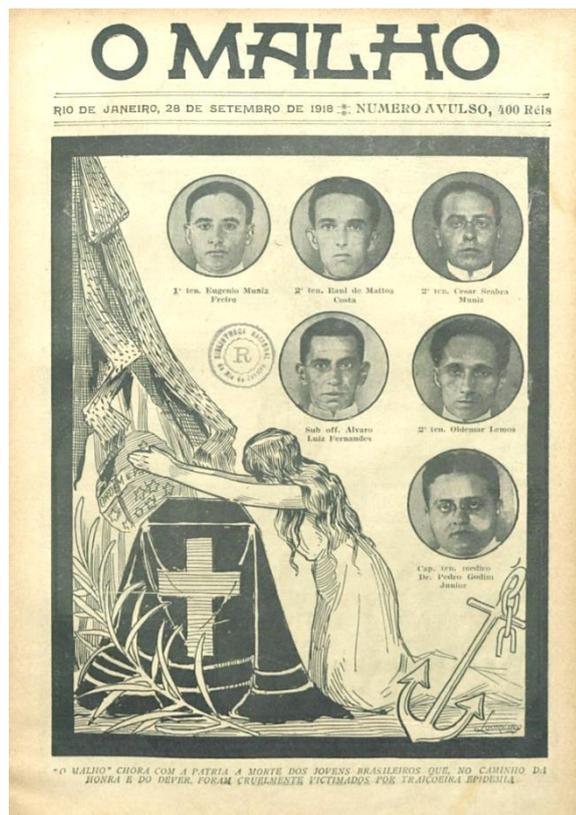
¹⁴*O Malho*, 29 de janeiro de 1916, n. 698, p. 11; 25 de fevereiro de 1918, n. 806, p. 23; e 30 de março de 1918, n. 811, p. 42.



Fonte: Storni. *O Malho*, 23 de maio de 1918, n. 819. (FBN)

A participação brasileira no conflito não se traduziu no envio de homens ao *front*, contudo, oficiais brasileiros vieram a falecer na Grande Guerra. Em julho de 1918, foi criada a Missão Médica Militar Brasileira (MMMB) a fim de dar apoio na área da saúde em Paris tendo em vista que, com o grande número de baixas, precisavam de médicos e enfermeiras no país. Já no mês seguinte, a missão composta por 131 homens embarcou no navio francês *La Plata*. Na altura de sua escala em Dacar, no Senegal, a epidemia de gripe espanhola já produzia vítimas fatais e acabou por dizimar parte da tripulação brasileira a bordo (DARÓZ, 2016, p. 120-123). A homenagem desses oficiais pela revista foi feita em uma página inteira, destacando fotografias de seis deles, mesclando suas fotos com uma ilustração de Loureiro (Imagem 04). Podemos observar que a Pátria, mulher de vestes e cabelos longos, chora, fazendo o sinal de prece, sobre um caixão coberto por um manto com uma cruz. Em segundo plano, há a bandeira do Brasil e no canto direito uma enorme âncora com a corrente quebrada, simbolizando a morte dos marinheiros. A morte acabou, então, sendo revestida pelo peso do sacrifício, feito “no caminho da honra e do dever”, e como parte de um significado nobre, cujo sentido é o da causa nacional no conflito europeu.

Imagem 04 : “O MALHO” CHORA COM A PATRIA E AMORTE DOS JOVENS BRASILEIROS QUE, NO CAMINHO DA HONRA E DO DEVER, FORAM CRUELMENTE VICTIMADOS POR TRAIÇOEIRA EPIDEMIA.”



Fonte: Loureiro. *O Malho*, 28 de setembro de 1918, n. 837 (FBN).

Dentro da liturgia nacional, a morte do “cidadão-soldado” pôde ser apropriada juntamente com elementos cristãos, marcando a experiência desses homens no conflito de forma gloriosa, tornando-os heróis. No âmbito da guerra total e da República emergiu uma nova forma de identidade nacional. Interessava agora homenagear os civis, sendo a morte uma forma de conciliação nacional. O *Mito da Experiência de Guerra* traz, assim, a possibilidade de sacralização da morte, integrando os heróis à pátria, a favor da regeneração da nação.

Eixos do *Mito*: desumanização do inimigo

O ponto alto do *Mito da Experiência de Guerra* foi a desumanização do inimigo. Foi ela que permitiu em grande medida justificar a ida para o combate e, em última análise, a morte dos soldados. George L. Mosse atenta que, a partir do processo de brutalização, um dos meios mais efetivos de consegui-lo foi o uso de estereótipos, seja por palavras, seja por imagens. Seu impacto durante a Grande Guerra foi grande tendo em vista que desde o século XIX as massas letradas estavam muito mais integradas à sociedade e à política por conta de materiais visuais, tais como cartões-postais, jornais ilustrados e fotografias.

Uma das técnicas de propaganda frequentemente utilizada é precisamente a do estereótipo. Segundo Scot Macdonald em *Propaganda and Information: Warfare in the Twenty-Temporalidades – Revista de História*, ISSN 1984-6150, Edição 27, V. 10, N. 1 (mai/ago. 2018)



FirstCentury, ele é interpretado como uma impressão sumária de determinado grupo, que compartilharia traços em comum, sejam eles positivos ou negativos. Parte desse processo está a desumanização e a demonização do inimigo, algo recorrente em tempos de guerra. Assim, “nomes depreciativos ou imagens também podem ser usados para desumanizar um grupo de pessoas, fazendo assim que seja mais fácil persegui-los” (MACDONALD, 2007, p. 43).

Em seu estudo sobre a disseminação de imagens dessa natureza na mídia, Paul Martin Lester e Susan Dente Ross atentam que “estereótipos midiáticos reforçam e ampliam nossos estereótipos pessoais. Como consequência, estereótipos midiáticos têm um papel significativo na desintegração social que produz ódio, violência, e desentendimento”¹⁵ (LESTER; ROSS, 2003, p. 03). De acordo com os autores, mensagens visuais são especialmente poderosas, pois são altamente emocionais já que são produto de nossa visão, não cognição, tendo longa permanência nas regiões mais profundas de nosso cérebro (LESTER; ROSS, 2003, p. 03). Em tempos de guerra, as metáforas visuais se tornam cruciais.

O *Malho* não apresentava de forma consistente um editorial, como é mais frequente nos jornais, o que não nos impede de perceber um engajamento de seus artistas durante todo o período da Grande Guerra. A construção de uma imagem vinculada aos alemães na revista, em última análise, levou a cristalização de determinado estereótipo fortemente negativo, passando a serem representados como o verdadeiro inimigo a partir do fim da neutralidade. Em nosso levantamento, pudemos observar um grande número de representações de cunho negativo. Entre elas, se destacam as que associam os alemães ao demônio, bárbaros e bestas, daí a representação como hunos ou como macacos. Nos anos precedentes, de forma geral, a revista representou o país com critérios parecidos aos dos Aliados. Como eles, a “civilizada” Alemanha tinha optado por entrar em um conflito sangrento e sem sentido. As representações, assim, não pareciam ter o intuito de demonizar o país. A decisão pela “guerra” por parte dos beligerantes de ambos os lados era o enfoque das críticas.

Com as mudanças diplomáticas ocorridas em 1917, a culpabilização dos crimes de guerra passou a recair exclusivamente sobre os alemães. Uma das charges mais significativas nesse sentido circulou na edição de 14 de abril de 1917 (Imagem 05). O Kaiser, retratado como um Cavaleiro da Cruz de Ferro¹⁶, é identificado como uma fera de aparência humana, reiterando a ideia recorrente em outras charges de sua ligação com a barbárie. Sobre um mar de sangue,

¹⁵Tradução nossa. ([...] media stereotypesreinforceandmagnifyourpersonalstereotypes. As a consequence, media stereotypes play a significant role in the social disintegrationthatproduceshatred, violence, andmisunderstanding.)

¹⁶ Condecoração que tem origem no Reino da Prússia e, posteriormente, foi adotada pelo Império Alemão.



ilumina-o os seus crimes contra o Direito e a Humanidade: violação das leis; aproveitamento dos cadáveres¹⁷; torpedeamentos; crimes; ataques; incêndios; violação de mulheres, e o desrespeito aos neutros. O núcleo dessas ações bestiais, como o texto procura inferir, está na *kultur*.

Imagem 05: ÀS ARMAS, TODOS! A AMERICA: — Às armas, cidadãos! Brancos! Pretos e mestiços, “gente índia sob leve verniz”, sois todos filhos de um continente livre, que não admite imposições a tação de bola! Às armas! Mostrae que tendes a alma mais branca e mais do que a daquele fulvio tigre com fôrma humana! Às armas! De sentinela ao território sagrado contra a férasanguisedenta aureolada pela sinistra luz de seus crimes contra o Direito e contra a Humanidade!...



Fonte: Storni. *O Malho*, 14 de abril de 1917, n. 761. (FBN).

A América aqui se aproxima das representações femininas frequentes da revista como a Civilização (*O Malho*, 09 de junho de 1917, n. 769, p. 41), a Neutralidade (*O Malho*, 02 de junho de 1917, n. 768, p. 5) e a Glória (*O Malho*, 28 de abril de 1917, n. 638, p. 5). O continente ordena que brancos, negros e mestiços peguem em armas para defender o país(es) da ameaça alemã. Não só isso, essa atitude mostra a “alma mais branca” se comparada ao “tigre com forma humana”, sugerindo o mito das três raças. Em outras palavras, o pedido para o alistamento contra o inimigo revela a concepção racista em voga desde o fim do século XIX no meio intelectual, a saber, a de que o Brasil teria três componentes em sua formação que caracterizariam sua singularidade: o negro, o branco e o índio. Entretanto, dentro da perspectiva evolucionista (SCHNEIDER, 2005, p. 191), a solução para a mestiçagem seria branqueamento da população, o que aproximaria o país

¹⁷ Outras três charges, que circularam nas edições de n. 763 (28 de abril de 1917, p. 11 e 19) e n. 774 (14 de julho de 1917, p. 01), acusam os alemães de alimentarem a indústria e porcos com cadáveres.



das nações ocidentais. Atenta-se que apesar desta construção identitária, existe também referência à necessidade de aproximação ao elemento branco¹⁸.

Na Europa, mitos sobre a desumanidade de alemães eram recorrentes na imprensa e no imaginário popular. John Horne aponta que a crítica dirigida à conduta dos alemães feita pelos Aliados foi atribuída tradicionalmente à “propaganda” manipulativa, entretanto relatórios publicados por governos da Bélgica, França e Grã-Bretanha indicam uma maior complexidade desse fenômeno. Os interrogatórios de soldados, refugiados civis e prisioneiros alemães convergem sobre os atos cruéis, porém as motivações apontadas se concentravam em versões estereotipadas do inimigo (HORNE, 2014, p. 570).¹⁹

No caso brasileiro, apesar de poucos estudos sobre o assunto, é possível dizer que a campanha da imprensa contra a Alemanha teve algum impacto em seus leitores. Em seu estudo sobre os alemães no Brasil durante a Grande Guerra, Frederick Luebke fez um levantamento sobre a imprensa da comunidade no período e afirma que

(...) um número desconhecido de pessoas no Brasil assim como em outros lugares aceitavam essas informações como verdade, e inevitavelmente suas atitudes em relação a tudo o que fosse alemão foi modificada de acordo. Algumas das histórias futuramente foram comprovadas como falsas; outras eram distorcidas e exageradas” (LUEBKE, 1987, p. 89).

Parte do processo de brutalização e desumanização do inimigo estrangeiro, a estereotipação acabava por identificar ameaças contra a estabilidade dentro das fronteiras nacionais (MOSSE, 1990, p. 174-175). Esse fenômeno se projetou no contexto brasileiro durante a Grande Guerra a partir de outra característica designada aos chamados *boches*: sua capacidade de se infiltrar no país. Assim, um dos traços do inimigo seria o seu poder de camuflagem dentro da vida nacional, como por exemplo na seção “Marretadas” de novembro de 1917, que teve como tema a “ciência da mentira”²⁰. O texto de Loureiro não é preciso ao explicar a real ameaça alemã no Brasil. A “raça” teria o privilégio condenável de se mascarar sob forma de outras

¹⁸ Podemos citar dois momentos em que a revista vincula os negros à condição bárbara, seja comparando-os de forma positiva a todos os europeus que optam pela guerra (*O Malho*, 26 de setembro de 1914, n. 628, p. 28), seja contrastando-os especificamente com os alemães (*O Malho*, 14 de julho de 1917, 774, p. 19).

¹⁹ É importante ressaltar que a relação entre civilizados versus bárbaros não se limitava à disputa particular entre os Aliados e a Alemanha. A Áustria-Hungria se considerava o pilar da civilização na Sérvia e sua presença na região acabou por se traduzir em ataques desproporcionais a população local, o que por sua vez gerou acusações da Sérvia sobre o tratamento brutal contra civis. Esses atos, para além de sua origem em conflitos étnico-raciais, se deveram em parte devido à disseminação de propaganda de atrocidades, tendo em vista que a justificativa austro-húngara foi motivada pela crença em crueldades perpetradas por sérvios, como mutilação e envenenamento, durante a Grande Guerra (HORNE, 2014, p. 571-572).

²⁰ Outra charge que merece destaque é a de nº 776 (28 de julho de 1917, p. 19), que sugere a presença de alemães no comando do Centro de Cereais. Supostamente, o lugar estaria abastecido de alimentos, mas não repassava ao Conselho Municipal, desejando possivelmente, segundo Loureiro, instaurar a fome e a “anarquia” no país.



nacionalidades, como a turca ou a chinesa, mas o que seria essa “semente infernal” e quais seriam as consequências tangíveis não fica claro. Como é frequente nas representações da Alemanha Imperial a partir desse período, há a vinculação de características negativas tais como a covardia, a associação a animais selvagens, denotando seu caráter incivilizado, e uma impiedosa sede de matar.

Não ha mais *boches!* Mudaram de nacionalidade como quem muda de camisa. Nem é surpresa! É a *virtude* da mentira posta em pratica com a desfaçatez privilegiada da raça.

Não estranhemos, pois, que elles se tinjam da côr que quizerem para embrulhar a gente, na supposição de que o Brazil houvesse de ser eternamente o paiz de beocios que elles julgavam. É a covardia declarada. Na Europa, o allemão fez-se minhoca nas trincheiras, depois de ter construido, em segredo, no silencio covarde da fera que espreita a victima, as mais formidaveis machinas de exterminio. *Deustschland uber alles!* — manhosamente cantado ao mundo embasbacado dos europeus da civilisação germanica.

O mundo sobre elles! — isso é o que tem que ser.

E aqui, o que tem de ser, de facto, é a guerra á força diabolica da perversão que os *boches*, mascarados de turcos ou chinezes, podem exercer onde seja mais propicio o campo para a semente infernal. Cuidado! O inimigo vive na sombra como os saltadores de estrada e, para combatel-o [sic], é o que o paiz se ergue fortalecido dos ideaes que hão de levar a Humanidade ao triumpho completo sobre seus algozes (*O Malho*, 17 de novembro de 1917, n. 792, p. 19).

Como já retratado outras vezes na revista, o discurso veiculado se refere à necessidade do Brasil se erguer fortalecido com a guerra para combater o inimigo e fazer com que a “Humanidade” triunfe. A afirmação que Brasil não seria mais um país de “beócios”, ou seja, de grosseiros e indiferentes à cultura, também permite deduzir que o país avançou na escalada civilizacional. O trecho sugere ainda a construção de um inimigo para além dos alemães, associando-os a outras minorias étnicas no país e mais afastadas do espectro civilizacional. Podemos estabelecer aqui uma relação com a teoria do bode expiatório.

Ao permitir a associação entre diferentes grupos minoritários no país aos alemães, se abria uma possibilidade de delegar a culpa por problemas internos do Brasil e que, em última análise, justificaria algum tipo de intervenção. Em outras palavras, a construção é dupla. *O Malho*, de forma recorrente, procurou vincular a imagem dos boches à desumanização, ao mesmo tempo em que ampliava a categoria de inimigo ao incorporar outros grupos “não ocidentais” que residiam no país. De fato, a suspeita da existência de inimigos internos foi retratada outras vezes na revista, sobretudo por conta do estado de sítio instaurado em novembro de 1917. A espionagem passou, então, a ser levada em consideração pelos caricaturistas.



O “perigo alemão” se entrelaçava, durante o período da Grande Guerra, com os temores do secessionismo dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que foram polos de imigração germânica desde a primeira metade do século XIX. De acordo com Olivier Compagnon, tendo em vista a assimilação mais baixa de alemães no país se comparada a dos italianos e dos espanhóis, com a deflagração do conflito a neutralidade brasileira também deve ser entendida pelo viés identitário, como tendo sido uma forma de evitar conflitos nas comunidades (COMPAGNON, 2014, p. 58-60). Existia um receio pela perda do controle da região, sobretudo contra pangermanistas (DARÓZ, 2016, p. 110). De fato, a imprensa dessa comunidade, tais como os jornais *Deutsch Post* de São Leopoldo e o *Kompass* de Curitiba, mobilizou-se durante o conflito a favor dos Impérios Centrais (LUEBKE, 1987, p. 116).

Apesar de certo número de brasileiros de origem germânica ter obtido a dupla cidadania a partir do início da guerra, poucos foram os que de fato se alistaram e foram lutar na Europa (LUEBKE, 1987, p. 86). É importante ressaltar que a questão do inimigo interno não se limitou ao Brasil. John Horne salienta que “a lógica da identidade nacional que predominava sobre a mobilização política e cultural da guerra, e que resultou na detenção de ‘inimigos externos’, também arriscou expor minorias a tratamentos severos” (HORNE, 2014, p. 576). Dentro do *Mito da Experiência de Guerra*, o inimigo representava o oposto dos valores compreendidos pelo projeto nacional e sua estereotipação evidenciava ainda mais aqueles que diferiam dela (MOSSE, 1990, p. 174). A Grande Guerra proporcionou, assim, uma oportunidade para que se consolidassem as diretrizes para uma identidade brasileira.

Conclusão: A experiência brasileira e os limites do *Mito*

O discurso que *O Malho* veiculou não foi uniforme. A república brasileira desde o início era tida como frágil e a Grande Guerra aparece como um fomentador do patriotismo, da educação cívica e do dever. Um momento de inflexão que projetou a aspiração dos que estavam à frente da revista para uma mudança positiva no país. Devemos lembrar que, embora entre 1914 e 1916 tenha havido forte críticas à Europa em guerra, após esses anos não houve um desprezo pelo continente. O momento do fim da neutralidade foi marcado por efusão e otimismo, seja pelo “renascimento” do Brasil do ponto de vista cívico, seja pelas relações que o país passou a estabelecer com os Aliados, possivelmente como uma alternativa ao projeto de modernidade que vinha em curso e já mostrava sinais de falência, como nos mostraram Pedro Krause e Andrea Maia. Desse modo, considerando *O Malho* como uma área de intervenção nos debates públicos,

Independentemente de estarem mais próximos ou mais distantes do poder, dialogando com ele ou não, há de se pensar que o uso das charges como uma



evidência da história deve levar em conta essas múltiplas visões sobre o político. (MAIA; RIBERIO, 2016)

Entre os anos de 1914 e 1918, a chamada “desilusão republicana” transpareceu nas páginas de *O Malho*. Os artistas não pareceram distanciar-se de temas como a política e o poder, mas seus comentários majoritariamente tinham um cunho pessimista. Assim, a “desilusão” a que chamamos atenção aqui se traduziu em uma descrença por parte dos caricaturistas pela classe governante. Má administração, impostos excessivos e corrupção foram temas recorrentes e que expressavam o descontentamento desse grupo com a situação do país. A “politicagem”, dessa forma, minaria para esse grupo as mudanças positivas que o Brasil precisava levar a cabo. Essas, a princípio, só seriam conquistadas pela nova geração, das crianças educadas pelo ideal republicano, como nos informa o texto veiculado por uma charge, assinada por Loureiro. Em outras palavras, trata-se de que, no recorte da Grande Guerra, essas imagens representavam a importância do projeto republicano.

Que a mulher brasileira, no lar ou na escola, seja a figura da propriapatria, seja a sua propria voz no preparo civico dos pequeninos brasileiros! É preciso, como quer o Sr. Prefeito, lançar nesses espiritos em embryão a semente productora de uma outra geração que melhor comprehenda o que é patriotismo, caracter, brio e honestidade. Ensinemos os pequeninos porque os grandes, os barbados já estão por demais endurecidos de consciencia para comprehender os ideaes humanos. É malhar em ferro frio! Essa gente ha de levar o vicio para a cova e o unico remédio é ensinar o patriotismo a muque. Como a situação preta em que se encontra o paiz não basta para despertar os patifes da terra alguma cousa de mais elevada que não seja o interesse pessoal, aproveite-se o estado de guerra para chal-os á ordem pelos processos *praticos e materiaes* mais conhecidos. Tem a palavra o Governo! (*O Malho*, 03 de novembro de 1917, n. 790, p. 19).

É possível estabelecer paralelos com a Europa e algumas das manifestações do *Mito da Experiência de Guerra*. Uma vez que o Brasil deixou de lado a neutralidade, uma guinada no discurso foi feita pela revista. Assim, o dever e a honra foram noções centrais para a mobilização da opinião pública a favor do novo posicionamento internacional brasileiro. Não devemos perder de vista que existiam outras motivações para a entrada do Brasil na guerra, porém a narrativa de mobilização se fez em torno de um capital simbólico. Percebemos que a guerra em diversos momentos representou a valorização da pátria e um estímulo para mudanças futuras. Diante das recorrentes críticas à administração pública e à corrupção moral dos governantes, a Grande Guerra parece ter sido vista como um possível catalisador para um “novo Brasil”, mas que, na prática, significou apenas um hiato para o otimismo. Utilizando-se do humor, as charges que tinham como tema a Grande Guerra expressavam a opinião dos intelectuais-humoristas também sobre o que eles entendiam como o país em que viviam e suas aspirações, sendo assim um instrumento de ação política.



Sob a perspectiva do *Mito*, a brutalização do inimigo foi a estratégia empregada pela revista que se destaca. Dentro de uma consistente propaganda, os alemães foram representados como bestas, incapazes de cumprir as normas sociais e destruidores do “patrimônio da Humanidade”. Estavam, assim, no lado oposto da Civilização que o Brasil julgava fazer parte juntamente com os Aliados. Daí também decorreu um fomento da ameaça interna, representada sobretudo pelo chamado “perigo alemão”, mas que se expressou também em possível espionagem e na identificação de outros elementos subversivos dentro da sociedade brasileira. Além disso, a questão racial estava na ordem do dia para a construção de uma identidade nacional. Pensar a Grande Guerra nesses termos significa dizer que, dentro de uma lógica de guerra total, o Brasil apresentou uma cultura de guerra, consagrando nacionalmente um modelo internacional de identidade nacional levado ao ápice no contexto da guerra. A partir da constatação da expressão de certos aspectos do *Mito*, essa cultura de guerra, em parte, dialogou com expressões para além de suas fronteiras nacionais, mas que reuniu especificidades.

Se na Europa o *Mito* serviu principalmente para dar sentido à experiência extremamente violenta do conflito, no Brasil parece que ele teve manifestações devido a um projeto político por parte desse grupo de intelectuais. Ele teria servido, assim, como uma forma de veicular o mito republicano, permitindo que, pelo menos durante os anos da Grande Guerra, houvesse a possibilidade de implementar a República de seus sonhos. Para George L. Mosse, o *Mito da Experiência*, tal como se manifestou na Alemanha, serviu à ressignificação e suplantação da experiência do conflito (MOSSE, 1990, p. 07). A análise do caso brasileiro e das representações da Grande Guerra em *O Malho* aparece destacada em sua dimensão dentro da lógica da guerra total. No Brasil, a liturgia informou o *Mito*, tal como em outros países, não na morte, mas no reforço de um projeto nacional: externo, com o lugar que o Brasil deveria ocupar no rol de nações, e interno, ao difundir um projeto republicano.

Referências:

Periódico:

O Malho (1902-1918) – Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Bibliografia:

AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane; BECKER, Annette. Violência e consentimento: a “cultura de guerra” do primeiro conflito mundial. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Por uma nova história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 237-256.

BECKER, Annette. The Great War: World war, total war. **International Review of the Red Cross**, v. 97, n. 900, p. 1029–1045, 2015.



- BEURIER, Joëlle. Deathand Material Culture. The Case of Pictures duringtheFirst World War. In: SAUNDERS, Nicholas J. **MattersofConflict**. Material Culture, MemoryandtheFirst World War. London: Routledge,2004, p. 109–22.
- CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005, p. 41.
- CARULA, Karoline; CORRÊA, Maria Letícia; ENGEL, Magali. **Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2013.
- COMPAGNON, Olivier. **Adeus à Europa**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- CORREIA, Sílvia Adriana Barbosa. **Entre heróis e mortos: políticas da memória da I GuerraMundial em Portugal (1918-1933)**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2015.
- CULL, Nicholas J.; CULBERT, David Culbert; WELCH, David. **Propaganda and Mass Persuasion. HistoricalEncyclopedia, 1500 tothePresent**. Santa Barbara: ABC Clío, 2003.
- DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**. São Paulo, Contexto, 2016.
- DUARTE, António Paulo. A Visão da “Guerra Total” no Pensamento Militar. **Revista Nação e Defesa**, n. 112, p. 33-50, 2005.
- FUSSELL,Paul. **The Great War andmodernmemory**. New York, Oxford: University Press, 1975.
- GOMES, Angela de Castro. **Essa Gente do Rio...:modernismo e nacionalismo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GENÉ, Marcela. Construindo o “Inimigo da Nação”: caricaturas de judeus na imprensa de Buenos Aires. In: LUSTOSA, Isabel (org). **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2011.
- HYNES, Samuel. **A warimagined**. The First World War andEnglishculture.London:Pimlico, 1992.
- HORNE, John. **State, societyandmobilization: in EuropeduringtheFirst World War**. New York: Cambridge University Press, 1997.
- _____. Atrocitiesandwar crimes. In: Winter, Jay (ed.): **The Cambridge HistoryoftheFirst World War**. Volume I, Global War. Cambridge:Cambridge University Press, 2014. p. 561-584.
- KINGSBURY, CELIA. **For Home and Country. World War I Propaganda and the Home Front**. Lincoln: Universityof Nebraska Press, 2010.
- LAMARÃO, Sérgio. Liga de Defesa Nacional (LDN). **CPDOC**. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20\(LDN\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20(LDN).pdf)> Acesso em: 05 ago. 2017.
- LESTER, Paul Martin; ROSS, Susan Dente. **Imagethatinjure: Pictorialstereotypes in the media**. Westport,Praeger, 2003.
- LUEBKE, Frederick C. **Germans in Brazil:A ComparativeHistoryof Cultural ConflictDuring World War I**. Baton Rouge and London: Louisiana StateUniversity Press, 1987.
- LINS, Vera; OLIVEIRA, Claudia de; VELLOSO, Monica Pimenta. **O Moderno em Revistas:representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.



MACDONALD, Scot. **Propaganda and Information Warfare in the Twenty-First Century**. Oxford: Routledge, 2007.

MAIA, Andrea Casa Nova; RIBEIRO, Pedro Ribeiro Krause. Imagem e Política na Primeira República. In: ALENCAR, José Almino; VISCARDI, Cláudia. (Org.). **A República Revisitada: Construção e Consolidação do Projeto Republicano Brasileiro**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2016, v. 68, p. 287-336. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?isbn=853970823X>> Acesso em: 04 jan. 2018.

MAIO, Marco Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz/Faperj, 2010.

MOSSE, George L. **Fallen Soldiers: Reshaping the Memory of the World Wars**. New York, Oxford University Press, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero, hermenêutica do Brasil**. São Paulo, Annablume, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

TRAVERSO, Enzo. **A sangre y fuego: de la guerra civil europea, 1914-1945**. Buenos Aires, Prometeolibros, 2009.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências**. Rio de Janeiro, IHGB, 1990.



“Vá à luta você”: o mito da juventude revolucionária no processo de redemocratização (1979-1985)

"Gotothefight,you": themythoftherevolutionaryyouth in theprocessofredemocratization (1979-1985)

Luís Fellipe Fernandes Afonso

Doutorando em História
Universidade Federal do Rio de Janeiro
lfafogo@yahoo.com.br

Recebido em: 15/07/2018

Aprovado em: 20/09/2018

Resumo: Quando falamos em juventude logo nos vem a mente a geração de 1960, com todos os seus questionamentos e suas ações políticas. Isso levou, durante certo tempo, a década de 1980 ser conhecida como “a década perdida”. Devido às crises econômicas e políticas, a juventude dessa geração foi reconhecida por não ter vontade política. Assim, a geração que deveria liderar as mudanças políticas que estavam acontecendo no processo de redemocratização do país e a luta por importantes mudanças sociais mostrava-se apática e sem interesse pela política tradicional. Mas será que essa visão está realmente correta? Neste artigo, vamos discutir como os jovens brasileiros estavam produzindo novas questões e novas formas de ação políticas, através de todo um movimento cultural, capitaneado pelo rock, onde se mostravam bastante ativos, ao mesmo tempo em que lhes comparavam com a geração de 1960, exigindo que tomassem atitudes próprias daquele momento histórico.

Palavras-chave: Juventude, Política, Redemocratização.

Abstract: When we talk about youth, the generation of the 1960s comes to mind, with all its questions and its political actions. This led, for a time, to the 1980s to be known as "the lost decade". Due to the economic and political crises, the youth of this generation was recognized for not having the political will. Thus, the generation that was supposed to lead the political changes that were taking place in the process of redemocratization of the country and the struggle for important social changes was apathetic and uninteresting for traditional politics. But is this view really correct? In this article, we will discuss how young Brazilians were producing new issues and new forms of political action, through a whole cultural movement, captained by rock, where they were very active, at the same time as they compared them with the generation of 1960, demanding that they take appropriate actions of that historical moment.

Keywords: Youth, Policy, Redemocratization.

Pensando rock e juventude



Mais do que apenas um gênero musical, o rock é um grito geracional que divide o mundo jovem do adulto. Ouvir as bandas e cantar suas músicas não se reduz apenas a uma questão de gosto, é também uma forma do jovem criar seus laços sociais e impor-se nos espaços, tanto públicos quanto particulares. Isso torna muito difícil a separação entre esses dois temas, afinal desde suas gêneses aos dias de hoje rock e juventude estão intimamente ligados.

O rock é um estilo híbrido de gêneros musicais negros – Blues e Gospel – com branco – Country – por isso o consideramos um estilo mestiço. A música proporcionava ao público jovem uma nova forma de extravasar suas emoções. Em seu primeiro momento suas temáticas estavam ligadas a relacionamentos, escola, amigos, saídas, enfim, o cotidiano jovem de maneira geral. A dança também produz uma língua não verbal tão importante quanto a verbal dentro do rock. O ritmo e a linguagem corporal abriam espaço pra performances que incentivavam conotações sexuais, transformando-se assim numa forma de desafiar a moral conservadora e expressar sua sexualidade latente.

No Brasil o rock chega na segunda metade da década de 1950, através do filme *Sementes da violência* e sua música *Rock around the clock*. No começo, as músicas de rock feitas no Brasil eram traduções e sucessos internacionais e seus artistas não eram jovens, nem tinham afinidade com o gênero, como Cauby Peixoto. Por isso, o rock brasileiro não desenvolveu uma ligação de identidade entre os cantores e os jovens nesse período, impedindo sua aceitação como principal referência musical da juventude. Os adolescentes acabam adotando o rock americano e o italiano.

Nos anos 1960 temos um movimento popular ligado ao rock nacional, A Jovem Guarda. Ele significava um avanço em relação à geração anterior, tanto na parte melódica quanto nas temáticas. A guitarra estava mais agressiva, fazendo com que a harmonia não se limitasse apenas a ser o suporte do canto, tornando-se parte fundamental da canção. As músicas deixam de ser apenas versões açucaradas de sucessos internacionais e passam a relatar as questões do jovem; seu universo e suas angústias. Nesse grupo destacava-se a dupla Erasmo e Roberto Carlos, que apresentavam junto com Wanderléa um programa dominical na TV Record, homônimo do movimento. Além de ter iniciado o movimento em 1965, o programa Jovem Guarda foi um espaço de divulgação dessa geração roqueira, sendo copiado por diversas emissoras que queriam aproveitar o enorme sucesso que esses jovens estavam fazendo.

As músicas falavam de beijos roubados no cinema, desobediência às normas sociais, desinteresse pelo casamento, roupas, festas, carros; em suma, a realidade jovem. Misturando romantismo com agressividade, conformismo e ironia à cultura conservadora, o movimento



conseguiu conquistar parte da juventude brasileira através de ídolos nos quais eles puderam se identificar. O efeito Jovem Guarda foi muito parecido com o proporcionado pela primeira geração do rocknorte-americano na década de 1950.

Porém, passa a existir uma crítica generalizada à Jovem Guarda, que é acusada como um fenômeno de massa simples, alienante e que apoiava a ditadura militar e o imperialismo norte-americano ao tocar rock. Ao não falar das questões nacionais e de não seguir a preservação dos instrumentos "autênticos" da MPB – outro gênero musical com forte presença jovem surgido no período -, como a percussão e o violão, mas sim usar guitarras e outros instrumentos eletrônicos, a Jovem Guarda foi tida como face ideológica-cultural do regime, mesmo com este fazendo diversas críticas comportamentais aos roqueiros.

Essas barreiras afetavam o desenvolvimento do rock brasileiro. A Jovem Guarda, sendo atacada tanto pela direita (sociedade conservadora) quanto pela esquerda (MPB), acabou sendo um movimento de curta duração. Com o fim do programa em 1968, seus cantores acabaram se desviando para outros gêneros musicais ou caindo no ostracismo.

Sem um espaço desenvolvido, os roqueiros brasileiros na década de 1970 tinham muita dificuldade para apreciar seu gênero favorito. As poucas bandas que se limitavam a esse cenário tiveram curta duração – caso de Novos Baianos, Vínama e Secos e Molhados – ou ficaram restritos ao *underground*. Alguns artistas como Rita Lee e Raul Seixas conseguiram fazer sucesso com o rock, mas não conseguiram consolidar a cena roqueira nos grandes meios de comunicação.

Todavia, o final da década de 1970 representa um momento de imensa mudança sócio-política no Brasil. A ditadura militar perde sua força e o país se encaminha para o processo de redemocratização. Tal mudança afeta diretamente a juventude, que ao encara-la necessita de algo que lhe dê um poder de fala, ela encontrará essa voz no rock.

Cultura jovem brasileira na década de 1980

Primeiramente, devemos entender o processo de Redemocratização (1979-1985) que levou as significativas mudanças na década de 1980 no Brasil. Nessa época o país, que recebeu de volta os exilados políticos, graças a Anistia de 1979, retoma a lentos passos o espaço de participação da sociedade na política. Tal retomada muitas vezes entra em choque com o planejamento dos militares, criando conflitos e negociações na qual haverá avanços políticos e retrocessos, como os casos da “Diretas Já” (1983-84) e as eleições de 1982. Esses disputas mostravam como o regime militar vinha perdendo força, o que ocasionará na eleição, mesmo que indireta, no primeiro presidente civil em 20 anos, Tancredo Neves.



Nesse momento de efervescência era necessária uma mudança política que trouxesse de volta as questões sociais que estavam afastadas do debate durante o período ditatorial. Sendo o movimento estudantil um dos principais atores sociais contra a ditadura militar, seja através de manifestações pacíficas ou da luta armada, eles deveriam então retomar essas questões e liderar a renovação política. Qual melhor grupo para fazer isso se não os jovens? Entretanto essa ideia estava errada.

Quando pensamos em juventude ficamos presos ao “mito do jovem revolucionário”, criado a partir da explosão de manifestações jovens durante a década de 1960, onde o jovem passa a ser generalizado e visto como o motor das mudanças sociais. De acordo com Luis Felipe Miguel (1998, p.4), para o autor Georges Sorel (1990) os mitos políticos são um conjunto de imagens que evocam a emoção antes da razão. Com isso o autor defende que a mistificação procura iludir a razão, fazendo com que àquela aceite uma construção ideológica – no caso apresentado nesse artigo seria a memória do “jovem revolucionário” - como algo natural (MIGUEL, 1998, p.4). Tal criação teria como objetivo servir de arma política, dando sentido a uma lutado e empurrando os sujeitos para a ação. Assim, segundo Sorel (1990), seria o mito a força motriz por excelência no campo político (MIGUEL, 1998, p.5).

Gislene Lacerda (2016) lembra que dentro do movimento estudantil existe uma valorização imagem heroica da “geração de 68” devido a memória de que tal juventude foi um dos principais opositores ao regime militar, com episódios de confrontos diretos. Essa imagem mítica acabou ofuscando as gerações seguintes. Ruth Cardoso e Helena Sampaio (1995) criticam a forma como a juventude é pensada no Brasil a partir dos movimentos estudantis dos anos 60, nos alertando para o fato de que se nos prendermos a esse mito não entenderemos as questões e propostas das juventudes posteriores.

Os jovens da década de 1980 passaram por esse problema, sendo criticado por não se encaixarem nesse mito. A falta de amplas manifestações políticas inovadoras e o enfraquecimento do movimento estudantil, fez com que essa geração fosse vista como “perdida”; sem seu protagonismo de amplas transformações culturais, políticas e sociais (CARDOSO & SAMPAIO, 1995, p.26). Trabalhos posteriores taxam essa juventude como restrita a valores mercadológicos ou não possuindo uma criatividade artística (GROPPO, 1996, p.276-278).

Esperava-se dessa juventude uma ação política parecida com a dos jovens de 1960, afinal eles conseguiram subjugar o principal inimigo da geração inspiradora – a ditadura militar. Tal fator levou setores da sociedade a considerarem a geração de 1980 como “alienada” e sem



participação política, tal erro ocorre por que os críticos não levam em consideração a influência do tempo histórico na formação de cada juventude (CARDOSO & SAMPAIO, 1995, p.24). Afinal, somos todos reflexos do nosso tempo, por isso a juventude da década de 1980 cria uma forma própria de resposta a essas mudanças políticas e sociais.

Devemos ter em mente que essa geração era formada por um grupo de indivíduos com idade entre 14 a 25 anos, ou seja, uma parte considerável desses jovens nasceu pós-golpe de 1964, não passando por uma experiência democrática. Isso os leva a não crerem tanto nos partidos e organizações políticas como melhora política. Sendo crianças também não possuíam ideia das perseguições políticas e dos horrores produzidos pela Ditadura Militar. Assim, essa juventude não vê a redemocratização como solução política e social, por isso se afastam da ideia de que seriam eles os portadores da esperança e das utopias. Na peça “Trata-me Leão” do grupo jovem de teatro Asdrúbal Trouxe o Trombone, o personagem de Luiz Fernando Guimarães traduz esse pensamento: “Não me mande ir à luta que eu não gosto. Tá legal? Vá à luta você” (BRYAN, 2004, p.22).

A partir dessa negação, a geração de 1980 produz um novo tipo de cultura muito forte no período, que será sua principal voz. Os jovens trazem novos comportamentos e proposições para o debate, colocando em evidência certos temas tabus, tanto para a esquerda quanto para a direita, como diz Nelson Motta:

A MPB, a geração mais tradicional, dizia que a garotada dos anos 1980 foi criada sob a ditadura, não pôde ouvir nada, não viu determinados filmes, não leu alguns livros e matérias nos jornais. Foi criada na alienação. Engano total! Porque essa juventude veio com muito mais fúria e informadíssima. Tanto que Cazusa e Renato Russo foram os primeiros a tocar em dois temas-tabus para a esquerda e para a direita: sexo e drogas. (PICCOLI, 2008, p.79)

Durante a década de 1980 o jovem passa a ter uma influência no cenário cultural como nunca antes tivera. Há dois fatores essenciais para entendermos a pequena força da cultura jovem brasileira. O primeiro foi que não tinha existido anteriormente um grupo que representasse a cultura jovem em si; havia diversas identidades jovens que entravam em choque, impedindo que alguma se sobressaísse como sua representante. O segundo foi que o jovem não era visto como um consumidor em potencial, levando à indústria cultural a não focar seus investimentos nesse grupo social. Para Okky de Souza, jornalista e crítico musical, que participou de revistas ligadas à música jovem, como a *Pop*, na década de 1970, e a *Somtrês*, na década de 1980, essa falta de visão da juventude como importante nicho comercial impediu a consolidação



de publicações voltadas para a juventude, que não conseguiam se sustentar apenas com suas vendas (ALEXANDRE, 2002, p.113).

O jovem na década de 1980 altera esses conceitos. Junto com a música, há a divulgação em larga escala de todo um movimento cultural realizado por e pensado para os jovens, em várias mídias: cinema, artes plásticas, grafite, música, jornais, livros, artes visuais etc. Um fotógrafo jovem produz a capa de um disco de uma banda de rock jovem, que por sua vez é analisada por um jornalista jovem e utilizada num filme sobre a juventude. Fecha-se um ciclo onde as atividades de produção, divulgação, análise e consumo são realizadas pelos jovens, que se mostram um forte nicho consumidor e produtor de cultura. Sendo a música o fio condutor de todo esse processo.

O choque geracional

Era através da cultura que o “mito do jovem revolucionário” se mostrava mais potente. Havia a exigência de certos setores da sociedade para que alguns temas das gerações anteriores fossem resgatados e debatidos, o problema é que a juventude apresentava novos questionamentos que não condiziam com as propostas exigidas. A atriz Maria Padilha, nos lembra das dificuldades de se resgatar certos autores:

[...] estávamos vivendo o começo da abertura política, então o natural, e éramos muito cobrados por isso, era que montássemos textos dos caras que ficaram proibidos, caso do Vianinha (Oduvaldo Vianna Filho) e Paulo Pontes. Só que eles foram tão objetivos com relação a seu tempo que não diziam nada à nossa geração. (BRYAN,2004, p.41).

No final dos anos 1970 já apareciam em alguns cronistas culturais – como Ana Maria Bahiana, Ezequiel Neves e Pablo Escobar – uma atualização de temas a partir das novidades vindas do EUA e da Europa. Entretanto, eles foram criticados por ir contra esse projeto de cultura pensado na década de 1960.

Era "vamos falar bem de Elis Regina". Para você ter uma ideia, na primeira vez que eu botei a palavra rockabilly na capa da Ilustrada [caderno cultural do jornal Folha de São Paulo] foi uma comoção, porque ninguém sabia o que era rockabilly. "Por que um negócio desses, esquisito, anglófilo, na Folha?"... Queríamos tirar esse atraso dos últimos 20 anos, desde 68 na verdade. Daí muito de nós termos sido acusados de elitistas, vendidos, colonizados [...] (MAGI,2013, p. 70-71).

Tais questões fizeram com que esses jovens começassem a negar e até mesmo atacar as gerações anteriores como forma de conseguir seu espaço e impor os novos temas dentro do debate político e cultural. Em julho de 1985 Claudio Paiva, um dos criadores do Planeta Diário e que já havia passado pelo Pasquim, criticou à visão da primeira geração desse jornal, declarando



que o trabalho de Henfil "tem bons inserts, mas quando faz panfletagem, é um lixo"(BRYAN,2004, p.306) . Isso gerou uma discussão nos meios de comunicação, com Henfil acusando o grupo de apelar para o besteiro e piadas preconceituosas no jornal O Globo.

Na década de 1980 surgem diversos nomes dentro do jornalismo – Arthur Dapieve, Jamari França, Alex Antunes, entre outros – que se unem para renovar as páginas de cultura. Tais jovens já possuíam uma influência musical que tirava o foco da MPB, um dos principais símbolos dos jovens dos anos 1960, usando o rock como uma forma política para demarcar seu espaço. Dapieve defende que "era por uma questão meio ideológica escrever sobre o rock... aquela geração se via senão como revolucionária, mas vinha contra a MPB estabelecida... era necessário fazer uma cisão" (MAGI, 2013, p.159-160).

Enquanto para as gerações anteriores a MPB estava ligada ao jovem engajado, o rock estava ligado ao jovem alienado, ou seja, roqueiro era aquele que não possuía uma visão política e social desenvolvida, estando ligado apenas ao consumo ou a uma “rebeldia inocente (BRANDÃO&DUARTE, 2004,p.78-79). Adotar o rock torna-se assim uma atitude política de contestação à norma vigente e aos críticos dessa nova geração, afinal essa juventude não encontravam nos cenários musicais anteriores uma forma de expressão que traduzia suas angustias.

Eis o BRock¹

O rock está diretamente ligado à ideia de juventude. Através do lazer a música se transforma num meio de interação entre os jovens, onde há uma troca de experiências e cria uma interação a partir de gostos em comum. Segundo Abramo, é a partir do "estilo" que os jovens desenvolvem um conjunto de traços com o objetivo de se ordenar, a partir de uma diferenciação com outros grupos, tais escolhas são feitas de forma intencional (ABRAMO, 1994, p.87). O rock também é um meio de interferência nos espaços públicos e privados pelos adolescentes, através de festas e shows musicais ou do atrito gerado entre as culturas juvenis e as normas e as instituições do mundo adulto, além de ser uma forma de o jovem fugir do tédio e, em alguns casos, da sensação de isolamento. Alguns jovens passam a se dividir em grupos, tendo a música como objeto de interação e união entre eles. Nesses grupos, os adolescentes trocavam experiências e encontram uma sensação de proteção e acolhimento, afinal, estavam juntos de outras pessoas que pensavam como ele e tinham problemas parecidos, diferentes dos seus pais.

¹Termo criado pelo jornalista Arthur Dapieve para designar o rock brasileiro da década de 1980, sendo o mais aceito entre os analistas do período (DAPIEVE, 1995).



Outro fator essencial para entendermos o fascínio dos jovens pelo rock é sua atitude. Mais que um gênero musical, o rock produz uma atitude de ruptura às instituições e de imposição no espaço onde atua, na qual o adolescente se identificava e utilizava para conseguir seu lugar na sociedade. Das danças as roupas, passando pela própria música, a atitude roqueira se apresenta como a principal expressão da juventude, como nos demonstra Cazuya:

O rock é a ideia da eterna juventude. Quando descobri o rock, descobri também que podia desbundar. O rock foi a maneira de me impor às pessoas sem ser o 'gauche' - por que de repente virou moda ser louco. Eu estudava num colégio de padres onde, de repente, eu era a escória. Então quando descobri o rock, descobri minha tribo: ali eu ia ser aceito! E rock para mim não é só música, é atitude mesmo, é o novo!...É a vingança dos escravos. É porque não é pra ser ouvido, é para ser dançado, é uma coisa tribal. (ARAÚJO, 1997, p.361)

Diversas bandas começam a surgir na década de 1980, tais quais Blitz, Paralamas do Sucesso, Barão Vermelho e Ultraje a Rigor, como um meio de diversão dos jovens, a maioria nem imaginava viver disso, apenas queria uma forma de se expressar ou buscavam um lazer. Baseado na ideologia punk, que não exige um domínio pleno do instrumento para se apresentar, diversos jovens se uniram em bandas e começaram a ensaiar.

Para o jovem se impor, é necessário que ele negue a geração anterior, como forma de legitimar o seu modo de pensar e ganhar espaço na sociedade. Para o BRock se impor, foi necessário que a MPB fosse deslegitimada pela juventude da década de 1980. Para Leoni “já havia MPB demais; e, que quando adolescente, são as diferenças que denotam sua identidade” (ALEXANDRE, 2002, p.180). Para esses jovens, a MPB era algo velho e ultrapassado, que não conseguia se comunicar com eles e nem com a atual realidade brasileira. A maioria dos artistas já estava próximos dos 40 anos, por isso tinham outras questões pelas quais cantar, afastando-os dos questionamentos da juventude. Esse distanciamento fez com que o jovem brasileiro da década de 1980 tenha sua formação musical desenvolvida a partir de ritmos internacionais, que serão adaptados e reestruturados para a realidade nacional. Por isso, o rock perde o seu status de cultura imperialista e ganha espaço para ser a principal voz dessa juventude.

O Brock recebe influência direta de dois movimentos musicais originários dos EUA e Inglaterra: o Punk e a *New Wave*. Esses ritmos vão marcar a atitude nas músicas dessas bandas, diferenciando-as do que havia sido feito de rock no país anteriormente. Ambos os gêneros adotam uma simplicidade musical e referências diretas à cultura pop e a realidade urbana, proporcionando uma aceitação mais ampla da juventude estudada².

² Deve-se lembrar que estamos trabalhando com a juventude urbana das grandes cidades e da classe-média brasileira.



Sendo uma reação à preciosidade técnica do rock progressivo, a música punk se caracteriza por melodias simples e letras agressivas, criticando a situação política, econômica e social do mundo. Seu ápice mundial foi no final da década de 1970 na Inglaterra, tocada por jovens das classes operárias que sofriam com a falta de empregos.

A ideia do Punk é que, sendo uma arte crua, ela atingiria mais facilmente as emoções. Pregando uma atitude política extremamente revolucionária, adota o lema “faça você mesmo”, defendendo que todo qualquer ato deve ser feito de maneira que rompa completamente com o *status quo*.

As letras das bandas punks, principalmente as paulistas, insistem nas denúncias de exploração das classes trabalhadoras, nos jovens desempregados, na situação de miséria do seu meio, no vazio existencial e na repressão policial. Fazem questão de afirmar que vivem no subúrbio e lembrar a hierarquia social. Para eles a denúncia do que não deveria estar acontecendo era primordial. Constituído em sua maioria por jovens trabalhadores, a juventude punk paulista sente de maneira mais potente a crise do futuro; questionando se seria possível um futuro melhor e a possibilidade de ter esperança, apesar de todas as mazelas no mundo.

Esses temas apareciam, pois o país passava por um momento de grave crise econômica e possuía um alto índice de desemprego, sendo esses jovens pertencentes às classes trabalhadoras, acabam sendo afetados diretamente por essa crise. Surge um sentimento de revolta e insatisfação entre alguns jovens que encontram no movimento punk uma forma de atuar na sociedade, que fornecia "ao mesmo tempo uma identidade singular e uma forma de expressar a sua insatisfação" (ABRAMO, 1994, p.93). Com isso, o punk não pode ser visto como apenas mais um estilo musical derivado do rock, ele é adotado como um estilo de vida, tendo uma vestimenta e relações sociais próprias. Ao adota-lo o jovem se vê fazendo parte de uma comunidade, cujos membros criam uma identidade de grupo fechado e muitas vezes hostil aos não-membros.

Dos punks vieram os grupos que mais se opõe aos artistas da MPB. Vistos como estagnados e sem vitalidade, tais artistas eram considerados por esses jovens como estrelas institucionalizadas, sem coragem de investir em algo novo. A agitação que esses artistas tinham produzidos nas décadas anteriores estava parada e não havia como continua-la de onde parou. Os jovens propõem uma revitalização e reestruturação dessa agitação, mas dessa vez feito por eles mesmos, que dialogassem com suas realidades. Um exemplo de sua atitude radical foi expressa por Clemente, líder da banda Inocentes, através do “Manifesto Punk: Fora com o mofo da MPB! Fim da ideia de falsa liberdade” de 1982 onde ele dizia:



Procuramos algo que a MPB já não tem mais e que ficou perdido nos antigos festivais da Record [...] Nós estamos aqui para revolucionar a música brasileira, para dizer a verdade sem disfarces [...] para pintar de negro a asa branca, atrasar o trem das onze, pisar sobre as flores de Geraldo Vandré e fazer da Amélia uma mulher qualquer (ALEXANDRE, 2002, p.60).

A segunda influência do Brock foi o chamado *New Wave*, movimento musical derivado do Punk. Esse estilo musical é mais focado na melodia e dialoga com outros gêneros como o *Reggae*, o *Classic Rock* e a *Disc Music*. Sua atitude também é crítica em relação à sociedade, mas não tão agressiva como o Punk, pegando desse a presença de palco e o jeito não convencional da vestimenta. Aqui a contestação sai um pouco do plano político-social e passa a ser do plano moral.

As bandas que optam pelo estilo *New Wave* utilizam a cultura pop para criar uma identidade jovem dentro do meio musical. Tanto nas letras quanto nas vestimentas são notados diversos símbolos culturais que pertencem ao universo jovem, como quadrinhos, referências a esportes da moda ou programas de TV. Diferente do Punk, a *New Wave* não procura romper com a sociedade, mas impor-lhe sua estética. Suas bandas utilizam um discurso mais informal, usando gírias e se utilizando da linguagem cômica ao falar do universo jovem. As apresentações são valorizadas como espetáculos, onde, além da música, os artistas realizam performances no palco.

Devido ao seu poder de expressão, derivado tanto das letras quanto das atitudes, o rock acaba ganhando um lugar de destaque na cena cultural brasileira. As diversas culturas acabam confluindo para o gênero ao adota-lo em suas peças, seus filmes, suas fanzines e suas reportagens. Podemos dizer que a juventude brasileira forma uma grande comunidade para se impor dentro da cena cultural nacional.

A comunidade jovem

Quando pensamos a juventude brasileira na década de 1980, estamos falando de um grupo extenso, existiam várias juventudes convivendo juntas (BOURDIEU, 1983, p.113). Logo, por mais que o BRock tenha conseguido um grande destaque no período, não podemos pensar que isso foi obtido de forma isolada. Todas as outras formas culturais feitas pelos jovens foram importantes para que o rock conseguisse despontar e se consolidar. Há uma intensa troca de experiências entre os jovens que produziam tais culturas, levando-os a participarem de várias atividades. Forma-se então uma comunidade que agregava diversas identidades distintas, que aceitavam se unir com o objetivo de ganhar um destaque maior em seu meio. Um dos principais exemplos estava no cinema, onde as bandas, além de ficarem responsáveis pela trilha sonora, também participavam como atores.



O rock atua como mediador entre as identidades jovens, podemos dizer que o BRock é uma nova forma de capital cultural imposta dentro do campo musical brasileiro, subvertendo o domínio da MPB. Ao reapropriar o capital rock, que mesmo alcançando um relativo sucesso de público ainda não era reconhecido entre quem dominava o campo da música brasileira, a juventude o valoriza, conseguindo assim uma forma de aumentar seu espaço dentro do campo musical brasileiro.

Mark Mattern, ao analisar a formação de comunidades e suas ações políticas, defende que a música serve para definir e manter uma comunidade diversificada - que nesse trabalho seriam os jovens brasileiros - promovendo distintas formas de ações para que esse grupo se imponha em seu meio; a música teria a função de "cola social", ao prender diversas identidades coletivas numa mesma comunidade, cujos conflitos de interesses geram negociações para tentar melhorar o convívio (MATERN, 1998).

Partindo dessas questões, podemos afirmar que, diferente das décadas de 1950 (onde não houve uma identificação entre os jovens e os cantores de rock), de 1960 (onde havia uma rixa entre MPB e a Jovem Guarda, impedindo que o rock se consolidasse no país) e de 1970 (onde alguns músicos buscaram permanecer no *underground*, devido a uma ideologia que privilegiava o rock marginal, enquanto os que tentavam aparecer na mídia sofriam com as barreiras impostas pela ditadura militar e pelo descaso que as rádios faziam com o rock nacional), na década de 1980 há uma ligação entre as culturas jovens para se impor na cultura brasileira, a partir de várias vertentes, tendo o rock como principal representante e voz da juventude. Nesse ambiente de intensa produção cultural jovem associada com a necessidade desse grupo impor o seu lugar dentro da cultura brasileira, é que o rock encontra espaço para, depois de quase 30 anos, se consolidar no Brasil.

Mattern defende que a criação, descoberta e recriação desse tipo de comunidade são processos e formas de ação política, que demandam debates e deliberações entre as identidades que a formam, a música é a arena comunicativa onde ocorrem as disputas (*IDEM*). Logo, sendo formado por várias identidades, ao mesmo tempo em que elas se unem para conseguir seu objetivo em comum (se impor no cenário musical), há um confronto interno para ver qual (ou quais) identidade vai ganhar destaque como representação dessa comunidade, gerando divergências externas aos membros dessa comunidade.

Surge um discurso baseado no “mito da autenticidade” (MEDOVOI, 2005, p.93) onde os grupos discutem qual seria a maneira de rock mais “pura”, que deveria ganhar mais destaque



dentro dessa comunidade. Tal obsessão pelo autêntico estaria ligada ao discurso de legitimação das identidades, onde um grupo tende a desqualificar o outro para se afirmar dentro do meio em que se enfrentam. A música e seus locais de representação - revistas, shows, premiações etc. - se tornam um espaço de disputa, onde diversas identidades grupais se confrontam para afirmar sua "pureza".

Um exemplo significativo foi a apresentação da banda Kid Abelha no Rock in Rio. A banda carioca foi escalada para se apresentar em um dos dias dedicados ao *Heavy Metal*, seu estilo musical - *New Wave*; mais pop e dançante - se destoava do público-alvo principal daquele dia. O grupo acabou sofrendo com a hostilidade do público, que não aceitava aquele estilo de rock, sendo vaiada e tendo que se desviar dos objetos arremessados contra a banda.

Até mesmo questões regionais e sociais influenciavam nessas disputas. Ao entrevistar o músico Lobão, a jornalista Sônia Maia define seu disco como uma obra menor, devido à origem geográfica do cantor: "Pra rock carioca, está muito bom" (AFONSO, 2016, p.108). Já a banda Legião Urbana teve dificuldade em ser reconhecida como banda punk em São Paulo.

A verdade é que o público da casa foi hostil conosco. Enquanto tocávamos, havia em frente ao palco uns punks virados de costas; e a plateia, no geral, formada por umas trintas pessoas (ou nem isso), parecia não estar gostando. Houve até mesmo um cara que logo começou a gritar, com aquele sotaque paulistano carregado: "Mais forte, filho de general, mais forte." Que situação... Não satisfeitos ainda roubaram o meu casaco! (VILLA-LOBOS, DEMIER & MATTOS, 2015, p.56).

Para ser reconhecido como punk e ser aceito pelos outros indivíduos era necessário possuir certas características políticas, econômicas e sociais. Vindo de Brasília e possuindo uma melhor situação social do que seu público em São Paulo, a Legião não foi aceita inicialmente neste meio. Para os paulistas a banda não poderia nem se denominar como punk.

Eles [o grupo Legião Urbana] se consideravam punk. É que em Brasília você gostar de punk-rock já era o suficiente para você se considerar punk. Aqui em São Paulo, você era punk se viesse do subúrbio. As tentativas de algumas pessoas se dizerem punks foram reprimidas pelos punks! (MAGI, 2013, p.153).

Assim, a música possui duas funções contrárias, sendo ao mesmo tempo tanto uma "cola social" quanto um "solvente social". É o próprio rock que une diversas identidades grupais jovens no Brasil, formando uma grande comunidade, levando-os a ganhar um espaço na cultura nacional, ao mesmo tempo em que o estilo estimula disputas dentro dessa comunidade, ao favorecer os debates de qual rock deve ser o principal representante dessa comunidade, ganhando um destaque maior. O BRock torna-se com isso essencial para entendermos a sociedade brasileira na década de 1980 e como o jovem a via e se relacionava com ela.



“A gente não quer só comida”

Para John Street, ao fazermos uma relação entre música e política, devemos ter em mente que elas não são entidades separadas, elas seriam extensões de si. Na música temos embutidos valores e experiências políticas, ao mesmo tempo ela é uma forma de organização da ação e do pensamento políticos. A música não deve ser visto apenas como um veículo de expressão política, ela é a própria expressão (STREET, 2012).

Dentro das músicas do BRock estão embutidos os valores e a experiências políticas dessa juventude ao mesmo tempo que elas se tornam um meio do jovem se impor nos espaços públicos e privados. Através desse discurso musical poderemos analisar a forma como esses jovens encaravam o mundo e as mudanças pelas quais o Brasil estava passando.

Músicas³ como “Geração Coca-Cola”⁴, da banda Legião Urbana e “Comida”⁵, do Titãs, trazem uma crítica ao pensamento e político tradicional suas formas de ação, ao mesmo tempo em que são apresentadas novas formas de propostas de atuação política e questionamentos, buscando uma nova oportunidade de mudança social, visto que para esses jovens as antigas ideias falharam. O processo de reabertura política exigia uma coletividade que tomasse a dianteira nas mudanças que estavam acontecendo, abrindo espaço para o jovem alcançar seu espaço.

O BRock começa a valorizar certos assuntos que antes não estavam entre as principais discussões na música brasileira, como a sexualidade e as drogas. Era uma afronta direta a moralidade que havia na sociedade brasileira, representada principalmente pela censura. Músicas como “Pelado”⁶, “Sexo”⁷ apresentam uma questão antimoralista explícita, sendo utilizadas para ridicularizar a opinião conservadora ao tratar o sexo e o nu como uma coisa natural do ser humano, através do uso de uma linguagem irônica.

Para Street, a música é o local onde o ser humano declama sua liberdade (*IDEM*, p.10), a utilização de uma linguagem irônica e ridicularizadora foi uma forma encontrada pelos jovens de se impor dentro da sociedade através dos ideais surgidos com a abertura política. A herança da

³ Por uma questão de espaço, não reproduzirei no artigo as letras das músicas.

⁴ Renato Russo. **Geração Coca-cola**. Rio de Janeiro: EMI, 1987. LP.

⁵ Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer, Sérgio Britto. **Comida**. Rio de Janeiro, WEA, 1987, LP.

⁶ Roger Moreira. **Pelado**. São Paulo, WEA, 1987, LP.

⁷ Roger Moreira e Maurício. **Sexo**. São Paulo, WEA, 1987, LP



Ditadura Militar passa a ser apresentada por esses jovens como algo a ser ridicularizado, como podemos ver na música “Veraneio Vascaína”⁸.

Devido ao lento processo de transição para o regime democrático, foi intensificado no Brasil as crises econômicas, políticas e sociais, ao mesmo tempo, elas se combinam com diversas questões, relacionadas ao ciclo das transformações, que haviam sido pautas durante a década de 1960 e que começam a ser sentidas de modo mais intenso por esses jovens, tais como a crise de valores, dos modelos políticos e das utopias. Essas crises influenciam diretamente na forma como o jovem via a redemocratização como algo positivo.

São essas relações baseadas nas crises que levaram a década de 1980 a ser erroneamente acusada de ser a "década perdida" e de sua juventude ser considerada durante anos como alienada. Devemos levar em conta que mesmo não produzindo uma alternativa político-social à ordem vigente, esses jovens lutam de uma maneira própria contra ela. A partir da denúncia do que está errado e da negação do que não se quer, tais jovens vão reinventar, a partir de suas intervenções culturais, a forma de luta política, trazendo novos questionamentos. Músicas como “Brasil”⁹ e “Que país é este”¹⁰ representam essa visão crítica, apresentam questionamentos aos processos de mudança no país.¹¹

Não podemos pensar que essas crises se dão apenas em nível nacional, o mundo também estava passando por importantes transformações. Na década de 1980 tanto o socialismo quanto o capitalismo se encontravam em graves crises, o que levou ao agravamento das tensões entre EUA e URSS nesse final de Guerra-Fria. Enquanto o capitalismo se recuperava de uma crise econômica, levando a uma reestruturação interna do sistema, o neocapitalismo, capitaneado por políticos conservadores - Margaret Thatcher e Ronald Reagan -, a partir de políticas que estimulavam a individualização do cidadão, o socialismo se encontrava numa crise tanto econômica quanto política, que levaria a queda do Muro de Berlim no final dessa década e ao fim da URSS no começo dos anos 1990. Por esses motivos, a juventude começa a buscar novas formas de intervenção no mundo, fugindo dessa luta ideológica. É a partir da década de 1980 que se intensifica as demandas ecológicas, por exemplo, fruto desses novos questionamentos que surgiam no final da Guerra-Fria.

⁸Renato Russo e Flávio Lemos. **Veraneio vascaína**. Rio de Janeiro, Polygram, 1986, LP.

⁹Cazuza, George Israel e Nilo Romero. **Brasil**. Rio de Janeiro, Philips, 1988, LP.

¹⁰ Renato Russo. **Que país é este**. Rio de Janeiro: EMI, 1987. LP.

¹¹Apesar de ter sido escrita na virada da década de 1970 para 1980, o autor da música Renato Russo evitava gravá-la com a esperança de torná-la obsoleta. A música será gravada apenas em 1987, mostrando que Russo começou a adotar uma visão mais pessimista sobre o Brasil (AFONSO, 2016, p.137-138).



O cenário mundial, a condição de ser jovem e o lento processo de reabertura política geram uma sensação de angústia e insegurança que afeta diretamente o modo de pensar do jovem. Graças a essa visão negativa, a juventude cria novos laços para viver em sociedade. Eles passam a valorizar uma ligação através das identidades em comum, que começam a interagir de forma mundial com o advento da globalização. A união desses jovens através do BRock, um gênero norte-americano que foi adaptado à realidade brasileira, é um exemplo de como as influências externas ganharam espaço como "cola social". O BRock aparece então como uma identidade comunitária que engloba diversas identidades jovens, sendo assim uma forma de defesa contra a sensação de medo e insegurança pelo qual o jovem está passando no período ao mesmo tempo que abre espaço para que a juventude possa se expressar nesse mundo confuso em que se encontrara.

Conclusão

A juventude brasileira finalmente consegue consolidar sua cultura na década de 1980. Depois de sofrer com intensas disputas internas e passar por um momento de afastamento, a cultura jovem se renova, realizando um diálogo entre os seus vários ramos que proporcionam esse momento. Ao comparar a sua geração com a geração 1980, o cineasta Lael Rodrigues, responsável por diversos filmes voltados à juventude roqueira do período, mostra-nos a diferença de atitude assumida por nosso objeto de estudo: "a gente pegou uma fase de curtir o bode, sofrer era mais importante, mas esse pessoal de hoje procura enfrentar as dificuldades de uma forma mais pra cima, essa rapaziada não está precisando mostrar nada, está fazendo" (AFONSO, 2016, p.150).

O BRock consolida o rock como um importante gênero brasileiro, abrindo espaço para que as gerações futuras de roqueiros encontrassem um caminho onde não houvesse tantas dificuldades para apresentarem os seus trabalhos. No começo dos anos 1990, aparecem diversos grupos que unem o rock brasileiro com ritmos regionais, como o Manguebeat de Chico Science & Nação Zumbi e o Forrócore dos Raimundos. A entrada da MTV no Brasil, em 20 de outubro de 1990, apresentou uma nova cena roqueira internacional que também terá forte influência nas futuras gerações de roqueiros brasileiros.

As letras do BRock ainda continuam dialogando com a juventude atual, mesmo passados trinta anos, sendo ainda a principal referência sobre rock brasileiro, além de ter suas músicas reapropriadas por gerações posteriores, sinal de que algumas das questões cantadas pela juventude da década de 1980 continuaram persistindo no Brasil (IDEM, p. 153-154). A partir



daí, podemos falar que o rock brasileiro feito na década de 1980 é importante para a sociedade brasileira dos anos 2010, que ainda o utiliza como forma de expressão. Por esses motivos, não podemos considerar essa década como "perdida" ou seus jovens como "inútil". Mais do que meros "subprodutos de rock", essa geração mudou o cenário cultural do Brasil, consolidando um novo estilo musical e propondo novas questões para uma nova república que estava nascendo.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. SP, Scritta, 1994.

AFONSO, Luís Felipe Fernandes. **Nós vamos invadir sua praia: Representações da juventude brasileira através do Rock**. Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2014.

_____. **O som e a fúria de um novo Brasil: juventude e rock brasileiro na década de 1980**. Dissertação de mestrado em história apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

ALEXANDRE, Ricardo. **Dias de luta: o rock e o Brasil dos anos 80**. São Paulo, DBA Dórea Books and Art, 2002.

ARAÚJO, Lucinha. **Cazuza: Só as mães são felizes**. São Paulo, SP, Ed. Globo, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A distinção crítica social do julgamento**. São Paulo, Edusp, 1º edição, 2007.

BRYAN, Guilherme. **Quem tem um sonho não dança: cultura jovem brasileira nos anos 80**. RJ, Record, 2004.

CARDOSO, Ruth & SAMPAIO, Helena. **Bibliografia sobre juventude**. São Paulo. Edusp, 1995.

DAPIEVE, Arthur. **BRock: Rock brasileiro dos anos 80**. SP, Editora 34, 1995

GROPPO, Luís Antonio. **O rock e a formação do mercado de consumo cultural juvenil: a participação da música pop-rock na transformação da juventude em mercado consumidor de produtos culturais, destacando o caso do Brasil e os anos 80**. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1996, 312 p.

MIGUEL, Luis Felipe. **Em Torno do Conceito de Mito Político**. Dados, Rio de Janeiro, v.41, n.3, 1998 .

LACERDA, Gislene Edwiges de. **A geração estudantil da transição democrática: entre memória e esquecimento** In: XIII Congresso Nacional de História Oral, UFRGS, 2016, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

MAGI, Érica Ribeiro. **Rock and Roll é o nosso trabalho: A Legião Urbana do underground ao mainstream**. Ed. Alameda, SP, 2013, 1º edição.



MATTERN, Mark. **Acting in Concert: Music, Community and Political Action.** New Jersey, Rutgers University Press. 1998.

MEDOVOI, Leerom. **Rebels: Youth and the Cold War origins of identity.**Duke University Press. 2005.

PICCOLI, Edgar. **Que rock é esse? : a historia do rock brasileiro contada por alguns de seus ícones.**SP, Globo, 2008.

STREET, John. **Music and Politics.** Cambridge, Polity Press, 1º edição, 2012.

VILLA-LOBOS, Eduardo Dutra, DEMIER, Felipe Abranches & MATTOS, Rômulo Costa. **Dado Villa-Lobos: Memórias de um legionário.** Rio de Janeiro, Maud Editora, 1º Edição, 2015.



Discutindo a historiografia *artiguista*: o passado rural como argumento de autoridade.

Discutiendo la historiografía artiguista: el pasado rural como argumento de autoridade.

Pedro Vicente Stefanello Medeiros

Doutorando em História
Universidade de Passo Fundo
medeirospsvs@gmail.com

Recebido em: 10/08/2018

Aprovado em: 10/09/2018

Resumo: Objetivamos discutir a constituição e os usos políticos da historiografia acerca da figura de José Artigas e de sua política agrária na República Oriental do Uruguai. No contexto revolucionário de 1815, José Artigas publica o “*Reglamento Provisorio de La Provincia Oriental para el Fomento de su Campaña y Seguridad de sus Hacendados*”, bastante radical para os padrões da época. Em fins do século XIX Artigas é transformado em herói fundador da nacionalidade uruguaia e juntamente com ele, seu “regulamento” é fruto de enorme transcendência naquela sociedade. É neste sentido que nos propomos a analisar como historiadores dos anos 1960 construíram suas interpretações como um argumento de autoridade à luz do contexto político em que estavam inseridos. Ademais, também entendemos que seja necessário elaborar um debate com a historiografia mais recente, tentando pensar Artigas e o *Reglamento Provisorio* para além do mito fundacional.

Palavras-chave: José Artigas, Reglamento Provisorio, Historiografia.

Resumen: Nuestro objetivo es discutir la constitución y usos políticos de la historiografía en torno de la figura de José Artigas y de su política agraria en la Republica Oriental del Uruguay. En el contexto revolucionario de 1815, José Artigas publicó el “*Reglamento Provisorio de La Provincia Oriental para el Fomento de su Campaña y Seguridad de sus Hacendados*”, bastante radical para los estándares de la época. A finales de siglo XIX, Artigas fue transformado en héroe fundador de la nacionalidad uruguaya y, conjuntamente con él, su “reglamento” fue fruto de enorme trascendencia en aquella sociedad. Es en este que nos proponemos analizar cómo los historiadores de los años 60 construyeron sus interpretaciones como un argumento de autoridad a la luz del contexto político en el que estaban insertos. Además, también entendemos que es necesario elaborar un debate con la historiografía más reciente, intentando pensar a Artigas y al “*Reglamento Provisorio*” más allá del mito fundacional.

Palabras claves: José Artigas, Reglamento Provisorio, Historiografia.

A constituição do imaginário *artiguista*: herói nacional.



A constituição da atual “*República Oriental del Uruguay*”, se processou após a caída do movimento revolucionário liderado por José Artigas. O movimento artiguista foi derrotado em 1821, ficando a Banda Oriental sob o controle português. A partir de 1825 algumas lideranças da Banda Oriental em aliança com outras províncias platinas iniciaram ações armadas contra os luso-brasileiros, derrotando estes últimos em 1828:

A identidade Oriental na Província Cisplatina se constituiu a partir de um intrincado processo, fruto da crise do sistema colonial, onde interesses políticos e diversos projetos de tipo nacional tinham espaço, o que significou diversos projetos políticos em disputa. O que o trabalho aponta é a complexidade desse processo, a dimensão particular de uma crise sistêmica, sendo a construção da identidade oriental fruto de relações e interesses que culminaram na criação da República Oriental do Uruguai, não como simples produto do imperialismo britânico, mas como um eixo de um processo de conflitos, tensões e contradições que fundamentaram o desenvolvimento das nações modernas na região platina (WINTER, 2014, p. 232).

Assim, se observou um processo que resultou na independência do território oriental, sendo assinada em 1830 a carta constitucional da então “*República Oriental del Uruguay*” . Desde então, dois bandos políticos, que mais tarde se organizaram em partidos, os “*blancos*” e os “*colorados*”, ficaram disputando o poder pelo controle da, já independente, República uruguaia.

Após sua derrocada militar, José Artigas se exila no Paraguai e morre praticamente no ostracismo em 1850. Por muitos anos, pairou sobre ele, os espectros da “*leyenda negra*”, uma visão negativa sobre sua figura construída pela elite de Buenos Aires como um “*jefe de bandidos*” (FREGA, 2011, p.259). Embora se expresse um sentido de continuidade entre o “*artiguismo*” e a independência efetiva da Banda Oriental, acreditamos que estes sejam movimentos distintos. Nos últimos anos vem se publicando uma série de trabalhos que discutem a complexidade dos projetos de soberania no Rio da Prata, evidenciando as diversas identidades políticas que se manifestaram.

No último quartel do século XIX, por volta dos anos 1880, os dirigentes do país almejavam situar o Uruguai na senda da modernização. Para que isso fosse possível, era necessário atrair capital estrangeiro, pacificar as ondas de violências entre “*blancos*” e “*colorados*”, e, portanto, constituir-se como uma nação moderna. Conforme José Pedro Barrán (1990, p.15), as três décadas entre 1860 e 1890 foram cruciais para o desenvolvimento de uma nova “*sensibilidade*” na sociedade uruguaia que se modernizava. A incorporação sistemática de ovinos, o fechamento dos campos com cercas de arame e a introdução dos frigoríficos significavam a implementação de uma racionalidade capitalista no manejo da economia rural. Estas novas práticas iam transformando os tradicionais “*gauchos*” em peões assalariados e os



estancieiros caudilhos em empresários rurais. No entender de algumas autoridades da época era o disciplinamento de uma sociedade “bárbara” para uma nação “moderna” e “civilizada”.

Assim, era preciso construir a nacionalidade elegendo um símbolo que a representasse, e que de algum modo agradasse as opiniões de ambos partidos. É neste contexto que Artigas é resgatado, assinalando que o mesmo, depois de sua derrota em 1821, se exila no Paraguai, morrendo esquecido por volta de 1850. Consta-se, que a figura de Artigas sai do ostracismo para representante do herói fundador da nação:

Destaca-se, então, a partir das décadas de 1870-80, um momento no qual a intelectualidade buscara a elaboração de um panteão representativo de *heróis nacionais* que pudessem servir de modelo social, elemento de identidade e guia de conduta para as novas gerações uruguaias. A fim de maior amplitude e aceitação em uma sociedade caracterizada pela diversidade de pensamento, existia a necessidade de se buscar um personagem consensual, com bom trânsito indiferente de agremiação política ou cultural. Assim, surge um José Artigas distinto da imagem representada pela *leyenda negra*. Essa recente releitura do personagem, liderada pelos estudos históricos acerca do período independentista e o contexto sócio-político, o tornou capaz de auxiliar na consolidação de uma nova imagem de nação. (FUÃO, 2009, p.84).

Fuão (2009, p.12) também assinala, dialogando com Ricouer e Dosse, que por meio de um discurso legitimador torna-se objetivo central a construção imaginária do passado comum, glorioso e que caracterize a sociedade como um organismo homogêneo.

Neste sentido, as primeiras produções históricas no Uruguai, se fizeram articuladas à construção da nacionalidade, tendo início através do trabalho desenvolvido pelo estadista, pedagogo, ensaísta e historiador Francisco Bauzá. Entre 1880 e 1882, Bauzá lançou sua obra máxima “*Historia de la Dominación Española en el Uruguay*”, considerada a primeira da historiografia uruguiaia (SOLER, 1992, p.10). O texto de Francisco Bauzá apresenta um projeto social explícito, valendo-se da escrita histórica como instrumento para a consolidação da nacionalidade. Esse conteúdo é evidenciado a partir da forma que o autor visualiza a preexistência da nação uruguiaia já nos tempos coloniais. Bauzá afirma um determinismo histórico fatalista para o povo oriental, tecendo a ideia de uma revolução *artiguista* que fortalece e consolida o sentido autonomista da Província Oriental que vinha se desenhando desde a Colônia.

O processo de conformação da história uruguiaia montado através de “*Historia de la Dominación Española en el Uruguay*” deixou uma via aberta para o surgimento da historiografia uruguiaia contemporânea, ao mesmo tempo que singularizou o *artiguismo* no bojo de tal história nacional, como sinaliza Leticia Soler: “*De esta manera, marca un hito en el progresivo interes que el estudio del Ciclo Artiguista adquiere hasta convertirse en el gran tema de nuestra historiografía*” (SOLER, 1992, p.11).



O passado rural como argumento de autoridade

Nesta esfera, a imagem de Artigas atinge uma ampla dimensão, transcendendo a figura do herói e sendo evocada em diversos âmbitos da sociedade uruguaia. No conturbado contexto político dos anos 1960, o “fator Artigas” foi utilizado por diversos setores, desde os conservadores até os mais progressistas e radicais. Cada corrente política revisitou Artigas, e buscou, ou partiu dele, para construir um discurso que justificasse e legitimasse sua pauta. Para compreender como essa relação se engendra no panorama político e social é importante entender o contexto uruguaio em fins dos anos 50 e começo dos 60, quando uma forte recessão assolou o país, até o momento do golpe militar em 1973.

Esta crise desencadearia a pauperização da população, arrocho salarial e na deterioração dos serviços sociais prestados pelo estado, resultando em um forte descontentamento popular e o início de uma série de mobilizações sociais. O movimento social no Uruguai, a partir dos anos sessenta ganharia amplitude, abarcando vários setores da sociedade civil, desde arroteiros oligarcas até a grande massa do proletariado urbano de Montevideú.

Os setores populares se mobilizaram mediante greves e ocupações de fábricas, confluindo com interesses comuns e articulados nas perspectivas sindicais; os trabalhadores fundaram, em 1964, a *Convención Nacional de Trabajadores* (CNT), qualificada estrutura de organização e de superação da anterior atomização do movimento operário, que atraiu inclusive a participação de estratos médios da população, até então distantes dos setores populares (PADRÓS, 2005, p. 262).

No bojo dessa euforia popular é possível perceber que as esquerdas uruguaias começavam a se organizar, imbuídas pelas possibilidades reais de revolução que vislumbravam após o sucesso da Revolução Cubana. Assim o clima de Montevideú nos anos 60 foi marcado pelas lutas sociais, e pelos debates travados entre intelectuais, estudantes uruguaios e líderes políticos de esquerda que ali se exilavam. A partir da organização dos grupos de esquerda os conflitos só se acirriaram. Produzindo um cenário de guerra de guerrilhas urbanas, onde grupos armados de extrema-direita patrocinados pelo estado e pelas elites dominantes tentavam combater movimentos de guerrilha revolucionária como o “MLN” (Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros), que lutaria desde essa época até o fim da ditadura:

Uma última característica a ser colocada sobre o panorama geral dos anos 60 diz respeito ao resultado de duas ordens de combinações: uma interna, de tensões e contradições resultantes do esgotamento econômico pela dependência estrutural do mercado mundial, da incapacidade política das velhas elites para encontrar soluções à crise e o protagonismo crescente de atores sociais em processo de pauperização acentuada; outra, na vinculação desses fatores internos com uma série de fatores e questões externas que realimentaram a dinâmica interna (a Revolução Cubana, a Guerra libertadora do



Vietnã, a guerrilha de Che Guevara, o Maio Francês, etc.). Isso gerou um efervescente cenário que marcou a geração da crise, multifacetada quanto ao campo de atuação, mas coincidente em questões de fundo (PADRÓS, 2005, p. 265).

Neste sentido Pacheco Areco que assumira a presidência em 1968, tomou medidas que só acentuaram a crise, partindo então para o endurecimento das práticas repressivas, assumindo o anticomunismo que se enquadrava nas já conhecidas Doutrinas de Segurança Nacional. Embora Pacheco tentasse fechar o cerco às esquerdas, estas continuavam organizadas e fortalecidas, surgindo nas eleições de 1971 uma coalizão de centro esquerda denominada “*Frente Amplio*”. Composta por socialistas, comunistas e democratas cristãos que após muitas denúncias de uma suposta fraude no processo eleitoral, perdem para o candidato continuísta José Maria Bordaberry. Após sua posse, duvidosa, constatando a forte presença guerrilheira e a relação de forças desfavoráveis no Parlamento, Bordaberry intensifica a repressão e a censura. Decretando, logo, “Estado de Guerra Interno”, apelando para as ações das Forças Armadas, e culminando em 1973 com um golpe de Estado apoiado pelos norte-americanos e pela ditadura brasileira, como se percebe neste trecho:

O corolário desse processo foi o golpe de Estado (27.07.1973). Apesar da histórica Greve Geral de 15 dias da CNT, a situação não foi revertida. O novo regime contou com a simpatia dos Estados Unidos, e particularmente da ditadura brasileira, preocupada há tempos com a convulsão existente sobre sua fronteira sul. O Brasil forneceu linhas de financiamento, colaborou no treinamento antiguerrilheiro e chegou a planejar, sob o conhecimento dos Estados Unidos, uma intervenção no Uruguai, caso a Frente Ampla vencesse as eleições de 1971 ou os tupamaros resistissem à repressão militar. (PADRÓS, 2004, p. 55).

A partir do golpe, o governo uruguaio colocaria em prática diversas medidas que visavam ter o controle geral de todas as camadas sociais, tentando combater qualquer tipo de reação comunista, ou de caráter subversivo. Deste modo, impusera uma dura repressão cultural, censurando e controlando os meios de comunicação, como também desenvolvendo uma reforma educacional, principalmente universitária, que colocava toda essa esfera sob sua égide. Além de tais medidas, o controle e domínio social da ditadura se caracterizariam pelo terrorismo de Estado. Em função disso, os intelectuais da esquerda que não foram presos, tiveram de fugir do país.

Nesse contexto dos anos 60, que antecedeu o golpe militar, desenvolveu-se uma corrente historiográfica de orientação marxista, que tendo Artigas como ponto de partida, construiu uma série de estudos tentando compreender a sociedade uruguaia desde suas “origens”. A



historiografia marxista ganha fôlego e visibilidade a partir dos trabalhos realizados pela equipe formada por Lucía Sala de Touron, Julio Carlos Rodríguez e Nelson de la Torre.

Tendo em vista o contexto no qual estavam inseridos, os autores compartilharam inquietações e anseios que resultaram na construção de um projeto social de conhecer a realidade uruguaia elaborando uma história de viés marxista, como nos mostra Soler:

Les tocó vivir esa juventud en una realidad problematizada y el trabajo que emprendieron tiene mucho que ver con esa realidad. Había tenido lugar la Revolución Cubana, proliferaban los planteos “dependentistas” que tomaban al marxismo de manera muy laxa. Se planteaba la posibilidad del salto de una realidad precapitalista al socialismo (SOLER, 1993, p. 40).

Imbuídos de tais motivações, os componentes da “equipe marxista”, começam seus esforços estabelecendo como ponto de partida a “revolução *artiguista*” iniciada em 1811. Assim, retrocedem no tempo para conhecer a realidade colonial que originou esse processo, e depois, se dedicam a entender a etapa posterior a derrota da revolução. O ponto a ser problematizado aqui, diz respeito ao tema escolhido pelos autores para ser o eixo central de suas análises: a questão agrária. O marco inicial das discussões foi a política de terras implementada por Artigas durante o processo revolucionário, sintetizada no “*Reglamento Provisorio de La Provincia Oriental para el Fomento de su Campaña y Seguridad de sus Hacendados*” de 1815.

É importante salientar, que o *Reglamento Provisorio* já ocupava um lugar significativo no interior daquela sociedade, sendo evocado por diferentes setores em distintos contextos. Por exemplo, já em 1911, na comemoração do centenário da batalha de “*Las Piedras*”, na *Asociación Rural*, o “*reglamento*” é mencionado como a “*origen de nuestra legislación rural*” (FREGA, 2011, p261).

Deste modo, para compreendermos a maneira pela qual a historiografia dialogou com o rural, é importante entender a influencia que os trabalhos de Juan Pivel Devoto tiveram na historiografia agrária do Uruguai. Portanto, tomaremos como aporte a análise de María Inés Moraes em seu artigo “*La historiografía de Pivel Devoto sobre el agro colonial en la banda oriental: Un estudio de Raíces Coloniales de la Revolución Oriental de 1811*” .

Conforme Moraes, a produção de Devoto alicerçou o estudo da questão agrária colonial como chave para a compreensão da revolução de 1811, inspirando uma corrente historiográfica que buscou nas estruturas agrárias do passado explicação para diversos processos relevantes à história uruguaia (MORAES, 2004, p.5). Um dos principais marcos interpretativos dessa historiografia reside na explicação de que a presença do gado *vacum* foi a primeira e principal



orientação produtiva da Banda Oriental, estando essa produção pecuária, associada de forma recorrente a fenômenos de atraso econômico e social, como se segue:

La asociación entre ganadería y atraso (técnico, económico y social) reposa en tres rasgos fundamentales que la habrían caracterizado desde el periodo colonial: *su carácter monoproducción*, que desarrollo eslabonamientos agrarios industriales escasos y débiles; la *baja absorción laboral* de la producción ganadera a campo natural, que determinó una sociedad rural singularizada por la baja densidad demográfica, unas formas de vida social trans-humanas y primitivas, así como una tendencia crónica al despoblamiento rural ; y *el predominio de la gran propiedad territorial*, que garantizó ganancias fáciles y variadas formas de poder, en todas las épocas de la historia del país (MORAES, 2004, p. 4).

Além de Pivel Devoto é importante referenciamos outros autores que compartilharam destes marcos interpretativos e também trabalharam com as origens da revolução *artiguista*: José P. Barrán, Benjamin Nahum, Reyes Abadie, Lucia Sala de Tauron, Nelson de la Torre, Julio Rodriguez, Florencia Terán e Juan Gadea.

Embora o foco de estudo de Pivel não fosse o mundo rural, seu livro “*Un estudio de Raíces Coloniales de la Revolución Oriental de 1811*” acabou por constituir um programa de pesquisa sobre o universo agrário colonial tangenciando problemáticas sociais, econômicas e administrativas. Segundo María Inés Moraes, essa gama de autores acima citados partilhou dos componentes da visão “*piveliana*” sobre as origens da revolução de 1811 a partir do contexto rural colonial. Portanto, seriam quatro esses componentes: o primeiro seria relativo ao tipo de ocupação realizado durante a colonização; o seguinte seria uma nítida imagem da estrutura socioeconômica do mundo rural da colônia; o terceiro é concernente ao problema do contrabando; por fim, o último consiste no problema referente à questão do “*arreglo de los campos*”.

Embora o pensamento nacional se voltasse para a questão agrária, e os historiadores citados compartilhassem de alguns traços da visão “*piveliana*”, possuíam diferentes interpretações e nem todos estudaram o “agro” porque estavam vinculados à agenda política dos anos 1960. Alguns destes autores o fizeram, pois bebiam na tradição da historiografia europeia que analisava as estruturas de longa duração, especialmente as econômicas, o que foi traduzido para o agrário no contexto do Rio da Prata.

Já os historiadores marxistas Lucía Sala, Júlio Rodríguez e Nelson de la Torre, conforme Tomás Sansón (2006, p.238), eram membros do Partido Comunista, possuíam uma concepção materialista da história e estavam bastante influenciados pelos acontecimentos políticos e pelas tendências ideológicas que recorriam o mundo e especialmente a América Latina:



En este contexto generalizado de preocupación por la situación del campo no debe extrañar que Sala, Rodríguez y de la Torre hayan fijado su atención en el problema de la propiedad de la tierra y en particular de latifundio. Este constituye un lastre económico, para superarlo se proponía, como alternativa posible, una reforma agraria (SANSÓN, 2006, p.239).

Balizavam a interpretação do latifúndio como origem de todos os males que afetavam o país. Por conseguinte, os autores se dedicaram a uma extensa pesquisa que buscou compreender a estrutura colonial e a revolução *artiguista* dando ênfase nos problemas agrários, como nos evidencia Leticia Soler:

La coherencia de la obra sostenida a lo largo de los tres tomos está asegurada por algunos hilos conductores que los autores desarrollan. Tal el caso del expediente del “arreglo de los campos” cuya aparición rastrean, estudian, profundizan, y que les permite, dentro de la estructura interna de la obra, desarrollar hasta el momento mismo de la Revolución como preámbulo del Reglamento (SOLER, 1992, p. 42).

Os três primeiros grandes trabalhos do trio, “*Evolución económica de la Banda Oriental*”; “*La estructura económico-social de la Colonia*”; “*Artigas: tierra y revolución*”, apresentam em suas análises os problemas relativos a terra como fio condutor. Em linhas gerais, a explicação construída pelos mesmos demonstra uma estrutura sócio-econômica colonial que privou os camponeses pobres de acessarem a terra, observando-se em Artigas a grande possibilidade de mudança, cujo ponto concreto foi o regramento de terras de 1815:

En torno de El se deslindarían posiciones bien definidas. Por un lado estaba el criterio de Artigas, sensible a los intereses y a las necesidades de aquellos sectores sociales más castigados bajo el régimen colonial, comprendiendo además que la satisfacción de sus necesidades primarias era la condición de mantenerles en la lucha activa en defensa de la Revolución y, particularmente en el caso de la población nómada, ya de origen español, ya de origen indígena, para asimilarlos a la vida productiva y regular, constituyendo con ellos la base del desarrollo futuro de la Provincia. (SALA DE TOURON; DE LA TORRE & RODRIGUEZ, 1967, p.51, 52).

Evidencia-se, que os autores articulam um conjunto argumentativo que assinala o passado colonial como embrião da pobreza no Uruguai, uma vez que, o mesmo priva o acesso dos camponeses pobres a terra. Nesta lógica é enquadrado Artigas, com sua política agrária que haveria de solucionar tal problema, distribuindo sortes de terras há todos que estivessem dispostos a cooperar com a revolução. Entretanto, com a derrota do movimento “*artiguista*”, os autores demonstram a impossibilidade da reforma agrária e analisam o processo posterior, com o confisco das sortes distribuídas e a consolidação de um sistema fundiário que continuava a impossibilitar o acesso a terra para a maior parte da população.



Compreende-se que, os autores reafirmam em seus textos, o latifúndio como o grande problema da nação, e deste modo, chamando a atenção para a necessidade de uma reforma agrária. Está última é legitimada na medida em que se evoca a figura de Artigas, o herói nacional, demonstrando que o mesmo esteve imensamente comprometido com tal questão, sendo derrotado por uma reação de forças conservadoras. Portanto constata-se, que a interpretação do trio não está permeada por um recorte nacionalista, como os já citados trabalhos de Bauzá e Devoto, contudo, o objetivo de sua análise expressa um compromisso para com o contexto político no qual estavam inseridos, o Uruguai dos anos 1960.

O *Reglamento Provisorio*: aprofundando o debate.

Como foi observado, o “*Reglamento Provisorio de la Provincia Oriental para el fomento de su campaña y seguridad de sus hacendados*” ocupou um importante papel na historiografia, tanto seus antecedentes, suas implicações no contexto em que fora desenvolvido, como os efeitos posteriores que o mesmo causou. Portanto, acreditamos que seja necessário entender o *Reglamento*, para além do mito fundacional e dos usos políticos dos anos 1960, pensando o mesmo em seu contexto, em 1815, quando Artigas encontrava-se no auge de sua proeminência política, expressada pelos participantes do Congresso de Oriente, inserindo-se, a construção do *Reglamento Provisorio* neste processo, um jogo político bastante complexo.

Guillermo Vázquez Franco (1988, p.16), assinala que o *Reglamento* não cria um novo regime, simplesmente reestabelece certos princípios do velho direito castelhano e da legislação de Índias, com alguma ligeira concessão as doutrinas mais modernas. Concordamos que a tradição jurídica espanhola fosse o cimento que alicerçava aquela sociedade, contudo, gostaríamos de olhar esta “ligeira concessão” às doutrinas modernas de outra forma.

Conforme Ana Frega (2011, p.183), é preciso não cair na discussão estéril da dicotomia entre as filiações “hispanistas” e “ilustradas”. Neste sentido, também recorreremos à Xavier Guerra (1992, p.23), assinalando que o processo de mutação de ideias ao longo do século XVIII, chamado comodamente de “modernidade” ou “ilustração”, propiciou o advento de uma nova legitimidade política no mundo espanhol, significando um peso indelével naquela sociedade.

A tradição jurídica espanhola representava uma base sólida, porém remexida pelo uso de novas ideias a partir de diferentes legitimidades, das quais diferentes grupos e sujeitos se valiam para conquistar seus objetivos. Ademais, é importante dizer que isso tudo foi plasmado pelas



peculiaridades do contexto americano, que diferente do europeu, produziu novos resultados a partir de diferentes significados e percepções.

No caso agrário, por exemplo, a emergência de novas identidades coincide com a emergência de velhos usos da terra (SECRETO, M. V. & FERRERAS, 2012). Não só o *Reglamento* se insere nesta lógica, bem como ele mesmo possibilita esta dinâmica complexa, onde a partir dele, diversos setores se articularam para defender seus interesses, muitas vezes distintos e antagônicos.

Para Guerra (1992, p.86) a revolução também é um processo de mutação cultural no âmbito das ideias, dos imaginários, dos valores, comportamentos, práticas políticas, bem como das próprias linguagens que a expressaram. Conforme o processo revolucionário vai se desenvolvendo, as palavras também vão adquirindo novos sentidos. A palavra nação, por exemplo, poderia expressar um sentido moderno, o conjunto da monarquia espanhola, como também podendo estar associada aos antigos reinos ou as províncias, dando sustentação para o fundamento de independência. Segundo Chiaramonte (1997), o sentido de “nação” na América estava despojado de conteúdos étnicos, e sim, vinculado a compromissos políticos.

O vocábulo independência foi outro que começou a ser fortemente empregado, principalmente na América. De acordo com Fradkin e Garavaglia (2009, p.213), tal palavra era expressa com o sentido de independência frente aos franceses de Napoleão que haviam ocupado a Espanha, estando as Índias Ocidentais (América) como o último bastião da independência espanhola. Este termo teria um peso significativo no imaginário político daquele então, adquirindo novos significados e atendendo novas necessidades ao longo do processo revolucionário. Não muito tempo depois, “independência” daria força aos movimentos autonomistas passando a representar a separação ante a própria Espanha.

Segundo Ana Frega (2011, p.105), a revolução, por definição, implicava no questionamento de todas as hierarquias até então vigentes. Ainda sim, também entende que a revolução e a guerra provocaram o surgimento de novas identidades e pertencimentos como resultados da experiência histórica, sem que isto supusesse a necessidade de conformar um Estado independente. Evocando o princípio de “*soberanía particular de los pueblos*”, Artigas aspirava à formação de uma Província Oriental autônoma. Isto implicava na reconfiguração das jurisdições já existentes, e disputadas, na época colonial. A singularidade de Artigas consistiu na radicalização dos princípios de soberania popular. Primeiro, entendia que o poder não residia



apenas nas Províncias e principais cidades do Vice-reinado, ele se estendia às vilas e povoados, bem como aos povos indígenas missioneiros.

Uma das grandes novidades da ilustração fora a invenção do indivíduo, tal fenômeno fora indelével nas fundamentações do movimento artiguista. Embora a representação não se desse pelo caráter individual, manifestando-se de formas coletivas, os indivíduos, membros de uma determinada comunidade, eram os agentes depositários da soberania. Assim, era possível que aqueles grupos, até então considerados como a gentilha, a “*chusma*”, poderiam agora exercer a soberania. Atingiu-se, portanto, os paisanos, gaúchos e indígenas. Deste modo, é cabível pensar o artiguismo como a etapa radical da revolução:

La “etapa radical” de la revolución sería aquella donde el control político estaba en manos de aquellos grupos que ponían el énfasis en cierto igualitarismo, tanto en lo referente a la participación del nuevo sujeto soberano en la toma de decisiones como en la puesta en discusión de los alcances del derecho de propiedad, convocando, canalizando o siendo, impulsados por los “más infelices”, como solía llamar el discurso artiguista a los grupos no privilegiados de la jerarquizada sociedad colonial. Es decir, la referencia a una etapa alude directamente a la cuestión de la correlación de fuerzas entre los diferentes proyectos y no al momento de la formulación del proyecto radical (FREGA, 2011, p.268).

O *Reglamento* foi uma peça chave da revolução radical, pois além da participação de novos grupos e sujeitos na reivindicação e exercício da soberania, também se colocou em discussão os alcances dos direitos de propriedade. Assim, aqueles conhecidos problemas do período colonial, como a disputa pelo controle de terras e rebanhos se ampliava e aprofundava (FREGA, 2008, p.152).

Neste sentido, esta reflexão nos ajuda a pensar para além do sentido teleológico da nação prefigurada, e sim, considerando as especificidades daquela experiência histórica. O panorama revolucionário reflete situações bastante complexas, pois além da mudança de legitimidade, conflitaram-se distintos usos, que interpretados de várias formas, atenderam diferentes pautas, grupos e interesses.

O primeiro artigo do *Reglamento* autorizava o *Alcalde Provincial* para: “*distribuir terrenos y velar sobre la tranquilidad del vecindario, siendo el Juez inmediato en todo el orden de la presente instrucción*” (REGLAMENTO PROVISORIO, 1815). Como se nota, o primeiro artigo explicita um dos principais objetivos do regulamento, distribuir terras, função delegada ao *Alcalde*, administrador do Cabildo. Segundo a análise de Vazquez Franco (1988, p.47), desde o século XVI, os Cabildos já se ocupavam do reparto de terras no novo mundo. Franco também reitera que a partir da



Recopilación de Indias em 1680, a posse da terra haveria de cumprir uma função social. O autor ainda adverte que o sistema jurídico estabelecido pela citada “*Recopilación de Indias*” estava baseado na concepção comunitária dos bens, “*jus utendi*”, sendo o pensamento privatista em relação a terra consolidado apenas no século XVIII (VAZQUEZ FRANCO, 1988, p.32).

Embora paradoxal, foi esta base jurídica, da recopilação das índias, que deu legitimidade para o desenvolvimento das ideias agraristas ilustradas nos setecentos, possibilitando seus desígnios tangentes à distribuição de terrenos e ocupação produtiva dos mesmos. Ou seja, juridicamente os planos ilustrados se legitimavam no “*jus utendi*”, através da enfiteuse¹, cedendo-se o domínio útil condicionado ao cumprimento de determinadas prerrogativas. Porém, eram usadas pautando-se pelas novas ideias do interesse individual, como em *Sierra Morena*² e no “*arreglo de los campos*”³.

Ao investigar o direito espanhol, Franco também tentou compreender a natureza jurídica na qual o *Reglamento* poderia se enquadrar. Para ele, o documento em análise se aproximaria de um “*Fuero*”. Assim, sinaliza que é difícil rastrear com precisão as origens da legislação foral, mas afirma que a mesma se consolida nos séculos XII e XIII. Esta seria um conjunto de leis ou disposições outorgadas aos “*pueblos*” pelos reis ou senhores, sendo privilégios ou preeminências legislativas em favor de um determinado setor social. O direito foral se caracterizaria pela indefinição das matérias que trata bem como da área que rege.

Afirma que o *Reglamento Provisório* não se comportou como uma legislação nacional rio-platense, sendo apenas local para aquela província, correspondendo a um momento histórico de debilidade política do poder central e fortalecimento dos poderes locais. Deste modo Vazquez Franco diz que é possível considerar o *Reglamento* como uma espécie de “*Fuero Oriental*” (VAZQUEZ FRANCO, 1988, p.31).

Independente de qualificá-lo como “*fuero*” ou não, os esforços de Franco são importantes para matizar o alicerce jurídico no qual o *Reglamento* se assenta. Todavia, este fator por si só não explica seu desenvolvimento, sendo salutar entendê-lo em seu contexto. Neste sentido, o autor

¹A enfiteuse consiste em um direito real que supõe a cessão temporal do domínio útil de um determinado imóvel, sob o pagamento anual de um “*cañon*”. Em alguns regimes jurídicos o contrato poderia ser perpétuo.

²A partir do “*Fuero de Población*” outorgado pelo Rei Carlos III foi determinada a formação de povoações em Sierra Morena na região da Andaluzia. Este documento, publicado em 5 de julho de 1767, foi elaborado pelo Conde de Campomanes com a colaboração de Pablo de Olavide. Este projeto pretendia fundar uma sociedade agrícola modelo que servisse de exemplo para o resto da Espanha e que garantisse a segurança e a ordem pública no caminho que unia Madrid, Córdoba e Sevilla, povoando assim, zonas praticamente desertas.

³Este foi um programa das autoridades reais para organizar e modernizar o panorama rural da Campanha da Montevideo no último quartel do século XVIII e primeiros anos do século XIX.



entende o documento também como um instrumento de organização, do qual Artigas se vale para superar o panorama de desolação deixado pela guerra (VAZQUEZ FRANCO, 1988, p.22). Embora expressando uma interpretação diferente da de Franco, como veremos mais adiante, os historiadores, Lucía Sala, Nelson de la Torre e Julio Rodriguez, também situam o caráter organizacional do Reglamento frente às mazelas da guerra:

De acuerdo a este denso fundamento, los objetivos perseguidos por Artigas se centraban en cuatro puntos: 1) proveer de fondos a la Provincia, en especial para sus necesidades de defensa; 2) facilitar la subsistencia de los soldados patriotas; 3) crear hábitos de trabajo y de producción en las masas desarraigadas y proclives al parasitismo heredado del período colonial de contrabando y corambre clandestinos; 4) mejorar las haciendas, mediante la selección elemental de los ganados (SALA DE TOURON, Lucía & DE LA TORRE, Nelson & RODRIGUEZ, Julio, 1978, p.167).

Como se nota, os dois últimos objetivos citados, de ordem produtiva, refletem as necessidades de organização do Estado para enfrentar a guerra e defender sua própria existência. As dificuldades militares e econômicas contextualizam a necessidade do desenvolvimento de uma ferramenta política que pudesse apresentar uma solução ao problema. Neste sentido, é importante recordar o próprio título do documento, um regulamento provisório destinado ao fomento da campanha e, portanto, a segurança de seus “*hacendados*”.

Como nos projetos ilustrados anteriores, a variável da segurança pública⁴ estava dinamicamente integrada com o fomento econômico. Em Sierra Morena, o estabelecimento das povoações e seu desenvolvimento produtivo proporcionaria segurança para os caminhos que ligavam Madrid a Andaluzia. No “*arreglo de los campos*”, a receita para defender a fronteira dos portugueses, contrabandistas e ladrões, era fortalecer o policiamento rural, bem como fundar povoados, assentando o homem na terra, os tornando mais virtuosos e livres de “*vícios*”.

Conforme a análise de Vazquez Franco (1988, p.139), os artigos 25 ao 29 do *Reglamento* expressam os interesses dos estancieros concernente a segurança da campanha. O artigo 25 trata da criação da força policial: “*Para estos fines como para desterrar a los vagabundos, aprehender malhechores y desertores, se le dará al señor Alcalde Provincial ocho ombres y un sargento y a cada Teniente de Provincia cuatro soldados y un cabo*” (REGLAMENTO PROVISORIO, 1815). Na mesma ótica se insere o artigo 27:

⁴ Ao longo do século XVIII, diversos expedientes elaborados pelas autoridades ilustradas da Coroa Espanhola postularam projetos fomento econômico onde se elencavam a complementaridade de fatores como o povoamento de áreas pouco ocupadas através do assentamento do homem a terra e a produção agrícola que fomentariam o comércio e a segurança pública, essenciais para o sucesso da economia e a “*felicidade pública*” do Reino.



Los destinados a esta comisión no tendrán otro ejercicio que distribuir terrenos y propender a su fomento, velar sobre la aprehensión de los Vagos remitiéndolos a este Cuartel General o al Gobierno de Montevideo para el servicio de las armas. En consecuencia, los hacendados darán papeletas as sus peones, y los que se hallaren sin este requisito y sin outro ejercicio que vagar, serán remitidos en la forma dicha (REGLAMENTO PROVISORIO, 1815).

Como se percebe estas medidas muito se assemelham àquelas dispostas pelos planos de “*arreglo de los campos*”, ordens às quais Artigas estava submetido, cumprindo seus deveres de Blandengue e servindo aos interesses dos “*hacendados*”.

Como expressa Ana Frega (2011, p.35), a própria criação do *Gremio de Hacendados* em 1792 reflete os conflitos em torno da propriedade, significando um clamor e afirmação dos direitos sobre a mesma. Assim, como se observou nos documentos referentes ao “*arreglo de los campos*”, os *hacendados* reclamaram sua segurança solicitando o policiamento e a perseguição dos vagos e “*maletretenidos*”.

Assim, o *Reglamento Provisorio* sintetiza a necessidade do Estado em assegurar o gozo dos direitos de propriedade de seus cidadãos. Neste mote, as reivindicações são as mesmas de antes, a diferença de então, era a mudança de legitimidade, pois a soberania garante dos direitos não residia mais no monarca, e sim no povo. Logo, a revolução aguça outro conflito de direitos relacionados a terras e animais, agora totalmente vinculados aos alcances da soberania popular, sendo esta reclamada por diferentes grupos, muitos dos quais até então nunca dispuseram de segurança para gozar de qualquer direito.

Isto não só reflete a etapa radical da revolução, assim como, de acordo com Frega (2008, p.154), explica o caráter “provisório” do Reglamento: “*dejaba expuesto el equilibrio inestable de fuerzas y advertía que su aplicación estaba estrechamente ligada al resultado de la presión que se ejerciera en cada lugar*”. Portanto, como destacou a equipe de Lucía Sala, o *Reglamento*, longe de terminar com os conflitos, culminou por “*agudizarlos*” (SALA DE TOURON, Lucía & DE LA TORRE, Nelson & RODRIGUEZ, Julio, 1978, p. 205). Assim, estes autores identificaram quem eram aqueles que possuíam a qualidade de “*hacendados*”, sendo apenas os que desfrutavam de uma estância de mais de 2700 quadras, na qual poderiam manter por média 1000 bovinos. Logo, Sala, Rodriguez e De La Torre, discutem aquilo que chamaram de traços “paradoxais” do regulamento de 1815:

A fines de 1815, pasados ya tres meses largos de la promulgación del Reglamento Provisorio, la situación de la campaña adquiría rasgos paradójicos. Más parecía que el Reglamento hubiera nacido para consolidar la propiedad de los latifundistas contrarrevolucionarios antes que para sostener los derechos de los paisanos pobres al usufructo de la tierra.(SALA DE TOURON, Lucía & DE LA TORRE, Nelson & RODRIGUEZ, Julio, 1978, p.229).



Para entender esta interpretação dos autores é preciso contemplar os posicionamentos historiográficos em torno do “protagonismo” de Artigas. No texto dos autores, Lucía Sala, Rodriguez e De La Torre (1979, p. 207), ressaltam a relação do *Jefe de los Orientales* com as classes populares do campo, entendendo que estas influenciaram a ação política de Artigas que “*confirmó más que nunca la altura de su sabiduría histórica y de su adhesión a las masas populares*”. Ressaltam também, a forte oposição por parte dos grandes estancieiros, que desde o Cabildo de Montevideo organizavam a defesa de seus interesses, se afastando do artiguismo na medida em que o mesmo se “radicalizava”. Isso explicaria por que, logo da invasão portuguesa, muito dos *hacendados* juraram lealdade aos lusos, pois então, aqueles poderiam lhes assegurar o gozo de seus direitos.

Neste âmbito, José Pedro Barrán caracterizou Artigas como “*conductor y conducido*”, onde não somente ele conduzira as massas, como elas mesmas também o guiaram, ressaltando o protagonismo popular no processo revolucionário (BARRÁN & NAHUM, 1964). Já Vazquez Franco (1988), imprimiu um sentido um pouco distinto na construção de seus textos. Dando ênfase à tradição jurídica espanhola e aos antecedentes do *reformismo borbónico*⁵, Franco ameniza o peso revolucionário e popular atribuído ao movimento artiguista, situando o *Reglamento* no plano ideológico, o qualificando como “extemporâneo” e “utópico”, ressaltando sua incapacidade de aplicação e sua ineficácia no desenvolvimento das forças produtivas (VAZQUEZ FRANCO, 1988, p.179).

Estas divergências interpretativas muito se relacionam com os artigos 6 e 12, pontos nevrálgicos do regulamento de 1815:

Por ahora el Sr. Alcalde Provincial y demás subalternos se dedicará a fomentar con brazos utiles la población de la campaña. Para ello revisará cada uno en sus respectivas jurisdicciones los terrenos disponibles y los sujetos dignos de esta gracia: com prevención que los más infelices serán los más privilegiados. En consecuencia los negros libres, los zambos de esta clase los índios y los criollos pobres, todos podrán ser agraciados con suertes de estancia si con su trabajo y hombría de bien propenden a su felicidad y a de la Provincia (REGLAMENTO PROVISORIO, 1815).

Tanto Franco quanto Lucía Sala fazem referência aos “*brazos utiles*” e ao “*trabajo y hombría de bien*”, como pontos de fomento produtivo presentes no artigo. Neste sentido gostaríamos de destacar os usos e significados das ideias agraristas presentes no *Reglamento*. Sala, De La Torre e

⁵ Segundo Fernando Camargo (2004, p.157), *reformismo borbónico* é a denominação genérica aplicada a uma série de medidas e posturas administrativas, não necessariamente conexas entre si, que objetivavam uma espécie de “modernização racional” da estrutura burocrática do Estado espanhol. No Rio da Prata, esse processo começa a ser mais incisivo em 1776, com a criação do *Vice-Reino del Río de la Plata*. Instalando esta instância burocrática na região, a coroa visava a reorganizar o sistema administrativo e fiscal com a finalidade de fortalecer a economia.



Rodriguez (1978, p.131), nos falam de que antes mesmo de elaborar o *Reglamento*, Artigas solicitava ao Cabildo que emitisse um Bando para que todos os *hacendados* ordenassem e povoassem suas estâncias, principalmente marcando os animais e evitando confusões, despojando de seus campos aqueles que não cumprissem o solicitado.

Isto reflete mais uma vez o panorama econômico da campanha e o lugar que a terra ocupava. Como foi observada nas discussões acerca do “*arreglo de los campos*”, a terra por si só não tinha valor, e sim o que se movimentava sobre ela. Assim, as ideias agraristas foram usadas nos planos *borbónicos* para cuidar e fomentar o crescimento da riqueza daqueles campos, o gado. Observa-se, portanto, que no *Reglamento*, aquelas ideias são usadas com os mesmos objetivos práticos.

Nesta esfera se localiza o artigo 23: “*También prohibirán todas las matanzas a los hacendados, si no acreditan ser ganados de su marca; de lo contrario serán descomisados los productos y mandados a disposición del Gobierno*” (REGLAMENTO PROVISORIO, 1815). A marca era o dispositivo de propriedade que ordenaria a exploração bovina, não só evitando as matanças desmedidas, assim como propiciando um melhor controle fiscal. A diferença de 1815 para 1795, no entanto, residia no fato de que o beneficiado não seria o Real Erário e sim o Governo Provincial.

Ainda sim se entende a ideia da busca pela “felicidade pública” e o “bem comum”, embora não fosse mais a riqueza dos súditos e por consequência a do Rei, era o desenvolvimento da riqueza dos cidadãos, logo de toda a nação soberana. Conforme nos mostra Gelman, nesta mesma lógica escreveu Pedro Andrés García, funcionário espanhol que aderiu o movimento revolucionário no Rio da Prata:

Si las poblaciones facilitan estas ventajas, el comercio adquiere por ellas muchas grados de velocidad en sus cambios, cuya repetición y utilidad refluyen también en los progresos de aquellos. La combinación de estos principios elementales de la felicidad pública, acercará el tiempo en que se vean ocupadas las tierras por tantos propietarios, cuanto ellas admitan. Entonces podrá alguno calcular el grado de poder del Estado? (GELMAN, 1997, p.84).

Neste sentido que as ideias de disciplina e fomento dos “braços úteis como a força do estado” se inserem na política de Artigas, como bem exemplifica uma correspondência do mesmo ao Cabildo: “*M. Ilustre Cavildo Gov.or, decía, debe conminarlos con la pena, de que sus terrenos serán depositados en brazos útiles, que con su labor fomenten la población, y con ella la prosperidade del Pais*” (SALA DE TOURON, Lucía & DE LA TORRE, Nelson & RODRIGUEZ, Julio, 1978).



Aprecia-se que o fomento da “*población*” está diretamente ligado com a diligência laboral, ou seja, é o assentamento do homem na terra que propicia seu disciplinamento moral, e, portanto a dinâmica de trabalho, logo, conquistando a prosperidade do País, a felicidade comum. Nesta mesma lógica de pensamento se inscreve o artigo 11:

Después de la posesión serán obligados los agraciados por el señor Alcalde Provincial o demás subalternos a formar um racnho y dos corrales en el termino preciso de dos meses, los que cumplidos, si se advierte la omisión se les reconvenirá para que lo efectuen en un mês mas el cual cumplido, si se advierte la misma negligencia, será aquel terreno donado a outro vecino más laborioso y benéfico a la provincia (REGLAMENTO PROVISORIO, 1815).

Se esta disposição recorre aos requisitos jurídicos da *Recopilación*, das prerrogativas condicionais para a distribuição e legitimação dos terrenos, também se pauta pelo sentido de ocupação produtiva da terra, fortemente consolidado pelos agraristas. Como se nota, é requisitado o caráter “*laborioso y benéfico*” dos ocupantes para a construção do bem comum.

Compreendem-se como as ideias agraristas são usadas no Reglamento no intento de solucionar os velhos problemas da campanha, da mesma forma que no Expediente de “*arreglo de los campos*”. A diferença, no entanto, reside na base em que tais medidas se legitimam, antes na soberania do monarca, e agora nos novos conceitos de soberania, forjando, portanto novos conflitos, com significados distintos, mas que não deixam de evocar as antigas querelas das disputas de direitos e recursos.

Um dos pontos do Reglamento que certamente recrudescer este quadro de conflitos, gerando também intenso debate historiográfico, fora o artigo 12: “*Los terrenos repartibles son todos aquellos de emigrados malos europeos y peores americanos que hasta la fecha no se hallen indultados por el Jefe de la Provincia para posser sus antiguas propiedades*” (REGLAMENTO PROVISORIO, 1815).

Alguns autores, como Sala de Tournon e sua equipe, interpretaram os artigos 6 e 12 destacando seu caráter popular e radical, onde os mais “infelizes” seriam os mais “privilegiados”. Já Franco continua reiterando a tradição espanhola, e Barrán e Nahum falam em “revolução e tradição”, pois embora a base fosse os antecedentes coloniais, Artigas inova criando um direito revolucionário.

Vazquez Franco reitera que o incentivo para “*poblar*”, presente no texto, era uma larga tradição indiana que ocupava lugar central na *Recopilación de Indias*, onde também o terceiro de melhor direito quase sempre se refere ao “ocupante de fato”. Também sinaliza que o termo “infeliz”, como despossuído, e “privilegiado”, como proprietário, já estavam presente nas



tratadísticas do XVIII, sendo a medida de distribuir terras aos infelizes um lugar comum entre os projetos *borbónicos* (VAZQUEZ FRANCO, 1978, p.57).

Conforme Franco, os índios, criollos pobres, negros livres e zambos entrariam na categoria de infeliz. Assinala que o *Reglamento* se refere aos índios como nas experiências coloniais anteriores, tentando integrá-los ao sistema produtivo (VAZQUEZ FRANCO, 1978, p.58). Tangente aos negros, o autor faz referência à prerrogativa de que os mesmos deveriam ser livres, destacando que Artigas não ataca o instituto da escravidão em si mesma (VAZQUEZ FRANCO, 1978, p.64). No que concerne aos “criollos pobres”, situa que primeiro criollo fazia referência aos americanos brancos filhos do país, em um sentido amplo, e o desígnio “pobre” teria o mesmo sentido de infeliz, despossuído. Afirmo que “pobres” refere-se a uma categoria econômica dentro da estrutura colonial conforme concebiam os grupos dirigentes (VAZQUEZ FRANCO, 1978, p.65).

Com respeito ao artigo 12, sinaliza que os terrenos confiscáveis seriam os de emigrados, não necessariamente de latifundiários. Seriam aqueles “*malos europeos*” ou “*peores americanos*” que haviam abandonado ou se oposto o movimento artiguista. Destaca que a confiscação assume uma forma elíptica, pois era preciso confiscar os terrenos para torná-los repartíveis. Assim a província exerceria soberania sobre as terras, tendo ou não direito de propriedade sobre elas, passariam a compor o patrimônio público (VAZQUEZ FRANCO, 1978, p. 93).

O autor descaracteriza certo sentido de “*originalidadé*” a esta medida de Artigas, exemplificando, por exemplo, que a confiscação por motivos políticos já fora observada em Felipe II, quando em 1568, os mouros sublevados perdem suas herdades em Granada (VAZQUEZ FRANCO, 1988, p.95). Também assinala os decretos de 8 e 13 Ventoso, inspirados por Saint Just ante a Assembleia Revolucionária Francesa: “*Si vosotros dais las tierras a todos los infelices (malbereux), si despojais a los infames (sclérérats), reconoceré que hábeis hecho una revolución*”. Afirmo que o *Reglamento Provisorio* nunca poderia alcançar proporções e consequências tão portentosas, e que a Artigas, possivelmente houvesse chegado uma débil, imprecisa e difusa influência daquelas doutrinas modernas. Nesta ótica Franco afirma que o *Reglamento* não cria uma magistratura revolucionária, aproveitando os mesmos órgãos do período colonial. Relembra também algumas disposições vistas no “*arreglo de los campos*”, dizendo que o texto aperfeiçoa a orientação política já manifestada até aquele então (VAZQUEZ FRANCO, 1988, p.144).

Em outra perspectiva operaram José Pedro Barrán e Benjamín Nahum (1964, p.113) trazendo a ideia da “*originalidad de la Revolución Oriental*”, caracterizada pelas “*multitudes campesinas*”



em oposição as “minorias ilustradas urbanas”, responsáveis pelo “golpe” de 25 de maio de 1810 em Buenos Aires. Neste interim, compreendem o *Reglamento Provisorio* na medida em que este retomava a tradição espanhola referente aos planos de “*arreglos de los campos*”, mas que por sua vez inovava, criando um verdadeiro direito revolucionário.

Os autores discorrem que para Artigas, o direito de propriedade aparecia vinculado a justiça revolucionária, era um prêmio dado aos valorosos gaúchos, índios e mestiços que haviam exposto suas vidas e *haciendas* na luta, sendo um castigo contra o mal europeu e o pior americano que tinham permanecido à margem ou aderido à contrarrevolução. Ainda destacam que este critério não poderia ter antecedentes coloniais por a revolução era um fato novo.

Sala de Touron, De La Torre e Rodriguez elucidaram os conflitos pelas terras e animais, os quais o *Reglamento* constituiu-se como um catalisador. Enfatizaram a oposição existente no bando patriota, de um lado os ricos estancieiros, articulados desde o Cabildo de Montevideo, e os setores populares apoiadores de Artigas com base no acampamento de Purificación:

Para el grupo de hacendados acomodados que se nucleaba alrededor del Cabildo, conciliador con el enemigo y temeroso del subido tono radical que adquiría el gobierno paralelo de Purificación, el problema de la campaña era ante todo un problema de policia. Para este grupo, el elemento desorganizador de la ganadería estaba constituido por el irrestrico poder de los comandantes militares que encabezaban o amparaban las depedraciones cometidas en todos los establecimientos(SALA DE TOURON, DE LA TORRE & RODRIGUEZ, 1978, p. 139).

Sinalizaram que para os grandes *hacendados*, as concessões de terras eram um mero usufruto até que a paz e a derrota final do artiguismo radical sancionassem a digestão da propriedade da terra em favor das classes dominantes *criollas*. De fevereiro de 1815 até setembro, da aprovação do Reglamento, os proprietários se articularam contra a “*miserable polilla de la campaña*”, dirigidos a preservar suas propriedades, sua qualidade de proprietário, ou seja, rendas nascidas desta condição (SALA DE TOURON, DE LA TORRE & RODRIGUEZ, 1978, p. 205).

Deste modo, os autores apontam que ao passo que a revolução radical começou a marchar com mais vigor, quando os infelizes citados no Reglamento começaram a exigir seus direitos e reivindicar seu acesso a terra, os proprietários sentindo a ameaça da perda de seus privilégios e recursos, começaram a articular-se em favor dos invasores portugueses, que poderiam assegurar-lhes sua condição:

La reiteración de esa puja a lo largo de los meses finales del año provocó un estado de consciencia muy claro en todos los paisanos orientales: el Cabildo



tomaba medidas en desconocimiento y en contradicción con las de Artigas; habían, sí, dos gobiernos paralelos, dos políticas, dos revoluciones. Los paisanos, por cuanto correspondía a sus intereses y confirmaba todo aquello por lo que habían luchado, decidieron afiliarse a una política y fortalecer un gobierno: el de Artigas. Tal fue entonces lo que atinaron a hacer los paisanos amenazados de Soriano, Rocha y otros pagos (SALA DE TOURON, DE LA TORRE & RODRIGUEZ, 1978, p 230).

Ao fim, os autores destacam que os paisanos pobres, os negros, os índios, os que haviam recebido terra de Artigas, ficaram órfãos de todo apoio, morrendo e sangrando na “gloriosa” campanha militar contra os invasores lusos.

Dentre as diversas nuances que compõem o Reglamenteo, Ana Frega (2011, p.271), analisa alguns princípios desenvolvidos por Thomas Paine, que consistia em um forte referencial para Jose Monterroso, secretário de Artigas. A autora aponta sobre a “*provisorialedad revolucionaria*”, pois segundo Paine isso possibilitaria o “*ejercicio del poder a su discreción*”, orientado mais pelas circunstâncias que pelos princípios, pois de outro modo ou estabelecimento da liberdade não seria possível. Frega também destaca seu radicalismo agrário:

Su radicalismo agrario, que seguramente hundía sus raíces en los movimientos de la revolución inglesa del siglo XVII, lo llevó a proponer una ley que llamó de justicia agraria, (Agrarian Justice) en contraposición a lo que sería una Ley Agraria (Agrarian Law). En ese proyecto partía del principio de que la tierra era propiedad común de la raza humana, y afirmaba que la pobreza había sido creada por lo que llamamos vida civilizada (FREGA, 2011, p.271).

Em um sentido mais amplo, os princípios de Paine nos ajudam a compreender o complexo panorama que matizou a revolução radical encabeçada por Artigas. Nesta órbita se insere aquilo que Frega chamou de equilíbrio instável de forças, onde a aplicação do Reglamenteo Provisório estava vinculada com a pressão exercida em cada lugar. Assim, a autora nos mostra complexidade interna do movimento “popular” que apoiava o artiguismo. As medidas tomadas sobre a situação dos escravos, por exemplo, foram pautadas por direitos e exigências contraditórias.

Referente aos indígenas, a união postulada pelo “*Sistema de los Pueblos Libres*” á posição dos guaranis missioneiros conjugava uma leitura idealiza do passado daqueles povos por uma postura paternalista frente ao “bom selvagem” e a apelação das virtudes de cidadão. Conforme Ana Frega (2008, p.170), o artiguismo proclamava a defesa dos antigos direitos dos “*naturales*”, associadas a certas medidas de “civilização”, que os transformassem em habitantes “*útiles*”. Contudo, essa relação despontou pontos de intrigas e conflitos. A mobilização destes povos com um próprio chefe indígena gerou temor e desconfiança entre os hispano-criollos.



De todo modo, a invasão portuguesa rompeu o equilíbrio de forças na Província Oriental e a derrota do artiguismo marcou um retrocesso nas posições alcançadas pelos “*infelices*”. Da mesma forma, o discurso da revolução radical, ao enfatizar a defesa da soberania dos povos e proclamar certa equalização social, havia deixado explícitas as condições de injustiça existentes (FREGA, 2008, p.174).

Por fim, entendemos a posição de Franco quando o mesmo diz que o Regulamento não cria uma “magistratura revolucionária”, ou seja, que não reflete um invento original, já que está alicerçado em uma larga tradição jurídica. Da mesma forma, ao demonstrarmos os usos das ideias agraristas no Regulamento, compreendemos que o mesmo recorria a uma orientação política já manifestada pelos intentos do reformismo borbónico.

Contudo, nos parece indispensável assinalar o peso da revolução. A leitura que fizemos quando Barrán e Nahum falam da originalidade oriental, e da criação de um direito revolucionário, nos remete à mudança de legitimidade que ressignificava aquela experiência histórica caracterizando a mesma como uma revolução. Portanto, foram as distintas percepções do processo revolucionário, como as diferentes noções de soberanias e seus alcances que pautaram e legitimaram o uso daquelas ideias e ferramentas jurídicas.

Artigas não foi um intelectual ilustrado como Belgrano por exemplo. Como notamos o “*Jefe de los Orientales*” não nos deixou nenhum raciocínio elaborado sobre agricultura e melhor aproveitamento da terra, evocando os supostos filosóficos da fisiocracia ou os métodos inovadores de Rozier ou Monceau. Como evidenciamos, José de Artigas foi um homem prático da campanha que balizado por sua experiência e especificidade de seu contexto fez uso das ideias agraristas que lhes eram plausíveis na construção de um instrumento que pudesse resolver os problemas dos quais estava à frente.

Possivelmente Artigas não compusera este documento sozinho, tendo a cooperação de seus companheiros mais próximos, como por exemplo, a de seu secretário, frei José de Monterroso. A mesma questão pode ser feita em relação às *Instrucciones del Año XIII*⁶, onde, conforme a discussão de Lauro Bidinoto (2015, p.149), alguns biógrafos do religioso Dámaso Antonio Larrañaga, também muito próximo a Artigas, afirmam que haveria sido Larrañaga o

⁶ Em abril de 1813 reuniu-se a Assembleia Geral Constituinte, reunindo todas as províncias e encabeçada politicamente pelo governo de Buenos Aires. Artigas, que havia abandonado o sítio, fora declarado traidor, e os deputados orientais por ele enviados à assembleia foram rechaçados. Os deputados enviados por Artigas ao congresso receberam vinte instruções imbuídas de diversas reivindicações políticas a serem pleiteadas junto às Províncias Unidas. Estas diretrizes ficaram conhecida como as “*Instrucciones del Año XIII*”.



responsável por escrever tais instruções. Embora não possamos comprovar estas hipóteses, isto só evidencia que devemos pensar as políticas de Artigas como um produto singular de um contexto plural, sendo possível pensar a ideia do *Reglamento* como oriundo de um processo de construção coletiva.

Palavras Finais

Ao longo do texto analisamos o peso indelével da constituição de um imaginário histórico em torno da figura de José de Artigas e de suas políticas agrárias na sociedade uruguaia. Neste sentido, discutimos como alguns trabalhos historiográficos acerca do *Reglamento Provisorio* de Artigas foram motivados pelo contexto político dos anos 1960, e, ao sinalizarem o latifúndio como um dos principais problemas do país, funcionaram como um argumento de autoridade na luta por uma possível reforma agrária.

Em seguida debatemos a historiografia sobre o *Reglamento Provisorio* e o processo revolucionário para além do mito fundacional. Assim, podemos concluir que, a conhecida tradição, bem como as novas ideias, agraristas e ilustradas, formaram um amálgama e geraram um novo produto ao longo do processo revolucionário, refletindo no *Reglamento*, a complexidade e a pluralidade nas quais o movimento artiguista estava plasmado. Neste sentido, não só a figura de Artigas e o movimento encabeçado por ele, bem como o *Reglamento Provisorio* em si, que além de ser um fruto específico de diversos matizes, também proporcionou distintas interpretações e usos por distintos grupos e pessoas, não só no momento que surgiu, em 1815, como ao longo dos anos até os dias de hoje, seja na cultura popular, na tradição acadêmica e historiográfica, ou nos âmbitos político ideológicos, econômico e social.

Referências bibliográficas:

BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. **Bases económicas de la Revolución artiguista**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1964.

_____. **Historia de la sensibilidad en el Uruguay, tomo 2: El disciplinamiento (1860-1920)**, Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental – Facultad de Humanidades y Ciencias, 1990.

BAUZÁ, Francisco. **Historia de la Dominación Española en el Uruguay**. Tomo I. Montevideo: Estudios Clasicos Uruguayos, 1965.

BIDINOTO, Lauro Manzoní. **Dámaso Antonio Larrañaga: a biografia de um cura em tempos de independência no Prata**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2015.



CAMARGO, Fernando. **O Reformismo Bourbônico no Prata (1776/1801)**. In: Anais da XXIV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Curitiba: SBPH, 2004.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)**. Buenos Aires: Ariel, 1997.

FRADKIN, Raúl Osvaldo & GARAVAGLIA, Juan Carlos. **La Argentina Colonial: El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

FREGA, Ana. **Los “infelices” y el carácter popular de la revolución artiguista**. In: FRADKIN, Raúl Osvaldo. *Y el Pueblo donde está?* Buenos Aires: Prometeo, 2008.

_____. **Pueblos y soberanía en la revolución artiguista: La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011

FUÃO, Juez José Rodrigues. **A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas**. Tese (doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, RS, 2009.

GELMAN, Jorge. **Un funcionario en busca del Estado: Pedro Andrés García y la cuestión agraria bonaerense. 1810-1822**. Quilmes: UNQ, 1997.

GUERRA, Xavier. **Modernidad e Independencias**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

MORAES, Maria Inés. **La historiografía de Pivel Devoto sobre el agro colonial en la Banda Oriental: Un estudio de raíces coloniales de la Revolución Oriental de 1811**. IN: Boletín de Historia Económica-Año II-Nº3. Montevideo: Asociación Uruguaya de Historia Económica, 2004.

REGLAMENTO PROVISORIO de la Provincia Oriental. **Para el fomento de su campaña y seguridad de sus hacendados - 1815**. Disponible em < www.artigas.org.uy >. Último acceso em 29/07/2018.

PADRÓS, Enrique Serra. **A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional**. In: Wasserman, Cláudia; GUAZZELLI, Cezar Augusto Barcellos (Org.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2005.

PIVEL DEVOTO, Juan. **Raíces coloniales de la revolución oriental de 1811**. Montevideo: Editorial Medina, 1957.

SALA DE TOURON, Lucía, & DE LA TORRE, Nelson & RODRIGUEZ, Julio C. **Artigas: tierra y revolución**. Montevideo: Arca, 1967.

_____. **Artigas y su Revolución Agrária 1811-1820**. Mexico: Siglo XXI, 1978.

_____. **Estructura Economico-Social de la Colonia**. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1967.

SANSÓN, Tomás. **La construcción de la nacionalidad oriental**. Estudios de historiografía colonial: Francisco Bauzá, Pablo Blanco Acevedo, Juan Pivel Devoto, Lucía Sala, Julio Rodríguez, Nelson de la Torre. Montevideo: Universidad de la Republica. FHCE. Departamento de Publicaciones, 2006.



SECRETO, M. V.; FERRERAS N. **Os pobres e a Política**. História e Movimentos Sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

SOLER, Leticia. **La Historiografía Uruguaya Contemporánea**: Aproximación a su estudio. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1993.

TERAN, Florencia Fajardo; GADEA, Juan Alberto. **Influencia de Felix de Azara en el Pensamiento Artiguista**. Montevideo: Junta Departamental de Montevideo, 1967.

VÁZQUEZ FRANCO, Guillermo. **Tierra y Derecho en la Rebelión Oriental**. Montevideo: Proyección, 1988.

WINTER, Murilo Dias. **“Un Periódico que no hable de política al presente, es lo mismo que un um fusil sin cañón”**: Imprensa periódica e a construção da Identidade Oriental (Província Cisplatina -1821-1828). Dissertação (mestrado). Universidade de Passo Fundo – UPF, Passo Fundo, RS, 2014.



A Estela Poética de Tutmés III: divinização do faraó ou interdependência?

The Poetical Stelae of Thutmose III: pharaoh divinization or interdependency?

Rafael dos Santos Pires

Mestrando em História

Universidade de São Paulo

rafael.pires.sp94@gmail.com

Recebido em: 14/08/2018

Aprovado em: 15/09/2018

Resumo: O presente artigo tem por interesse analisar um duplo aspecto presente em uma das fontes textuais egípcias, nomeadamente a *Estela Poética de Tutmés III*, construída durante a fase inicial do Reino Novo (1550-1069 a.C.). Ao mesmo tempo em que ela pode ser fonte da sustentada divinização do faraó, serve também para que os templos e seus sacerdotes conquistem um espaço de discurso e demonstrem seu poder. Através dessa abordagem, cuja ênfase está principalmente em uma Análise Crítica do Discurso, acreditamos ser possível debruçarmo-nos na questão da interdependência entre as diversas instituições e grupos que formam o Estado egípcio e, assim, desmistificar a figura do faraó enquanto monarca divino cujo poder é absoluto. Figura essa que tem servido como um dos exemplos para justificativa de governos centralizados, inclusive na contemporaneidade.

Palavras-chave: Reino Novo, Divinização, Interdependência.

Abstract: This article has interest on the analysis on adual feature that is present in an Egyptian textual sources, namely *The Poetical Stela of Tutmés III*, built during the early phase of New Kingdom (1550-1069 BC). At the same timethat it can be a source, which supports the pharaoh divinization, it serves for the temples and their priests to conquer a space for speech and demonstrate their power. Through this approach, whose emphasis is mainly in a Critical Analysis of Speech, we believe that it is possible to focus in the question of interdependency between the multiple institutions and groups that form the Egyptian state and, therefore, to demystify the pharaoh figure as a divine monarch whose power is absolute. Such figure has served as an example to justify centralized governments, including in the contemporaneity.

Keywords: New Kingdom, Divinization, Interdependency.

Introdução

A representação do faraó enquanto governante absoluto é amplamente difundida. Desde o início da Egíptologia, a figura do rei egípcio tem sido utilizada para a análise assim como para a criação da mítica em torno de tal forma de poder. Boa parte dessa concepção se deve ao que François Simiand denominou de “ídolo individual” (2003, p. 112); isto é, deixou-se de lado por



muito tempo pesquisas “de uma instituição, de um fenômeno social, de uma relação a ser estabelecida” em favor “de trabalhos em torno de um homem” (SIMIAND, 2003, p. 112). Significa dizer que essa forma de pensamento baseada no ídolo individual coloca muitas vezes um único indivíduo enquanto a principal força motriz de um determinado movimento ou contexto histórico, o descolando de uma realidade política e social mais ampla. No caso da Egíptologia, o qual nos interessa mais de perto, tal perspectiva acaba por deixar muitas vezes de lado as relações sociopolíticas nas quais o monarca encontra-se apoiado – e, ao mesmo tempo, preso – e sublinhas suas vontades e características pessoais como as principais responsáveis pelo movimento da história do Egito Antigo, deixando subentendido uma passividade por parte dos outros elementos da sociedade.

Essa forma de conceber a história do Egito antigo está atrelada ao contexto intelectual e político do século XIX, no qual a disciplina egíptológica foi concebida. De acordo com Baczko, há nesse momento uma tendência das ciências em tentar separar aquilo que se acredita enquanto “real” daquilo que se interpreta enquanto “imaginário”, procurando desmistificar as abordagens científicas (1985, p. 297). Contudo, quando se busca tal abordagem, associada ao movimento positivista, dotam-se os conteúdos das fontes oficiais – isto é, documentos produzidos pelo Estado – que se referem ao domínio absolutista do monarca enquanto verdades por si mesmas, principalmente no que diz respeito a uma análise do poder. Além disso, tal abordagem falha ao deixar de perceber que o imaginário é parte fundamental na estruturação desse poder (BACZKO, 1985, p. 297).

Paralelamente, no momento em que a figura faraônica é analisada nas fontes oficiais como componente de um governo “real”, baseado no exercício de uma monarquia absolutista, o perfil da Egíptologia estava atrelado ao contexto de determinadas ideologias presentes nos Estados-nacionais dos séculos XIX e XX. Desse modo,

[...] o mito do Egito eterno encontra seu correlativo econômico na descrição de uma utopia agrária conservadora, uma ordem social ideal que, na profana e decadente Europa da virada do século XIX, não poderia deixar de seduzir aqueles que sonhavam em uma alternativa autoritária para o liberalismo (sem falar do socialismo e do anarquismo) e que buscavam no Antigo Egito um precedente e um paraíso perdido. Nessa visão, o poder dos faraós tinha um certo sabor bismarckiano, uma vez que sua autoridade inquestionável não poderia simplesmente ser reduzida a algum tipo de “despotismo oriental” (MORENO GARCÍA, 2009, p. 189-190, tradução nossa).

Dessa forma, ao observar a sociedade egípcia a partir de certa análise não crítica do discurso, constrói-se um horizonte político no qual a corrupção, que marcaria a sociedade moderna para os adeptos desse mito do Egito eterno – isto é, um Egito cujas estruturas



sociopolíticas não se alteram, sendo sempre uma espécie de paraíso perpétuo –, estaria longe de ser uma realidade na sociedade faraônica, dada a concentração do poder nas mãos de governantes paternos que comandavam uma população submissa, garantindo o suprimento das necessidades dessa última (MORENO GARCÍA, 2014, p. 52).

Nos dias atuais, a política egípcia sofre com os impactos dessa concepção de poder. De acordo com Langer, a elite governamental contemporânea utiliza-se desses discursos para reafirmar a imposição de um governo autocrático, paternalista e com forte presença militar (2017, p. 189; 194). Desse modo, percebem-se as implicações reais que os imaginários políticos podem ter. Tal afirmação pode ser transferida também para os casos voltados à Antiguidade.

Nossa intenção com esse artigo é revisitar, a partir da análise da *Estela Poética de Tutmés III*, alguns dos elementos que permearam – e muitas vezes ainda permeiam – a criação da figura mítica do faraó, e fazer uma revisão crítica da sociedade egípcia construída na Egiptologia a partir da análise tradicional do discurso presente nas fontes, buscando demonstrar as relações de interdependência que permeiam as interações das camadas sociais mais elevadas.

Contextualização: o período da formação imperial

Evidentemente, o tipo de fonte que predominantemente sobreviveu ao tempo exerce grande influência no modo como se pensa o Antigo Egito. Observemos, um trecho da *Estela Poética de Tutmés III*, datada da fase inicial do Reino Novo (1550-1069 a.C.):

Eu [Amon] lhe darei domínio e vitória sobre todas as terras estrangeiras.
Estabelecerei o teu poder e o temor de ti em todas as nações,
E o temor de ti se estenderá aos quatro pilares do céu.
Eu aumentarei a admiração por ti em toda a carne
E estenderei teu majestoso grito de batalha ao longo dos Nove Arcos.
Os nobres de todas as terras estrangeiras estarão unidos em teu punho
Pois eu mesmo estenderei meus braços para amarrá-los para ti (Estela Poética de Tutmés III, In. SIMPSON, 2003, p. 352, tradução nossa).

Nessa fonte, produzida durante governo de Tutmés III (1479-1425 a.C.), monarca da XVIII Dinastia, pode-se perceber o estabelecimento do faraó enquanto governante universal e como um poderoso guerreiro através da vontade de seu pai, Amon, deus da cidade de Tebas. O poder do monarca egípcio seria, então, suficiente para manter todas as elites, inclusive as estrangeiras, submetidas a seu domínio. Contudo, para se compreender o motivo de tal discurso é preciso debruçar-se, para além da análise do próprio texto da fonte, a um contexto mais amplo, levando em consideração também o local onde essa estela foi fixada.



No que diz respeito ao contexto, o reinado de Tutmés III é marcado por constantes campanhas militares rumo à região do Levante, o que acaba por fazer com que o território egípcio atinja a sua máxima dimensão, estendendo-se desde a quarta catarata do Nilo até o norte da Síria (REDFORD, 1992, p. 160). Tal movimento expansionista coloca o Egito em constante conexão com outros povos, pois, a partir do início do Reino Novo, a lógica de guerra se altera: deixa-se de fazer *razzias* (FRIZZO, 2016, p. 260)– incursões rápidas com foco sobre saques e pilhagens – e passa-se a adotar uma postura de ocupação administrativa efetiva dos territórios dominados (FRIZZO, 2016, p. 260, 269). As estelas como a *Poética de Tutmés III* aqui citada, cumprem o propósito de darem embasamento ideológico e religioso para que tal movimento aconteça.

Mas uma pergunta ainda permanece: por que o Egito sentiu a necessidade de alterar sua lógica de expansão nesse momento? Dois elementos são fundamentais nessa compreensão. Em primeiro lugar, deve-se ter em mente que a XVIII Dinastia foi a responsável por reorganizar uma estrutura de poder capaz de reunificar o Egito.

Durante esse último período mencionado, os antigos domínios do Egito encontravam-se divididos em três regiões geopolíticas caracterizadas pelos seguintes agrupamentos: 1) os hicsos, povo proveniente da Palestina¹ (SPALINGER, 2005, p. 1) governavam o Delta Oriental; 2) o governo egípcio, que se acredita herdeiro dos faraós anteriores, concentrava-se no Alto Egito; e 3) os kushitas governavam a região da Núbia (FLAMMINI, 2011-12, p. 64-65). A relação entre esses territórios era pautada tanto por aspectos políticos, sociais, ideológicos e econômicos quanto por disputas pelo território egípcio como um todo (FLAMMINI, 2011-12, p. 64-65). Esse período de fragmentação política na região, chamado de Segundo Período Intermediário (1650-155 a.C.), foi, então, sucedido pela reorganização através da XVIII Dinastia.

Afim de buscar estabelecer uma monarquia nos moldes de centralização dos períodos anteriores, a Casa Real Tebana se viu obrigada a desenvolver uma guerra em duas frentes, uma na região norte egípcia e na Ásia, e outra na Núbia. Tal processo imperialista tem seu início durante o reinado de Ahmés, fundador da XVIII Dinastia. Ele ascende ao trono depois da morte de seu pai, Seqenenre Tao II, e de seu irmão, Kamés, ambos membros da XVII Dinastia e que foram provavelmente mortos durante batalhas contra os hicsos (BUZBY, 2002, p. 1). Fato é que o reinado de Ahmés é bem-sucedido na reconquista do Baixo Egito por um lado, capturando a

¹A estela de Kamés (1555-1550 a.C.) (K2) os atribui a Retjenu, em Canaã.



capital hicsa, Aváris, e na dominação de uma parte da Núbia que estava sob controle kushita por outro.

Para além desse movimento inicial do Reino Novo fundado durante a administração de Ahmés, no que se refere ao governo de Tutmés III mais especificamente, a guerra está vinculada a um movimento de legitimação. Antes de assumir o trono enquanto faraó solo, Tutmés III passou por outras duas fases: a corregência com Hatshepsut, sua tia-madrasta, devido à sua menoridade, e o governo solo da mesma, que inclusive passa a portar as insígnias faraônicas (O'CONNOR, 2006, p. 21-22).

As expedições militares durante o governo de Hatshepsut foram de grande importância para Tutmés III. Ele próprio liderou duas campanhas que ocorreram no fim do período corregencial, possivelmente na região do Levante (O'CONNOR, 2006, p. 27-28), “indicando que seu status era alto o suficiente para dar acesso a um poder militar significativo sem pôr em perigo Hatshepsut” (O'CONNOR, 2006, p. 26, tradução nossa). Contudo, embora não houvesse ameaça para Hatshepsut no emprego de seu sobrinho-enteado enquanto líder de tropas, tal processo, para além de dotar o futuro monarca de experiência no campo de batalha, desencadeia um contato do futuro rei com as camadas militares, o que possibilita uma maior abertura de relação entre Coroa e uma elite voltada à guerra. Tal relação já estava se fortalecendo desde o início da XVIII Dinastia, com Ahmés, estimulada a partir de iniciativas bélicas.

Após a morte de Hatshepsut, Tutmés III vê-se finalmente livre da sombra a qual foi relegado, sendo o primeiro desafio de seu governo solo conter uma rebelião de cidades-Estados sírio-palestinas a partir do apoio de Kadesh (SPALINGER, 2005, p. 83-84). De acordo com Warburton, embora essa expedição punitiva possa ter sido usada como pretexto para o início de um processo de expansão e conquista, fato é que “ele [Tutmés III] estava realmente transformando o grande jogo das políticas internacionais” (2001, p.51, tradução nossa). O Egito, a partir desse tom militar que marca o governo desse rei como um todo – configurando o segundo fundamento do movimento expansionista –, aprofundava agora a presença geopolítica na Ásia e o estabelecimento de relações com as potências asiáticas do Antigo Oriente Próximo; elementos que, cabe ressaltar, já se mostravam em desenvolvimento desde Ahmés em sua luta para conter possíveis novos avanços dessa região sobre as terras egípcias, mas que tiveram o seu primeiro auge com Tutmés I, que atingiu com suas campanhas militares áreas próximas ao Eufrates (WARBURTON, 2001, p. 183).



Esses dois elementos – a reunificação do Egito a partir da expulsão dos hicsos, a conquista de parte da Núbia após a vitória sobre os kushitas e as constantes campanhas de Tutmés III – criam no Egito do início do Reino Novo uma política voltada à guerra e ao contato com outros povos, seja a partir da dominação, seja a partir da diplomacia. A lógica ideológica, política e administrativa é alterada: mais do que realizar saques e pilhagens e ver o Egito enquanto a Terra da ordem frente ao mundo caótico, o objetivo agora é se apoderar e administrar as regiões submetidas e a colocarem sob tal ordem. Esse modo de pensar pode ser visto, por exemplo, na capela de Rekhmira, vizir do governo de Tutmés III:

Chegada em paz dos chefes de Keftiu² e das ilhas do meio do mar, prostrando-se e inclinando a cabeça, devido aos poderes de sua majestade, o rei do Egito, Menkheperre – que se conceda vida para sempre! –. Ao ouvir sobre suas vitórias em todas as terras estrangeiras, seus produtos estão sobre suas costas e solicitam que se lhes conceda o alento da vida para estar sobre a água de sua majestade³, para conseguir que seus poderes os protejam (Tumba de Rekhmira, In. GALÁN, 2002, p. 143, tradução nossa).

Nesse trecho, mais uma vez, o que se percebe é a figura do faraó como detentora do poder não unicamente sobre o Egito, mas sobre outras partes do mundo. Além disso, e o que é mais importante para a criação do mito, é a sujeição, sem contestação, por parte da comitiva estrangeira com relação a essa dominação. Mais ainda, eles pedem o “alento da vida” ao monarca egípcio, o que significaria reconhecer de fato a força suprema desse indivíduo, inclusive sobre questões como de vida e morte comerciais.

Dessa forma, podemos concluir que, no que diz respeito ao processo de reconquista e reunificação, após o período de dominação estrangeira no Delta Oriental, o governo reunificado egípcio observa a necessidade de se criar linhas defensivas – mas que serão também ofensivas –, principalmente na região de fronteira com a Ásia – de onde vieram os hicsos. Essa guerra de reconquista teve, conforme afirma Frizzo, um duplo caráter: ela era tanto defensiva quanto identitária⁴ (2010, p. 38-39). Contudo, percebe-se ao longo do processo as vantagens de se

² Provavelmente região referente ao Chipre ou à Creta.

³ De acordo com Galán, a expressão “estar sobre as águas de sua majestade” refere-se ao estabelecimento de laços de lealdade, facilitando a criação de vínculos comerciais (Galán, 2002, p. 143).

⁴ Frizzo, em sua tese de doutorado, cita a existência de uma interpretação tradicional que atribui à guerra contra os hicsos um caráter nacionalista e xenofóbico e que tal conflito, tendo como duas de suas bases o trauma de uma invasão e o medo de que isso possa ocorrer novamente, acabou por desembocar na dominação imperial (2016, p. 263). Tal perspectiva pode ser vista, por exemplo em Spalinger, o qual afirma que a guerra contra os hicsos possibilitou o surgimento de um fervor nacionalista responsável por favorecer um maior desenvolvimento da esfera militar na sociedade egípcia (2005, p. 73-74). Contudo, acreditamos que a identidade egípcia é algo mais fluido, baseada na adoção de aspectos culturais e ideológicos por parte dos estrangeiros, como, por exemplo, a ideia de o Egito ser o centro da ordem cósmica frente ao caos. Nessa lógica, seria papel dos egípcios recuperarem seus domínios das mãos do caos (hicsos) invasor e expandir tal ordem para o restante da Terra. Dessa forma, poderiam ser considerados egípcios aqueles indivíduos que lutassem em favor dessa ordem cósmica. De acordo com Allen, “a



dominar as regiões asiáticas da Síria-Palestina. A partir das cidades portuárias, por exemplo, Tutmés III e seus sucessores eram capazes de conter qualquer rebelião no Alto Retjenu⁵ que poderia ser ajudada pelo reino de Mitanni (SPALINGER, 2005, p. 136). Para além disso, há as vantagens políticas e econômicas de tal investida: ao mesmo tempo em que demonstrava a força do governo egípcio a seus inimigos estrangeiros e internos, abria-se a possibilidade de ganhos econômicos tanto por parte da elite que participou das conquistas quanto por parte das instituições que lhe davam suporte.

Dado esse contexto mais amplo, o qual demonstra a relevância do caráter guerreiro da fase inicial da XVIII Dinastia, principalmente no que se refere à legitimidade de Tutmés III, passemos agora para uma análise sobre outro ponto bastante significativo a fim de se compreender o processo, isto é, o contexto espacial da *Estela Poética de Tutmés III* durante o período faraônico. De acordo com Simpson, tal estela foi erigida no templo tebano de Karnak, dedicado a Amon, a fim de celebrar as vitórias conquistadas pelo faraó em questão (2003, p. 351). Deve-se ter em mente que tal templo é fundamental na estruturação das dinastias provenientes de Tebas, incluindo, evidentemente a XVIII Dinastia. Ele era tido como o “Coração da Casa de Amon” (HARING, 2013, p. 609).

Contudo, sua grandeza não se deu imediatamente a partir de sua construção. Durante o Reino Médio (2055-1650 a.C.), por exemplo, esse templo foi uma espécie de templo provincial, “abrigo um deus da fertilidade igualmente provincial” (HARING, 2013, p. 617, tradução nossa). A partir do momento em que a XII Dinastia (1985-1773 a.C.), de proveniência tebana, assume o governo egípcio, riquezas começam a afluir para essa região e para o templo em questão. Além do mais, a partir desse momento, começam a ocorrer relações econômicas entre Karnak e os templos mortuários circundantes (HARING, 2013, p. 617). Isso possibilita ver que o crescimento do poder de Karnak, ao menos em um primeiro momento, estava diretamente ligado ao desenvolvimento de um poder real tebano.

Os faraós, além de realizarem oferendas – sendo essas, muitas vezes, recursos de valor votivo e econômico –, também o reformavam e se representavam nas paredes e no entorno desse

natureza aberta da sociedade egípcia poderia incluir [...] imigrantes com tanto que eles oferecessem fidelidade ao faraó e se tornassem membros úteis da sociedade” (2014, p. 40-41, tradução nossa). Sendo assim, a questão identitária que envolve esse conflito estaria ligada mais à adoção de uma visão que colocaria as estruturas sociopolíticas e ideológicas egípcias defendidas por Tebas enquanto superiores do que meramente a um conflito entre diferentes “nações” ou “nacionalismos” da Antiguidade.

⁵ De acordo com Spalinger, embora os termos referente ao território asiático sejam inespecíficos, é provável que o termo Alto Retjenu tenha sido usado para designar a região montanhosa de Eretz Israel, ou seja, Terra de Israel (2005, p. 131).



templo, buscando se identificar com a divindade ali representada e, assim, legitimizar seu governo. Durante o Reino Novo tal movimento não foi diferente, como se pode perceber pela própria *Estela Poética*, lá fixada. Deve-se ter em mente também que o crescimento de um poder político – Coroa – e religioso – Karnak – significava também o crescimento da própria cidade de Tebas, favorecendo seu desenvolvimento, de tal modo que a pressão que desencadeia a notável evolução do templo da região extrapola aquela exercida unicamente pelos sacerdotes. Embora o foco desse artigo esteja sobre as relações entre Coroa e sacerdotes, é importante sublinhar que a elite tebana como um todo se beneficiava – e atuava – da evolução socioeconômica do templo, o qual servia como um dos símbolos de poder e que, portanto, influenciava na relação dessa região com as demais.

Quando nos voltamos para o plano da escrita, podemos perceber que, a partir do trecho utilizado acima, a estela está escrita envolvendo o discurso de Amon em primeira pessoa e em tons marcadamente proféticos. Embora no plano prático ela tenha sido construída após os eventos nela narrados, no plano ideológico simboliza que cada conquista do monarca egípcio está cumprindo os desígnios da divindade. Mais do que isso, prova que Amon endossa as atitudes tomadas pelo governo desse indivíduo, uma vez que o continua favorecendo.

Cabe ter em mente que, de acordo com essa estela, pode-se afirmar que a relação entre Amon e o faraó se dava através de uma relação entre pai e filho:

Assim fala Amun-Re, Senhor dos Tronos das Duas Terras:

Venha a mim e regozija-te com a visão da minha beleza

Meu filho, meu defensor, Menkheperre, que viva para a eternidade.

Eu vou brilhar através do amor por ti

Meu coração / alegrava-se com a tua entrada alegre no meu templo.

Minhas mãos devem dotar tua pessoa com proteção e vida,

Pois o teu conforto é extremamente agradável para o meu peito. (*Estela Poética de Tutmés III*, In. SIMPSON, 2003, p. 352, tradução nossa).

O que se nota, então, é o estabelecimento de uma divinização do faraó através de sua filiação a Amon. Contudo, não significa a elevação do monarca ao mesmo patamar que os demais deuses. A relação de parentesco aqui estabelecida significa também uma hierarquização. Hierarquização essa que está presente também na iconografia presente na parte superior da estela (imagem 1): nela, Tutmés III aparece em tamanho menor do que Amon e está executando o movimento de entregar oferendas a essa divindade, assim como parece fazer a deusa presente na representação. Tanto o faraó quanto a outra divindade presente direcionam seu olhar para Amon,



a principal figura da imagem. Essa iconografia é fundamental para que as pessoas iletradas – que compõem a maior parte dessa sociedade – também entendam a mensagem central que deve ser passada: a relação harmônica – e hierarquizada – entre o monarca egípcio e a principal divindade do panteão do período.

Conforme nos alerta Morris, não se deve esquecer o duplo aspecto que envolve o indivíduo que ocupa o cargo de monarca egípcio, isto é, embora apresente elementos de divindade no corpo político, esse era organizado a partir de um corpo humano e, portanto, mortal e falível (2010, p. 201). Essa diferença de aspecto aparece na escrita hieroglífica: quando se referiam “ao indivíduo a quem ocorreu ter esse poder divino” (ALLEN, 2014, p. 39, tradução nossa), os egípcios utilizavam o termo *Hm*, traduzido por nós como “Majestade”, mas que, em realidade significaria algo próximo de “encarnação”, uma vez que em tal indivíduo encontra-se encarnado o poder da monarquia (ALLEN, 2014, p. 39). Quando o objetivo é se referir ao aspecto – ou melhor, ao poder – divino do rei, por sua vez, utilizava-se o termo *nswt*, o qual é traduzido como “Rei”: “É o *nswt*, por exemplo, que emite decretos, aponta oficiais e representa o Egito diante dos deuses” (ALLEN, 2014, p. 39, tradução nossa). E é esse último aspecto – o referido como *nswt* – que se encontra representado nessa estela de Tutmés III.

A partir tanto do contexto quanto do local onde a estela foi fixada, tem-se então que estamos nos referindo a uma fonte que tem por objetivo estabelecer a ideologia através da qual o Egito mantém relações com povos estrangeiros e que, ao mesmo tempo, se constitui como parte fundamental da legitimidade da monarquia faraônica e dos avanços territoriais realizados sob seu comando. Tendo em vista o duplo fundamento do processo de reunificação, no período de Tutmés III *conquista e legitimidade* são termos correlatos.

Desse modo, ao analisarmos a *Estela Poética de Tutmés III* somente a partir do texto enquanto significado fechado, levando em consideração o templo como meramente a casa do pai divino do faraó e tendo por base o *ídolo individual*, encontramos na figura faraônica a representação clássica de um soberano divinizado – ou ao menos semidivinizado –, o qual não reconhece limites ao seu poder e que tende ao estabelecimento de um governo universal.

O faraó egípcio, então, poderia entrar na classificação dos déspotas tal como proposta por filósofos políticos, como Montesquieu em *O Espírito das Leis*, no qual o pensador afirma que “num governo despótico é necessário o *temor*. Nesse governo a virtude é absolutamente desnecessária e a honra seria perigosa” (2004, p. 68). Em tal estela o amor é dedicado ao rei por parte da divindade, enquanto para o resto da humanidade estão reservados o temor e a



submissão, além do castigo – isto é, massacre – para os rebeldes. Projeta-se, com essa perspectiva, uma espécie de pirâmide social, na qual o faraó ocuparia um topo incontestado sobre uma população – incluindo a elite – submissa:

No Egito havia também formas alternativas e agências – o sacerdócio, os oficiais, o exército, os escribas, os fazendeiros, assim como numerosas tradições gerando antigos e novos textos, antigos e novos conceitos, experiências e inferências – mas estas eram apenas operativas abaixo do nível supremo, o qual permaneceu impermeável à reflexão crítica (ASSMAN, 2002, p. 16, tradução nossa).

É justamente contra essa forma de pensamento, o qual relega a um segundo plano as agências de outras camadas sociais e a elevação de um indivíduo enquanto um mito capaz de exercer poder completo de acordo com sua vontade, sem haver qualquer brecha para contestação, que estamos buscando nos opor.

Reconhecimento das interdependências: entre divindades e atores sociais

Por muito tempo se tem interpretado esse tipo de visão absoluta do poder egípcio a partir de um debate sobre os aspectos da divinização do monarca. Silverman, por exemplo, ao analisar os pedidos, recebimentos e agradecimentos de vitórias a Amon, enfatiza a relação de dependência do faraó para com os deuses (SILVERMAN, 1995, p. 69). Para além disso, esse autor aponta também que nos registros do Reino Novo há a caracterização do faraó enquanto uma figura super-humana, o que estaria relacionado ao próprio aumento da deificação do governante (SILVERMAN, 1995, p. 69). Porém, essa perspectiva, ao focar na figura faraônica, ao mesmo tempo em que pode levar a uma mitificação do governo egípcio enquanto dependente da figura do monarca em sua prática, desconsidera as relações sociais que estão em jogo.

Para avançar nas análises sobre as estelas, é crucial o entendimento das palavras enquanto sistemas que não possuem significados fechados. Uma palavra pode conter em si diversos elementos, como, por exemplo, a capacidade de expressar textualmente metáforas. Conforme afirma Tilley, não se deve pensar a utilização de metáforas enquanto algo voltado à esfera do imaginário ou da mera ficção; ela faz parte de um conjunto de ferramentas fundamentais no entendimento do mundo e mesmo na criação de novas informações, interpretações e significados (1999, p. 4, 14-16). Além disso, ter o entendimento das metáforas significa tanto realizar conexões entre indivíduos e grupos quanto deter autoridade no meio social onde elas se desenvolvem, sendo essa ferramenta linguística “utilizada como veículo de poder no sentido de



dominação e controle social” (TILLEY, 1999, p. 9, tradução nossa). Desse modo, ser capaz de identificar a polissemia das palavras – ou das imagens – significa estar inserido nas relações de poder.

Assmann também chamará atenção para esse fenômeno afirmando que as relações humanas são desenvolvidas a partir de teias formadas em comunidade, criando significado e influenciando as ações, experiências e recordações dos indivíduos envolvidos: “sem esses horizontes organizados, a atividade humana seria impensável” (ASSMANN, 2002, p. 5-6, tradução nossa). Estamos falando de um sistema que só funciona a partir de uma interação entre cognição individual e cognição social (VAN DIJK, 2015, p. 116-117), as quais “influenciam a interação e o discurso dos membros individuais, enquanto que as ‘representações sociais’ compartilhadas governam as ações coletivas de um grupo” (VAN DIJK, 2015, p. 116-117). Há uma relação triangular envolvendo discurso-cognição-sociedade (VAN DIJK, 2015, p. 25). Assim, implica em dizer que diferentes grupos da sociedade perceberão eventos e discursos de formas diferentes.

Mas como essa perspectiva pode servir para analisarmos a *Estela Poética de Tutmés III*? Em primeiro lugar, ela nos faz pensar sobre o significado do termo “Amon” colocado no texto. Esse nome pode se referir, ao menos, a três elementos principais: à própria divindade, à cidade de Tebas – de onde o deus provém – e aos sacerdotes desse deus. A primeira, que aparece a uma primeira vista como a mais evidente, e a segunda hipóteses já foram mencionadas no tópico sobre contextualização. Para os efeitos dessa pesquisa, me deterei mais especificamente na análise da terceira hipótese.

De acordo com essa estela, pode-se perceber que é Amon quem garante a força necessária ao monarca para que os processos de conquista e dominação possam ocorrer. Embora o aspecto religioso não possa ser descartado, há algo também referente à administração estatal durante essa fase inicial do Reino Novo.

Assim como as propriedades reais, os templos recrutavam a mão de obra necessária para o desenvolvimento da atividade militar (GNIRS, 2013, p. 667). Há durante esse período uma íntima ligação entre templos e serviços militares; os oficiais de recrutamento, por exemplo, para além de fazer a seleção de soldados, eram também responsáveis pela administração dos serviços sacerdotais mais baixos e por outros trabalhos desempenhados pelos templos (GNIRS, 2013, p. 659).



Além de sua relação com a esfera militar, os templos egípcios eram um importante receptáculo de territórios e mão de obra escrava, conforme se pode observar na inscrição presente no Sétimo Pílo de Karnak também datado do governo de Tutmés III:

Minha Majestade trouxe as esposas dos chefes que estavam [com ele] e todas suas crianças. E Minha Majestade deve essas mulheres [e (9) as crianças para a casa de trabalho de meu pai Amon...] e seus trabalhos [foram utilizados] para o templo de Amon. Além disso, Minha Majestade autorizou [... três cidades para meu pai Amon, 'nomeadamente'. Nugas era o nome de uma, Yeno'am o nome da outra, e Harenkar] o nome da última. Seus trabalhos eram atribuídos ao templo de meu pai Amon, como uma taxa todo ano. Então Minha Majestade pegou essas esposas dos condenados de Kadesh como butim (10) [...para] meu pai Amon, com uma taxa de trabalho no decorrer de 'cada' ano" (Revelações do Sétimo Pílo, In. REDOFRD, 2003, p. 121, tradução nossa).

Ao receber determinados elementos pela Coroa, através dos butins de guerra, Karnak não só tem seu prestígio aumentado, mas também sua obrigação e seu elo para com as esferas administrativas do Egito. Receber taxaões de cidades estrangeiras significa receber também determinadas obrigações administrativas.

Esse acúmulo de funções por parte dos templos não se encontra unicamente com relação a regiões fora do Egito. Os templos se mostraram uma importante instituição na administração das terras agrícolas, sendo dotados de técnicas especializadas de produção. Eles eram capazes de gerar lucro tanto para si, mediante, por exemplo, o pagamento de taxa por parte dos cultivadores que trabalhavam em suas terras, quanto para o Estado como um todo, mediante o arranjo de expressivo contingente de súditos para lavrar a terra de diversas organizações sob controle egípcio (KATARY, 2013, p. 745-746, 770). Não se deve deixar de ter em mente que as instituições, tanto religiosas quanto seculares, do período, de acordo com Katary, não possuíam o controle total da terra que estavam sob seu domínio, sendo todas uma forma de concessão real, não sendo os templos exceção à regra (2013, p. 725). Contudo, não significa dizer que o faraó agisse de forma irracional ou totalmente de acordo com a sua vontade: conforme dito acima, os templos eram o órgão com a maior capacidade de organização produtiva; retirar a terra deles consistiria, assim, em algo delicado, uma vez que isso poderia corresponder a uma queda sensível de produção e rendimento.

É necessário ressaltar, para uma maior compreensão desse sistema de circulação de terras, que as doações concedidas a partir da Coroa cumpriam diversos objetivos, os quais ultrapassavam a mera recompensa e o aumento do prestígio do indivíduo ou instituição que as recebia. Para além de proporcionar o sustento das partes envolvidas, as terras funcionavam, por exemplo, como uma espécie de estabelecimento de uma relação de clientela, criando uma linha de



interdependências com benefícios para doadores e receptores (MORENO GARCÍA, 2013a, p. 1-2). Quando aplicamos esse modelo à relação entre o templo e a Coroa, conforme observado anteriormente, o que se percebe é um movimento dessa última em transferir para uma unidade mais especializada no trabalho agrícola terras cultiváveis. Esse processo, ao mesmo tempo em que gera um rendimento de aproveitamento maior, faz com que os sacerdotes estejam mais inclinados a legitimar os planos da Coroa através de seu aparato religioso.

A partir desses elementos, pode-se perceber que de fato Amon era capaz de fornecer os materiais necessários tanto no plano cósmico quanto no plano terreno para que as campanhas militares fossem realizadas e cumprissem seu papel de dominação das terras estrangeiras. Em suma, ao construir uma esfera de prestígio em torno da divindade de Tebas, os faraós fundadores do Reino Novo, assim como os da XII Dinastia do Reino Médio, abriram caminho para uma via de mão dupla; ou seja, ao mesmo tempo em que eles eram responsáveis pela criação e manutenção do destaque, ou melhor, da importância do templo de Karnak dedicado a Amon, criaram um ambiente social no qual sua legitimidade passava pelo crivo dessa instituição templária. Isso significa que a filiação do faraó a Amon não se refere unicamente a uma relação entre pai e filho, mas também entre rei e seu legitimador.

Não se trata, evidentemente, de substituir um elemento de poder absoluto por outro. É importante destacar que, dentro dessa perspectiva, se pode sublinhar um movimento ambíguo: Coroa e templo apresentam “uma relação cooperativa mas também competitiva para guiar o barco do Estado” (KATARY, 2013, p. 783, tradução nossa). Mesmo sendo uma estrutura mega-econômica agrícola, os templos não estavam livres de determinados limites políticos (KATARY, 2013, p. 783). Ou seja, do mesmo modo que o templo podia estabelecer limites à Coroa, parece que essa também era capaz de restringir as zonas de poder do templo em nome de uma estabilidade política e cósmica, uma vez que a harmonia e o equilíbrio eram fundamentais para a ideologia egípcia.

Essa lógica faz com que nas fontes oficiais as interdependências, tensões e os conflitos não apareçam ou surjam de forma disfarçada. A interdependência pode aparecer, por exemplo, através da invocação de harmonia:

Tu erigiste meu templo como uma estrutura duradoura para a eternidade
Mais e mais do que anteriormente,
E teu grande portal (é chamado) "Menkheperre/celebra a beleza de Amun-Re."
Os teus monumentos são maiores do que os de qualquer governante que já existiu;



Eu ordenei que tu os construísse e estou contente com eles.

Eu te estabelecerei no trono de Hórus de milhões de anos,

E tu governarás os vivos para sempre. (Estela Poética de Tutmés III, In. SIMPSON, 2003, p. 355, tradução nossa).

Pode-se perceber nesse fragmento a relação entre o favorecimento do faraó com o cumprimento de alguns deveres para com a divindade. O monarca vê-se, então, atado a uma relação hierárquica na qual ele não ocupa o topo. Não é a Coroa que se faz enquanto instituição que pode exercer o governo legitimamente; ela é dependente do aval de Amon. A harmonia aqui se encontra, então, a partir da construção dos monumentos que celebram a divindade e que fazem com que essa estabilize a monarquia egípcia. E quanto mais esses monumentos eram acrescidos de prestígio maior era também o valor social daqueles encarregados da administração e dos cultos desses locais. Essa fase inicial da XVIII Dinastia significou um aumento considerável do poder dos sacerdotes de Amon. De acordo com Katary, o aumento do lucro por parte dos templos “permitia a eles que dessem ordens” (2013, p. 782-783, tradução nossa). Ordens essas, evidentemente, conforme ressaltado anteriormente, limitadas por uma lógica de Estado que valoriza a estabilidade da relação entre as instituições.

Dessa forma, ao contrário do que afirma Haring (2013, p. 612-613), os registros monumentais também deixam transparecer as relações de interdependência; as localidades, as palavras escolhidas para designar os cenários ou os eventos, buscam estabelecer um ambiente harmônico. Contudo, essa harmonia só pode ser alcançada quando ao menos dois elementos estão em relação.

No caso da *Estela Poética de Tutmés III*, o que está em conexão é o templo de Karnak e a Coroa. A opção por fixar uma estela sobre guerra e conquista em um templo demonstra a relação entre a atividade militar e a atividade religiosa e ideológica exercida pelos sacerdotes. De acordo com Buzby, nesse momento da história egípcia, a classe sacerdotal via o desenvolvimento do imperialismo egípcio com bons olhos, uma vez que boa parte dos saques e dos butins, conectados ao processo de expansão e manutenção do Império, eram destinados aos templos: “foi nesse constante estado de guerra que os sacerdotes prosperaram e quaisquer faraós pacíficos eram vistos como uma anormalidade” (2002, p. 3, tradução nossa). Percebe-se a formação de um sistema que se retroalimenta: na medida em que as guerras ocorriam criava-se a necessidade de haver uma legitimidade por parte dos templos, sendo que tal movimento só viria desses últimos conforme o fluxo de riquezas para seus cofres aumentasse, o que exigiria a prática da conquista e dominação.



As interdependências, em uma estrutura administrativa que não é tão bem delimitada como na contemporaneidade, podem mostrar-se mesmo quando aparentemente só um indivíduo ou grupo social está sendo referido diretamente, uma vez que ele pode estar conectado, por exemplo, tanto ao setor militar quanto ao setor religioso – como parece ser o caso do próprio faraó na *Estela Poética*. Desse modo, conforme nos alerta Moreno García, embora tradicionalmente a administração faraônica seja retratada como possuindo uma ótima administração e atividades muito bem delimitadas, tudo isso marcado pela sua presença massiva, fato é que, assim como os outros Estados pré-capitalistas em geral, o Egito era caracterizado por redes informais de influência, facções, corrupção, favoritismo e patronato (2013b, p. 88-89). Tais elementos eram tão fortes e presentes na política egípcia que acabavam por “simultaneamente completar, contrabalancear e ameaçar a autoridade do poder central” (MORENO GARCÍA, 2013b, p. 88-89, tradução nossa).

Através dessa concepção, pode-se destacar que a Coroa, mais do que uma família peculiar, apartada do resto da sociedade, era formada a partir de uma das poderosas famílias da elite, o que implica que ela estava relacionada com os meios socioculturais dessa camada da sociedade (KÓTHAY, 2013, p. 482-483). As fontes do final do Primeiro Período Intermediário (2160-2055 a.C.) e do Reino Médio afirmam ser esperado do rei o cumprimento das habilidades e princípios estabelecidos para esse grupo (KÓTHAY, 2013, p. 482-483). Para além disso, alguns filhos da elite que não apresentavam sangue real estudavam juntamente com os herdeiros do rei, esperando-se, desse modo, criar um sentimento de comunidade entre o rei e as camadas mais altas e, assim, assegurar que as futuras gerações desses grupos apresentassem cabedal suficiente para ingressar e manter a engrenagem do maquinário administrativo funcionando (KÓTHAY, 2013, p. 482-483).

Todos esses elementos levantados fazem com que as relações sociais no interior da estrutura egípcia faraônica não funcionem enquanto uma pirâmide social, ao menos no que se refere às camadas mais elevadas. Seguindo a linha de Cruz-Uribe, acreditamos que o sistema de esfera de influência é capaz de abordar a política egípcia de uma forma mais dinâmica (1994, p. 48) e, assim, mais proveitosa, dando aos atores sociais um maior peso na forma como a administração governamental egípcia funciona, retirando essa última do âmbito do indivíduo ou somente da Coroa.

Dessa forma, acreditamos ser possível observar na *Estela Poética de Tutmés III*, fixada no templo de Karnak, um aspecto religioso assim como político, sem que um elemento



necessariamente tenha preponderância ou elimine o outro. Somente uma análise que compreenda a inseparabilidade da perspectiva política na composição das estelas dos monarcas egípcios, mesmo daquelas cujo caráter religioso é o primeiro elemento que salta à vista, a qual dota-a de um certo tipo de racionalidade e de diplomacia governamental, é capaz de desvendar a estrutura de poder egípcio.

Conclusão

A análise proposta por Tilley (1999), nos ajuda a perceber as ferramentas textuais que operam nessa estela, capazes de transmitir um discurso religioso que legitima as campanhas militares e o monarca, assim como um discurso político de interdependências entre instituições presentes na administração do Estado egípcio do período. Discurso esse que não será percebido do mesmo modo por todos os atores sociais. Para cada camada social, determinada perspectiva aparecerá como principal ou como a única presente. De acordo com a proposta de Análise Crítica do Discurso de Van Dijk (2015), temos que cada percepção dependerá do contexto daquele que recebe a informação. Além disso, a informação será filtrada através da capacidade do indivíduo de estar a par das possíveis polissemias das palavras empregadas na composição do discurso.

Acreditamos que tal abordagem é crucial na desmitificação de governos centralizados como sinônimos de governo estáveis, em constante harmonia, nos quais as limitações políticas, como corrupção, redes de clientelas etc., estão fora de pauta. Embora possa não aparecer de maneira direta e explícita, fato é que a busca pelo equilíbrio de tensões está bastante presente nesse tipo de governo. Dialeticamente, quanto mais se realiza uma busca pela centralização, mais esse poder deve ser distribuído para as forças capazes de legitimá-lo e sustentá-lo tanto na parte teórico-ideológica quanto na parte prática, criando então uma rede de conexões e interdependências que extrapola em muito a ideia inicial do absolutismo.

Pode-se perceber, desse modo, que, no interior dos discursos os quais, durante muito tempo, foram tratados como referentes a um indivíduo divinizado, capaz de agir por sua vontade, à revelia de outras instituições e grupos sociais, existem referências a relações sociais, incluindo jogos de poder entre camadas que ocupavam a parte mais elevada da sociedade.

Desse modo, a partir da *Estela poética de Tutmés III* observa-se que, para além da mera figura divinizada do faraó, capaz de esmagar quaisquer possíveis poderes locais e aberturas para o surgimento de alianças, tensões e conflitos no interior da sociedade egípcia, as fontes, mesmo aquelas oficiais, são capazes de nos fornecer dados sobre o funcionamento do Estado egípcio,



seja no que diz respeito à parte ideológica, seja no que diz respeito à parte estrutural do governo, sempre pondo à luz, mesmo que involuntariamente, as influências e os limites de poder dos atores sociais envolvidos.

Imagem 1: “Parte iconográfica da Estela Poética de Tutmés III”



A Estela poética de Tutmés III, reinado de Tutmés III (1479-1425 a.C.), XVIII Dinastia. Retirada de HAWASS, Zahi & AL-SADDIK, Wafaa, “The Poetical Stele of Thutmose III”, In. **Egyptian Museum Newsletter**, issue 7, jan-abr, 2010, p. 9.

Fontes

GALÁN, José M., “El visir Rekhmira”, In. **El Imperio egipcio. Inscripciones**, ca. 1550-1300, Barcelona: Trotta, 2002, p. 142-146.

HAWASS, Zahi & AL-SADDIK, Wafaa, “The Poetical Stele of Thutmose III”, In. **Egyptian Museum Newsletter**, issue 7, jan-abr, 2010, p. 8-9.

REDFORD, Donald B., “The Seventh Pylon Reveals”, In. **The Wars in Syria Palestine of Thutmose III**, Leiden: Brill, 2003, p. 119-127.

SIMPSON, William Kelly, “The Poetical Stela of Thutmose III”, In. **The Literature of Ancient Egypt**, New Haven: Yale University Press, 2003, p. 351-355.

Referências bibliográficas



- ALLEN, James, P., **Middle Egyptian: An Introduction to the Language and Culture of Hieroglyphs**, Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- ASSMAN, Jan, **The mind of Egypt: history and meaning in the time of the Pharaohs**, Nova York: Metropolitan Books, 2002.
- BACZKO, Bronislaw, “**A imaginação social**”, In. LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.
- BUZBY, Russell, “Imperialism in Early New Kingdom Egypt”, In. **Kaleidoscope eyes**: Sidney, Outubro, 2002, p. 1-18.
- CRUZ-URIBE, Eugene, “A Model for the Political Structure of Ancient Egypt”, In. **Studies in Ancient Oriental Civilization**, n. 55, The Oriental Institute of the University of Chicago: Chicago, 1994, p. 45-53.
- FLAMMINI, Roxana Disputed “Rulership in Upper Egypt - Reconsidering the Second Stela of Kamose (K2)”, In. **JSSEA**, vol. 38, 2011-12, p. 55-75.
- FRIZZO, Fábio “De Kamés a Amenhotep I. A Fundação das bases do Império egípcio do Bronze tardio (1541-1493 a.C.)”, In. **R. Mest. História**: Vassouras, v. 12 n. 1, jan./jun., 2010, p. 25-40.
- FRIZZO, Fábio, **Estado, Império e Exploração no Egito do Reino Novo**, tese de doutorado, Niterói: UFF, 2016.
- GNIRS, Andrea M., “Coping with the army: the military and the state in the New Kingdom”, In. MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.), **Ancient Egyptian Administration**, Leiden: Brill, 2013, p. 639-707.
- HARING, Ben, “The Rising Power of the House of Amun in the New Kingdom”, In. MORENO GARCÍA, Juan Carlos (org.), **Ancient Egyptian Administration**, Leiden: Brill, 2013, p. 607-637.
- KATARY, Sally L. D., “The Administration of Institutional Agriculture in the New Kingdom”, In. **Ancient Egyptian Administration**, Leiden: Brill, 2013, p. 719-783.
- KÓTHAY, Katalin Anna, “Categorization, Classification, and Social Reality: Administrative control and interaction with the population”, In. **Ancient Egyptian Administration**, Leiden: Brill, 2013, p. 479-520.
- LANGER, Christian, “The Informal Colonialism of Egyptology - From the French Expedition to the Security State”, In. WOONS, Marc & WEIER, Sebastian, **Critical Epistemologies of Global Politics**, Bristol: E-International Relations Publishing, 2017, p. 182-202.
- MONTESQUIEU, **Do Espírito das Leis**, trad. Edson Bini, Bauru: EDIPRO, 2004.
- MORENO GARCÍA, Juan Carlos, “From Dracula to Rostovtzeff or the misadventures of economic history in early Egyptology”, In. FITZENREITER, Martin (ed.), **Das Ereignis—Geschichtsschreibung zwischen Vorfall und Befund** (IBAES, 10), London, 2009, p. 175-198.
- MORENO GARCÍA, Juan Carlos, “Land Donations”, In. FROOD, Elizabeth, WENDRICH, Willeke (eds.), **Encyclopedia of Egyptology**, UCLA: Los Angeles, 2013a, p. 1-11.
- MORENO GARCÍA, Juan, “The Cursed Discipline? The Peculiarities of Egyptology at the Turn of the Twenty-First Century”, In. CARRUTHERS, W. (org.), **Histories of Egyptology: Interdisciplinary Measures**, London, 2014, p. 50-63.



MORENO GARCÍA, Juan Carlos, “Limits of pharaonic administration - patronage, informal authorities, 'invisible' elites and mobile populations”, in. BÁRTA, Miroslav & KÜLLMER, Hella (orgs), **Diachronic Trends in Ancient Egyptian History**. Studies to the memory of Eva Pardey, Charles University in Prague: Prague, 2013b, p. 88-101.

MORRIS, Ellen, “The Pharaoh and Pharaonic Office”, In. LLOYD, Alan B., A **Companion to Ancient Egypt**, vol. 1, Oxford: Willey-Blackwell, 2010, p. 201-217.

O’CONNOR, David, “Thutmose III: An Enigmatic Pharaoh”, In. CLINE, Eric H.; O’CONNOR, David (Orgs.). **Thutmose III: A New Biography**. Ann Arbor: The Michigan University Press, 2006, p. 1-38.

REDFORD, Donald B., **Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times**, Princeton: Princeton University Press, 1992.

SILVERMAN, David, “The nature of Egyptian kingship”, In. O’CONNOR, David & SILVERMAN, David, **Ancient Egyptian Kingship**, Leiden; Nova York; Köln: Brill, 1995, p. 49-92.

SIMIAND, François, **Métodohistórico e ciência social**, Bauru: Edusc, 2003.

SPALINGER, Anthony, **War in Ancient Egypt: The New Kingdom**, Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

TILLEY, Christopher, **Metaphor and Material Culture**, Oxford: Blackwell Publishers Inc., 1999.

VANDIJK, Teun A., **Discurso e poder**, 2 ed., 2ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2015.

WARBURTON, David, **Egypt and the Near East: Politics in the Bronze Age**, Recherches et Publications, Neuchâtel – Paris, 2001.



A teoria “anarco”capitalista segundo artigos publicados no *site* do Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) e a noção “libertária” de anarquismo¹

The “anarcho”capitalist theory from the articles published at the Ludwig von Mises Brazil Institute’s *site* and the “libertarian” notion of anarchism

Raphael Almeida Dal Pai

Mestrado em História
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
raphael.adp@gmail.com

Recebido em: 11/07/2018

Aprovado em: 17/09/2018

Resumo: o presente artigo busca apresentar a teoria “anarco”capitalista com base em artigos publicados pelo Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) e sua(s) interpretação(ões) sobre anarquismo. Para tanto, parte-se dos textos reunidos no *link* denominado “Seção anarcocapitalismo”, no *site* do IMB. Grosso modo, os autoproclamados “libertários” defendem um ideal de sociedade no qual todas as relações humanas sejam reguladas pelo “livre mercado”. Pressupondo uma idílica sociedade sem Estado, a teoria “anarco”capitalista consistiria em uma organização social em que as “forças do mercado” se desenvolveriam sem nenhuma amarra. Portanto, procura-se evidenciar que o uso do termo “anarco”, bem como o de “libertário”, não passa de uma falácia; uma vez que o pensamento anarquista é essencialmente anticapitalista. Destarte, o principal expoente do “anarco”capitalismo, Murray Rothbard, não relaciona o uso da palavra “libertário” com a tradição anarquista.

Palavras-chave: Anarquismo, Anarcocapitalismo, Instituto Ludwig von Mises Brasil.

Abstract: the present article seeks to present the “anarcho”-capitalist theory from the articles published by the Ludwig von Mises Institute Brazil and its interpretation(s) on anarchism. To do so, the analysis lays on the texts gathered in the link denominated “Seção anarcocapitalismo” in the site of the IMB. Roughly speaking, the self-proclaimed “libertarians” advocate an ideal of society where all human relations are regulated by the “free market.” Assuming an idyllic stateless society, the “anarcho”-capitalist theory, would consist of a social organization where “market forces” would unfold without any tie. Therefore, it is tried to evidence that the use of the term “anarcho”, as well as “libertarian”, is nothing but a fallacy; once anarchist thinking is essentially anti-capitalist. Thus, the leading exponent of “anarcho”-capitalism, Murray Rothbard, does not relate the use of the word “libertarian” to the anarchist tradition.

¹ Este artigo dialoga com a dissertação de mestrado do autor, defendida em 2017 na UNIOESTE. DAL PAI, Rapahel Almeida. *Instituto Ludwig Von Mises Brasil: os arautores do anarcocapitalismo*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017.



Keywords: Anarchism, Anarcho-capitalism, Ludwig von Mises Brazil Institute.

Introdução

Surgido em 2007, no contexto de crise financeira iniciada nos EUA, o Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) tem como referência os intelectuais da chamada Escola Austríaca de Economia (EAE), procurando apresentar como alternativa, ante o crescimento das contradições inerentes ao capital, um projeto de sociedade no qual todas as dimensões das relações sociais sejam reguladas pelo livre mercado. Caracterizando esse projeto de “anarco”capitalismo, o IMB visa formar quadros entre a sociedade civil e somar forças com outros *think tanks*², fora e dentro do Brasil, para a promoção de seu ideal tido como “libertário”.

Para a efetivação de seus objetivos, os intelectuais e membros do IMB reivindicam para si a tradição da Escola Austríaca de Economia, dando ao “anarco”capitalismo um tom de cientificidade e infalibilidade ora ancorados na “sólida” tradição dessa escola, ora apresentando a perspectiva “libertária” e suas soluções para os mais variados problemas do sistema capitalista.

Nesse sentido, o IMB procura apresentar o capitalismo como única alternativa, apregoando que o mesmo nunca foi implementado de forma plena, pura, ideal e completa devido à subversão de sua natureza, fruto da ação e da existência do Estado, tido como uma empresa monopolista e regulamentadora das relações sociais.

No texto que segue, busca-se analisar a teoria “anarco”capitalista partindo-se das publicações no *site* do IMB. Como forma de facilitar a localização dos artigos relevantes, utilizou-se o *link* disponibilizado pelo próprio Instituto, denominado “Seção anarcocapitalismo”, no qual estão reunidas as publicações que membros do IMB julgam mais relevantes para a compreensão do tema.

O “anarco”capitalismo segundo seus arautos

No artigo *O que significa ser um anarcocapitalista?*, Stephan Kinsella³ inicia escrevendo que para ser um anarquista não seria necessário acreditar na viabilidade do anarquismo ou mesmo segui-lo como ideal “utópico”:

² Em linhas gerais, é possível definir os *think tanks* como aparelhos privados de hegemonia que atuam como criadores e disseminadores de opinião sobre interesses públicos. De acordo com Moraes (2015) “eles existem para modelar as condições de possibilidade e de visibilidade das políticas. Para construir, nas mentes e nos corações dos indivíduos, aquilo que devem considerar crível e factível. Portanto, seu objetivo “é definir o quadro em que se formam as percepções da realidade, de modo a induzir as “escolhas” e “preferências” (MORAES, 2015, p. 232).

³ É advogado em Houston, Texas. Segundo biografia disponível em seu *site*, Kinsella “atua na área de patentes, escritor e orador “libertário”, diretor do *Center for the Study of Innovative Freedom* [<http://c4sif.org/>], fundador e Editor Executivo do *Libertarian Papers* [<http://libertarianpapers.org/>]. (Traduzido de: Stephan Kinsella is a practicing



Ser um anarquista não significa pensar que a anarquia vai “funcionar” (seja lá o que isso signifique); também não significa predizer que a anarquia irá ou “poderá” ser alcançada — afinal, é perfeitamente possível ser um anarquista pessimista. *Ser um anarquista significa apenas acreditar que a agressão não é justificável, e que o estado necessariamente faz uso da agressão.* E, portanto, o estado, e a agressão que ele utiliza, não são justificáveis. É algo bem simples, realmente. *Trata-se de uma visão ética* — por isso, não é surpresa que confunda os utilitaristas [grifos nossos] (KINSELLA, 2009).

De fato, o anarquismo possui várias correntes de pensamento, e em seus pontos em comum é possível encontrar a crítica à qualquer forma de autoridade. Nesse sentido, até pode-se creditar ao anarquismo um foco na liberdade individual contra formas de controlar o indivíduo. Caio Túlio Costa (2004) demonstra que os anarquistas possuem uma aversão particular ao Estado:

O ódio visceral de todos os anarquistas é contra este leviatã da sociedade moderna, este organismo imenso e todo-poderoso, a síntese de autoridade e da centralização, a espada de Dâmocles que, pendida sobre a cabeça de cada cidadão, foi paulatinamente conquistando o poder político, econômico e social: o Estado (COSTA, 2004, p. 16 – 17).

No entanto, dentro da tradição libertária o “anarco”capitalismo nem mesmo é tratado como uma corrente do anarquismo (COSTA, 2004; MCKAY, 2008; CARONE, 1995). Afinal, a pauta defendida pelos primeiros intelectuais libertários era a emancipação dos trabalhadores, e não a do capital e dos capitalistas. Outra questão que parte do pensamento libertário diz respeito à ação. Costa compreende esta como ponto coronário do pensamento anarquista: “cada anarquista lutou a seu modo, agindo diretamente. Isto quer dizer simplesmente aceitar a responsabilidade com todas as consequências, sem delegá-la a um terceiro” (COSTA, 2004, p. 20). Portanto, de certa forma se trata de um posicionamento de natureza ética do anarquismo, mas cabe novamente frisar: dentro do pensamento libertário, sempre foi clara a identificação ideológica de classe. As correntes anarquistas tinham como objetivo, desde suas origens, a emancipação do dominado e não reforçar a dominação burguesa:

Desde os primeiros tempos da Internacional dos Trabalhadores os anarquistas afirmam que todos já estão organizados desde cima pelos senhores, pelos capitalistas, pelo Estado, pelos burocratas, enfim. Os homens, os trabalhadores estão unidos e reunidos na empresa, nos bairros, no trabalho. A luta proposta é no sentido de que o trabalhador subverta esta relação organizando ele mesmo a sua vida, as suas ocupações, a sua organização dentro de sua empresa e de sua comunidade (COSTA, 2004, p. 20 – 21).

patent attorney, a libertarian writer and speaker, Director of the Center for the Study of Innovative Freedom (C4SIF), and Founding and Executive Editor of Libertarian Papers.). Extraído de: <http://www.stephankinsella.com/>. Acesso em: 26 abr. 2016.



Nota-se, a partir do trecho acima, que Costa identifica o anarquismo como ligado à organização da classe trabalhadora. Apesar de nem mesmo citar a existência do “anarco”capitalismo, ele define o espaço de atuação daqueles que assumiam posições libertárias. Iain McKay (2008), ao tratar especificamente do “anarco”capitalismo, aponta que o anarquismo sempre foi anticapitalista. Portanto, não considera os chamados “libertários” como um ramo do anarquismo:

Anarquistas sempre foram anticapitalistas e qualquer ‘anarquista’ que reivindique o contrário não pode fazer parte da tradição anarquista. É importante frisar que *a oposição anarquista aos assim chamados capitalistas ‘anarquistas’ não se refere a algum tipo de debate dentro do anarquismo, por mais que estes procurem fingir, mas sim a um debate entre o anarquismo e seu antigo inimigo, o capitalismo* [grifos nossos] (MCKAY, 2008, p. 1189).

McKay define claramente que o “libertarianismo” não faz parte da tradição anarquista. Justamente pelo fato de, histórica e teoricamente, a defesa do livre mercado e de uma sociedade totalmente entregue às relações capitalistas de produção nunca terem sido defendidas por intelectuais e militantes anarquistas. Afinal, o capitalismo é situado em lado oposto ao do anarquismo. Esse autor ainda afirma que defender as relações sociais capitalistas é aceitar uma forma de autoritarismo:

Esta apropriação do termo ‘libertário’ pela direita não apenas causou confusão, mas também protestos conforme os anarquistas tentaram ressaltar o óbvio, que o capitalismo nomeadamente é marcado por relações sociais autoritárias e, portanto, existem boas razões para o anarquismo ser um movimento e teoria sócio-política [sic] fundamentalmente anticapitalista (MCKAY, 2008, p. 1189)⁴.

Como o próprio autor afirma em linhas posteriores, o não reconhecimento do “anarco”capitalismo como parte da tradição anarquista é muito importante no sentido de qualificar o termo (MCKAY, 2008, p. 1190). Afinal, o reconhecimento – ou a falta dele – pelos seus supostos pares é significativo. Adicionado a isto, o fato de desconsiderar a opinião daqueles identificados com o anarquismo implica em atribuir aos mesmos uma noção de “falsa consciência” em que seria preciso o “crivo” do conhecimento acadêmico sobre anarquismo para então os sujeitos adequarem suas práticas a uma teoria pré-estabelecida⁵.

⁴ Traduzido de: This appropriation of the term “libertarian” by the right not only has bred confusion, but also protest as anarchists have tried to point out the obvious, namely that capitalism is marked by authoritarian social relationships and so there are good reasons for anarchism being a fundamentally anti-capitalist socio-political theory and movement.). Ibidem.

⁵ De forma contrária, pelo lado dos “libertários” existem tentativas de revisionismo histórico no sentido de qualificar historicamente o anarcocapitalismo, procurando adequar uma prática contemporânea deslocada do anarquismo a movimentos populares históricos. O *Mises Institute* dispõe de alguns materiais, procurando atribuir ao movimento dos *Levellers* da Inglaterra do século XVII uma identidade “libertária”. Dentre estes, destacam-se dois: MODUGNO, Roberta A. **England’s Levellers: the world’s first libertarian movement. [Os Levellers da Inglaterra: o**



Para além da forma de caracterização do anarquismo, Kinsella em seu texto frequentemente compara o socialismo à ação e mentalidade criminosa. Ao compreender a ação do Estado como criminosa, o advogado “libertário” entende que seus defensores também estariam aceitando esta criminalidade:

Os Estados sempre tributam seus cidadãos, o que é uma forma clara de agressão. Os estados sempre proíbem a concorrência de agências de defesa, garantindo para si o monopólio da segurança — o que também equivale a uma agressão. [...] *socialistas e criminosos também creem que a agressão é justificável.* Criminosos, socialistas e antianarquistas ainda precisam mostrar como a agressão — a iniciação de força contra vítimas inocentes — pode ser justificada [grifos nossos] (KINSELLA, 2009).

Vale observar uma vez mais a falta de compreensão do autor com relação aos conceitos utilizados. Sua afirmação de que socialistas consideram a “agressão do Estado” como algo justificável, parte de um entendimento equivocado sobre o significado de socialismo enquanto projeto de sociedade. Em linhas muito gerais, significaria um projeto de sociedade sem classes sociais e sem Estado. Daí a proximidade entre anarquistas e comunistas.

O anarquismo, tendo como referência Mikhail Bakunin, prega a dissolução do Estado como ação direta, portanto os trabalhadores se organizariam para derrubar o Estado. Daí o entendimento dos anarquistas de não disputarem a participação no Estado por meio de partidos políticos. Já de acordo com o comunismo, o socialismo seria atingido pela tomada do Estado pelos trabalhadores. Uma vez tomado o Estado, sua existência deixaria de ser necessária, pois o mesmo é um instrumento de dominação burguesa tanto pelo monopólio da “violência legítima” – ou a coerção (física e “simbólica”) como Gramsci estabelece – quanto pela produção de consenso, transformando os anseios particulares da classe dominante em pautas de todo o conjunto social.

Obviamente, essas afirmações não dão conta de esgotar o significado de socialismo e as formas de ação do anarquismo e comunismo, sendo esta uma discussão de extrema profundidade. Este nem mesmo é o objetivo. O que se procura demonstrar com esta explanação breve e introdutória é que o advogado “libertário”, ao considerar o pensamento socialista preconizando a defesa do Estado, apresenta uma meia verdade.

primeiro movimento “libertário” do mundo] Disponível em: <https://mises.org/library/englands-levellers-worlds-first-libertarian-movement>; WATNER, Carl. “Come what, come will!” Richard Overton, libertarian Leveller. **The Journal of Libertarian Studies**. Auburn, v. 4, n. 4, p. 405 – 432, 1980. Disponível em: <https://mises.org/library/come-what-come-will-richard-overton-libertarian-leveller>. Ambos acessados em 01 mai. 2016.



A defesa do Estado pela esquerda parte de uma ação relacionada com uma conjuntura de perda de direitos conquistados pelos trabalhadores. Ou seja, não se trata do fim último do socialismo: a estatização de toda propriedade privada. A defesa do Estado procura garantir as posições alcançadas na tentativa de tomada do mesmo. As conquistas obtidas pelos trabalhadores são “pontos de infiltração” na estrutura de dominação burguesa. Nessa perspectiva, a posição assumida pelo chamado “socialismo” é defensiva, algo como a chamada “guerra de posição”, de Gramsci (2001).

Se associar socialismo a crime, como feito seguidamente pelo advogado “libertário”, é um ato consciente ou não, é praticamente impossível de ser confirmado. Todavia, o efeito produzido nas duas situações é o mesmo: ao frequentemente estabelecer essa comparação, Kinsella incute criminalização, não apenas a qualquer ação em defesa do Estado – haja vista que este é tido como um ente criminoso, logo qualquer forma de justificar seus atos seria interpretado como cumplicidade – mas também considerando o socialismo como uma “ideologia estatal”, confere a este um *status* de mentalidade criminal:

Outras respostas utilitárias como ‘mas precisamos do Estado’ não refutam a afirmação de que o estado emprega agressões e que a agressão é algo injustificável. Essas respostas significam simplesmente que o defensor do Estado não se importa com a iniciação de força contra vítimas inocentes — isto é, ele compartilha da mentalidade criminoso/socialista. O criminoso pensa que as suas necessidades são a única coisa que importa; ele está disposto a usar de violência para satisfazê-las; ele não dá a mínima para o certo e o errado. O defensor do estado crê que a sua opinião de que ‘nós’ ‘precisamos’ de certas coisas justifica os atos de violência contra indivíduos inocentes. A mentalidade é exatamente essa; tão simples quanto parece [grifos nossos] (KINSELLA, 2009).

O trecho torna muito clara a tentativa de igualar socialismo a crime, inclusive enfatiza que não há nenhuma complicação com a afirmação acima. No parágrafo seguinte, ressalta uma vez mais esta associação: “Assim como existem criminosos e socialistas entre nós, não é surpresa alguma que exista um grau de propensão à criminalidade na maioria das pessoas”. No entanto, o autor, ao classificar socialismo como um movimento político e teórico em defesa do Estado, demonstra amplo desconhecimento da complexidade que envolve o socialismo e sua crítica ao Estado, reduzindo a própria crítica a parâmetros ideológicos.

Sobre a pergunta feita a partir do título do texto (*O que significa ser um anarcocapitalista?*), com base nas palavras de Kinsella, é possível reunir algumas respostas: ser um “anarco”capitalista não significaria acreditar na possibilidade de uma sociedade sem Estado. Para o autor, o cerne do pensamento “libertário” seria considerar as agressões cometidas pelo Estado (cobrança de impostos e monopólio da segurança, por exemplo) como injustificáveis. Relembrando as palavras



do advogado “libertário” sobre a violência das ações estatais: “Os Estados sempre tributam seus cidadãos, o que é uma forma clara de agressão. Os Estados sempre proíbem a concorrência de agências de defesa, garantindo para si o monopólio da segurança — o que também equivale a uma agressão” (KINSELLA, 2009).

É curioso perceber que ao se considerar o Estado como violento não há um detalhamento das ações do mesmo em respeito à repressão (desde ações para conter movimentos sociais até atos criminais, por exemplo), mas sim ao monopólio dessa repressão. Ou seja, sua violência não reside na forma como o aparato repressivo do Estado opera, mas pelo fato de não permitir às pessoas que lidem com isso da forma que acharem mais adequada (porte de arma e contrato de polícia privada, por exemplo).

Como segunda conclusão, Kinsella, apesar de não considerar esta como uma característica do anarcocapitalismo, direciona o leitor a compreender que, para os “libertários”, ser socialista equivale a ser criminoso. Como já ressaltado, tal ponto levantado recorrentemente no texto, demonstra franca incompreensão do que é socialismo e anarquismo por parte do autor. Sobre o anarquismo, isto fica ainda mais evidente ao tratar dos “libertários clássicos”: “Parece-me que os *libertários clássicos (os minarquistas)* cometeram um erro terrível. Eles selecionaram a mais importante das instituições — a saber, a proteção dos nossos direitos — e deram-na ao monopolista” [grifos nossos] (KINSELLA, 2009).

Ao considerar a minarquia – entendida como a defesa do Estado mínimo – enquanto pertencente à tradição libertária clássica, Kinsella demonstra profundo desconhecimento sobre a história do anarquismo, além do seu significado. Afinal, os autores clássicos do movimento anarquista (Bakunin, Kropotkin e mesmo Proudhon, por exemplo) não defendiam a existência de um Estado mínimo. Defender a existência do Estado, condicionada à manutenção de questões essenciais em que não caberia à iniciativa privada, ou apenas para a garantia das liberdades individuais, não condiz com o pensamento anarquista.

O IMB publicou mais um texto na Seção sobre anarquismo, desta vez de autoria de Rothbard (2008). Nele, o “libertário” estadunidense procura estabelecer o tipo de anarquismo ao qual os “libertários” – como ele – se vinculam. Para tanto, o autor inicia detalhando a origem do movimento anarquista e sua interpretação sobre o que chama de “anarquismo de esquerda”. Em suas palavras:

O anarquismo surgiu no século XIX e, desde então, a mais ativa e dominante doutrina anarquista tem sido o “anarquismo comunista”. Essa é apenas uma das definições de uma doutrina que também já foi denominada de “anarquismo



coletivista”, “anarco-sindicalismo”, e “comunismo libertário”. Podemos chamar esse conjunto de doutrinas associadas de “anarquismo de esquerda”. O comunismo anarquista é primordialmente de origem russa, forjada pelo príncipe Peter Kropotkin e por Michael Bakunin, e é essa forma que deu as conotações do “anarquismo” por todo o continente europeu (ROTHBARD, 2008).

A definição de Rothbard sobre anarquismo apresenta complicações. Existe um consenso sobre a existência de várias correntes no interior do movimento libertário, porém Rothbard começa descrevendo uma corrente e a confunde com outras. De acordo com Carone (1995), existiriam seis principais correntes do anarquismo: 1) individualismo, sendo Max Stirner considerado o principal autor; 2) mutualismo, de 1840 a 1850, tendo Joseph Pierre Proudhon como teórico mais proeminente; 3) coletivismo autoritário, surgido na época da I Internacional, idealizado por Mikhail Bakounin; 4) comunismo libertário, entre 1880 e 1890, tendo como representantes P. Kropotkine, Enrico Malatesta, Carlos Cafiero, Carlo Pisacane e Jean Grave; 5) chamada por Carone apenas como corrente da violência, surgida entre uma onda de atentados de 1891 na Europa, que teria como principal figura Ravachol; e por fim, 6) o anarco-sindicalismo, surgido a partir também dos anos 1890 (CARONE, 1995, p. 109 – 112).

Costa, além de citar algumas das correntes anteriormente mencionadas, confere destaque ao anarquismo cristão, nome usado para categorizar os partidários do escritor Tolstoi (COSTA, 2004, p. 15). Para o jornalista, “os outros anarquismos, comunitários, coletivistas, comunistas etc., desembocaram no anarco-sindicalismo”, considerado por ele “a expressão mais forte e massiva que encontrou o anarquismo em geral” (COSTA, 2004, p. 26).

Já McKay (2008) trata do assunto de forma um pouco mais complexa. Primeiramente, o autor categoriza as várias correntes existentes em dois grupos: individualistas e social anarquistas (MCKAY, 2008, p. 58). Para ele, “dos dois, social anarquistas (comunismo libertário, anarco-sindicalismo e outros) sempre tiveram a vasta maioria, enquanto o anarquismo individualista se restringiu em grande parte aos Estados Unidos”⁶. Tendo como ponto em comum a oposição ao Estado e ao capitalismo, suas divergências se centram sobre a natureza de uma sociedade livre e os meios para alcançá-la (MCKAY, 2008, p. 58 – 59).

Dentro do chamado anarquismo social, McKay afirma existir quatro tendências principais: mutualismo, coletivismo, comunismo e sindicalismo. O autor ressalva também que a diferença entre eles não é grande, sendo de ordem estratégica (MCKAY, 2008, p. 63). Ao tratar o anarco-sindicalismo como uma corrente, McKay frisa que o mesmo, ao contrário das outras tendências

⁶ Traduzido de: “Of the two, social anarchists (communist-anarchists, anarcho-syndicalists and so on) have always been the vast majority, with individualist anarchism being restricted mostly to the United States”. Ibidem.



por ele enumeradas, não possui um “nome” associado à corrente. Em suas palavras, ao contrário das demais correntes do anarquismo social:

Sindicalismo é um tanto diferente, como é muito mais um produto dos trabalhadores em luta do que de um nome ‘famoso’ (embora isto não impeça acadêmicos de chamarem George Sorel de o pai do sindicalismo, mesmo que tenha escrito sobre um movimento sindicalista que já existia. O conceito de que as pessoas da classe trabalhadora podem desenvolver suas próprias ideias, geralmente se perde neles). Entretanto, Rudolf Rocker é frequentemente considerado o principal teórico anarco-sindicalista [sic] e os trabalhos de Fernand Pelloutier e Emile Pouget são leituras essenciais para se entender o anarco-sindicalismo (MCKAY, 2008, p. 65)⁷.

McKay não assere como um estudioso ou pesquisador do movimento anarquista, mas sim como membro dele. Segundo o autor, a obra teria sido inicialmente concebida com a intenção de poupar anarquistas de precisarem frisar os mesmos pontos contra alegações de que “anarco”capitalismo é uma forma de anarquismo. Porém, se decidiu tratar sobre o movimento anarquista, e não apenas de o porquê o mesmo ser anticapitalista (MCKAY, 2008, p. 07). Dadas as motivações envolvidas na criação da obra, bem como o conteúdo extremamente extenso sobre o movimento anarquista – e o “anarco”capitalista – nota-se sua importância e validade sobre o assunto. Mesmo não sendo um trabalho acadêmico, o autor mostra vasto conhecimento e rigor científico ao se observar a quantidade de obras citadas ao longo das páginas.

Como demonstrado pela breve explanação dos autores citados nos parágrafos anteriores, Rothbard comete sérios equívocos ao interpretar a doutrina – ou várias doutrinas, como o próprio “libertário” estadunidense contraditoriamente escreve – do chamado “anarquismo de esquerda”. Após apresentar um detalhamento de sua interpretação sobre o pensamento do “anarquismo de esquerda”, Rothbard admite que os “libertários” não pertencem ao mesmo bloco:

Considerando que esses anarquistas [de esquerda] são os tipos predominantes, é óbvio que a pergunta “os libertários são anarquistas?”, deve ser respondida com um não resolutivo. *Estamos em polos completamente opostos*. Entretanto, a confusão ocorre por causa da existência, no passado, particularmente nos EUA, de um pequeno, porém brilhante, grupo de “anarquistas individualistas” liderados por Benjamin R. Tucker. Agora estamos falando de uma classe diferente. Os anarquistas individualistas fizeram grandes contribuições para o pensamento libertário [grifos nossos] (ROTHBARD, 2008).

⁷ Traduzido de: “Syndicalism is somewhat different, as it was far more the product of workers in struggle than work of a ‘famous’ name (although this does not stop academics calling George Sorel the father of syndicalism, even though he wrote about a syndicalist movement that already existed. The idea that working class people can develop their own ideas, by themselves, is usually lost on them). However, Rudolf Rocker is often considered a leading anarcho-syndicalist theorist and the works of Fernand Pelloutier and Emile Pouget are essential reading to understand anarcho-syndicalism”.



Rothbard afirma completa oposição com a tradição libertária (compreendida por ele como “de esquerda”). Mais adiante, o “libertário” estadunidense procede escrevendo sobre as principais ideias defendidas pelos individualistas, afirmando que os mesmos eram favoráveis à propriedade privada e à livre concorrência:

Na esfera política, os anarquistas individualistas eram, em geral, sólidos libertários. Eles defendiam a propriedade privada, louvavam a livre concorrência, e se opunham à todas as formas de intervenção governamental. Já politicamente, esses anarquistas ao estilo Tucker tinham dois defeitos fundamentais: (1) eles não defenderam a posse privada da terra além daquela parte que o proprietário usava pessoalmente; (2) eles confiavam muito nos júris e, assim, foram incapazes de perceber a necessidade de um corpo de leis constitucionais libertárias as quais os tribunais privados teriam que defender (ROTHBARD, 2008).

De fato, na obra *State socialism and anarchism* [Socialismo de Estado e Anarquismo], de Benjamin Tucker (1911), é possível perceber de forma clara a posição do autor no sentido de exaltar as vantagens do livre mercado. Porém, isto não o faz um intelectual “libertário” nos termos defendidos pelos “anarco”capitalistas; Tucker condena o monopólio do dinheiro, entre outros, garantidos pelo Estado a certos indivíduos. Nisto, o autor ainda ressalta o fato de que o Estado garante a concentração de capital nas mãos de poucos.

Ao escrever sobre as diferenças entre o “social-anarquismo” e o “anarco-individualismo”, McKay afirma que, apesar da defesa de um sistema anarquista orientado pelo mercado, os individualistas não enxergam o capitalismo como um sistema baseado em um livre mercado:

Eles argumentam que o capitalismo não é, de fato, um livre mercado verdadeiro. Ao contrário, pelos meios do Estado, os capitalistas teriam amortecido o mercado para criar e proteger seus poderes econômicos e sociais (disciplina de mercado para a classe trabalhadora, auxílio do Estado para a classe dominante em outras palavras). Estes Estados criaram monopólios (do dinheiro, terra, tarifas e patentes) e execução estatal dos direitos de propriedade capitalistas, que são a fonte de desigualdade econômica e exploração (MCKAY, 2008, p. 60)⁸.

De acordo com McKay, é possível observar com clareza o viés anticapitalista no pensamento de Tucker. Nas considerações de Rothbard, a relação com o “anarco-individualismo” também não é completa, evidenciado no trecho anterior e quando o “libertário” estadunidense comenta sobre o pensamento econômico de Tucker e dos demais individualistas:

⁸ Traduzido de: “They argue that capitalism is not, in fact, a truly free market. Rather, by means of the state, capitalists have placed fetters on the market to create and protect their economic and social power (market discipline for the working class, state aid for the ruling class in other words). These states created monopolies (of money, land tariffs and patents) and state enforcement of capitalist property rights are the source of economic inequality and exploitation”.



As falácias econômicas dos seguidores de Tucker, no entanto, são de uma ordem completamente diferente daquela dos anarquistas coletivistas. Os erros dos coletivistas os levaram a praticamente advogar o comunismo, *ao passo que os erros econômicos dos individualistas ainda os permitiram advogar um sistema quase libertário*. Uma análise mais superficial pode facilmente levar a uma confusão entre os dois sistemas, porque *os individualistas foram levados a atacar os ‘capitalistas’, os quais eles pensaram estar explorando os trabalhadores* através da restrição da oferta monetária praticada pelo estado (ROTHBARD, 2008).

Rothbard admite que os individualistas eram contra os capitalistas. Apesar de não lhes atribuir uma posição anticapitalista clara, o “libertário” estadunidense acaba deixando a questão sem uma resolução precisa. Afinal, se os anarquistas individualistas eram, de fato, contra a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, bem como contra o monopólio do dinheiro dos últimos com a ajuda do Estado, pode-se partir da premissa de que esta corrente do anarquismo era anticapitalista sim, pois critica uma das principais características do mesmo: a concentração da riqueza nas mãos de poucos e a sua tendência natural de formação de cartéis e monopólios.

Ironicamente, é Rothbard que inclusive coloca um “ponto final” na questão do “anarco”capitalismo ser de fato uma corrente do movimento anarquista. Para o autor, o termo anarquismo causa muita confusão:

A imprecisão do termo é tal que o sistema libertário seria considerado anarquista por algumas pessoas e anarquista⁹ por outras. Por isso, devemos recorrer à história em busca de iluminação; e aí descobriremos que nenhum dos declarados grupos anarquistas corresponde a uma posição libertária, e que mesmo os melhores deles têm elementos irrealistas e socialistas em suas doutrinas. Além disso, descobriremos que todos os atuais anarquistas são coletivistas irracionais, estando portanto em pólos opostos aos nossos. Assim, *devemos concluir que nós não somos anarquistas, e que aqueles que nos chamam de anarquistas não se baseiam em uma etimologia séria, e estão historicamente errados* [grifos nossos] (ROTHBARD, 2008).

Além de deixar claro o equívoco de considerar o “anarco”capitalismo como parte da tradição libertária, Rothbard ainda afirma que considerar os “libertários” anarquistas é falta de seriedade e um erro histórico. Ou seja, o próprio autor nega qualquer ligação pretensamente histórica entre o anarquismo e o chamado “anarco”capitalismo. Tal afirmação é de extrema importância. Afinal, Murray Rothbard é tido como o principal idealizador de toda a teoria “libertária”. E também por expor ao ridículo teóricos – muitos deles reivindicam a EAE – “anarco”capitalistas que se consideram parte da tradição anarquista, procurando inclusive distorcer o conhecimento histórico na tentativa de tornar a teoria “libertária” um movimento

⁹ Mais adiante no texto, Rothbard define anarquismo como sendo a defesa de “uma autoridade central tirânica que irá coagir tanto os não-agressores como os agressores”. (ROTHBARD, 2008)



historicamente revolucionário. Nota-se que o próprio uso do sufixo “anarco” causa confusão entre os “libertários” – bem como o uso deste termo.

Conclusão

Procurou-se evidenciar que o termo “anarco”capitalismo não é reivindicado de forma consensual entre os “libertários”. Alguns intelectuais procuram atribuir a ele uma historicidade próxima à tradição anarquista (HOPPE, 2010; DE SOTO, 2010), enquanto outros afirmam que relacionar o movimento “libertário” com Anarquismo é um erro histórico (ROTHBARD, 2008).

Uma distinção digna de nota entre o movimento anarquista e o “anarco”capitalista está no campo da ação. Enquanto as vertentes legítimas do Anarquismo pressupõem a ação direta contra o capital e o Estado, bem como contra quaisquer relações de dominação de classe, os “libertários” confiam a efetivação de seus ideais no “poder das ideias”.

No entanto, o principal ponto que expõe a oposição do “anarco”capitalismo com o Anarquismo se trata da manutenção do modo de produção capitalista. Todas as vertentes da tradição anarquista têm como entendimento comum a necessidade da destruição do capitalismo para o alcance da liberdade e da igualdade entre os seres humanos. A defesa do livre mercado em um estado “natural” idealizado não é capaz de alcançar liberdade, pois não rompe com as relações autoritárias inerentes ao capitalismo. Os “libertários” querem libertar o capitalismo do Estado, dando assim origem a uma forma de organização social baseada exclusivamente na “cooperação voluntária” (a “mão invisível” de Adam Smith).

Desprendido de sentido, o uso do prefixo “anarco” pela teoria “libertária” se apresenta de forma duplamente oportunista; aproveita-se da tradição e trajetória anarquista para viabilizar um capitalismo aparentemente sem Estado; e como “frase de efeito”, utilizada para convencer sujeitos que anseiam mudanças – particularmente jovens – a aceitarem velhas teorias conservadoras e “a favor da ordem”, disfarçadas sob a roupagem de “revolucionária”, “radical” e “contra o *establishment*”.

Diante disto, o “anarco”capitalismo se configura como um pretense modelo de sociedade “sem Estado”. Por não romper com as relações autoritárias resultantes do modo de produção capitalista, o mesmo não encerra a existência do Estado, atuando apenas sob a superfície do mesmo (o chamado “Estado visível”) (OSORIO, 2014, p. 36).

Referências bibliográficas

Temporalidades – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 27, V. 10, N. 1 (mai/ago. 2018)



- CARONE, Edgard. **Socialismo e anarquismo no início do século**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- COSTA, Caio Túlio. **O que é anarquismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DE SOTO, Jesús Huerta de. **Liberalismo clássico versus anarcocapitalismo**. 2010. Disponível em: <http://mises.org.br/Article.aspx?id=482> Acesso em: 14 jan. 2016.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HOPPE, Hans-Hermann. **A fraude chamada “estado”**. 2010. Disponível em: <http://mises.org.br/Article.aspx?id=151>. Acesso em: 20 abr. 2016
- KINSELLA, Stephan. **O que significa ser um anarcocapitalista?** 2009. Disponível em: <http://mises.org.br/Article.aspx?id=215>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- MCKAY, Iain. **An Anarchist FAQ. [Um FAQ anarquista]** Vol. 1. Oakland: AK Press, 2008. Disponível em: <https://libcom.org/files/Iain%20McKay%20-%20Anarchist%20FAQ.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.
- MORAES, Reginaldo C. A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução. In: CRUZ, Sebastião Velasco e (org.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização:** a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- ROTHBARD, Murray. **Os libertários são anarquistas?** 2008. Disponível em: <http://mises.org.br/Article.aspx?id=69>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- TUCKER, Benjamin R. **State socialism and anarchism [Socialismo de estado e anarquismo]**. Londres: Fifeled, 1911.



Interpelação das massas, esquerdismo, agitação e demagogia: as análises de Armando Fay de Azevedo acerca das eleições no Rio Grande do Sul (1958/1962) e a construção do mito do populismo

Interpelation of the masses, leftism, agitation and demagoguery: the analyzes of Armando Fay de Azevedo about the elections in Rio Grande do Sul (1958/1962) and the construction of the myth of populism

Samuel da Silva Alves

Mestrando em História

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

allvesamuell@gmail.com

Recebido em: 17/08/2018

Aprovado em: 14/09/2018

Resumo: O objetivo deste artigo é compreender como as análises de Armando Fay de Azevedo acerca das eleições de 1958 e 1962 no Rio Grande do Sul enquadram-se no processo de construção do mito do populismo na política brasileira, e também de que forma inserem o PTB e Leonel de Moura Brizola neste contexto. O ponto de partida para este estudo são dois artigos, intitulados *Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul* e *Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul*, publicados pelo autor na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*.

Palavras-chave: Populismo, Eleições no Rio Grande do Sul, Armando Fay de Azevedo.

Abstract: The purpose of this article is to understand how the analyzes of Armando Fay de Azevedo about the 1958 and 1962 elections in Rio Grande do Sul are part of the process of constructing of the myth of populism in Brazilian politics, and also how the PTB and Leonel de Moura Brizola are inserted in this context. The starting point for this study are two articles, titled *Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul* e *Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul*, published by the author in the *Revista Brasileira de Estudos Políticos*.

Keywords: Populism, Elections in Rio Grande do Sul, Armando Fay de Azevedo.

Considerações iniciais

Vinculada à Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, a *Revista Brasileira de Estudos Políticos* foi fundada pelo professor Orlando Magalhães Carvalho, em 1956, com auxílio financeiro (ao menos em suas primeiras edições) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do governo de Minas Gerais. No cerne de suas análises, como



evidenciado na *Apresentação* de sua 1ª edição, estavam as questões político-sociais brasileiras. Conforme o texto, em decorrência de um cenário político marcado pela preocupação dominante com a realidade, o Brasil constituía, naquele momento, um campo propício ao exame e investigação de problemas sociais e políticos. Frente a estes problemas e inquietações, a *Revista Brasileira de Estudos Políticos* se propôs, enquanto órgão especializado, a recolher e divulgar, periodicamente, os resultados das observações e reflexões de estudiosos brasileiros (tais como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, entre outros) acerca dos graves problemas que permeavam a política brasileira no período (CAMPOS, 1956, p. 7-8).

De 1956 a 1964, o periódico dedicou-se, entre outras coisas, à análise de processos eleitorais em nível municipal, estadual e nacional¹. No que se refere às eleições e campanhas eleitorais no Rio Grande do Sul, o responsável pelos balanços eleitorais foi Armando Fay de Azevedo, acerca do qual os registros historiográficos são escassos e fragmentados. Conforme Charles Sidarta Machado Domingos (2009, p. 170), no período da experiência democrática brasileira (1945-1964), Azevedo atuou como professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e analista político, escrevendo, além das análises para a *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, também uma coluna para o jornal *Correio do Povo*, intitulada *A Semana Política*. Todavia, como nos mostra Mônica Karawejczyk (2008, p. 234), Azevedo já possuía vínculos com o *Correio do Povo* desde a década de 1930, durante a qual exerceu também os cargos de deputado constituinte (1935) e deputado estadual na primeira legislatura (1935-1937), vinculado ao Partido Libertador (PL) (TRINDADE, NOLL, 2005, p. 166-177).

Entre os diversos temas abordados por Azevedo em suas análises dos processos eleitorais sul-rio-grandenses encontra-se o populismo. O conceito de populismo tem gerado, desde a década de 1950, diversos debates na historiografia brasileira. Do Grupo de Itatiaia a autores contemporâneos como Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, diversos são os pesquisadores que, no decorrer das décadas, tem se dedicado à análise deste conceito. Na contramão da teoria clássica, estes últimos compreendem o populismo não como um fenômeno determinante para a relação entre Estado e sociedade no período que vai de 1930 a 1964, ou ainda como uma característica da política nacional neste intervalo temporal. Pelo contrário, entendem-no como um mito, criado entre os anos de 1950 e 1960 para explicar esta mesma política e vinculado desde então, especialmente, ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

¹ Informações retiradas de um balanço realizado pelo autor das edições de 1956 a 1964, pertencentes ao acervo da Biblioteca Central Irmão José Otão – PUCRS.



No intuito de contribuir com os estudos sobre esta temática, este trabalho tem como objetivo compreender, ainda que parcialmente, como as análises de Armando Fay de Azevedo acerca das eleições de 1958 e 1962 no Rio Grande do Sul enquadram-se no processo de construção do mito do populismo na política brasileira, citado pelos autores acima, e também de que forma inserem o PTB e Leonel de Moura Brizola neste contexto. As fontes utilizadas para este estudo são dois artigos, intitulados *Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul* e *Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul*, publicados na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* nos anos de 1960 e 1964, respectivamente.²

Os debates acerca do conceito de populismo na historiografia brasileira

Uma das principais teses formuladas na tentativa de explicar a relação existente entre os políticos e a população brasileira, no período entre 1930 e 1964, faz menção à presença do populismo na política nacional. Em seus estudos sobre o populismo no Brasil, Angela de Castro Gomes (2001, p. 22-23) afirma ser possível datar, como marco para as primeiras formulações e discussões a respeito deste conceito, a década de 1950. Segundo a autora, tais debates surgiram, sob a influência da teoria da modernização³, a partir de reuniões entre um grupo de intelectuais

² No que se refere à utilização de periódicos na pesquisa histórica, Tânia Regina de Luca (2008, p. 131-142) aponta para a necessidade de alguns cuidados metodológicos, tais quais: a) a atenção para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade); b) a caracterização do material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação; c) a caracterização do grupo responsável pela publicação; d) a identificação dos principais colaboradores; e) a identificação do público a que se destinava; e f) a identificação das fontes de receita, entre outros. Assim como Luca, Claudio Pereira Elmir, em um artigo intitulado *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica* (1995) elenca uma série de cuidados necessários para o manuseio deste tipo de fonte. Dentre as precauções metodológicas apontadas por Elmir (1995, p. 21-27) estão: a) a leitura intensiva, meticulosa, exaustiva, e não extensiva, a exemplo da leitura cotidiana de periódicos; b) a noção de si enquanto leitor empírico, e não como leitor modelo do jornal analisado; c) a distinção entre o que é significativo para a compreensão do objeto de análise e o que é casual; d) a suspeição, de forma moderada, em relação ao que está sendo lido; e) a utilização, em conjunto, de outras fontes e obras bibliográficas; e f) a contextualização destas fontes. Por fim, outro autor que tem se dedicado aos estudos sobre história e imprensa é Luís Carlos dos Passos Martins (2018, p. 65-66), que, em um de seus recentes trabalhos, destacou uma série de cuidados metodológicos necessários para a utilização de fontes impressas na pesquisa histórica: a) a identificação dos proprietários e principais jornalistas do periódico (a fim de identificar compromissos ou vínculos externos com grupos econômicos e políticos e instituições privadas e públicas); b) a identificação e mapeamento das principais fontes de financiamento de uma publicação (venda avulsa e por assinatura, classificados, publicidade privada e estatal); c) a identificação do público preferencial do jornal (leitor implícito ou efetivo); e d) a identificação da linha editorial do jornal e/ou seu histórico (tomadas de posições passadas em relação a questões políticas e econômicas).

³ Conforme explica Jorge Ferreira (2001, p. 64-65), esta teoria, formulada por estudiosos estrangeiros como os argentinos Gino Germani e Torcuato di Tella, exerceu um papel decisivo nas concepções do conceito de populismo no Brasil, realizadas nas décadas de 1950 e 1960. Segundo estes teóricos, o surgimento do populismo na América Latina está associado à transição de uma sociedade tradicional (rural e agrária) para uma sociedade moderna (urbana e industrial). Esta passagem foi marcada por um rápido processo de urbanização, no qual as massas populares, oriundas majoritariamente de zonas rurais, passaram a exigir participação política e social. Tais ambições forçaram uma série de transformações no sistema político, bem como um alinhamento entre as massas e as camadas médias da sociedade. Do seio destas classes médias, mediante a incapacidade das classes fundamentais de oferecerem respostas às



que visava discutir os problemas políticos, econômicos e sociais relacionados ao país. Um dos principais pontos abordados por estes intelectuais, conhecidos como Grupo de Itatiaia⁴, foi justamente o surgimento do populismo na política brasileira.

Em um artigo publicado na revista *Cadernos do Nosso Tempo* no ano de 1954, atribuído a Hélio Jaguaribe (membro do Grupo de Itatiaia e Secretário Geral da revista), intitulado *Que é o Ademarismo?*, é possível ter uma ideia da concepção de populismo formulada por este grupo de intelectuais. Conforme este artigo (1954, p. 143-144), três eram as condições básicas às quais a emergência/caracterização do populismo encontrava-se sujeita: a) um fenômeno de massificação e a consequente existência de um proletariado sem consciência, sentimento e organização de classe; b) a presença de uma classe dirigente, convertida em classe dominante, em crise de hegemonia, sem representatividade e poder de exemplaridade; e c) a existência de um líder populista, carismático, capaz de empolgar e mobilizar as massas para a conquista do poder.

De acordo com Gomes (2001, p. 27-29), durante a década de 1960 os debates sobre o conceito de populismo não apenas se mantiveram, mas também se intensificaram, buscando não mais apenas explicações para a relação existente entre os políticos e a população brasileira, mas também para o golpe civil-militar ocorrido ainda na primeira metade desta década. A partir de reflexões sobre as razões do golpe, entendeu-se que o mesmo possuía suas raízes no esgotamento da experiência populista, periodizada entre os anos de 1930 e 1964. Entre os diversos estudiosos desta nova fase de formulações e discussões, a autora destaca aquele que considera o mais importante teórico do populismo no Brasil: Francisco Weffort.

Em sua obra *O populismo na política brasileira*, Weffort (1978, p. 69) afirma que o populismo no Brasil pode ser definido tanto como um estilo de governo quanto como uma política de massas, frutos de um processo que teve a sua gênese na Revolução de 1930. Na visão do autor, o populismo enquanto fenômeno político pode ser compreendido de diferentes maneiras:

Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afinados na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que se apoiar sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura de Vargas (1937-1945), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da

demandas populares, surgiram líderes capazes de “manipular” as massas e que se valeram da ausência de instituições e ideologias autônomas nestas sociedades.

⁴ De acordo com Gomes (2001, p. 22-23), é este grupo, patrocinado pelo Ministério da Agricultura, que em 1953 cria o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), responsável pela publicação do *Caderno do Nosso Tempo*, berço da ideologia nacional desenvolvimentista que veio a crescer na década de 1950. Segundo a autora, tal grupo pode ser considerado o embrião do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado anos depois. Entre outros, participaram do grupo e colaboraram em sua publicação nomes como Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe.



democracia pós-guerra (1945-64). Foi também uma das manifestações das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir a oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário, numa etapa em que parecia existir as possibilidades de um desenvolvimento capitalista nacional. E foi sobretudo a expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nesses grupos decênios, e da necessidade, sentida por alguns novos grupos dominantes, de incorporação das massas ao jogo político. (WEFFORT, 1978, p. 69)

Segundo Weffort (1978, p. 76-79), a ascensão das classes populares neste período esteve desde o início condicionada, sobretudo, à incapacidade dos grupos dominantes de assegurarem para si as funções de hegemonia política e oferecerem as bases de legitimidade deste novo Estado. Diante deste cenário, a participação das massas populares urbanas constituiu-se como a única fonte social possível, tanto para o poder pessoal autônomo do governante quanto para o Estado. Tal estrutura política é definida pelo autor como “um Estado de compromisso que é ao mesmo tempo um Estado de massas, a expressão da prolongada crise agrária, da dependência social dos grupos de classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular” (WEFFORT, 1978, p. 79).

Entre os anos de 1945 e 1964, Weffort (1978, p. 70-71) afirma que a política nacional foi marcada (especialmente após a morte de Vargas) pela presença de lideranças políticas que buscaram conquistar a adesão popular nos principais centros urbanos do país. Indivíduos dotados de um estilo próprio, de uma política pessoal pouco explícita e de uma ideologia ainda menos explícita e por vezes confusa. Na compreensão do autor, suas diferenças e contradições tornaram difíceis, por vezes, a percepção de uma significação comum, além do interesse na conquista do voto popular e da manipulação de suas aspirações. Manipulação que, por sua vez, apesar de ter sido uma das tônicas do populismo no período, nunca foi absoluta, mas sim ambígua:

Ele (o populismo) foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Representou, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos pelo qual os grupos dominantes exerceram seu domínio, mas foi também uma das principais maneiras pelo qual esse domínio encontrava-se potencialmente ameaçado. Esse estilo de governo e comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve muito à ambiguidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder. (WEFFORT, 1978, p. 71)

Devido a esta ambiguidade, Weffort (1978, p. 85) sugere (sem sucesso) a substituição de *manipulação* por *aliança*. Uma *aliança* na qual a hegemonia que se encontra vinculada aos interesses



dos grupos dominantes apenas torna-se possível mediante ao atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares.

De acordo com Jorge Ferreira (2001, p. 82), entre as décadas de 1970 e 1980 esta teoria clássica do populismo começou a dar sinais de esgotamento em suas ideias centrais. Alguns elementos nela presentes, como a teoria da modernização, o papel do Estado como elemento organizador de classes e o comportamento das classes trabalhadoras, determinados por estruturas socioeconômicas, já não satisfaziam mais alguns estudiosos, que, influenciados pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson, passaram a questionar tal interpretação. Entre estes estudiosos, destacam-se alguns historiadores já citados, tais como Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira.

Na compreensão de Gomes (2002, p. 63-64), o populismo caracteriza-se como uma das construções míticas mais importantes do imaginário político e social brasileiro⁵. Conforme a autora, esta mitologia populista:

[...] evoca a desesperança e o ceticismo. Ela narra um destino manifesto que se configura como um impasse permanente. É como se houvesse uma “caveira de burro” enterrada no solo político brasileiro, que sela um pacto perverso entre elites e povo, ambos marcados pela ausência de atributos positivos de forma verdadeiramente ontológica. [...] Ela é uma narrativa que rebaixa a sociedade e a política brasileiras [...] (GOMES, 2002, p. 67).

Diferentemente do populismo, Gomes entende o trabalhismo como uma tradição política, pertencente ao universo de fenômenos que integram o pensamento ou as ideias políticas. De acordo com a autora:

O trabalhismo deve ser entendido como se constituindo de um conjunto de ideias, valores, símbolos, rituais e vocabulários que passa a se solidificar especificamente a partir da década de 1940. Desde então, começa a circular num circuito que comunica setores de elite com setores populares, ganhando sentidos específicos em cada um desses pólos, em diferentes conjunturas políticas. É evidente que, como ideologia e projeto políticos, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República, no sentido thompsoniano. Ou seja, se a tradição é inventada no pós-1930, não o é de forma fortuita, arbitrária e a partir do nada. Seu poder de

⁵ A fim de definir o que é um mito, Gomes (2002, p. 64-65) remete à obra *Mitos e mitologias políticas* (1986), de Raul Girardet. Neste caso, os mitos são compreendidos como duradouros e complexos sistemas de crenças, resistentes ao tempo e às provas empíricas devido ao fato de serem, simultaneamente, ficção e realidade, não sujeitos às confrontações que sigam uma lógica racional demonstrativa. Tratam-se de interpretações da realidade que cumprem determinadas funções sociais que, de forma mais ou menos intensa, podem se combinar. De maneira simplificada, podem ser tratados “como uma narrativa que explica as origens e, por isso, as características de um grupo social; como uma ideia força capaz de mobilizar e estimular os membros de um grupo para a ação; e como uma mistificação, uma ilusão produzida para lidar com a realidade, sem subordinação a um raciocínio de tipo lógico”. Neste último caso, os mitos atuam como construções “reveladoras” de uma sociedade, que demonstram seus valores através de rica e complexa linguagem. A ilusão, neste caso, remete ao seu componente imaginário, ao seu não compromisso com o “real”, que concede ao mito uma longa duração e uma grande força de atração para as massas.



significação e mobilização (a “comunidade de sentidos” que logrou estabelecer) veio justamente da reeleitura que as elites políticas do pós-1930 realizaram do que ocorreu no terreno das lutas dos trabalhadores, antes de 1930. [...] Ademais, pode-se verificar que, como tradição, o trabalhismo será apropriado e reinventado no pós-1945, tanto por setores sindicais e populares, quanto por setores das elites políticas, especialmente as dos partidos trabalhistas, com destaque para as do PTB (GOMES, 2002, p. 67-68).

Com base nisto, Gomes propõe, em oposição ao “pacto populista”, a ideia de “pacto trabalhista”. Acerca desta concepção de “pacto trabalhista”, a autora afirma que:

[...] procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque fraca numérica e politicamente. A lógica deste pacto, cuja efetivação estava sendo datada, precisa ser entendida numa perspectiva temporal muito mais ampla, que conectava o período do pré e do pós-30 e as experiências aí vivenciadas pela classe trabalhadora e pelo Estado Novo. Neste aspecto particular, o trabalho procurava se contrapor à uma forte interpretação que explicava o sucesso populista como o resultado de um cálculo utilitário em que ganhos materiais eram trocados por obediência política, claramente referida à dimensão da manipulação (GOMES, 2001, p. 47-48).

Indo ao encontro das análises de Gomes e de sua compreensão do conceito de populismo como um mito político, Ferreira (2001, p. 63-64) não o entende como um fenômeno determinante para a relação entre Estado e sociedade no período que vai de 1930 a 1964, ou ainda como uma característica da política nacional neste intervalo temporal. Para o autor, trata-se de “uma categoria que, ao longo do tempo, foi imaginada, e, portanto construída, para explicar esta mesma política” (FERREIRA, 2001, p. 64). A utilização do conceito de populismo como fonte explicativa da política brasileira no referido momento acarreta, na visão de Ferreira (2012, p. 319-320), em uma perda no que tange as especificidades e historicidades de cada projeto político. Em virtude disto, o autor propõe, assim como Gomes, o abandono do conceito e a utilização dos termos nativos, ou seja, das expressões utilizadas pela sociedade brasileira em determinado momento, para se referir a estes protagonistas do passado (trabalhistas, pessedistas, comunistas, udenistas, socialistas, etc.).

A gênese do populismo no debate político (1945-1964)

Para além do campo intelectual e de um conceito formulado a fim de explicar a política brasileira no período entre 1930 e 1964, o populismo é também um categoria que tem a sua gênese no interior do campo político. Conforme explica Ferreira (2001, p. 111-113), em meados de 1945, quando se iniciou a experiência democrática, as palavras “populismo” e “populista” ainda não faziam parte do vocabulário brasileiro, todavia aqueles que se tornariam fundamentos explicativos já estavam lançados, por exemplo, sob a forma de demagogia e manipulação. Tais



termos, segundo o autor, eram empregados no discurso liberal-conservador como interpretações acerca da relação estabelecida entre determinados líderes políticos (especialmente Getúlio Vargas) e as camadas mais baixas da população. Exemplo disto, em nível nacional, é nos dado pelo próprio autor ao citar um editorial do jornal *Diário da Noite*, de São Paulo, publicado em agosto de 1945. Segundo o jornal, além de certa popularidade, o prestígio de Vargas com os trabalhadores urbanos, manifesto durante o “queremismo”, explicava-se:

pela propaganda demagógica do Estado Novo. Hitler e Mussolini também, por força mística que souberam difundir, [...] desfrutaram de popularidade [...] de milhões de homens fanatizados, bestializados (...), excitando sua imaginação (FERREIRA, 2001, p. 112).

Ainda em nível nacional, Weffort, em sua já citada obra *O populismo na política brasileira* (1978), também identifica, por volta da década de 1940, a utilização destes termos nos discursos políticos. Entre outros casos, o autor (1978, p. 21) aponta para análises como a de Rubens do Amaral, jornalista liberal ligado a União Democrática Nacional (UDN), que, em um balanço das eleições presidenciais de 1945 e da derrota de seu partido, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, identifica o que chama de “suborno coletivo”. Nas palavras deste jornalista, “(...) o voto secreto transfere o suborno do indivíduo para os grupos, as classes, os sistemas de interesse” (WEFFORT, 1978, p. 21).

No mesmo jornal, já no ano de 1947, Weffort (1978, p. 24) destaca as declarações de outro liberal, Plínio Barreto. Ainda sob o impacto da derrota da UDN nas eleições de 1945, Barreto “aconselha” aqueles que pretendem obter êxito na política: “Evite por todos os meios obrigar o povo a refletir. A reflexão é um trabalho penoso a que o povo não está habituado. Dê-lhe sempre razão. Prometa-lhe tudo que ele pede e abrace-o quando puder” (WEFFORT, 1978, p. 24). Para Plínio Barreto, uma democracia com a participação das massas nada pode significar, afinal as massas têm uma “irresistível tendência para o pulha”.

Por fim, no que se refere ainda à obra de Weffort, cabe chamar a atenção para uma citação retirada pelo autor de uma nota editorial da revista *Anhembi*. Tal referência expõe a perplexidade dos liberais ligados às classes médias tradicionais diante da ampla vitória obtida por Vargas nas eleições de 1950, e elucida o caráter explosivo da emergência política das massas neste período:

No dia 3 de outubro, no Rio de Janeiro, era meio milhão de miseráveis, analfabetos, mendigos famintos e andrajosos, espíritos recalçados e justamente ressentidos, indivíduos tornados pelo abandono homens boçais, maus e vingativos, que desceram os morros embalados pela cantiga da demagogia berrada das janelas e automóveis, para votar na única esperança que lhes



restava: naquele que se proclamava o pai dos pobres, o messias charlatão (WEFFORT, 1978, p. 21).

Exemplos em nível local, por sua vez, nos são trazidos por Douglas de Souza Angeli, na recente obra organizada por Carla Brandalise e Marluza Marques Harres, *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)* (2017). Em capítulo de sua autoria, intitulado *Os “demagogos” e o “Cantão”: imprensa, PTB o bloco anti-PTB na disputa pelo eleitor dos bairros operários de Canoas/RS (1951-1959)*, o autor busca, entre outras coisas, demonstrar como as noções de demagogia e manipulação foram utilizadas no discurso do bloco anti-PTB enquanto estratégia de mobilização eleitoral, na disputa pelo voto das camadas suburbanas do referido município.

Entre outros casos, Angeli (2017, p. 122-123) cita uma matéria publicada em agosto de 1954 no jornal *Expressão* (de orientação anti-petebista), intitulada *Enchente e política*, na qual o periódico denunciou a exploração política, por parte de alguns candidatos, das enchentes que atingiram o município, uma vez que as mesmas coincidiram com o início das campanhas eleitorais. Nela, afirma: “O fato é que determinados candidatos estão suprindo a ausência de virtudes pessoais para atrair as preferências do eleitorado com a distribuição de gêneros alimentícios aos flagelados, ocasião em que aproveitam para insinuar a propaganda eleitoral”. Na mesma matéria, o jornal aponta ainda para a realização de publicidade destas doações “sem o menor pudor de atentar à dignidade alheia”, e lista os alvos principais destes políticos – a saber, as vilas Mathias Velho, Rio Branco e parte da vila Niterói – que, devido as frequentes cheias, tornaram-se “eterno objeto de demagogia” por parte dos mesmos.

Além deste, outro exemplo trazido pelo autor (2017, p. 133-134) é uma declaração de Sezefredo Azambuja Vieira – candidato à prefeitura de Canoas nas eleições de 1955 por uma coligação que reunia o Partido da Representação Popular (PRP), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Libertador (PL) –, publicada no mesmo jornal em agosto de 1954. Nela, o perrepeista busca explicar o sucesso petebista junto aos trabalhadores, tendo como base argumentos também utilizados por elites conservadoras: de que trabalhadores, oriundos do interior e destituídos de tradição política, quando transformados em eleitores, se deixam iludir pelos políticos demagogos. Segundo Azambuja Vieira:

Sobre a maior concentração tipicamente operária do estado se abate o medonho impacto da demagogia política, pois o terreno é propício ao êxito propagandístico. Ao trabalhador canoense não se explica que uma cidade não se constrói com os ribombantes e vagos programas partidários, nem com discursos nem com promessas, mas com pertinácia, paciência e cooperação de todos. (ANGELI, 2017, p. 134)



Como se pode constatar a partir dos exemplos acima, termos como demagogia e manipulação não possuíam, ao menos a princípio, nenhuma relação com as palavras “populismo” e “populista”. De acordo com Ferreira (2001, p. 115-116), estes termos já existiam no pós-1945, contudo raramente eram utilizados. Quando de sua utilização, tais expressões surgiam como elogiosas. Segundo o autor, ser um “líder populista” neste período, tal como Getúlio Vargas e João Goulart, não significava utilizar como recursos a mentira, a demagogia e a manipulação. Do contrário, a expressão pode ser traduzida para os dias atuais como “líder popular”, aquele que representa os “anseios políticos populares” ou dos “movimentos populares”.

Apesar de populares, Ferreira (2001, p.119-120) afirma que Vargas e Jango sofriam duras críticas, especialmente da imprensa, que, na compreensão do autor, visavam não a eles, mas sim aos trabalhadores brasileiros e aos movimentos sindicais. Para Ferreira, no projeto liberal-conservador brasileiro, encabeçado pela UDN e por parte significativa da imprensa, não haveria espaço de cidadania plena para as classes trabalhadoras. Por conta disto, esta parcela da imprensa, que, em decorrência da negação de alguns princípios básicos do liberalismo, rejeitava o governo instaurado por Vargas em 1930, passou a partir de 1945 a identificar nos trabalhadores e na ampliação/extensão de seus direitos sociais uma ameaça à ordem liberal, bem como a disseminar uma política de exclusão dos mesmos. Alguns destes ataques, realizados em um primeiro momento a Vargas e posteriormente ao PTB, podem ser identificados nos exemplos já citados, onde se buscou relacionar a política getulista à mentira, à demagogia e à manipulação.

Esta política de exclusão, conforme explica Ferreira (2001, p. 120-121), delineou a imagem de uma “democracia populista”. Nas décadas de 1940 e 1950, a partir de uma aproximação entre jornalistas, historiadores e sociólogos, foram formuladas as primeiras teses acerca do “populismo na política brasileira”. Entretanto, foi na década de 1960 (especialmente a partir de 1963), que tal aliança se expandiu e passou a incluir, além de jornalistas e sociólogos (agora oriundos das universidades), diversas outras fações da sociedade brasileira (militares golpistas, Igreja, capitalistas, classes médias conservadoras e marxistas-leninistas ortodoxos) que possuíam no trabalhismo um inimigo em comum.

Segundo Daniel Aarão Reis Filho (2001, p. 347), a união de camadas da sociedade que possuíam uma profunda aversão ao protagonismo das classes trabalhadora no pós-1945, assim como a mudança brusca no sentido dos termos populismo e populista, devem ser entendidas no contexto da radicalização das lutas sociais, ocorrida no início dos anos 1960. De acordo com o autor:



Com a radicalização das lutas sociais, entre 1961 e 1964, as palavras populismo e populista passaram a designar, sobretudo para as forças conservadoras, tudo o que de pior podia existir na cultura política existente: demagogia, corrupção, paternalismo, clientelismo, fisiologismo, irresponsabilidade, irrealismo, peleguismo. Devidamente demonizadas, estas tradições deveriam ser negadas, vencidas e varridas da história do país (AARÃO REIS FILHO, 2001, p. 347).

E foi, de fato, varrido. Enfim sepultado pelo golpe civil-militar de 1964, o trabalhismo acabou batizado pela sociologia paulista de populismo (FERREIRA, 2001, p. 121). Sociologia paulista a qual se vinculavam autores como, por exemplo, o já citado Francisco Weffort.

Leonel Brizola, o trabalhismo e a experiência democrática brasileira (1945-1964)

Conforme Ferreira (2012, p. 315-316), a experiência democrática brasileira, período que corresponde aos anos entre 1945 e 1964, caracterizou-se, em especial, pela emergência de partidos políticos nacionais organizados, com programas políticos ideológicos e identificados com o eleitorado. Em decorrência disto e em oposição à tese de que os aspectos decisivos da luta política estavam vinculados apenas à luta entre personalidades, o autor identifica nestes partidos a existência de projetos, que por sua vez eram reconhecidos pela população. De acordo com Ferreira:

Quem votava no PTB sabia o que estava fazendo. Votava pelo nacionalismo, pela reforma agrária, pela manutenção e ampliação dos direitos sociais. Quem votava na UDN também sabia o que estava fazendo. Votava contra o trabalhismo, com sentimento anticomunista, pela abertura do país ao capital estrangeiro e por uma democracia restritiva, particularmente contra o movimento sindical. A identificação do eleitorado com os partidos políticos, algo difícil de construir, mas fácil de ser desmantelada, era algo evidente no período (FERREIRA, 2012, p. 316).

Corroborando com a tese de Ferreira, Gomes (2009, p. 48) afirma que, do ponto de vista da prática da cidadania política, esta experiência dirigia-se rumo à consolidação dos partidos políticos nacionais, com os quais os cidadãos, de forma crescente, se identificavam, até ser interrompida pelo golpe civil-militar de 1964. Entre estes projetos e partidos políticos, referidos por Ferreira e Gomes, encontram-se o trabalhismo e o PTB.

Na percepção destes autores, o trabalhismo no Brasil pode ser compreendido de diferentes maneiras. Na visão de Ferreira (2012, p. 307-309), pode ser entendido como um projeto político nacional-estatista, formulado com a intenção de superar a relação de dependência existente com relação às grandes potências, envoltas na Segunda Guerra, e dar à nação certo grau



de autonomia no cenário mundial. Já para Gomes (2016, p. 304-305), como referido anteriormente, pode ser concebido também como uma ideologia e uma tradição política, frutos do Estado Novo em seu segundo momento, que envolveram um conjunto de crenças, valores, vocabulário e práticas festivas, ou ainda como um projeto que se vincula ao nacionalismo e à promessa de justiça social, centrada nos direitos trabalhistas.

Com o retorno da democracia e a reorganização partidária, em 1945, Gomes (2016, p. 305) afirma que se buscou criar um partido capaz de abrigar tal ideologia. Assim nasceu o PTB. Na compreensão de Gomes (2005, p. 282), o partido foi concebido como a melhor opção partidária para o trabalhador brasileiro e como forma de canalizar os esforços investidos por Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, na organização sindical. Esta preocupação do partido com as questões trabalhistas, de acordo Lucília de Almeida Neves Delgado, pode ser constatada em suas primeiras proposições programáticas:

Tais proposições programáticas, apresentadas no ano de fundação do PTB – 1945 –, indicam que, na sua origem, o petebismo, que bebeu nas águas de um projeto trabalhista que já se insinuara antes dos anos 30, tinha nas questões sociais e na organização tutelada e não conflitiva da participação política dos trabalhadores o eixo de duas preocupações (DELGADO, 2001, p. 175-176).

Devido a isto, Ferreira entende (2005, p. 376) que o PTB atuou, entre os anos de 1945 e 1964, como um canalizador de demandas operárias e populares, promovendo a interlocução entre Estado e estas classes. É do interior deste partido, ainda nos primeiros anos da experiência democrática, que surgiu Leonel Brizola.

Para Ferreira (2016, p.24), Brizola destacou-se no cenário político brasileiro durante a experiência democrática, entre outros motivos, por sua ascensão meteórica. Em 1945 entrou para o PTB e, ainda como acadêmico de engenharia, fundou a ala estudantil do partido. Nas eleições de 1947 foi eleito deputado estadual, cargo para o qual foi reeleito em 1950. Em 1951, disputou as eleições para a prefeitura de Porto Alegre e foi derrotado. Assumiu, em 1952, a Secretaria de Obras do Estado e, em 1954, foi eleito deputado federal. Em 1955, venceu as eleições para a prefeitura de Porto Alegre. Já em 1958, tornou-se governador do Rio Grande do Sul.

Durante a sua administração no Rio Grande do Sul, Ferreira (2016, p. 25) afirma que Brizola adotou uma série de medidas que causaram impacto entre as esquerdas, tais como a criação de 5.902 escolas primárias, o apoio ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) e, especialmente, a nacionalização de duas empresas norte-americanas de energia elétrica e comunicações. Entretanto, foi ao comandar a Campanha da Legalidade (que após a renúncia de



Jânio Quadros, garantiu a posse de João Goulart na Presidência da República), em agosto de 1961, que o governador do PTB alçou-se ao posto de liderança nacional entre as esquerdas.

Nacionalmente conhecido e reconhecido enquanto liderança política, Brizola candidatou-se, em 1962, a deputado federal pela Guanabara. Nesta eleição, segundo Ferreira (2016, p. 37) recebeu aproximadamente 269 mil votos (o equivalente a 27% dos votos válidos), que correspondem a maior votação recebida por um candidato parlamentar até aquele momento. Já como deputado federal pela Guanabara, o autor (2016, p. 37-44) destaca outros dois acontecimentos marcantes da trajetória de Brizola que elucidam sua tomada de posição à esquerda e radicalização política: a formação da Frente de Mobilização Popular (composta por organizações e partidos de esquerda, das quais Brizola se tornou o porta-voz) e dos Comandos Nacionalistas ou Grupos de Onze (organizações populares, compostas por trabalhadores urbanos e rurais, civis e militares), ambos com o intuito de pressionar João Goulart a realizar as Reformas de Base.

Brizola, o populismo e os processos eleitorais do Rio Grande do Sul (1958-1962) nas análises de Armando Fay de Azevedo

Situado o conceito de populismo no debate historiográfico e político, bem como realizadas as devidas considerações metodológicas acerca da utilização de periódicos na pesquisa histórica, interessa-nos perceber como o mesmo foi aplicado às análises de Armando Fay de Azevedo acerca das eleições de 1958 e 1962 no Rio Grande do Sul. Começamos pelo pleito 1958, no qual, conforme explica Mercedes Maria Loguercio Cánepa (2005, p. 221-261), Brizola – candidato do PTB, aliado ao PRP e ao Partido Social Progressista (PSP) –, enfrentou Walter Peracchi Barcelos – candidato do PSD, aliado a UDN e ao PL, formando a chamada Frente Democrática – na disputa pelo governo estadual, da qual foi vencedor, obtendo 670.003 votos (55,18%), contra 500.944 votos (41,20%) de Walter Peracchi Barcelos.

Em *Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul*, ao analisar o resultado do pleito para governador do Estado, Azevedo (1960, p. 258-259) afirma que o mesmo pendeu para a “grei populista”, registrando-se em solo gaúcho o chamado “fenômeno Brizola”. Tal termo é utilizado pelo autor para definir a vitória do candidato trabalhista, com a maior votação obtida até aquele momento por um postulante ao governo do Rio Grande do Sul. Segundo o autor, Brizola é o que se pode considerar como político nato, ou político de vocação. Caracteriza-se como um caso raro – senão inédito – na política nacional, devido tanto à sua rápida ascensão política quanto ao fato de, desde a sua juventude, não ter exercido nenhuma atividade privada, senão o ofício político.



Na compreensão de Azevedo, tal fenômeno foi suplantado, regional e nacionalmente, apenas pelo “fenômeno Jânio Quadros”, e elevou Brizola ao patamar de outros grandes nomes do PTB.

Entretanto, como explicar este “fenômeno Brizola”? De acordo com Azevedo (1960, p. 259-260), entre os principais fatores responsáveis pela vitória do candidato trabalhista, estão o seu “corte excepcional de populista” e o seu senso de conquista do eleitorado. Tal resposta nos leva a uma segunda indagação: o que Azevedo entende como populismo? Para ao autor, o populismo é antes a “técnica de conquista do eleitorado, modo de se conduzir perante este, habilidade de atraí-lo”, do que uma doutrina ou postura ideológica. Sem desconsiderar, em alguns casos, a relação entre populismo e demagogia, Azevedo afirma que o “populismo à moda brasileira” significa, sobretudo, “aproximação direta à massa, e falar, tanto quanto possível, na sua linguagem, aos seus sentimentos”. Definido isto, eleva-se um terceiro e último questionamento, crucial na compreensão da análise de Azevedo acerca deste pleito: como este populismo de Brizola foi traduzido em práticas eleitorais capazes de fazê-lo atingir este histórico percentual de votos?

De acordo com Azevedo (1960, p. 270-271), as campanhas eleitorais deste pleito foram marcadas pela plutocratização e pelo excesso de propaganda eleitoral. Segundo autor, vultosa foi a soma monetária (oriunda de candidatos abastados, de grupos econômicos interessados nos processos eleitorais e vinculados a algum candidato, ou ainda de “escusas manobras” protagonizadas por candidatos e partidos políticos) despendida na compra de faixas, cartazes, volantes, publicações na imprensa e espaços de rádio. Além dos altos gastos com propaganda, Azevedo destaca também o seu uso excessivo e extensivo nos mais variados meios (ruas, rádio, alto-falantes, imprensa escrita e via postal) e seu desvirtuamento (que levou, por vezes, à retaliação pessoal, à difamação e à intriga), assim como as centenas de quilômetros percorridos pelos candidatos em todo Estado e a realização de milhares de comícios.

Inserido neste contexto, Brizola valeu-se de inúmeras destas práticas em sua campanha eleitoral. Entre os principais artifícios do candidato trabalhista, antes e durante o período eleitoral, Azevedo (1960 p. 259-260) destaca a utilização do rádio. Conforme o autor, Brizola soube, de forma incansável, madrugar através de uma extensa fala radiofônica, semanalmente, durante anos, “usando de uma linguagem tosca, de sofredor, injustiçado, perseguido pelos poderosos, na sua sempre apregoada luta em defesa dos desprotegidos da fortuna”, remetendo todo o tempo às suas origens humildes, de homem do povo. Com isto, passou a estar presente, todas as sextas feiras, em inúmeros lares do Rio Grande do Sul, tal como mais um de seus



moradores. Além do rádio, Azevedo aponta para a vasta publicidade através da imprensa, para a ação direta junto a todos os núcleos do PTB espalhados pelo Estado, para a organização partidária (que com muita antecedência e em massa, permitiu a inscrição de eleitores), e também para a mística getulista (base de sua campanha eleitoral) como fatores determinantes para a vitória de Brizola.

A disputa pelo governo do Rio Grande do Sul em 1962, diferentemente do pleito anterior, não contou com a presença de Leonel Brizola, que, como dito anteriormente, concorreu ao cargo de deputado federal pela Guanabara. Nesta eleição, segundo Cánepa (p. 289-377), concorreram ao cargo de governador do Rio Grande do Sul os candidatos Egydio Michaelsen – candidato do PTB –, Ildo Meneghetti – candidato do PSD, apoiado pelo PL, UDN, PRP, PSP e Partido Democrata Cristão (PDC) – e Fernando Ferrari, do Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Em outubro de 1962, Meneghetti sagrou-se, pela segunda vez, governador do Estado, obtendo 502.356 votos (37, 10%), contra 480.131 de Michaelsen (35,46%) e 290.384 de Ferrari (21,45%).

Em sua análise deste pleito, intitulada *Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul*, Azevedo (1964, p. 257) destaca novamente a presença do populismo na política gaúcha e, em especial, na disputa pelo governo estadual. Todavia, faz algumas retificações na conceptualização do populismo por ele realizada anteriormente. Se na análise anterior o autor compreendia o populismo enquanto técnica de conquista e mobilização do eleitorado, nesta (apesar de admitir a continuidade do que classifica como um “tipo amorfo” de populismo, que possui como seu expoente Adhemar de Barros, líder nacional do PSP) Azevedo passa a associar o mesmo ao nacionalismo, e, principalmente, ao antiamericanismo, ao estatismo e à agitação, frutos da tomada de posição à esquerda de uma fração do trabalhismo brasileiro, representante deste populismo, encabeçada por Brizola.

Este populismo, na visão de Azevedo (1964, p. 255-257), encontra-se fortemente enraizado na política do Rio Grande do Sul. Apesar das mudanças ocorridas na composição das coligações entre 1958 e 1962, verifica-se, de acordo com o autor, uma continuidade do quadro de disputa entre duas correntes de opinião, existentes no Estado desde 1945: de um lado, os conservadores (centro-democráticos); de outro, os trabalhistas (populistas). No que se refere a este segundo grupo, o autor afirma que suas pregações caracterizam-se por um misto de populismo, esquerdismo e demagogia. Em seus discursos, acenam às massas ingênuas –



especialmente nos meios estudantis – com “reformas de base” e promessas de mudanças imediatas, promovendo perigosamente barulho e agitação.

Mas afinal, qual a influência do populismo sobre o resultado deste pleito? Na interpretação de Azevedo, se a vitória de Leonel Brizola nas eleições de 1958 deve-se ao seu “corte excepcional de populista”, em 1962 a derrota do também trabalhista Michaelsen para a ADP, representada por Meneghetti, tem no populismo o seu cerne. Segundo o autor (1964, p. 257), o quadro sucessório no Rio Grande do Sul, polarizado entre os já citados conservadores (centro-democráticos) e os trabalhistas (populistas), possuiu como figura central deste segundo grupo não o seu candidato, ao qual adjetiva como um homem de espírito lúcido e equilibrado, mas sim o radical Brizola. A conduta do governador como estadista e principalmente como político, inquietante por seu radicalismo e agitação (ou seja, o seu populismo), associada à mensagem de ordem, sossego e trabalho, representada pela candidatura de Meneghetti, são vistas por Azevedo (1964, p. 263-264) como fatores determinantes para a derrota trabalhista, devido ao anseio do povo do Rio Grande do Sul por ordem e tranquilidade, frente às barulheiras e agitações promovidas por Brizola e à sua ânsia por mudanças imediatas.

Considerações finais: as análises de Armando Fay de Azevedo e a construção do populismo como mito da política brasileira

Com base nestes apontamentos, voltamos ao problema inicial deste trabalho: como os balanços das eleições de 1958 e 1962 no Rio Grande do Sul, realizados por Armando Fay de Azevedo, se enquadram no processo de construção do mito do populismo na política brasileira, referido por Gomes e Ferreira? De que forma tais análises inserem o PTB e Leonel Brizola neste contexto? Como estas análises podem ter contribuído para a elaboração da imagem de um partido e de um político populistas?

Conforme citado anteriormente, a mistificação do populismo teve a sua gênese entre as décadas de 1950 e 1960, quando, ainda como categoria, foi apropriado por parte de uma imprensa liberal-conservadora e do meio acadêmico, nos quais Azevedo encontrava-se inserido. Em suas análises eleitorais, produzidas neste exato contexto, é possível perceber uma convergência de elementos destes discursos, político e intelectual, referentes à relação entre líder político e massas populares. Líder político cativante, sedutor, demagogo, “charlatão”, capaz de se aproximar das massas e falar na sua linguagem e aos seus sentimentos, de abraça-las, de empolgá-las, de conquista-las, de suborna-las e de mobiliza-las para a conquista do poder. Massas



populares, por sua vez, pobres, famintas, iletradas, incapazes de refletir, sem consciência, sentimento ou organização de classe, destituída de tradição política e, devido a isto, manipuláveis e suscetíveis ao suborno oferecido pelo político populista.

Porém, para, além disto, nota-se também uma diferença na conotação dada por Azevedo ao termo em suas duas análises. Em *Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul*, o populismo é utilizado, positivamente, como chave explicativa para o sucesso obtido no pleito por Brizola, sendo concebido pelo autor não como mera demagogia, mas como capacidade de mobilização eleitoral. Já em *Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul*, o populismo é empregado na análise de Azevedo como algo extremamente negativo, sendo compreendido como um dos fatores preponderantes para a derrota do candidato trabalhista, Egydio Michaelson. Esta mudança na conotação do termo, semelhantemente à convergência entre elementos dos discursos intelectual e político, pode ser vinculada ao processo de construção do mito do populismo, no qual, especialmente a partir do início da década de 1960, o sentido do termo foi negativado, passando a ser associado, entre outras coisas, à demagogia e à manipulação. Se no primeiro caso a concepção de populismo empregada por Azevedo está ligada, em grande medida, às primeiras formulações desta categoria, que entendem o político populista enquanto “líder popular”, aquele que representa os anseios políticos “populares” ou dos “movimentos populares”, no segundo caso o termo aproxima-se muito mais do conceito de populismo, que após 1964 passou a ser amplamente difundido na obra de teóricos como o já citado Francisco Weffort.

Em paralelo a esta negatificação do populismo, iniciou-se também, no contexto de radicalização da política e das lutas sociais do princípio da década de 1960, a associação do termo, já sob a forma de demagogia e manipulação, ao PTB e ao trabalhismo. Uma associação que foi incorporada ao conceito e que passou a compor o mito do populismo, especialmente nas interpretações clássicas do pós-golpe. Este processo de vinculação torna-se nítido no comparativo das análises eleitorais de 1958 e 1962. Se na primeira análise realizada Azevedo associa o populismo a práticas que aproximam os líderes políticos as massas populares, no segundo caso o autor passa a vincular o populismo diretamente ao PTB. Diferentemente do primeiro caso, no qual busca dissociar o populismo de questões ideológicas, em sua segunda análise Azevedo passa a defini-lo enquanto ideologia trabalhista. Ideologia esta carregada de nacionalismo, estatismo, antiamericanismo e agitaçãoismo, frutos de uma tomada de posição à esquerda de parte do partido, e também de manipulação e a demagogia, manifestas, por exemplo, em suas pregações acerca das Reformas de Base.



Se, entre as análises das eleições de 1958 e 1962, o PTB e o trabalhismo passaram a ser sinônimo de populismo, Leonel Brizola por sua vez tornou-se a personificação do líder populista. Diferentemente de *Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul*, no qual o líder trabalhista é visto por Azevedo como um político capaz de interpelar as massas, de falar a sua linguagem e tocar os seus sentimentos, em *Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul* Brizola é tido pelo autor como um político demagogo, manipulador e agitador. Adjetivações que o acompanharam no debate político e em inúmeros estudos acadêmicos, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. Assim como a associação do PTB e do trabalhismo ao populismo está intimamente ligada à radicalização da política e das lutas sociais do princípio da década de 1960, a mudança na interpretação acerca da atuação política de Brizola também se encontra vinculada a este contexto, no qual o trabalhista atuou como um dos principais porta-vozes das esquerdas no Brasil, bem como um ardil defensor das Reformas de Base.

Por fim, no que se refere ao papel desempenhado por tais análises na construção do mito do populismo na política brasileira e na elaboração da imagem do PTB e de Leonel Brizola como um partido e um político populistas, é impossível mensurarmos seu impacto. Contudo, é possível afirmar que, devido à sua relevância neste período (considerando o número restrito de revistas que se propuseram a esta abordagem, sua ligação com uma das mais reconhecidas Faculdades de Direito da época, o financiamento estatal e o prestígio dos autores que nele publicavam), a *Revista Brasileira de Estudos Políticos* foi identificada por Armando Fay de Azevedo como um instrumento de difusão desta concepção de populismo e, conseqüentemente, também como um meio de desvalorização da política trabalhista e de disseminação de ideais liberais-conservadores que a ela se opunham.

A partir destas primeiras percepções, novos questionamentos, que caberiam ser tema de outro trabalho, se colocam: qual o papel da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* neste processo de construção do mito do populismo na política brasileira? A análise de Azevedo foi algo isolado dentro do periódico, ou reflete também um posicionamento editorial? Como a trajetória política e acadêmica do autor reflete as concepções de populismo elaboradas por ele em *Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul* e *Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul*?

Referências bibliográficas:



AARÃO REIS FILHO, D. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-377.

ANGELI, Douglas de Souza. Os “demagogos” e o “Cantão”: imprensa, PTB e bloco anti-PTB na disputa pelo eleitor dos bairros operários de Canoas/RS (1951-1959). In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (Orgs.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 115-148.

AZEVEDO, Armando Fay de. Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n.8, p. 255-278, 1960.

_____. Balanço das eleições de 62 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n.16, p. 251-272, 1964.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (Orgs.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos, 2017.

CAMPOS, Milton Soares. Apresentação. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 1, p. 7-8, 1956.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (Org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **A Política Externa Independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal Correio do Povo (novembro de 1961)**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos de Estudo**, Porto Alegre, n. 13, 1995, p. 19-29.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 61-124.

_____. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012, p. 295-322.

_____. Nacionalismo, democracia e reformas: As ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 23-52.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. [1º edição de 1988]

_____. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-57.



_____. Reflexões em torno do populismo e do trabalhismo. **Varia Historia**, nº 28, p. 55-68, 2002.

_____. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel [et al]. **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 35-50.

_____. Brizola e o trabalhismo. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). **A razão indignada**: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 299-310.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Que é o ademarismo? Cadernos de Nosso Tempo, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p.139-149, jan./jun. 1954.

KARAWEJCZYK, Mônica. **O Voto da Costela**: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934). [Dissertação Mestrado]. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza. **Capítulos de História Política**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

TRINDADE, Héliogio; NOLL, Maria Izabel (Orgs.). **Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890-1937)**. Porto Alegre: CORAG, 2005. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/biblioteca>

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.



A ilha da Utopia como ponto de chegada

The island of Utopia as the point of arrival

Eduardo Leite Lisboa

Graduando em História

Universidade Estadual de Ponta Grossa

eduardolisboa.his@gmail.com

Recebido em: 20/04/2018

Aprovado em: 04/07/2018

Resumo: O presente texto não se quer inovador. Thomas More, *A Utopia*, o século XVI e suas gentes foram objetos de inúmeras reflexões historiográficas com qualidade notável – não sem razão, haja vista o legado que este humanista deixou na cultura ocidental com a criação do famoso neologismo grego até hoje ressignificado e apropriado. Destarte, proponho um mergulho mais profundo nas águas do tempo a fim de encontrar as âncoras desta fictícia criação insular, pois, como denunciam as narrativas de viagens por milênios, o espírito humano buscou seu *alter mundus*, um *locus amoenus*, em contraste com o ordinário. Por meio de um referencial teórico que dialoga com a literatura enquanto fonte e possuindo a longa duração como horizonte, objetiva-se demonstrar o manancial do qual se emerge a ilha da Utopia; ou seja, analisar a tradição literária possibilitadora de uma das maiores obras do Renascimento.

Palavras-chave: Utopia, literatura de viagem, idade média.

Abstract: This text is not intended to be innovative. Thomas More, *Utopia*, the XVI century and its peoples were objects of numerous historiographical reflections with remarkable quality – not without reason, given the legacy that this humanist left in the western culture with the creation of the famous greek neologism re-signified and appropriate until today. Thus, I propose a deeper dive into the waters of time in order to find the anchors of this fictional insular creation, because, as the travel narratives denounce, for millennia the human spirit sought its *alter mundus*, a *locus amoenus* in contrast to the ordinary. By means of a theoretical reference that dialogues with literature as source and having the long duration as horizon, it aims to demonstrate the source from which emerges the island of Utopia; that is, to analyze the literary tradition that made possible one of the greatest works of the Renaissance.

Keywords: Utopia, travel's literature, middle age.



Introdução

Talvez não haja melhor definição para *A Utopia* de Thomas More (1478-1535) do que aquela presente em seu próprio subtítulo: *Livreto deveras precioso e não menos útil do que agradável sobre o melhor dos regimes de Estado e a ilha da Utopia até hoje desconhecida*. Recém completado quinhentos anos de publicação (2016), esta que é uma das maiores obras do Renascimento ainda reverbera na cultura ocidental e continua a suscitar inúmeras reflexões, como denuncia este artigo. As linhas que seguem, entretanto, não se querem inovadoras; estão apenas interessadas em pensar, dentro da longa duração, a tradição literária e o imaginário contido na narrativa de Rafael Hitlodeu.

Estamos diante da ficção que inaugurou o *gênero utópico*, e para escaparmos do senso comum em torno do famoso neologismo grego, importante aludir que a proximidade semântica de udeotopia (espaço de nenhum tempo) e eutopia (local de realização e felicidade) com utopia (lugar inexistente) melhor circunscrevem o conceito inaugurado por More (PAVLOSKI, 2014, p. 17), pois, como veremos, são características consagradas do *pensamento utópico* possibilitador d'*A Utopia*. Faz-se igualmente necessário assinalar que em todo o livro a ficcionalidade está presente nos nomes próprios e prefixos de negação, como em Hitlodeu (contador de lorotas), Anidra (rio sem água) e Ademo (governante sem povo), estando a razão de ser disso na clara influência de Luciano de Samósata (125-192 d.C.), maior transmissor da sátira menipéia, gênero retórico-filosófico com a característica de “mentir verdadeiro”, descrever um “real irreal” (LESTRINGANT, 2006, p. 158).

Esclarecido isso, é possível apresentar com mais clareza o livro. Na qualidade de diplomata do emblemático Henrique VIII, Thomas More vai a Flandres em 1515 cuidar dos interesses britânicos. Lá, através de Pedro Gil, conhece o sábio Rafael Hitlodeu, português amarrado à fortuna de Américo Vespúcio e com quem logo encantou-se ao conversar sobre os problemas da justiça inglesa, convidando-lhe para jantar e ouvir suas aventuras na ilha Utopia. É neste breve enredo que desenrola-se o primeiro tomo (equivalente a pouco menos de um terço de toda a obra) e onde está concentrada a grande crítica moreana. Ao falarem dos problemas da mendicância, roubo e conseqüente enforcamento, estamos diante do saldo oriundo dos *enclosures*, frequentemente vistos como a simples privatização das terras comunais do campo inglês, mas que “[...] significou, mais precisamente, a extinção (com ou sem o cercamento das terras) dos direitos de uso baseado nos costumes dos quais muitas pessoas dependiam para tirar o seu sustento” (WOOD, 2000, p. 22).

Assim um avarento faminto fecha, num cercado, milhares de jeiras; enquanto que honestos cultivadores são expulsos de suas casas, uns pela fraude, outros



pela violência, os mais felizes por uma série de vexações e de questiúnculas que os forcem a vender suas propriedades. E estas famílias mais numerosas do que ricas [...] emigram campos em fora, maridos e mulheres, viúvas e órfãos, pais e mães, com seus filhinhos. Os infelizes abandonam, chorando, o teto que os viu nascer, o solo que os alimentou, e não encontram abrigo para refugiar-se. Então vendem a baixo preço o que puderem carregar de seus trastes, mercadoria cujo valor já é bem insignificante. Esgotados esses fracos recursos, que lhes resta? O roubo, e, depois, o enforcamento segundo as regras (MORE, 2017, p. 37).

Este lucrativo empreendimento da criação de carneiros – devoradores de homens que despovoam campos, casas e aldeias, segundo More, – por ociosos senhores e capitalistas arrendatários (preocupados com o “melhoramento” produtivo das terras) soma-se com problemas de ordem moral e econômica:

A estas causas de miséria ajuntam-se ainda o luxo e as despesas insensatas. Lacaios, operários camponeses, todas as classes da sociedade, ostentam um luxo inaudito nas vestes e na alimentação. Que direis dos lugares de prostituição, dos vergonhosos antros de embriaguez e devassidão, das infames casas de tavolagem de todos os jogos do baralho, do dado, do jogo da pela e da conca que devoram o dinheiro de seus frequentadores e os impelem diretamente ao roubo para reparar as perdas? Arrancai-vos de vossa ilha essas pestes públicas, esses germens do crime e da miséria. Obrigai os vossos nobres demolidores a reconstruir as quintas e os burgos que destruíram, ou a ceder os terrenos para os que quiserem reconstruir sobre ruínas. Colocai um freio ao avarento egoísmo dos ricos; tirai-lhe os direitos do açambarcamento e monopólio. Que não haja mais ociosos entre vós. Dai à agricultura um grande desenvolvimento; criai a manufatura da lã e a de outros ramos da indústria, para que venha a ser ocupada utilmente esta massa de homens que a miséria transformou em ladrões, vagabundos ou lacaios, o que é aproximadamente a mesma coisa (MORE, 2017, p. 39).

Em apenas dois excertos fica evidente onde o nosso autor gostaria de chegar e as denúncias que interessavam-lhes fazer pelas bocas de outrem, porque em nenhum momento concorda integralmente – e de maneira explícita – com o discurso de Rafael. No segundo tomo e restante do livro, temos a narrativa de viagem e minuciosa descrição das instituições e cotidiano dos utopianos, com quem viveu durante cinco anos. Neste relato, é-nos apresentado um *alter mundus*, o perfeito contraste e resposta às mazelas europeias do século XVI.

Não é estranho, portanto, que a interpretação historiográfica mais habitual da obra seja a marxista. Todavia, como já mencionado, pretendo explorar uma outra perspectiva. Diante deste livro e seu autor, deste período e suas conjunturas, sinto-me como o historiador exemplificado por Sandra Pesavento:

Partamos agora para uma hipotética situação de um historiador que se debruça sobre a Literatura para escrever a História de uma época dada. Digamos, pois, que se trata de um historiador da cultura, que se volta para o século XIX em busca das razões e sensibilidades que animaram os homens daquela época. Este historiador não estaria mais interessado em ver como neste século mágico o



homem foi capaz de criar máquinas maravilhosas ao mesmo tempo em que produzia, fortunas de um lado, misérias do outro. Tudo isto ele já estudara, e sua gama de conhecimento acumulado o fazia ter uma compreensão, digamos assim, satisfatória, com este processo... Também ele não teria mais interesse em voltar-se para os acertos e desacertos dos Estados, monárquicos ou já republicanos, a se enfrentarem na política internacional e a fazer frente às revoluções e movimentos sociais internos. Tudo isto já pesava na sua bagagem de leituras feitas, fazendo com que ele tivesse um relativo controle do “estado da arte” destas questões. Frente a tudo isto, ele não se motivava a fazer novas perguntas (PESAVENTO, 2003, p. 42).

Sendo assim, o que anima esta pesquisa ultrapassa as páginas da fonte, a resposta à sua época, a cronologia de seu escritor. Ligia Chiapianni (2000, p. 26) recorda que desde o Círculo Linguístico de Praga (1928-1939) a tarefa da história literária complica-se, pois, para explicar “por que se fala” e “por que se fala daquilo que fala” (a contra-realidade insular em questão, por exemplo), devemos relacionar o texto com a história política, social, econômica e cultural, sua relação com a *tradição* e *literatura do seu tempo*. Ou seja, aquilo que Roger Chartier (2000, p. 197-198) chama de “materiais e matrizes da criação estética” ou “formas de apropriações das obras do passado” na invenção literária; tornando-se impossível desabrigar-nos daquela arquitetura que o tempo pouco deteriora:

[...] os quadros mentais mais resistentes aos movimentos, estas “prisões de longa duração” de que fala Fernand Braudel, que durante séculos determinam, geração após geração, as atitudes profundas e as condutas dos indivíduos. Herança cultural – pressão, por exemplo, que exercem os “autores”, os “clássicos”, as exemplares obras-primas –, sistemas do mundo e crenças – representações religiosas –, modelos de comportamento, virtudes, tais como o patriotismo ou a honra (DUBY, 1999, p. 39-40).

Cabe ainda registrar que o “mundo verdadeiro das coisas de mentira”, isto é, da ficção literária, fornece-nos a *sintonia fina* de uma época; ou seja, os modos de sentir, temer ou sonhar de dado período são muitas vezes sensibilidades que estão para além do confessável, encontrando nesta modalidade narrativa seu terreno para florescer (PESAVENTO, 2006). Além disso, mesmo *A Utopia* sendo produzida por uma personalidade de exceção, as “massas anônimas” ali encontram-se representadas, afinal, a cultura e as reivindicações populares são muitas vezes as mais importantes fontes de inspiração do literato, estando presentes na alta intelectualidade devido sua realidade cotidiana (BAKHTIN, 1987).

Sendo a literatura fonte privilegiada de acesso ao imaginário e este dizendo respeito à “atividade do espírito que extrapola as percepções sensíveis da realidade concreta definindo e qualificando espaços, temporalidades, práticas e atores [...]” (PESAVENTO, 2006, p. 10), somado com a premissa de que “[...] os esquemas convencionais, que as gerações transmitem, são os primeiros a serem recebidos pelo público, mais ou menos conscientemente, porque são os



mais familiares, os mais visíveis, e são eles que mantêm enraizadas as imagens matrizes de uma mentalidade” (DUBY, 1999, p. 69), proponho encontrar as âncoras da criação insular em questão. Nos dois subtítulos que seguem, portanto, procuro apresentar um imaginário e tradição literária que, no terceiro item, podem ser entendidos como possibilitadores da obra de More.

Convém sublinhar que *A Utopia* não estará sujeita a uma meticolosa análise neste texto. Dessa forma, estando o artigo carente de uma reflexão acerca das utopias modernas, convido o leitor que desconheça o assunto a consultar as breves – mas substanciais – *Notas sobre utopia* de Marilena Chauí (2008), onde encontramos um panorama etimológico, as principais características das utopias, suas condições históricas de surgimento e presença até nossos dias. Para uma discussão mais densa recomendo o texto de Francisco Falcon (1996), *Utopia e modernidade*, visto que propõe-se a fazer um apanhado conceitual e introdução aos domínios teóricos desse tema, trazendo discussões sociológicas e filosóficas (para além de históricas) a partir das grandes autoridades no assunto. Por fim, indico a revista *Morus*, principal periódico nacional com diversas e notáveis publicações em que é possível aprofundar na vasta gama de conteúdos acerca do utopismo.

O Atlântico e as narrativas de viagens medievais

Sendo o elemento aquático primordial na cosmovisão greco-latina, era através dele que os deuses atuavam, onde os heróis surgiam e ainda onde estavam as Ilhas Afortunadas. Mas há de se diferenciar os mares. O Mediterrâneo insere-se dentro do Império, totalmente fechado e dominado pela ordem romana. Já o Atlântico, diferentemente do *Mare Nostrum*, localiza-se nas bordas do mundo conhecido e recebia toda a sorte de maravilhas, desde a Terra dos Mortos de Hades e excessivas monstruosidades, até a próspera Ilha dos Bem-aventurados, de Homero, Hesíodo e Plutarco. Sendo assim, o “Mar Oceano” era visto como fabuloso e caótico, mas não ruim: com o cristianismo isso fica evidente. Após tornado religião oficial do Império, o peixe, a barca, os pescadores, o caminhar de Jesus sobre as águas e outros recursos bíblicos do Novo Testamento sustentam uma visão benigna, situação perceptível na arquitetura de cidades portuárias como Lisboa.

Entretanto, segundo Paulo Lopes (2012, p. 13-14), com o fim do Império prevalece aquilo que Rufio Festo Avieno escreve no século IV em seu poema *A Orla Marítima*, sobre o “abismo do Oceano povoado de monstros” a Ocidente das colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar, entre sul da Península Ibérica e norte de África). Ora, Plínio-o-Velho já havia alertado na primeira centúria depois de Cristo: “a água dos oceanos é a mãe de todos os monstros”, um



verdadeiro “reino dos prodígios”. Enquanto periferia do mundo, circunscrevendo a ecúmena e não podendo ser dominado, sobrepõe-se o entendimento veterotestamentário onde Deus separou as águas da Terra e viu que aquilo era bom, da queda/perdição de Jonas – por um monstro – ou ainda do apocalíptico território do Leviatã.

Ainda na Antiguidade Tardia (sécs. III-VII), a percepção das autoridades da Igreja não é diferente: confirmam o local de desordem, desconhecimento e morte, onde somente a costa pode ser navegada, pois, *plus ultra* está o extraordinário. Encontramos em Isidoro de Sevilha (sécs. VI-VII) a premissa de que quando tidas como uma grande massa isolada, as águas são nefastas, e cenário de tremendas tempestades levantadoras de ondas gigantescas, passando por repelir o homem. Acerca disso, Paulo Lopes traz a conclusão de José Mattoso sobre Isidoro pressupor o Oceano como lugar da dessemelhança. E não é admirável, afinal, “se o homem só podia habitar a terra, se só podia aventurar-se, quando muito, sobre mares interiores, como o Mediterrâneo”, o Atlântico tornar-se-ia o contrário da vida pela exclusão daquilo que faz parte do cotidiano humano (MATTOSO apud LOPES, 2009, p. 39). Sevilha transmitia os saberes e interpretações dos autores da Antiguidade Clássica e convicções presentes tanto do homem culto quanto do vulgar:

Ou seja, mesmo para quem não conhecia a teoria dos quatro elementos, o Oceano era uma extensão infindável de água na qual não se podia permanecer muito tempo e onde se encontravam perigos tanto maiores quanto mais os navegadores se afastavam [...] (LOPES, 2009, p. 39).

Para Júlia Tomás (2013, p. 20-31), a ideia do mar como um elemento adverso e destruidor provém diretamente da Bíblia e dos textos da Antiguidade, sempre revelando os mesmos tópicos em relação ao oceano: a tempestade – por onde Deus mostra sua hostilidade –, os monstros devoradores, as ilhas misteriosas e a dispersão infinita. Em grande síntese temos o *Mare Tenebrum*.

Este imaginário marítimo é exemplar da mentalidade medieval. Quando mencionamos Plínio-o-Velho e Isidoro de Sevilha estamos diante de dois enciclopedistas. A *História Natural* do primeiro e *Etimologias* do segundo estão ligadas de maneira umbilical (Plínio é uma referência de Sevilha) e procuram fazer um grande compêndio dos saberes antigos. Naturalmente, os quase seis séculos que separam suas obras proporcionam premissas diferentes; atentando-se a Santo Isidoro, autor mais lido durante a Alta Idade Média, podemos perceber o interesse cristão da preservação de determinados assuntos e sua ressignificação para o nascente medievo. Com isso, a herança Antiga é sensível, a julgar como a visão oceânica foi paulatinamente transformando-se.



Permanecendo neste recorte temporal temos São Brandão (sécs. V-VI). Este abade e missionário irlandês entrou para a história, sobretudo pela *Navigatio Sancti Brendani*, onde desbravou o Atlântico junto de outros clérigos para encontrar a Ilha das Delícias. O monge navegador influenciou de tal maneira o imaginário de seus contemporâneos acerca das antigas lendas que desde a Antiguidade Tardia foi lido e interpretado como um relato verídico até o Paraíso Terreal: uma viagem que pouco a pouco se foi identificando com as Canárias e veio juntar-se a um *continuum* cultural que desde a época Antiga situava no arquipélago as utopias clássicas.

O que devemos reter deste mito é, pois, a sua transcendência e o seu significado simbólico: a narração do périplo do monge irlandês até ao Paraíso acabou por reforçar a imagem que se tinha das Canárias desde a Antiguidade. Com essa identificação, o mito da ilha desaparecida adquire uma realidade auto-suficiente, uma realidade imaginária mas nem por isso menos real – porque a ilha de S. Brandão encerra em si mesma as características do misterioso e do oculto, do surpreendente e do inexplicável, a grandiosidade do fabuloso, a mistura do mito com o quotidiano. Desde o início, a dupla faceta de ficção e realidade converteu a ilha de S. Brandão (e, por consequência, as Canárias, na figura da sua oitava ilha) num espaço simbólico do Atlântico, numa possibilidade sempre aberta de encontrar e aproximar-se do *locus amoenus*, o outro mundo alternativo ao real – uma realidade nunca alcançada e eternamente procurada ou uma fantasia nunca concretizada. Nela se congrega, pois, toda a ideia de sonho, fábula, felicidade, harmonia, calma, pureza e libertação, que está na base, afinal, de todas utopias felizes (LOPES, 2009, p. 140-141).

A literatura de viagem esteve, portanto, presente desde a aurora da Idade Média (sobretudo em função da missionação); porém, é a partir dos Duzentos que ela conhece um *boom* juntamente com a explosão das cruzadas, comércio, cidades, universidades, etc. A ascensão do Império Mongol e sua conquista da China em 1214 abriu as portas da Ásia aos ocidentais graças a sua tolerância com o cristianismo, possibilitando intensas trocas (não apenas materiais). Diversos são os comerciantes que para lá foram e produziram narrativas, bem como emissários papais a fim de converter os mongóis de seu xamanismo antigo. Para além de seus utensílios e mantimentos, os viajantes também levavam consigo uma bagagem muito mais pesada. Maria Amorim sintetizou-a de maneira precisa em uma capital coletânea de estudos bibliográficos sobre o assunto:

Conforme se alargavam os horizontes do espaço geográfico, tornando as terras longínquas mais conhecidas, também aumentava o fascínio pelas coisas maravilhosas que albergavam. Tudo o que de insólito, invulgar, ou estranho contivesse a natureza, o homem dessas paragens, mais aguçava a curiosidade e o espanto. Aquele mundo parecia um outro mundo, um lugar onde tudo era o reverso do cognoscível, o outro lado do espelho, o *alter mundus*. Um sistema de representações do “diferente” começou a marcar lugar no referencial dos Ocidentais, num processo que não se pode considerar totalmente novo, uma



vez que essas categorias de significação, quer antropológicas, quer naturais ou espirituais, já se encontravam muitas vezes no seu universo mítico. O homem medievo possuía definições e quadros de entendimento apriorísticos, e, por vezes, o que o deslumbrava era também o corolário de uma rede subtil, mas reveladora de muitas permanências das antigas culturas da Antiguidade e das autoridades, sobretudo religiosas, do período medieval. Pouco importava, para o efeito, se as viagens eram reais ou imaginárias, se o autor era o próprio protagonista da experiência ou, apenas, um simples coletor de notícias, de relatos orais, de narrativas, de relatos bíblicos, de fisiólogos, bestiários, romances de cavalaria, tratados de astronomia, ou qualquer espécie de informes. [...] O itinerário podia reproduzir os anteriores, com uma ou outra variação, o escriba ser detentor de pior ou melhor estilo literário, ter, ou não, percorrido os lugares que bordejavam o Paraíso Terreal, o Reino do Preste João, as moradas das raças monstruosas, os vales do Demônio, as terras e Gog e Magog. Importante era o efeito produzido, o avolumar de maravilhas, o crescer em espanto (AMORIM, 1999, p. 132-133).

Portanto, a demanda da viagem muitas vezes – quando não *necessariamente* – eram as maravilhas. Por mais difícil que seja conceituar, as raízes de *mirabilia* estão em *mirari*, verbo latino para olhar, deslumbrar; uma admiração pelo extraordinário (LE GOFF, 1994, p. 46). “O fato de, nas terras distantes, as coisas serem totalmente diferentes das nossas é uma das características mais importantes (e mais procuradas) da viagem” (KAPPLER, 1994, p. 63).

Sabendo disso, compreendemos Marco Polo (1254-1324). Este famoso mercador veneziano que trabalhou como embaixador da corte mongol de Kublai Khan descrevendo riquezas e informando ao imperador sobre os territórios que visitara. Legou-nos seu *Livro das Maravilhas*, onde relata o deslumbramento gerado pela imensa quantidade de pedras preciosas, luxuosos palácios e diferentes costumes locais. Levando consigo as referências de seu tempo, estava imbuído da cartografia e lendas Antigas, do Oriente como berço das mais *ricas terras e monstros* – atentando-se ao real graças à função administrativa que cumpria, confirmou ao Ocidente este primeiro elemento, das ricas terras; em se tratando do segundo, os monstros, temos o célebre episódio de seu encontro com o bíblico (Salmos 22:21) unicórnio: “É um bicho muito feio de se ver. Assim, não são como vemos e imaginamos, que dizem que se deixam prender à donzela, mas diríeis que são em tudo o contrário do que gostaríamos que fosse” (POLO apud AMORIM, 1999, p. 150-151).

Os relatos de viagens imaginárias foram igualmente importantes neste tempo. O cavaleiro John de Mandeville comprova isso com suas *Viagens* (c. 1356), afinal, hoje sabemos que esta obra é praticamente um aglomerado de outras narrativas medievais, livros de história, tratados científicos e literatura religiosa. Este autor, diferentemente de Polo, ia atrás do fabuloso, relatando inúmeras raças monstruosas, fontes da juventude e rios que emanam do Paraíso Terreal, *maravilha das maravilhas*. É importante ter claro que a credibilidade desses relatos não



residia na veracidade, até porque para os medievais tudo isso já era real, estando confirmado pelos Antigos, pela Bíblia e autoridades da Igreja. Quando um narrador em primeira pessoa dá a conhecer as fabulosidades do mundo a partir do testemunho ocular, referenciando os doutores e localizando no espaço (como fez Mandeville), tudo ficava ainda mais crível:

É, de facto, inoperante estabelecer uma fronteira precisa entre o real e o imaginário relativamente às viagens medievais. Os dois campos confundem-se, cruzam-se e invadem-se quase sempre. Os próprios recursos discursivos utilizados pelos autores da época tornam falível efectuar tal separação. Afinal, a autenticidade do narrado apoia-se na autoridade do lido, do escutado a pessoas dignas de fé, as prestigiadas *autorictas*, do vivido e ainda da apresentação do relato na primeira pessoa, que tem uma função testemunhal e de resolução de dúvida nos casos mais suspeitos (LOPES, 2009, p. 145-146).

Com a chegada da dinastia Ming na China em 1368 e conversão dos mongóis ao islamismo neste mesmo século, o Oriente fechou-se. Agora, como saciar a sede de notícias dos já deslumbrados europeus? Aqui reside uma das características mais fortes das *mirabilia*: sua transposição. Estando sempre localizadas nas bordas do mundo, quando os viajantes lá chegam e não as encontram, por exemplo, transpõem-nas ao novo horizonte que ali nasceu, plenamente inexplorado. O oceano, dessa forma, torna-se um perfeito receptáculo, pois é o local do desconhecido. Em grande resumo, era hora de buscar novas rotas para a Ásia e ir ao encontro do maravilhoso contido no *Mare Tenebrum*, virando-se ao Ocidente. “Neste contexto, o sonho de abundância e de extravagância, de que Le Goff fala relativamente ao Índico [no livro *Para um novo conceito de Idade Média*], pode perfeitamente adequar-se ao Atlântico nesta fase inicial de sua descoberta e exploração” (LOPES, p. 2009, 142), como bem denuncia o interesse no Éden.

Segundo o texto bíblico o Paraíso está situado no Oriente, e esta opinião prevaleceu ao longo da Idade Média, apesar de diversas especulações sobre a localização. Aqueles que, seguindo a autoridade da Bíblia e dos Pais da Igreja, concebiam-no no Oriente acreditavam que as dificuldades em encontrá-lo deviam-se a ele ter se tornado invisível após o Dilúvio. [...] Portanto a localização do Paraíso era incerta e também o acidente geográfico em que se encontrava. As opiniões dividiam-se sobretudo quanto a ser uma ilha ou montanha. A primeira idéia parece ter sido a mais difundida, em função do próprio simbolismo de ilha, local isolado, cercado pelas águas assustadoras e purificadoras do mar. Ilha é um microcosmo, um “centro espiritual primordial”. Por isso a concepção de ilhas paradisíacas era muito antiga e difundida, como os medievais conhecendo referências às míticas Eliseos, Afortunadas, Feaces, Ogigia, Pancaja, Atlântida, Mérope e Avalon. A tendência medieval era localizar a ilha do Paraíso no oceano que se acreditava circundar a Terra. Quando passou a ser aceita a esfericidade do planeta, facilmente se concluiu que o Paraíso terrestre localizado no Oriente poderia ser alcançado a partir do Ocidente, como afirma João de Mandeville no século XIV e Cristóvão Colombo no século seguinte (FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 117-118).

A insularidade e as utopias na Idade Média



O afastamento/isolamento oferecido pelas águas tornaram as ilhas um espaço privilegiado para a imaginação da Cristandade. Como já introduzido ao mencionarmos São Brandão, por mais tenebroso que o Atlântico fosse, lá poderia estar o Éden. Ainda neste caso em específico, é importante reforçar a presença pagã e popular na cultura cristã e erudita, pois da mesma forma que a Europa medieval consolidou-se a partir da matriz greco-romana, também bebeu do manancial indo-europeu.

De um lado, como expressão do Outro Mundo celta, Avalon era concebida como local belo, puro, cheio de delícias e voluptuosidades. Localizado no Ocidente, este Além era conhecido por Sid, literalmente “paz”, local de igualdade onde não há nem druidas nem guerreiros, onde toda distinção social e funcional encontra-se abolida. De outro lado esse igualitarismo social era complementado pela abundância da natureza, que colocava tudo à disposição de todos. [...] Isto é, a mesma situação da Ilha Afortunada da mitologia clássica, que a *Vita Merlini* identificava com Avalon, a Ilha dos Frutos. Enfim, Avalon era uma das muitas representações possíveis do arquétipo paradisíaco, como demonstra o mito paralelo de Bran, sem dificuldades cristianizado em São Brandão e sua viagem ao Paraíso Terrestre (FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 42).

A obra de Mandeville, das mais lidas durante o Renascimento¹, demonstra o interesse ocidental pela insularidade. Quando narra o reino de Preste João, mitológico imperador cristão da Ásia que surgiu no contexto das cruzadas através de uma carta exortando os católicos a lutarem contra seus vizinhos muçulmanos, descreve-a da seguinte maneira:

Esse imperador, o Preste João, domina uma vasta extensão de terras, onde há muitas boas cidades e vilas e muitas ilhas grandes e largas, pois toda a terra da Índia está dividida em ilhas em razão dos grandes rios que nascem no Paraíso e dividem toda a terra em muitas partes. Também no mar tem o imperador muitas ilhas... Sob o poder do preste João estão muitos reis, muitas ilhas e muitos povos diferentes (MANDEVILLE, 2007, p. 229).

Dentre essas “muitas ilhas”, o cavaleiro destaca as com harmonia físico-social (Latoryn, Cassay, Chibense e Iamcalay) e edênico-pastorais (Bragman, Oxidrace e Gynoscriphe). Várias são as maravilhas oriundas desta vizinhança com o Paraíso: abundância de pedras preciosas nas águas que de lá partem, diversos monstros que no reino habitam e “[...] além daquela sociedade ser justa, não conhecer propriedade privada, não praticar roubo, mentira, adultérios ou vícios, pode-se dizer que para o homem medieval o império de Preste João era sobretudo local de fartura, de exuberância e natureza” (FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 41). Ou seja, a contra-realidade do autor.

O interesse no Jardim do Éden, local perdido da condição perfeita, denuncia algumas das mais caras utopias medievais: o sonho de uma natureza pródiga, da eterna primavera, do solo

¹ Segundo Kappler (1994, p. 59), no século XVII as *Viagens* já possuía noventa edições em dez línguas, e como traz Velloso (2016, p. 22), sua presença na cultura popular evidencia-se no célebre estudo de Ginzburg (2006), pois era um dos livros citados pelo moleiro Menocchio.



sempre fértil, do trabalho prazeroso... Tudo era melhor próximo do Éden, haja vista Caim, enviado para longe, onde a terra era pior, e o império de Preste João, rico material e espiritualmente em função da proximidade. Um espaço, portanto, sem fome e doenças, com boas águas e, como é possível calcular, sem as *injustiças* e *desigualdades* da Cidade dos Homens. Esses dois últimos aspectos sócio-jurídicos são preocupações centrais na Idade Média, sendo “[...] base de várias revoltas, heresias e utopias que pretendiam uma volta à equidade das leis divinas, destruída pelas leis humanas. Na célebre argumentação do líder da sublevação inglesa de 1381, ‘onde estava o nobre enquanto Adão cavava e Eva fiava?’” (FRANCO JÚNIOR, 1992, p. 53). A esperança na igualdade e justiça desembocou em vários movimentos milenaristas, sendo relevante para os ingleses a imagem do rei Artur (quando voltasse de Avalon e instituisse o Milênio) e, também, a existência de “heróis” como Robin Hood.

Hilário Franco Júnior (1992, p. 53-78) coloca que o cristianismo popular do período medieval mantinha a esperança no renascer do mundo após sua decadência – o Milênio, uma antecipação do Reino dos Céus na Terra. Esta Era Messiânica, entretanto, dependeria de algum líder que surgisse ou retornasse de seu exílio histórico para salvar o povo de um contexto de calamidade. O medievalista traz que seis foram os principais anunciadores dos Novos Tempos: Artur, Carlos Magno, Frederico Barba Ruiva, Preste João, Filipe Augusto e Frederico II. Todavia, almejar esse “[...] igualitarismo social, político e econômico, quase sempre presente na visão popular do Milênio, tangenciava e, muitas vezes, adentrava a heresia e o anticlericalismo” (1992, p. 60), fazendo com que tais movimentos fossem suprimidos pelo poder oficial.

Diante desses anseios, “situar elementos portentosos e uma felicidade desmedida em remotos espaços insulares, não concedidos a outros locais da Terra é, com efeito, um *ex libris* do maravilhoso medieval” (LOPES, 2009, p. 145). Vale a pena ressaltar que graças a este distanciamento, tais lugares encontram-se fora do secular, da realidade temporal compartilhada.

A ilha é o que emerge do mar e promete tudo aquilo com que o homem sonha. Espaço puro e primordial, pelo seu próprio fechamento em contraste com a infinitude do oceano em que se enquadra, a ilha é um expoente da percepção simbólica do homem medieval. Ela é o lugar onde o maravilhoso existe por si mesmo, fora das leis comuns. É o lugar do arbitrário. A sua força é tal que persiste bem fundo na memória colectiva dos viajantes até aos séculos XV e XVI (LOPES, 2009, p. 152).

De acordo com isso e retomando o santo navegante, 120 foram os manuscritos da *Navigatio* chegados até nós e sua influência é tamanha que do século XIV até o XVIII as ilhas relatadas estão em muitas das cartografias mais famosas (de Angelino Dulcert, Pizigani, Beccario, André Bianco, Benincasa, Globo de Martin Behaim, etc.). Ao conquistarem Madeira (1423),



Canárias (1424), Açores (1432) e Cabo Verde (1456-8), os lusos inserem-nas ao grupo das Ilhas Afortunadas, pois, para além de encontrar novas rotas ao Oriente, tal qual Colombo, Vespúcio e Magalhães, no século XVI, buscaram-nas. Guillaume de L'Isle em 1707 representou na sua *Carte de la Barbarie, de la Nigritie, et de la Guinée* a fabulosa ilha de São Brandão a Ocidente das Canárias, denunciando sua forte presença ainda nos Setecentos.

A Utopia: uma literatura medieval?

Como mencionado no início, *A Utopia* inaugurou um novo gênero literário. Entretanto, sabendo que “estar atento à novidade, negligenciando o que demora, conduz com efeito às mais perigosas ilusões de óptica com que é ameaçado o historiador” (DUBY, 1999, 68-69) e pensando numa tradição literária de viagens imaginárias anteriores ao século XVI, creio ser válido atentar em certos tópicos já brevemente expostos.

Estamos diante de uma ilha de acesso dificultoso, possuidora de cidades totalmente iguais (com mesma arquitetura social e organizacional), contendo propriedade comunal (em que *todos* praticam a agricultura e revezam atividades no campo e na cidade), onde trabalha-se apenas seis horas por dia, há mobilidade entre as classes operárias/letradas e não existem guerras internas, imposição religiosa, autoritarismo, dinheiro ou qualquer outra forma de coerção. Agora, se deslocarmos no tempo esta descrição, é possível que se encaixe nos pensamentos utópicos de muitas sociedades anteriores ao (con)texto em evidência; o que não é estranho, afinal, e conforme destaca Ana Cláudia Ribeiro (2009, p. 142), Heródoto, Platão, Sêneca, Denis-o-Areopagita, Luciano de Samósata, Santo Agostinho, Pico della Mirandola e Américo Vespúcio são algumas referências citadas diretamente por Rafael Hitlodeu, explicitando os alicerces político-filosóficos de nosso autor – algo facilmente alargável quando refletimos sobre a provável influência cultural de seu meio enquanto cristão, inglês (burocrata conhecedor das insurreições, milenarismos e figuras míticas/heróicas de sua terra) e humanista (profundo curioso daquilo que circulava na Europa, como as *Viagens* e textos acerca dos Descobrimentos).

Dentro desta “mobilidade temporal”, parece-me que a presente literatura deve mais à Idade Média do que ao período clássico da Antiguidade. Diferentemente daquilo que nos é comumente apresentado, sobretudo em função da *República* de Platão – por certo influente – e “retomada dos Antigos pelos renascentistas” (assunto a ser tratado mais adiante), tentarei ilustrar as similitudes narrativas e afirmação de determinados ideários do imaginário medieval na sociedade perfeita de Thomas More através de alguns excertos.



Para começar, a dificuldade de acesso à ilha é presente tanto no medievo quanto na criação moreana. No primeiro caso, destacam-se, sobretudo as brumas, monstros marinhos, tormentas e desaparecimento de terras, no segundo:

A entrada do golfo é perigosa por causa dos bancos de areia de um lado, e dos escolhos, do outro. No meio se levanta um rochedo visível de muito longe, e que por isto não oferece nenhum perigo. Os utopianos construíram uma fortaleza defendida por uma boa guarnição. Outros rochedos ocultos pela água oferecem armadilhas inevitáveis aos navegantes. Unicamente os nativos conhecem as passagens navegáveis e por esse justo motivo ninguém pode entrar no estreito sem ser guiado por um piloto utopiano. Esta precaução seria ainda insuficiente, se os faróis dispostos pela costa não indicassem o rumo a seguir. A simples transposição desses faróis seria suficiente para destruir a frota mais numerosa, dando-lhe uma falsa direção (MORE, 2017, p. 67).

Tais quais os anseios das civilizações pré-industriais, em especial às interessadas no Paraíso Terrestre – ou ao menos sua vizinhança, como vimos com Preste João –, a natureza em Utopia é pródiga. Para além de ser toda cortada por rios, semelhante às Índias relatadas por Mandeville, possui “[...] água doce e potável” (MORE, 2017, p. 71) e, mesmo não sendo de igual fertilidade em todo o seu território,

Os habitantes combatem pela temperança as influências funestas da atmosfera; corrigem o solo por meio duma excelente cultura; de modo que em nenhuma outra parte vi jamais gado tão robusto, nem mais abundantes colheitas. Em país nenhum a vida do homem é mais longa e as moléstias menos numerosas (MORE, 2017, p. 105).

Em resposta ao questionamento “onde estava o nobre enquanto Adão cavava e Eva fiava?”, e sendo o alicerce de toda a crítica da obra, os insulares realizaram a medieval utopia do trabalho não-penoso e da não-distinção social pelo labor. Thomas More, no subtítulo *Das artes e ofícios*, traz que a agricultura é comum para todos os homens e mulheres, uma arte impossível de isentar-se mesmo para aqueles que praticam outros ofícios, como os que envolvem trabalhar com pedras, lãs, cerâmica, madeira ou metais (principais atividades da ilha). Não é incomum, também, que mesmo os magistrados – isentos por lei – trabalhem como todo o operariado. Em seguida, detalha as seis horas de trabalho diário da população: três antes do meio-dia, duas de repouso após o almoço e novamente mais três. Depois que param, jantam e estão livres para usar o tempo como bem entenderem. Se tal carga horária ainda está distante de acontecer cinco séculos depois, no XVI por certo receberia críticas – e nosso narrador antecipa-as:

Dir-se-á talvez: seis horas de trabalho por dia não são suficientes para as necessidades do consumo público, e a Utopia deve ser um país muito miserável. Mas não é este realmente o caso. Ao contrário, as seis horas de trabalho produzem abundantemente para todas as necessidades e comodidades da vida, e ainda um supérfluo bem superior às exigências do consumo. Compreenderéis facilmente se refletirdes no grande número de pessoas ociosas existentes nas



outras nações. Antes de tudo, são essas quase todas as mulheres, que em si já constituem a metade da população, e a maioria dos homens, ali onde as mulheres trabalham. Em seguida, esta imensa multidão de padres e religiosos vagabundos. Somai ainda todos esses ricos proprietários vulgarmente chamados *nobres* e *senhores*; acrescentai também as nuvens de lacaios e outro tanto de malandros de libré; e o dilúvio de mendigos robustos e válidos que escondem sua preguiça sob o disfarce de enfermidades. E achareis, em resumo, que o número de todas as necessidades é bem menor do que imaginais. [...] Considerai também como são poucos aqueles que a trabalhar estão empregados em coisas verdadeiramente necessárias. Porque, neste século do dinheiro, onde este é o deus e a medida universal, grande é o número das artes frívolas e vãs que se exercem unicamente a serviço do luxo e do desregramento (MORE, 2017, p. 77-78).

De igual maneira, a inexistência de valores e distinções estéticas sustenta esta estrutura de sociedade. Na Utopia não há dinheiro circulando, o ouro e a prata são minerados para que em tempos de guerra ou de intempéries garantam-se mercenários e abasteçam-se os celeiros; dessa forma, adornos pessoais – segregatórios em locais de desigualdade – são, a tal ponto, desvalorizados, que as correntes dos escravizados (criminosos) são feitas com esses metais. Esta “pompa” igualmente não existe nos trajes, afinal, “no trabalho, vestem de couro ou de pele; este traje pode durar por sete anos. Em público, cobrem-se de um casaco ou, sobretudo que tapa a roupa grosseira do trabalho” (MORE, 2017, p. 79). Soma-se a estas questões simbólicas a ausência de uma cultura nobiliárquica, ritualística no trato e superioridade estamental. Toda essa vaidade, para os utopianos, são prazeres tão bastardos quanto os jogos de azar e a caça.

Mikhail Bakhtin (1987, p. 8-10) coloca que as festas oficiais no Medievo, ou seja, da Igreja e do Estado feudal, contribuía intencionalmente para a manutenção da ordem social predominante – consagrando, por exemplo, a estabilidade de hierarquias, normas e valores político-morais. Em contrapartida, o carnaval promovia uma segunda vida ao povo, onde destronavam-se as hierarquizações e compartimentações por meio da paródia, como um mundo ao revés. Dessa forma, sendo as festividades carnavalescas uma das maiores expressões da cultura popular medieval, podemos perceber que esta não deixou de abstrair realidades distintas das vigentes.

É preciso assinalar, contudo, que a paródia carnavalesca está muito distante da paródia moderna puramente negativa e formal; com efeito, mesmo negando, aquela ressuscita e renova ao mesmo tempo. A negação pura e simples é quase sempre alheia à cultura popular. Sem conhecer essa linguagem, é impossível conhecer a fundo e em todos os aspectos a literatura do Renascimento e do barroco. Não só a literatura, mas também as utopias do Renascimento e a sua própria concepção do mundo estavam profundamente impregnadas pela percepção carnavalesca do mundo e adotavam frequentemente suas formas e símbolos (BAKHTIN, 1987, p. 10).



A ideia de utilidade pública e coletividade é o pano de fundo da idealização do diplomata inglês. Igualmente neste quesito podemos resgatar uma forma de pensamento medieval. O imaginário feudal, v. g., assenta-se numa sociedade organizada como que em um corpo com partes estritamente interdependentes para seu perfeito funcionamento: temos os *oratores*, *bellatores* e *laboratores*, cada qual com suas responsabilidades específicas garantidoras da ordem universal. Esta visão organicista, este anseio pela unidade (nítido em conceitos como “cristandade”), é sensível na angústia/culpabilidade coletiva do Ocidente europeu naquilo que chamamos “crise do século XIV”, onde se justificavam as calamidades universais (ainda presentes na escatologia do Renascimento) com base nas falhas de alguns, sendo ilustrativa a interpretação acerca das epidemias (BASTOS, 1997). Por mais que a vida na Utopia não propague tais estruturas sociais (até porque, nesse sentido, aproxima-se mais dos propósitos carnavalescos), ela também repousa no princípio do indivíduo-coletivo, na confusão entre interesse público e privado, na saúde do corpo social: tudo é pensado e feito para o bem comum.

Assim, todo mundo, na Utopia, vive ocupado em artes e ofícios realmente úteis. O trabalho material é de curta duração, mesmo assim produz a abundância e o supérfluo. [...] Na falta de obras comuns ou extraordinárias a realizar, um decreto autoriza uma diminuição nas obras de trabalho, porque o governo não procura fatigar seus cidadãos em labores inúteis. O fim das instituições sociais na Utopia é de prover antes de tudo as necessidades do consumo público e individual; e deixar a cada um o maior tempo possível para libertar-se da servidão do corpo, cultivar livremente o espírito, desenvolvendo suas faculdades intelectuais pelo estudo das ciências e das letras. É neste desenvolvimento completo que eles põem a verdadeira felicidade (MORE, 2017, p. 80).

[...] em qualquer outra parte, aqueles que falam de interesse geral não cuidam senão do seu interesse pessoal; enquanto que lá, onde não se possui nada particular, todo mundo se ocupa seriamente da causa pública, pois o bem particular realmente se confunde com o bem geral. Qual o homem que, em outro lugar, não sabe que se pode abandonar os seus próprios negócios, por mais florescente que esteja a república, não deixará, por isso, de morrer de fome? Daí a necessidade com que pensam em si antes de pensar em seu país, isto é, em seu próximo. Na Utopia, ao contrário, onde tudo pertence a todos, não pode faltar nada a ninguém, desde que os celeiros públicos estejam cheios. A fortuna do Estado nunca é injustamente distribuída naquele país; não se veem nem pobres nem mendigos, e ainda que ninguém tenha nada seu, no entanto todo mundo é rico. Existe, na realidade, mais bela riqueza do que *viver alegre* e tranquilo, sem inquietações nem cuidados? Existe sorte mais feliz do que não tremer pela existência, não ser azoïnados pelos pedidos e queixas da esposa, não temer a pobreza para seu filho, não apoquentar-se pelo dote da filha; mas estar sempre seguro e certo da existência do bem-estar, seu e dos seus, mulher, filhos, netos, bisnetos, até a mais longínqua posteridade de que poderia orgulhar-se um fidalgo? (MORE, 2017, p. 141-142).

Além de tais questões, diversos são os assuntos pertinentes a vários períodos históricos, como a utopia da paz, viver segundo as leis da Natureza (cultivando somente as virtudes),



estratégias de guerra, patriarcado familiar e político, modelo ideal de príncipe, escravidão, dentre outros. Contudo, e como já referido, a obra diz respeito ao seu ambiente de produção – possuindo, portanto, novas apreciações. Não querendo ser repetitivo no quesito trabalho, propriedade, injustiça e desigualdade dos Quinhentos, destaco: a existência de tolerância/liberdade religiosa em contraste com uma Europa sofrendo as Reformas da Igreja²; a lógica colonial empreendida pelos ibéricos de então era a mesma dos utopianos caso a ilha ficasse sobrecarregada de habitantes e precisassem migrar para o continente; a moral estóico-epicurista utopiana possivelmente devedora da cultura ameríndia³; o ideal humanista de busca e amadurecimento pelo conhecimento, algo acessível e incentivado a todos os insulares no tempo livre através dos cursos públicos.

Para além dessas novidades, perante o exposto acima, cabe refletir naquilo que Guillermo Giucci pondera ao abordar a carta apócrifa de Preste João:

Se, por um lado, o escritor medieval compensa a monotonia cotidiana de sua própria sociedade imaginando em lugares remotos a presença de microcosmos marcados pela alteridade, por outro, a projeção de sua própria de modelos mais justos e racionais fora de seu ambiente imediato deriva da desigualdade e da irracionalidade que observa a seu redor. [...] a adoção do modelo utópico popular não implica a crítica consciente à injustiça de uma sociedade concreta mediante o espelhamento com uma sociedade ideal [...], e sim a reclamação confusa – através de imagens de abundância e ordem – da necessidade de uma ordem social mais justa e racional (GIUCCI, 1992, p. 84-85).

Teria, desse modo, o renomado livro de Thomas More dado ordem e racionalidade aos anseios medievais?

Considerações finais

Vencida a discussão de que os recortes temporais dentro da História são criações ou escolhas arbitrárias e ideológicas daqueles que a produzem, estando sua função enquanto balizamento de estudo plenamente compreendida pelos que, hoje, iniciam-se nos assuntos historiográficos, é possível questionar a periodização comumente apresentada para a Idade Média (do século V ao XV d. C.). Hilário Franco Júnior demonstra isso em termos simples:

Se numa conversa com homens medievais utilizássemos a expressão ‘Idade Média’, eles não teriam ideia do que estaríamos falando. Como todos os

² Mesmo havendo o consenso de que todas as crenças levam à adoração do “Criador” e sendo perseguido/desprezado aquele que não crê na Providência, inclusive retirando sua cidadania. Por mais que esses elementos contrastem com a tolerância/liberdade destacada, podemos entendê-los à luz do clássico *O problema da incredulidade no século XVI* de Lucien Febvre.

³ Possivelmente, pois, esta reflexão foi iniciada por Américo Vespúcio nas suas *Quattuor Navigationes*, narrativas mencionadas logo no primeiro tomo d’*A Utopia*.



homens de todos os períodos históricos, eles viam-se na época contemporânea. De fato, falarmos em Idade Antiga ou Média representa uma rotulação *a posteriori*, uma satisfação da necessidade de se dar nome aos momentos passados. No caso do que chamamos de Idade Média, foi o século XVI que elaborou tal conceito. Ou melhor, tal preconceito, pois o termo expressava um desprezo indisfarçado em relação aos séculos localizados entre Antiguidade Clássica e o próprio século XVI. Este se via como renascimento da civilização greco-latina, e portanto tudo que estivesse entre aqueles picos de criatividade artístico-literária (de seu próprio ponto de vista, é claro) não passara de um hiato, de um intervalo. Logo, de um tempo intermediário, de uma idade média (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 11).

Este mesmo autor, historicizando brevemente o *obscurecimento* do medievo, coloca que: pelos Humanistas, a Idade Média era tida como um tempo de inferioridade da produção humana perante os feitos divinos; Protestantes criticavam o monopólio Católico; nos Absolutistas havia lamento pelos reis fracos; os Iluministas escrachavam do pensamento ser dominado pela Igreja; entretanto, pelos Românticos, era tida como a origem das nações, um tempo de fé e segurança, onde a cientificidade não causou problemas, tinha-se tranquilidade e merecia ser revivida (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 11-18). Ou seja, um processo muitas vezes de afirmação pela negação. Percebe-se que essas concepções formuladas ao longo de quatro séculos forjaram e permeiam até hoje a concepção de muitos sobre a tal “Idade das Trevas”, vista como o contrário do “progresso”, um entreposto estagnado de duas Eras brilhantes.

Convém dentro deste assunto destacar a falácia da “retomada dos clássicos”, pois, como foi possível abordar no item *O Atlântico e as narrativas de viagens medievais*, eles permaneciam bastante vivos na cultura dos “mil anos” que antecedem ao “Renascimento”. Independente dos espaços, seja nos mosteiros, cortes régias, universidades, tabernas, campo ou mar, a matriz greco-romana fundiu-se com o cristianismo e uma série de heranças indo-europeias. Dessa forma, podemos problematizar com tranquilidade a história quadripartite e sem interdependência, sobretudo quando o interesse for à mentalidade ou o imaginário de um tempo.

Tal como a palavra “mentalidade”, a palavra “imaginário” apresenta-se com um certo halo de indefinição que lhe confere uma parte do seu valor epistemológico, já que assim nos permite atravessar fronteiras e escapar às compartimentações. É um conceito libertador, um instrumento que abre portas e janelas e nos leva a outras realidades, mascaradas pelos rótulos convencionais das preguiçosas divisões da história (LE GOFF, 1994, p. 31).

Destarte, a presente pesquisa buscou dar conta de alguns tópicos que ultrapassam recortes abruptos para melhor pensar as condições de existência deste *Livreto deveras precioso*. Em primeiro lugar, apresentou a mentalidade oceânica na qual Thomas More se viu imerso; depois, procurou evidenciar que “ao longo de toda a história humana, a viagem e a narrativa de viagem constituem o veículo ideal dos sonhos e dos mitos” (KAPPLER, 1994, p. 92); posteriormente,



trouxe as ilhas enquanto lugares-comuns aos espíritos antigos, medievais e renascentistas para situar o extraordinário, “[...] [o] contrapeso para a vulgaridade e a regularidade quotidiano” (LE GOFF, 1994, p. 51); por fim, após este périplo nas águas do tempo, houve a tentativa de abordar as principais características da narrativa de Hitlodeu para além de uma leitura tradicional (esboçada na *Introdução*), empenhando-se em demonstrar que a ilha da Utopia emerge do manancial medieval.

Por mais que o diplomata não estivesse interessado em perguntar a Rafael sobre “[...] esses monstros famosos que já perderam o mérito da novidade: Cila, Selenos, Lestrigões, comedores de gentes, e outras harpias da mesma espécie que existem em quase toda a parte” (MORE, 2017, p. 29), More não conseguiu escapar do maravilhoso. Talvez quando Utopus conquistou Abraxa e ordenou o corte de um istmo a fim de separar o país do continente para então fazer nascer à ilha que legou seu nome (MORE, 2017, p. 67-68), na verdade tenha compreendido algo mais notório: rompeu com a regularidade, com o ordinário, com o tempo – criou um microcosmo insular, local por excelência das figurações utópicas.

Com tudo isso, não objetivo enquadrar Thomas More, *A Utopia*, o século XVI e suas gentes enquanto personagens, texto e contexto medievais, afinal, “o homem da Idade Média ou do Renascimento [já] foi revelado por Lucien Febvre como uma abstração sem realidade histórica” (LE GOFF, 1995, p. 77), tornando-se inoperante e até empobrecedor pensar historiograficamente desta forma. Não obstante, enxergo permanências e rupturas. A tradição literária evoca as matrizes de idealizações aqui enfatizadas; todavia, a afortunada ilha em questão difere-se de suas semelhantes: não é uma Dádiva, todas as suas maravilhas são frutos de uma sociedade organizada sem tutelas divinas, com a pura e simples liberdade do gênio humano enquanto criador de suas próprias condições materiais. Quem sabe, neste período de inúmeras transições e pontos de chegadas que é a Modernidade, o desembarque das viagens medievais tenha se dado na ilha da Utopia.

Referências bibliográficas:

AMORIM, Maria. Viagem e mirabilia: monstros, espantos e prodígios. In: CRISTÓVÃO, Fernando. (org.). **Condicionantes culturais da literatura de viagens**: estudos e bibliografias. Universidade de Lisboa: Edições Cosmos/Centro de Literatura de Expressão Portuguesa, 1999, p. 128-181.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC, 1987.



- BASTOS, Mário Jorge da Motta. Pecado, Castigo e Redenção: a Peste como elemento do proselitismo cristão. (Portugal, séculos XIV–XVI). **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 183-205, 1997.
- CHARTIER, Roger. Literatura e História. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2000, p. 197-216.
- CHIAPINNI, Ligia. Literatura e História. Notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos. **Literatura e Sociedade**, n. 5, 2000, p. 18-28.
- CHAUÍ, Marilena. Notas sobre utopia. **Ciência e cultura**, v. 60, 2008, p. 7-12.
- DUBY, Georges. **Para uma história das mentalidades**. Lisboa: Terramar, 1999.
- FALCON, Francisco. Utopia e Modernidade. In: BLAJ, Ilana e MONTEIRO, John (orgs.). **História & Utopias**. Textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 1996, p. 121-145.
- FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Viagens de Jean de Mandeville**. Tradução, introdução e notas de França. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **As utopias medievais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- FRANCO JÚNIOR, _____. **A Idade Média, nascimento do ocidente**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias e um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do maravilhoso: o novo mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- KAPPLER, Claude. **Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- LESTRINGANT, Frank. O impacto das descobertas geográficas. **MORUS - Utopia e Renascimento**, v. 3, 2006, p. 155-173.
- LE GOFF, Jacques. As mentalidades, uma história ambígua. In: LE GOFF, J; NORA, Pierre. **História: Novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 68-83.
- LE GOFF, _____. **O imaginário medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- LOPES, Paulo. A noite no imaginário marítimo português. **Estudos Humanísticos**. v. 1, n. 110, 2012, p. 9-34.
- LOPES, _____. **O Medo do Mar nos Descobrimientos: representações do fantástico e dos medos marinhos no final da Idade Média**. Lisboa: Tribuna, 2009.
- PAVLOSKI, Evadir. **1984 - A distopia do indivíduo sobre controle**. Editora UEPG, 2014.
- PESAVENTO, Sandra. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, v. 1, n. 14, set. 2003, p. 31-45.
- PESAVENTO, _____. História & Literatura: uma velha nova história. In: COSTA, Cléria; MACHADO, Maria. **História e Literatura: identidades e fronteiras**. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 9-25.
- MORE, Thomas. **A Utopia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- RIBEIRO, Ana Cláudia Romano. A utopia e a sátira. **MORUS - Utopia e Renascimento**, v. 6, 2009, p. 139-148.



TOMÁS, Júlia. **Ensaio sobre o Imaginário Marítimo dos Portugueses**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho, 2013.

VELLOSO, Leonardo. **Um maravilhoso imaginário**: a representação do maravilhoso na literatura de viagens e na cartografia medieval e renascentista. Dissertação (mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

WOOD, Ellen. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica Marxista**, v. 1, n. 10, 2000, p. 12-29.



Pela noite dos dragões: Caio Fernando Abreu e a escrita do tempo na experiência da aids

By the night of dragons: Caio Fernando Abreu and writing of time in the experience of aids

Guilherme da Silva Cardoso

Mestrando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

guilherme.sscardoso@gmail.com

Recebido em: 02/08/2018

Aprovado em: 03/09/2018

Resumo: Este trabalho analisa de que modo o entendimento e a experiência do tempo na experiência-limite da aids se inscreveu na produção do escritor Caio Fernando Abreu. O discurso literário afirma-se como uma das maneiras de pensar e escrever sobre a aids, abrindo possibilidades na epidemia discursiva sobre essa experiência. Caio F. foi pioneiro ao tratar do tema, em um universo cujo pano de fundo da tensa relação com a enfermidade torna-se o cenário para indivíduos e suas experiências com o tempo, a sexualidade e a morte emergirem: o medo e a presença da aids permanecem como um espectro, ancorados no passado que se estende, impondo-se como experiência de puro presente, como aponta Susan Sontag, em uma relação com o tempo que não pode ser ignorada. Em dois contos de *Os Dragões não conhecem o Paraíso* (1988), e a novela *Pela noite* (1983) busco compreender, em um diálogo entre a historiografia e a literatura, de que modo se apresenta uma experiência do tempo marcada por estigmas tão potentes, com tamanho poder de interferência em como se entendem as temporalidades.

Palavras-chave: Teoria da história, aids, literatura.

Abstract: This paper analyzes how the understanding and experience of time in the limit-experience of AIDS was inscribed in the production of the writer Caio Fernando Abreu. The literary discourse affirms itself as one of the ways of thinking and writing about AIDS, opening possibilities in the discursive epidemic on this experience. Caio F. was a pioneer in dealing with the theme, in a universe whose background of tense relationship with this disease becomes the setting for individuals and their experiences with time, sexuality and death to emerge: the fear and presence of AIDS remain as a spectrum, anchored in the past that extends, imposing itself as an experience of pure present, as Susan Sontag points out, in a relationship with time that can not be ignored. In two short stories of *Os Dragões não conhecem o Paraíso* (1988) and the novel *Pela noite* (1983) I try to understand, in a dialogue between historiography and literature how an experience of time is marked by such powerful stigmas, with such a power of interference in how one understands temporalities.

Keywords: Theory of history; AIDS; literature



Um prólogo “positivo”

Em carta enviada à sua amiga, a pintora Maria Lídia Magliani, o escritor gaúcho Caio Fernando Abreu assim escreveu sobre sua reação ao descobrir-se portador de HIV, em agosto de 1994:

Depois de pegar o teste positivo, fiquei dois dias ótimo, maduro & sorridente. Ligando pra família e amigos, no 3º dia enlouqueci. Tive o que chamam muito finamente de “um quadro de dissociação mental”. Pronto-socorro na bicha: acordei nu amarrado pelos pulsos numa maca de metal... Frances Farmer, Zelda Fitzgerald, Torquato Neto: por aí. [...] Não tenho nada, só um HIV onipresente (MORICONI, 2002, p.311).

Assinando como “Caio F. (finalmente um escritor positivo!)”, de maneira aparentemente irreverente e conformada, o escritor assim ilustrava o fato de estar doente. Falecendo por complicações de saúde em fevereiro de 1996, o tema da aids¹ determinou o rumo da sua trajetória intelectual, desde as primeiras reportagens sobre os poucos casos daquela enigmática doença, e também, em sua produção após o diagnóstico de HIV positivo.

Esse tema é só um dos muitos que marcaram o universo literário de Caio F., como gostava de assinar, referenciando-se como o “primo intelectual de Christiane F.” Entre tantos temas, como lembra Barbosa (2008, p.15) também podemos mencionar a intertextualidade, num diálogo que mantém com a obra de outros escritores, como Hilda Hest e Clarice Lispector; o “borramento” dos gêneros literários, desenvolvendo uma pioneira literatura brasileira autoficcional; uma sofisticada estética *kitsch*, numa produção de aparência “marginal”, mas obedecendo a rigorosas técnicas de produção literária, a abordagem do universo homoerótico, etc. Ao longo de sua carreira literária, Caio F. ficou conhecido, como lembra Marcelo Bessa (2002, p.106), pelo epíteto de escritor “pesado e baixo-astral”, devido à imersão psicológica a qual submetia seus personagens e narrativas. Mais recentemente, vem figurando pelas redes sociais no consumo em *drops* da literatura, emoldurando frases de efeito - ora descontextualizadas, ora nem correspondendo à sua autoria. É o autor daquele que é considerado o primeiro enfoque na aids como fenômeno na literatura brasileira, a novela *Pela noite*, de *Triângulo das Águas*, em 1983: um momento no qual essa produção, bem como aquelas que seguiram, partiram do pouco que se sabia sobre a enfermidade, e assim, refletiram (e utilizaram-se de) seus enigmas, o espectro de

¹ Neste trabalho utilizaremos a grafia da enfermidade em letras minúsculas, devido à sua absorção pela língua portuguesa como verbete inspirado na sigla da língua inglesa (AIDS), reconhecido desde a edição de 2001 do Dicionário Houaiss e pela Academia Brasileira de Letras após a reforma ortográfica de 2009. A utilização da palavra com essa grafia é também uma demanda de setores ativistas, tendo assim um uso político visando diminuir o alarmismo da sigla escrita em letras maiúsculas. Será preservada, porém, a grafia utilizada pelos autores citados.



paranoia e seu impacto na vida social, traços que reacenderam as tochas conservadoras, na figura da “peste” e da “praga”. A epidemia que vorazmente se desencadeia vai muito além do plano biológico, atingindo outras áreas de conhecimento e informação, o que Bessa conceitua como “epidemia discursiva” (1997, p.22), campo no qual os tropos relativos à epidemia e a soropositividade se colocam.

O professor João Bosco Hora Góis (2014) pontua que desde a identificação dos primeiros casos, a enfermidade foi objeto de constante disputa entre os agentes – cientistas, ativistas, imprensa, governo, literatura, etc. Isso ocorre porque a construção do significado dessas experiências não é somente individual, mas um processo social de definição e interpretação, que produz uma imagem resultado de diversas abordagens (p.210). Assim, os inúmeros discursos sobre a aids incorrem não somente sobre os sintomas a partir da metáfora da “peste” que se mostra tão pungente, servindo a interesses de setores conservadores e neoliberais, no que aparentemente “historiciza” a doença do *fin de siècle* - mas também a quem por ela é atingido e na maneira que o indivíduo se coloca no tempo e no espaço.

Nesse sentido, receber o diagnóstico da soropositividade e viver com o HIV, pensando no momento privilegiado em nossa pesquisa, produz um impacto em três grandes aspectos na vida do sujeito: seu cotidiano, subjetividade e identidade (RODRIGUEZ, 2010, p.173), impactos gerados por uma doença cujo caráter de letalidade e degradação são a todo tempo realçados. A atmosfera das décadas de 1980-1990 carregou o espectro do medo e do contágio em receios muito além dos literais, atingindo a sociabilidade e assombrando a rasa liberdade sexual conquistada nas décadas anteriores - uma *experiência* construída a partir da ideia da *diferença*. Referenciando-se em Teresa de Lauretis, a historiadora Joan Scott (1998) estabelece a experiência como um dos fundamentos introduzidos na escrita histórica, diferente do “fato bruto”, com variadas conotações e visando uma crítica ao empirismo. Assim, designando a experiência como o processo pelo qual a subjetividade é construída para todos os seres sociais, através do qual nos colocamos ou somos colocados na realidade, percebe-se um processo que funciona pela fundamentalmente pela *diferenciação* (p.307). Scott vê o conceito como a história de um sujeito, e a linguagem, o campo no qual a história se constitui, e dessa forma, a explicação histórica não pode separar ambas as áreas. E aquilo que conta como experiência nem sempre é evidente ou direto – é sempre contestado e assim, sempre político (idem, p.320-321). Nesse processo, a evidência da experiência torna-se, assim, a evidência do fato da diferença, *per se*, ao invés de verificar como se *estabelece* a diferença, como ela *opera*, bem como de que forma ela constitui sujeitos que veem e agem no mundo (SCOTT, 1999, p.04). As especificidades da aids, nos anos 1980-1990,



entretanto, carregam uma grande carga de violência e discriminação, potencializadas em um curto período de tempo, devendo então ser compreendidas como uma *experiência-limite*².

Podemos assim perceber que em sua própria experiência, Caio Fernando Abreu recusou-se a escrever a doença por meio de termos “meramente denotativos” (FERNANDES, 2015, p.117), trazendo em suas obras a complexidade dessas questões, lançando mão de recursos literários a fim de disfarçar no texto o tema que está tratando. Sua produção foge dos elementos que conferem evidência ao que está sendo abordado, escrevendo sobre a doença sob um véu de dissimulação, elipsando o que pode ser relativo ao que temos como referente à doença e ao vírus. Em Caio F. não lemos as siglas conhecidas – aids, HIV, menções diretas – mas sim uma elaboração literária encontrando semelhanças, por exemplo, na cor roxa e suas variantes, na materialidade de sintomas enigmáticos, no fantasma social da “peste”: tais leituras sobre a enfermidade e seus significados fogem ao sentido “literal” da doença, legitimado em determinados discursos com uma visão da realidade que, a princípio, não oferece espaço para questionamentos. Um tipo de escrita que não somente convida o leitor a construir um significado, mas precisa dele para tal, e ao tratar de uma experiência tão particular, esse estilo narrativo acaba favorecendo a pluralidade de nuances que se pode ter em resposta.

O fenômeno, a epidemia em si, dá-se em escala global, rompendo fronteiras e questões transnacionais, mas, simultaneamente, como um efeito dominó, impacta de maneira específica cada grupo social ou localidade que chega, invadindo territórios e indivíduos, “criando realidades” a cada contexto. Tais realidades aqui discutidas não são neutras, por mais que o discurso biomédico pretenda-se isento de valores e metaforicamente depurado: assim, se esse contém a “verdade” do literal e do real, conduzindo a discussão sob a falsa isenção valorativa do científico, o literário significa o metafórico, o ficcional, o inalcançável, sugerindo uma “realidade rival”, na expressão de James Wood (2011, p.164).

No Brasil, pensando a ascensão da epidemia nos termos da disciplina histórica, Maria Cristina da Costa Marques (2002) aponta o tímido envolvimento com a questão, num contexto de cruzamento entre diversos campos de conhecimento, em um sólido arcabouço teórico que permite certo entendimento da aids e suas dimensões – um envolvimento que produziu uma historiografia significativa em países como os Estados Unidos, Inglaterra e França, por exemplo. Esse *evento* permitiu, assim, ao historiador contemporâneo repensar suas metodologias e práticas

² “Em compensação, a experiência em Nietzsche, Blanchot, Bataille tem por função arrancar o sujeito de si próprio, de fazer com que não seja mais ele próprio ou que seja levado a seu aniquilamento ou à sua dissolução. É uma empreitada de dessubjetivação”. Cf. FOUCAULT (2010, p.291)



acerca do *fazer* história do tempo presente, bem como na inserção nos debates sobre a saúde pública. Se, por vezes, torna-se uma empreitada difícil nesse ramo, dada a dinâmica das “fontes”, que se dão *durante* o tempo da pesquisa, é também um de seus “fascínios”, como aponta Marques (p.46), referenciando-se na historiadora Virginia Berridge (1996). Assim, os primeiros casos da aids oficialmente registrados ocorreram em julho de 1982, em São Paulo, cidade também pioneira nas respostas de programas governamentais em que, no mesmo ano, se dão as primeiras articulações de grupos sociais. Nesse sentido, Eliza Vianna (2014, p.15) destaca que de modo inédito a aids trouxe a mobilização dos doentes e outros envolvidos, exigindo respostas do poder público às demandas, organizados especialmente após a segunda metade dos anos 80. Da mesma maneira, as organizações não-governamentais também tiveram grande importância nessas conquistas, fundando diversas instituições pelas cidades.

Contudo, como afirmou Herbert Daniel, “ninguém poderá escrever a história da doença no Brasil sem recorrer ao noticiário da imprensa” (BESSA, 2002, p. 21): a narrativa produzida nas redações de jornais e revistas como *Veja* e *IstoÉ* ditou a trajetória dos discursos no cenário brasileiro, sendo o “aspecto folhetinesco” da literatura da aids decorrente das influências legadas pelas cinzas páginas de jornais, como nos apresenta Bessa (2002) e Jane Galvão (2000). O gatilho de Caio F., nesse sentido, é estabelecer uma produção que quebra essa atmosfera sensacionalista envolta na literatura de “folhetim”, criando possibilidades para além daquilo considerado possível nas ferramentas de representação em um determinado gênero, reelaborando as fronteiras entre autor & obra.

Outras fronteiras reelaboradas são também as da temporalidade – passado, presente e futuro passam por uma intensa revisão durante a experiência da aids. A culpabilização de homens gays foi a grande força do conservadorismo no início da década de 80, simbolizando a complexidade da relação entre sexualidade e morte, Eros e Thanatos – porém, tal legado permanece. Um fenômeno que pode ser concebido como um “trauma social”, que conforme Maria Inés Mudrovcic carrega uma temporalidade que traz o passado à tona no presente, causando um colapso (2013, p. 21). O medo, a experiência e a memória da aids, assim, permanecem como um espectro, ancorado num passado que se estende até o presente: de acordo com Susan Sontag, um presente “puro”, em uma relação com o tempo que não pode ser ignorada (2007, p.137). Para a escritora, trata-se de uma cadeia, vinda do passado, transformando nossa ideia de futuro e progresso, devido ao volume de conhecimento e informação, em uma visão de catástrofe.



O discurso literário, assim, oferece um modo de interpretação que tenta dar conta dessa pluralidade de experiências, fazendo-se valer justamente do pensamento metafórico que se constrói, pois como aqui defendo, *qualquer discurso* sobre a aids existirá a partir de metáforas, por ser construído a partir da linguagem, encontrando o objeto que lhe for mais adequado. A literatura, em seus inúmeros formatos, gêneros e estilos, pode oferecer outras abordagens à experiência, outras visões do *estar* doente, em imagens *positivas*, agindo no reflexo que se tem de si mesmo e concepções de futuro. Reflexos esses que não correspondem a uma realidade preenchida de figuras dominadas pela impessoalidade, decadência, culpa e pena – massivamente produzidas e veiculadas pelo discurso médico e jornalístico durante as duas primeiras décadas. Evidentemente, não negamos aqui a “realidade”, mas sim sua apreensão de uma maneira objetiva: pensar a relação realidade/ficção como uma oposição, na literatura sugere a possibilidade de apreensão do “real”, da “verdade em si”, por meio de uma narrativa, oposta a uma escrita fabulada, imaginada, em suma, “inventada”. Entendendo a realidade como campo de descrições/representações e não como um conjunto de coisas objetivas, e que tanto “realidade” quanto “verdade” estão vinculadas a um sujeito cognitivo, aquilo que costumamos chamar por esses conceitos só pode ser concebido a partir de consensos construídos intersubjetivamente, que mudam ao longo do tempo (VERSIANI apud VELASCO, 2015, p. 05-06).

Articulando literatura, a experiência-limite da aids e a historiografia, levei essas questões à produção de Caio Fernando Abreu que, em maior ou menor nível, tematizou, refletiu, e se embasou no conhecimento que se tinha da enfermidade. Por isso, estendo seus efeitos ao espectro do medo, do contágio, o espírito de paranoia que escapa aos limites daquilo que a doença, “biologicamente” interfere, conectando indivíduos que nunca haviam se conhecido, além, é claro, do impacto direto na narrativa, em torno de sinais e vestígios. Por conseguinte, delimito as obras analisadas, relacionando-as diretamente com nossas dúvidas e trazendo reflexões, mas que, sobretudo, não se encerram aqui: do livro de contos *Os Dragões não conhecem o Paraíso*, lançado em 1988, retirei dois que servem como ilustração dessa tensão com as temporalidades - *Linda, uma História Horrível* e *Saudades de Audrey Hepburn (nova história embaçada)* - desdobrando-os em suas complexidades e aplicando uma leitura que visa encontrar uma “coerência histórica” em como os textos apresentam o tema, partindo de considerações sobre a teoria tropológica, no sentido de buscar uma “organização” daquilo que se apresenta supostamente “disperso” em um texto (historiográfico ou literário). De maneira um pouco mais, digamos, “especulativa” do que “teórica”, também será analisada a novela *Pela noite*, de *Triângulo das águas* (1983).



Conforme Courtine (2006), no início da década de 1980, havia um sentimento geral de que, não apenas as epidemias haviam chegado ao fim durante os anos 1970, mas as enfermidades infecciosas como um todo, ao menos nos países industrializados (p.39-43). Assim, a aparição da aids representou um retorno ao imaginário dramático das moléstias, o contagioso mal do *outro*, pondo em xeque a frágil liberdade sexual e – “inesperadamente” – a suposta infalibilidade da ciência. Nas disputas que se tecem na epidemia discursiva sobre a aids/HIV, o isolamento da investigação, legada sobretudo à Imunologia e Epidemiologia, selou o rumo das definições que a aids ganhou nos anos iniciais, segundo Góis: na tarefa de separar “saudáveis” de “não-saudáveis”, com seus ideais de “normalidade/anormalidade”, a homossexualidade masculina foi preenchida com as infundáveis hipóteses acerca das práticas sexuais (2014, p. 217).

Assim, receber o diagnóstico “positivo” de algo tão discursivamente conectado à aproximação da morte, representa para o sujeito um momento chave em sua história, pois, como aponta a antropóloga Natalia Rodríguez, é um impacto no corpo e no cotidiano, mas, em especial, na subjetividade (2010, p. 137). Os projetos de vida e o sentido da existência, *até então* estáveis, passam por inevitáveis questionamentos e conflitos. Mas, quais as marcas desse “até então” mencionado? Por quantas reavaliações da própria existência e do tempo um indivíduo pode passar? Viver com HIV, é uma experiência que confronta o sujeito com as representações e expectativas sociais, pois “sua nova realidade pessoal impulsiona um complexo processo de revisão e ressignificação desse sistema de crenças, de seu passado, presente e futuro, de reacomodação de sua própria imagem, seus papéis e identidades” (ibid., p. 173), uma experiência, de acordo com o que vimos anteriormente, construída através da diferença.

Essa mesma noção guiou as noções de alteridade, repercutindo no convívio social e exercício da cidadania. A população gay masculina foi, talvez, o principal grupo social impactado no início dos anos 80³, atingida por medidas sociopolíticas que supostamente visavam cercar a

³ É evidente que esse grupo não foi o único atingido (biológica e discursivamente). Faço tal recorte pensando nos momentos iniciais da epidemia. A ideia do “grupo de risco” é crucial para compreendermos esse fenômeno: na construção desse mal do *outro*, as divisões seguiram-se primeiramente dividindo a sociedade entre os “saudáveis” e os “doentes”, e nesses últimos, dois segmentos: as “vítimas inocentes” (em geral, bebês nascidos de mães soropositivas e profissionais da área da saúde infectados em serviço) e os “culpados”. Esses, parte do “grupo de risco”, foram divididos em subgrupos, mostrando a face mais grosseira da discriminação, na infame “Fábula dos 4 H”: uma “fábula” tecida por “epidemiologistas equivocados”, segundo Francisco Inácio Bastos, ele mesmo um epidemiologista. Cf. BASTOS (2006). Os “4 H” reuniam então, aqueles “exclusivamente” propensos à infecção: homossexuais, usuários de heroína, hemofílicos e haitianos. Complexas coletividades reunidas em uma categoria fria, à luz da discriminação que salta aos olhos. Sobre cada um desses grupos se incidiu – e ainda incidem – universos metafóricos inteiros, que se isolam, se entrelaçam, se colidem. Não tardou para os discursos dos “grupos de risco” acrescentarem mais um membro: as mulheres. A partir do fim dos anos 80, o discurso misógino em torno das práticas sexuais da mulher “compartilharam” com o homem gay os perigos do sexo e da maledicência, o horror e o prazer do sexo e da morte.



expansão do vírus, mas a cabo, também visavam isolar socialmente a homossexualidade como um todo. Dentre as medidas, algumas cedo ou tarde finalizaram-se, como o teste compulsório e proibição de imigrar para certos países - o *free country* Estados Unidos, por exemplo, cujo veto a imigrantes soropositivos foi revogado somente em 2010. Outras medidas, entretanto, se fazem tão arraigadas no cotidiano, quase como sem questionamento, que é desalentador concluir que, com a guinada conservadora da década de 2010, é improvável que sofram alterações - como, no Brasil, a proibição de doação de sangue de qualquer pessoa homossexual, considerada parte de um “grupo de risco”, decisão alterada de maneira ínfima em 2002.

Nas diversas fases de sua extensa obra, analisando o desenvolvimento de questões e comportamentos aparentemente já “historicizados”, Foucault lançou luz aos “anormais”, por ele mesmo assim designados, não passíveis de uma história, ou mesmo uma reflexão: a loucura, o sistema prisional, as sexualidades dissidentes. Para ele, as identidades sexuais – obviamente, a heterossexual inclusa – são criações do século XIX, e que assim reconhecidas, enquanto *identidades*, não poderiam ser então, relativas às práticas sexuais do passado (FOUCAULT, 2015, p.40). Tais categorias, aqui no caso visando à construção do indivíduo gay contemporâneo, são diferentes do “sodomita” dos séculos anteriores, quando não era além de uma categoria jurídica. Conforme essa imagem se consolida, à medida que se torna “coisa médica” ou “medicalizável” – como uma lesão, um sintoma, ou, como testemunhamos hoje, passível de uma “cura” – vai sendo preenchida pelos signos do comportamento.

Como o homossexual, essa nova personagem, o “aidético”, também tem um passado, uma história, uma psicologia e, ainda, uma face e um corpo. Ser portador do vírus ou ser doente de AIDS implica deixar de ser quem é para ser um “aidético”, para ter um corpo, uma face e uma história definidos. Olhar-se no espelho, portanto, não significa ver sua própria imagem, mas ver a imagem de um “aidético” e aquilo que essa imagem representa (BESSA, 1997, p. 109).

Trata-se de uma criatura desprovida do direito à individualidade. Como observa Góis (2014, p. 222-223) ele é apresentado em fotografias, “explicado” em textos. Um indivíduo desajustado e solitário cuja doença não criou, mas que acentuou seu isolamento e ruptura da vida familiar – sofredor e fonte do próprio sofrimento, preenchido pela culpa na marginalidade em relação à sociabilidade heterossexual. A linguagem e a subjetividade atribuídas foram se alterando, dando lugar a “soropositivos” e “pessoa que vive com aids”: mudanças conquistadas após verdadeiras cruzadas na qual todas as ONGs em torno da questão entraram durante a década de 80, contra a imprensa que vulgarizou o termo condenatório “aidético” e o tornou público, conforme Bessa aponta (2002, p.71).



O “aidético” (*sic passim*) representaria então o paradoxo de um processo civilizatório tido como “ideal”: por um lado, é alguém que se encaminha para a morte, lenta e degradante, mas está vivo - mesmo que seu corpo e seu rosto lhe contradigam. Por outro, sua morte civil já foi decretada anteriormente, seja na exclusão a partir do horror ao corpo “não-saudável” ou pela retirada de sua complexidade e de sua agência (*Handeln*), em outras palavras, sua capacidade de decidir sobre seu próprio futuro (GUMBRECHT, 2015, p.15). Durante os anos 80 o sujeito “aidético” passou do “desconhecido sem nome”, para protagonista da explosão de narrativas que recontavam trajetórias de anônimos e famosos - contudo, um protagonismo não no sentido de conferir visibilidade, mas sim de saciar a mórbida e caustica curiosidade do consumo dessas vidas e mortes. Com a incansável luta de diversos movimentos sociais ao longo dos anos como o “Grupo de Incentivo à Vida” (GIV), o carioca “Grupo Pela Vida (Valorização, integração e dignidade do doente de aids)”, e o “Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS” (GAPA) – entidade que agoniza frente à negligência do poder público⁴ – hoje existem grandes possibilidades de qualidade de vida, visando políticas públicas efetivas, tratamento acessível, e também nomenclaturas que acompanham concepções positivas do indivíduo, que ressaltem sua agência e valorize sua cidadania, como a pessoa “soropositiva” e a já mencionada grafia da enfermidade em letras minúsculas. Como qualquer outra enfermidade, conviver com a aids vai além de questões de medicina – mas também de direitos humanos, representações com dignidade, linguagem, políticas públicas, etc.

A construção de uma literatura, de fato, em torno do que ronda essa experiência, logo, não se deu de maneira simples, pois, durante anos tais narrativas “pertenceram” às redações e páginas cinzas de jornais. As notícias invariavelmente transmitiam o caráter folhetinesco das situações: vírus produzidos em laboratórios, guerras bacteriológicas, doença da África, sangue, macacos, saunas gay, orgia, sexo anal, drogas injetáveis, rituais de vodu, e por aí vai. O aspecto folhetinesco, além de marcar a nossa compreensão da epidemia, também influenciou na produção e, especialmente, no *consumo* e na *recepção* daquilo que podemos mais estritamente definir como literatura, e mais especificamente, a literatura da aids (BESSA, 2002, p.23). Caio Fernando Abreu demonstrou em diversas entrevistas e também em sua obra, que era um ávido consumidor das notícias sobre a doença e as vítimas que - anônimas ou famosas – foram sendo expostas nessas narrativas:

⁴ Ver: Símbolo do ativismo contra Aids, sede do GAPA é fechada em Porto Alegre. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/simbolo-do-ativismo-contra-a-aids-sede-do-gapa-e-fechada-em-porto-alegre.ghtml> > Acesso em 26 jul. 2018.



A primeira vez que ouvi falar em aids foi quando Markito⁵ morreu. Eu estava na salinha de TV do velho Hotel Santa Teresa, no Rio, assistindo ao Jornal Nacional. “Não é possível” — pensei — “Uma espécie de vírus de direita, e moralista, que só ataca aos homossexuais?” Não, não era possível. Porque homossexualidade existe desde a Idade da Pedra. Ou desde que existe a sexualidade — isto é: desde que existe o ser humano. [...] Por que só agora “Deus” ou a “Natureza” teriam decidido puni-los? (ABREU, 2006, p.43).

Tais reportagens foram suas leituras, proporcionando-lhe fortes inspirações, mas, como escritor, fugiu dessas narrativas melodramáticas, apresentando outras maneiras de tentar compreender essa espiral metafórica, para além da própria questão da elipse do evidente, como mencionado. Nessas narrativas, o leitor deve ser um participante ativo na construção desse entendimento da síndrome, pois sua atenção e perspicácia são necessárias em busca de um melhor entendimento da obra de Caio F. (BESSA, *ibid.*, p. 117). Essa relação autor & leitor, ganha novos desenhos em sua produção, como quem busca elucidar enigmas com aquele que o lê. A intenção desse trabalho não é investigar, desvelar, tampouco “completar” o que Caio escreveu, e sim, colocar esse jogo ao lado de outros enigmas, aqueles que repousam nas inúmeras maneiras de sentir as temporalidades na História.

Passados, metáforas e reencontros: Linda, uma História Horrível

A partir das reflexões de Hayden White (1994), sabemos que a linguagem é um produto cultural específico, permitindo ao seu uso certas liberdades metodológicas, com regras próprias, mas que não necessariamente causam um choque com a realidade, entendida como o “cenário” dos acontecimentos “de fato” do mundo (p.10). Ela, a linguagem, não é um conjunto de “formas” vazias esperando para serem preenchidas com o factual e o conceitual, e sim, ela própria já é carregada de significados antes de ser enunciada – significados esses que se reconfiguram com o tempo, pois os conceitos tem uma história, assim como a próprios atos de se comunicar. O conhecimento histórico pode ser acessado de diversas maneiras e, em especial, por meio da linguagem – justamente porque, no sentido de ligar-se com o passado, nós precisamos *escrevê-lo*. Uma ligação que também é tecida com o presente e nossas expectativas de futuro, bem como as experiências do passado, mas que, invariavelmente, será escrita após as longas e rigorosas etapas da *pesquisa histórica*, buscando dar uma coesão plausível a todas aquelas informações “distorcidas” (uma “confusão dos fatos”) na forma de um texto:

[...] [o historiador] “condensa” os seus materiais (isto é, inclui alguns eventos e exclui outros); “desloca” alguns fatos para a periferia ou para o plano de fundo

⁵ “Markito” era o apelido do famoso estilista Marcus Vinícius Resende Gonçalves, falecido em junho de 1983 por complicações decorrentes da aids. Sua morte se tornou uma espécie de marco na história da enfermidade, pois foi a primeira vítima conhecida no Brasil.



e leva outros para mais perto do centro; codifica alguns como causas e outros como efeitos; une alguns e separa outros - a fim de “representar” a sua distorção como uma distorção plausível (WHITE, 2014, p.129).

Dessa maneira, “criando outro discurso”, o historiador forneceria as bases para a racionalização do discurso em geral sobre algum acontecimento (idem). Apesar das proposições de White serem por vezes ofuscadas pelas controvérsias geradas, seu *insight* sobre as semelhanças entre o processo de escrita literária e histórica é crucial, tanto para uma autorreflexão epistemológica da disciplina, como também para um questionamento do estatuto político do ato de lidar não só com o passado, mas em si, com o *tempo*. Esse mesmo tempo com o qual se estabelece uma relação na escrita também não deve ser tomado como algo natural e evidente, mas sim uma construção específica das sociedades, que em cada época determinam os modos de relação com passado, presente e futuro – sendo essas formas aquelas com que a historiografia em seu início baseou-se, e aos poucos, dando conta de outras tantas manifestações e culturas. Frente às grandes dinâmicas simultâneas na existência humana, o historiador Reinhart Koselleck (2006) observou que a linguagem serve como uma ferramenta imprescindível na gestão dessas mudanças (p.09-11): assim, a literatura, como uma das mais sólidas expressões da linguagem, é o pano de fundo do ato de transformar o tempo em matéria-prima da escrita – um ato de transformação que não é privilégio da historiografia.

A literatura, enquanto prática, também se adaptou às exigências de uma representação adequada à complexidade do indivíduo moderno, em suas nuances e contradições. Muito além de cumprir um papel de descontração, conforme a concepção belletrista de ser um *sorriso da sociedade*, mas sim de dar conta do imaginário – esse elemento organizador do mundo, lhe conferindo coerência e identidade (PESAVENTO, 2000, p.11-12). Esse mesmo “imaginário” é parte de uma “tríade”, junto com o *real* e o *ficção*, que tenta substituir a dicotomia “realidade/ficção”, segundo Costa Lima (2006), amparado no crítico literário Wolfgang Iser: à medida que se preenche o imaginário com o *real*, o “ato de fingir” vai sendo verificado ao passo que as transgressões possibilitam a compreensão do mundo reformulado, e também, de que maneira permitem a experiência dos acontecimentos (p.282-284). As narrativas, ficcionais ou não, são um locus privilegiado na produção de sentido devido à sua importância como prática social de sujeitos históricos – autores e leitores – e como representação da realidade inserida (GOMES, 2012, p.210). Essa realidade, socialmente falando, só foi descoberta como “histórica” no século XIX, e daí nasce o realismo do romance como conhecemos, um ato de interpretação e escrita de uma realidade (WHITE, p.20). O ato de *escrever*, dessa forma, é colocado a serviço do conhecimento, como aponta a historiadora Joan Scott: reproduzindo e transmitindo conhecimento através da



escrita de uma experiência, que por vezes, se faz urgente (1998, p.300). Assim, imerso na urgência que lhe acometeu, foi justamente *escrever* foi o desejo de Caio Fernando Abreu assim que soube estar com HIV.

Triângulo das águas, de 1983, foi escrito e publicado antes mesmo do isolamento e identificação do vírus, tendo a aids, portanto, a forma da “praga/peste gay”, delineada com os traços enigmáticos e desumanizadores que a circundavam e aumentavam vorazmente em seu início, sem uma causa estritamente definida. Como já mencionado, o estilista Markito havia falecido, materializando toda a discussão paranoica sobre “sexo e morte”, estrangeira até então e alimentada desde 1981. *Pela noite*, a terceira novela do livro foi escrita e lançada nesse contexto, com sua narrativa acompanhando as marcas daquele momento obscuro, mas ainda guardando possibilidades de uma guinada à felicidade. De fato, a partir de *Pela noite*, a enfermidade e seu espectro se farão presentes de maneira única nesse universo literário, atravessando personagens e eventos, de maneira geralmente oculta, exigindo do leitor uma atenção redobrada. Além das obras utilizadas nesse trabalho, também podemos mencionar *O Homem e a Mancha*, premiada peça de teatro escrita por Caio F., que veio a falecer antes de ser encenada, um monólogo preenchido de referências a Dom Quixote de La Mancha, dramas épicos, e ao espírito de paranoia e morte decorrentes da doença.

A abordagem se distancia de outras produções literárias sobre o tema, como a produção de Herbert Daniel, na sua intenção de “desmistificar” a doença, tratando-lhe por “aquilo que de fato é”. A linguagem oculta e metafórica, assim, acompanha o contexto de descobertas que se desdobravam nos jornais semanalmente – porém, a paranoia e a falta de clareza na própria existência é justamente um dos fatores da novela que serve como reflexo daquele cotidiano: “Os olhos dos dois tornaram a se cruzar. Tão raro. Nas ruas, nos ônibus, nos elevadores. Você me reconhece? E por me reconhecer, tem medo? A peste de que nos acusam. E assustado. Baixou-os, baixavam quase sempre, os olhos [...]” (ABREU, 1991, p125).

A noite do título da novela é permeada pelo vertiginoso jogo de sedução entre os dois protagonistas, Pérsio e Santiago, em uma São Paulo que se apresenta como cenário para aqueles sujeitos, em seu intenso reconhecimento de si na experiência do outro, à medida que vão desvelando suas vidas, seus desejos e, sobretudo, seus passados. Ambos dissecam suas emoções e diferenças, um caminho que, inevitavelmente, vai em direção à separação e ao desencontro amoroso. Eis que, no amanhecer, o escritor dá uma guinada, e proporciona o encontro dos dois, possibilitando então um vislumbre da união romântica que vence a mágoa, a solidão e a



autodestruição, atravessando, como diz o nome da obra, *pela noite*, rumo a algo que se propõe como novo: o sol nascente, a manhã, o dia seguinte, conhecidos moldes de representações em nosso imaginário daquilo que se anuncia como *novo*. A obra, como já ressaltamos, é de 1983. Alimentavam-se inúmeras esperanças referentes à aids e ao HIV – um mal passageiro, o sonho da ajuda governamental, acolhimento de setores religiosos, tratamento acessível, o fim da paranoia e discriminação, e, mais do que qualquer outra tábua de salvação, a *cura*.

Considerada a primeira obra literária brasileira a tematizar a aids, *Pela noite* atravessa os medos e obstáculos que se erguem ao redor da enfermidade, proporcionando a Pêrsio e Santiago um *happy ending*, que, não somente constrói o amor romântico tão negado à homossexualidade masculina, mas que também “vence” aquela enigmática doença, que tanto lhes atemorizava. Um campo de possibilidades muito diferentes seria observado dali a cinco anos. Em 1988, com o peso discursivo já em curso, a aids já era algo conhecido mundialmente, e nesse contexto, Caio F. lançou outra obra que tematizou não somente a aids, mas a geração daqueles atingidos, que, golpeados, tiveram sua liberdade roubada. Logicamente, o *happy ending* como o de *Pela Noite* já não era algo tão simples.

À época do lançamento de uma de suas obras mais notórias, Caio F. assim escreveu à sua amiga Jacqueline Cantore: “Estou muito envolvido com *Os dragões* (o livro) *É muderrno*, tem o clima destes (negros) tempos” (MORICONI, p.156). Que “(negros) (sic passim) tempos” seriam esses retratados nos treze contos de *Os Dragões não conhecem o Paraíso*, lançado em 1988? Dessa forma, no sentido de delimitar precisamente o objeto de análise deste capítulo, temos foco em dois contos de *Os Dragões*. Defendo que tais contos – *Linda, uma História Horrível; Saudades de Audrey Hepburn (nova história embaçada)*, assim como a maior parte dos outros onze – são importantes componentes de uma produção literária que não necessariamente “traduz”, mas ajuda a refletir sobre o tempo e como ele é experienciado nas relações humanas, em um contexto específico como o brasileiro. Os “(negros) tempos” da segunda metade dos anos 1980 são os tempos da frustrante reabertura democrática, após mais de duas décadas de traumática ditadura civil-militar; os tempos de uma recessão econômica devastadora; dos fortes indícios do fim do ideal socialista, e, aqui especialmente, os *tempos* que acompanhavam a aids, com as vidas ceifadas ao longo dos anos, e o sequestro da rasa liberdade conquistada; marcando o presente e deixando o futuro ainda mais obscuro, impondo um verdadeiro “estado de sítio afetivo-sexual” (BESSA, 2002, p.120). Um tempo ator e agente, que, como aponta François Hartog (2017, p.13), engendra-se na distância que se cava entre a *lembrança* e a *esperança* – essa última, lançada ao futuro, obedecendo às categorias de Koselleck. A *esperança*, sendo parte do futuro, é também



obscurecida, e tal fenômeno não se observa somente a partir do final daquela década, mas nas anteriores. Dentre alguns indícios, podemos mencionar o sentimento de um tempo acelerado, as desilusões, ou fim das ilusões nos anos 1970, o desemprego em massa, o enfraquecimento do Estado de Bem-estar Social, a crise econômica de 1974 – enfim, o ideal que o *amanhã* seria melhor do que o *hoje* (HARTOG, 2014, p.147).

Lançando mão de uma linguagem alegórica, por meio de associações a cores⁶, sensações e sintomas, as metáforas vão compondo o significado dos contos, abrindo ainda mais as possibilidades de leituras e abordagens, a partir das descrições dos acontecimentos e suas repercussões, direta ou indiretamente, intimista ou não:

Na ponta dos dedos, tocou o pescoço. Do lado direito, inclinando a cabeça, como se apalpasse uma semente no escuro. Depois foi dobrando os joelhos até o chão. Deus, pensou, antes de estender a outra mão para tocar no pêlo da cadela quase cega, cheio de manchas rosadas. Iguais às do tapete gasto da escada, iguais às da pele do seu peito, embaixo dos pêlos (ABREU, 1988, p.22).

A *metáfora* é um dos quatro tipos gerais de tropos estabelecidos pela teoria retórica neoclássica, junto da metonímia, sinédoque e ironia, tratando então dos princípios da “similitude”. Segundo Hayden White (1994, p.10), as estruturas tropológicas da linguagem nos fornecem uma classificação mais refinada dos tipos de discursos históricos, do que os modelos ancorados em representações “lineares e cíclicas” do processo histórico, permitindo então ver mais claramente as proximidades entre o discurso ficcional e o histórico, nas estratégias que visam dotar os eventos de significados. As metáforas utilizadas nos contos fornecem diretrizes que evocam as imagens necessárias, e ainda referenciando White, diretrizes essas que facultam encontrar o conjunto de imagens que se pretende associar àquela coisa, “em função de sua semelhança ou diferença com um outro, à maneira da analogia ou símile”, uma “transferência”, literalmente (1992, p.49). Assim, funciona como “símbolo”, e não como “signo”, não necessariamente fornecendo uma “descrição”, mas dizendo *quais imagens* procurar em nossas experiências passadas, visando determinar de que modo devemos nos sentir em relação à coisa representada: um processo semelhante à narrativa histórica, de acordo com o historiador

⁶ A cor roxa é amplamente utilizada nas metáforas da aids no discurso literário, em especial, para metaforizar a questão em autores que preferem, por diversas razões, elipsar o nome da doença ou do vírus, instrumentalizando metáforas delicadas que exigem uma atenção maior do leitor. Essa aproximação ocorre devido a um dos sintomas mais dramáticos comuns à enfermidade, o sarcoma de kaposi, um tipo de câncer de pele manifestado em manchas róseas ou roxas. No Brasil, além de Caio Fernando Abreu, o escritor Plínio Marcos também se faz muito lembrado na elaboração literária desse sintoma, em especial em sua peça “A Mancha Roxa”, de 1988. Assim como em Caio, não se faz menção direta ao HIV ou à aids, que por sua vez também desenvolveu uma peça que alude a esse sintoma, a premiada “O Homem e a Mancha” (1996). Da mesma forma, a “semente no escuro” do conto faz alusão ao sintoma dos gânglios inchados (ínguas), referente ao aumento das glândulas no combate às infecções. As metáforas acerca desse indício também estão em outros contos dos *Dragões* e *Onde andaré Dulce Veiga?* (1990).



estadunidense. Como ressalta Mello (2014), concebe-se uma espécie de “comparação subentendida, entre autor e leitor, a respeito de algum tema” (p.188). O trecho do conto acima foi retirado dos momentos finais de *Linda, uma História Horrível*, conto dedicado a Cazuzu, que abre *Os Dragões*. Nele, o narrador, um homem do qual não sabemos o nome⁷ faz uma visita inesperada à sua mãe, já tarde da noite e após um bom tempo sem se encontrarem, trocando abraços desajeitados e mergulhando na memória afetiva que desperta com o ato do reconhecimento (ABREU, 1988, p.14). Na antiga casa de sua infância, além de sua mãe reside uma cadela, já velhinha, de nome Linda, e aí então compreendemos o encontro daqueles três: acometido pela aids e face à morte inescapável, o narrador, descrito como um homem ainda jovem, próximo dos quarenta anos, é parte de um círculo de finitude, junto da sua “velha e esclerosada” mãe, e também como a cadela que havia lhe feito companhia tantos anos antes. No reencontro, o narrador mostra sua dificuldade de aceitar o processo de adoecimento, cortando o assunto sobre saúde quando sua mãe lhe pergunta citando justamente as “doenças novas” que tinha visto na televisão, “umas pestes”:

Levantou os olhos, pela primeira vez olhou direto nos olhos dela. Ela também olhava direto nos olhos dele. Verde desmaiado por trás das lentes dos óculos, subitamente muito atentos. Ele pensou: é agora, nesta contramão. Quase falou. Mas ela piscou primeiro. Desviou os olhos para baixo da mesa, segurou com cuidado a cadela sarnenta e a trouxe até o colo (ABREU, 1988, p.18).

Essa resistência ao “enfrentamento”, ou precisamente, ao ato de verbalizar sobre o adoecimento, em parte se deve a essa interrupção na interação com pessoas que podem ser parte do passado da pessoa soropositiva enquanto alguém “saudável”. Uma ruptura em dois sentidos, quando se reflete sobre a dupla questão da “quebra da linearidade” da vida, pois, se por um lado existe a condição homossexual, por outro, a condição de “aidético”. Michael Pollak (1990, p.103) observa semelhanças nesses pontos quando menciona que a infecção pelo HIV reforça tragicamente uma experiência social sujeita às eventualidades de relações baseadas no *não-dito*, sendo esse silêncio ou dissimulação uma resposta ao receio da rejeição ou do julgamento moral. Logo, o reencontro não é somente de cunho familiar: potencializado pelo círculo de aproximação da finitude: é também um reencontro com os diversos passados que lhes atravessam - um passado marcado nas mágoas, na lembrança da infância e adolescência, no desencontro; e também o passado “recente” daquela relação, estremecida por algo não evidente, mas que suscita

⁷ A questão da identidade onomástica - no caso, a ausência dela - é sempre uma questão a ser debatida na obra de Caio F. Na maior parte de sua obra, seus narradores/as são indivíduos dos quais não sabemos os nomes, ou que são identificadas imediatamente com um nome falso, e tal *masquerade* é mais um dos dispositivos aplicado pelo autor no sentido de aprimorar sua narrativa e a interpretação por parte do leitor. Reforçando a questão da anonimidade, Bruno Souza Leal escreveu: “mesmo quando um nome é dado, isto simplesmente não significa muito, expõe apenas a distância existente entre aquele que fala e aquele que é falado”. Cf. LEAL, 2002 (p.58).



hipóteses, como a homossexualidade do narrador. Esse ponto vem à tona quando, na conversa, surge a figura do ex-companheiro do narrador, sobre o qual não são fornecidas muitas informações além de seu nome:

Ele abriu os dedos, certa ânsia. Saudade, saudade. Então ela recuou, afundou os dedos na cabeça pelada da cadela.
- O Beto gostou da senhora. Gostou tanto - ele fechou os dedos. Assim fechados, passou-os pelos pêlos do próprio braço. Umas memórias, distância. (ABREU, 1988, p.20).

Essa sensação de “distância nas memórias” é um dos efeitos produzidos pelo impacto do adoecimento, pois, como vemos em Pollak (1992), os elementos que constituem a memória são eventos e lugares empíricos, mas que também podem ser fundados em projeções de outras pessoas e identificações com determinados passados, uma memória também constituída por indivíduos e lugares (p.02). Trata-se, então, de reconstruir o passado a partir da lembrança, um ato de lembrar que é feito no presente e baseado em como nossas representações se dão na atualidade.

Partindo de uma memória que se apresenta confusa e fragmentada - pois, como vemos no trabalho desse sociólogo, ela sofre flutuações no momento que é articulada, expressa a partir das preocupações do *agora* – concebe-se um trabalho de organização, na intenção de conferir coerência e, em especial, *continuidade* dentro do tempo, moral e psicologicamente, uma parte essencial na constituição da identidade (idem, p.04-05). Ora, são justamente os elementos dessa continuidade no tempo (íntimo e social) aqueles mais impactados frente à experiência-limite da aids na epidemia discursiva: a morte considerada não somente certa, mas “justa/coerente” com a vivência homossexual, sequestrando o horizonte de expectativas que projetamos em nossa existência, e, conseqüentemente, a partir desse choque da impossibilidade da continuidade temporal, deflagra-se uma intensa revisão da identidade e autorreconhecimento. Portanto, em certas etapas da construção da identidade daquele acometido pela aids, se faz impossível uma coerência entre a imagem de si mesmo, e aquela que deve ser percebida pelos outros, segundo nosso desejo – e conforme Dilene Nascimento (2005), é fundamental para a estabilidade e o equilíbrio de alguém nesse processo de adoecimento, que exista coincidência entre a imagem de si e a que dela tem o outro (172-173). Igualmente, falar da aids implica pensar o indivíduo e em suas *estratégias* na busca de uma nova identidade, uma solução temporária para a questão da continuidade no tempo, constituindo o indivíduo simultaneamente enquanto *fato* e *valor*. A solidão e as estratégias de reelaboração são também mencionadas por Caio em carta enviada a Jacqueline Cantore, quando fala de sua readaptação após o diagnóstico de HIV positivo:



Na seca de amor que sinto agora, nesta Porto Alegre que é como uma enorme plateia à espera do Desfecho Trágico da Desvairada Vida de Caio F. para imediatamente providenciar algum nome de biblioteca num centro cultural de subúrbio, nesta Porto Alegre onde ninguém exceto Luciano Alabarse e Lya Luft me procuram sinceros e leais, sozinho com a velhice dos meus pais, minhas plantas me consolam. Aprendo com elas o que não sei se terei tempo de aplicar [...] (MORICONI, p. 330).

Assim como o escritor estendeu a finitude a um paralelo com seus pais, a aproximação da morte é um fenômeno compartilhado pelo narrador de *Linda* com sua mãe e a cadela, e o reencontro visa mais do que uma reconciliação, mas uma *organização* do passado, das lembranças, num *topos* já muito elaborado literariamente: o rearranjo da vida na busca de uma nova ideia de futuro, ou de um presente a curto e médio prazo efetivamente positivo. São algumas das opções frente a um futuro obscuro e ameaçador – mas que, sem dúvida, ilustram a complexidade e a universalidade das experiências sensíveis, sem, logicamente, retirar seu caráter singular. A aparente contradição relativa a essas dinâmicas dos “conflitos de temporalidade” - que deságum nesses gestos no presente de “recuperar o tempo perdido” - se dá justamente devido à potência dessa experiência-limite, com características particulares de outras experiências de adoecimento ou de certeza da morte. Contradições que afetam nas maneiras em como nos posicionamos com e, sobretudo, *no* tempo, frente a uma situação carregada de discursos referentes à morte, ao castigo, e ao fim – um fim que, dado as possibilidades e o contexto discursivo, é bem diferente do *happy ending* da novela *Pela noite*.

Tempos divididos: Audrey Hepburn entre a experiência e a expectativa

Uma “desordem” semelhante acomete o narrador de *Saudades de Audrey Hepburn (nova história embaçada)*, conto que se desenrola entre uma festa de véspera de São João e os “flashbacks” do narrador sem nome, durante as horas e dias que seguem à festa. A narrativa parte do “embaço” já anunciado no título – ou, mais precisamente, dá-se início a partir do signo da *perda*: “PERDEU-SE dele logo após encontrá-lo, numa véspera de São João”, são as palavras que abrem a história (ABREU, 1988, p.49). Diluindo seu narrador entre sujeitos identificados de acordo com os interesses do fluxo de seu pensamento - “perdido entre a Pantera Loura Disposta a Tudo Por um Status Mais Elevado, (...) e o Patriarca Meio Sórdido Fugido Das Páginas De Satyricon”, beijando a “Psicanalista Conflituada Com O Elitismo Da Própria Profissão”, “apertando a mão sem envolvimento, do estudante de Pós-Graduação indeciso Em Assumir Sua Evidente Homossexualidade”, e “trocando duas ou três palavras com o Escritor Que Conseguiu Mais Sucesso Na Itália Que No Brasil” (ABREU, 1988, p. 50) – de imediato observamos a usual sagacidade da crítica de Caio F., direcionada especialmente àqueles que justamente compuseram



(e ainda compõem) um de seus principais filões de leitura: a classe média intelectual, blindada pelo status de um sujeito racional e supostamente coeso, do *cogito* cartesiano, que, em realidade torna-se uma máscara de individualismo nos tempos e subjetividades fragmentadas que são apresentadas, não mais dependentes exclusivamente do pensamento. Como escreve Gumbrecht (2015), o “hábitat histórico” desse sujeito cartesiano foi o presente manifestado como “mero momento de transição”, entre as alinhadas experiências passadas e toda a gama de possibilidades futuras (GUMBRECHT, 2015, p.64-65), porém, pontua ele, o horizonte de possibilidades abertos à ação (*Handeln*) não é, de modo algum, o que se apresenta. Assim, na festa junina, o narrador perde-se em lembranças, compondo um verdadeiro caleidoscópio mnemônico e, auxiliado pela astrologia e pelos orixás, faz uma rígida divisão entre aquilo que se encontra no passado, nas memórias que emergem, e o seu próprio presente. Entre nostalgia e constatação, esse mesmo tempo presente é cercado por uma aura de fragmentação, com menos chance de agência: enquanto observa a fogueira de São João, com a guia do orixá - não por acaso representante do fogo e da justiça – e sabemos desde o início do conto sobre o quê devemos entender como o divisor entre o *antes* e o *agora*:

Era quarta-feira, usava uma guia de Xangô, vermelha e branca. A mesma que tempos depois arrebentaria num estalo inesperado, ao tirar a última peça de roupa para deitar-se ao lado de um outro qualquer. *Sem medo da morte, porque esta quase história pertence àquele tempo em que amor não matava.* (GUMBRECHT, 2015, p.50, grifo meu).

Lembremos que, para Caio F., *Os Dragões* refletiria os “negros tempos” de sua atualidade: assim, podemos pensar que o narrador desse conto também compactua desse sentimento, ao mencionar a noite amorosa do “tempo em que o amor não matava”, esse *antes* permissivo e impossível de ser repetido no presente. Anteriormente, mencionei sobre a complexidade da relação Eros e Thanatos – “sexo e morte” – tão largamente associada à aids, a qual o escritor utilizou-se na construção de seu projeto literário, pois não somente em *Saudades de Audrey Hepburn*, mas em outras obras Caio F. também discutiu essa tensão, de maneira mais ou menos “explícita”, explorando esse potencial⁸. Trata-se também de uma relação que dialoga com as inúmeras campanhas do Ministério da Saúde entre as décadas iniciais da aids, envoltas em preconceitos e incitações ao medo. Os slogans e campanhas do Ministério da Saúde (no alarmismo de dizeres no estilo “AIDS mata”) decorrentes dessa associação, alimentaram as

⁸ Em *Sob o céu de Saigon*, conto escrito publicado em *Ovelhas Negras* (1995), um casal homossexual se encontra na frente de um cinema, que exhibe o filme *Sid e Nancy – O Amor Mata*, (Sid and Nancy) de 1986. O rapaz repete para si mesmo, baixinho: “love kills, love kills” (o amor mata). Outro exemplo, um conto de *Os Dragões*, é *Uma Praiazinha de Areia Bem Clara, Ali, na Beira da Sanga*, no qual Caio F. coloca na epígrafe a famosa citação de Oscar Wilde, “each man kills the things he loves” (todo homem mata as coisas que ama). Demonstro a relação Eros-Thanatos nesses exemplos, porém, na vasta composição literária do escritor, ela se faz presente em inúmeros momentos



redações jornalísticas e o entendimento da enfermidade, igualmente contribuindo para a narrativa que se criou sobre o HIV/aids - com a qual Caio F. efetivamente rompe e elabora uma releitura.

De qualquer forma, nesse conto, a sensação de confusão derivada dessa divisão (antes/depois) que remete ao “tempo em que o amor não matava” não parece estar interiorizada no narrador da mesma maneira que está em *Linda, uma História Horrível*: a diferença é que nada indica naquele conto que o narrador esteja doente, mas sim, imerso na situação de *latência*⁹ da aids, forçada pela presença da enfermidade. Algo se perdeu no passado, cujo primeiro indício é a rigorosa separação entre o *antes* e o *agora*, onde o amor de fato pode matar, pontuando estágios diferentes de conflito daquele apresentado em *Linda*. O silencioso desespero dá lugar a uma contemplação quase estoica dos acontecimentos – o passado é inatingível, mas interfere no presente, envolvido pelas memórias e pelo individualismo, ilustrado sarcasticamente com os tipos identificados em sujeitos estáticos, como mencionamos anteriormente. Um presente automatizado, provocando estranheza e ressaltando a incapacidade de ação:

[...] lava devagar as mãos com sabonete alma-de-flores, passa água de alfazema, respira, esperando que o telefone toque para salvá-lo pelo menos momentaneamente desse momento que não decifra nem adjetiva. *O telefone não toca e, sem garantias, ele continua a lembrar. Tão perigoso, mesmo passado.* [...] Lembra realmente só que voltou atrás, em busca de um café, um bar, um cigarro, talvez um conhaque para ajudar a compreender o que acontecia. *Mas nada acontecia.* Só restava tomar um táxi, dar o endereço, um livro nas mãos, comentar o tempo, a crise [...] dobrar à esquerda, dobrar à direita, always in front of: reclamar, pagar, descer. [...] um livro que lia depois, para encontrar versos como uma conversa que esquenta até os ossos sem dizer precisamente nada, não agora, *enquanto ele era pouco mais que uma câmera registrando silenciosa, impessoal, todos aqueles urbanos excessos juninos* (ABREU, 1988, p.50-52, grifos meus).

Para compreender esse *gap* de sensibilidade e ação que o paralisa e o confunde, o narrador aciona as lembranças por outro viés interpretativo, através, literalmente, do recurso do “flashback”, de um passado no qual se projetavam ideais melhores, em um amplo escopo de futuro: “FLASH-BACK: Escreviam nomes em pedacinhos de papel umedecido, que colavam nas bordas da bacia de ágata. Então um barquinho de papel acabava por aportar lentamente num dos nomes” (ABREU, 1988, p.52). Esse recurso narrativo, geralmente concebido como uma ferramenta fílmica devido a seu caráter visual, é um meio estilístico de representação, como os

⁹ Sobre esse conceito, Gumbrecht assim o define, pensando sobre a II Guerra Mundial e o Holocausto: “Por “latência”, quero indicar a situação que o historiador holandês Eelco Runia definiu [...] utilizando o passageiro clandestino como metáfora. Numa situação de latência e, sobretudo na presença de um clandestino, nós estamos certos de que existe algo lá que não conseguimos apreender – e que esse “algo” tem uma articulação material; e, portanto, requer espaço. Obviamente, nós não sabemos onde aquilo que está latente pode estar. Como nós não apenas não sabemos onde o que é latente está, assim como não sabemos o quê ou quem é latente, nós não temos garantias de que possamos reconhecê-lo se ele se mostrar.” Cf. GUMBRECHT (2010 p.313; 2014, p.40).



“flash-forwards” (avanços no tempo que visualizam o futuro de determinados acontecimentos). Koselleck (2006) lhe distingue como um instrumento útil para elucidar um momento crítico ou decisivo no decurso da narrativa, reafirmando o “antes e o depois” que constituem o sentido; pois aquilo que constitui o evento, a experiência histórica propriamente dita, está necessariamente inserida na sucessão temporal (p.134). Assim, em *Saudades de Audrey Hepburn*, os flashbacks buscam compor um panorama que auxilie o narrador tanto a elucidar sua confusão referente ao presente como, nostalgicamente, aproximá-lo desse “tempo em que o amor não matava”. Uma experiência impactante no sentido do choque na certeza de estar situado, enquanto parte da sociedade, no tempo - semelhante àquele sentimento de continuidade tão caro à composição da identidade, como referenciado anteriormente em Pollak. A certeza, ou ameaça latente da morte ligada à sexualidade, bem como seu efeito psicológico e social já foram aqui discutidas, mas como se forma essa apreensão do tempo, “historicamente” falando?

Partindo de um questionamento – na verdade, uma provocação – de Hayden White, quando se pergunta sobre qual a chance de alguém realmente acreditar que a ficção literária não se referir às verdades do mundo real (ou que não forneça um conteúdo útil (1994, p.05), sabemos que todo texto ficcional pode ser transmitido como fonte de informação em maior ou menor nível, ou mesmo ser usado como testemunho de facticidade, e sabemos disso não somente porque Koselleck assim afirmou (idem, p.254), mas também devido a nosso contato cotidiano com a literatura (ou produções textuais em geral) que, numa soma de aprendizados através da leitura, nos servem como conhecimento sobre o mundo, mais ou menos útil, e que, invariavelmente nos dizem coisas.

No processo de inteligibilidade dessas informações, nos situamos entre o *antes*, o *agora* e em nossas projeções do *depois*. Anteriormente, citando Hartog, mencionei sobre o tempo como “ator e agente”, que se constitui na distância entre a lembrança (a experiência) e a esperança (a expectativa). Esse tempo histórico, que se dá entre essas categorias, é a matéria-prima da escrita do historiador, que ao trabalhar sobre ele, movimenta-se em dois planos, de acordo com Koselleck: ou verificam-se fatos já articulados na linguagem, ou, através de hipóteses e métodos, reconstroem-se fatos, revelados a partir de vestígios. No primeiro caso, que aqui damos atenção, os conceitos tradicionais da linguagem das “fontes” servem de acesso heurístico, uma descoberta em seus próprios significados, em busca de compreender uma realidade passada (p.305-306). As duas categorias propostas pelo historiador alemão, que pensam a construção do tempo – o espaço de experiência e o horizonte de expectativa – devem, entretanto, ser pensadas “para fora da linguagem” quando se analisam as fontes, apesar da aparente contradição metodológica da



afirmação. Para Koselleck (apud VILLAS BÔAS, 2014, p.107) “Há [...] em todas as ações elementos extra, pré, e pós-linguísticos que conduzem a uma história”. Dessa forma, a evidência dessa colocação do tempo nem sempre estará na superfície, mesmo que sejamos atravessados por essa composição entre experiência e expectativa. Em suas palavras: “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”, e mesmo que, ele segue, isso ainda nada diga sobre uma “história concreta” (KOSELLECK, 2006, p.306), a professora Luciana Villas Bôas, estudando a obra desse historiador, pontua que é a renúncia a interpretações teleológicas que abrem espaço para a análise de uma pluralidade de percepções e ações – cujos sentidos não podem ser fixados de antemão (2014, p.94). Assim, as categorias “koselleckianas” afirmam-se num alto grau de generalidade - o que talvez auxilie, se necessário, em justificar sua instrumentalização em nossos objetos de análise - e assim, fazem-se mutuamente necessárias. Mesmo assim, a ideia de simetria é uma ilusão: pontuando que tais conceitos têm formas de serem diferentes, apesar de relacionarem-se na coordenação do passado e do futuro, Koselleck (2006, p.310) estabelece tais nomenclaturas, pois a expectativa abarca mais do que a “esperança”, e a experiência, por sua vez, é mais profunda do que a “lembança” (recordação). Por isso, produzem a relação interna com o tempo, entrelaçando passado e futuro, dirigindo ações concretas e produzindo a relação interna entre passado e futuro, *hoje* e *amanhã* (KOSELLECK, 2006, p.308, grifo meu).

Devemos compreender a “experiência” como um “passado atual”, no qual os acontecimentos foram incorporados, podendo ser lembrados; e também como o local da (re)elaboração racional das formas inconscientes de comportamento, conservando, sobretudo, a experiência alheia. A expectativa, por sua vez, é voltada à pessoa e ao interpessoal, realizada no *hoje*, projetando o futuro no presente, voltado para o que pode ser previsto (KOSELLECK, 2006, p.310). Assim, *ipsis litteris*, o historiador é categórico: “Resumo deste longo discurso: é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico” (KOSELLECK, 2006, p.313). Um tempo histórico em mutação.

Entretanto, no sentido de precisar ainda mais suas hipóteses com nossos objetos, necessitamos ir além: como bem resume Villas-Bôas (p.108-109), em *Ser e tempo* (Partes I e II), de 1927, Heidegger (2005) apresentou seu esboço ontológico para pensar as condições de histórias possíveis, a partir da experiência da finitude (*Endlichkeit*) da existência humana (*Dasein*), e dentre



os tantos conceitos por ele empreitados, está o “ser livre para a morte” (*Freisein zum Tode*)¹⁰. Em 1985, durante uma conferência, Koselleck chama a atenção para a dimensão política de tais conceitos, enfatizando que, independente da “precaução metodológica”, após a II Guerra, tais conceitos e termos que versam sobre a “antecipação em direção à morte” não escapam de seus significados políticos, ou seja, há uma “ideologização” inescapável nesse vocabulário filosófico - mesmo que desenvolvido antes de Hitler chegar ao poder (1933)¹¹. Assim, analisando os limites da finitude do *Dasein* e da “antecipação à morte”, o êxito de Koselleck está em desenvolver uma teoria, complementando e redefinindo as categorias heideggerianas: possibilitando uma interpretação de antropologia histórica dos conceitos *ontológicos*, provocando uma “ruptura teórico-conceitual” que deságua em uma teoria da história. Em sua leitura, Koselleck bem entende que Heidegger - assim como Santo Agostinho nas *Confissões* - mesmo sublinhando a “composição temporal da existência humana” como uma condição para que a história seja possível, não estendeu os questionamentos ao “tempo da história”. Dessa forma, o historiador, seguro de seus conceitos - mas também amparado por um dos maiores nomes da hermenêutica - afirma:

Permanece em aberto se as estruturas temporais intersubjetivas da história podem ser suficientemente deduzidas de uma análise da existência. No que segue tenta-se empregar as categorias meta-históricas da experiência e da expectativa como indicadores das transformações também no tempo histórico. A implicação histórica de toda experiência foi descoberta por H. G. Gadamer [*em Verdade e Método*, 1960] (KOSELLECK, 2006, p. 363).

Para além de categorias que suscitam uma maneira tão única de situar-se no tempo, alteram-se incontornavelmente os rumos do conhecimento histórico, em bases “artístico-filosóficas”, por assim dizer. Como White destaca o papel da “imaginação” do historiador no processo de “enredamento” (1994), para Villas-Bôas (2014), essas aproximações tematizam explicitamente a dimensão da historiografia, e semelhante ao poeta e ao artista, o historiador alcança seu objetivo através da fantasia e de sua capacidade de “adivinhar”: - mas ainda assim, resultado de um longo processo de redefinições de fronteiras:

A escrita da história deixa de ser regulada por perceptivas retóricas e passa a ser objeto de reflexões estéticas e histórico-filosóficas. A história em si, [...] leva ao novo enlace entre poética e teoria da história, ficção e fatos. [...] o desenvolvimento de uma literatura historiográfica em alemão resultou da “osmose recíproca” entre a arte do romance e a escrita da história. A associação

¹⁰ Cf. Primeiro capítulo: A possibilidade da presença ser-toda e o ser-para-a-morte; Quinto capítulo: temporalidade e historicidade. (HEIDEGGER, 2005)

¹¹ Escreve o historiador: “aprendemos com o tempo, reunimos novas experiências. Portanto, também as experiências já adquiridas podem modificar-se com o tempo. Os acontecimentos de 1933 aconteceram de uma vez por todas, mas as experiências baseadas neles podem mudar com o correr do tempo”(KOSELLECK, 2006, p.312-313).



entre poética e história não se limita à incorporação historiográfica de técnicas literárias; possibilita a reconceitualização do conhecimento histórico a partir de categorias estéticas. [...] a força da imaginação (*Einbildungskraft*) que se refere ao trabalho criativo do artista e do poeta, passa a distinguir também a pesquisa e a escrita do historiador (VILLAS-BÔAS, 2014,p.14).

Com isso em mente, podemos voltar a olhar para os contos de Caio Fernando Abreu, compreendendo a potência dessas sensações que, a cabo, provocam a dessubjetivação na experiência-limite da aids, bem como nos efeitos de sua latência: a confusão, a fragmentação, a nostalgia, a perda. Mesmo que em *Linda* tais impressões ocorram devido ao contato direto com a proximidade da morte (uma leitura apressada), elas não se apresentam menos complexas ou com menor potencial interpretativo, pelo contrário. Se o horizonte de expectativas é desenvolvido com base no espaço de experiência – ou seja, no passado que pode ser lembrado - naquele reencontro familiar as memórias não parecem suprir para cobrir tudo aquilo que está latente, e que precisa ser sentimentalmente remediado. Da mesma forma, essas lembranças não parecem ter uma utilidade efetiva frente ao círculo da proximidade da morte que se fecha naqueles três, na forma de uma expectativa negada: é tarde demais.

Sabemos que esses pontos se fazem mais delicados para o narrador, que se encontra em um estágio da vida cujos discursos e imagens de sucesso, saúde e maturidade, com “um futuro pela frente” são a todo tempo destacados e valorizados pela sociedade, em seu idílico processo de civilização. Com o horizonte obscurecido e ameaçador, vemos um homem perdido frente a um futuro que se mistura com a morte e o isolamento, com reconciliações demais para fazer em pouco tempo – uma vertiginosa sensação de aceleração, cuja densa discussão teórica por agora escapa ao trabalho que propus, mas que podemos pensar como uma força que arrasta aquilo que seria o futuro, lhe fagocitando em direção ao passado (ou seria um presente estendido?¹²), criando um acúmulo de experiências sem chance de reflexão, ou mesmo traumáticas, obliterando possíveis futuros. Refletindo sobre suas categorias, Koselleck aponta que a experiência adquirida pode *modificar-se* com o tempo, pois elas se sobrepõem, impregnando-se umas das outras (p.13): por isso o reforço em afirmar a importância de discursos para além do hegemônico, bem como produzir e conhecer outras imagens da pessoa doente e da própria enfermidade, que podem então se reconhecer em imagens positivas, vislumbrando novas perspectivas, abertas pela sucessão de novas experiências, possibilitando enfim maior atuação da expectativa, e também maior agência no presente.

¹² Cf. HARTOG (2014); GUMBRECHT (2015).



Em certo nível, também é o porquê da divisão entre o “hoje” e o “tempo em que o amor não matava” de *Saudades de Audrey Hepburn* ser tão marcante e essencial para nossa análise. É essa falta da sensação de coerência entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa que origina essa fragmentação, desorientação e, especialmente, a sentimento de *perda*. Perturbações que, devido à força do trauma, e da dificuldade posterior em elaborá-lo (como um processo de luto), alteram também as projeções de expectativas no passado, como ilustra o final de um dos flashbacks:

Do Flipperama ao lado do Jeca à esquina da Praça da República: *mil possibilidades*, todas furtivas. *Agora, talvez mortais*. Jogarei seis vezes as moedas do I Ching para encontrar Fogo sobre Fogo, o Esplendor. Tudo confirmará. *Mas nada acontecerá*. Ah: conheço essas rimas em á. E depois delas, passaram-se anos. Aqueles, em que se perderam, sem terem chegado a se encontrar. (ABREU, 1988, p.53, grifo meu)

Um gatilho interpretativo é acionado enquanto o narrador observa a fogueira de São João, quando escuta uma conversa na qual uma moça se despede da festa, pois precisa ir embora porque vão passar dois filmes com Audrey Hepburn na televisão, e daí o nome do conto encontra seu porquê: a partir dessa fala aparentemente sem significado, novas lembranças e flashbacks passam pela mente do narrador, numa profusão de lembranças rápidas, em inúmeras referências ao cinema, literatura e suas vivências, transformando o conto em uma comovente cachoeira confessional. A partir do passado lembrado, à medida que é descrito, identifica-se e diferencia-se a “crise permanente” que lhe atravessa naquele momento, “sobrevivendo” ao invés de “viver”, mergulhado em um presente de estagnação:

Na fogueira, quem sabe dentro dela, memórias manchadas de adrenalina, que tudo vinha num excesso de cafés e agostos. Já que não tentaria o suicídio pela quinta vez [...] já que fora dispensado após tantos anos de análise, já que a *crise permanente* parecia ser a forma mais estável de *sobreviver*, já que ninguém lembrara de assassiná-lo nem pedi-lo em casamento, já que podia olhar em volta e em menos de um minuto escolher alguém para conversar dizendo coisas como você anda sumido (a), e aí, conta mais, diga lá, toma outra - em nome disso, prossegua, embora sem saco. (ABREU, 1988, p. 53, grifo meu)

Em casa, “muito mais tarde”, e “como um estranho flashback premonitório” (ABREU, 1988, p. 53), o narrador é novamente acometido pelas lembranças daquela antiga véspera de São João, mas dessa vez, as reestabelecendo ordenadamente. Não se observa aqui a confusão de outrora, ou o sentimento caótico, pois nesse momento, após a profusão causada pelo comentário sobre os filmes de Audrey Hepburn, o narrador “recompõe passo a passo” aquela memória da festa junina em que “tinha sido permitido tê-lo inteiramente entre um blues amargo e um poema de vanguarda” (ABREU, 1988, p. 56). Mesmo com aparente pesar, pois constata o desencontro e o amor perdido, ele reconstrói lucidamente esse passado, reconciliando-se com as lembranças,



ou, ao menos, harmonizando-se consigo mesmo e com o tempo – o futuro, a expectativa – talvez, justamente por ter ocorrido tantas perdas e desencontros. Sua “contemplação estoica” e resignada dá lugar a algo que podemos aproximar da serenidade (*Gelassenheit*) de Heidegger “capacidade de deixar que as coisas aconteçam”, uma contribuição do Dasein para a revelação do Ser. Assim, “depurando” a densa categoria heideggeriana de autorreflexividade, Gumbrecht (2010) concebe essa serenidade, coloquialmente, como uma “sensação de estar em sintonia com as coisas do mundo”, que, ainda assim, difere de alguma suposta harmonia – sua aproximação pende para uma espécie de “recuperação” de um vislumbre das coisas do mundo (GUMBRECHT, 2010, p.147). Ora, a “recuperação” é justamente um ato/efeito de trazer algo *de volta*. O signo da perda, que dá início ao conto, é irreversível (especialmente quando lembramos aquilo que estamos discutindo), porém, uma recuperação – de si – é possível. Embora o narrador agora não esteja desorientado, ainda é marcante sua visão idílica do passado, em seu presente que não se apresenta ainda como positivo ou feliz, mesmo com as “pazes feitas” com as fragmentadas lembranças, serenamente conformando-se:

Não havia ânforas, não havia néctar. Desilusão ainda mais cruel, embora provisória, no tempo de sal: não havia deusas. [...] enfim, sempre podia ir até a cozinha e, distraído que não choraria sequer uma lágrima pela noite – e que bonita foi aquela noite - em que se encontraram e se perderam para sempre, repetir, e ninguém compreenderia, eu avisei, repetir num suspiro molhado de lembranças em que ninguém dá jeito [...] (ABREU, 1988, p. 48).

A busca da harmonia do presente, semelhante ao mito de Sísifo, se dá assim, na ilusão da repetição das experiências passadas, interiorizadas como lembranças, mais ou menos distantes. Em *Linda e Saudades de Audrey Hepburn*, o tempo e a maneira como ele é experienciado organizam a vida – ou deveriam organizar – e por isso, a fragmentação e a sensação de caos quando não há coerência. Perturbações que ocupam lugar não somente em uma temporalidade que apresenta essas mesmas condições, mas, da mesma forma, em subjetividades frente a uma experiência-limite de adoecimento, que funciona pelo viés de uma diferenciação compulsória.

Assim, não há como “concluir” esta breve pesquisa sem considerar todas as variantes e incertezas - que, na maior parte do tempo apresentam-se armadas de certezas e rigores em determinados discursos - em torno do tema da aids/HIV. Especialmente em suas materialidades, nas lutas de instituições e indivíduos em seu duro cotidiano, que por vezes parecem tão distantes de uma discussão sobre metáforas, horizontes, temporalidades, linguagem, *etceteras*. Mas, como Caio F. nos manifesta em vida & obra, trata-se de uma experiência complexa, uma trajetória nada linear de dinâmicas com o tempo, o corpo e a sociedade. Matizes e interpretações que parecem infinitas – e assim, o que se deve fazer é justamente compartilhar esse debate, que todas as áreas



possam ter uma contribuição, um acréscimo, um ganho em saber que, mesmo nas incertezas desse tempo fragmentado e desorientado, “positivamente falando”, o horizonte de expectativas não está nada fechado.

Referências bibliográficas

ABREU, Caio Fernando. **Os Dragões não conhecem o Paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Triângulo das águas**. São Paulo: Siciliano, 1991.

_____. **Pequenas Epifanias**. Rio de Janeiro: Agir, 2006.

BARBOSA, Nelson Luís. **“Infinitivamente pessoal”: A autoficção de Caio Fernando Abreu, “O biógrafo da emoção”**. São Paulo: USP, 2008. 401 f., Tese de doutorado em Letras.

BASTOS, Francisco Inácio. **Aids na Terceira Década**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

BESSA, Marcelo Secron. **Histórias positivas – a literatura (des)construindo a aids**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. **Os Perigosos – autobiografias e aids**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

COURTINE, Jean-Jacques. **Historia del cuerpo. Volumen 3 – Las mutaciones de la mirada: El siglo XX**. Santillana Ediciones Generales: Madrid, 2006.

FOUCAULT, Michel. Conversa com Michel Foucault. In: **Ditos e escritos: Repensar a política. v. VI**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010

_____. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GÓIS, João Bosco Hora. Aids, Liberdade e sexualidade. In: QUADRAT, Samantha. **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

GOMES, Carla Renata A. Souza. **Entre tinteiros e bagadus: memórias feitas de sangue e tinta: a escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 349 f., p.210. Tese de doutorado em História.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Uma rápida emergência do “clima de latência”. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 303-317.

_____. **Depois de 1945: latência como origem do presente**. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

_____. **Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea**. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

_____. **Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2010.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

_____. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo: Parte II**. Petrópolis: Vozes, 2005.



KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEAL, Bruno Souza. **A metrópole e a paixão do estrangeiro: contos, identidade e sexualidade em trânsito**. São Paulo: Annablume, 2002.

MARQUES, Maria Cristina da Costa. Saúde e poder: a emergência política da Aids/HIV no Brasil. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. 9 (suplemento), p. 41-65, 2002.

MELLO, Ricardo Marques de. Hayden White (1928 -). In PARADA, Maurício (org.) **Os historiadores clássicos da história: de Ricoeur a Chartier**, vol. 3. Petrópolis: Vozes, 2014.

MORICONI, Ítalo. **Caio Fernando Abreu – Cartas**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

MUDROVICIC, María Inés. Cuando la historia se encuentra con el presente o lo que queda del “pasado histórico”. In: **En busca del pasado perdido: temporalidad, historia y memoria**. México: Siglo XXI, 2013.

NASCIMENTO, Dilene. Narrativa autobiográfica: a experiência do adoecimento por aids. **Mneme – Revista de Humanidades, UFRN**, v. 07. n. 17, p. 163-179, ago-set, 2005.

PESAVENTO, Sandra. Histórias dentro da história: leituras cruzadas de Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos. In: DECCA, Edgar Salvadori de; LEMAIRE, Ria (orgs.). **Pelas Margens: outros caminhos da História na Literatura**. Campinas/Porto Alegre: Editora da Unicamp, Editora da Universidade, 2000.

POLLAK, Michael. **Os Homossexuais e a AIDS**. São Paulo: Estação Liberdade. 1990.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 10, 1992.

RODRÍGUEZ, Natalia. Procesos de resignificación a partir del diagnóstico de VIH/SIDA. In: Hidalgo, Cecilia. **Etnografías de la muerte - Rituales, desapariciones, VIH/SIDA y resignificación de la vida**. Buenos Aires: CLACSO/CICCUS, 2010.

SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. **Projeto História**, nº 16, São Paulo, 1998.

_____. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. Disponível em: http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scott-Experiencia.pdf. Acesso em 01 jan. 2018.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora, AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VELASCO, Tiago Monteiro. **Escritas de si contemporâneas: uma discussão conceitual**. In: Anais de XIV Congresso Internacional – Fluxos e correntes: trânsitos e traduções literárias. Belém: Universidade Federal do Pará 2015. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2015_1456108793.pdf>. Acesso em 20 jul 2018.

VIANNA, Eliza da Silva. **“Alguma coisa aconteceu comigo”: a experiência soropositiva nas obras de Caio Fernando Abreu e Hervé Guibert (1988 – 1996)**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2014. 114 f. Dissertação de mestrado em História das Ciências e da Saúde.

VILLAS BÓAS, Luciana. Reinhart Koselleck (1923 – 2006). In PARADA, Maurício (org.) **Os historiadores clássicos da história: de Ricoeur a Chartier**, vol. 3. Petrópolis: Vozes, 2014.



WHITE, Hayden. **Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

_____. Teoria Literária e escrita da História. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, 1994.

_____. O texto histórico como artefato literário. In: **Trópicos do discurso**. São Paulo: Edusp, 2014.

WOOD, James. **Como funciona a ficção**. São Paulo: Cosac Naify Portátil, 2011.



Darwin foi um darwinista social?

Was Darwin a social darwinist?

José Costa Júnior

Doutorado em Filosofia

Instituto Federal de Minas Gerais - Ponta Nova

jose.costajunior@yahoo.com.br

Recebido em 24/04/2018

Aprovado em 25/06/2018

Resumo: O presente artigo aborda o debate sobre a relação entre moralidade e teoria da evolução a partir da publicação de *A Origem das Espécies*. Primeiramente, discute-se a hipótese darwiniana acerca das origens evolutivas da moralidade humana, que buscava explicar, a partir de um ponto de vista evolutivo, aquela que seria a “mais distintiva das capacidades humanas”. Na sequência, aborda-se a busca por uma orientação normativa no processo evolutivo, a partir das hipóteses de Herbert Spencer e dos darwinistas sociais. O objetivo é mostrar como este último programa envolve enganos do ponto de vista científico e do ponto de vista filosófico, diferindo radicalmente do programa descritivo oferecido por Darwin.

Palavras-chave: darwinismo, sociedade, moralidade.

Abstract: This paper addresses the debate on the relationship between morality and biological evolution since the publication of *The Origin of Species*. Firstly, the Darwinian hypothesis about the evolutionary origins of human morality, which sought to explain, from an evolutionary point of view, what would be the "most distinctive of human capacities" is discussed. In the sequence, the search for a normative orientation in the evolutionary process is approached, from the hypotheses of Herbert Spencer and the social darwinists. The objective is to show how this latter program involves deceptions from a scientific and philosophical point of view, differing radically from the descriptive program offered by Darwin.

Keywords: darwinismo, society, morality.

A história da humilhação crescente

Os escritos do período da pré-publicação de sua principal hipótese científica mostram que Charles Darwin esteve consciente de que a teoria que desenvolvia sobre a origem e o florescimento das diferentes formas de vida, incluindo os seres humanos, seria fruto de controvérsias e especulações (LEWENS, 2007, p. 2). Sua hipótese contrariava a noção comum de que a ordem natural das coisas implicava a necessidade de um Criador, ao qual os seres humanos foram criados “à imagem e semelhança”, conforme descrito no livro bíblico do *Gênesis*. A proposta darwiniana apontava que, do mesmo modo como todas as formas de vida existentes e que já existiram, os seres humanos eram fruto de um longo, lento e contingente processo natural



de desenvolvimento. Essa contestação da descrição tradicional das origens humanas fez com que um angustiado Darwin maturasse cautelosamente sua “perigosa ideia” por duas décadas, sem lançá-la ao público. Por algum tempo, manteve sua teoria em particular, buscando cada vez mais evidências que a comprovassem, compreendendo a necessidade de prudência e cuidado com sua concepção.

Durante o processo de maturação de sua hipótese, Darwin passou a conceber os seres humanos como integrantes do reino animal, alimentando a esperança de explicar nossas origens sem referência a alguma instância sobrenatural, tema que lhe parecia pertencer antes àquilo que chamava de “metafísica da moral”: “O homem viria de macacos?” questionou a si mesmo. E respondeu: “O homem em sua arrogância pensa em si como uma obra grandiosa, digna da intervenção de uma divindade. É mais humilde – e mais verdadeiro, acredito – considerar que foi criado a partir de animais”. (Citado em BROWNE, 2007, p. 50). Desse modo, os “tumultos morais”, como Darwin identificava as dúvidas e questionamentos sobre as implicações antropológicas de sua hipótese, o aproximavam da filosofia materialista, doutrina de ordem metafísica que busca explicar a natureza geral da realidade apontando a inexistência de forças sobrenaturais. Parte considerável de seu dilema em relação à sua teoria envolvia essa negação do caráter sobrenatural da criação de todas as coisas, não só pelas novas perspectivas que abria para a possível origem da humanidade, mas também pela maneira como questionava o papel direto da ação sobrenatural.

Com a publicação de *A Origem das Espécies*, em 1859, seguida da publicação de *A Descendência do Homem e a Seleção Sexual*, em 1871, a hipótese darwiniana¹ foi imediatamente reconhecida como “notável contribuição à cena intelectual, ampla no alcance, acurada e repleta de dados em apoio às suas propostas” (BROWNE, 2007, p. 38). A teoria da evolução, como ficou conhecida a hipótese darwiniana, representou no século XIX um fenômeno análogo ao que, dois séculos antes, acontecera com o modelo astronômico proposto por Nicolau Copérnico: uma verdadeira revolução no conhecimento da natureza, “fecunda de consequências e desdobramentos, não apenas no campo da biologia” (REALE & ANTISERI, 1991, p. 370). A imagem que os humanos nutriam de si durante milênios no Ocidente, encarnada numa teoria fixista sobre a origem das formas de vida e que apontava o caráter imutável de tais formas, alterou-se radicalmente. E se, com Copérnico, a revolução astronômica reorganiza a ordem da

¹ O termo “darwiniano” é utilizado neste trabalho para referir especificamente à teoria de Charles Darwin. Já o termo “darwinismo” será usado para tratar de aspectos ligados ao programa de pesquisa desenvolvido a partir da hipótese darwiniana. Dessa forma, seguindo David Hull (1985), o termo “darwinismo” será compreendido como uma entidade histórica, que vem sofrendo alterações.



disposição espacial, dando à Terra e ao homem lugares distintos em relação às concepções anteriores, com Darwin uma nova revolução reorganiza a ordem das coisas no interior do espaço terrestre. Com Copérnico e com Darwin, altera-se a hipótese geral relativa ao lugar do humano na “ordem natural das coisas”.

O impacto da explicação de cunho naturalista elaborada por Darwin das origens das formas de vida, incluídos os seres humanos e suas distintivas características, está diretamente ligado à intuição comum de que vivemos em um mundo que transcende o mundo natural. Tal crença distingue o mundo produzido pelo “espírito”, mente ou outra forma de identificação humana e o mundo natural. Trata-se de um dualismo que funda um abismo entre a humanidade e a natureza. Nesse sentido, todo pensamento sobre a realidade material transcenderia necessariamente esta realidade. Assim, de acordo com esta visão, a matriz cultural da filosofia, das artes, das leis, da religião e das ciências forma um universo invisível e autônomo de significados, onde a verdadeira base da existência deve ser encontrada na ordem da mente. Nesses termos, o filósofo espanhol José Ortega y Gasset (1939, p. 33) comparou a condição humana com a de um “centauro ontológico”: “O ser do homem é feito de uma matéria tão estranha que é, em parte, aparentada com a natureza e em parte não o é, simultaneamente natural e fora da natureza, uma espécie de centauro ontológico, em que uma metade está ligada à natureza e a outra metade a transcende”.

Concorrente com esta visão, que podemos chamar de transcendente, está a defesa de que toda a vastidão do universo, “desde o seu começo no tempo até ao seu fim último, desde as menores partículas até as maiores galáxias está sujeita a regras, leis naturais compreensíveis pela mente humana” (PAGELS, 1990, p. 12). Tudo se origina e se ordena no universo simplesmente a partir de tais regras. A vida na Terra passa a ser vista como uma complexa reação química que conduziu à evolução, à diferenciação das espécies e à contingente emergência da humanidade, com suas variadas instituições (morais, religiosas e culturais). Tais visões da natureza geral da realidade – a natural e a transcendente – entram em conflito. Dessa forma, o impacto da hipótese darwiniana foi, em certo sentido, apontar como o dito reino transcendente poderia vir a ser estruturado materialmente e naturalmente, explicando fenômenos anteriormente creditados a causas transcendentais a partir de leis naturais, como a origem e desenvolvimento das formas de vida e suas distintas características. Além disso, ao apontar a origem natural dos seres humanos e explicar naturalmente suas características mais distintivas, Darwin invadiu a seara transcendente da condição humana, até então identificada como autônoma, independente e indeterminada em relação às regras do mundo natural.



Uma ilustração do processo de compreensão humana da realidade através de meios naturais de inferência e observação e seu impacto sobre a visão geral da humanidade é realizada pelo ficcionista Martin Amis (1995), que nos apresenta no romance *A Informação* um personagem que almeja escrever “A história da humilhação crescente”. Este tratado narra o destronamento gradual da humanidade de sua posição central do universo, iniciada por Copérnico e que nos faz, “a cada século, ficarmos menores”. Segundo tal descrição, Darwin remodela a concepção de humano, apontando a hipótese de que somos produto das mesmas leis naturais que criaram os animais. A ilustração descrita nesta ficção, que identifica o processo de compreensão do nosso lugar na ordem das coisas como uma “humilhação crescente”, mostra de maneira direta o dilema do qual Darwin foi prisioneiro: “As antes nítidas linhas que separavam os humanos dos animais – os monopólios da linguagem, raciocínio, fabricação de ferramentas, cultura e até autoconsciência – foram borradas, uma após outra, à medida que a ciência reconhecia essas faculdades em outros animais.” (AMIS, 2004, p. 198). O fato de as “nítidas linhas” de separação entre os humanos e os animais serem borradas pela hipótese de Darwin colocou em dúvida o que até então se acreditava sobre a condição humana. Se os seres humanos não passam de animais, oriundos dos mesmos processos naturais que originaram outras formas de vida, o que restaria da dignidade e da liberdade humanas?

A teoria darwiniana da evolução e suas implicações

Sobre o modo de organização das coisas vivas, podemos identificar duas visões de mundo. De acordo com uma primeira visão, que podemos identificar como fixista, os seres vivos podem ser ordenados numa grande e ampla cadeia, que vai das formas mais primitivas até as mais avançadas. No topo dessa pilha biológica, encontra-se a espécie humana. Não haveria nenhum tipo de conexão nem elos de parentesco entre as diferentes formas dos seres vivos. Seria possível atribuir uma ordem a essa cadeia, um planejamento de uma inteligência maior que organiza a realidade, com reflexos no mundo natural, conferindo a harmonia que observamos entre os seres vivos. Uma versão desse posicionamento é defendida naquele que ficou conhecido como “argumento do desígnio”, exposto pelo teólogo britânico Willian Paley, em *Natural Theology* (1803): assim como um relógio reflete necessariamente a obra de um relojoeiro, os organismos vivos são necessariamente resultado de uma concepção divina, uma vez que não poderiam vir a existir pelo acaso, devido à sua complexidade exclusiva.

Outra forma de compreensão do mundo vivo começa a se desenvolver no mundo ocidental moderno em meados do século XVIII, a partir de hipóteses ainda mais antigas



(BOWLER, 1989, p. 29). Opondo-se ao modelo fixista, tal visão apontava a centralidade do papel da mudança e da transformação no mundo natural: trata-se de uma visão “transformista” ou “evolucionista”. A ideia central dessa visão é que a organização do mundo vivo envolve um estado de fluxo. A ideia torna-se objeto de investigação quando se supõe que as mudanças na organização da matéria são regulares e governadas por regras, que existem leis que descrevem as relações entre as coisas no curso de intervalos conhecidos de tempo se aplicam com igual força a períodos de tempo que são diretamente vivenciados. Dessa forma, ao se descobrir quais são as causas da mudança, se têm as condições, em princípio, de explicar como o mundo veio a se tornar o que é.

É dentro desse debate que Darwin irá apresentar sua hipótese. Após uma longa viagem marítima pelo hemisfério Sul a bordo do HMS Beagle, na qual fez relevantes observações e intenso trabalho de levantamento de dados, Darwin estava pronto para propor uma resposta para a grande questão não resolvida de sua época, “o mistério de todos os mistérios”, que envolve diretamente o debate aqui exposto: *qual é a origem da diversidade observada no mundo natural?* Entre 1837 e 1839 Darwin produziu toda a estrutura teórica de sua hipótese, em cerca de novecentas páginas de anotações. No entanto, optou por não publicar, buscando cada vez mais evidências empíricas de sua proposta (HOWARD, 2003, p. 15-16). Em 1858, recebe uma carta do jovem naturalista Alfred Russell Wallace, que se encontrava nas Índias Orientais Holandesas, e que havia chegado a conclusões parecidas. Assim, em 1858, os trabalhos de Darwin e Wallace foram publicados numa comunicação conjunta, que continham uma nova visão do evolucionismo.² Os dois naturalistas haviam realizado, paralelamente, investigações que apontavam na mesma direção. No entanto, Wallace e a comunidade científica acabaram por reconhecer a proeminência da pesquisa de Darwin, tanto por seu trabalho anterior, quanto pelo maior detalhamento da proposta darwiniana.

O conteúdo do trabalho de Darwin foi publicado na forma de livro, em 1859, após mais de 20 anos de pesquisa e maturação da hipótese, com o título *On the origin of species by means of natural selection*. Nele Darwin descreve a natureza do processo evolutivo, através do que denominou como “seleção natural”:

A seleção natural atua somente através da acumulação de variações ligeiras, sucessivas e favoráveis ao indivíduo; e não pode produzir modificações grandes ou súbitas, pelo que apenas pode agir por passos pequenos e lentos. É assim

² A comunicação foi assim publicada: DARWIN, Charles; WALLACE, Alfred. R. “On the tendency of species to form varieties; and the perpetuation of varieties and species by natural selection.” *Journal of the Proceedings of the Linnean Society, Zoology*, Vol.3, p. 53-62, 1858.



possível perceber o cânone *Natura non facit saltum*, que cada nova conquista do conhecimento tende a confirmar. (DARWIN, 1859, p. 405)

A Origem das Espécies foi reconhecido desde sua publicação como uma contribuição valorosa à cena intelectual, ao mesmo tempo em que foi atacado e criticado de modo passional por propor que todos os organismos vivos haviam se originado em processos totalmente naturais. O objetivo de fundo de Darwin é mostrar que as espécies que conhecemos são o produto de lentas e graduais modificações, onde toda e qualquer geração de um ser vivo completamente novo envolve algum tipo de modificação em relação a seus descendentes. Ao longo do tempo, tais modificações acabam por propiciar o surgimento de novas espécies, e ao longo desse desenvolvimento, acabam por ficar diferentes das formas iniciais. Tal hipótese mudou radicalmente a visão sobre o desenvolvimento e surgimento das diferentes formas. É relevante ressaltar que Darwin não utiliza a terminologia “evolução” na publicação original de *A Origem das Espécies*, identificando o processo de origem e diferenciação das espécies como “descendência com modificação” e utilizada o termo “evoluído” uma única vez, no parágrafo final do texto. Dessa forma, não há a exposição de critérios teleológicos ou progressistas entre as formas de vida na exposição inicial da hipótese darwiniana.

Darwin utilizou duas fontes de evidência para desenvolver sua hipótese. A primeira fonte apontava que os seres vivos criados e cultivados pelos humanos, isto é, animais e plantas domésticos, possuem grande variabilidade em suas estruturas. Tal variabilidade não é causada intencionalmente pelos seres humanos; estes apenas expõem os seres vivos domesticados a novas condições de vida. Nesse sentido, os seres humanos selecionam as variações ocorridas, adaptando os animais e plantas ao seu próprio gosto. Este processo de seleção foi o mecanismo de formação das mais diversas raças domésticas, o que pode ser observado pelo fato de que muitos dos animais e plantas criados pelos humanos possuem características muito diferentes das encontradas na espécie quando em estado natural. O segundo tipo de evidência veio do estudo e da observação de diversas espécies de pombos, que levou Darwin a concluir que, mesmo com pequenas variações entre si, todos os indivíduos possuíam uma conexão entre as gerações e uma descendência comum.

Num segundo momento, Darwin observa que, quando os organismos estão em estado natural, ocorrem disputas pela sobrevivência, que vêm a acontecer também quando há mudanças no meio ambiente. Esse embate pela sobrevivência acontece devido às altas taxas de reprodução que se pode observar em todos os organismos vivos. Essa concepção darwiniana acerca da luta pelos recursos que impacta na sobrevivência nas formas de vida advém da leitura do ensaio



publicado em 1798 pelo britânico Thomas Malthus, intitulado *An Essay on the Principle of Population*. Seu objetivo era explicar como as populações humanas permanecem em equilíbrio em relação aos recursos existentes para alimentá-las. Malthus defendeu que a tendência natural da humanidade era sempre crescer. No entanto, a produção de alimentos não conseguia acompanhar esse crescimento. Mesmo assim, existe um equilíbrio aproximado, já que o número de indivíduos é controlado por limitações naturais diversas, como a morte causada por fomes e doenças, além das próprias ações humanas. Influenciado por Malthus, Darwin conclui que há uma guerra parecida no mundo natural, uma luta pela existência. Nessa luta para viver, os organismos mais desprovidos de características necessárias à sobrevivência tendem a desaparecer primeiro, e as formas mais saudáveis ou mais bem adaptadas às circunstâncias, permanecem vivas e geralmente procriam. Se tais ações se repetissem diversas vezes, os organismos tenderiam a ser cada vez mais adaptados às suas condições de existência, uma vez que haveria um tipo de seleção entre as formas de vida.

Assim, partindo da variação entre os diferentes indivíduos de uma mesma população, da hereditariedade dos traços e da luta pela existência presente no mundo vivo, Darwin desenvolve o conceito de “seleção natural”, que explicaria a diversidade das formas de vida no mundo natural. Conforme a definição de Darwin:

Se sob condições variáveis os seres vivos apresentam diferenças individuais em quase todas as partes de sua estrutura, e isto não pode ser contestado; se existe, por causa do aumento de sua taxa de crescimento geométrico, uma renhida luta pela sobrevivência em qualquer idade, estação, ou ano, e isto certamente não pode ser colocado em questão; então, considerando a infinita complexidade das relações que todos os seres orgânicos mantêm entre si e com suas condições de sobrevivência, causando uma inumerável diversidade na estrutura, constituição, e hábitos, trazendo-lhes vantagens, seria o fato mais inusitado se nenhuma variação útil tivesse ocorrido para o próprio bem-estar de cada ser, da mesma forma como muitas das variações úteis foram causadas pelo homem. Mas, se ocorrem variações úteis para os seres orgânicos, certamente os indivíduos assim caracterizados terão as melhores chances de preservação na luta pela vida, e por causa do forte princípio de hereditariedade, estes tenderão a produzir descendentes com características similares. A este princípio de preservação ou sobrevivência do mais apto, denominei *Seleção Natural*. (DARWIN, 1959, p. 121-122)

A ideia de seleção natural era mais presente do que a defesa da ocorrência de uma “evolução”, se entendermos o termo no sentido da complexificação gradativa das estruturas dos seres vivos. Se, por um lado, já estavam disponíveis ideias evolutivas, por outro, não estava disponível uma proposta de mecanismo que pudesse resultar na evolução dos seres vivos. A inovação darwiniana foi identificar o mecanismo responsável pela diversidade nas formas de vida, expondo evidências empíricas da existência do mesmo através de um “longo argumento”,



conforme o próprio Darwin descreve em *A Origem das Espécies*. O “mistério de todos os mistérios” estava resolvido, conforma a definição de Daniel Dennett:

As espécies se originaram por ‘descendência com modificação’ a partir de espécies anteriores – não por Criação Especial. Assim, em outro sentido, não se pode negar que Darwin explicou a origem das espécies. Sejam quais forem os mecanismos atuantes, eles evidentemente têm início com a emergência de variedades dentro de uma espécie e terminam, depois que as modificações se acumularam, com o nascimento de uma nova espécie descendente. (DENNETT, 1995, p. 46).

Darwin deliberadamente evita tratar de questões humanas em *A Origem das Espécies* e se esquiva de qualquer debate acerca da presença divina ou sobrenatural nas dinâmicas no mundo natural. É provável que estivesse consciente de que, por mais que pudesse tratar tais questões de forma séria e cautelosa, tudo que dissesse provocaria furiosas controvérsias. Silenciou-se o quanto pode acerca do tema das origens e capacidades humanas, embora no final do livro faça uma referência às expectativas de sua hipótese para futuras pesquisas: “No futuro distante, visualizo novos campos que se estendem para pesquisas ainda mais importantes. A psicologia irá basear-se num fundamento novo, o da necessária aquisição gradual de cada faculdade mental”. (DARWIN, 1859, p. 418).

Conforme Ernst Mayr (2006, p. 46), é possível identificar cinco implicações principais da hipótese, que daqui por diante chamaremos também de “evolucionista” de Darwin: (i) as espécies são mutáveis, havendo distinção entre os indivíduos de cada geração; (ii) todos os organismos descendem de um ancestral comum, uma vez que os seres orgânicos que alguma vez viveram descenderam de uma única forma primordial; (iii) a evolução é gradual, não havendo saltos ou descontinuidades; (iv) as espécies tendem a se multiplicar (o que explica a origem da diversidade entre as formas de vida) e; (v) os indivíduos de uma espécie estão sujeitos à seleção natural, dada as circunstâncias e que existem. Essas são as respostas darwinianas para a questão ligada à dinâmica do mundo vivo, porém, como apontamos no início da seção, a teoria darwiniana questionou não apenas a crença na constância e pouca idade do mundo, “mas também a causa da notável adaptação dos organismos e, de forma mais chocante, a posição única do homem no mundo dos seres vivos” (MAYR, 2006, p. 29).

Como explicar a característica mais distintiva da humanidade?

Desde o início de sua investigação acerca da origem e diferenciação entre as formas de vida, Darwin mantinha preocupações acerca da situação dos seres humanos em seu quadro explicativo, apesar de não abordar a humanidade de maneira direta em *A Origem das Espécies*.



Porém, nas páginas iniciais de seu caderno de anotações específico sobre os processos de transformações das espécies (“Notebook B”), observou que “mesmo o espírito e o instinto vieram a ser o que são como resultados de adaptação a novas circunstâncias.” (Citado em RICHARDS, 1987, p. 92). Será com a publicação de *A Descendência do Homem e a Seleção Sexual* em 1871, que Darwin tratará especificamente da aplicação de sua teoria evolucionista para a humanidade.

Darwin propõe uma explicação da origem da humanidade apoiando-se nos dois principais argumentos estruturadores estabelecidos em *A Origem das Espécies*: o argumento da seleção natural e o argumento da descendência comum. O estabelecimento de uma origem comum para todas as formas de vida fez com que Darwin contrariasse distintas tradições religiosas e filosóficas, pois questionou o lugar de destaque da humanidade entre todas as formas de vida. Tal questionamento tem por base a hipótese de que a humanidade não é uma espécie criada à margem das demais, pois tem antepassados próximos dos outros animais, como descrito no capítulo final de *A Descendência do Homem*:

Considerando a estrutura embriológica do homem – as homologias que possui com os animais inferiores; os rudimentos que conserva e a regressão a que é suscetível, podemos parcialmente reconstruir em nossa mente a condição primitiva dos nossos antepassados; e podemos aproximadamente colocá-los em seu lugar na série zoológica. Aprendemos desta maneira que o homem descendeu de um quadrúpede peludo, com a cauda e as orelhas afiadas, provavelmente habituado a andar trepado pelas árvores e que habitava o Velho Mundo. (DARWIN, 1871, p. 701)

Já o argumento da seleção natural, de forma complementar ao argumento da descendência comum, explica que os seres vivos não são resultado especial de nenhuma força sobrenatural ou produto da habilidade de um projetista, contrariando as tradições antropológicas ocidentais. A espécie humana é o resultado da adaptação das certas espécies às pressões do meio ambiente e da constituição hereditária dos indivíduos sobreviventes desse processo. Tais argumentos trazem em seu cerne a ideia de gradualidade presente na concepção evolucionista de Darwin. Segundo essa hipótese, os seres humanos são produtos da evolução por seleção natural não apenas do ponto de vista físico, mas também em sua estrutura psicológica. Explicar a estrutura física do *Homo sapiens* não seria tarefa de grande dificuldade, dado que nossa estrutura física encontra paralelos em outras espécies primatas, conforme aponta no primeiro capítulo de *A Descendência do Homem*, apresentando uma série de paralelos entre humanos e outras formas de vida. Porém, o comportamento e as ações humanas, diferenciados em relação a outras espécies, eram grandes obstáculos à hipótese evolucionista, uma vez que as características distintivas da



humanidade, relativas às faculdades “superiores” do homem parecem não encontrar lugar numa explicação evolucionista.

Será que poderia haver um cenário para mostrar de forma convincente o surgimento das muitas características distintivas humanas que não encontravam análogo no restante do mundo animal? O então bispo de Oxford, Samuel Wilberforce, destacou o desafio de explicações naturalistas da condição humana:

A supremacia original do homem sobre a terra, a capacidade humana de articular uma linguagem, o dom da razão, o livre-arbítrio e a responsabilidade do homem... – tudo é igual e totalmente irreconciliável com a degradante noção da grosseira origem daquele que foi criado à imagem de Deus (DENNETT, 1995, p. 65).

A resposta darwiniana a esse desafio alteraria a explicação aceita sobre a natureza humana. A mente do homem, apesar das distinções oriundas dos seus grandes poderes intelectuais, evoluiu a partir da mente de animais que Darwin identifica como “inferiores”. O surgimento das capacidades superiores como a linguagem e o pensamento abstrato surgem a partir de capacidades mais simples, naturalmente selecionadas ao longo do processo de evolução da forma de vida humana. De modo parecido, nossos sentimentos mais elevados, teriam surgido através de uma “evolução gradual”, conforme Darwin escreve em *A Descendência do Homem*, a partir de sentimentos encontrados em outras formas de vida. Assim, numa direção contrária às explicações fixistas e essencialistas tradicionais, Darwin diferencia o homem de outros animais antes “por grau do que por natureza” e busca desenvolver uma explicação da origem biológica do humano, “o maior e mais interessante problema para o naturalista” (BROWNE, 2007, p. 78).

Darwin segue os defensores da supremacia humana, como Wilberforce, em relação à “indubitável e imensa superioridade mental” em relação aos outros animais, enumerando uma grande quantidade de faculdades tradicionalmente consideradas como exclusivas do humano. E também concorda com o julgamento de diversos autores de que, dentre todas as diferenças entre o homem e os outros animais, o senso moral, é de longe o mais importante:

Subscrovo plenamente a opinião daqueles escritores que sustentam que de todas as diferenças existentes entre o homem e os animais inferiores, o senso moral ou a consciência é inigualavelmente o mais importante. [...] Resume-se naquele breve, porém potente palavra “dever”, tão cheia de alto significado. É o mais nobre de todos os atributos do homem e impele-o sem a mínima hesitação a arriscar a própria vida por aquela do seu semelhante ou – depois da devida deliberação, instado simplesmente pelo profundo senso do direito ou da justiça – a sacrificá-la em prol de qualquer grande causa (DARWIN, 1871, p. 120).



Porém, é na tentativa de explicação naturalista e evolucionista da consciência moral humana que Darwin enfrentou sua maior dificuldade. Trata-se de um empreendimento de grande originalidade, uma vez que até então, as respostas mais influentes acerca da origem e natureza da moralidade afastavam a possibilidade de uma relação entre moralidade e natureza. Paradoxalmente, mesmo admitindo os argumentos da descendência comum e da seleção natural, que implicariam numa diferença de grau, mas não de tipo, Darwin reconhece que há uma diferenciação considerável entre humanos e o restante dos animais. A capacidade moral seria essa fronteira decisiva, mesmo desenvolvida naturalmente. Seu objetivo é mostrar que não há incompatibilidade entre estabelecer as origens naturais da humanidade e reconhecer a originalidade da capacidade moral. Nesse sentido, essa capacidade deve possuir uma origem ligada a um processo gradual de evolução similar às outras características humanas. Da mesma forma que as forças da evolução por seleção natural levaram ao desenvolvimento do olho, por exemplo, do mesmo modo fizeram com que desenvolvêssemos a capacidade moral. Darwin explica assim seus objetivos em relação a essa pesquisa:

Este grande problema tem sido debatido por muitos escritores de renomada habilidade; a minha única desculpa para tocá-lo consiste na impossibilidade de ignorá-lo e porque, pelo que sei, ninguém o abordou exclusivamente sob o prisma da história natural. A pesquisa possui também algum interesse independente, como uma tentativa para ver até que ponto o estudo dos animais inferiores lança luz sobre uma das mais altas faculdades psíquicas do homem. (DARWIN, 1871, p. 121).

A hipótese que Darwin defendeu é que o “senso moral” humano foi moldado por pressões evolutivas trouxe benefícios em termos de sobrevivência para a espécie. Mesmo que Darwin não aponte diretamente o que quer dizer com “senso moral” em *A Descendência do Homem*, alguns exemplos sugerem que o que tem em mente são nossas intuições, simpatias e emoções morais como, por exemplo, a vergonha, a raiva, o orgulho, a vingança, etc., numa proposta que pode ser descrita como uma discussão sobre as origens da nossa psicologia moral. Darwin assim via o senso moral como traço emergente do acoplamento de instintos sociais com a ampla capacidade intelectual humana. Entre tais instintos estariam os mais simples, como o medo, a alegria e a ansiedade, e outros mais complexos, como a gratidão, a generosidade e a memória. Nesse sentido, o desenvolvimento do senso moral é visto como ligado à natureza do homem como um animal social e ajudaria a criar a coesão social e uma vida mais harmoniosa para o animal humano. Dados os benefícios sociais (e não individuais) do senso moral, a evolução através da seleção natural poderia ter favorecido o florescimento dos instintos sociais de



nossos ancestrais e, gradualmente, tê-los fortalecido ao longo do tempo, acabando por atingir a poderosa consciência moral que possuímos:

A seguinte proposição me parece extremamente provável, ou seja: que qualquer animal dotado de instintos sociais bem definidos, inclusive aqueles para com os pais e os filhos, adquiriria inevitavelmente um senso moral ou uma consciência, tão logo os seus poderes intelectuais se tivessem tornado tão desenvolvidos ou quase na mesma medida que no homem (DARWIN, 1971, p. 121).

Darwin considera os seres humanos como animais sociais, possuindo poucos instintos particulares, porém, conservando algum grau de simpatia instintiva pelos seus semelhantes. Tal condição se dá pois herdamos tendências a sermos leais com nossos companheiros, além de mantermos o autocontrole e a obediência aos líderes da tribo. Nesse sentido, os instintos sociais impulsionam algumas de nossas melhores ações, uma vez que podemos passar a um estágio de desenvolvimento impensável para outros animais. Darwin propõe desse modo que um ser moral é aquele que possui condições de comparar suas atitudes e motivos passados e futuros, aprovando-os ou desaprovando-os. Assim, a única forma de vida que possui essa capacidade seria o ser humano, descartando a possibilidade de qualquer animal inferior possuir tal característica, uma “consciência capaz de olhar para trás e servir de guia para o futuro”. Ações morais seriam aquelas realizadas após deliberação dessa consciência, depois da disputa entre as motivações conflitantes. Através do hábito, seres humanos seriam estimulados por sua própria consciência, adquirindo um controle e conseguindo que seus desejos e paixões sejam suprimidos pelos instintos sociais:

O desenvolvimento das qualidades morais é um problema mais interessante. A base reside nos instintos sociais, que sob este nome incluem os vínculos familiares. Estes instintos são bastante complexos e determinam, no caso dos animais inferiores, tendências particulares para certas ações definidas; mas os elementos mais importantes são representados pelo amor e pela “simpatia”, a qual constitui uma emoção diferente. Os animais que cresceram com instintos sociais sentem prazer com a recíproca companhia, avisam-se mutuamente do perigo, defendem-se e prestam-se ajuda mútua em diversas maneiras. [...] Visto que são bastante úteis à espécie, provavelmente foram adquiridos através da seleção natural (DARWIN, 1871, p. 702-703).

Dessa forma, a consciência moral humana surgiu e se desenvolveu uma vez que possibilitou o florescimento do conjunto dos indivíduos, onde os agrupamentos humanos que desenvolveram a moralidade em maior grau foram favorecidos na luta pela vida. Entendida como capacidade desenvolvida a partir do conjunto de nossos instintos sociais primitivos e do grande potencial intelectual humano, a consciência moral por mais elevada que seja e por mais distintos que possa nos tornar, pode ser enquadrada na perspectiva darwiniana de explicação das formas de vida, conforme conclusão do próprio Darwin:



Procurei mostrar que o senso moral deriva, em primeiro lugar, da natureza permanente e sempre presente dos instintos sociais; em segundo lugar, da avaliação que o homem faz da aprovação e da desaprovação dos seus semelhantes; e, finalmente, da elevada atividade de suas faculdades mentais, capazes de impressões passadas extremamente vívidas; e sob estes últimos aspectos ele difere dos animais inferiores (DARWIN, 1871, p. 703).

A evolução como base para a moral e para a política

Após a sua formulação inicial no campo da investigação nas ciências biológicas, a visão darwiniana da evolução estendeu-se de forma ampla e desordenada a outros campos de investigação mais ligados às ciências humanas. Nesse contexto, o teórico britânico Herbert Spencer foi o primeiro a formular uma filosofia social e moral baseada na teoria da evolução. Enquanto Darwin busca desenvolver uma compreensão naturalista e evolucionista das formas de vida, da humanidade e suas características distintivas, como a capacidade moral humana, o projeto de Spencer é mais amplo e possui um caráter diferenciado: trata-se de fundamentar hipóteses políticas e morais a partir de sua leitura da perspectiva evolucionista, com vistas a desenvolver uma filosofia integralizadora – ou um “sistema de filosofia sintética”, conforme intitulou a produção científica e filosófica centrada na ideia de evolução, que começou a publicar na década de 1860.

Spencer começou a desenvolver suas hipóteses já antes da publicação de *A Origem das Espécies* em 1859, portanto antes da própria descrição da evolução humana feita por Darwin, em *A Descendência do Homem*, de 1871. Quando Spencer começa a publicar suas hipóteses, as ideias evolucionistas já estavam difundidas na Europa, como as investigações do mundo natural de viés evolutivo, como as de Jean-Baptiste Lamarck e Charles Lyell. Tais autores procuram mostrar que um processo evolutivo, entendido como uma diferenciação progressiva de características vitais, constituía a explicação mais adequada para o desenvolvimento da vida. Baseado em tais concepções, a evolução na qual Spencer se concentra é um processo progressivo, que parte da “simplicidade confusa” para a “complexidade distinta”, conforme a descrição realizada por David Cooper (1996, p. 369-370). As espécies, por exemplo, tornam-se cada vez mais heterogêneas, mais claramente distintas umas das outras e mostram mais integração e organização interna. Salvo acidentes, a evolução tende ao estado de equilíbrio, em que o máximo de diversidade e complexidade é alcançado.

Nesse sentido, Spencer busca mostrar que, além de explicar o desenvolvimento das formas de vida, a evolução constitui o princípio básico que serve de explicação para todo e qualquer desenvolvimento, desde a esfera biológica até a vida nas sociedades. Anteriormente à



difusão das hipóteses de Darwin, Spencer já é um intelectual reconhecido, abordando temas como a liberdade do indivíduo e a relação deste último com o estado, além de tratar de questões sociais em geral. Em 1851, no capítulo intitulado “A Lei dos Pobres” de sua primeira publicação mais extensa, intitulada *Social Statics*, Spencer apresenta algumas de suas expectativas sobre a sociedade ideal, a partir de uma interpretação da evolução:

Há muitas pessoas amáveis que não têm a coragem de olhar para esta questão bastante evidente. Motivadas como são por suas simpatias com o sofrimento presente, principalmente em relação às últimas consequências, evitam seguir um curso que é muito imprudente, e no final até mesmo cruel. Não consideramos verdadeira a bondade de uma mãe que satisfaz sua criança com doces que com certeza irão torná-la doente. Devemos pensar na espécie de benevolência que levou um cirurgião tolo a deixar a doença de seu paciente progredir até um problema fatal, ao invés de infligir dor por uma operação. Devemos chamar os filantropos de espúrios, pois, ao evitar a miséria presente, implicam maior miséria sobre as gerações futuras. Todos os defensores da Lei dos Pobres devem, porém, ser classificados entre tais. [...] Cegos ao fato de que, sob a ordem natural das coisas, a sociedade está constantemente excretando seus membros insalubres, imbecis, lentos, vacilantes e sem fé, esses homens não pensam, embora sejam bem-intencionados, e defendem uma interferência que não só interrompe o processo de purificação, mas ao mesmo tempo aumenta o vício – incentivando absolutamente a multiplicação do imprudente e do incompetente, oferecendo-lhes infalivelmente provisões, e desencorajando a multiplicação do competente e providente, por aumentar a dificuldade prospectiva de manter uma família. E assim, em sua ânsia de evitar os sofrimentos realmente salutares que nos rodeiam, esses aspirantes a sábios e pessoas tolas legam à posteridade uma contínua e crescente maldição. (SPENCER, 1851, p. 323-324)

O propósito geral de Spencer é englobar todas as esferas da existência, reduzindo o conhecimento a uma “lei suprema” da evolução que explica a totalidade dos fenômenos. A hipótese assume que o processo de seleção que sustenta a evolução é um mecanismo que reflete o processo cósmico de seleção. Esse processo leva necessariamente a um progresso, principalmente no caso da espécie humana, conforme defende em *The Principles of Biology*: “Desde o começo, essa pressão da população tem sido a causa mais próxima do progresso. Ela provocou a difusão original da raça. Levou os homens a abandonarem hábitos predatórios e se dedicarem à agricultura. Levou à limpeza da superfície da Terra” (SPENCER, 1864, p. 536).

Com a hipótese de Darwin em cena, a aproximação de Spencer é natural. Chega a propor uma nova terminologia a ser inserida ao trabalho de Darwin em 1864, que este prontamente aceita e utiliza na quinta edição de *A Origem das Espécies*. Tal terminologia, que se conforma à hipótese metafísica de Spencer, busca descrever de maneira mais específica o processo de seleção natural como “a sobrevivência do mais apto”. No entanto, tal terminologia gerou uma série de incompreensões, principalmente quando se buscou desenvolver uma antropologia baseada na



hipótese darwiniana. No caso das sociedades humanas, a imagem da luta pela sobrevivência seria adequada para explicar a maneira pela qual ocorre a evolução, pois se trata do motor que impulsionaria um movimento em direção ao progresso. Nesse sentido, a competição seria útil para fazer com que os indivíduos fossem selecionados e promover os traços transmitidos para futuras gerações. Os indivíduos que não possuísem tais traços acabariam eliminados pelo processo evolutivo, produzindo uma sociedade mais próxima da perfeição, caracterizada pela estabilidade, harmonia, paz, altruísmo e cooperação, resultando num constante progresso social e moral.

Spencer encontra a chave para atingir seu “propósito supremo”, que é “encontrar uma base científica para os princípios do certo e do errado” (Citado em BURROW, 1966, p. 215), onde “a aceitação da doutrina da evolução orgânica determina certas concepções éticas” (SPENCER, 1897, p. 25). Há assim um elo entre evolução, sociedade e moralidade que, uma vez descoberto, serviria de fundamento para o estabelecimento de uma moralidade adequada para os seres humanos – uma *ética evolucionista*. Escritos entre 1879 e 1892, e os *The Principles of Ethics* de Spencer buscam esclarecer a conexão entre a evolução e a moralidade humana:

Temos que começar a considerar os fenômenos morais como fenômenos da evolução: somos forçados a fazer isso ao descobrir que eles são uma parte do conjunto de fenômenos que a evolução opera. Se todo o universo visível tem evoluído e se o sistema solar como um todo, a Terra como uma parte dele, a vida em geral, que a Terra suporta, assim como a de cada organismo individual, se os fenômenos mentais exibidos por todas as criaturas, assim como os fenômenos apresentados pelos agregados desses seres superiores estão todos em conformidade com as leis da evolução; então a implicação necessária é que esses fenômenos de conduta nessas criaturas superiores com as quais a moral está concernida também estão em conformidade com ela (SPENCER, 1897, p. 56).

Em última análise, o processo evolutivo irá produzir uma sociedade comum a todos, onde mulheres teriam os mesmos direitos que homens e os governos se tornariam desnecessários. Enquanto isso, o Estado não deveria fazer nada para aliviar os sofrimentos dos inaptos. Afinal, como Spencer já defendia em 1851, “todo o esforço da natureza é para se livrar de tal, para limpar o mundo deles, para dar espaço para o melhor” (SPENCER, 1851, p. 379). Dessa forma, a consequência política da hipótese moral de Spencer é que além de manter a justiça, o Estado não pode fazer mais nada sem transgredir a justiça, porque neste caso estará a proteger os indivíduos inferiores contra o rateio natural de recompensas e castigos, dos quais dependem a sobrevivência e a melhoria do grupo. Assim, a evolução natural da sociedade humana nos aproximaria cada vez mais do Estado perfeito.



No final do século XIX, numa ampliação sociológica, política e econômica das hipóteses de Spencer, surge a proposta que ficará conhecida como “darwinismo social”, que trata abertamente de entender a vida social e política dos seres humanos por meio de categorias pretensamente biológicas. As noções gerais do darwinismo social – termo criado popularizado pelo historiador Richard Hofstadter em 1944 – buscam fundamentar uma defesa da luta pela sobrevivência no interior da sociedade, onde o indivíduo capaz triunfa e o incompetente fracassa. No campo político, a ideologia do darwinismo social influencia posicionamentos agressivos nas relações entre as nações e grupos sociais. Tal hipótese teve considerável influência em sua época, com grande popularidade e utilizado como justificativa política e econômica em circunstâncias históricas do fim do século XIX e início do século XX, como o imperialismo, o nacionalismo, o liberalismo e o escalonamento racial – cada um a seu modo afirmando a ideia de que a sobrevivência dos melhores e mais aptos indivíduos levará, necessariamente, a um avanço e progresso em toda a sociedade (HOYOS, 2001, p. 21).³ Um dos principais nomes do darwinismo social no fim do século XIX é Ernst Haeckel, defensor das hipóteses evolucionistas na Alemanha, que considerava a evolução “a palavra mágica com a qual resolveremos todos os enigmas” (citado em BURROW, 1966, p. 224-5). Um dos principais enigmas a ser esclarecido pela evolução seria o modo como a lei da seleção natural seria aplicada aos grupos humanos. Segundo Haeckel, tal aplicação seria mera consequência da “cruel e implacável luta pela existência que reina e tem que reinar na natureza, num incessante e inexorável enfrentamento de todos os seres vivos” (citado em RICHARDS, 1987, p. 596). Diversas apropriações políticas e sociais do darwinismo encontraram lugar na Alemanha de Haeckel e ainda se debate o impacto de tais circunstâncias para o surgimento da ideologia nacionalista alemã e do nazismo na primeira metade do século XX. (RICHARDS, 2013, p. 26).

Mesmo com o apelo e popularidade das propostas sociopolíticas de Spencer e ligadas ao que ficou conhecido como darwinismo social, também surgiram críticas de diferentes naturezas a tais filosofias. Tais críticas podem ser divididas em dois grupos. Num primeiro conjunto de críticas, podem ser alocadas as observações ligadas ao âmbito da compreensão do processo evolutivo por Spencer e por darwinistas sociais. Já num segundo grupo encontram-se as críticas argumentativas ligadas ao âmbito filosófico, que apontam para a inadequação moral, metafísica e

³ Análises históricas mais detidas sobre a influência do darwinismo social podem ser encontradas de forma detalhada, em ampla bibliografia. Miranda Carter (2010 [2013]) descreve a influência do darwinismo social no imperialismo britânico. Ian Kershaw (2015 [2016]) descreve a influência do darwinismo social sobre o nacionalismo alemão e o nazismo, assim como Robert Richards (1987) expõe as bases darwinistas sociais do *laissez faire* norte-americano. Lilian Moritz Schwarz (1993) faz um rico levantamento da presença do darwinismo social no escalonamento racial no Brasil do início do século XX.



semântica de tais propostas. Apesar de amplamente criticada, a visão spenceriana, que fundamenta o darwinismo social, é o que comumente se compreende como a aproximação possível entre a proposta darwiniana e a humanidade, tanto moralmente como politicamente. Nesse contexto, Michael Ruse (1995, p. 500) afirma que “o tema não tem boa reputação, e não totalmente sem merecimento. Está relacionada a alguns dos excessos morais e políticos mais grotescos do século passado e a algumas das falácias filosóficas mais grosseiras”⁴.

Metodologicamente, Spencer possui dois objetivos fundamentais. O primeiro consiste em transpor a teoria biológica para a ordem social, obtendo assim uma pretensa explicação sobre a maneira como forças evolutivas atuam no interior da sociedade. A terminologia spenceriana da “sobrevivência do mais apto” captura aqui esse aspecto causal do produto do processo de evolução. Esse programa explicativo consiste em descrever o comportamento enumerando suas causas, baseando-se numa determinada visão do processo evolutivo. Já o segundo objetivo difere-se de um programa descritivo e explicativo, uma vez que busca derivar das descrições comportamentais princípios de conduta adequados para todos os seres humanos. Quando a hipótese introduz a ideia de “mais apto” introduz também uma ideia especial acerca de como se deve proceder para manter-se nessa sociedade. Desse modo, partindo de considerações empíricas acerca do modo como as formas de vida se desenvolvem, adota o mesmo modelo para explicar a maneira a partir das quais as sociedades irão “evoluir” ou progredir. Spencer introduz também uma avaliação sobre como as sociedades devem proceder e qual é o tipo de indivíduo que deveria ser desenvolvido nessa sociedade.

No entanto, segundo Ernst Mayr (1988, p. 431), Spencer contribuiu para que a teoria da evolução de Darwin fosse mal compreendida. A evolução para Spencer era um princípio metafísico, definida como uma “integração da matéria e concomitante dissipação de movimento; durante ela, a matéria passa de uma homogeneidade indefinida e incoerente para uma heterogeneidade definida e coerente.”. Tal processo estaria evidenciado na ideia spenceriana de “sobrevivência do mais apto”. No entanto, a sobrevivência não é uma propriedade diretamente presente no organismo, como dá a entender, mas apenas uma indicação de que o organismo possui certos atributos favoráveis à sua sobrevivência em determinadas circunstâncias. Nesse

⁴ De acordo com Steven Pinker (2004, p. 216), “Hitler inegavelmente foi influenciado pelas versões abastardas do darwinismo e da genética que se popularizaram nas primeiras décadas do século XX, e citou especificamente a seleção natural e a sobrevivência dos mais aptos quando expôs sua doutrina. Ele acreditava no darwinismo social extremo no qual os grupos eram a unidade de seleção e a luta entre os grupos eram necessárias para o vigor e a força da nação.”. A compreensão errônea da evolução que deu origem o darwinismo social fez com que as ciências sociais praticamente desconsiderassem qualquer proposta que explicasse o comportamento humano que considerassem a biologia.



sentido, ser “apto” significa que o organismo simplesmente possui certas propriedades que aumentam a probabilidade de que venha a sobreviver num certo ambiente e numa determinada situação. Dessa forma, a definição de seleção natural como “sobrevivência do mais apto” é deficiente justamente por não especificar as circunstâncias ecológicas e ambientes em que tais ou quais indivíduos seriam mais aptos. Não existem indivíduos e espécies que sejam aptos em todas as circunstâncias e em todos os ambientes. E uma vez que os ambientes ecológicos mudam com o passar do tempo, é de fundamental importância considerar tais condições na seleção.⁵

Conforme William Fitzpatrick (2008), a concepção spenceriana de evolução envolvia também um processo teleológico progressivo, voltado para a produção de formas progressivamente mais evoluídas, manifestando maior riqueza de pensamento e ação, assim como uma maior duração da vida. Nesse sentido, o comportamento humano seria “mais evoluído” do que o comportamento de outros animais, assim como o comportamento harmonioso e solidário das pessoas em “sociedades permanentemente pacíficas” seria “mais evoluído” do que o comportamento de sociedades menos harmoniosas, uma vez que servia à totalidade da vida harmoniosa e feliz, a finalidade da evolução. Porém, tal concepção se afasta da visão darwiniana uma vez que esta nega que a processo evolutivo seja um processo teleológico, que se dirige a determinado fim. Assim, é inválida a associação entre as noções de Spencer, que envolve formas ou condutas “mais evoluídas” (pelo qual os seres humanos, por exemplo, são “mais evoluídos” em relação a outras espécies, ou que as condutas éticas sejam “mais evoluídas” do que condutas antiéticas) com as hipóteses de Darwin.

O darwinismo centra-se sobre a aptidão reprodutiva, no lugar da noção de Spencer da “totalidade maior” da vida em si, na prole e no próximo, no progresso entre outras diferenças fundamentais. Nesse sentido, a argumentação sobre a possível relação entre biologia evolutiva e ética desenvolvida por Spencer baseia-se numa concepção equivocada, que envolve uma noção de progresso questionável do processo evolutivo. Mesmo que exista na concepção de Darwin uma ideia de evolução que envolve a passagem do mais simples ao mais complexo, a hipótese darwiniana de evolução não possui a mesma carga progressiva e teleológica pressuposta por Spencer e os defensores do darwinismo social. Desse modo, em sua maioria, Spencer e os darwinistas sociais seriam mais apropriadamente chamados de “lamarckistas sociais”, uma vez

⁵ Para Darwin, a ideia de uma evolução progressiva necessária era uma sobreposição gratuita de valores humanos a um processo fundamentalmente isento de qualquer tipo de valor. Darwin se propôs a explicar a diversificação das espécies, a produção das diferenças e que, originalmente, nem mesmo usou o termo “evolução”. Uma lei progressiva unidimensional negava a equivalência biológica das espécies vivas garantida por seus persistentes poderes de reprodução. (HOWARD, 1982, p. 117). No entanto, o próprio Darwin pode ter contribuído para essa situação, na medida em que não observou ou explicitou tais divergências.



que desenvolveram sua visão de progresso com base na hipótese de Lamarck, que envolvia uma ação do indivíduo para a sua evolução. “Finalidade” e “progresso” são concepções estranhas ao processo natural e contingente que encontramos descrito nas páginas de *A Origem das Espécies*. Trata-se do “mau uso das ideias de Darwin”, de uma apropriação da teoria do naturalista inglês para explicação de certos aspectos que não correspondem à teoria evolucionista originalmente proposta, conforme terminologia proposta por Donald Symons (1992, p. 137).

Um questionamento filosófico mais amplo sobre a proposta de Spencer remonta a uma observação clássica, que já havia sido proferida pelo filósofo David Hume, ainda no século XVIII. Trata-se da passagem indevida de descrições factuais para sistematizações normativas sobre o modo como os seres humanos devem agir. Hume acusa o caráter indevido dessa passagem dos fatos empiricamente observados à estipulação de um dever, ou seja, à ordem normativa. Conhecida como “Lei de Hume”, essa análise que vê como problemática a passagem sem mais esclarecimentos de uma esfera à outra (da ordem factual à ordem normativa) está presente numa famosa passagem do Livro III do *Tratado da Natureza Humana*, de 1739. Ali Hume afirma haver uma inconsistência lógica na derivação para o campo da moral – ligado ao “deve” – de afirmações originárias dos âmbitos factuais – ligados ao “é”. Nas palavras de Hume:

Em todo sistema de moral que até hoje encontrei, sempre notei que o autor segue durante algum tempo o modo comum de raciocinar, estabelecendo a existência de Deus, ou fazendo observações a respeito dos assuntos humanos, quando, de repente, surpreendo-me ao ver que, em vez das cópulas proposicionais usuais, como é e não é, não encontro uma só proposição que não esteja conectada a outra por um deve ou não deve. Essa mudança é imperceptível, porém da maior importância. Pois, como esse deve ou não deve expressa uma nova relação ou afirmação, esta precisaria ser notada e explicada; ao mesmo tempo, seria preciso que se desse uma razão para algo que parece inteiramente inconcebível, ou seja, como essa nova relação pode ser deduzida de outras inteiramente diferentes (HUME, 1739, p. 509).

A passagem imperceptível do “é” ao “deve” é denunciada uma vez que dizer o que é e o que deve ser são duas coisas diferentes. Isso se dá, porque, primeiramente, os fatos empíricos não contêm indicações normativas, caso contrário, não seriam puramente empíricos. Em segundo lugar, como não existem elementos normativos nos fatos, não é possível assentar sobre eles conclusões normativas, porque conclusões são válidas somente se todas as informações necessárias a tais estiverem presentes nas premissas. Nesse sentido, Hume argumentou que era logicamente impossível partir de um conjunto de premissas puramente factuais e chegar a uma conclusão normativa.



Outro ataque foi lançado pelo filósofo George E. Moore (1903), que desenvolveu as mais fortes críticas ao estabelecimento de uma ética evolucionista segundo a proposta de Spencer e defensores do darwinismo social. Seu ataque veio a dificultar as pretensões de uma proposta política e moral fundada na teoria evolucionista, juntamente com as críticas sobre a má compreensão do processo evolucionista por parte dos adeptos dos darwinistas sociais. Considera-se, com frequência, que o darwinismo social e as tentativas de elaborar uma teoria moral normativa com base na evolução tiveram sua morte intelectual pelas mãos deste filósofo, que demonstrou que tais tentativas incorriam numa falácia, identificada por Moore como “falácia naturalista”, muitas vezes equiparada com a observação de Hume acerca da passagem indevida entre fatos e valores.

Em *Principia Ethica* (1903), Moore lança um ataque geral aos sistemas éticos, apontando que boa parte dos mesmos incorre de algum modo na “falácia naturalista”. A maior parte dos sistemas éticos busca uma definição de “bondade” em referência a alguma “outra coisa”, que pode ser um objeto natural ou algo cuja existência se infere de alguma forma. Moore interessava-se pela definição de “bem” e particularmente se “bem” era uma propriedade simples ou complexa. As propriedades simples, de acordo com Moore, são indefiníveis porque não podem ser descritas usando propriedades mais básicas. As propriedades complexas podem ser definidas a partir de suas propriedades básicas. Assim, o “amarelo” não pode ser definido porque não tem partes constituintes, Para Moore, e o mesmo acontece com “bem”. A “bondade” é uma propriedade simples (isto é, não construída de partes), não-natural (isto é, não determinável ou mensurável por quaisquer meios empíricos), e indefinível, cuja presença somente poderia ser intuída. Implica-se na falácia naturalista quando tentamos definir “bem” em referência a algo natural, isto é, empiricamente verificável. O bem não pode ser definido por quaisquer outras propriedades, sejam elas naturais ou metafísicas. É o que ocorre com Spencer e os defensores do darwinismo social, que consideravam que o “bem” algo que pode ser entendido como aquilo que a operação do processo de evolução fornecia, seja na forma de “felicidade” ou “liberdade”. Nesse sentido, Moore acusa Spencer de cometer a falácia naturalista, “identificando a simples noção de que queremos dizer com ‘bem’ com alguma outra ideia” (MOORE, 1903, p. 58).

No entanto, é interessante observar que Moore teve o cuidado de primeiramente distinguir as ideias de Darwin das de Spencer e seus seguidores. Moore refere-se a Darwin como uma figura importante no pensamento biológico e classificou Spencer como o mais conhecido dos muitos escritores populares sobre “ética evolucionista”. De acordo com Paul Farber (1994, p. 184), o que Moore rejeita na proposta moral de Spencer é a passagem, que não se encontra em



Darwin, entre a afirmação de que, do ponto de vista moral, “x é mais evoluído” para a afirmação de que “x é superior” no sentido de ser melhor. A reivindicação mais comum de tais “éticas”, de acordo com Moore, era simples: “que devemos avançar no sentido da evolução, simplesmente porque é o sentido da evolução”. Trata-se de um exemplo clássico da falácia naturalista, a falácia que consiste em identificar a noção do que queremos dizer com “bem” com alguma outra noção.

Darwin foi um darwinista social?

Podemos localizar os empreendimentos de Darwin e de Spencer e os darwinistas sociais em campos separados. Darwin, ao buscar compreender como o senso moral humano poderia ter emergido naturalmente a partir do florescimento da nossa espécie, desenvolve um projeto descritivo sobre a origem da capacidade moral humana. Assim, teríamos com Darwin uma tentativa explicação da estruturação de nossa psicologia moral, na qual a biologia poderia fornecer (ao menos em parte) uma explicação de natureza evolutiva de como nossa espécie tornou-se capaz de desenvolver juízos e conceitos morais. Já Spencer e os darwinistas sociais têm um projeto diferente, que envolve a proposta de uma normatização moral a partir de sua compreensão do processo evolutivo. Nesse caso, a biologia evolucionista poderia dizer quais são as nossas obrigações morais, derivando assim os princípios morais a partir do processo evolutivo.

Nesse sentido, um ponto a ser destacado é a diferença entre o *programa descritivo* de Darwin e o *programa normativo* de Spencer e seus defensores. Mesmo com as dificuldades da hipótese darwiniana em explicar elementos da evolução do comportamento animal e da psicologia humana, sua tentativa de compreender naturalmente a origem e o florescimento de nossa “consciência moral”, em suas palavras, abre relevantes possibilidades de investigação. O programa descritivo darwiniano não encontra as mesmas restrições de ordem normativa que alegadamente limitam o alcance de uma “ética evolucionista”, mesmo com as limitações de evidências ou pesquisas empíricas mais amplas sobre a existência de um senso moral humano. Por outro lado, o programa normativo de Spencer encontra sérias dificuldades, conforme pudemos notar ao tratarmos das observações de Hume e Moore, além das observações acerca da compreensão inadequada que possuíam acerca do processo evolutivo. Com base em tais considerações metodológicas, podemos considerar que Darwin não foi um darwinista social, devido principalmente ao modo como abordou a moralidade a partir da perspectiva evolucionista e descritiva. Spencer e os adeptos do darwinismo social, por outro lado, ao buscar uma ordem moral no mundo natural, cometeram erros do ponto de vista científico e filosóficos. No entanto,



a influência de tais concepções foi muito mais ampla do que o programa darwiniano, originando propostas morais, políticas e sociais que ainda nos assombram.

Referências Bibliográficas

- AMIS, Martin. **A Informação**. Tradução de Angelo Venosa. Companhia das Letras: São Paulo, 1995.
- BOWLER, Peter. **Evolution: The History of an Idea**. Berkeley: University of California Press, 1989
- BROWNE, Janet. **A Origem das Espécies de Darwin: Uma Biografia**. Tradução de Maria Luíza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BURROW, John. **Evolution and Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.
- CARTER, Miranda. **Os Três Imperadores**. Tradução de Clóvis Marques. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- CHANGEUX, Jean Pierre. **Fundamentos Naturais da Ética**. Tradução de Vasco Casimiro. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- COOPER, David. **Filosofias do mundo**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**. Tradução de Ana Afonso. Lisboa: Planeta Vivo, 2009. (1859)
- _____. **A Origem do Homem e a Seleção Sexual**. Tradução de Atílio Cancian e Eduardo Nunes Fonseca. São Paulo: Hemus Editora, 1974. (1871)
- DENNETT, Daniel. **A Perigosa Idéia de Darwin**. Tradução de Talita Rodrigues. São Paulo: Editora Rocco, 1995.
- FARBER, Paul. **The Temptations of Evolutionary Ethics**. Berkeley: University of California Press, 1994.
- FITZPATRICK, William. “Morality and Evolutionary Biology”. In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em <<https://plato.stanford.edu/entries/morality-biology/>>. Publicado em 2008. Acessado em 24/04/2018.
- GOULD, Stephen Jay. **Darwin e os Grandes Enigmas da Vida**. Tradução de Maria Elizabeth. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HOFSTADTER, Richard. **Social Darwinism in American Thought, 1860-1915**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1992.
- HOWARD, Jonathan. **Darwin**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- HUME, David. **Tratado da Natureza Humana**. Tradução de Serafim da Silva Fontes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- HULL, David. “**Darwinism as a historical entity: A historiographic proposal.**” In: KOHN, David (Org.) *The Darwinian Heritage*. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- KERSHAW, Ian. **De Volta do Inferno: Europa: 1914-1949**. Tradução de Donaldson Garschagen e Renata Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.



- LEWENS, Tim. **Darwin**. Londres: Routledge, 2007.
- MAYR, Ernst. **Toward a New Philosophy of Biology**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
- _____. **Biologia, Ciência Única**. Tradução de Marcelo Leite. Companhia das Letras, 2006.
- MOORE, George. E. **Principia Ethica**. Tradução de Maria Manuela Rocheta Santos e Isabel Pedro dos Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. (1903)
- ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação da técnica**. Tradução de Luis Washington Vita. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963.
- PAGELS, Heinz. **Os Sonhos da Razão: O computador e a ascensão das ciências da complexidade**. Tradução de José Luis Lima. Lisboa: Gradiva, 1990.
- PALEY, Willian. **Natural Theology. Or, Evidences of the Existence and Attributes of the Deity, Collected from the Appearances of Nature**. Bridgewater Treatises, Faulder, 1803.
- PINKER, Steven. **Tabula Rasa: A negação contemporânea da natureza humana**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- REALE, Giovanni & ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Do Romantismo aos nossos dias (Vol. 3)**. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Editora Paulus 1991.
- RICHARDS, Robert. **Darwin and the emergence of evolutionary theories of mind and behavior**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- _____. **Was Hitler a Darwinian? Disputed questions in the history of evolutionary theory**. Chicago: University of Chicago Press, 2013.
- RUSE, Michael. **Levando Darwin a Sério**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- STAMOS, David. **A Evolução e os Grandes Temas**. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- SYMONS, Donald. "On the use and misuse of darwinism in the study of human behavior". In: BARKOW, Jerome; COSMIDES, Leda; TOOBY, John. **The Adapted Mind: Evolutionary Psychology and the Generation of Culture**. Oxford: Oxford University Press, 1992.



Um olhar sobre a formação histórica do município de Novo Xingu-RS: um passado que se faz presente

A reflection about historical information of the municipality of New Xingu-RS: a past that has been made present

Leonardo da Silva Martinelli
Mestrando em História
Universidade de Passo Fundo
leonardos.martinelli@gmail.com

Vanucia Gnoatto
Mestranda em História
Universidade de Passo Fundo
vanuciagnoatto@gmail.com

Recebido em: 17/06/2018

Aprovado em: 03/09/2018

Resumo: O presente ensaio propõe-se a analisar o processo sócio-histórico de formação do município de Novo Xingu, no Rio Grande do Sul, a partir das relações estabelecidas entre os habitantes de duas áreas de colonização distintas: uma privada e a outra pública. A região central do atual município era integrada na colonização privada alemã, seletiva, que tinha como finalidade alocar os imigrantes nesse território que era uma das propriedades da *Colonizadora Meyer*. As adjacências do território foram incorporadas pelo Estado numa colonização pública posterior. O objetivo deste estudo é analisar as relações sociais a partir da *identidade étnica* dos grupos que residiam na colônia/distrito Xingu, desenvolvidas entre os mesmos no decorrer do tempo caracterizando uma associação específica que se altera visivelmente com a emancipação política do emergente município na década de 1990. Cronologicamente situa-se entre os anos de 1897 até a década de 1990.

Palavras-chave: Colonização, Imigração, Novo Xingu.

Abstract: This essay proposes to analyze the socio-historical process of formation of the municipality of New Xingu, in Rio Grande do Sul, from the relations established between the inhabitants of two distinct colonization areas: one private and the other public. The central region of the current municipality was integrated into the private German colonization, which had the purpose of allocating immigrants in this territory which was one of the properties of the *Colonizer Meyer*. The vicinity of the territory was incorporated by the state into a later public colonization. The objective of this study is analyzes the social relations based on the ethnic identity of the groups what lived in the Xingu colony/district, developed between them in the course of time, characterizing a specific association that visibly alters with the emancipation of the emergent municipality in the decade of 1990. Chronologically it is between the years of 1897 the decade of 1990.

Keywords: Colonization, Immigration, New Xingu.



Considerações iniciais

Ao estudar os processos históricos relacionados à fundação das cidades no norte do Rio Grande do Sul percebe-se o quanto estes foram influenciados pelos processos migratórios e de colonização aqui existentes. O objetivo deste estudo é analisar as relações sociais a partir da *identidade étnica* dos grupos que residiam na colônia/distrito Xingu, desenvolvidas entre os mesmos no decorrer do tempo e caracterizando uma associação específica que se altera visivelmente com a emancipação política do emergente município na década de 1990. A partir deste caso, localizado a nordeste do estado do Rio Grande do Sul, pretende-se refletir a respeito das transformações sociais e culturais que evidenciam este histórico na região. O período temporal abarcado tem como balizas o ano da compra das terras pela colonizadora alemã em 1897, e se estende até a década de 1990 quando começam as mobilizações e organizações para emancipar o município. Detendo-nos especificamente nestes anos, serão destacados alguns elementos que nos permitem verificar a construção da identidade étnica destes grupos e as inter-relações com seus conterrâneos. Faz-se necessário, contudo, situar o processo de colonização no estado que será pontuado de forma geral, pois já foi tema de outras investigações.

Esta pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica e discussão teórica a partir da formação histórica do município e suas interfaces com a *identidade étnica* dos habitantes que passaram a compor aquela localidade, numa perspectiva de história social. Tais elementos nos possibilitam compreender parte das relações engendradas naquele contexto e seus desdobramentos ao longo do período, marca das fronteiras e *lugares sociais* ocupados.

O processo de colonização: colônias públicas e privadas

Falar em colonização, no Brasil, nos remete a diferentes contextos e temporalidades. Da mesma forma, a entendimentos e olhares distintos. Cientes das fragilidades que o termo suscita, o utilizamos no contexto sócio-histórico do século XIX para compreender dois processos de colonização ocorridos no atual município de Novo Xingu. As transformações históricas por que passou são representativas da análise que será lançada, haja vista a formação e constituição de grupos étnicos que construíram uma identidade específica, significada e partilhada que os auxiliou em seu próprio estabelecimento no local, bem como nas relações engendradas com os demais.

Inicialmente é preciso destacar que nas proximidades do atual município de Novo Xingu tem-se a presença de uma reserva indígena denominada Serrinha, parte do aldeamento Nonoai, que como aponta Joel Carini surgiu no início do século XX. A mesma compreende terras



pertencentes aos atuais municípios: Três Palmeira, Ronda Alta, Constantina e Engenho Velho. Este espaço vivenciou um conflito entre índios caingangues e colonos. Ao longo do mesmo século a reserva foi intrusada pelos posseiros, colonos, madeireiros e lavradores, sendo extinta na década de 1960, fato que acarretou no final do mesmo século a demarcação devolvendo as terras aos índios caingangues, levando a desocupação dos colonos no ano de 2004 (CARINI, 2005, p.15).¹

A área central do atual município de Novo Xingu era propriedade de Rita Maria do Espírito Santo que no final da década de 1890 vendeu a *Colonizadora Meyer*. É provável que fosse viúva, já que tinha filhos que auxiliavam nas atividades laborais; contudo, carece-se de maiores informações. As respostas a algumas questões podem ser encontradas no livro mais recente dedicado a história do município. Adriana Martinelli e a pesquisadora Rosane Neumann (2012, p. 28) destacam que a proprietária teria se estabelecido por volta de 1850 junto com sua família, sendo que a legitimação da posse das terras foi concedida em 1883.

Antes de adentrar especificamente nesta colonização é preciso compreender a complexidade da colonização para entendermos o contexto histórico nacional do século XIX. Martinelli e Neumann (2012) afirmam que o império brasileiro investiu intensivamente na imigração subsidiada e em propaganda na Europa a fim de atrair trabalhadores estrangeiros com o objetivo de povoar os “vazios demográficos”, demarcar as fronteiras, desenvolver a agricultura, obter soldados e defender territórios estratégicos.

Nota-se, então, que havia um projeto de governo, Estado, favorável à imigração de determinados contingentes populacionais para povoar partes do território brasileiro. Este fator ajuda a entender o incentivo dado e a política de acesso à terra. Os grupos menos favorecidos em seus países e motivados pela esperança de melhorar suas condições deslocaram-se para um território desconhecido. Conciliam-se, assim, os interesses de ambos: os imigrantes e o Estado. É preciso situar estas transformações dentro de sua própria historicidade percebendo as motivações, interesses, estratégias e contradições que esta colonização apresentou para os envolvidos e para os demais sujeitos. Lançar um olhar unilateral e direcionado impossibilita a compreensão do conjunto de elementos que fizeram parte daquele fenômeno.

Quais os motivos que trouxeram os imigrantes ao Brasil? Em primeiro lugar, a constatação de que não tinham condições de subsistência e perspectivas de melhora onde estavam. Este sentimento negativo que traz presente o aspecto de fracasso foi um mobilizante.

¹ Para saber mais a respeito desta relação ver a obra citada.



Isso somado às utopias e perspectivas de um futuro promissor, ideal que faz parte do desejo das pessoas e que constantemente alimenta e encoraja para as mudanças. Para Herbert Klein (1999, p. 14), existem outros três fatores dominantes para a migração: o primeiro deles é o acesso a terra e a possibilidade de produzir seu alimento; o segundo, a capacidade de produtividade da terra; e o terceiro, o número de familiares que precisavam ser mantidos. Essa preocupação revela que a decisão da partida não era tomada de impulso, pois a mesma acarretaria consequências piores a toda a família que partisse, logo, necessitava de uma melhor reflexão. Especialmente das migrações de famílias e membros para outros lotes de terra que não os iniciais, a exemplo da colônia Xingu, pois a chegada dos imigrantes ao primeiro lote adquirido era desconhecido. Tal fato reitera as mudanças de trajetórias de migração entre estes sujeitos tendo em vista a decepção inicial ou a necessidade de mais terra em razão do crescimento das famílias.

Neumann (2008, p.128) também destaca que “para o imigrante, a propriedade da terra era muito importante. Terra, nesse sentido, significava liberdade, possibilidade de ascensão social e econômica. A ligação do imigrante com a terra é indiscutível”. No entanto, como destacado pela autora, os imigrantes prezavam pela propriedade, ou seja, tornarem-se donos do lote de terra e com isso produzir e prospectar melhores condições de vida. O fato de saírem de sua terra natal e partirem rumo ao desconhecido reflete uma condição social decadente, que mesmo sob as incertezas a respeito do novo território, mobilizou-os a buscarem novas possibilidades. Logo, torna-se quase impensável considerar que sujeitos que estavam bem estabelecidos migrariam para outro território no qual não tinham certeza se seriam bem sucedidos.

Porém, a relação dos imigrantes com a terra não se manteve a mesma, o que assinala as transformações dos projetos iniciais que, não estáticos, estavam em constante transformação. De acordo com alguns historiadores, os imigrantes perderam o apego à terra, elemento que os caracterizava como camponeses. Diante de uma boa oportunidade, se desfaziam de seu lote e migravam novamente em busca de terras mais favoráveis apegando-se, nesse novo espaço, à ideia de serem proprietários de terras (NEUMANN, 2008, p.128). Essa circularidade territorial poderia ser motivada por distintos fatores. A colonização de Novo Xingu insere-se nesse cenário para alojar migrantes de outras regiões colonizadoras. Segundo Jean Roche (1969, p. 319), “para continuarem agricultores, esses colonos deixaram o seu torrão, para encontrarem um novo lote, deixaram o seu, pois não eram rendeiros, mas proprietários ou filhos de proprietários”. Tópico que será discutido melhor à frente.



Igualmente teorizando o tema, Abdelmalek Sayad entende a migração como uma dualidade do sujeito que ao mesmo tempo é emigrante, quando sai de sua pátria, e imigrante, quando chega a novas terras. A origem da imigração é o emigrante. Dessa forma, a migração é entendida como um “fato social completo”, pois o indivíduo é denominado imigrante pela sociedade que o denomina, a partir do momento em que ele chega a um novo território (SAYAD, 1998, p.16). O autor salienta, ainda, que existe uma dupla contradição na imigração: “não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinitivamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade”. Porém, “insiste-se com razão na tendência atual que os imigrantes possuem de se ‘instalar’ de forma cada vez mais duradoura em sua condição de imigrantes” (SAYAD, 1998, p. 45 – grifo do autor), a qual passa de provisória a definitiva.

Quando estudamos os processos migratórios entre os alemães no Rio Grande do Sul, grupo étnico que se instalou inicialmente na colônia Xingu, Jean Roche (1969, p. 319) destaca a existência de quatro movimentos distintos, mas ao mesmo tempo articulados: o primeiro ocorre até 1850 aonde os imigrantes vindos da Alemanha se instalam no estado; o segundo movimento vai de 1850 a 1890, seria a marcha para o oeste, rumo à região do vale do Rio Caí; o terceiro acontece a partir de 1890 na região do Planalto, mais especificamente nas colônias públicas e privadas; e o último, inicia-se em 1914 e dele faz parte o êxodo rural, período no qual ocorreu um grande fluxo migratório para as cidades, bem como a saída de imigrantes para os estados de Santa Catarina, Paraná, entre outros.

Sobre essa migração de descendentes alemães para a região do Planalto Médio, Neumann aponta alguns fatores como: o crescimento demográfico da antiga zona de colonização alemã, juntamente à escassez de terras para venda; a rotação de culturas agrícolas, acompanhada do uso excessivo da terra e das queimadas, que provocava a rápida degradação do solo, resultando na diminuição da produção; a oferta de terras por preços mais acessíveis nas frentes pioneiras de colonização; o abandono da atividade agrícola e/ou sua conciliação com o artesanato rural; e a pouca sociabilidade foram os fatores responsáveis pelo abandono dos lotes ou o desespero de muitos imigrantes, pois a distribuição dos lotes em linhas coloniais, distantes uns dos outros, era diferente do modo de vida em aldeia conhecido na Alemanha (NEUMANN, 2013, p. 4-5).

Segundo Aldomar Rückert, no período da Primeira República entre 1889 e 1930, com a colonização do norte do Rio Grande do Sul, vemos emergir a pequena propriedade camponesa coincidente com a terceira fase da imigração. O mesmo autor afirma que no final do século XIX,



com o começo do capitalismo industrial, surgem novas necessidades. E “para os ideólogos positivistas da época, no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, o binômio imigrante – pequena propriedade constitui-se como ponto chave de seus programas” (RÜCKERT, 1997, p.112).

Junto ao poder público agia a iniciativa privada, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, tanto no arregimento de imigrantes quanto na criação de colônias. O principal interesse era a comercialização de terras, permitida pela Lei de Terras (1850), através da compra de extensas áreas de terras e na venda destas à imigrantes e seus descendentes, com uma parcela de lucro significativa (MARTINELLI; NEUMANN, 2012, p. 14).

O Estado estava diretamente ligado ao processo de colonização do norte do estado do Rio Grande do Sul. Havia dois perfis de colonização: uma pública, criada com recursos do governo e a outra privada que surge com verbas da iniciativa particular. Segundo Neumann:

no arrolamento das colônias fundadas no estado até 1924, independente da nacionalidade dos colonos, somou-se 50 colônias de empresas e 186 colônias particulares, totalizando 236. Isso significa que 80,9% das colônias pertencem à iniciativa privada, todavia, à área colonizada por elas era inferior àquela colonizada pelo poder público (NEUMANN, 2009, p. 17).

Para Paulo Zarth, no Rio Grande do Sul ocorreu a propagação de companhias colonizadoras e o aumento do mercado de terras, ocasionando um aumento do seu preço. Dessa forma, os fazendeiros puderam, finalmente, vender áreas florestais incorporadas a seus patrimônios através das repartições oficiais ou da pura e simples violência. A comercialização das terras acontecia por intermédio das companhias colonizadoras, que adquiriam grandes extensões de terras de fazendeiros, que eram divididas em lotes, medindo em torno de 25 hectares e negociadas com colonos. O autor percebe que com o passar do tempo as terras de cultura ou matas, que no século XIX tinham como base a pecuária e o extrativismo de mate, tiveram, no século XX, elevação no valor (ZARTH, 1997, p. 84-94).

É preciso frisar que existiam relações de interesses tanto por parte tanto do Estado quanto das empresas estrangeiras na exploração das terras. O imbricativo de interesses permitiu o desenvolvimento destas relações, bem como autorizou as empresas a conduzirem determinadas colonizações criando núcleos específicos em torno de um grupo étnico que iria povoar determinados territórios e iniciar atividades agrícolas que, por sua vez, iam ao encontro de interesses do Estado. De acordo com Rückert, na busca por terras os latifundiários aumentaram o valor de suas terras e o Estado, apostando no progresso, recebeu os retornos políticos através da elevação de arrecadação dos impostos sobre a comercialização dos produtos agrícolas. Nesse



sentido, como o autor aponta, a “peça essencial para a montagem dessa trama de interesses é, pois, o colono, pequeno proprietário, pagador da renda da terra e enriquecedor do capital estrangeiro e dos comerciantes urbanos” (RÜCKERT, 1997, p. 124).

O supracitado autor ainda destaca que havia uma preocupação efetiva de parte do governo do estado em não revender terras para as colonizadoras particulares, pois:

a extração da renda capitalizada da terra aos colonos pelas companhias de colonização demonstra o caráter meramente especulativo da mercadoria terra, o que contribui em muito para demonstrar que, na verdade, o colono é explorado desde o início do progresso da colonização (RÜCKERT, 1997, p. 128).

Ao se referir à colonização privada e pública, Rückert (1997, p. 141) destaca que estas são implantadas no território “com a concorrência do capitalismo industrial, que trata de construir a infraestrutura territorial, como as ferrovias, desse modo elevando os preços das terras”. Nesse sentido, a criação das ferrovias trouxe a integração da região norte do estado do Rio Grande do Sul com o restante do país e possibilitou, ainda, a expansão do capitalismo e a modernização para este espaço.

Entre as empresas de colonização, a de propriedade do Dr. Herrmann Meyer foi intermediária na consecução desse objetivo, criando o complexo colonial com a venda de lotes. Esse complexo significa a realização deste empreendimento em diferentes espaços no mesmo estado, assinalando que o projeto de colonização não esteve limitado a apenas um núcleo. Assim como esta, outras empresas colonizadoras atuaram na região norte do estado.

O migrante, por sua vez, deveria portar consigo recursos financeiros necessários para adquirir terra e prover a sua sobrevivência e de sua família. Subsídios ofertados em colônias públicas, como passagem e sementes, não existiam nas colônias particulares, o que condicionava o acesso da maioria. Aqueles que eram pobres ou com poucos recursos eram direcionados para as colônias públicas, enquanto os que possuíam melhores condições financeiras eram disputados pelos colonizadores particulares (NEUMANN, 2009, p.15).

A colônia Xingu resultou destes dois processos colonizadores. Um de iniciativa privada empreendido por um proprietário alemão que decidiu criar um núcleo de povoamento, mas destinando-o aos integrantes de seu mesmo grupo étnico. A colonização empreendida pelo Estado não era destinada a um grupo étnico específico, desde que fossem capazes de comprar os lotes de terra e estabelecer-se naquela região. Nesse sentido, grupos étnicos distintos irão compor aquele emergente espaço colonial desenvolvendo relações de sociabilidade.

Historicizando o território de Novo Xingu: de colônia a município



A colônia Xingu, com área descontínua, foi adquirida de particulares com acréscimo de algumas áreas do Estado. Surge em 1897, de um projeto que visava criar núcleos para assentar imigrantes alemães na região do Planalto Rio-grandense buscando acolher o excedente populacional das antigas colônias do Estado. Após a compra, a terra era dividida e vendida em forma de lotes coloniais de 25 hectares. Seu proprietário, Heinrich August Herrmann Meyer, era um intelectual alemão e sócio proprietário do *Instituto Bibliográfico* de Leipzig, na Alemanha. Sua colonizadora teve como finalidade formar uma colônia étnica e aconfessional, direcionada à emigração alemã, sem nenhum tipo de auxílio do governo, aos moldes de uma imigração espontânea com a realocação do excedente da população da antiga zona de colonização (MARTINELLI; NEUMANN, 2013, p.15). Conforme destaca Roche (1969, p. 319) “porque eram proprietários, mais precisamente pequenos proprietários, os colonos foram condenados a deixar o lote desbravado pelos pais e a continuar ou voltar a ser pioneiros”.

A aquisição das terras da colonizadora por Carlos Dhein, representante de Herrmann Meyer no Brasil, foi feita de forma aleatória baseada na oferta de mercado. Dessa forma, não havia um planejamento minucioso e uma localização estratégica para a colônia. As primeiras terras que vieram a ser adquiridas pertenciam ao município de Palmeira, formando a colônia Xingu. As terras foram compradas de Rita Maria do Espírito Santo, uma área de aproximadamente 1.818 hectares. O investimento custou (Rs.1:500\$000). Pela contabilidade da *Colonizadora Meyer* constatou-se que a compra foi superfaturada. Tal fato foi responsável pelo rompimento da sociedade de Meyer e Dhein. Em 1897, a colônia foi denominada por Carlos Dhein de Xingu, em referência ao Xingu do estado do Mato Grosso, lugar de destino da primeira expedição de Meyer no Brasil. Essa viagem está associada ao interesse de pesquisa de Herrmann Meyer, na época, que era estudar os indígenas daquela região, trabalho que resultou em sua tese. Entretanto, somente no ano seguinte, 1898, Herrmann Meyer conheceu as terras adquiridas e a colônia Xingu. Em seus escritos, o proprietário se refere à mesma como “um pequeno paraíso” (MARTINELLI; NEUMANN, 2012, p. 16-32).

Segundo José do Nascimento, as terras adquiridas por Dhein eram distantes do centro urbano, mas havia a possibilidade de acesso à estrada de ferro que passaria perto, que acabou não acontecendo. A colônia, a princípio, apresentava-se como um bom negócio, pois a primeira área renderia 40 lotes, que, por sua vez, renderam em torno de 20.000 mil réis. Porém, segundo estudo realizado a fim de comemorar 100 anos da colônia, percebeu-se que havia poucos descendentes dos primeiros colonizadores, pois grande parte deles migrou para outras regiões do



Estado (NASCIMENTO, 2007, p. 194). A maioria dos moradores atuais de Novo Xingu são descendentes de migrantes que se instalaram nesta colônia nas décadas de 1920 e 1930.

Segundo Neumann (2009, p. 16), além da colônia Xingu fundada em 1897, a *Colonizadora Meyer* fundou a Guarita/Fortaleza e Eral Seco (1899), Neu Württemberg (1898) e a posse de Boi Preto. Quanto a localização da colônia Xingu, o comprador Carlos Dhein descreve em carta a Herrmann Meyer, proprietário da colônia, que “o local ficava a distância de 4 léguas da vila de Palmeira e 5 léguas da Foz do Rio da Várzea no Rio Uruguai”(NASCIMENTO, 2007, p. 193).

Cabe destacar que com o acréscimo da colonização pública no município de Palmeira foram ampliadas as perspectivas para o incremento da colônia Xingu, pois esta saiu do isolamento geográfico. Em 1933 foram vendidos os últimos lotes, encerrando definitivamente as atividades da colonizadora privada de Meyer nesse núcleo. O território que constitui o município de Novo Xingu é originário:

da colônia Xingu (2.087 hectares), mais os lotes da indenização (300 hectares) e os lotes comprados ao Estado (571 hectares), totalizando 2.958 hectares, ou 118,32 lotes. A essa área, na delimitação do distrito e posteriormente do município, foram acrescidos mais 5. 101 hectares ou 204, 04 lotes de terras públicas, colonizadas pelo Estado, totalizando 8.059 hectares (MARTINELLI; NEUMANN, 2012, p. 44).

Na colônia Xingu nota-se um processo de povoamento, despovoamento e repovoamento. O mesmo deu-se com os grupos étnicos que habitavam o território, oriundos da colonização privada como os alemães e da colonização pública como italianos, poloneses, dentre outros. De acordo com Valdir Gregory (2008, p. 29) “a colonização se fez necessária devido às contradições e exigências da economia de exportação à qual o Brasil Meridional servia e subsidiava”. Esta, por sua vez, foi planejada, organizada e coordenada pelo governo central, por intermédio dos governos provinciais, estaduais e municipais, através de companhias particulares ou proprietários individuais (GREGORY, 2008, p. 29).

Percebe-se, na colônia Xingu, uma mescla identitária que se dá pela política de colonização adotada pela *Colonizadora Meyer*, que priorizou o envio de imigrantes alemães e seus descendentes para a colônia Neu-Württemberg, constituindo uma colônia étnica. Por outro lado, os imigrantes teuto russos, e em especial poloneses, eram destinados à colônia Xingu. Já a partir de 1920, houve a entrada de um grande número de descendentes de italianos que ocuparam as colônias compradas do Estado, e os lotes públicos anexados (MARTINELLI; NEUMANN, 2012, p. 45).



Como a colônia Xingu estava ligada diretamente ao projeto da ferrovia que, porém, não foi concretizada, esta continuou isolada geograficamente, pois necessitava de vias de comunicação, numa região politicamente conturbada e em segundo plano nos projetos da colonizadora. A colônia Xingu pertencia ao município de Palmeira, no distrito de Nonoai. No final de 1923, a colônia Xingu tornou-se 5º distrito de Palmeira, contando com o subintendente Mário de Moraes. A partir da criação do município de Sarandi, desmembrado de Passo Fundo no ano de 1939, o distrito de Xingu passou a pertencer ao novo município. Já no ano de 1959, com a criação de Constantina, o distrito do Xingu passou a pertencer a esta. Por fim, na década de 1990 começou um movimento de emancipação, pois a população percebeu que sendo somente distrito ficaria “muito difícil atrair pessoas ou empresas que investissem nesta localidade, pois a região sempre foi essencialmente agrícola e formada por pequenos agricultores que se encontravam em situação preocupante” (MARTINELLI; NEUMANN, 2012, p. 54-59).

Em 1994 lideranças locais e população em geral reuniram-se para analisar os requisitos e condições necessárias para a criação do novo município. Os presentes à reunião constataram que o distrito de Xingu respondia a todos os requisitos necessários. Nesse processo, a dedicação e empenho da população foram essenciais. Houve o engajamento de inúmeras entidades e pessoas no processo de emancipação o que culminou com a criação do município de Novo Xingu, no dia 16 de abril de 1996, através do decreto de lei n. 10.759 (MARTINELLI; NEUMANN, 2012, p. 60-61).

Interfaces entre identidades étnicas

Os habitantes do território da colônia Xingu, de ambas as áreas de colonização mencionadas, trazem consigo elementos culturais distintos que reforçam e integram sua *identidade étnica*. O grupo de maior representatividade era o dos migrantes alemães que se estabeleceram no núcleo de colonização privado que, atualmente, compõe a região central do atual município. Os demais colonos que habitaram o restante do espaço eram de origem étnica distinta, em sua maioria, descendentes de italianos. Outros grupos minoritários também se faziam presentes, especialmente no núcleo de origem pública. Estes desenvolviam relações de sociabilidade com os demais e eram bastante influenciados pela “cultura dominante” local permitindo que as fronteiras móveis permitissem o cruzamento de sujeitos e novas formações parentais, influenciando e ao mesmo tempo sendo influenciados.

Os grupos de origem europeia desenvolveram um *ethos* ancestral que construiu uma memória de seus congêneres e trajetória migratória que acentuava o aspecto heroico e glorioso de



tal processo com representações que eram partilhadas e significadas pelos integrantes do grupo e igualmente reproduzidas e ensinadas às novas gerações. No entanto, pelo fato identidades étnicas majoritárias serem distintas em muitos aspectos, como o religioso, ambas cultivavam-na segundo preceitos específicos.

A fronteira, que ao mesmo tempo separava os grupos, permitia que os mesmos socializassem entre si como nas festas e bailes promovidos na comunidade. Tendo em vista ser um período em que os valores morais cristãos eram muito prezados, assim como a família nos moldes deste modelo, os sujeitos integrantes de um grupo familiar tornavam-se mais visíveis nestas ocasiões. Dadas às proporções do local, que era de pequena dimensão e poucos habitantes, as pessoas conheciam-se entre si. Assim, os espaços festivos eram a oportunidade perfeita para buscar relações afetivas e construir novas formações familiares. Contudo, adentrar a outro grupo étnico tinha lá suas indagações, especialmente por parte de alguns pais mais conservadores que direcionavam e procuravam casar seus filhos com pessoas que compartilhassem da mesma cultura e grupo, eliminando assim possíveis contradições entre as mesmas e facilitando a integração entre ambas.

As relações de sociabilidade são entendidas conforme Georg Simmel (2006), enquanto “forma lúdica de sociação”. Ou seja, os sujeitos participavam desses eventos comemorativos e desenvolviam relações interpessoais num ambiente que propiciava a diversão, a partilha de momentos alegres, junto de pessoas próximas ou proporcionava essas aproximações.

No entanto, a união entre membros de famílias que compartilhavam do mesmo grupo étnico não era fixa. Algumas se misturaram através dos casamentos interétnicos e estabeleceram novos laços a partir do hibridismo cultural, ampliado pela consanguinidade, afrontando balizas fixas e ortodoxas. Constituiu-se processo lento que assinalava alterações na *identidade étnica* que diminui de dimensão na transição de distrito para município, no final da década de 1990, marcando uma ruptura em razão da necessidade de forjar uma nova identidade.

O espaço onde estes migrantes se estabeleceram, inicialmente necessitou de transformações geográficas com a derrubada de parte da mata para construir seu novo lar desenhando uma nova configuração na paisagem para atender a uma das emergentes demandas que se impunham àqueles sujeitos: a subsistência. As famílias tendiam a ter grande número de filhos, sendo uma das possíveis causas a necessidade de mão de obra para cultivar a terra. As dificuldades de acesso, localização e capacidade aquisitiva levaram, inicialmente, os próprios colonos a abrirem estradas, especialmente a das lavouras em que os interesses eram particulares,



quando muito, auxiliados por outros que também faziam o acesso dividindo a tarefa. Logo, os laços compartilhados agiam como propulsores para este tipo de ajuda mútua. Da mesma forma, outras relações podiam ser expressas nas demais atividades como os que tinham menos terras e condições financeiras que cultivavam sua pequena propriedade e ao finalizar sua produção trabalhavam nas terras de outros como agregados ou na época do plantio e colheita vendendo seu trabalho e/ou ficando com uma pequena parte da produção.

As famílias de maiores posses no território com duas ou mais colônias de terra (aproximadamente 24 hectares cada colônia), desfrutavam de maior *status* social, precisavam de mais pessoas para trabalhar e se resultasse numa boa produção, conseguiam manter uma distinção social. Com o tempo estas terras eram fracionadas entre os herdeiros, que como destacado, tendiam a ser de grande número, reduzindo a quantidade de terra. Este não foi o único negócio rentável, haja vista outros proprietários desenvolverem outras atividades no decorrer do tempo através da troca de produtos ou o comércio deles. Alguns colonos introduziram a criação de suínos e comercializavam com os diversos interessados fossem ou não integrantes do mesmo grupo étnico. Além disso, havia pequenos estabelecimentos que surgiram com o tempo, especialmente onde um centro passou a se desenvolver com a oferta de alguns produtos de interesse da população. Na região mais interiorana do território alguns armazéns também foram criados ofertando alguns artigos de consumo e propiciando encontros e espaços de sociabilidade no desenvolvimento e manutenção desses espaços de lazer. Cabe destacar que outra opção possível e mais ampla de ofertas podia ser encontrada na cidade mais próxima, mas as condições da época e a própria necessidade de guardar dinheiro para situações futuras permitiam comprar somente o necessário, aquilo que não podia ser produzido e vestimentas para ocasiões esporádicas como festas, ida a igrejas, consultas médicas, enfim, situações distintas da vida laboriosa do dia a dia.

Verificam-se então as relações sociais entre os habitantes e o estabelecimento de casas comerciais ao longo dos anos que assinalam um desenvolvimento da região e uma tentativa de conciliar com as atividades agrícolas ou, talvez, com o tempo, poder substituí-las, dedicando-se somente à comercial. Marcenarias, serrarias, moinhos, destilaria de cachaça e outros empreendimentos são citados no mais recente livro que conta a história de Novo Xingu, contendo os nomes dos proprietários e evidenciando a concentração quase exclusivamente por proprietários de origem alemã (MARTINELLI; NEUMANN, 2012, p. 69-70). Outras comercializações com diferentes grupos também surgiram, embora nota-se a iniciativa e desenvolvimento da colônia/distrito intensificada por este grupo.



No entanto, mesmo havendo estes intercâmbios comerciais, existiam também balizas visíveis que definiam o *eu* em detrimento do *outro*. O entendimento e pertencimento a um determinado grupo revelava também o *outro*, o diferente, que tinha determinados valores, práticas e modo de vida que se distinguíam, mesmo acionando uma *ethos* cultural europeu entre estes grupos étnicos dominantes. A identidade é um elemento central no estabelecimento e desenvolvimento destas relações. A identidade por estes apresentada é central para esse entendimento, e pode pautar-se em diversos aspectos. Trata-se de destacar um dos elementos constituintes do sujeito e torná-lo visível aos demais. A identidade destes habitantes pauta-se pelo aspecto étnico acionado para firmar-se e fazer-se ver neste espaço e, por conseguinte, desenvolver laços sociais. O entendimento da *identidade* pauta-se nas contribuições de Stuart Hall (2002) que destaca a dinamicidade da mesma e potencialidade de modificações fazendo com que não seja estática, dada *a priori*, mas construída a partir dos contatos nas relações sociais. Como destacado, estes colonos preservavam características de seus ancestrais, mas introduziram novos elementos entre si construindo uma *identidade étnica* particular.

Os habitantes da colônia/distrito Xingu, mesmo reivindicando uma identidade pautada em sua cultura étnica, a tinham transformada continuamente e distanciava-se da totalidade praticada por seus ancestrais. Preservavam-se elementos e valores, mas os mesmos eram “atualizados” de acordo com o contexto.

Outra forma de associação entre os sujeitos, que os aproximava ainda mais e estreitava os vínculos, eram as relações de compadrio. Através delas, as famílias uniam-se através do batismo dos filhos e testemunhas de casamentos que criavam novas relações mantendo e reproduzindo as antigas ou desenvolvendo novas que asseguravam uma teia de laços com a comunidade. Neste sentido, as famílias uniam-se agrupando e cultivando relações étnicas.

Em contrapartida, se as relações anteriores uniam especialmente os de mesma etnia, os casamentos podiam mesclar essas relações. Mesmo havendo uma preferência pelos semelhantes, o desenvolvimento de relações afetivas entre grupos distintos pode ser observado crescendo com o passar do tempo. A introdução de um novo membro em um contexto social, ou seja, passar a residir num determinado núcleo atraía ainda mais o fluxo das fronteiras com a anexação, reapropriação ou construção de novas relações. Eram passos que caminhavam rumo a um amálgama social e uma maior inter-relação entre as *identidades*. Contudo, ainda circunscritas e delimitadas.



Fredrik Barth (1998) nos auxilia na compreensão dessas fronteiras entre os grupos étnicos ao pontuar sua dinamicidade e transitoriedade, que permitem a interação entre os sujeitos para além dos limites convencionais que dividem os grupos. Ou seja, ao mesmo tempo em que há fronteiras que delimitam os espaços ocupados pelos grupos étnicos, possibilita uma movimentação entre eles que pode acarretar transformações nos valores, comportamentos, hábitos e costumes dos sujeitos. Tal questão não deve ser tomada como prejudicial, mas enriquecedora na medida em que agrega e difunde a cultura de determinados grupos, permitindo assim que vejam a multiplicidade de elementos praticados que não se limitam a uma cultura fixa.

Temos, portanto, a presença de um grupo étnico dominante, alemão, que se fixou nas terras oriundas da colonização privada e contribuiu no processo de desenvolvimento do município de modo a liderar tal empreendimento através de um comércio desenvolvido de forma emergente. Ainda, tinha maior representação, pois contava com maior número de habitantes, e residia num núcleo que centralizou este desenvolvimento.

Mesmo entre os demais, observa-se que havia uma *identidade étnica* fortemente pontuada, não raro, nos arredores, considerarem o local especialmente em referência aos de origem alemã. A supremacia histórica deste grupo na historicidade do atual município pode também ser analisada no primeiro livro que se propôs a escrever essa História. A ênfase dada aos imigrantes e descendentes alemães nesta produção que marcava os 100 anos do Xingu é notória (FENNER et. al, 1997). O destaque a outros grupos étnicos na construção do município pelos autores teve breves menções. No todo, fica claro o olhar germânico lançado à escrita da história de Novo Xingu, que em 1997 – ano da publicação da obra – ainda reforçava o elemento fundador oriundo da colonização privada como centro no desenvolvimento da história local. No entanto, o processo de emancipação já havia ocorrido (1996), embora a administração político-administrativa tenha iniciado no ano 2001. O argumento defendido neste trabalho é de que antes da emancipação houve uma preponderância identitária étnica que demarcava os grupos sociais e suas relações. No entanto, se antes havia uma preponderância da etnia alemã, a emancipação e formação do município forçou a construir uma identidade municipal que aproxima os diferentes, tanto nos espaços de sociabilidade, quanto no interior das famílias, que já uniam membros que acabavam se casando entre si.

Outro aspecto relevante deve-se aos novos arranjos no espaço político que deviam contemplar a todos, ou que os diferentes cidadãos se sentissem representados, fator que se ampliou consideravelmente com a instalação da administração municipal. Tudo isso assinala a



dinâmica social que amplia os contatos e diversifica os valores necessários para criar uma identidade mista capaz de unir os cidadãos na construção de uma ideal de pertencimento. Logo, salienta-se esta ruptura, pois embora as *identidades étnicas* ainda fossem – e são – preservadas em seus grupos, ao referir-se ao território como um todo se recorre a uma identidade grupal criada, reforçada e necessária para o desenvolvimento das novas relações e identidades que a emancipação demandava; histórias que não fazem parte do objetivo deste ensaio e que serão analisadas em outro trabalho.

Considerações finais

Buscou-se, neste ensaio, refletir a respeito de uma constituição histórica tomando como eixo condutor o município de Novo Xingu-RS que apresenta uma formação territorial resultante de duas formas de colonização: uma privada, voltada para assentar (i)migrantes alemães de antigas áreas de colonização, e uma pública, que tinha propósito semelhante, embora não se direcionasse a um grupo étnico específico. Ambas as áreas integram o atual município e sua historicidade ajuda a entender como as relações foram construídas e o processo que envolveu a mescla de *identidades étnicas* e a ruptura de sua dimensão em detrimento de uma nova identidade que precisou ser criada.

Os descendentes desses migrantes preservaram características étnicas que foram enfatizadas e partilhadas com o grupo social. A sociabilidade desenvolvida pelos habitantes acionou distintas relações desde as afetivas, festivas e comerciais. Nesses espaços, verificam-se as fronteiras étnicas móveis que permitiram o intercâmbio de elementos partilhando valores, costumes e entendimentos ao mesmo tempo em que tornavam mais heterogêneas as bases que alimentavam a constituição dessa identidade.

Na formação do município a *identidade étnica* alemã apresentou-se como precursora tendo em vista que as terras adquiridas pela *Colonizadora Meyer* tinham essa finalidade. Outras terras às margens do núcleo central foram colonizadas numa iniciativa pública, mista e posterior, somando-se com o processo privado que resultou no povoamento destas extensões de terras. O Estado contribuiu ampliando a diversidade étnica presente na formação do município. Os grupos dominantes de origem alemã e italiana desenvolveram um *ethos* ancestral europeu que conferia legitimidade e prestígio. As razões da partida de seus predecessores dos países de onde emigraram eram omitidas, silenciadas. A situação decadente que motivou a partida não era lembrada, tampouco contada às novas gerações. Vê-se, então, a construção de identidade local étnica



extensiva de elementos comuns entre os que compartilhavam do mesmo grupo e, ao mesmo tempo, distinta, por assumir aspecto particular no desenvolvimento da região.

Por isso, a *identidade*, elemento central aqui acionado, possibilita um entendimento capaz de articular a historicidade do processo de formação do município às demais relações estabelecidas num espaço que crescia e adquiria contornos específicos. Trata-se de compreender as relações de sociabilidade engendradas entre os habitantes a partir desse fator identitário que significa as relações sociais e de poder. Se anteriormente a etnia alemã aparece como mobilizadora do processo de formação do que veio a se chamar município de Novo Xingu, com a emancipação tornou-se necessária a criação de uma identidade que abrangesse a todos os cidadãos. O processo que culminou com estas transformações foi construído aos poucos, mas ganha contornos mais definidos quando o município se emancipa. A partir daí torna-se mais latente a necessidade de articular e unir os grupos.

Falar de um grupo étnico “puro” é algo falacioso, pois a união de diferentes membros na constituição das famílias torna-o híbrido tendo em vista que a denominação identitária é construída pelo próprio grupo em suas inter-relações. Valores são criados, partilhados, assim como práticas assinalando a troca, apropriação e/ou reapropriação de elementos de outras etnias que pouco a pouco passam a integrar um dado grupo.

Portanto, a *identidade étnica* dos sujeitos atua enquanto constituinte das relações sociais e a partir delas desencadeiam uma teia de relações e transformações que operam por meio da construção deste espaço e deste passado histórico, ao mesmo tempo produzindo sentidos, significações, intensificando as relações sociais e de poder entre os sujeitos. Contudo, devemos ter em mente o alerta de Proust: “O que a inteligência nos dá sob o nome de passado não é ele” (apud TEDESCO, 2011, p. 169). Urge que as relações sociais sejam compreendidas dentro de sua própria historicidade, pois fazem parte daquele universo. As permanências, mudanças e transformações com o passar do tempo assinalam novos arranjos necessários e representativos de outro contexto, que exigia novas relações sociais. Verifica-se que a *identidade étnica* é substituída no eixo central do bojo daquele cenário em detrimento de outra, que apontava no horizonte, mas que se consolida somente após o início da administração municipal. Tais processos são necessários para compreender a dinâmica social e a historicidade deste município.

Referências bibliográficas:



- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 187-227.
- CARINI, Joel João. **Estado, índios e colonos: conflito na reserva da Serrinha - norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2005.
- FENNER, Darci et. al. **Xingu 100 anos**. Constantina: Artes Gráficas Constantina, 1997.
- GREGORY, Valdir. **Eurobrasileiros e o espaço colonial: Migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. 2. ed. Cascavel: Edunoeste, 2008.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopez Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- KLEIN, Herbert S. Migrações internacionais na História das Américas. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999. p.13-32.
- MARTINELLI, Adriana M. Holz; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). **Novo Xingu: Colônia - Distrito - Município**. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. **Derrubando florestas, plantando povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura: O projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1887-1932)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- _____. Migração: Mobilidade social e espacial dos imigrantes alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional** (2013) Passo Fundo: 2013.
- _____. A iniciativa privada na colonização do noroeste do Rio Grande do Sul: a Colonizadora Meyer. In: SIDEKUM, Antônio; GRÜTZMANN, Imgart; ARENDT Isabel Cristina (Orgs.). **Campos múltiplos: identidade, cultura e história. Festschrift em homenagem ao prof. Arthur Blasio Rambo**. São Leopoldo: Nova Harmonia; Oikos, 2008.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul I**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- RÜCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra: Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul - 1827- 1931**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.
- SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória**. Passo Fundo: Ed. UPF; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.
- ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1997.



Lei e ordem na Capital da República: as tensões institucionais provocadas pela gestão infanto-juvenil na Primeira República (1910-1920)

Law and order in the Republic's capital: the institutional tensions provoked by childhood management in the first republic (1910-1920)

Lívia Freitas Pinto Silva Soares

Doutoranda em História Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro
liviafreitasufjf@gmail.com

Recebido em: 14/03/2018

Aprovado em: 19/07/2018

Resumo: Este artigo avalia determinadas alternativas de gestão da infância pobre por duas instâncias – a Polícia do Distrito Federal e os juízes da Câmara de Apelação – entre 1910 e 1920. Para tal, analisaremos as solicitações de habeas corpus enviadas pelos menores detidos na Colônia Correccional dos Dois Rios à Corte de Apelação do Distrito Federal. O envio de menores e adultos para a Colônia sem processo foi uma prática corrente durante a Primeira República. Isso porque uma série de leis promulgadas no início do século XX garantiu à Polícia atribuições judiciária, assegurando-a ampla autonomia para levar a efeito seus projetos ordenadores. Enquanto o propósito da polícia consistia em prender e isolar os indivíduos potencialmente perigosos na Colônia, a Justiça frequentemente anulou processos e promoveu absolvições em massa, que invalidavam o esforço policial em garantir a paz social. Tal desencontro provocou conflitos entre os agentes públicos do Estado. Neste sentido, ao recorrerem à Justiça, os menores encontraram uma via possível de interromper o ciclo de detenção. Buscamos relacionar os dados presentes nas fontes às pesquisas atuais que abordam a problemática relacionada à gestão infanto-juvenil na Primeira República.

Palavras-chave: Justiça, polícia, infância abandonada.

Abstract: The presente article evaluates some of the poor childhood management alternatives by the Federal District Police and the magistracy of the Appeal Chamber through 1910 to 1920. We will analyze the habeas corpus solicitations sent to the apellation Court from the Dois Rios Correctional Colony, regarding detained children. Sending both children and adults to the Colony despite a legal process was a common practice during the First Republic, since some of the laws promulgated in the beggining of the XX century gave the police judiciary assignments (with autonomy to implement the ordering projectc). As Law inforcement aimed to arrest and insulate potencial dangerous individuals, Justice often cancelled process and gave mass acquittals, wich invalidated the police effort to ensure Peace. This mismatch provoked conflicts between the



State public agents, with gave the children a plausible way to brake the cicle of detention. We aimed to relate the data collected to the current research approaching the problems related to the chuldhood management in the First Republic.

Keywords: Justice, police, abandoned childhood.

Introdução

A virada do século XIX para o XX experimentou profundas mudanças no cenário mundial. A consolidação das relações capitalistas de produção nas sociedades periféricas contextualiza a dinâmica da sociedade brasileira de então. Progresso e civilização correspondiam às faces vislumbradas pela sociedade brasileira da Primeira República, ao mesmo tempo em que invadiam os discursos daqueles que debatiam sobre o seu tempo. O advento da República veio acompanhado de uma grande ânsia de modernidade por parte das elites, ciosa não apenas por ordem e progresso social, mas também pela consolidação de uma sociedade de proprietários e trabalhadores. Todavia, a questão social, que emergiu no Brasil no pós-abolição e com ela a infância pobre, contrastavam com a atmosfera civilizada e progressista tão almejada pelas elites, ao mesmo tempo em que ameaçava os projetos republicanos. Nesta perspectiva, convém salientar que, no período sobre o qual concentramos nossa análise, as questões sociais estavam inscritas num âmbito claramente repressivo. Diversas ações foram levadas a efeito com o intuito de ampliar o controle social, as quais interferiam diretamente no cotidiano dos trabalhadores e, sobretudo dos personagens das ruas, vistos sob o prisma do que era criminalizado. Ao vislumbrar a consolidação de um mercado de trabalho livre, inserido no rol das nações progressistas, o novo regime procurou fortalecer os aparelhos de repressão com vistas a afastar os elementos indesejados dos centros urbanos, os refratários aos cânones estabelecidos pelo capitalismo. A nova ordem impunha a conformação de outro padrão de trabalhador e as diretrizes para a sua classificação acabaram produzindo polarizações acerca das representações sociais sobre o trabalhador, as profissões e o conjunto de relações sociais no qual estavam inscritos (MATTOS, 1991, p. 2).

Como demonstra Michelle Perrot (2017, p. 288), na sociedade industrial, o trabalho é visto como sinônimo de redenção, ao mesmo tempo em que não deixa espaço para os marginais. Neste mundo que opunha a ordem ao caos e à ameaça moral, aqueles indivíduos que eram classificados pela Polícia como vagabundos, mendigos, bêbados e desordeiros em geral eram considerados inimigos do regime e colocados em prisões distantes dos centros urbanas, longe do convívio com a civilização (SANTOS, 2009, p. 20).



Em que pese os desdobramentos gerados pela extinção do regime escravista, a Proclamação da República foi saudada com grande entusiasmo por diversos juristas brasileiros, “que viam na consolidação do novo regime a possibilidade de remodelar a estrutura penal brasileira, segundo os ideais da escola criminológica italiana, que então dominava o debate no interior do direito penal na Europa” (ALVAREZ, 2003, p. 53)¹. Segundo Marcos César Alvarez, o desejo de renovação das formas de punir permanece presente em toda a Primeira República. As grandes transformações econômicas e sociais que alteraram a organização da sociedade brasileira estavam também atreladas a mudanças expressivas na maneira de entender o país, bem como as ameaças a que estava sujeito.

Tomando como pano de fundo esse contexto fortemente marcado pela emergência da questão social, interessa-nos avaliar as alternativas concernentes à gestão infanto-juvenil na Primeira República, concebida como um dos reflexos diretos do pós-abolição. Se é bem verdade que a grande massa de trabalhadores pobres constituía-se em objeto da intervenção do Estado na virada do século XIX para o XX, há a emergência da problemática relativa à infância desvalida nesse mesmo período. Fato é que, no final do século XIX, a criança pobre tornou-se alvo das preocupações dos reformadores sociais, atores que organizaram políticas voltadas para a redução dos principais flagelos que incidiam sobre o futuro da nação: a mortalidade e a delinquência infantil, vistas como duas faces da mesma moeda. Como demonstra Gisele Sanglard (2016, p. 2), a temática da infância surgiu no debate público como questão ligada à civilidade e à cidadania, mas foi também fruto de disputas em que muitos projetos entraram em choque. Assim, no decorrer da Primeira República, diversas diretrizes foram inauguradas no sentido de assistir, minimizar e combater os problemas concernentes à infância pobre, muito embora boa parte dessas iniciativas tivesse um caráter claramente repressivo e estivesse vinculado a estratégias de controle social. Trata-se, portanto, de um contexto em que se consolida a representação de um problema social que emergia da massa diversificada de crianças pobres, cuja anormalidade se evidenciava nas ruas dos centros urbanos da época (VIANNA, 1999, p. 42).

Este artigo pretende trazer à luz os projetos e as tensões derivadas da gestão infanto-juvenil durante a Primeira República, privilegiando a documentação e a linguagem policial. Neste sentido, pretendemos identificar as características sociais dos menores detidos na Colônia

¹ O criminologista italiano Cesare Lombroso (1835 – 1909) sugeriu que certos criminosos apresentavam características físicas semelhantes, a exemplo das formas ou dimensões normais ou dimensões do crânio e mandíbula, ou assimetrias na face. Sua antropologia contou com admiradores no Brasil, onde exerceu grande influência. Em *O homem delinqüente* desenvolve alguns conceitos como a importância dos condicionamentos raciais e regionais para o entendimento da criminalidade (Lombroso, 2001).



Correcional dos Dois Rios (CCDR), por meio das classificações produzidas pelos órgãos subordinados à Secretaria de Polícia, cuja função incluía a produção de registros sobre os mesmos e a transmissão desses dados para os juízes da Corte de Apelação. Por sua vez, importa ressaltar que, durante a Primeira República, as atividades de recolhimento, detenção, classificação e a produção de representações sobre os menores e os sujeitos considerados “desviantes” competiam à Polícia. Deste modo, eram os agentes de segurança do Estado, os guardiões do ordenamento social, os responsáveis pela prática de recolher e alocar menores em instituições premonitórias ou correcionais. Ao colegiado de Juízes da Corte de Apelação, competia à produção de julgamentos e a definição dos destinos dos menores que impetraram solicitações de *habeas corpus* a essa instância. Ou seja, eram os juízes que definiam a condição de detido/preso ou de livre, quando reconheciam e deferiam os recursos de *habeas corpus* impetrados pelos menores. No entanto, seus julgamentos e sentenças levavam em conta as informações disponibilizadas pela Polícia. Deste modo, pode-se afirmar que a gestão infanto-juvenil dependia majoritariamente das práticas policiais de recolhimento, classificação e vigilância, bem como das sentenças definidas pelos juízes, o que gerava tensões entre as duas instâncias, que disputavam o controle dos destinos dos menores durante a Primeira República.

No tocante à metodologia, serão apreciadas as solicitações de *habeas corpus*, enviadas pelos menores à Justiça, o que poderá jogar luz sobre a diretriz que teria guiado as sentenças definidas pelos magistrados, bem como as estratégias elaboradas pela Polícia. Por outro lado, esses documentos nos permitirão comparar os perfis dos menores, que tiveram seus pedidos de liberdade acolhidos pela Justiça, com aqueles que permaneceram na Colônia. Assim, as informações e as especificidades caras ao cotidiano dos menores internados na Ilha Grande, sempre complicadas no que tange ao universo das classes populares, serão conhecidas a partir do olhar legal, dadas as dificuldades de identificarmos suas idiosincrasias, para além dos registros oficiais.

Cabe salientar, por sua vez, que os internamentos dos menores se davam através da sua captura pelos agentes da Polícia, que realizavam o processo de triagem, alocando-os em instituições premonitórias ou correcionais. Outra via possível se dava mediante a solicitação dos responsáveis às autoridades policiais, em virtude do mau comportamento e indisciplina dos filhos menores. Na maioria das vezes, o internamento se dava via mediação e captura efetuada pela Polícia.



No que diz respeito ao referencial teórico-metodológico, os fatos trazidos ao longo deste artigo caminham ao encontro das ideias de Norbert Elias (1994). Assim, sua proposta de compreensão do Processo Civilizador serve-nos para balizar nossa análise. No Brasil, proteger a infância desvalida, garantir o mercado de trabalho livre e o ordenamento social, embora por caminhos e instâncias diversas, constituiu-se em condição básica para construir a nação civilizada e progressista. No limiar do século XX coube principalmente aos juristas, médicos e higienistas a missão de construir um país civilizado. A polícia, por sua vez, acabou fazendo parte deste processo, na medida em que era cobrada pela sociedade a encontrar uma solução para o problema da pobreza urbana, flagrante nas ruas da capital da República. Se, de um lado, a obra de Elias consiste em um relato acerca da trajetória do processo civilizatório, de outro, ele o faz a partir de fatos do cotidiano que evidenciam, por exemplo, a importância assumida por algumas mudanças em hábitos e práticas para a sociedade. Neste sentido, é este enfoque direcionado à civilização europeia que faz a análise de Elias sobre o processo civilizatório estar presente indiretamente no discurso dos juristas brasileiros e nas práticas adotadas pela polícia. É desta forma que suas análises se coadunam. Em certo sentido, os juristas brasileiros, ao elaborarem projetos com o intuito de proteger a infância, acreditavam estar coordenando o fluxo da história, ainda que tivessem em mira os problemas relativos ao contexto em que viviam. O mesmo pode ser dito das ações vigilantes da polícia, que recolhia os indivíduos considerados perniciosos com o intuito de civilizar o espaço urbano carioca. Portanto, procedendo desta forma, os juristas e os agentes de segurança do Estado estavam promovendo o processo civilizador descrito por Elias.

A infância pobre, abandonada e “incorrigível” na Primeira República

Tratando-se de um contexto que experimentou rápidas transformações e um acelerado crescimento urbano, a presença de crianças e adolescentes pelas ruas da cidade, com suas estripulias e molecagens, passou a ocupar as páginas da imprensa no alvorecer do século XX (Fausto, 2001; Santos, 1999). Assim, em face da ausência dos pais, que saíam para trabalhar, ou outros adultos e instituições que pudessem se responsabilizar por essas crianças pobres, essas se viam impelidas a buscar diversão e sustento nos espaços públicos da cidade e, não raro, se envolviam em atividades ilícitas e acabavam na mira da polícia. Fato é que durante o período republicano, a rua foi concebida como principal agente de contaminação da população pobre, particularmente da infância desamparada, numa cidade que convivía com os problemas advindos do seu processo de urbanização acelerado. Deste modo, a presença de adolescentes nos espaços públicos da cidade e seu envolvimento em contravenções e crimes passaram a chamar a atenção



da opinião pública e a motivar debates, pressionando as autoridades a buscar soluções (PAULA, 2015, p. 27).

Valendo-se da imprensa carioca como fonte para sua pesquisa sobre a infância menorzada na década de 1920, Sônia Câmara demonstra que fatores como a insalubridade, a alta taxa de mortalidade infantil, epidemias e o empobrecimento de uma parcela elevada da população, que não conseguia trabalho formal, apareciam como justificadores da implantação de projetos de reforma da cidade e de intervenção sobre sua população. A essa população cabia, muitas vezes, as vias públicas, os períbolos das igrejas, dos teatros, as pontes, as calçadas e as praças como habitações, mas também como espaço de sobrevivência (CÂMARA, 2011, p. 49). É esse contingente da população que se constituirá no alvo frequente das ações repressivas da polícia e no público majoritário da CCDR.

Coadunando-se às novas perspectivas e projetos instaurados pela República, em 1893, o novo governo adotou uma primeira medida para isolar “os vadios, vagabundos e capoeiras”, promulgando o Decreto N. 145, de 11 de julho de 1893, o qual autorizou a administração a fundar uma colônia correccional, “para correção pelo trabalho” dos acima citados. Independente de sexo e idade, o que incluía menores e mulheres, seriam recolhidos indivíduos que, não estando sujeitos ao poder paterno, não tivessem meios de subsistência, a “vagarem pela cidade na ociosidade” (art. 2) (RIZZINI, 2011, p. 227). Construída na Ilha Grande (RJ), a Colônia teve uma trajetória conturbada, enfrentando diversos problemas e sucessivos escândalos administrativos durante suas primeiras décadas de existência. Em virtude desses impasses, o estabelecimento foi fechado em 1897 e reinaugurado em 1903. Todavia, seu funcionamento continuou deixando a desejar, descumprindo boa parte das exigências legais (BARRADAS, 2006, p. 4).

Visando recolher e regenerar os menores abandonados e “viciosos”, o novo regime estabelece a criação de reformatórios e as escolas premonitórias e correccionais, para onde esse público será encaminhado. O novo vocabulário assistencial, o qual fica notável na substituição do termo asilo por aqueles institutos, sinaliza, segundo Irma Rizzini, para mudanças na concepção da assistência, destinada, agora, a prevenir as desordens e recuperar os desviantes.² Por outro lado, a autora chama a atenção do leitor para o fato de o Brasil já possuir uma longa tradição de institucionalização de crianças e adolescentes das camadas populares (RIZZINI, 2005, p. 13-14).

² A assistência oficial durante a Primeira República orientava-se pela tradição das práticas caritativas e filantrópicas, constituindo-se a partir da criação de asilos. A República cria reformatórios com o intuito de regenerar o menor (RIZZINI, 2011, p. 227).



Das Casas de Expostos e Colégios Pios para Órfãos do período colonial, o país experimentou novas modalidades de internatos para os desvalidos durante o período imperial.

Todavia, foi sob os auspícios da República, que teve início uma política efetiva e especializada de intervenção sobre os menores provenientes dos grupos marginalizados socialmente, que infringiam as leis penais e/ ou que viviam em abandono moral e físico. Como vimos, foi neste contexto que as diversas propostas de ingerência sobre o problema da delinquência infantil ganharam proeminência, as quais previam ações tanto no âmbito legal quanto no institucional. Irma Rizzini (2005, p. 14-15) observa que, devido à precoce dinâmica urbano-industrial e aos problemas engendrados por ela, a cidade de São Paulo cedo criou o seu Instituto Disciplinar (1902), não só para menores considerados criminosos, como também para todos aqueles passíveis de serem recolhidos pela Polícia. Neste sentido, a criação dos institutos disciplinares para menores era vista como primeiro passo para se alcançar as reformas mais amplas previstas pelo Código Penal de 1890.

A criação do Instituto Disciplinar consistiu em uma resposta oferecida pelo poder público face ao crescimento populacional drástico observado na cidade, em virtude da imigração e da presença maciça de novos setores pauperizados. A campanha de criação dessa instituição resultou na fundação do Instituto Disciplinar e da Colônia Correccional de São Paulo, em 1902. A esse respeito, Liana de Paula (2015, p. 30) observa que o projeto de criação e o regulamento do Instituto Disciplinar conceberam-no como uma instituição moderna e modernizadora na correção de condutas desviantes. Como nos adverte a pesquisadora, o regulamento do Instituto previa, por exemplo, a utilização das técnicas modernas de ginástica, educação e instrução militar – o que se aproximava das técnicas disciplinares analisadas por Michel Foucault (1999) ao tratar da emergência da ordem social burguesa na Europa. Nesse sentido, o Instituto foi um dos primeiros experimentos na cidade de São Paulo em que se buscava, com a internação, converter indivíduos potencialmente indesejáveis em indivíduos socialmente úteis (Alvarez, 2003). Propósito parecido teve a Colônia Correccional dos Dois Rios, a qual acabou malogrando em seu intento. Todavia, à semelhança das atividades desenvolvidas no estabelecimento situado na Ilha Grande, os registros dos trabalhos desenvolvidos no Instituto Disciplinar apontam que essas técnicas não foram consolidadas como práticas rotineiras, na medida em que as jornadas de trabalho agrícola quase que totalizavam seu funcionamento cotidiano (PAULA, 2015, p. 30). Fica patente, portanto, o descompasso existente entre os discursos e projetos institucionais modernizadores idealizados pelas autoridades republicanas, na virada do século XIX para o XX, e a prática cotidiana observada nos estabelecimentos correccionais.



Portanto, após a proclamação da República, muitos jovens provenientes dos setores menos favorecidos foram capturados pela Polícia, cumpriram penas e sofreram com o isolamento imposto pelos estabelecimentos correcionais. Ser pobre no alvorecer da República significava sofrer a ameaça constante de acordar por entre as paredes e as grades do cárcere. Contudo, como demonstra Irma Rizzini (2005), a República manteve a prática de recolher e encaminhar menores pela Polícia e contou com poucas instituições para o internamento dos meninos apreendidos nas ruas da capital federal.

Historicamente, ao termo “menor” associam-se representações depreciativas, eivadas de estigmas e visões que atrelam, indissolúvelmente, à pobreza e à criminalidade. Nos registros policiais por nós apreciados esse termo é de uso corrente. Tal ocorrência vai de encontro à proposição de Alvim e Valadares (1988), segundo a qual o emprego daquele termo teria se vulgarizado a partir da promulgação do primeiro Código de Menores, em 1927, passando a designar a infância pobre em geral³. Por outro lado, concordamos com a perspectiva de Adriana Vianna (1999, p. 43), segundo a qual a proposição de Alvim e Valadares pode ser considerada verdadeira no que diz respeito a uma utilização mais geral do termo. Todavia, não o é se levarmos em conta o vocabulário predominante nas instituições e documentos policiais. Isso porque o conceito não só tinha uso corrente desde, seguramente, a década de 1910, como dizia respeito a uma classificação básica, quase sempre acompanhada de adjetivos. Seguindo esta mesma linha argumentativa, Kátia Pirotta e Fernanda Broggi demonstram, no final do século XIX, quando os juristas direcionaram seus olhares para o Brasil descobriram o ‘menor’ nas crianças e adolescente pobres da cidade, que por não estarem sob a autoridade dos seus pais e tutores foram classificados como abandonados (PIRROTA; BROGGI, 2016, p. 153). Como assinalam as pesquisadoras, o conceito de ‘menor’ firmou uma visão estigmatizante em relação às crianças das camadas menos favorecidas da população. Em que pese o fato de o termo em questão ter suas raízes fincadas na produção jurídica, consolidou-se e generalizou-se em grande medida por meio das práticas policiais. Por sua vez, esse conceito contribuiu para balizar a existência de dois universos bastante distintos: de um lado, as crianças que não possuíam uma vivência em consonância com o padrão idealizado de família e infância e, de outro, aquelas que frequentavam cotidianamente os bancos escolares e viviam sob os cuidados das famílias mais abastadas.

³ Marcos César Alvarez demonstra que o Código de Menores, visando prevenir a futura criminalidade, propôs como solução para esta problemática, a conversão de crianças e adolescentes pobres e não-trabalhadores em objeto da tutela do estado. Assim, a internação em instituições públicas de recolhimento e recuperação de menores foi o caminho encontrado para assegurar sua inserção na vida social (Alvarez, 1989). Deste modo, o Código de Menores lançou mão da internação como estratégia privilegiada de recuperação das condutas juvenis indesejáveis e prevenção da criminalidade adulta.



Faz-se necessário um esclarecimento ao leitor, do ponto de vista metodológico. Não nos foi possível aprofundar o debate sobre as tensões entre crianças e adolescentes internados na Colônia, seus representantes no poder público e no âmbito doméstico (pais, parentes e demais responsáveis), dados os limites previstos para esse artigo. Ou seja, não procederemos à análise dos discursos construídos pelos menores nas solicitações enviadas ao Chefe de polícia do Distrito Federal, a primeira alternativa à qual recorriam para obter a liberdade. Embora reconheçamos os limites dessa opção, um exame mais formal dessas fontes demandaria um esforço e uma extensão da pesquisa, que facilmente extrapolaria os limites e objetivos do presente trabalho. Nosso objetivo precípuo é avaliar os projetos dos agentes públicos voltados para a gestão infanto-juvenil e, desse modo, perceber em que medida eles foram consonantes e dissonantes, gerando tensões entre os atores envolvidos nesse processo. Nesse sentido, trata-se de analisar as implicações do fenômeno do envolvimento de menores com a criminalidade urbana. Ou seja, como ele se tornou um problema e como o mesmo se organizou em um campo específico, quais foram os critérios a partir dos quais suas condutas passaram a preocupar as autoridades e quais foram as práticas de intervenção acionadas.

As tensões entre a Justiça e a Polícia no tocante à gestão da menoridade

Os dados presentes nos gráficos adiante se pautam na análise de uma documentação depositada no Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no Arquivo Nacional.⁴ Para os fins deste trabalho, avaliamos o conteúdo presente nas solicitações de *habeas corpus* enviadas pelos menores aos juízes da Corte de Apelação, bem como determinados ofícios trocados entre os diferentes órgãos da Polícia. Deste modo, identificamos determinados critérios de classificação dos menores enviados pela polícia para a Colônia sem processos judiciais (os chamados “reservados”).

Se a responsabilidade pela captura de menores abandonados nas ruas do Distrito Federal competia à corporação policial, à Justiça cabia à decisão de conceder ou não o *habeas corpus* aos menores. Assim, serão apreciadas as sentenças finais definidas pelos magistrados. Neste sentido, será possível comparar os perfis dos menores, que tiveram seus pedidos de liberdade acolhidos pela Justiça, bem como daqueles que permaneceram na Colônia, conforme a decisão do Chefe de polícia ou do magistrado. Neste sentido, esses dados nos permitirão fazer um paralelo entre as variáveis apresentadas pelos menores, através da análise dos aspectos recorrentes (acusações, presença de laços familiares, reincidência, profissão, entre outros), os respectivos pareceres e os

⁴ Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Séries: IJ6 575, IJ6 544, IJ6 313, IJ6 628, IJ6 313.



destinos definidos pelas instâncias de controle social. Deste modo, será possível identificar os fatores que motivaram os desencontros entre os agentes públicos e, sob quais circunstâncias, eles trilharam direções opostas.

As pesquisas empreendidas por Marcos Bretas (1997) constituem-se em importantes referências para aqueles estudiosos, que avaliam as ações levadas a cabo pela Polícia, notadamente no início do século XX. Nesta direção, ao refletir sobre a luta travada entre a Polícia e a Justiça, Bretas (1997, p. 63) observa que uma força policial, em qualquer momento de sua história, possui diversas atribuições, desde as mais simples como a fiscalização do trânsito até as mais complexas atribuições da polícia política. Dentre estas funções, a mais imediatamente reconhecida como inerente ao aparato policial é a condução dos criminosos a julgamento. Neste sentido, segundo o autor, as condenações consistiriam na medida mais visível do êxito ou do fracasso do exercício policial. Por outro lado, salienta que as atividades policiais dependem legalmente do poder executivo, mas o judiciário também exerceria forte controle, uma vez que os desdobramentos de médio prazo da sua ação repressiva são estabelecidos pela Justiça, bem como a legalidade dessa ação. O cerne da disputa polícia- justiça residiria na capacidade de efetuar prisões e conservar os presos. Nesta perspectiva, o autor demonstra em *A guerra das ruas* que a definição da organização policial estabelece como objetivos centrais de seu trabalho a defesa da lei e da ordem. Assim, durante o processo de formação policial, a necessidade de atingir esses objetivos é enfatizada, definidos de forma mais ampla possível. Em contrapartida, Jerome Skolnick (1966) mostra como em diversas situações o cumprimento da lei pode comprometer a manutenção da ordem e vice-versa.

À luz das motivações que poderiam influenciar o comportamento desses agentes públicos, Bretas (1997, p. 21-22) afirma que eles têm como expectativa, sempre, o comportamento legal, que aprenderam a valorizar, a despeito do fato de reservarem para si um repertório amplo de opções fora da legalidade, das quais se valem de acordo com a visão dos 'fatos'. O autor demonstra, ainda, que diversos esforços foram empreendidos no sentido de disciplinar o poder da polícia e circulares foram emitidas em 25 de outubro de 1894 e 15 de janeiro de 1897, proibindo encaminhar à Detenção presos sem processo. No entanto, a prática era bastante diversa, na medida em que ocorriam, com frequência, condenações sem julgamento, ou penas não previstas na lei.

Por outro lado, o limiar do século XX, testemunha uma persistente campanha liderada pela polícia e por alguns setores da elite dirigente, que reivindicavam uma maior autonomia da



atividade policial no combate às contravenções de modo a evitar a impunidade (BARRADAS, 2006, p. 91). Antes disso, todavia, já entrara em vigor a Lei n. 628, de 28 de outubro de 1899, conhecida como Lei Alfredo Pinto, a qual atribuiu à polícia a competência em produzir e conduzir os autos processuais nos casos de contravenção, dispensando a figura do promotor e destinando ao juiz apenas o julgamento a partir do que constasse nos autos. A lei garantiria agilidade nos processos de vadiagem, bastante expressivos, conferindo à polícia amplos poderes classificatórios.

Muito embora o parecer judicial tivesse caráter decisivo, diversas leis e decretos promulgados no início do século XX tiveram como escopo ampliar a autonomia da Polícia e garantir agilidade nos processos e nas detenções. Exemplo disso foi a promulgação do decreto 4.763, 5 fev. de 1903, que regulamentou o serviço policial do Distrito Federal e autorizou o Chefe de Polícia a internar os acusados de mendicância nos hospícios e asilos, a reprimir o alcoolismo, dentre outras contravenções. Esse decreto garantiu à Polícia o poder tanto de processar como o de manter em prisões todos os indivíduos considerados perigosos e ameaçadores à ordem pública. Assim, desde o auto do flagrante até a prisão, todos os caminhos eram conduzidos no interior da esfera policial, restando ao Judiciário apenas determinar a sentença ou requisitar novas investigações, caso fossem consideradas necessárias (MATTOS, 1991).

Tal qual Sepúlveda (2012) e Bretas, Vianna (1999, p. 46) também destaca que a delimitação de esferas e poderes diferenciados entre polícia e Judiciário constituiu-se em um elemento de tensão, na medida em que competia ao segundo validar ou não os inquéritos realizados pela primeira. Nesses termos, o Judiciário detinha poderes de fiscalização sobre o trabalho policial. A pesquisadora defende a tese segundo a qual, as práticas levadas a efeito pelo corpo policial não devem ser compreendidas como mera comprovação da arbitrariedade presente em sua atividade, mas como produto da confiança depositada pelos próprios policiais em seus “diagnósticos”. Ou seja, nos “julgamentos” realizados no interior da esfera policial (VIANNA, 1999, p. 46). Todavia, os dados presentes nos gráficos, que serão avaliados a seguir, caminham na direção contrária a essa lógica. Tanto assim que, em diversas circunstâncias, o Chefe de Polícia mostra ter interesses próprios e bastante específicos, revelando pareceres autoritários, que ocorreram à revelia do conhecimento dos magistrados. Neste sentido, as classificações dos menores, longe de obedecer a critérios claros e a diagnósticos coerentes ou precisos, atenderam, em diversas circunstâncias, aos propósitos da polícia, sobretudo no que diz respeito à permanência dos menores na Colônia. Era agindo deste modo que as forças repressivas do



Estado procuravam e, muitas vezes, conseguiram afastar o perigo das ruas da capital da República.

Outra fonte deflagradora de atritos entre Justiça e Polícia deriva precisamente da autonomia conquistada pela última instância, que resguardava a ela a interpretação e a redefinição de categorias dos textos legais a partir de sua prática cotidiana. Para além da legislação que garantia ampla margem de independência à polícia, é lícito ressaltar que a administração da Colônia estava submetida à Chefatura de Polícia e não diretamente à Justiça, logo a força de segurança do Estado gozava de autonomia para converter a captura em condenação, prescindindo de processo. Esse, por sua vez, quando existia era conduzido pela polícia civil, conforme previa a lei de 1899. A esse respeito, Barradas (2006, p. 119) demonstra que as acusações de provas e testemunhas forjadas eram constantes, a exemplo do uso dos policiais da própria delegacia como testemunhas.

Conforme estava previsto no Código Penal, a prisão de menores deveria se dar em institutos apropriados, onde o menor pudesse ser regenerado por meio da disciplina e da educação profissional e moralizante. Por sua vez, a lei determinava, ainda, que se o contraventor condenado pela Justiça fosse menor de idade (a partir de 14 anos) deveria permanecer na Colônia até completar 21 anos. A despeito dessas determinações legais, a CCDR recebeu, não sem críticas, um contingente expressivo de crianças e adolescentes com idades inferiores aos 14 anos, enviados sem processo, dentre os quais sobressaem crianças de oito anos. Os agentes de polícia, num primeiro momento, procuravam transferi-los para as instituições premonitórias, já que a Colônia constituía-se no último estágio da correção de menores capturados pela polícia (Vianna, 1999). Todavia, essa iniciativa dificilmente prosseguia em virtude da ausência de vagas em estabelecimentos voltados para a assistência à infância desvalida.

Dado o escopo deste artigo, procuramos avaliar as “acusações” e “classificações”, que foram imputadas aos menores pela Polícia. Sendo assim, optamos por agrupar acusações semelhantes. Com isso, elas podem ser mais de uma em cada evento, por exemplo, um menor acusado de “pequenos furtos e abandono”, neste cômputo ele entra para a estatística de “pequenos furtos” e também na vaga classificação de “abandono”. Por sua vez, menores classificados como abandonados e/ou acusados de terem praticado “pequenos furtos” nas ruas da capital federal, eram capturados pela Polícia e ingressavam na CCDR sem que houvesse passagem pela Justiça. Por outro lado, os rótulos policiais que assinalavam que um menor era “gatuno conhecido” ou “ladrão reincidente” geralmente associavam-se à idade e/ou ao acúmulo de passagens pelas delegacias da cidade. Ou seja, eram mais velhos que aqueles considerados



apenas “abandonados” pelos pais, conhecidos por terem um estilo de vida condenável e, por conseguinte, mais perigosos aos olhos das autoridades. Por esse motivo, procuramos diferenciar, no gráfico, menores acusados de “pequenos furtos” daqueles classificados como “ladrão conhecido” ou “pivete reincidente” pela polícia. O ciclo de detenção para esses seria, provavelmente, mais prolongado em virtude da idade, do acúmulo de passagens por delegacias e da classificação policial. Por outro lado, existiram casos de meninos perdidos que se apresentam às delegacias com vistas a serem encaminhados aos pais em outros Estados, e que também foram enviados à Colônia, como estratégia de prevenção. O documento abaixo consiste em um ofício enviado pelo Delegado do 27º Distrito Policial ao Chefe de Polícia do Distrito Federal, em 11 de fevereiro de 1920.

Afim de que V. Exa, dê o destino que julgar conveniente, faço apresentar o menor Cidrack Souza Santos, autor de várias pequenas chantagens e furtos neste Distrito, sem bases para processos. Anotação manuscrita presente na margem esquerda: “Seja recolhido e apresentado amanhã a 2ª Secção”. Em seguida, outra anotação: “Colônia”.⁵

A configuração deste ofício foi bastante comum durante o período, na medida em que documentos como esse circulavam por diversos departamentos da polícia, aglutinando pequenos despachos anotados nas margens. Nesse documento, o delegado evidencia para o Chefe de polícia a impossibilidade de se instaurar um processo contra o menor, muito embora o parecer do último revele a sua percepção quanto à existência de condições prévias que fabricavam um criminoso. Assim, ao decidir pelo envio do menor à Colônia, ele acaba optando pelo tratamento preventivo. Fato é que o Chefe de Polícia, ao receber as informações que lhes eram repassadas pelos órgãos subordinados, desempenhava o papel que tradicionalmente competiria ao Juiz, arbitrando o destino que deveria ter o menor.

Para além das solicitações simples de *habeas corpus* enviadas à Corte de Apelação, requeridas pelos menores e/ou responsáveis, a elevada taxa de mortalidade e as solicitações de liberdade enviadas pelos responsáveis ao Chefe de Polícia, ou pelos próprios menores, eram alguns dos caminhos possíveis para romper o ciclo de detenção. As “acusações” (classificações) são diversificadas: furtos, chantagens, vadiagem, pederastia, entre outras. Neste sentido, os agentes de segurança do Estado, ao invés de centrar suas práticas em delitos passíveis de desencadear um processo formal de investigação e eventual punição, exerciam um poder discricionário, segundo o qual o processo de identificação e classificação dos que ficavam sob sua guarda era suficiente para definir o destino que deveriam ter (VIANNA, 1999, p.44). Deste

⁵ Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Série Justiça: IJ7 164.



modo, quando identificavam em determinados indivíduos quaisquer dos atributos que justificassem seu enquadramento em alguma das categorias classificatórias correntes (abandonados, vadios, ladrões, etc.), a polícia trazia-os automaticamente para sua jurisdição. Portanto, a simples justificativa usada pelos agentes de segurança do Estado de que o menor fora encontrado “vagando na rua em abandono ou em ociosidade”, indício de vadiagem, já era o bastante para que ocorresse a sua alocação em estabelecimentos correccionais (Vianna, 1999, p. 44). Sendo assim, a ausência de processo instaurado, a possibilidade de a detenção se prolongar por anos a fio, além do fato de os menores seguirem diretamente para a Colônia sem que existisse a passagem pela Justiça, foram alguns dos fatores que motivaram essas solicitações de *habeas corpus*. Assim, o que aglutinam os requerimentos enviados à Corte de Apelação era a recusa policial em conceder previamente a liberdade a esses menores. Por outro lado, ao requererem a saída da Colônia ao Judiciário, questionando a legalidade da prisão, esses menores revelam ter condições ou laços comunitários minimamente presentes em suas vidas. Ou seja, eles contavam com patrão, família, domicílio, amizades e/ou informações legais, que pudessem ajudá-los a romper o ciclo de detenção na Ilha Grande.

Para os fins desta análise, optamos por trabalhar graficamente os dados presentes nas solicitações de *habeas corpus* enviadas pelos menores aos juízes, nas quais localizamos informações básicas sobre os primeiros, fornecidas pela polícia aos juízes da Corte de Apelação, bem como os despachos do Chefe de polícia e a sentença dos magistrados. Embora as fontes compulsadas não nos permitam enxergar a existência de uma disputa explícita entre a Polícia e o Judiciário, é possível perceber certos desencontros de interesses entre seus agentes, no que diz respeito ao destino dos menores. Nesta perspectiva, identificamos nos ofícios mudanças sugeridas pelo Chefe de Polícia sobre os motivos das detenções dos menores com o fim de escamotear informações sobre a legalidade da prisão, a qual estava sendo questionada pela Câmara de Apelação. Como essas prisões eram ilegais, já que ocorriam sem interferência da Justiça, mudanças sugeridas pela autoridade policial foram correntes durante o período avaliado. Em 1915, a 3ª Câmara da Corte de Apelação do Distrito Federal envia um ofício ao Chefe de Polícia, Aurelino Leal. Vejamos como ocorreu a troca de informações:

Terceira Câmara da Corte de Apelação. 7/3/1915. Em conformidade com o acordam da terceira câmara, proferido nos autos de Habeas Corpus, em que são pacientes Euclides Lopes, Arlindo dos Santos, Manoel Arthur e Luiz Motta, convém que ministros por escrito até o dia 7 de abril próximo às 11h da manhã, todos os esclarecimentos que provém a legalidade da prisão de que se queixam os pacientes, devolvendo os inclusos autos. Exmo. Sr. Dr. Aurelino



Leal, M. D. Chefe de Polícia do DF. O presidente da 3ª câmara. Ataulfo Nápoles de Paiva.⁶

No verso do ofício constam informações manuscritas pela polícia sobre os menores e os motivos da prisão, de forma a auxiliar o Chefe de Polícia:

“Euclides Lopes, menor, pais vivos, 16 anos, natural do Estado do Rio de Janeiro, recolhido à colônia em 5/5/12, procedente do 8º DP. Arlindo José dos Santos, é menor, pais ignorados, pardo, 17 anos, natural do estado de Pernambuco, apresentado nesta repartição pelo 17º DP, cujo menor foi empregado do Dr. Hugo Braga, não constando nos papéis o motivo da prisão. Recolhido em 11/2/1913. Luiz Motta está na colônia com ofício reservado desde 7/5/1914, procedente da 3ª delegacia auxiliar, por ladrão, vigarista e vagabundo, conta 21 anos de idade, vulgo “ratinho”.

A seguir, constam os seguintes dados e o respectivo despacho policial:

Parece-me que pode restituir os autos, informando que foram recolhidos à Colônia e acham-se como livres trabalhadores a pedido dos mesmos. 6/4/1915.

Abaixo, encontram-se informações complementares e a sentença do juiz:

Procedentes da Colônia com ofício reservado, datado de 17 do corrente, em virtude de *habeas corpus* os seguintes menores: Euclides Lopes, o qual deseja ir para Barra do Pirai e Arlindo José dos Santos, empregado do Dr. Hugo Braga, diz ter uma tia em Jacarepaguá.

Diante da concessão de *habeas corpus* aos menores, resta ao chefe de polícia endossar a decisão judicial:

De ordem do Dr. Chefe, telegrafado mandando vir em 9/4/1915.

Em abril de 1915, a 3ª Câmara da Corte de Apelação do Distrito Federal envia um ofício ao Chefe de Polícia:

De conformidade com o Accordam da 3ª Camara d’esta data, proferido nos autos de *Habeas-corporis*, em que é paciente Raul Teixeira de Abreu, convém que ministreis por escripto, até o dia 14 do corrente mez, às 11 horas da manhã, todos os esclarecimentos que provem a legalidade da prisão de que se queixa o referido paciente, devolvendo os inclusos autos n. 948.⁷

No verso do ofício são incluídas informações pela polícia, informando os motivos da prisão:

Trata-se de um menor, contando 16 annos, preso pelo 1º Dto Pol. por "vadio e sem domicilio", acolhido na Colônia em 7 de Maio do anno findo. 12-4-915.

No entanto, a informação repassada à Corte, sob as ordens do Chefe de Polícia, é alterada:

⁶ Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Série Justiça: IJ6 575.

⁷ Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Série Justiça: IJ6 575.



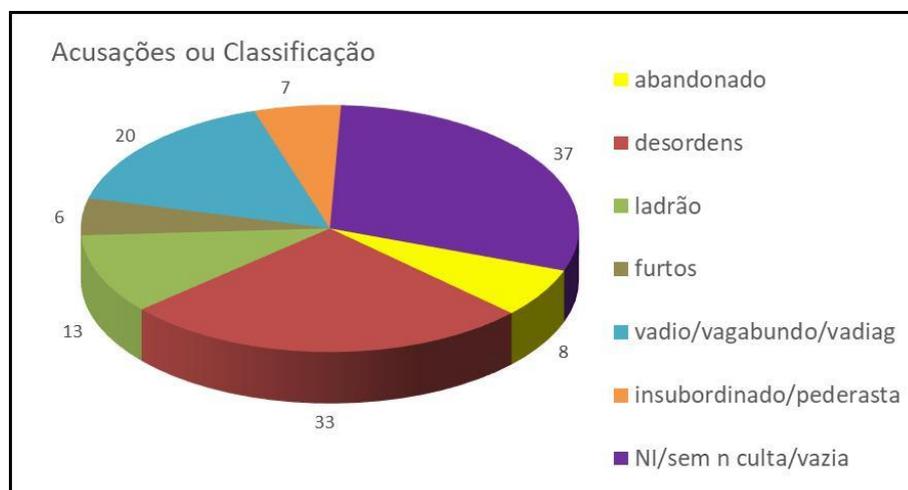
A ordem do Sr Dr. Chefe, respondido a Côrte de Appellação, que se acham na Colonia [sic] como livres trabalhadores. Em 13-4-915.

Tomando como ponto de partida esses documentos, alguns apontamentos se impõem. Se, de um lado, o Chefe de polícia manda alterar as informações repassadas à Corte de Apelação sobre os menores, na medida em que os fatores que motivaram suas detenções não ficaram claros, de igual maneira fornece dados contraditórios. Ou seja, a informação repassada pela polícia à justiça traz consigo um paradoxo – a solicitação do *habeas corpus* requerida pelo menor – contradiz a sua permanência na Colônia como livre trabalhador por sua vontade. De outro lado, a concessão do *habeas corpus* aos dois menores pelo juiz, acaba invalidando completamente o trabalho e o esforço policial, no sentido de prorrogar a permanência desses adolescentes na Colônia. Segundo Virgínia Barradas (2006, p.164), práticas como essa foram largamente acionadas pela polícia durante a Primeira República, visando sempre conter e isolar os “desordenados”. Paralelamente, alteravam-se os dados com vistas a evitar que um número maior de prisões de menores fosse contestado pela Justiça, o que poderia colocar em xeque a ação da Polícia e a sua autonomia sobre Dois Rios (BARRADAS, 2006, p.164).

Os perfis dos menores que solicitaram o *habeas corpus* à Corte de Apelação

O gráfico abaixo ilustra as classificações realizadas pela Polícia, concernentes ao universo de menores, que impetraram pedidos de *habeas corpus* à Corte de Apelação. Vale ressaltar que a sigla NI ou “vazio” presente no gráfico indica que nenhuma informação sobre o dado avaliado foi repassada pela Secretaria de Polícia à Corte de Apelação. Ao passo que o termo “sem nota de culpa” diz respeito a um contingente de menores ou aos seus responsáveis, que acusaram a polícia de terem procedido a detenções arbitrárias e injustificadas. Assim, diante da negativa do Chefe de Polícia em conceder a liberdade aos menores, restava a eles o apelo para a Justiça.

Gráfico 1: As acusações e classificações dos menores





Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Séries: IJ6 575, IJ6 544, IJ6 313, IJ6 628, IJ6 313.

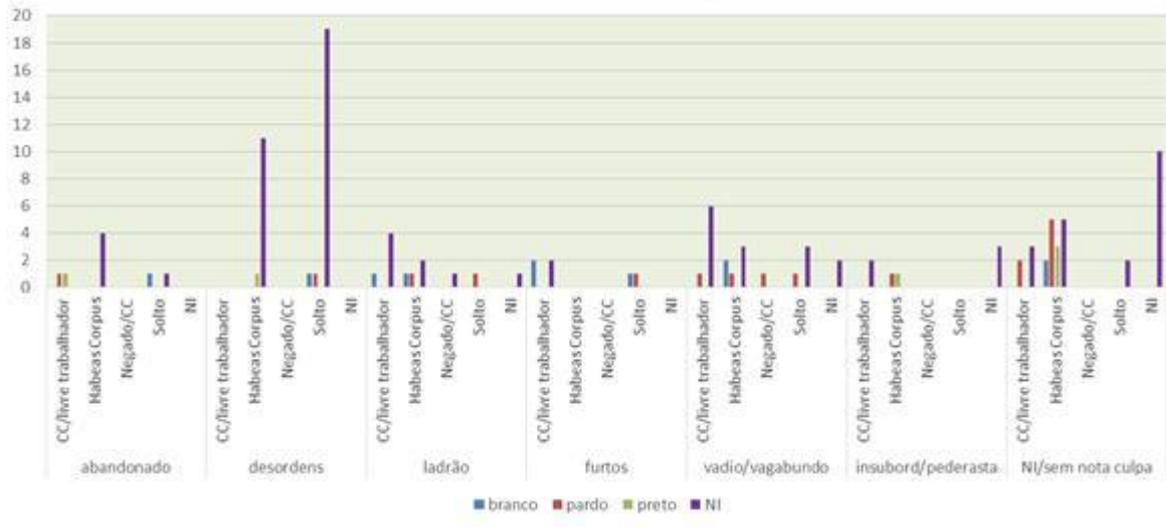
Fica patente no gráfico que as contravenções constituíram-se no fator que mais motivou a transferência desses menores, que pleitearam o *habeas-corpus* à Justiça, para a Colônia Correccional dos Dois Rios, totalizando um registro de 53 delitos de ordem pública (vadiagem e desordens). Ao passo que as demais práticas delituosas foram responsáveis pela detenção de apenas 20 menores, dos quais 13 foram acusados de ladrões, seis de praticarem furtos e um de pederasta. Outro fator digno de nota consiste na ausência de crimes violentos praticados por esses menores. Os números revelados por essa amostragem, que embora apresente um caráter ainda preliminar, permitem avançar sobre os critérios e os objetivos delineados pelas duas instâncias de controle social, que arbitravam os destinos dos menores. Paralelamente, esses registros nos remetem a uma ressalva feita por Marco Antônio Cabral dos Santos (2000, p. 214-215) segundo a qual, a natureza dos crimes cometidos por menores, em São Paulo, era muito diversa daqueles cometidos por adultos, de modo que entre 1904 e 1906, 40% das prisões de menores foram motivadas por “desordens”, 20% por vadiagem, 17% por embriaguez e 16% por furto ou roubo. Neste sentido, as estatísticas mostram que os menores eram responsáveis neste período por 22% das desordens, 22% das vadiagens, 26% da “gatunagem”, 27% dos furtos e roubos, 20% dos defloramentos e 15 % dos ferimentos. Frente a esses dados, o autor constata a menor agressividade nos delitos envolvendo crianças e adolescentes, cujas detenções ocorriam porque costumavam transformar as ruas nos espaços que garantiriam sua sobrevivência. Durante o período avaliado, prevalecia a visão segundo a qual esses pequenos delitos cometidos por menores constituíam-se no primeiro passo para crimes mais graves no futuro.

Deriva daí a preocupação dos agentes públicos com o comportamento de baixa lesividade. Enfim, acreditamos que, ao fornecer esses dados sobre os menores para a Justiça, cujas categorizações os implicavam legalmente, o Chefe de Polícia visava dar continuidade ao seu projeto de ordenar a cidade, isolando em Dois Rios os menores considerados perniciosos. Fato é que as detenções por contravenções, notáveis pelo apelo àquelas categorizações de desclassificação social, foram tão expressivas quanto os crimes contra a propriedade praticados por menores. Num universo de aproximadamente 400 menores detidos na Colônia entre 1912 e 1920, 144 foram classificados como vadios e desordeiros e 145 foram acusados de praticar furtos. O gráfico abaixo relaciona a cor e a sentença definida pela Justiça ou pelo Chefe de Polícia do



Distrito Federal. Aqui, interessa-nos perceber se a cor foi um critério que pautou as decisões das duas instâncias de controle social.

Gráfico 2: As relações existentes entre as decisões judiciais e a cor dos menores



Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Séries: IJ6 575, IJ6 544, IJ6 313, IJ6 628, IJ6 313.

Fica patente o predomínio da concessão de *habeas corpus* a menores cujas cores não foram discriminadas nos registros da Polícia, enviados à Câmara de Apelação. Assim, os dados analisados até agora não nos permitem afirmar que a cor influísse na sentença judicial. Enfim, no que tange ao universo dos menores detidos, que enviaram requerimentos solicitando o *habeas corpus*, cujas cores foram discriminadas, os pardos foram os mais contemplados com pareceres favoráveis (12 menores), seguidos dos brancos (7) e, por último dos pretos (5). Isso porque os menores pardos corresponderam ao maior contingente de menores internados na Colônia, que acionaram a Justiça, correspondendo a 15,4% do total.

Todavia, a representação gráfica permite concluir, que a maioria dos pedidos de *habeas corpus* colocaram em liberdade 50 menores, cujas cores não foram discriminadas pela Polícia. A ausência dessa variável nesses registros parece indicar, num primeiro momento, que ela não exerceu influência na sentença final, cuja atribuição cabia à Justiça. Mas, em um segundo momento, levanta a suspeita de que o corpo policial, representado pela figura do chefe de polícia, possuía alguma intenção subjacente a essa omissão. Como demonstra Adriana Vianna (1999, p. 92), contrastando com a relativa impessoalidade com a qual são apresentados os dados dos órgãos subordinados à Polícia, observava-se o espaço da 'introdução, no qual o chefe de polícia



podia intervir, exercendo a dimensão política de seu papel, sob a forma de comentários e ponderações.

Nesta perspectiva, a carência da cor nos registros repassados ao magistrado pode, novamente, corresponder a mais um dos fatores omitidos pela Secretaria de Polícia, com vistas a dificultar o trabalho da Justiça ou a escamotear alguma política adotada por aquele órgão. No entanto, acreditamos que essa omissão decorre de outros fatores. De um lado, a definição da cor é algo bastante problemático e subjetivo. Há menores, por exemplo, que são classificados como brancos por delegados e são tidos como pardos por outras autoridades de departamentos da Polícia, produzindo informações díspares. De outro lado, o fato de esses ofícios circularem por diversos órgãos da polícia e o isolamento peninsular da Colônia são alguns dos fatores que podem ter contribuído para o desencontro de informações, bem como para a omissão de dados relativos aos menores, repassados à Justiça. Muito embora seja razoável supor que o critério étnico-racial influísse na classificação policial acerca dos menores, há indícios de que essa variável não constituísse um obstáculo para negros, pardos ou imigrantes, quando entrava em jogo a sentença definida pelos juízes. Por sua vez, acreditamos que a idade do menor importava mais que a sua cor para o julgamento realizado pela polícia, isto é, menores próximos da maioridade penal eram considerados mais perniciosos para a ordem social. Tanto assim que a cor não aparece em vários registros oficiais da polícia. Por esta razão, optamos por não aprofundar o debate acerca da problemática racial na Primeira República, o que facilmente extrapolaria os limites desse artigo. Fato é que, num universo de 394 menores que ingressaram na Colônia, entre os anos de 1912 e 1920, cujas cores foram explicitadas nos ofícios, 104 eram pardos (26,3%), 72 eram pretos (18,2%) e 92 eram brancos (23,3%). Portanto, os não-brancos corresponderam ao público majoritário internado na instituição, não obstante o fato de 32% dos menores detidos durante esse período não terem suas cores discriminadas.

Na esteira da discussão sobre o destino conhecido pelo menor, importa ressaltar que aquele presente no gráfico como “livre trabalhador”, deveria permanecer na CCDDR, conforme a indicação feita pelo Chefe de Polícia ao magistrado. Enquadraram-se nessa situação, quatro menores de cor parda, um negro e um branco. Mas, novamente, o contingente mais expressivo, que permanece como livre trabalhador naquele estabelecimento, não tem a sua cor discriminada⁸.

⁸ Virgínia Barradas (2006, p. 162) observa que a condição de trabalhador livre foi estipulada pelos artigos 72 a 85 do Regulamento de 1908. O artigo 72 determinava que: “Em zona da Colônia Correccional, separada dos terrenos destinados aos trabalhos dos internados em virtude de sentença, será fundado um núcleo com a denominação Colônia de Livres Trabalhadores, onde serão admitidos homens válidos, nacionais ou estrangeiros, que hajam cumprido pena e se encontrem sem recursos e trabalho imediatos ao deixarem a Casa de Correção, a Casa de



Contudo, não sabemos se esses menores foram soltos pela Justiça posteriormente. Por sua vez, vale ressaltar que o trabalho na lavoura, por exemplo, era uma das atribuições dos condenados detidos na Colônia, conforme previa o regulamento de 1908, responsável pela sua reorganização⁹.

Segundo Myriam Santos (2006):

O objetivo declarado deste regulamento era o de desenvolver hábitos de auto coerção nos internos, proporcionando a eles sua recuperação espiritual e moral. O regulamento trazia disposições detalhadas sobre o funcionamento da Colônia Livre de Trabalhadores, que deveria ser composta por aqueles que tivessem cumprido pena e se encontrassem sem recursos para o trabalho ao deixarem a Casa de Correção, a Casa de Detenção ou a própria Colônia Correccional. Os colonos livres receberiam inicialmente vestimenta e alimentos da administração da Colônia, terra necessária para cultura de cereais e um terço da produção. Após o primeiro ano, o colono teria o direito ao arrendamento das terras mediante uma pequena indenização anual à Colônia (SANTOS, 2006, p. 447).

Myriam Santos (2006, p. 448) demonstra que, apesar dos resultados satisfatórios obtidos nos primeiros anos após a instalação de horticulturas, atividades de pesca e oficinas, a Colônia esteve longe de cumprir os dispositivos da lei. Os relatórios dos anos seguintes logo passaram a assinalar dificuldades de toda ordem. Por outro lado, importa salientar que, ao determinar a permanência dos menores como livres trabalhadores, o Chefe de Polícia conseguia manter os indivíduos potencialmente perigosos distantes das ruas da capital federal, ao mesmo tempo em que garantia os braços necessários para a lavoura. Contudo, o primeiro propósito parece ter sido o mais vislumbrado, dada as práticas de vigilância e controle empreendidas pela Polícia. Nos casos avaliados ao longo desta análise, os menores permaneceram como livres trabalhadores contrariando a sua vontade, ainda que o Chefe de Polícia sugerisse o contrário para os juízes.

Por sua vez, localizamos 18 registros de menores, que permaneceram na Colônia como “livres trabalhadores”, conforme determinação do Chefe de polícia, num universo de 110, dentre os quais apenas um possuía domicílio e três contavam com algum ente familiar ou adulto responsável. Os outros 13, que receberam o mesmo parecer, não tiveram essas especificidades informadas. Conforme os dados avaliados, a maioria dos menores, que permaneceram na Ilha Grande como livres trabalhadores e de cujas idades a Justiça foi informada, eram maiores de 16

Detenção ou a própria Colônia Correccional”. Art. 73. “A admissão será resolvida pelo Chefe de Polícia mediante requerimento do pretendente, com a declaração expressa de que ficará inteiramente subordinado ao regime administrativo da Colônia Livre sem direito a reclamações ou indenizações futuras, sendo as concessões a título precário”.

⁹ Myriam Sepúlveda (2009, p. 129) observa que o pequeno número de internos era absorvido em serviços internos, como refeitório, cozinha, capina, faxina, reparos, consertos e manutenção da estrada. Assim, os dirigentes se valeram frequentemente dos internos como mão-de-obra servil nesses tipos de trabalho. Como os internos eram deslocados para serviços domésticos, não eram produzidos ali produtos da agricultura, fábricas e oficinas, que poderiam reverter para os internos sob a forma de um pecúlio.



anos. Contrapondo-se à classificação policial, que rotulou a maioria de vadios e vagabundos, somente um menor não teve sua relação com o trabalho discriminada. Portanto, os critérios maiores de desclassificação social, os quais a polícia acionou largamente, de fato, atrelaram-se à pobreza e ao suposto abandono em que os menores se achavam, não importando se o menor estava inserido ou não no mercado de trabalho.

Ao que tudo indica esses menores, cujos pareceres determinaram a permanência em Dois Rios carregavam especificidades, que pareciam justificar ou pelo menos prorrogar a detenção na Ilha Grande. Acreditamos que a idade dos menores, geralmente superior aos 14 anos, bem como a ausência de laços comunitários foram os principais fatores, que acabaram prorrogando a sua detenção, muito embora o Chefe de Polícia alegasse à Justiça que os menores permaneceram na Colônia por vontade própria. Com efeito, a ausência de fatores atenuantes e a proximidade da maioridade penal poderiam acabar reforçando o parecer contrário ao *habeas- corpus*. A tabela abaixo apresenta as idades dos menores que permaneceram na Colônia como livres trabalhadores, conforme determinação do Chefe de Polícia. Vale ressaltar que essa variável nem sempre se fez presente nos registros repassados à Justiça.

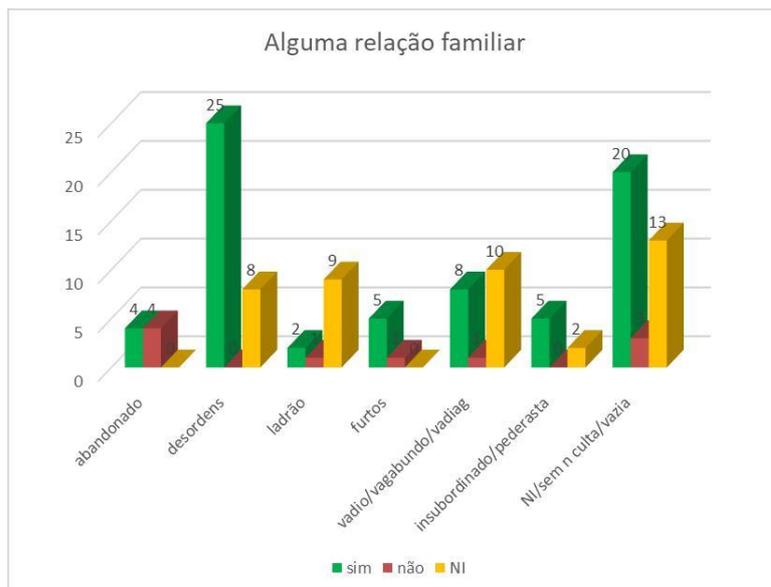
Tabela 1: Faixa etária dos menores que permaneceram como livres trabalhadores na CCDR

Faixa etária dos menores	Total
10-11 anos	Um
12-13 anos	Zero
14- 15 anos	Um
16-17 anos	Cinco
18-19 anos	Um
20-21 anos	Um

Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Séries: IJ6 575, IJ6 544.

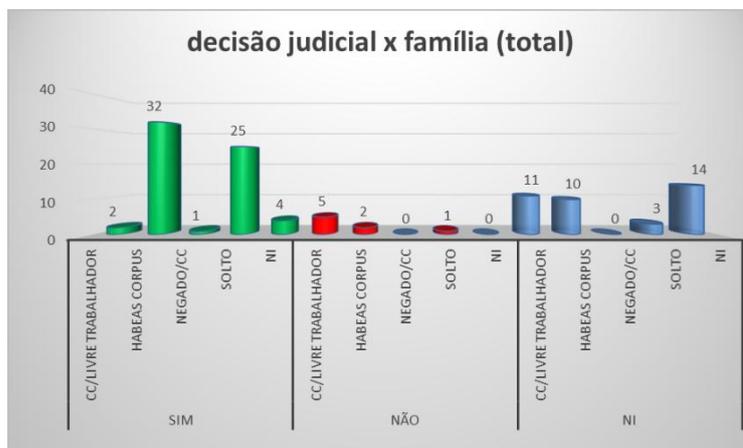
Os gráficos a seguir trazem um paralelo entre as acusações/classificações dos menores, a decisão judicial e a existência ou não de alguma relação familiar.

Gráfico 3: As relações entre as acusações e a existência ou não de vínculos familiares na vida dos menores



Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Séries: IJ6 575, IJ6 544, IJ6 313, IJ6 628, IJ6 313.

Gráfico 4: As relações entre as decisões judiciais e a existência ou não de vínculos familiares na vida dos menores



Arquivo Nacional. Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Séries: IJ6 575, IJ6 544, IJ6 313, IJ6 628, IJ6 313.

O primeiro gráfico mostra que a maioria dos menores, cujos pedidos de *habeas corpus* foram enviados à Câmara de Apelação, possuía algum ente da família ou adulto, sob cuja guarda poderia permanecer. Ao avaliarmos mais detidamente os números, é possível perceber que 65 menores, num universo de 110, possuíam progenitores, parentes, padrinhos e até mesmo patrões, que poderiam se responsabilizar pelos seus cuidados, dos quais 59 possuíam domicílio. No entanto, pelo menos 11 menores estavam vivendo em completo abandono no Distrito Federal, pois possuíam apenas domicílio e parentes em outros estados. Desse contingente de 110 menores, apenas 22 menores contavam com os dois progenitores presentes simultaneamente em



suas vidas. Ao menos é essa a inferência que a amostragem nos permite entrever. Cabe salientar, todavia, que se trata apenas de uma conjectura. Fato é que a maioria desses menores, colocados em liberdade pela Justiça, não poderia ser, de fato, classificada como “abandonado” pela Polícia, já que apenas sete menores efetivamente não possuíam ninguém por si, ou seja, eram órfãos ou filhos de pais ignorados. Já os outros 36 não tiveram sua relação familiar informada.

No que tange à questão do domicílio, é importante ressaltar que apenas seis menores não possuíam lar, dos quais cinco estavam completamente sozinhos, jogados à sua própria sorte. Por outro lado, seis possuíam família, mas o domicílio não é informado e outros 39 não tiveram esse quesito discriminado no relatório. Não obstante os dados revelarem um número reduzido de menores, que viviam aparentemente em abandono antes de serem detidos em Dois Rios, é necessário ponderar o fato de muitos deles conviverem com o descaso dos pais desde a mais tenra idade, os quais se mostravam incapazes de se responsabilizarem pelo futuro dos filhos. Os números presentes no gráfico revelam que, a despeito do abandono moral e/ ou físico com o qual conviveram, apenas dois menores, que estavam completamente jogados a sua própria sorte foram acusados de crimes contra a propriedade (furto/ “ladrão”). Ou seja, o cômputo nos sugere que o suposto abandono justificou a reclusão do menor na CCDR, a qual se alicerçou nas acusações por contravenções.

O gráfico, por sua vez, chama a nossa atenção para o fato de a metade dos menores classificados como abandonados (8) possuírem algum familiar e a outra metade sofrer realmente com o abandono físico e moral. Já no caso dos primeiros, dois poderiam contar com a presença dos progenitores, um possuía parente e outro contava com a presença de um dos progenitores. Esses dados, por sua vez, evocam dois cenários possíveis – o abandono físico e/ou moral com o qual esses menores conviveram e/ou a ameaça frequente da miséria, já que muitos roubavam para comer. Fato é que 19 menores foram detidos por praticar delitos contra a propriedade, dos quais sete possuíam algum responsável e apenas dois estavam completamente abandonados. Os demais não tiveram o vínculo familiar informado, a exemplo dos classificados como “ladrão”. Todavia, o fator mais interessante reside no fato de a maioria dos menores presos sem nota de culpa possuir algum familiar, pelo qual poderia se responsabilizar.

O segundo gráfico corrobora novamente o fato de a maioria das sentenças favoráveis ao *habeas corpus*, concedido aos menores, ter privilegiado aqueles, cujas relações familiares foram explicitadas nos relatórios da polícia. Com isso, dos 73 menores que foram contemplados com esse recurso judicial, 57 possuíam progenitores, familiares ou tutores pelos quais poderiam se



responsabilizar, correspondendo a 78% dos casos avaliados. Portanto, é provável que o magistrado levasse em conta a presença de laços comunitários, os quais pudessem garantir as condições mínimas de sobrevivência ao menor, que estava pleiteando a liberdade. Não por acaso, apenas três menores, que não possuíam família ou qualquer outro responsável tiveram suas solicitações de *habeas corpus* atendidas. Acreditamos que, nesses casos, o magistrado pode ter levado em conta o tempo médio em que o menor permaneceu na CCDR, já que nenhum deles possuía família ou parentes. Por outro lado, torna-se pertinente assinalar que, as informações repassadas pela secretaria de polícia à Câmara de Apelação, a respeito da presença ou não de responsáveis ou domicílio na vida dos menores, novamente, foram parciais, prevalecendo o silêncio em relação a essas variáveis. Acreditamos que, por vezes, tais lacunas visaram atrapalhar o trabalho dos juízes e acabaram favorecendo a permanência dos menores na CCDR.

Fato é que dos 110 menores que pleitearam a liberdade, 73 foram atendidos, totalizando aproximadamente 66% do total. Enquanto a Polícia agiu de modo a prolongar o internamento de menores, que apresentavam determinadas vicissitudes, a Justiça soltou aqueles, cujas condições foram consideradas favoráveis, desqualificando e atrapalhando o trabalho realizado pela primeira. Percebe-se, portanto, que esses agentes do Estado possuíam propósitos bastante diversos, no que diz respeito à gestão da minoridade, entre os anos de 1912 e 1920.

Considerações finais

Ao que tudo indica ao definirem a condição de livre ou detido do menor que pleiteava o *habeas corpus*, os magistrados levaram em conta a existência de laços comunitários em suas vidas. O mesmo critério parece ter guiado as deliberações do Chefe de polícia. Esse órgão, todavia, promoveu um verdadeiro esquadrinamento na vida dos setores que estavam sob sua tutela, incluindo suas famílias. Nesta perspectiva, somente aqueles, que possuíam vínculos comunitários considerados sólidos ou inquestionáveis passaram pelo crivo da polícia. Por outro lado, a proximidade da maioria penal constituiu-se um empecilho para diversos menores, quando as determinações competiram ao Chefe de Polícia. Assim, quando a idade se unia a fatores como a reincidência e a presença de vínculos familiares, julgados fracos ou questionáveis pelos agentes da polícia, a condição de livre trabalhador e a permanência em Dois Rios eram a norma vigente. Nessas circunstâncias, restavam aos menores recorrer à justiça ou o cumprimento total da pena. Como competiu à Justiça apenas a deliberação final sobre o destino dos menores, a polícia acabou sendo mais rigorosa em relação à definição do seu futuro, já que, cabia a ela realizar o trabalho de investigação sobre a vida dos acusados e, nesse caso, do estilo de vida de suas



respectivas famílias. Deste modo, o corpo policial detinha informações importantes sobre esses sujeitos, que ao magistrado dificilmente chegariam. Fato é que o Judiciário liberou a maioria dos menores acusados de contravenções, derrubando, diversas vezes, determinações do Chefe de polícia. Em que pese o fato de os laços comunitários terem correspondido ao denominador comum usado pelas duas instâncias, com o fim de arbitrar o destino dos menores, em geral, a Justiça e a Polícia possuíram objetivos bastante distintos, no que tange à gestão da minoridade. Os magistrados, de um lado, parecem ter agido com o intuito de implantar a responsabilização dos progenitores. Por vezes, suas sentenças constituíram-se em obstáculos à realização do trabalho policial. De outro, visando assegurar a ordem no espaço público da capital federal, a polícia lançou mão de um repertório variado de ações, com vistas a manter os elementos potencialmente perigosos distantes dos centros urbanos, no alvorecer do século XX. Procedendo dessa forma, esse órgão atendia ao clamor de diversos leitores dos periódicos cariocas.

Referências :

Fontes consultadas:

Arquivo Nacional. **Fundo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores**. Séries: IJ6 575, IJ6 544, IJ6 313, IJ6 628, IJ6 313.

Bibliografia:

ALVAREZ, Marcos César. **A emergência do Código de Menores de 1927**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia – FFLCH/USP, São Paulo, 1989.

_____. **Bacharéis, Criminologistas e Juristas: Nova Escola Penal no Brasil**. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

ALVIM, Rosilene Barbosa; VALLADARES, Lícia do Prado. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)**, v. 26, p. 3-37, 1988.

BARRADAS, Virgínia Sena. **Modernos e desordenados: A definição do público da Colônia Correccional de Dois Rios (1890-1925)**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Sociais/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

BRETAS, Marcos L. **A guerra das ruas: povo e polícia na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.

_____. **Ordem na cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907 – 1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BROGGI, Fernanda; PIROTTA, Kátia. O Instituto Disciplinar e a discriminação da infância na cidade de São Paulo. **Projeto História**, São Paulo, n.55, pp.149-188, Jan.-Abr. 2016.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.



- LOMBROSO, César. **O homem delinquente**. Porto Alegre: Rivardo Lens, 2001.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro no início do século**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História – UFF, Niterói, 1991.
- PAULA, Liana de. **Da questão do menor à garantia de direitos: Discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana**. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n.1, p. 27-43, jan.- mar. 2015.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros**. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In: ZAMORA, Maria Helena (Org). **Para além das grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo**. Rio de Janeiro: Loyola, 2005.
- SANGLARD, Gisele. **Amamentação e políticas para a infância no Brasil: A atuação de Fernandes Figueira (1902-1928)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016.
- SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Os porões da República: A barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- _____. Os Porões da República: A Colônia Correccional de Dois Rios entre 1908 e 1930. **Topoi Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, pp. 445-476, jul.- dez. 2006.
- SKOLNICK, Jerome H. **Justice without trial**. New York: John Wiley, 1966.
- VIANNA, Adriana Resende B. **O mal que se adivinha: Polícia e Menoridade no Rio de Janeiro (1910-1920)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.



ENTRE A CRUZ E AS PALAVRAS: religiosos e a propagação de ideais políticos nos periódicos pernambucanos, 1821-1824.

BETWEEN THE CROSS AND THE WORD: religious writers and the propagation of political ideals in periodicals in Pernambuco, 1821-1824

Mário Fernandes Ramires

Mestrado em História

Universidade Federal do Estado de São Paulo
professormariomfr@hotmail.com

Recebido em: 10/10/2017

Aprovado em: 24/08/2018

Resumo: Durante as primeiras décadas do século XIX, a província de Pernambuco, assim como outras províncias muito importantes do Brasil e demais regiões da América, experimentou a ascensão de uma cultura impressa, onde o debate acerca de assuntos antes reservados apenas aos letrados em espaços privados ganhou força no espaço público e atingiu outros grupos sociais, antes excluídos dessa discussão. Nesse período, diversos intelectuais e ilustrados, muitos dos quais membros da Igreja Católica, passaram a produzir periódicos e folhas impressas de forma geral, buscando expor seus pontos de vista e informar a sociedade acerca dos acontecimentos políticos da época, tratando de temas como: *independência, nação, pátria, constituição, república, monarquia*, entre outros. O presente artigo tem como objetivo realizar um levantamento biográfico e analisar a atuação desses religiosos como redatores e propagadores de ideais políticos, produtores e dirigentes de seus impressos, muitas vezes lidos em voz alta nas praças, boticas e cafés e que assumiram o papel didático em informar toda a população acerca dos acontecimentos políticos de então.

Palavras-chave: Imprensa Pernambucana, século XIX, Independência do Brasil, Cultura Impressa, Pernambuco, Religiosos e Imprensa.

Abstract: During the first decades of the nineteenth century, the province of Pernambuco, as in other important provinces in Brazil and regions of America, witnessed the rise of a print culture. As a result, debates around topics hitherto reserved for cultured persons in private spaces gained force in public space and reached other groups previously excluded from such discussion. In this period, diverse enlightened intellectuals, many of whom were members of the Catholic Church, began to produce periodicals and other printed texts in general, aiming to advance their point of view and inform society of political events in the epoch. These included themes such as independence, nation, country, constitution, republic and monarchy, among others. This article explores the biographies of these religious figures and analyzes them as writers and propagators of political ideas as well as producers and managers of printing presses. Such arguments were



often read out loud in squares, taverns and cafés, assuming a didactic role in informing the population about political events of the period.

Keywords: Press in Pernambuco, Nineteenth Century, Brazilian Independence, Print Culture, Pernambuco, Religious and the Press.

Quando pensamos no surgimento de uma cultura impressa na região de Pernambuco durante os acontecimentos que envolvem a independência política do Brasil, é importante que tenhamos em mente algumas questões. Em primeiro lugar, as decisões tomadas no centro administrativo do Império (fosse o Império de Portugal ou o já independente Império do Brasil) influenciaram os posicionamentos políticos dos dirigentes dos periódicos. Contudo, seus textos iam além das questões emanadas de Lisboa ou do Rio de Janeiro. Eram comuns impressos com análises sobre a situação das demais províncias e das outras regiões do continente que se constituíam, naquele momento, como novas nações independentes. As características políticas e culturais que alguns anos mais tarde representariam, após certo amadurecimento, a *modernidade* na América Ibérica, fizeram com que surgissem novos espaços para um debate político que passou a ocorrer em locais públicos, por meio de impressos que, muitas vezes eram lidos em voz alta¹. No âmbito privado, a prática da leitura também contribuiu para a propagação dos ideais que provinham de Portugal, França e Inglaterra e é destacada a existência de grupos de leitores e estudiosos em residências de pessoas que faziam parte da elite ilustrada do período.

Dentro dessa sociedade em transformação, com o surgimento de novas formas de sociabilidade, muitos religiosos membros da Igreja Católica se envolveram em importantes acontecimentos e atuaram de forma determinante. Nesse sentido, o presente artigo possui como objetivo apresentar a participação de religiosos que contribuíram para o advento de uma cultura impressa em Pernambuco, mais especificamente, na cidade do Recife, entre os anos de 1821 e 1824.

No que diz respeito ao momento de atuação desses redatores e dirigentes dos impressos, trata-se justamente do contexto em que as monarquias europeias foram fortemente abaladas pelas conquistas napoleônicas, ao passo que as colônias de Portugal e Espanha puderam, mais uma

¹ Conforme mostrado por François-Xavier Guerra, a modernidade que caracterizou o mundo ibérico constituiu um novo modelo político e social. Na política, o Antigo Regime foi questionado e sua concepção como modelo social foi substituída pelos ideais oriundos da Revolução Francesa e do liberalismo inglês. No âmbito social, as novas formas de sociabilidade, como as leituras de impressos e os debates políticos ocorridos nos espaços públicos, se tornavam cada vez mais frequentes. GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e Independencia**: ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madri: MAPFRE, 2010. p. 85-112.



vez, experimentar os ideais da Revolução Francesa². Sendo assim, nações independentes surgiram colocando fim ao Antigo Regime e formando governos constitucionais, quase em sua totalidade repúblicas. No caso do Brasil, se recriou um modelo monárquico de governo com a manutenção de certo vínculo com sua antiga metrópole. Além do que, o vasto Império do Brasil possuía uma difícil missão durante sua formação: preservar suas partes, por mais distantes que fossem, unidas e vinculadas ao poder central. Sobre essa questão, Jancsó e Pimenta (2000) apontam o caráter de mosaico da região que daria origem ao Império do Brasil, quando distintos projetos para a nação recém-independente eram elaborados.

Nessa sociedade que experimentava diversas transformações, a propagação de ideias por meio da palavra impressa se tornou uma importante arma de luta ideológica e é importante que tenhamos conhecimento da trajetória das pessoas responsáveis pela escrita dos textos e que fizeram seus ideais serem propagados nos espaços públicos, esquinas, cafés, boticas e diversas ruas comerciais que apresentavam grande fluxo de pessoas no Recife do primeiro quartel do século XIX. No total dos redatores e dirigentes desses periódicos, há que se destacar a participação de religiosos, sendo que dos impressos publicados na região, a maioria possuía como dirigente e/ou redator um membro da Igreja Católica, geralmente pessoas ilustradas e que atuavam como professores de diversas disciplinas nos seminários religiosos.

Os redatores dos periódicos aqui abordados e que pertenciam à Igreja Católica eram o Padre Francisco Ferreira Barreto, redator do *Relator Verdadeiro* (1821-1822); Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, que redigia o *Conciliador Nacional* (1822-1823); Padre José Marinho Falcão Padilha (Padre Quinela), dirigente de *O Maribondo* (1822); Padre Francisco Agostinho Gomes, que foi o primeiro redator do *Escudo da Liberdade do Brasil* (1823); Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, responsável por escrever o *Thyphis Pernambucano* (1823-1824), principal órgão propagador da Confederação do Equador e, finalmente, o Padre João Batista da Fonseca, ex-revolucionário de 1817, que redigia o periódico *O Liberal* (1823-1824).

No caso do primeiro membro da Igreja envolvido na produção de um periódico impresso em Pernambuco, trata-se do Padre Francisco Ferreira Barreto, responsável pela publicação do *Relator Verdadeiro*, que assim como o impresso *Aurora Pernambucana* (1821), possuía como

² A família real de Portugal, por exemplo, rumou para a cidade do Rio de Janeiro no ano de 1807 devido às invasões napoleônicas que estavam ocorrendo na Europa, destituindo várias monarquias e instaurando o domínio francês. Sobre Napoleão Bonaparte ver, entre outros, DUMAS, Alexandre. **Napoleão**: uma biografia literária. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Sobre a presença da Corte na cidade do Rio de Janeiro, ver: SLEMIAN, Andréa. **Vida política em tempo de crise**: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006. É importante destacar que os ideais da Revolução Francesa e do Iluminismo já haviam sido experimentados em outros movimentos políticos e sociais da colônia portuguesa, por exemplo na Inconfidência Mineira e na Conjuração Baiana, ocorridas no século anterior.



característica o vínculo ao projeto do governo central e da Junta de Governo de Pernambuco e, talvez por esse motivo, não tenha deixado transparecer quaisquer contestações ao projeto constitucional encabeçado por Lisboa.

Segundo Alfredo de Carvalho (1908, p. 65), o Padre Francisco Ferreira Barreto, redator do *Relator Verdadeiro*, era orador sacro, poeta e polemista político e nunca fora devotado ao constitucionalismo: “sua defesa à causa da independência era feita com extremas cautelas em linguagem cuja moderação mais parecia timidez”. Na análise de Sodré (1977, p. 30), tratava-se de um “absolutista apaixonado” e, sabemos ainda que o Padre Francisco Ferreira Barreto exerceu diversos cargos importantes como membro da igreja³, além de participar de uma sociedade secreta denominada Colunas do Trono, fundada no ano de 1828 com a finalidade de restaurar a monarquia portuguesa no Brasil (LINDOSO, 2005, p. 55). Essas informações são importantes para atestar a relação existente entre o perfil ideológico dos redatores com as tendências políticas existentes então. No caso do *Relator Verdadeiro*, o dirigente não realizou críticas à monarquia nem às medidas que estavam sendo tomadas pelas Cortes de Lisboa. Também esse vínculo com um ideal mais conservador para o momento político vivido pode ter sido a causa de seu impresso provocar poucas, ou nenhuma polêmica, ao contrário da maioria dos impressos que foram contemporâneos a ele ou brevemente posteriores.

Os redatores estavam construindo um momento de franca transformação e buscavam, por meio de seus impressos, tornar possível a propagação dos acontecimentos que traziam inovação nos campos da política e da cultura, que apresentaram rupturas imediatas. A difusão da ilustração ibero-americana podia ser percebida tanto nos debates políticos abertos, publicados nos impressos, como em reuniões secretas, na circulação de livros e manuscritos proibidos e nas leituras coletivas. Na ótica das autoridades, essas práticas poderiam carregar consigo princípios que atentavam contra ordem pública. É interessante destacar que após a chegada da família real ao Rio de Janeiro, a proximidade física com os habitantes do Brasil possibilitou que as decisões sobre os rumos que o Império deveria tomar se tornassem assunto público. No entanto, o caso de Pernambuco era distinto do Rio de Janeiro, pois a província do Norte teve que arcar com taxas para a manutenção da Corte e não esteve de acordo com o modelo político centralizador representado por Dom Pedro I.

Outro exemplo de periódico dirigido por um membro da Igreja é *O Maribondo*, que assim como o *Conciliador Nacional*, pertence ao grupo que apresenta como característica o apoio ao

³ **Literatura Digital.** Biblioteca de literaturas de língua portuguesa. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=9235>>. Disponível em: 15 maio-2014.



projeto de independência encabeçado no Sul do Império do Brasil pelos Andradas. No entanto, as informações que possuímos sobre quem era responsável por sua publicação são controversas. Carvalho (1908, p.68) nos informa que a direção de *O Maribondo* estava a cargo do Padre José Marinho Falcão Padilha, que, além de ser religioso, era professor de retórica e de poética. O mesmo autor afirma que Falcão Padilha utilizava o pseudônimo Manoel Paulo Quintela (CARVALHO, 1908, p. 68) sendo essa a única assinatura do próprio redator encontrada entre os periódicos consultados em nossas pesquisas. Nesse caso, Frei Quintela, ou Padre Quintela, seria um apelido dado ao redator de *O Maribondo* por Frei Caneca. Nascido em Pernambuco no ano de 1787, Falcão Padilha viria a falecer em 1849, tendo sido:

[...] presbítero do habito de São Pedro, professor jubilado do liceu Pernambucano e cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, nomeado pelo general Luiz do Rego a 17 de maio de 1820, lente de retórica e poética do Recife, passou a lecionar essas matérias no liceu em 1826; foi deste estabelecimento nomeado secretário em 1839 e exerceu interinamente o cargo de diretor. Exerceu também o cargo de secretário do governo provisório de 1823. Foi um sacerdote respeitável, tanto por sua ilustração, como por suas qualidades e dotes pessoais. (BLAKE, 1883, p. 71-72).

As informações trazidas por Augusto V. A. S. Blake em sua publicação do final do século XIX são muito relevantes para termos conhecimento do perfil do redator de *O Maribondo*: um destacado religioso, professor de disciplinas como retórica e poética, além de ter exercido o cargo de direção em uma importante instituição de ensino, o Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco. Além do mais, o Padre Falcão Padilha atuou em um cargo na política pernambucana, sendo secretário da Junta de Governo, o que mostra o caráter de outras atividades cotidianas desse religioso ilustrado.

Entretanto, Luiz do Nascimento, em sua clássica obra sobre a história da imprensa pernambucana, afirma que o Padre José Marinho Falcão Padilha e Manoel Paulo Quintela eram pessoas distintas e ampara sua hipótese em uma documentação que se trata de dois números do *Diário de Pernambuco*, publicados nos anos de 1829 e 1833, respectivamente (NASCIMENTO, 1969, p. 33-35). No primeiro caso, por exemplo, Manoel Quintela aparece como um oficial maior da Secretaria do Governo de Pernambuco. Porém, em nossas pesquisas não encontramos referência a Manoel Paulo Quintela em nenhum outro impresso produzido em Pernambuco, apenas no próprio *O Maribondo* e a participação apenas em um impresso não parece ter sido comum no período. Além dessa questão, o Padre José Marinho Falcão Padilha aparece como responsável de outros periódicos, inclusive um deles sendo o órgão oficial, o *Diário da Junta de Governo*, que entrou em circulação no dia 8 de fevereiro de 1823. Outro fato importante de ser



salientado é que, devido à intenção dos redatores de não revelarem suas identidades, além de não assinarem as folhas, o uso de pseudônimos era comumente praticado.

Dessa forma, mesmo com a afirmação feita por Nascimento (1969, p. 33-35), que vai em sentido contrário, parece mesmo que o Padre Manoel Paulo Quintela foi um pseudônimo utilizado pelo Padre José Marinho Falcão Padilha no período em que escreveu *O Maribondo*.

Ainda no que diz respeito ao Padre José Marinho Falcão Padilha, encontramos informações sobre sua atuação em espaços onde diversos ilustrados se reuniam para falar sobre literatura e outros assuntos. Na obra de Cordeiro (1866), no momento em que o autor aborda a atividade intelectual de Francisco Ferreira Barreto, redator do *Relator Verdadeiro*, afirma que este personagem:

Exercitou-se na declamação sagrada e profana; por amor das letras reunia-se às tardes Consistório da Igreja de S. José com os moços mais estudiosos de seu tempo, a fim de trocarem as suas ideias, e argumentarem os seus cabedais intelectuais. Entre seus companheiros figuravam João Nepomuceno da Silva Portela, *José Marinho Falcão Padilha* [grifo nosso], José Bernardino de Sena, Pedro Borges de Farias e outros. (CORDEIRO, 1866, p. 74).

O trecho da obra de Cordeiro (1886) citado acima, serve para ilustrar a questão da existência de espaços onde homens ilustrados, nesse caso uma igreja, se reuniam para exporem seus ideais, trocando experiências sobre literatura e outros assuntos e Falcão Padilha estava inserido nesse meio. Esse grupo era liderado pelo redator do *Relator Verdadeiro*, o que não garantiu que Falcão Padilha seguisse os mesmos pressupostos políticos de Francisco Ferreira Barreto. Há mais uma referência ao redator de *O Maribondo* feita em outra obra escrita no século XIX, de autoria de Antonio Joaquim de Mello, que também coloca o Padre José Marinho Falcão Padilha em uma rede de letrados, que desta vez se reunia na casa do poeta Maximo Pereira Garros, este que segundo Mello (1856, p. 13) “era pardo, nascido na cidade do Recife, de ótimos costumes, e bem quisto. Viveu sempre de músico, tocando rabecão, e ensinando música e primeiras letras”. A respeito desses encontros literários, o autor ainda escreve:

Alguns moços talentosos tinham-lhe amizade, e frequentavam a sua casa, e eram desde número os falecidos vigário Francisco Ferreira Barreto, *Padre José Marinho Falcão Padilha* [grifo nosso], José Bernardino de Sena, o Tenente Coronel Pedro Borges de Faria, o Dr. José da Natividade Saldanha, e outros, os quais recitavam-lhe suas poesias-, e composições como a um juiz, esclarecido e, apaixonado (MELLO, 1856, p.13).

A propagação dos ideais políticos pode ser vinculada ao esforço que os ilustrados faziam para expor suas ideias por meio da palavra impressa. Mesmo com empecilhos à circulação das folhas, é notável o número de periódicos dirigidos por pessoas que compunham a rede de



produtores do material impresso. Nesse sentido, deve-se ressaltar, portanto, a profusão de grupos de leitores na província de Pernambuco, destacadamente em seus dois eixos urbanos, Recife e Olinda. Percebemos ainda a importância dos personagens aqui estudados como componentes de uma rede de conhecimento e de relações de proximidade, o que lhes garantiu condições para publicar seus impressos e expor suas opiniões acerca dos acontecimentos políticos que permearam seu tempo.

Na mesma vertente do impresso do Padre José Marinho Falcão Padilha, propagando a ruptura política frente a Portugal e defendendo a proclamação da Independência do Brasil, encabeçada pelo ministério dos Andradas, observamos a atividade de outra folha dirigida por um membro da Igreja Católica, trata-se do *Conciliador Nacional*, que era escrito por um padre, ilustrado e que havia exercido cargos na política. Referimo-nos ao Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, que nasceu em Recife no dia 29 de setembro de 1791. Monge beneditino do mosteiro de Olinda, Lopes Gama se tornou professor de retórica até ser jubilado em 1839, quando, devido a questões familiares, também deixou de exercer atividades religiosas, após pedir sua secularização. O redator do *Conciliador Nacional* ainda exercera o cargo de diretor da Faculdade de Direito de Olinda⁴, além de ter sido professor de literatura, língua portuguesa e retórica no liceu do Recife e foi diretor do mesmo Liceu, tendo sido nomeado deputado à Assembleia de Pernambuco várias vezes. O Padre Lopes Gama ainda foi “filósofo e moralista, distinto orador sagrado, possuindo todos os dotes da tribuna, era cônego honorário e pregador da capela imperial, comendador da Ordem de Cristo e membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro” (BLAKE, 1883, p.288).

A partir dessas informações contidas na obra de Blake, mesmo fazendo ressalva a uma extrema admiração do biógrafo, percebemos que o religioso dirigente do *Conciliador Nacional* possuía grande experiência como orador sacro além de professor e político. Ainda é necessário destacar que Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama foi responsável por diversas obras publicadas, com destaque para o periódico *O Carapuceiro*, que circulou no Recife entre os anos de 1832 e 1847, tendo obtido grande recepção do público⁵, o que de certa forma atesta a popularidade de seu redator, que nomeou esse periódico baseado em seu próprio apelido, “Padre Carapuceiro”.

⁴ A Faculdade de Direito de Olinda foi fundada em 11 de agosto de 1827. Simultaneamente, o curso foi criado na cidade de São Paulo. Atualmente, a Faculdade de Direito de Olinda integra a Universidade Federal de Pernambuco. Ver: BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2^a ed. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura, 1977.

⁵ Sobre o periódico *O Carapuceiro*, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. (org.). **O Carapuceiro**. Coleção Retratos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



Conforme constatado até aqui, os redatores dos periódicos abordados possuíam muitas características em comum, o que nos permite falar da existência de certo perfil social. Eram pessoas com alto nível de erudição e que por meio de seus impressos buscavam propagar seus ideais e informar pessoas que pertenciam às mais diversas camadas sociais, vivendo no campo ou na cidade, sobre os acontecimentos de seu tempo e apresentando os debates que giravam em torno desses acontecimentos. Miguel do Sacramento Lopes Gama, redator do *Conciliador Nacional*, deixou transparecer nesse periódico suas intenções políticas para o Império do Brasil, que estava rompendo seu vínculo com a antiga metrópole, Portugal.

É, pois o voto dos Pernambucanos e de todo o Brasil – independência – entendida daquele modo, e só desejam uma Constituição liberal feita por Deputados Brasileiros, e sancionada pelo Nosso amantíssimo Regente, e Perpétuo defensor que fará executar as leis, emanadas do nosso Congresso para felicidade deste vasto, e riquíssimo Império⁶ (*O Conciliador Nacional*, n. 8, novembro de 1822).

Percebemos, dessa forma, a proximidade de Miguel do Sacramento Lopes Gama com a proposta de instauração de uma monarquia constitucional no Império do Brasil, onde o monarca exerceria o poder exclusivamente executivo, enquanto o congresso se encarregaria da legislação. Lopes Gama estava alinhado com o projeto elaborado no Rio Janeiro, o que também é perceptível no trecho citado acima.

De acordo com Morel (2005), a imprensa no início do século XIX estava interligada a uma série de outros mecanismos que transcendiam à palavra impressa e buscavam compreender e discutir os acontecimentos de então. Por exemplo:

Pertencimento às sociabilidades (institucionalizadas ou não), lutas eleitorais e parlamentares, exercício da coerção governamental, movimentações nas ruas, mobilização de expressivos contingentes da população, recursos à luta armada (por meio de motins, rebeliões, etc.) e, sobretudo, formas de transmissão oral e escrita tão marcantes naquela época. (MOREL, 2005, p. 617).

Sobre essas formas de manifestações, Cabral (2005) ainda destaca o uso de modinhas, canções e frases escritas em muros como outras formas de atingir e informar o público sobre como as questões políticas estavam se desenrolando (CABRAL, 2006, p. 63-77). É bastante provável que essas manifestações dialogassem com a cultura impressa, pois os espaços públicos, principalmente os de maior fluxo, são os que passaram a apresentar maior fluidez de ideias e de informação. No que se refere aos periódicos que estudamos, sabemos da existência de diversos locais para sua aquisição sendo eles as próprias tipografias onde eram produzidos, além de lojas e boticas que se localizavam nas ruas mais movimentadas da cidade.

⁶ Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.



No que diz respeito às correntes políticas às quais se ligavam os redatores e seus periódicos, salientamos, mais uma vez, que o pertencimento à mesma vertente não significava ausência de críticas entre os redatores. No número 9 do *Conciliador Nacional*, Frei Lopes Gama cede um grande espaço em seu periódico para que o Padre Venâncio Henriques de Rezende desse uma contra resposta a José Marinho Falcão Padilha, redator de *O Maribondo*, com quem Venâncio Henriques havia travado um debate sobre o conceito de *república*. No entanto, não se pode esquecer que os redatores solicitavam esses debates em seus periódicos como uma forma de estimular as vendas, o que de certa forma pode amenizar a ideia de conflito entre os redatores de *O Maribondo* e do *Conciliador Nacional*, inseridos no propósito de tornar o Brasil um Império Constitucional, independente de Portugal, ou de qualquer outra nação.

O segundo momento da imprensa pernambucana desenvolvida no século XIX, que conforme destacou Bernardes (2006) se inicia com a Independência do Brasil, em 1822, e se encerra no ano de 1831, com a abdicação de Dom Pedro I, presenciou o aumento considerável de números de periódicos. Dessa forma, o ano de 1823 viu o surgimento de dois impressos que pertenceram à vertente política responsável por realizar críticas diretas aos ministros, declarando seu inconformismo com as medidas despóticas⁷ que estavam sendo tomadas. Os dirigentes desses periódicos atacam de maneira acentuada a censura e perseguição daqueles que questionassem a ordem vigente no Rio de Janeiro. Os impressos que percebemos nessa corrente são *Sentinela da Liberdade*, redigido por Cipriano Barata e *Escudo da Liberdade do Brasil*, o qual teve dois redatores: o primeiro foi o Padre Francisco Agostinho Gomes, substituído pelo Capitão João Mendes Viana.

Levando em consideração que a proposta do presente artigo é analisar apenas os responsáveis pelas publicações que eram vinculados à Igreja Católica, atentemo-nos ao caso do *Escudo da Liberdade do Brasil*, que possuiu dois redatores que atuaram em suas publicações, sendo o primeiro deles um religioso, o Padre Francisco Agostinho Gomes.

Nascido na cidade de Salvador em 4 de julho de 1769, filho de um rico comerciante do qual herdou uma considerável fortuna, seguindo os passos do pai, também foi comerciante e um ilustrado muito reconhecido em seu tempo (BLAKE, 1883.p.383). “Filho de pais virtuosos e opulentos, e aos quais não faltava também a nobreza da família, foi criado nos lugares de abundância [...]” (BIVAR, 1863, p. 29). Percebemos, assim, a prática de uma atividade cotidiana

⁷ A medida tomada pelo governo central que mais causou inconformismo entre os redatores foi a dissolução da Assembleia Constituinte.



em sua vida: a profissão de comerciante, atividade essa que foi desempenhada durante muitos anos e que lhe garantiu uma tranquila vida material.

Agostinho Gomes estava entre os jovens que voltavam de Lisboa, Coimbra e até da Ilha da Madeira com formação erudita e vivência em acontecimentos que se deram na Europa e influenciaram todo o mundo ocidental, como a Revolução Francesa, por exemplo. Esses jovens formavam grupos de debates e leituras realizados a partir de obras de caráter iluminista, inclusive algumas proibidas (TAVARES, 2006, p. 127).

Dessa forma, os aspectos presentes no *Escudo da Liberdade do Brasil* condizem com a formação intelectual e atuação política do Padre Francisco Agostinho Gomes, defensor de um modelo político constitucional e de limitações ao poder emanado pela Coroa:

A liberdade pública ameaçada, a segurança e liberdade individual pública e escandalosamente atacadas, a monarquia constitucional que a Nação proclamou e quer em perigo, quando os que afetam serem seus maiores defensores, maquiam estender os limites da autoridade do Monarca além do que lhe prescreve a mesma Ordem Constitucional adotada (*Escudo da Liberdade do Brasil*, n.1, julho 1823).

No período em que esteve no Recife, o Padre Agostinho Gomes se aproximou do grupo que foi contra a dissolução da Assembleia Constituinte e proclamou a Confederação do Equador, do qual pertenciam outros redatores estudados em nosso trabalho. Vale frisarmos que, apesar de viverem em ambientes cultos, muitas vezes esses ilustrados agiram de forma mais prática. Por exemplo, a participação de Agostinho Gomes na Confederação do Equador foi por meio do envio de farinha de mandioca para o Recife, pois a cidade estava bloqueada pelo governo central, que impedia a passagem de alimentos aos seus habitantes (TAVARES, 2006, p. 126).

Todavia, a participação na Confederação do Equador não foi sua única atuação em movimentos políticos contestatórios à ordem vigente, muito pelo contrário. Agostinho Gomes foi denunciado diversas vezes por cartas enviadas para a rainha de Portugal, Dona Maria I, dizendo que ele era simpatizante da Revolução Francesa e havia participado de um “jantar de carne na Sexta-feira Santa”. Também esteve envolvido na Sedição de 1798, ocorrida na Bahia. Nesse caso, houve a propagação de panfletos, chamados de “papéis incendiários”⁸, com formulações políticas e sociais audaciosas. Ele foi inclusive apontado como um de seus redatores, porém foi absolvido (TAVARES, 2006, p. 128). Sua atuação em acontecimentos políticos dessa natureza continuou quando ocorreu a instauração da República de Pernambuco, no ano de 1817.

⁸ Sobre os panfletos que propagaram ideais contrários à ordem vigente na Bahia, ver: MATTOSO, Kátia. **Bahia 1798: os panfletos revolucionários**. Proposta de nova leitura. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1990, p. 341-356.



Agostinho Gomes foi apontado como um dos conspiradores que deveria garantir a adesão da Bahia ao movimento.

Percebemos, dessa forma, que o primeiro redator do *Escudo da Liberdade do Brazil* possuía vasta experiência no campo político, pois além de ter sido deputado nas Cortes de Lisboa e de ter recusado, assim como o fizera seu amigo Cipriano Barata, o cargo de deputado na Assembleia Legislativa do Brasil no ano de 1826, participou de movimentos contestatórios muito importantes para a formação do cenário político.

No entanto, a formação intelectual do Padre Francisco Agostinho Gomes merece destaque. Após a morte de seu pai, Agostinho pediu afastamento de suas atribuições religiosas para se dedicar aos estudos das ciências naturais, economia, política e literatura, campos “nos quais se tornou notável” (BLAKE, 1883, p.383). Mais impressionante na trajetória do fundador do *Escudo da Liberdade do Brazil* era o número de volumes com que contava sua biblioteca, que tinha 356 livros, quantidade surpreendente para o período, sendo que Cipriano Barata, um dos mais destacados ilustrados do período, possuía 30 livros quando da devassa instaurada nos acontecimentos de 1798 na Bahia (NEVES, 2005), um número bem menor do que o de Agostinho Gomes. Este, inclusive, contribuiu para a fundação da Biblioteca Pública da Bahia no ano de 1811, sendo um de seus principais doadores, além de exercer a função de secretário dessa mesma biblioteca (MORAES, 2006, p. 152- 170).

No que diz respeito ao exato momento em que houve a troca de redatores do *Escudo da Liberdade do Brazil*, existem informações contraditórias: Nascimento (1969, p. 51) afirma que o Padre Francisco Agostinho Gomes foi “logo substituído” na redação do periódico, após sua fundação enquanto que Alfredo de Carvalho nos informa que Agostinho Gomes ainda era redator na terceira publicação, sendo substituído pouco depois da tarefa de redigir o periódico. Carvalho (1908, p. 81) ainda levanta uma questão que nos é bastante preciosa ao destacar que, de seu ponto de vista, o novo redator, que possuía como referência o trabalho de Cipriano Barata, teria dado mais espaço para o debate acerca da questão constitucional no impresso e ganho em veemência declamatória; porém, o primeiro dirigente teria um estilo mais aprimorado e maior moderação na linguagem.

Entretanto, encontramos na obra de Luis Henrique Dias Tavares a informação de que o Padre Francisco Agostinho Gomes teria sido responsável apenas pela publicação do primeiro número do *Escudo da Liberdade do Brazil*, sendo os demais, todos de responsabilidade única do Capitão João Mendes Viana, que estenderia sua publicação até o número 16, em novembro de



1823, quando foi preso, enviado para a Fortaleza do Brum e, posteriormente, para o Rio de Janeiro (TAVARES, 2006, p. 136). Após nossas leituras dos números do *Escudo da Liberdade do Brazil*, não é fácil definir onde realmente há uma substituição entre os redatores, tendo em vista que ambos faziam parte do mesmo grupo de conhecidos e pertenciam a uma das vertentes políticas caracterizada por críticas aos ministros, pela defesa da elaboração de uma Constituição para o Brasil e demais temas, como o combate à pobreza e à defesa da liberdade de imprensa. Em uma crítica ao despotismo, Francisco Agostinho Gomes escreveu:

Todas as vezes que o Governo querendo reger os povos ao seu arbítrio, e não segundo as regras da justiça, e de razão, temendo-se que a censura pública analise a injustiça dos seus atos e medidas, coarcta a liberdade da imprensa, e espalha de tal maneira o terror que ninguém ousa escrever senão na conformidade das máximas doutrinas que o Governo apadrinha, e quer que se sigam (*Escudo da Liberdade do Brazil*, n.1, julho 1823).

Na breve passagem reproduzida acima, são notáveis as referências feitas pelo padre redator à liberdade de imprensa e à censura. Devemos ter em mente que esses redatores agiam sob condições muitas vezes desfavoráveis e a propagação de seus impressos exigia além de esforço, coragem.

Ainda no tocante à troca de redatores ocorrida no *Escudo da Liberdade do Brazil*, talvez Alfredo de Carvalho tenha identificado a maior presença do debate acerca da constituição, no período em que Mendes Viana esteve à frente do periódico, devido às diversas publicações de trechos do projeto de Constituição elaborado pela Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, o que ocorre a partir do décimo primeiro número.

Ligados por vínculos pessoais e trajetórias de lutas aos redatores dos periódicos pertencentes à corrente representada pelos periódicos *Sentinela da Liberdade* e *Escudo da Liberdade do Brazil*, estão aqueles que representam uma postura mais radical frente às províncias do sul do Império, mais precisamente ao Rio de Janeiro. Esses impressos proferiram ataques mais contundentes a Dom Pedro I e à monarquia, da maneira como havia sido posta no Brasil, principalmente após a dissolução da Assembleia Constituinte no ano de 1823 e imposição do novo projeto constitucional, que havia sido elaborado pelo monarca e por seus ministros, sem a participação de deputados eleitos. Os periódicos que representam essas características são *O Typhis Pernambucano*, dirigido por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca e *O Liberal*, redigido pelo Padre João Batista da Fonseca, ou seja, ambos sob a responsabilidade de membros da Igreja Católica.



Frei Caneca, como era conhecido o redator do *Typhis Pernambucano*, nasceu no Recife em 1779 e recebeu o nome Joaquim da Silva Rabelo. Entrou para o convento carmelita aos 22 anos e adotou o nome religioso ao se tornar padre, também acrescentando o último nome, “Caneca” em homenagem à profissão do pai, tanoeiro (MOREL, 1987, p, 12-13). No entanto, conforme ocorrera com outros companheiros redatores, Caneca se sentiu atraído pelo estudo de outras disciplinas além do ensinamento religioso e se dedicou ao conhecimento da filosofia, retórica, mecânica e cálculo. Também em semelhança com outros dirigentes de periódicos publicados nesse momento da imprensa pernambucana, o redator do *Typhis Pernambucano* participou de grupos sediciosos, ou “academias”, como a Academia Suassuna, reunida no engenho do conspirador Francisco de Paula Cavalcanti⁹ e a Academia Paraíso, que tinha como líder outro antigo confabulador, Francisco Paes Barreto. Segundo Morel (1987, p. 8-13) Frei Caneca representou o início das relações e projetos existentes entre a Igreja e setores desfavorecidos da sociedade do Brasil, além de protagonizar uma relação de conflito, e ao mesmo tempo da fusão existente entre o espírito religioso e os ideais iluministas, cumprindo um papel de cristão e, ao mesmo tempo, revolucionário.

Nesses círculos de ilustrados, frequentados por pessoas que muitas vezes assumiam um papel pedagógico perante a sociedade, circulavam periódicos que traziam notícias da Europa e de outras regiões da América. Nesse momento, as opiniões acerca dos acontecimentos políticos que eram reservadas ao espaço privado, passam a circular também pelo espaço público. Dessa forma, no processo de formação da opinião pública, os redatores de nossos periódicos estão inseridos na missão de formadores de opinião, visando atingir também o público iletrado e desprovido. Frei Caneca é um produto desse processo político e cultural pelo qual passava a América Ibérica, e percebemos em seu periódico as influências que os debates e amizades com intelectuais sediciosos exerceram sobre o frade carmelita.

Conforme ocorrera com outros companheiros de Caneca já mencionados, o redator do *Typhis Pernambucano* também participou do movimento insurrecional de 1817, permanecendo nos cárceres até o ano de 1821, quando o contexto político e a reunião das Cortes em Lisboa fez possível a soltura dos presos políticos. No entanto, o movimento que Frei Caneca participou como um dos principais articuladores foi a Confederação do Equador, que contou com a

⁹ Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque participou da Conspiração Suassuna, movimento político ocorrido em Pernambuco no ano de 1801 e da Confederação do Equador. Sobre Francisco de Paula, ver: BLAKE, Augusto V. A. S. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Volume 5. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. p. 73. Ver também: MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. Pernambuco: Tipografia de F. C. Lemos e Silva, 1853, p. 14-15.



participação de diversas províncias do Norte do Império e previa a formação de um corpo político confederado, autônomo do poder estabelecido no Rio de Janeiro¹⁰. No *Typhis Pernambucano* vemos nitidamente a propagação da Confederação, uma vez que o Imperador havia imposto um novo projeto constitucional, além do Poder Moderador.

Consta-nos, por notícias fidedignas, que a província do Rio Grande [do Norte], depois daquelas declarações parciais de suas câmaras, se tem entendido com a do Ceará, dando as mãos para se enlaçar, com ela, na causa da comum liberdade e sistema da confederação; e que o mesmo declara o governo do Piauí ao do Ceará (*Typhis Pernambucano*, n.28, agosto de 1824)¹¹.

Observando o impresso de Caneca contribuindo para os acontecimentos de seu tempo e contando com o distanciamento necessário para a análise crítica da fonte, é flagrante a fusão de ingredientes que formam seu caráter militante, pois além do *Typhis*, contou com diversas obras e poemas muito lidos e aclamados no período¹². Esses ingredientes são: sua formação ilustrada e, de certa forma rebelde, com leituras de autores iluministas; a participação em grupos onde essas leituras eram debatidas e propagadas; o contexto político local do qual Caneca fazia parte, com a nomeação do morgado do Cabo para o governo da província de Pernambuco, o que desagradava grande parte dos redatores dos impressos. Por fim, acrescenta-se o contexto político que abarcava todo o Império do Brasil. Vale reproduzir uma análise feita por Alfredo de Carvalho sobre os acontecimentos políticos vividos por Frei Caneca, que formaram um terreno fértil para a publicação de seus impressos ilustradamente refinados e, ao mesmo tempo, populares e incendiários:

A recusa dos eleitores, congregados em 8 de janeiro de 1821 de enviarem outros deputados a nova assembleia geral; as deliberações dos grandes conselhos de 21 de fevereiro e 27 de abril. persistindo em sustentar no poder o presidente eleito e não aceitar o nomeado pelo imperador; e finalmente o regresso dos delegados enviados à Corte [...]. (CARVALHO, 1969, p. 84).

É claro que esse contexto não foi vivido apenas por Frei Caneca e não permeou somente as páginas de seu impresso, mas é importante destacarmos sua postura frente a esses acontecimentos. Participante de batalhas militares em prol de seus ideais, incorporou a tropa que combatia o morgado do Cabo, o que o levou a suspender a publicação de seu periódico e mostra

¹⁰ Em 1824, eclodiu na região a Confederação do Equador, movimento político encabeçado pela província de Pernambuco, que previa a formação de uma confederação independente do governo instaurado no Rio de Janeiro, contando com a participação da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Ao final, o movimento foi brutalmente reprimido e seu maior líder, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, foi condenado à morte. Sobre a Confederação do Equador, ver: LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1824: a Confederação do Equador**. Recife: Fundaj, 1989.

¹¹ Edição comemorativa do 160º aniversário da Confederação do Equador. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984, p. 241-148.

¹² Sobre a obra literária de Frei Caneca, veja: MELO, Antonio Joaquim de. (org.). **Obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Recife: Tipografia Mercantil, 1875. Ou fac-símile, Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1972.



que sua militância não estava apenas restrita ao universo escrito, pois foi para o campo de batalha, sendo que jamais retornaria a escrever o *Typhis Pernambucano*. Caneca foi condenado à morte e executado em Recife, no dia 13 de janeiro de 1825. Percebemos, dessa forma, a militância praticada por Frei Caneca em sua vida estampada nas páginas de seu impresso, que se confunde com sua própria existência.

Quando da morte de Frei Caneca, seu companheiro de luta e de cárcere, o Padre João Batista da Fonseca, que era o responsável pela redação de *O Liberal*, dedicou-lhe um poema, do qual extraímos um trecho:

*Morreu! Tinha seus dias consagrados
Em prol da pátria da humanidade
Satélite fiel da liberdade,
Caro Apolo das musas embalado
Marcado era no globo e espaço dado
Sábias lições ditava à mocidade;
Ora destro piloto em tempestade
Guiava afoito ao porto do Estado.* (SILVA, 2002, p. 33).

O Padre João Batista da Fonseca também era um antigo revolucionário de 1817 que esteve preso até o perdão real de 1821. Da mesma maneira que Frei Caneca fizera no *Typhis Pernambucano*, deixava transparecer em seu periódico, *O Liberal*, seu posicionamento político realizando críticas diretas à monarquia e às medidas que estavam sendo tomadas pelo poder emanado do Rio de Janeiro, conforme vemos nesse questionamento à nomeação de Francisco Vicente Viana para a presidência da província da Bahia:

E sendo tudo isso demonstrado, podia S.M.I. e C. eleger o senhor Viana para presidente da Bahia, sem que fosse enganado para isto pelos chumbeiros? O senhor Viana não só é incapaz de ser Presidente, como é réu se lesa-Nação, assim como quase todos os Portugueses, e alguns Brasileiros, que bem conhecemos, residentes na Bahia com os Lusitanos (*O Liberal*, n.19, fevereiro de 1824).

Nascido no ano de 1787, na cidade do Recife, João Batista da Fonseca foi estudar em Coimbra, como era comum para muitos jovens intelectuais de seu tempo. No entanto, assim como redatores de outros periódicos que estudamos, teve seus estudos interrompidos devido à ocupação francesa da Península Ibérica em 1808, incorporando o Corpo de Artilharia Acadêmica durante treze meses (SILVA, 2002, p. 6). Quando retornou ao Brasil, João Batista da Fonseca deu continuidade ao seu trabalho de presbítero em Salvador e, posteriormente no Recife. No entanto, as academias já existiam no Norte e os ares estavam repletos de ideias que debatiam a situação



política como estava colocada entre Brasil e Portugal e João Batista da Fonseca, participante desse universo, publicou *O Liberal* em Salvador, entre outubro de 1823 e janeiro de 1824. Porém, devido a ordens do presidente da província, o periódico foi fechado e seu redator enviado para Pernambuco, o que é narrado no primeiro número do impresso (*O Liberal*, n.19, fevereiro de 1824).

Conforme percebemos na leitura de *O Liberal*, a transferência do o redator do periódico para Pernambuco ocorreu quando o Padre Venâncio Henriques Rezende havia ido levar um projeto para o restabelecimento do sistema constitucional aos ilustrados da Bahia, no caso, o seu contato na província era o Padre João Batista da Fonseca. Ambos foram presos e enviados para Recife apenas com as roupas do corpo e sem quaisquer mantimentos (*O Liberal*, n.19, fevereiro de 1824).

Após esse episódio, o periódico contou com quatro publicações no Recife. O Padre Venâncio Henriques Rezende fazia parte do grupo ao qual pertencia João Batista da Fonseca, tendo como alguns aliados Frei Caneca e Cipriano Barata, este último inclusive confiando a redação dos números 67 ao 71 do *Sentinela da Liberdade* ao redator de *O Liberal*, enquanto se ocupava com a Confederação do Equador (NASCIMENTO, 1969, p. 51).

Além da produção de seus periódicos, percebemos a participação dos dirigentes e redatores dos impressos vinculados à Igreja também nos periódicos oficiais – aqui considerados como aqueles que foram publicados pela Junta de Governo após sua nomeação ter sido determinada pelas Cortes de Lisboa – que foram espaços oportunos para a atuação.

Quando os redatores escreviam textos para serem publicados nos órgãos oficiais, não tinham a mesma liberdade para expor seus ideais, se comparado à redação de suas próprias folhas. Existe um caso sintomático dessa questão na folha intitulada *Diário da Junta do Governo*. Nesse caso, a sucessão de redatores deixou transparecer os motivos da troca, quando o Padre José Marinho Falcão Padilha foi substituído pelo Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, sob acusações do substituto de que Falcão Padilha teria exposto demais suas opiniões pessoais no impresso. Essa substituição ocorreu já no sexto número do periódico, sendo que no primeiro, o texto de abertura possui mais características de um periódico independente do que um órgão oficial, e isso pode ser percebido nas opiniões pessoais do redator sobre as questões políticas, o que pode não ter agradado os membros da Junta. Lopes Gama, no sexto número, escreveu:



Encarregado pela Excelentíssima Junta de redigir este Diário, em que devem aparecer principalmente os seus trabalhos, é de nosso dever anunciarmos ao público a razão que teve a mesma Excelentíssima Junta para despedir o seu primeiro escritor, o qual, suposto seja dotado de estimáveis qualidades e de reconhecida adesão à causa do Brasil, todavia levado talvez de um mau entendido zelo, e por ventura desconhecendo os limites de sua tarefa, ultrapassou-os, de modo que reduziu o Diário a veículo das suas opiniões particulares [...] (*Diário da Junta de Governo*, n.6, março de 1824).

No entanto, nem todas as sucessões de redatores dos periódicos oficiais da Junta de Governo ocorreram devido à veiculação de opiniões particulares, mesmo que essas existissem. No caso da *Gazeta Pernambucana*, durante sua trajetória, três redatores estiveram à frente das publicações: Padre Venâncio Henriques Rezende¹³, Cipriano Barata e Manoel do Rego Clemente Cavalcante. A primeira troca de direção do impresso ocorreu em seu número 15, quando o Padre Venâncio teve que viajar ao Rio de Janeiro para assumir o cargo de deputado na Assembleia Constituinte do Brasil. Cipriano Barata, ao assumir a redação do periódico, escreveu:

Abre-se uma nova carreira à nossa pena e às nossas ideias. Tendo o redator da *Gazeta Pernambucana* embaraços para continuar a publicar esta folha, veio por um acaso ter a mim o trabalho, o que de boa vontade tomo para suprir muitas coisas que não podem abranger as Sentinelas; o publico pode olhar para ela como uma continuação daqueles brados de alerta que dou nas quartas e sábados. Meu desejo é beneficiar a pátria, espalhar livres doutrinas e iluminar a todos. Não é, portanto, necessário fazer preâmbulos, porque esta é a [*Gazeta Pernambucana*] do costume, só com a diferença de ser o estilo um pouco mais livre [...]. (NASCIMENTO, 1969, p. 38).

Essa passagem da *Gazeta Pernambucana* é importante para destacarmos alguns pontos interessantes. Primeiro, deve-se ter em mente que a escolha de Cipriano Barata para substituir Venâncio Henriques Rezende na redação não foi por acaso, pois ambos pertenciam ao mesmo grupo de pessoas que tiveram participação dos movimentos de 1817 e 1824 e, ao que parece, eram bastante próximos. Outra questão a ser levantada é que Cipriano Barata assume que vai inserir opiniões pessoais no impresso da Junta de Governo e, mais intrigante ainda, a *Gazeta Pernambucana* seria o complemento do periódico dirigido de forma independente por Barata, o *Sentinela da Liberdade*.

O considerável número de religiosos responsáveis por periódicos é uma questão intrigante, pois mostra que naquele momento muitos membros da Igreja Católica agiram de maneira revolucionária, assim como merece destaque a grande participação de clérigos nos

¹³ Mesmo não sendo dirigente de nenhum dos periódicos que temos estudado a fundo para a realização de nosso trabalho, o Padre Venâncio Henriques Rezende é um personagem bastante presente. Vinculado principalmente aos redatores Cipriano Barata, Frei Caneca e João Batista da Fonseca, o Padre Venâncio Henriques Rezende também era um religioso revolucionário de 1817, que cumpriu pena de prisão até 1821. Dessa forma, se adequa ao perfil da maioria dos dirigentes dos periódicos que estudamos. Ver: MARTINS. **Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**, p. 544.-545.



movimentos revolucionários de 1817 e de 1824 em Pernambuco. A formação ilustrada das pessoas vinculadas à Igreja estava aumentando e o acesso à leitura de diversos autores, que passavam a fazer parte de suas bibliotecas, possibilitou a esses religiosos o contato com os acontecimentos e pensamentos iluministas que se propagavam pela Europa e pelo restante da América. A propagação de seus ideais possuía uma proposta didática e com o intuito de alcançar os mais diversos grupos sociais e os padres e freis envolvidos nesses acontecimentos mostram a força transformadora da palavra impressa na formação da opinião pública e popularização do debate político.

Referências bibliográficas

- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822.** São Paulo; Recife: Hucitec/Fapesp; Editora da UFPE, 2006.
- BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife.** 2^a ed. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura, 1977.
- BIVAR, Diogo Soares da Silva de. **Elogio histórico de Francisco Agostinho Gomes.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo 4. Tipografia de João Inácio da Silva, 1863.
- BLAKE, Augusto V. A. S. **Dicionário bibliográfico brasileiro.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, v. 5, 1883.
- CABRAL, Flavio José Gomes. Vozes públicas: as ruas e os embates políticos em Pernambuco na crise do Antigo Regime português (1820-1821), **SAECULUM**, João Pessoa, n. 13, jul/dez 2005.
- CARVALHO, Alfredo de. **Annaes da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908.** Tipografia do Jornal do Recife: Recife, 1908.
- CORDEIRO, Antonio da Cruz. **Estudo biográfico: o vigário Joaquim Antonio Marques e algumas de suas peças oratórias.** Paraíba: Tipografia Liberal Paraibana, 1866.
- DUMAS, Alexandre. **Napoleão: uma biografia literária.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e Independencia: ensayos sobre las revoluciones hispánicas.** Madri: MAPFRE, 2010.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000).** Formação: histórias, 2^a ed. São Paulo: Senac, 2000.
- LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1824: a Confederação do Equador.** Recife: Fundaj, 1989.
- LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real.** Alagoas: EDUFAL, 2005.



- MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. Pernambuco: Tipografia de F. C. Lemos e Silva, 1853.
- MATTOSO, Kátia. Bahia 1798: os panfletos revolucionários. Proposta de nova leitura. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1990.
- MELLO, Antonio Joaquim de. **Biografia de alguns poetas e homens ilustres da província de Pernambuco**. Recife: Tipografia Universal, 1856.
- MELO, Antonio Joaquim de. (org.). **Obras políticas e literárias de frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Recife: Tipografia Mercantil, 1875. Ou fac-símile, Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1972.
- MELLO, Evaldo Cabral de. (org.). **O Carapuceiro**. Coleção Retratos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. Brasília: Bruyquet de Lemos, 2006.
- MOREL, Marco. **Frei Caneca. Cristianismo e revolução**. Coleção Encanto Radical. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org.). **Independência: História e Historiografia**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.
- NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1969.
- NEVES, L. M. B. P. Luzes nas Bibliotecas de Francisco Agostinho Gomes e Daniel Pedro Muller: dois intelectuais luso-brasileiros. In: Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2005, Lisboa. **Anais...** Lisboa: CHAM, 2005. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/lucia_maria_bastos_neves.pdf> Acesso em: 17 maio 2014.
- SILVA, A. M. da. **Padre João Batista da Fonseca (1787-1831). Revolucionário de 1817**. Brasília: Thesaurus, 2002.
- SLEMIAN, Andréa. **Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck., **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal. 2ª ed. 1977.
- TAVARES, Luís Henriques Dias. **Da sedição de 1798 à revolta de 1824 na Bahia**. Bahia; São Paulo: EDUFBA; Editora UNESP, 2003.



Educação e ideal modernizante na ditadura civil-militar: um estudo sobre a revista *Educação* (1971-1984)¹

Education and modernizing ideal in civil-military dictatorship: a study on the magazine *Educação* (1971-1984)

Michel Ehrlich

Mestrando em História
Universidade Federal do Paraná
michelehrlich@gmail.com

Recebido em: 22/07/18

Aprovado em: 27/08/18

Resumo: Este artigo trata das concepções de educação escolar da ditadura civil-militar brasileira, tomando como fonte as 41 edições da revista *Educação*, publicada pelo MEC entre 1971 e 1984. Apesar de autoritários, os grupos dirigentes da ditadura eram heterogêneos e conflitantes, inclusive nas propostas educacionais, que variavam de uma vertente que chamo de patriótico-conservadora até uma visão tecnicista. O objetivo dessa pesquisa é verificar como essas visões de educação interagiram entre si e com outras concepções e como procuraram inculcar essas ideias em profissionais da educação. A análise concluiu a preponderância da corrente tecnicista. A luz dos conceitos de *positividade do poder*, de Michel Foucault, e *unidimensionalidade*, de Herbert Marcuse, concluí que essa concepção tecnicista usava um discurso de modernização e progresso. Outras visões de ensino eram tratadas menos como perigosas ou subversivas e mais como atrasadas e inadequadas aos *tempos modernos*. Dessa forma, sequer era necessário à concepção tecnicista se mostrar melhor do que outras, pois se apresentava como a única possibilidade.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar brasileira; Imprensa pedagógica; Revista *Educação*.

Abstract: This article deals with the conceptions of school education of the Brazilian civil-military dictatorship, based on the 41 editions of the *Educação* magazine, published by MEC between 1971 and 1984. Although authoritarian, the ruling groups of the dictatorship were heterogeneous and conflicting, including educational projects, ranging from a slope I call patriotic-conservative to a technicist view. The purpose of this research is to verify how these visions of education interacted with each other and with other conceptions and how they tried to inculcate these ideas in education professionals. The analysis concluded the preponderance of the technicist current. In light of Michel Foucault's concepts of *positivity of power* and *one-dimensionality*, I concluded that this technicist conception used a discourse of modernization and progress. Other views of teaching were treated less as dangerous or subversive and more as outdated and unsuitable to *modern times*. In this way, it was not even necessary for the technicist conception to show itself better than others because it presented itself as the only possibility.

Key words: Brazilian Civil-military dictatorship; Pedagogical press; *Educação* magazine.

¹ Este artigo é um desdobramento de monografia de conclusão de graduação defendida em 2017.



Introdução: a educação escolar na ditadura civil-militar

No início da década de 1960, ainda sob governo civil e eleito, diversos fatores contribuíam para o esgotamento do modelo de educação escolar vigente e diferentes projetos de reforma de ensino se delineavam. O golpe de 1964 se apropriaria dessa discussão, direcionando-a para seus próprios objetivos (SAVIANI, 2013).

A necessidade de mudanças na educação brasileira não era, portanto, uma invenção da ditadura, que se aproveitou desse clima para implementar as reformas a sua maneira – as quais teriam sua formalização nas reformas do ensino superior em 1968 e do ensino de 1º e 2º grau em 1971.

Poder-se-ia imaginar que se tratando de um regime ditatorial, uma visão hegemônica logo sobressairia e seria imposta. Porém, este não foi o caso da ditadura brasileira. Os setores sociais que aplicaram e apoiaram o golpe em 1964, se convergiam na oposição ao governo João Goulart e em não verem problemas em atitudes antidemocráticas, divergiam bastante entre si. Daniel Arão Reis (2014, p. 53) destaca as “forças díspares que haviam apoiado o golpe: liberais conservadores, conservadores arcaicos, liberais-internacionalistas, corporativistas-estatais, anticomunistas radicais”. Se havia claramente, para o regime, uma postura a combater, as posições a serem construídas seguiam em disputa.

Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 288-89), em seu trabalho sobre a relação entre a ditadura e as universidades brasileiras, expõe esse dissenso no âmbito das políticas educacionais. “O grande paradoxo do regime militar – e essa afirmação não vale apenas para o sistema universitário – residiu no fato de expressar, a um só tempo, impulsos conservadores e modernizantes que por vezes geraram ações contraditórias.” Por isso Luiz Antonio Cunha prefere falar em políticas educacionais *na* ditadura do que *uma* política *da* ditadura. Para ele, “vários grupos de interesse procuraram, com sucesso variado, influenciar o Ministério da Educação, inclusive pelo recurso a alianças na alta oficialidade” (CUNHA, 2014, p. 360).

Podemos evidenciar a partir disso, ao menos duas concepções diferentes de educação internas ao regime civil-militar – o que não significa que fossem necessariamente antagônicas, nem que não pudessem se entrecruzar.

A primeira dessas concepções eu chamo aqui de educação patriótico-conservadora. Ela era defendida pelos setores mais conservadores da sociedade e do regime, ligados geralmente à



parte dos militares e aos setores mais conservadores da Igreja Católica, que apoiaram o golpe de 1964. Para esses setores, o papel da educação era formar pessoas inseridas em uma moral cristã (ou certa moral cristã), patriotas, leais ao país e obedientes ao regime. A ênfase dessa concepção estava no âmbito da moral, sendo talvez o maior símbolo disso a introdução como disciplinas obrigatórias da grade curricular nas escolas brasileiras de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política brasileira (OSPB).

A segunda concepção denomino de educação tecnicista. Defendida mais por setores civis da ditadura, o empresariado, liberais que apoiaram o golpe, mas também por parte dos militares, preconizava uma educação supostamente despolitizada e voltada essencialmente para qualificar mão-de-obra para o mercado de trabalho, fundamentada em grande medida na *Teoria do Capital Humano* (TCH), a qual será mais bem analisada mais adiante. “Com base no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional”(SAVIANI, 2013, p. 381). De acordo com essa concepção, trazida dos EUA a partir da segunda metade da década de 1960, o desenvolvimento econômico não seria alcançado pela mera disponibilidade de mão-de-obra, mas dependeria igualmente da qualificação técnica dos trabalhadores. Conteúdos voltados para formação da cidadania e senso crítico seriam reduzidos ou eliminados não somente pelo seu potencial subversivo (que seria o argumento da educação patriótico-conservadora), mas por não contribuírem para a capacitação técnica de futuros trabalhadores. Por isso uma de suas demandas era o desprestígio das áreas de humanidades e até das chamadas *ciências puras* em prol de uma formação mais técnica e tecnológica (MOTTA, 2014). A educação patriótico-conservadora também encarava o trabalho como uma forma de moralizar a sociedade, porém seus apoiadores sentiam a necessidade de complementar essa formação com conteúdos diretamente relacionados às questões morais (como a EMC), enquanto a educação tecnicista não via tamanha necessidade nisso, quando não a considerava uma perda de tempo e recursos. Ainda para essa segunda vertente não haveria problema algum (seria até preferível) que essa educação (que de fato é muito mais uma instrução) fosse gerida pela iniciativa privada como forma de poupar recursos públicos (MOTTA, 2014).

De modo geral, a concepção tecnicista de educação se centrava na perspectiva econômica, enquanto a educação patriótica preconizava a moral e a cultura (sob um viés conservador e autoritário). Ambas as visões viam na educação um meio de formar indivíduos úteis à sociedade e ao projeto político da ditadura civil-militar, porém devido a idealizações diferentes de sociedade, divergiam no que maximizaria essa utilidade.



A Teoria do Capital Humano

Telma Valério aponta que:

Uma das teorias norteadoras da educação brasileira desse período foi elaborada por um grupo de norte-americanos, em 1950, coordenados por Theodore W. Schultz. A *Teoria do Capital Humano* (TCH), como ficou conhecida, buscava explicar os principais motivos para as variações de níveis de desenvolvimento socioeconômico entre os países.

De acordo com os princípios de Schultz, a relação dada entre qualificação, força de trabalho e crescimento econômico é direta, na medida em que a aquisição de conhecimentos levaria ao aumento de produtividade, à elevação de renda do trabalhador e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da sociedade como um todo. (VALÉRIO, 2007, p. 28)

Em seu curso *Nascimento da Biopolítica*, Michel Foucault discorre sobre o desenvolvimento do liberalismo em neoliberalismo no pós-2ª guerra mundial. Para ele a Teoria do Capital Humano desempenha papel substancial no processo pelo qual o liberalismo deixa de ser uma doutrina essencialmente econômica para exercer influência sobre outros campos, entre os quais ele destaca o combate à criminalidade e também a educação. Os teóricos do Capital Humano passam a retratar o valor do trabalho não mais como um valor atribuído ao tempo como na economia clássica, mas tomam o trabalho por si mesmo como um capital gerador de renda. Assim, quanto maior o capital do trabalho, maior renda ele gerará, sendo este capital definido por uma nova ideia de competência humana. “Logo, chega-se à ideia de que o salário não é nada mais que a remuneração, que a renda atribuída a certo capital, capital esse que vai ser chamado de capital humano” (FOUCAULT, 2008, p. 311). Foucault completa que esse capital humano é formado por elementos inatos e outros adquiridos. De maior interesse são os meios adquiridos de agregar capital humano, entre os quais se destaca a educação (não somente, mas também a escolar). Assim, um indivíduo instruído é alguém dotado de maior capital humano. Um povo instruído acrescenta capital humano ao seu país. Assim, o trabalhador, dentro dessa lógica, deve procurar a educação para incrementar o seu capital humano, o que gera uma nova subjetividade que Foucault (2008, p. 311) chama de “empresário de si mesmo”.

Conseqüentemente a educação passa a ser encarada como um investimento não somente individual, pois o capital humano é visto como uma explicação para a decolagem ou atraso de desenvolvimento dos países. Por isso, Foucault completa que o Estado do neoliberalismo é menos um Estado mínimo (como defendia o liberalismo clássico) e mais um Estado investidor-empresarial. No caso da educação escolar, se não é mais vista como um gasto também não se torna um direito. Dentro da lógica de investimento, passa a ser interessante ao Estado aplicar recursos na educação, porém não necessariamente para promover a cidadania, mas para obter um



retorno posterior em termos de capital humano. Por isso, o aumento dos investimentos em educação não acarreta necessariamente em uma educação menos excludente. Trata-se de uma lógica de investimento empresarial. Caso se conclua que determinado nível de educação não é necessário para todos com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional, não haveria problema para esse Estado investidor oferecer essa etapa de ensino somente para alguns, pois oferecê-la para todos seria um desperdício financeiro. Como investimento, o gasto de recursos deve ser otimizado e como tal é direcionado para os resultados específicos e desejados pelo investidor (portanto, não pelos educandos). Por isso a educação pública é vista pelo Estado como um investimento seu para si e não um direito pertencente aos cidadãos. No caso brasileiro, o Estado concluiu que etapas como a alfabetização seriam úteis de serem fornecidas para todos – utilidade esta para o Estado investidor, independente da utilidade, necessidade ou vontade dos indivíduos. Já quanto a um ensino mais aprofundado, especialmente nas humanidades, não haveria problema, dentro dessa lógica, de limitá-lo às elites. Para o restante, seria mais rentável investir em um ensino profissionalizante que fizesse o aluno sair da escola mais preparado para exercer um papel no mercado de trabalho (QUEIRÓS, 2014).

Essa visão é transposta também para a relação entre o Estado, os professores e os alunos. De acordo à ótica da Teoria do Capital Humano os estudantes, e também os professores, são somente insumos ou ferramentas do processo. Os alunos são de fato a matéria-prima a ser processada e enviada ao mercado com um valor de capital aumentado (SAVIANI, 2013). De fato, conforme salienta Saviani, a Pedagogia Nova do segundo terço do século XX também dava ênfase aos meios, mas eram os professores e alunos que decidiam a utilização ou não e a forma desses meios. Na TCH é o próprio processo que decide o que professores e alunos devem fazer.

Os aspectos patriótico-conservadores

Conforme já comentado, essa visão mais tecnicista da educação convivia, negociava e conflitava com outra visão, que chamei de patriótico-conservadora. Para esta concepção, a educação tinha uma função essencialmente moralizante e a utilização do aparato repressivo era menos velada (a concepção tecnicista também o utilizava para assegurar seus objetivos).

Gonçalves e Ranzi (2012, p. 32) destacam que a escola era vista pelo regime não somente como um meio de preparação de mão-de-obra, mas também de “difusão de valores e atitudes que auxiliassem na legitimação do governo”. Isso se dava impondo valores, censurando outros e controlando o ambiente e a atividade profissional dos docentes, por exemplo, através de agentes



infiltrados em sala de aula e exigência de atestados de antecedentes para os professores, em especial os de Educação Moral e Cívica. Valério (2007) adiciona alguns exemplos:

Em consonância com esses objetivos, fazia-se o culto à bandeira, a organização em filas para a entrada dos alunos, o uso do uniforme escolar, etc. Dessa forma, dava-se o treinamento da obediência às regras e à ordem, muitas vezes, compreendida pela comunidade das escolas como questão importante de respeito, bons modos e asseio (VALÉRIO, 2007, p.14-15).

Para tal era necessário instruir os professores (como será abordado em mais detalhes na análise da fonte dessa pesquisa), mas também reprimi-los quando o regime julgasse necessário.

Um caso mais explícito e caricato dessa face repressiva foi a operação da polícia federal chamada Pequeno Príncipe, que, em 1978, prendeu 11 pessoas entre profissionais, pais de alunos e outros envolvidos nas atividades de duas associações de pais que funcionavam como pré-escolas para crianças de 3 a 6 anos em Curitiba, a Oficina e a Oca, acusados de praticar uma educação que não respeitava a moral e os costumes tradicionais e que levaria ao comunismo (com acusação de doutrinação antirreligiosa e marxista) (ABREU, 2015).

Imprensa pedagógica

Martinez e Porto (2006) consideram “a imprensa pedagógica um espaço privilegiado para interpretar as inúmeras correntes do pensamento pedagógico.” De acordo com elas, esse tipo de imprensa permite tentar compreender as imagens e representações acerca da profissão docente.

Como afirma Roger Chartier (1991) “a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta” (CHARTIER, 1991, p.185-186).

Nesse sentido podemos realizar uma aproximação com as ideias de Foucault. O poder é geralmente entendido como essencialmente repressor, caráter violento e opressor que Foucault não nega. Mas ao mesmo tempo o poder também precisa produzir discursos que o legitimem – ele é nesse sentido *positivo* (não por ser bom, mas por produzir).

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1998, p. 18)

Ainda que o foco de análise de Foucault não fosse o Estado, não significa que este não possa ser parte dos esquemas de poder. Se de fato procuro nesse trabalho compreender um



campo de ação do Estado, essa atuação não se dá de forma tão direta, uma vez que a revista *Educação* é mais uma capilaridade do Estado, outra face que age em complementaridade, mas ao mesmo tempo quase independência, em relação aos órgãos de segurança.

Podemos alargar essa concepção de Chartier e pensar que a representação pode ter esse efeito de produzir verdades ou um saber verdadeiro não somente na falta do recurso à força bruta, mas quando aquele que a detém preferir não utilizá-la por diversos motivos. No caso da ditadura, podemos compreender a construção de representações da prática pedagógica como um complemento ao uso da força bruta. O regime detinha o uso da força, e fazia uso desta. Porém, sabendo ser este recurso um inibidor do consentimento social quando utilizado de forma generalizada, a ditadura complementava o uso da força bruta (e a ameaça de usá-la) com a inculcação de seus ideais. Impondo-se certas concepções à população, o meio da força bruta seria ao mesmo tempo legitimado e em certa medida evitado. A revista *Educação* poderia cumprir esse papel. Divulgando as ideias e realizações do MEC para a categoria docente, facilitaria o trabalho de torná-la dócil, obediente e produtiva em relação aos objetivos do governo, podendo deixar o uso da força bruta somente para casos específicos e evitando o desgaste do regime.

A revista *Educação*

Poucos são os trabalhos até hoje publicados sobre essa revista. Em uma comunicação, Revah e Toledo (2013) destacam que a revista *Educação* se diferencia de publicações anteriores do governo por se aproximar do modelo das revistas jornalísticas comerciais.

A revista, que começou a ser publicada em 1971 com periodicidade trimestral segue um padrão de papel A4, com 144 páginas por edição. As publicações são assinadas, em sua maioria, por pessoas sem cargos em órgãos oficiais do governo, geralmente *especialistas*, ligados às universidades ou outras instituições. Os artigos são relativamente longos para esse tipo de revista (cerca de 10 páginas em média). Os debates trazidos evidentemente são aqueles ocorridos e permitidos dentro do âmbito do MEC, não sendo encontradas críticas explícitas a ditadura, ainda que discordâncias pontuais possam aparecer.

Não há na revista seções fixas, os artigos são apresentados em sequência (não há editorial). A única seção da revista presente em todas as edições é sempre a última, *Fatos da Educação*, que apresenta notas mais curtas de acontecimentos recentes, sendo esta a parte da revista diretamente escrita pelo MEC e não assinada por um autor específico. Ao final há também uma seção que apresenta os resumos de cada artigo em inglês e espanhol, indicando que a revista era (ou pretendia ser) divulgada também fora do Brasil.



A partir do segundo ano de publicação há um preço para a revista, tanto por exemplar como pela assinatura anual. Contudo, não fica claro quais os meios de comercialização da revista e se haveria além disso mecanismos de distribuição gratuita. As edições que utilizei como fonte estão disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná. Muitas edições contêm um carimbo do Instituto de Bioquímica da Universidade Federal do Paraná, indicando ser esta a instituição que adquiriu a revista, de forma paga ou gratuita. Até 1980 também não consta a tiragem da publicação. A julgar pelo conteúdo da revista, seu público-alvo era constituído por profissionais da educação de modo geral. Porém, enquanto as reportagens sobre o ensino universitário têm mais um tom de propaganda e divulgação, aquelas sobre o ensino básico adotam um tom mais instrutivo, o que pode indicar que o público mais visado fosse o de professores do ensino básico.

A partir do número 35 (1981), a revista sofre uma alteração de formato. Após um ano sem ser publicada, ela retorna mais curta (64 páginas) e com um viés mais propagandístico se comparado com a concepção anterior. A frequência de publicação em tese continua trimestral, mas na prática se torna mais irregular, até parar de ser publicada após o número 41 em 1984. A partir da edição 35 também é explicitada a tiragem (50.000 cópias) e o fato de sua distribuição ser gratuita – com o intuito de atingir escolas, universidades e secretarias de educação em todo o país.

Mais do que divulgar ações do governo, a revista procurava instruir seus leitores sobre procedimentos educativos e discussões sobre temas que o MEC considerava pertinente. O que é visível é que o papel do professorado nesse processo é de se informar, aprender e executar, não de participar da elaboração das transformações pelas quais estava passando a educação brasileira.

O que essa pesquisa se propõe a discutir é qual a finalidade dessa instrução proposta ou imposta pelo regime aos profissionais docentes. Dessa forma, analiso os discursos contidos na revista, não somente pelo seu conteúdo em si, mas pelo destaque (tamanho do artigo, repetição do tema em outras edições, etc.) que recebem, de modo a poder estabelecer as hierarquias entre as visões de educação contidas no periódico. Além daquilo afirmado na revista, também seus silêncios devem ser objeto de análise. Afinal, o não-dito por vezes revela informações mais valiosas até do que o explicitado (LUCA, 2008).

Dessa forma, mais até do que tentar compreender efetivamente o cotidiano escolar, esse estudo se volta para o discurso em torno da educação. Discurso este que, mesmo não sendo reflexo da *realidade*, não é mera demagogia. Ele procura construir uma nova *realidade*, produzir uma *verdade* (FOUCAULT, 2008).

A revista *Educação* e a Teoria do Capital Humano



A revista *Educação* demonstrou ser um veículo de propagação da Teoria do Capital Humano. Como abordarei mais adiante, chega a surpreender a praticamente ausência do tema da subversão e seu combate na revista. O grupo que a editava estava muito mais em consonância com a vertente tecnicista do que com a face explicitamente repressiva e conservadora do regime. Em alguns raros casos há tentativas de conciliar os dois ideais de educação, como em artigo de Guillardardo Martins Alves na edição 24 (1977, p. 109), quando complementa um ideário ajustado a Teoria do Capital Humano com uma frase mais de acordo com a vertente patriótico-conservadora de educação.

é oportuno citar Daniel Feinberg, da Universidade Estadual de Nova Iorque: ‘o objetivo da educação não é formar ou produzir um robô, mas um ser pensante, psicologicamente bem ajustado e produtivo, tanto social e intelectual como economicamente’, *ao que seria interessante acrescentar-se: sob o primado do espiritual e dos valores transcendentais e eternos* (ALVES, 1977, p. 109. Grifos meus).

O complemento, no entanto, parece forçado, talvez uma tentativa do autor de agradar a alguém internamente, ou evitar alguma suspeita. De modo geral, a vertente tecnicista prepondera.

Logo na primeira edição da revista, o texto “Profissional ou Profissionalizante” de Heli Menegale, sobre a profissionalização do ensino médio prevista na lei 5692/71, expõe a ideia de que uma vez que a maioria dos estudantes não prossegue para o ensino superior, um ensino secundário que não fosse profissionalizante não teria utilidade nenhuma. Ou seja, a escola aparece como unicamente um meio de formação de mão-de-obra – seja na preparação para o ensino superior, ou não impossibilidade desse caminho para a maioria, através da profissionalização. Ou seja, a escola não serve de fato aos alunos como direito, mas ao Estado. Na mesma edição, um texto de Gildásio Amado sobre o ensino supletivo aponta para o mesmo raciocínio. A escolarização de adultos em nenhum momento é tratada como um meio de inclusão social e menos ainda de cidadania, mas sim como um mecanismo de capacitação de habilidades úteis para o trabalho. Ainda no número inaugural, Arlindo Lopes Correa, afirma:

Não há atividade produtiva mais eficiente que a educação no sentido de aproveitar o único bem que ainda não é escasso no mundo – e que, ao mesmo tempo, é o mais precioso de todos os bens: a inteligência humana, que está sendo desperdiçada, principalmente dentre as classes menos favorecidas dos países desenvolvidos (*Educação* 1, 1971, p. 118).

Educação e mercado de trabalho são constantemente relacionados, como na edição 3, por Clovis Salgado, ao afirmar que “a intenção declarada na nova organização escolar de 1º e 2º graus é dar uma profissão a todos os adolescentes” (*Educação* 3, 1971, p. 22) ou por Arlindo Lopes Correa, ao defender que “é possível dizer-se que a expansão do sistema de ensino de um país deve guiar-se, primordialmente, pelas necessidades detectadas no seu mercado de trabalho”



(*Educação* 9, 1973, p. 98). Em outros casos, a relação entre os objetivos do ensino e do mercado de trabalho é direta e coincidente, como na seção Fatos da Educação da edição 17 (1975), que anuncia um trabalho realizado pelo MEC afirmando que

Graças ao amplo levantamento realizado pela Secretaria Geral do MEC – que utilizou como fonte a pesquisa direta junto às empresas que trabalham em projetos nos polos de desenvolvimento – poderá ser realizado planejamento educacional no sentido de se formarem profissionais já com oportunidades de emprego garantidas no mercado de trabalho (*Educação* 17, 1975, p. 119).

Conforme já discorrido, ao travar uma relação de investidor com a educação, não haveria maiores problemas em restringi-la ao nível de otimização econômica. Em texto de título “Funções e objetivos da educação escolar”, Aloylson Gregório de Toledo Pinto admite que “Se nem todos são escolarizados, isto ocorre porque é preciso que uma parte da população se mantenha inculta. Esta é a cooperação que o sistema requer.” (*Educação* 26, 1978, p. 107).

O mercado de trabalho é, por sua vez, relacionado ao desenvolvimento, de modo que a educação pública se torna um investimento para colher os frutos do desenvolvimento econômico, como afirma Glaucia Souto - “A compreensão de que a Educação é o maior de todos os investimentos, pelo seu poder de multiplicar recursos humanos, estimula a ação pública” (*Educação* 3, 1971, p. 94) – e José Vitor de Resende Lara – “Quanto mais capacitado estiver o povo para corresponder às novas expectativas e exigências de uma sociedade em mudança, tanto mais rápido se processará o desenvolvimento do país. É por este motivo que acreditamos ser a educação um problema de segurança nacional” (*Educação* 9, 1973, p. 74).

Há uma constante necessidade, na revista, de demonstrar a *utilidade* dos conteúdos ensinados e sua metodologia – afinal, caso contrário, a lógica do capital humano os excluiria do currículo. O ensino de artes (inovação da reforma de 1971, e por isso tema frequente na revista) é muitas vezes abordado em função de sua utilidade econômica. Temas como o estímulo ao senso crítico e a sensibilidade, comuns na formação ao menos dos currículos de artes hoje em dia, são pouco citados, enaltecendo conceitos como habilidades e criatividade como algo valorizado pelo mercado de trabalho e importante ao desenvolvimento da nação.

Em alguns momentos o termo *capital humano* chega a estar presente, como no artigo de Antonio Carlos da Cunha de título “Maratona escolar- incentivo ao hábito de ler e escrever”, em que consta “Evidentemente, tais iniciativas significam investimento econômico nas áreas de educação e cultura, o que já deixou de ser considerado um mero gasto em consumo, devido à eficiência do retorno, em capital humano, que se obtém” (*Educação* 23, 1977, p. 3, grifo meu). Neusa Norma da Silveira em “Mão-de-obra: recurso humano no desenvolvimento econômico-



social” afirma que “uma programação educacional deve estar baseada num estudo dos recursos humanos e num plano de desenvolvimento e deve orientar-se pelo conceito de valorização desses recursos e de sua melhor utilização” (*Educação* 12, 1973, p. 29).

Essa concepção de educação não exclui a possibilidade de uma educação privada, pelo contrário, em termos econômicos é uma alternativa interessante. Isso também se faz presente na revista *Educação*, como na seção *Fatos da Educação* da edição 28 (1978, p. 114) que defende a educação privada porque “alivia do Estado mais ônus com a educação”.

De fato, o ponto de vista exposto na revista *Educação*, até por ser composta por artigos assinados, não é homogêneo. Abgar Renault, na edição 21 (1976, p. 63), por exemplo, contesta o direcionamento da educação somente para o mercado de trabalho, ao afirmar que “se existe, de um lado, a necessidade de uma ‘formação’, que visa o mercado de trabalho, existe também a necessidade de não sufocar a personalidade dos jovens, de torná-los aptos a adaptarem-se e de completar sua preparação e sua ‘formação’”.

Todavia, a tendência majoritária na década de 1970 é os pressupostos da Teoria do Capital Humano ganharem mais presença. A argumentação em torno da importância da educação ganha cada vez mais um aspecto econômico, como no texto de Arnaldo Niskier da edição 19 (1976), quando contrapõe uma visão supostamente pouco racional da educação com a do setor como um investimento, não meramente social, mas economicamente rentável.

Até há pouco, a educação, misto de arte, ciência e técnica, era tratada como consumo. Agora, ninguém mais tem dúvida de que ela deve ser considerada como atividade de investimento [...] Pesquisas realizadas comprovam que a rentabilidade social dos investimentos em educação é da ordem de 28%, exatamente o dobro daquela obtida para o capital físico (máquinas, equipamentos e construções). Assim, para o País, é um ótimo negócio investir em educação pois se apresenta em cores fortes uma excelente ‘taxa de retorno’ (*Educação* 19, 1976, pp. 25-26)

À medida que a revista adentra na década de 1980, o discurso do investimento vai perdendo um pouco de força. Primeiramente, pois a crise econômica aguda do início dessa década afundou definitivamente o *milagre econômico* e reduziu os investimentos financeiros no setor de ensino (SKIDMORE, 1988) – as diversas greves de docentes nesse período não se devem somente à gradual abertura política, mas à precária situação econômica a que foram submetidos os trabalhadores. Assim, soaria contraditório, uma revista oficial defender a importância de investimentos que escasseavam. Além disso, as políticas da ditadura para a educação não geraram os efeitos desejados nem mesmo pelo próprio regime. Consequentemente, o entusiasmado discurso da Teoria do Capital Humano perde um pouco de força. Porém, seus pressupostos não



são substituídos por uma nova teoria ainda, e permanecem, como princípios válidos. A educação como algo que, ao menos no campo ideal, deve ser valorizado pelo Estado se enraizou. Ao mesmo tempo, essa ideia também não foi transmutada para ressaltar o potencial político cidadão da educação, permanecendo a finalidade essencialmente econômica da instrução formal postulada pela Teoria do Capital Humano. Assim, com a queda dos investimentos decorrentes do fim do *milagre econômico* a teoria do capital humano passa a ser observável menos como uma propaganda direta dos investimentos, como ocorria anteriormente, e mais nos princípios ideológicos. Durante o período da ditadura civil-militar cristaliza-se a ideia da educação como um capital promotor de desenvolvimento econômico e devendo ser orientada e otimizada em direção a essa funcionalidade, notadamente a preparação de mão-de-obra.

O povo atrasado a ser desenvolvido

Já foi notado que o tema do desenvolvimento econômico é extremamente caro à ditadura civil-militar e conseqüentemente, à revista *Educação*. No entanto, até por ser uma ditadura, não se trata de um desenvolvimento promovido pelo próprio povo, mas o povo em si é que deve ser desenvolvido – a própria ideia do povo atrasado é utilizada para justificar a ditadura, que frequentemente se coloca como um estágio supostamente transitório até que o povo esteja preparado para viver em uma democracia plena.

Segundo Lia Zanotta Machado, até a década de 1960 o discurso oficial em torno da educação é desta como uma benesse concedida por um Estado paternalista – e que como tal não necessariamente abrangia a todos e, como bem público, era tomado como algo mais supérfluo, um favor. Na década de 1960, esse discurso começa gradualmente a se alterar, tratando a educação como um direito dos cidadãos e um dever do Estado. “Passa-se de uma população necessitada para uma população com direitos e de um Estado outorgador para um Estado com deveres, isto é, um Estado que deve a escola à população” (MACHADO, 1983, p. 144).

A partir do golpe de 1964, os discursos sofrem um retrocesso nesse sentido. A sociedade passa a ser denotada como algo pronto, e não algo a se desenvolver. O que deve ser desenvolvido é o povo. Assim, a educação passa a ser vista como o meio que adéqua o povo ao desenvolvimento. A população em si volta a ter um papel passivo, não é ela que promove o desenvolvimento, cabe a ela somente adaptar-se a este.

Não se trata mais de construir uma nova sociedade [...] Deixa-se de colocar a questão do tipo e dos objetivos de desenvolvimento. Este é algo já delineado que cumpre apenas consolidar, e para isto há alguns requerimentos, tais como a formação de ‘recursos humanos’ (MACHADO, 1983, p. 147).



Essa visão transparece com bastante clareza na revista *Educação*. A própria missão da revista parece ser contribuir nesse processo de *levar o povo ao desenvolvimento*.

Um dos momentos em que essa concepção aparece de forma mais explícita na revista *Educação* é em um dos raros textos escritos por ministros, no caso o ministro da educação Jarbas Passarinho, quando na edição 7 (1973, p. 4) da revista, afirma que

há momentos na vida de um povo em que o desenvolvimento se adianta ao nível existente do estágio educacional. Neste caso, é preciso investir rapidamente na educação, com o fim precípua de atualizá-la, de reformá-la, para que ela não fique a reboque (ex post factum) do desenvolvimento

Em outra edição da revista, Nelly Novaes Coelho descreve a realidade brasileira como “uma nação nova em plena expansão econômica, e um povo que, levado em direção da Cultura, precisa ‘queimar etapas’” (*Educação* 14, 1975, p. 19).

Portanto, fica bastante clara a noção de que o país (e suas lideranças ditatoriais) estava à frente de seu povo, e que a educação teria papel fundamental em tirar esse atraso.

Outro texto, sobre escolas rurais, evidencia esse discurso autoritário e paternalista: “A educação contribui para ajudar aos agricultores a identificar as causas de seu atraso, capacitando-os, ao mesmo tempo, a solucionar os respectivos problemas envolvidos” (*Educação* 3, 1971, p. 45). Os conhecimentos e tradições dos próprios agricultores são completamente ignorados – a educação serve para que percebam um atraso já diagnosticado por outros, superiores, e implementem soluções as quais também já estão previamente estabelecidas.

Através da educação, é a cultura do povo (e porque não o próprio povo) que mudariam para modelos mais adequados às concepções de mundo da ditadura, como mostra o texto de Vamireh Chacon, quando defende que “Claro que os valores culturais da sociedade terão de ver-se modificados para aceitar as mudanças de fato democratizantes, populares apesar de desprovidas de populismo” (*Educação* 20, 1976, p. 104). Ou seja, as mudanças trazidas pela ditadura estariam à frente do seu povo. A educação viria para mudar os valores culturais da sociedade de modo a esta estar apta ao desenvolvimento.

O ponto de vista recorrente na revista era de que o mundo estaria em uma fase de transformações muito rápida. O Estado estaria conseguindo acompanhar esse ritmo, mas o povo não, e para tal precisaria da educação. Por isso a retórica de *queimar etapas*, ou o discurso – de tom evolucionista – de “passar de mitos fantasiosos ao homo *oeconomicus*” (*Educação* 16, 1975, p. 3).

Concluo através desses trechos que, na revista, o desenvolvimento está profundamente atrelado a uma visão de progresso. Há, na ótica defendida na revista *Educação* uma linha



progressiva pela qual as diferentes nações devem passar. O Brasil estaria relativamente atrasado, mas, com o impulso dado pelo novo regime, estaria rapidamente trilhando esse caminho e alcançando as nações desenvolvidas, notadamente os EUA. Não se trata, contudo, de um caminho que o próprio Brasil construiria, mas uma rota já pré-definida.

A categoria docente a ser instruída

O discurso do atraso que precisava ser tirado sob a liderança de uma cúpula de Estado que já se adiantara ao progresso com o novo regime após 1964, transparece também para a visão construída acerca da categoria docente.

A categoria profissional dos docentes do 1º e 2º grau representava no imaginário da ditadura uma figura ambígua. Por um lado, eram os responsáveis por executar os planos grandiosos para a educação. Seja em termos de capacitação técnica, de inculcar um espírito patriótico ou de legitimar o regime, o Estado não seria capaz de executar diretamente essa missão. Para isso, precisava utilizar intermediários, no caso os professores. Por outro lado os professores representavam também um perigo em potencial. Dentro das salas de aula, tinham um acesso aos jovens brasileiros que o Estado tinha dificuldade de conseguir por outros meios. A massificação da escolarização também aumentava a influência desses profissionais. Formados dentro das universidades, um dos espaços de mais proeminente oposição ao regime ainda que também houvesse lá colaboração e consentimento (MOTTA, 2014) e uma das grandes preocupações da ditadura no que diz respeito a controlar e reprimir dissidentes, professores representavam também uma ameaça potencial. Se não fossem devidamente (na ótica do regime) instruídos e controlados, poderiam utilizar o espaço que o Estado lhes conferia (a sala de aula) para transmitir ideias contrárias aos interesses do governo.

A ditadura nutria assim sentimentos dúbios com relação aos professores. Tinha interesse neles e em sua formação, pois eram imprescindíveis ao seu projeto de educação e de nação. Ao mesmo tempo suspeitavam dessas pessoas. A saída seria instruí-los, controlá-los e, se preciso, reprimi-los como faces diferentes de um mesmo processo.

Nesses termos, a revista *Educação* poderia contribuir, na ótica da ditadura, para essa instrução técnica do professorado. Valho-me aqui de uma conceituação de poder extraída de Michel Foucault (1998) que leva em consideração a *positividade do poder*, ou seja, a ideia de que o poder não é meramente um artefato de repressão das ações dos indivíduos, mas que simultaneamente, produz ações e sujeitos.



Tomando a revista *Educação* como um mecanismo de sujeição, considero que ela pretendia moldar, produzir um professorado que atendesse aos objetivos da ditadura – isso não significa que esse projeto tenha sido sempre bem sucedido; como já afirmado antes, trabalho aqui com os projetos políticos da ditadura, não os considerando como sinônimo dos resultados práticos.

A demonstração mais clara disso está nos diversos artigos dedicados à implementação da lei 5692/71 – a chamada reforma do ensino de 1º e 2º graus, não por coincidência realizada no mesmo ano de início da publicação da revista *Educação*, que tem como um de seus objetivos fundamentais instruir a categoria docente sobre a nova lei -, como no texto de Maria Terezinha Saraiva, “A implantação da nova lei” (*Educação* 4, 1972). Os professores não são tratados como participantes dessas mudanças, mas meramente como seus executantes (e que precisam ser treinados para tal).

Na edição 29 (1979, p. 28) há uma propaganda da revista “Educação física e desportos” que sintetiza a mensagem válida também para a revista *Educação*: “Conheça na teoria o que você precisa fazer na prática”. Ainda que não haja um caráter repressor das atividades já praticadas pelos professores, o uso do verbo “precisar” demonstra que há uma ordem para que a atividade docente seja reformada.

Nesse propósito de reformar também o corpo docente a revista *Educação* se coloca como uma veículo instrutivo, ensinando sobre a implementação da lei, novidades do campo da psicologia da educação e sobre o uso de tecnologias. Em geral, a forma como essa instrução é transmitida procura não humilhar ou reprimir o saber que os professores já tinham, mas não parte desses e sim de um modelo completamente novo. No novo regime também teria que emergir um novo professor. O modelo anterior, arcaico, deveria ser substituído por um novo, científico. “A ação didática tornar-se-á científica, evitando a improvisação, na medida em que se apoiar no conhecimento do processo de aprendizagem (*Educação* 20, 1976, p. 63)”. Para tal, o professorado teria que ser instruído, como já demonstra o título de artigo recheado de análises quantitativas de Lúcia Regina Moreira de S. da Fonseca e Zorilda Andrade Vaz da Silva: “Treinamento de professores alfabetizadores” (*Educação* 25, 1977) (grifo meu).

A finalidade técnica da educação e sua cientificidade

Ainda dentro da lógica da Teoria do Capital Humano, a educação deveria ser fundamentada em aspectos técnicos e científicos. Assim, não somente a finalidade da educação se torna fundamentalmente a formação técnica, como a educação torna-se ela própria uma técnica



cientificamente embasada. Nesse paradigma, professores se tornam meros executores – cuja execução deve ser instruída, por exemplo, pela revista *Educação*. Dois títulos de artigos exemplificam perfeitamente o raciocínio: “O homem, a técnica e a lei 5692/71”, de Maria do Socorro Jorão Emerenciano na edição 8 (1973), e “Engenharia da instrução”, de Cosete Ramos, na edição 25 (1977)

A própria formatação da revista revela essa face. Apesar de se aproximar dos periódicos comerciais pela capa e presença de fotografias, a maioria dos artigos tem citações e referências bibliográficas ao final, o que lembraria mais a artigos científicos, mesmo não se tratando do caso. Há uma necessidade de demonstrar a cientificidade e, portanto o grau de verdade, daquilo que é afirmado. A pedagogia precisava, aos olhos dos editores da revista, portar-se como uma ciência (e mais próxima das ciências “puras” e quantitativas), como demonstra o artigo “Contribuições da pesquisa pedagógica à didática” (*Educação* 11, 1974), de Flávia Maria Sant’Anna.

Podemos verificar isso nesse trecho do artigo de Edíria Coelho Garcia:

Só muito recentemente começaram a ser admitidos métodos racionais na administração escolar, tendo seus dirigentes poderes delimitados por padrões lógicos, definidos por funções conhecidas e visando a metas identificadas. (*Educação* 18, 1975, p. 17)

A educação *científica* seria racional, lógica, eficiente, em contraste com a tradicional, intuitiva e baseada nos costumes. Para Guillard Alves, “A política educacional procura aplicar os postulados científicos no sentido de alcançar os fins educativos” (*Educação* 24, 1977, p. 109).

Essa importância dada à fundamentação científica se relaciona com as relações entre poder, ciência e verdade discutidas por Michel Foucault (1998). Para ele, o desenvolvimento da ciência não tem a ver com a descoberta ou elucidação da verdade, mas com a produção de regimes de verdade; verdade que por sua vez é produzida pelo poder ao mesmo tempo em que tem efeito de poder, ou seja, serve para reafirmar o poder. Dentro dessa lógica, a suposta fundamentação científica dessa pedagogia específica procuraria, afirmando-se como verdade, desqualificar outras formas de pensar a educação, relegando-as ao campo da não-ciência.

Dessa forma, o arcabouço técnico da educação permitiria vencer a disputa de propostas pedagógicas – que como visto se fazia presente no início da década de 1960 - através da eliminação do conflito entre elas, pois havendo a verdade cientificamente estabelecida, não haveria mais *outras* propostas, alternativas, somente a proposta construída como verdadeira pela ciência e as falsas. A técnica e a ciência seriam assim responsáveis por gerar a “Democracia sem



conflitos” à qual se referia Maria Ximena Alvarez (2006). Isso também aponta na direção que Herbert Marcuse (2015) descrevia, em *O Homem Unidimensional*, quando afirma que:

O progresso técnico, estendido a um sistema total de dominação e coordenação, cria formas de vida (e de poder) que parecem reconciliar as forças que se opõem ao sistema e derrotar ou refutar todo protesto feito em nome das perspectivas históricas de libertação do trabalho árduo e da dominação. [...] integração dos opostos, que é tanto o resultado quanto o pré-requisito dessa realização (MARCUSE, 2015, p. 33).

Por isso, o uso amplo de técnicas matemáticas, estatísticas e de gestão em uma tentativa de aproximar a educação das ciências *duras*, quantitativas. Educar já não implicaria mais em escolhas (que estariam sujeitas ao viés político), mas somente em gerir. É o que leva Lady Lina Traldi a defender, em linguagem da gestão industrial, “planejamento e organização dos recursos necessários como ‘entradas’ (inputs), a fim de atender e desenvolver plenamente no planejamento curricular, as necessidades levantadas” (*Educação* 23, 1977, p. 23).

A técnica, antes vista como um meio transforma-se nesse processo em um fim por si mesmo. “Os direitos e liberdades que eram os fatores vitais nas origens e nos estágios iniciais da sociedade industrial se renderam ao estágio superior dessa mesma sociedade; [...] A realização cancela as premissas” (MARCUSE, 2015, p. 41). A sociedade industrial (ou até pós-industrial) desenvolvida geraria, através de um progresso técnico, uma via única de compreender a vida, eliminando qualquer possibilidade de oposição e alternativas (por isso Marcuse a denomina *unidimensional*). As oposições de classe – mas de fato os conflitos de modo geral – estariam assim ofuscados e os divergentes unidos em prol de um suposto progresso.

Para Marcuse essa eliminação de conflitos está atrelada ao discurso do operacional, do prático, do funcional. Eliminam-se assim os conceitos abstratos (que para ele estavam presentes inclusive em pensadores conservadores de antes, como Burke e Tocqueville). O resultado é um hiper-pragmatismo em que deixa de haver um conceito ideal, restando somente o real, que se torna aparentemente o único possível.

Neste universo comportamental, palavras e conceitos tendem a coincidir, ou melhor, o conceito tende a ser absorvido pela palavra. O primeiro não tem outro conteúdo do que aquele designado pela palavra no uso publicizado e padronizado, e espera-se que a palavra não tenha nenhuma outra resposta além do comportamento (reação) publicizado e padronizado (MARCUSE, 2015, p. 109).

Ao definirem-se conceitos sem abstração, mas somente a partir do real existente, elimina-se a possibilidade de questionar uma diferença entre o real existente e o conceito ideal (pois o real inevitavelmente se aproximará do conceito, uma vez que este foi estabelecido como espelho do



próprio real). “Proclamando a realidade social existente como sua própria norma, essa sociologia fortalece nos indivíduos a ‘fé infiel’ na realidade de que são vítimas” (MARCUSE, 2015, p. 134).

A realidade é assim, a única possibilidade considerada viável, diante do descarte de todas as demais como sendo *fora da realidade* (o que é evidente, afinal para transformar a realidade é preciso pensar em uma alternativa diferente do existente).

Muitos dos conceitos mais seriamente perturbadores estão sendo ‘eliminados’, ao se mostrar que não se pode dar nenhuma explicação adequada deles em termos operacionais ou comportamentais. O ataque radical empirista [...] fornece então, a justificativa metodológica para o desmerecimento do espírito (*mind*) realizado pelos intelectuais – um positivismo que, em sua negação dos elementos transcendentais da Razão, forma a contraparte acadêmica do comportamento requerido socialmente (MARCUSE, 2015, p. 51).

A educação não poderia ter assim nenhum papel de transformação social, mas somente de ajuste e adaptação, afinal “Os problemas são resolvidos, não por meio de novas informações, mas rearranjando o que nós já sabemos” (MARCUSE, 2015, p. 179). Não há espaço, na racionalidade técnica, segundo Marcuse, para uma verdadeira imaginação social. Por isso, há um incentivo na revista *Educação* para um ensino *científico* e o próprio saber pedagógico como ciência.

Outra questão muito presente na revista é a instrução a respeito do uso de novas tecnologias. Definindo-se como uma educação a serviço do progresso técnico, a tecnologia deveria ser utilizada em sala de aula, como demonstram, por exemplo, dois artigos da edição 4 (1972), de títulos “O papel do planetário na educação” e “O desafio da teleducação”. De modo geral, o que se verifica a respeito dessa temática é a tentativa de inserir na escola os recentes desenvolvimentos dos meios de comunicação (notadamente a TV) que se massificaram no Brasil justamente nessa época. É notável que esses mesmos meios também tenham sido bastante utilizados pelos movimentos de resistência à ditadura (com destaque para os artistas). Ainda que não sejam explicitamente citados dessa forma, é possível inferir um esforço por parte da revista *Educação* de desviar esses meios para fins que considera mais adequados. Por isso, artigos como “Educação e meios de comunicação”, de Wilme Jamile Jorge (*Educação* 9, 1973) ou “TV educativa: questão de gramática”, de Climério Ferreira, que afirma que “Um fato, porém, é indiscutível: a educação não poderia marginalizar-se do progresso tecnológico, a ponto de desconhecer as conquistas humanas no campo” (*Educação* 13, 1974, p. 5). O uso da tecnologia é, nessa perspectiva, um sinal do desenvolvimento e ao mesmo tempo um meio de alcançá-lo, “com toda a sua linha de trabalho voltada para a perspectiva de *educação para o desenvolvimento...*” (*Educação* 12, 1974, p. 35).



Essa interpretação fornece uma via de análise que permite compreender a ideologia do progresso técnico como uma forma talvez mais sutil (e possivelmente mais eficiente) e complementar da ditadura atingir seus objetivos do que as formas tradicionais (prisões, torturas, perseguições, etc.) de repressão direta, que evidentemente não cessaram de existir.

Portanto, a concepção de educação defendida pela revista seria supostamente melhor que outras concepções pelo critério da modernidade em relação ao atraso. A visão de um progresso linear levaria a conclusão de que essa concepção de educação seria a única possível – formando assim um pensamento unidimensional.

A revista *Educação* e a vertente patriótico-conservadora

Conforme já analisado a vertente tecnicista da educação prepondera na revista. Ainda assim a vertente patriótico-conservadora de educação também se faz presente, mesmo que marginalmente, como em artigo sobre o ensino de Educação Física, que afirma que esta deve ser “a moral em ação” (*Educação* 1, 1971, p. 54). Em especial, essa vertente aparece em artigos sobre a Educação Moral e Cívica, o principal símbolo dessa concepção – e que recebeu uma edição especial da revista dedicada ao tema (número 27, abril-setembro de 1978) - como um assinado por Luiz Antonio Alves, de título “CNMC [comissão nacional de moral e civismo]: Em defesa do humanismo”, em que se mostra mais reticente em relação à visão de progresso da vertente tecnicista: “Se a Comissão tem o cuidado de visualizar os perigos do progresso, não deixa de aceitá-lo, dentro de certas condições” (*Educação* 10, 1973, p. 108). Outro exemplo está em entrevista com Humberto Grande (professor da UFPR) voltado a Educação Moral e Cívica.

Analisamos cuidadosamente essas filosofias, e principalmente as de orientação materialista, marxista e existencialista, concluindo que as soluções do problema ético por elas apresentadas não satisfazem e fracassaram nos seus objetivos de negar a espiritualidade. Nesta época de subversão dos valores, é preciso reafirmar o princípio da moral e o sentido da transcendência através da ideia de um Bem absoluto. Por isso, relacionamos numa unidade indissociável o ensino religioso, moral e cívico. A cultura verdadeira é constituída de valores eternos e absolutos, razão pela qual não subordinamos a Educação Moral e Cívica a filosofias éticas da moda. A nossa moral é cristã e respeita a dignidade humana. A fundamentação filosófica da disciplina estudada baseia-se nos valores espirituais e morais da cultura ocidental. (*Educação* 2, 1971, p. 67)

Outro caso está na edição 5 (1972), em artigo de Carlos Juliano Pastorino em defesa do ensino de Latim nas escolas, no qual critica o aspecto utilitarista da educação do momento. Tal proposta provavelmente seria prontamente rechaçada pela educação tecnicista e não faz muito sentido dentro da concepção da *Teoria do Capital Humano*. Ainda assim se faz presente na revista. Da mesma forma, a noção de Estudos Sociais defendida por Maria Onolita Peixoto (1973) na



edição 7 também não se enquadra na concepção majoritária da revista: “Estudos Sociais constituem uma área de ensino essencialmente nacionalista. Sob ela repousa a responsabilidade precípua de formar o cidadão que a sociedade espera em quem a nação possa confiar” (PEIXOTO, 1973, p.99).

Um caso bastante interessante para compreender-se o raciocínio da concepção patriótico-conservadora está na edição 4, de 1972, em longa descrição de um processo movido por pais de alunos Testemunhas de Jeová de São Paulo solicitando dispensa de aulas ou eventos da escola em que houvesse culto à bandeira ou outros símbolos nacionais, por motivos religiosos.

Para além do conflito (que conclui que as crianças não deveriam ser punidas pela recusa de cultuar a bandeira – pois o respeito aos seus pais seria um valor positivo -, mas os pais deveriam ser obrigados a assinar um termo concordando com os cultos cívicos), é possível observar a presença de três postulados da vertente patriótico-conservadora: o respeito e culto aos símbolos da pátria; a importância dada à religiosidade (não explicitamente cristã, mas de fato sendo) como parte integrante do cidadão esperado; e também o destaque dado ao respeito à autoridade paterna.

A importância da religiosidade (geralmente se referindo a uma religiosidade cristã, quando não especificamente católica) também aparece em alguns momentos, como no artigo “Religiosidade nos jovens goianos” de Victoriano Baquero Miguel (1977). Este afirma que

sem maiores dificuldades aceitamos a proposição sociológica de que ‘o homem é um ser social’. Com o mesmo direito devemos aceitar a proposição psicológica de que ‘o homem é um ser religioso’ [...] Os jovens religiosamente insatisfeitos tornam-se ateus e indiferentes, porém manifestam sintomas de inadaptação psicológica e têm mais problemas do que os jovens religiosamente bem adaptados (*Educação* 29, 1977, p. 87).

Ao final, conclui com “a necessidade de uma maior e melhor educação e formação religiosa dos nossos jovens para que continuem a ser normais e semelhantes aos jovens de outros países, sinal de normalidade psicológica” (*Educação* 29, 1977, p. 92). A religiosidade é, portanto, naturalizada e associada à sanidade mental.

As menções a religião, são, contudo, pouco frequentes de modo geral, com exceção dos raros artigos assinados por políticos ligados ao regime.

Na edição 27 (1978), o artigo “Objetivos da OSPB”, de Adolpho de Paula Couto, exprime com muita precisão a forma como, nos momentos em que aparece, é pensada a vertente patriótico-conservadora na revista *Educação*.



Essas considerações são de suma importância quando se atenta para o processo revolucionário de inspiração comunista, denominado de ‘guerra revolucionária’ ou ‘guerra política’, entre cujas técnicas, empregadas na destruição das sociedades ocidentais, estão aquelas que se empenham na desmoralização das respectivas instituições sociais e políticas, bem como da autoridade em geral. Tais técnicas são largamente empregadas no meio da juventude, com apoio dos meios de comunicação, alguns deles consciente ou inconscientemente empenhados em verdadeira emulação no sentido da degradação dos valores morais.

Ora, se a censura, apesar dos protestos que contra ela frequentemente se ouvem, partidos de alguns círculos, não consegue sustar os efeitos da guerra política no sentido de desmoralizar as instituições do mundo livre, maior relevo ainda assume a Educação, no sentido de procurar imunizar as novas gerações contra o hábil e solerte trabalho de conquista das mentes, que ela empreende através das técnicas de desmoralização e de impregnação psicológica [...] a OSPB, como a EMC, exige, para não ser contraproducente, uma rigorosa seleção dos professores, a qual deve abranger o campo ideológico [...] é maiúscula a sua importância na segurança interna, permitindo habilitar os jovens para enfrentar as técnicas subversivas que visam a conquistar-lhes as mentes [...] a sua eventual falência, por isso mesmo, terá efeitos altamente negativos na implantação da segurança interna, aumentando a eventual necessidade de medidas repressivas. (*Educação* 27, 1978, pp. 16-17)

Aqui está um dos poucos momentos em que a revista *Educação* adota um tom mais alarmista em relação à *subversão*. Porém, diante das limitações dos métodos repressivos (no caso a censura), o sistema de ensino surge como um mecanismo mais propositivo.

No entanto, ainda que os artigos de forte teor patriótico-conservador chamem bastante atenção, não são estes que ditam o teor da revista – e mesmo quando aparecem é com um viés mais propositivo (dentro da concepção de *positividade do poder*) do que repressivo. A abordagem tecnicista está presente não só em maior quantidade de artigos, mas transpassa a visão em artigos não relacionados diretamente a um desses temas. A própria existência de uma edição (n. 27) da revista voltada especificamente para o tema da EMC demonstra que, se por um lado a vertente patriótico-conservadora se fazia presente também no grupo editorial da revista, por outro demonstra certo isolamento, afinal, se fosse preponderante não haveria necessidade de uma edição voltada exclusivamente ao tema – e de fato o tema é pouco comum nas demais edições.

Nos casos aqui analisados a revista *Educação* fala mais pelos seus silêncios do que pelo discurso direto. A ditadura civil-militar não poderia se limitar a repressão da oposição, ainda que essa prática fosse recorrente. Era também preciso produzir o consentimento e a concordância (ROLLEMBERG e QUADRAT, 2010). É nesse aspecto que se destaca a revista *Educação*. O tema da repressão é praticamente ausente. Não há relatos de prisões ou ameaças de qualquer tipo de punição àqueles que não seguissem a doutrina do regime – o que na prática ocorria. Parece haver uma preocupação da revista em não adentrar nesses temas. Mesmo críticas a quem



discordasse das políticas educacionais eram raras; a postura era de, ao não mencioná-las, negar sua existência. Nesse caso, a revista transmite mais pelos seus silêncios do que pelo conteúdo em si, destacando-se as posturas que os educadores deveriam adotar, e deixando o tom repressivo para os porões dos aparelhos de segurança. Não há, nem mesmo nos artigos de teor mais conservador, um tom repressivo nem mesmo orientações para os professores em relação a comportamentos, práticas e conteúdos que deveriam ser combatidos ou evitados. A revista não proíbe nem rejeita o que não deve ser feito, mas explica o que deve ser feito. Portanto, a revista *Educação* tinha como objetivo mais orientar do que reprimir. Essa conclusão dialoga com a concepção de poder *positivo* (em que positividade não está associada a algo bom, mas com produção), desenvolvida por Michel Foucault.

No caso da ditadura, entendo a construção de representações da prática pedagógica como parte dessa *positividade do poder*. O regime detinha o uso da força, e fazia uso desta. Porém, sabendo ser este recurso um inibidor do consentimento social quando utilizado de forma generalizada, a ditadura complementava o uso da força bruta (e a ameaça de usá-la) com a inculcação de seus ideais. Impondo-se certas concepções à população, o meio da força bruta seria ao mesmo tempo legitimado e em certa medida evitado. A revista *Educação* poderia cumprir esse papel. Divulgando as ideias e realizações do MEC para a categoria docente, facilitaria o trabalho de torná-la dócil, obediente e produtiva em relação aos objetivos da ditadura, podendo deixar o uso da força bruta somente para casos específicos e evitando o desgaste do regime.

Considerações finais

A análise da revista *Educação* permite apontar algumas conclusões acerca das concepções de educação da ditadura civil-militar e seus meios de difusão.

Como já seria de se esperar, a revista tem como principal finalidade a divulgação das ideias e ações educacionais do Estado, destacando-se nesse aspecto as reformas do ensino, em especial a de 1º e 2º graus, de 1971, provável motivação para o início da publicação da revista.

No entanto, por promoverem modificações profundas na organização escolar, as reformas não precisavam somente ser divulgadas, mas o público, principalmente profissionais da educação, instruído sobre a implementação delas. Dessa forma, a revista *Educação* não pretendia somente versar sobre educação, mas ser ela também educativa. Todavia, seguindo o modelo autoritário do regime, essa educação não era dialógica, mas, tal como as reformas, efetuada de cima para baixo, ou seja, o professorado era visto como uma categoria a ser instruída e treinada.



Seus próprios saberes foram ignorados e considerados ultrapassados, cabendo a eles capacitar-se (tal como deveriam capacitar seus alunos), sobre as inovações trazidas pelo regime.

De forma análoga, a visão sobre a sociedade e a população brasileiras era semelhante: passiva e devendo absorver a modernização trazida pelo regime pós-1964. Foi possível observar, através da análise da revista, que a visão que a ditadura trazia para a sociedade era de um desenvolvimento acelerado. O Estado e suas elites dirigentes, entretanto, estariam mais adiantados nesse processo se comparado ao povo. Assim, caberia ao Estado liderar o desenvolvimento e puxar o povo atrás de si.

Também foi possível observar que diversas concepções de educação escolar circulavam simultaneamente pela sociedade. Duas delas tinham mais força dentro da ditadura civil-militar (ainda que outras por vezes pudessem ganhar espaço nas negociações por consentimento por parte do regime): a educação patriótico-conservadora e a tecnicista.

Ainda que ambas se fizessem presente havia uma clara preponderância da vertente tecnicista. Esta se caracteriza como voltada para a transmissão de competências práticas e intimamente ligadas ao mercado de trabalho. Uma característica importante dessa vertente é sua incorporação da Teoria do Capital Humano. Segundo essa visão, a educação é um investimento do Estado e de entidades particulares (inclusive as próprias pessoas) voltado, por sua vez, para gerar mais capital. O investimento estatal em educação é, sob essa ótica, não uma conquista cidadã apesar do capitalismo, mas capturada pelo próprio sistema na perspectiva neoliberal que começa a se formar nessa época. Tomado como capital, o incremento nos alunos não tem qualquer finalidade cidadã, mas é voltado para a reprodução de capital.

É por isso que a vertente tecnicista da educação vai propor uma massificação da escolarização como ocorreu na ditadura civil-militar brasileira, mas com vínculos estreitos com o mercado de trabalho. O grande objetivo da educação seria obter uma mão-de-obra mais qualificada que alavancasse o desenvolvimento – dialogando com a noção do povo atrasado que precisa que o Estado (mais adiantado) o desenvolva.

As menções à vertente mais conservadora da educação não são poucas, mas não configuram a tônica principal da revista. Por vezes podem chamar mais a atenção do leitor da atualidade, mas isso se deve justamente ao fato da educação tecnicista ter se consolidado como a principal forma de pensar a educação ainda hoje em dia – assim, a educação patriótico-conservadora soa mais peculiar, enquanto a educação tecnicista pode passar despercebida justamente por ser *normal*, naturalizada.



Essa naturalização da educação tecnicista talvez se mostre o aspecto mais interessante dessa análise. Dentro dos estudos sobre a ditadura civil-militar é comum encontrar, na documentação produzida pelo próprio regime, a preocupação com a segurança nacional e o combate (repressão) à chamada subversão. Também na educação escolar foi possível demonstrar a existência desse aparato repressivo, por exemplo, na *Operação Pequeno Príncipe* (ABREU, 2015). Na revista *Educação*, contudo, esse aspecto é praticamente ausente. Termos como *subversão*, *ameaça comunista*, *comunismo internacional* ou *marxismo*, comuns nos discursos dos aparelhos de segurança, são muito raros, quando não ausentes, ao longo das 41 edições da revista. Como discutido, os silêncios podem ser mais reveladores do que aquilo que a revista repete a exaustão.

A revista não indica alvos a serem combatidos ou posturas proibidas ou evitadas, mas instrui; não reprime, mas sujeita. A partir das revistas e tendo em mente as noções de *positividade de poder* de Michel Foucault e de *unidimensionalidade* de Herbert Marcuse, a revista *Educação* procura formar um saber que seja verdadeiro e que se constitua na norma a ser seguida na prática pedagógica.

A construção dessa norma, porém, não ocorre através de algum tipo de debate ou disputa política com outras correntes educativas – o que não é uma surpresa tratando-se de uma ditadura. Porém, o que é mais interessante no caso aqui discutido é que a educação tecnicista também não é apresentada como a melhor opção em contraposição ao subversivo, o seguro contraposto ao ameaçador. O par de opostos mais de acordo com o teor da revista seria moderno/atrasado. A educação tecnicista é apresentada como o progresso natural do estágio de desenvolvimento daquele momento, como o meio modernizador desejado. A educação inseria-se, portanto, dentro de uma noção de progresso.

Especialmente na primeira metade da década de 1970 o entusiasmo derivado do chamado *milagre econômico*, tornava o discurso (pois na prática o *milagre* também provocou desigualdades e endividamento) do desenvolvimento e do moderno um argumento legitimador muito poderoso e de ampla aceitação social. A proposta de ensino da ditadura na sua vertente tecnicista se apresentaria, dessa forma, como mais moderna, científica e adequada ao desenvolvimento.

Quando, a partir do final da década de 1970, o *milagre econômico* se esvai o ideal de modernização, desenvolvimento e educação tecnicista já se cristalizara, podendo exercer influência para além do contexto que o criou e, mesmo não apresentando os resultados esperados, se mostrava como a única opção possível. Gerou-se assim justamente o processo discutido através da obra de Marcuse. Por ser supostamente moderna e científica, a concepção de



educação da ditadura não se colocava como uma dentre outras alternativas, mas a única possível, naturalizando-se. Se ela fracassava, a solução estaria no seu aprimoramento e nunca na substituição por outro modelo de pensar o ensino escolar.

Produzindo verdades em paralelo à repressão às outras verdades, a ditadura procurou minar a capacidade de pensar em outras possibilidades. Tornando o existente em natural – não uma natureza a-histórica, mas uma necessidade do progresso –, torna-se muito difícil imaginar alternativas. A revista *Educação* participa assim de um processo de *unidimensionalização* (nos termos de Marcuse) das concepções de educação.

Somente com o fim da ditadura civil-militar outras concepções conseguiriam ganhar algum espaço no âmbito das políticas oficiais (SAVIANI, 2013). No entanto, um ensino eminentemente tecnicista e voltado para a aquisição de competências valorizadas no mercado de trabalho ainda prepondera desde então, demonstrando que este viés se faz presente também em regimes formalmente democráticos. Em um momento atual no qual movimentos conservadores acusam a existência de *doutrinações ideológicas* nas escolas brasileiras, como se fosse possível – e mesmo que fosse, desejável – uma educação neutra e imparcial, ao mesmo tempo em que projetos, inclusive governamentais no âmbito de reformas de ensino e currículo, pretendem direcionar a escola cada vez mais em uma trajetória que privilegie o saber dito *técnico* e a formação voltada para o mercado de trabalho reforça-se a importância de compreender a emergência do discurso de uma educação escolar pretensamente neutra, científica e racional entendida por seus proponentes como sinônimo de modernização e desenvolvimento no Brasil. Historicizando – e ao fazê-lo, desnaturalizando – esse processo abre-se a possibilidade de questionar esse modelo e de propor alternativas.

Referências:

Fontes:

Revista Educação, Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 1971-1984, 41 edições.

Bibliografia:

ABREU, José dos Santos de. **Operação Pequeno Príncipe: a ação da polícia política no combate à doutrinação comunista nas pré-escolas Oficina e Oca - Curitiba, 1978.** Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curso de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2015.



- ALVAREZ, Maria Ximena. **O discurso dos militares para uma ‘democracia sem conflitos’: Uruguai em ditadura e sua fundação discursiva (1973-1985)**. 173 f. Dissertação (mestrado em História). UFPR, Curitiba, 2006.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**. n. 11, v.5, 1991.
- CUNHA, Luiz Antonio. O Legado da Ditadura para a Educação Brasileira. **Educação e Sociedade**. v. 35, n. 127, 2014.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 13ª edição, 1998.
- _____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F. **Educação na ditadura civil-militar: políticas ideárias e práticas (Paraná 1964-1985)**. Curitiba: Editora UFPR, 2012.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MACHADO, Lia Zanotta. **Estado, escola e ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MARCUSE, Herbert. **O Homem Unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. São Paulo: EDIPRO, 2015.
- MARTINEZ, Sílvia Alice; PORTO, Cintia Gomes Pimentel. A Imprensa Periódica como fonte para o estudo das representações sociais sobre a professora primária e a profissão docente no contexto do Norte fluminense (RJ) na primeira metade do século XX. **VI Seminário da REDESTRADO**. 2006.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014
- QUEIRÓS, Vanessa. **Instituto de Educação do Paraná: Apropriações e Representações no currículo de 1º grau, a partir da lei 5692/71**. 2014. 205 f. Dissertação (mestrado em Educação). UFPR, Curitiba, 2014.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- REVAH, Daniel; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A Revista Educação como estratégia de implementação das políticas educacionais do regime militar na década de 1970. **Simpósio brasileiro de História da Educação**. 2013.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). **A Construção Social dos Regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- VALÉRIO, Telma Faltz. **A Reforma do 2o grau pela lei 5692/71 no Paraná: Representações do processo**. 2007. 122 f. Dissertação (mestrado em Educação). UFPR, Curitiba, 2007



A apropriação da escola italiana de antropologia criminal na obra de Nina Rodrigues: ativismo por uma nova sensibilidade sobre crime e raça (1894-1906)¹

The appropriation of the Italian school of criminal anthropology in the work of Nina Rodrigues: activism for a new sensibility about crime and race (1894-1906)

Rodrigo Mello Campos

Graduando em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná

rodrigomellocampos@hotmail.com

Recebido em: 30/04/18

Aprovado em: 10/07/18

Resumo: Este artigo analisa a apropriação de conceitos da escola italiana de criminologia na obra de Nina Rodrigues (1862-1906), antropólogo brasileiro bastante conhecido pelos estudos sobre crime e raça no Brasil. Busca-se entender as discussões promovidas pelo antropólogo brasileiro e pela escola italiana a partir dos contextos e processos históricos nos quais a criminologia se desenvolveu na passagem do século XIX para o XX. Enquanto Lombroso, Ferri e Garofalo escrevem nos contextos da Itália recém-unificada, que almejava uma homogeneização nacional para atender os interesses dos industriais nortistas. Rodrigues escreve logo após a abolição da escravidão, quando a igualdade formal entre raças humanas não condizia com o pensamento das elites brasileiras. Neste sentido, analisa-se especialmente o diálogo e as apropriações de Nina Rodrigues da criminologia italiana a partir da aproximação entre os campos da história social das ciências e da história das sensibilidades, procurando compreender os embates científico, político e social sobre criminalidade, raça e direitos sociais e humanos.

Palavras-Chave: Antropologia Criminal, Raças humanas, Crime.

Abstract: This work is an analysis of the appropriation of concepts of the Italian school of criminology in the work of Nina Rodrigues (1862-1906) who is a Brazilian anthropologist well known for his studies about crime and race in Brazil. We look for understandings around the discussions promoted by the Brazilian anthropologist and the Italian school in the contexts and historical processes through which criminology developed in the passage from the nineteenth century to the twentieth. While Lombroso, Ferri, and Garofalo wrote in the contexts of a newly unified Italy, which searched a national homogenization to serve the interests of the northern industrialists, Rodrigues wrote just after the abolition of slavery, moment when formal equality between human races did not match the thoughts of the Brazilian elites. In this sense, we especially analyze Nina Rodrigues dialogue and his appropriations of the Italian criminology

¹ Este trabalho foi desenvolvido em pesquisa de Iniciação Científica na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO) sob orientação do professor Dr. Vanderlei Sebastião de Souza.



through the approaching between the social history of sciences and the history of sensitivities, seeking to understand the scientific, political and social conflicts about criminality, race and rights, both social and human.

Key words: Criminal Anthropology, Human races, Crime.

Sensibilidades nas ciências

Procurou-se analisar neste artigo o modo como Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), antropólogo e criminologista brasileiro polêmico por suas discussões sobre responsabilidade penal e raças humanas no Brasil, dialogou e se apropriou de conceitos e ideias da escola italiana de criminologia, representada por criminologistas como Lombroso, Ferri e Garofalo. Buscou-se entender os estudos promovidos por Nina Rodrigues em torno das discussões sobre raça, crime e a constituição de direitos, procurando compreender a produção de novas sensibilidades intelectuais e sociais sobre direitos e dignidades da pessoa humana construídas entre as décadas de 1890 e primeira década do século XX. Para a realização deste artigo são utilizados como fontes documentais de pesquisa os estudos sobre antropologia, criminologia e a questão racial publicados por Nina Rodrigues, entre eles obras como *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, publicada em 1894; *Os africanos no Brasil*, livro publicado postumamente em 1932, cuja fonte utilizada foi a segunda edição, de 1935; e *O animismo fetichista dos negros baianos*, publicado em 1900, sendo aversão utilizada de 1935.

Do ponto de vista teórico e metodológico, este trabalho procura articular um diálogo entre a história social das ciências e a história das sensibilidades, fundamental para compreender os sentidos sociais, políticos e científicos da produção intelectual de um personagem tão complexo e multifacetado como foi Nina Rodrigues. Utilizou-se a história social das ciências para pensar o lugar social, a militância intelectual e a atuação política de antropólogos e criminologistas envolvidos com as discussões sobre criminalidade, raça e direito. Ao mesmo tempo, a história social das ciências permite compreender a publicação de uma obra científica, um texto ou conjunto de ideias como expressão do contexto intelectual e dos interesses sociais e políticos em jogo.

Neste sentido, compreende-se os estudos de Nina Rodrigues e os usos e apropriações da escola italiana de criminologia como resultado tanto da ação política quanto do diálogo e do encontro com outros autores, textos e contextos. No que diz respeito à sua interlocução com autores ligados às escolas criminológicas europeias, não se pode aceitar a afirmação do historiador brasilianista Thomas Skidmore (2012, p. 31), segundo a qual os brasileiros liam os



escritores estrangeiros “sem nenhum espírito crítico”. Ao invés de falar em “cópia mal-feita”, ou mesmo em influências intelectuais, como se os autores brasileiros fossem leitores passivos das ideias e teorias “vindas de fora”, este artigo busca entender o aspecto criativo das apropriações políticas que as leituras e as adequações de Nina Rodrigues com outros intelectuais e cientistas produziram. Conforme aponta Souza (2017, p. 22), é preciso pensar as apropriações e o uso das ideias de acordo com os projetos, anseios, problemas e preocupações que mobilizavam a sua geração de intelectuais, bem como a agenda política e científica desse período, as ideologias sociais vigentes e a própria realidade nacional.

De outro lado, o diálogo com a história das sensibilidades permite-nos pensar as subjetividades, as sensibilidades sociais e a produção de ideias sobre direitos, identidade e cidadania. Neste caso, a história das sensibilidades é empregada como uma ferramenta importante para compreender a construção e representações de novas sensibilidades, que culminaram com discussões sobre os direitos e a dignidade de populações marginalizadas (ALONSO, 2015; HUNT, 2009).

Sobre a produção dessas “novas sensibilidades”, inspirou-se na reflexão desenvolvida por Lynn Hunt (2009, p. 28-29) a respeito da aversão à tortura desenvolvida no século XVIII, com a proliferação das ideias do iluminismo e romantismo, em que os movimentos construíram a alteridade com relação aos que sofriam com a prática da tortura judicial. Neste trabalho, analisou-se as ideias da criminologia física como aversão à sensibilidade antes difundida pelo movimento abolicionista. Ao invés de sensibilidades humanistas e anti-escravistas, a criminologia baseava-se numa sensibilidade pautada na necessidade de defesa e controle social em detrimento dos direitos individuais das pessoas que conquistaram o *status* de libertos.

Um bando de novas ideias pela teoria da seleção natural

No final do século XIX, conforme a historiografia tem apontado, a medicina e o direito estavam amplamente influenciados por uma corrente internacional de ideias que envolvia as discussões de cunho positivista, com foco no método empírico, busca da razão e da lógica, dando uma grande vantagem à medicina para atuar nas decisões políticas (CORRÊA, 2013; SCHWARCZ, 1993; SKIDMORE, 2012). Como sabemos, esse período foi fortemente marcado pelo imperialismo, pelas teorias raciais e pelo processo de ordenamento urbano e social. Neste contexto, a busca pelo controle social, pelo estabelecimento de normas e pelo melhoramento biológico do ser humano por meio da ciência foram aspectos que legitimaram o desenvolvimento



e a consolidação de teorias e campos científicos, entre eles a antropologia criminal, uma das suas áreas de destaque no processo de ordenamento social.

Uma das teorias em voga no período foi o evolucionismo social do eugenista britânico Francis Galton, cuja crença na hereditariedade como formadora dos comportamentos sociais é veemente. De acordo com Stepan (2005, p. 30), as primeiras pesquisas dele no território da hereditariedade humana são de 1865, logo após a leitura do livro *A origem das espécies*, de Charles Darwin. Ainda, para Stepan (2005), em 1869 essa adaptação apareceu de forma mais substancial em seu livro *Hereditary Genius* (gênio hereditário), considerado um embrião das teorias eugênicas formuladas por Galton. Vale lembrar que a evolução darwiniana - e o próprio darwinismo social do início do século XX - apresentou ideias que constituem o cerne da eugenia, ou seja, a importância da variedade hereditária na reprodução, a sobrevivência do mais apto e a analogia entre reprodução doméstica e seleção natural (GÓES, 2016, p. 86; SCHWARCZ, 1993, p. 71-79).

Darwin escreveu sobre a seleção natural aplicada à raça humana, sua relação com as prisões e a formulação de teorias para o direito criminal, contribuição decisiva para pensar o evolucionismo social. Em que pese Galton possa ser considerado o mais influente darwinista social, mais do que o próprio Darwin, este não deixa de contribuir diretamente. Para Góes (2016, p. 86) Darwin possui a noção de que para atingir o progresso é necessário regular a procriação dos organismos tidos como inferiores e impedir o casamento dos indivíduos que não se encontram no mesmo estágio de desenvolvimento, com fins de evitar a hereditariedade da degeneração, nem que para isso tivesse que se utilizar de medidas neutralizadoras, como o cárcere, sendo esses inferiores os malfeitores, loucos, doentes mentais, violentos, vadios, pobres, prostitutas, etc.

Sobre as correntes eugênicas que se disseminaram a partir do início do século XX, influenciadas pelo darwinismo social (GÓES, 2016, p. 82-87; SCHWARCZ, 1993, p. 62-83), havia a eugenia monogenista, baseada na orientação humanista de que todos os humanos vieram de uma mesma raça, apesar de suas diferenças. Por outro lado, a eugenia poligenista pregava a existência de várias origens para a humanidade, com a possibilidade de raças puras, fato que condenava a miscigenação e defendia a imutabilidade social. A prisão e a segregação aos inferiores e condenados por sua hereditariedade, logicamente, é um argumento defendido com mais afinco pelos eugenistas simpatizantes da tese poligênica, amplamente aceita na antropologia criminal, como veremos no decorrer do texto.

Os usos da Criminologia



É importante ressaltar que ao longo dos anos as escolas de antropologia criminal, posteriormente Criminologia, divergiram entre as teorias que entendem a necessidade de punição pelo fato tido como crime, realizado por pessoas capazes, dotadas de livre-arbítrio para decidir, como para Góes (2016, p. 23) é o caso da escola chamada Classicismo, e de outro lado outras escolas que entendem que certos indivíduos são “criminosos natos” ou propensos à criminalidade, quase sempre ligados a fatores naturais, entre eles a herança racial.

Criminologistas como Lombroso, Ferri, Garofalo e Nina Rodrigues são daquela opinião que entende que há “criminosos natos” e que a política criminal deveria ser voltada ao indivíduo, e não sobre o fato (crime) em si. Eles criticam o livre-arbítrio e capacidade do indivíduo discernir sobre seus atos. O criminologista brasileiro Nina Rodrigues, em sua obra clássica *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, discorre sobre estas questões da seguinte maneira: “o livre arbítrio se afigura como uma incongruência, como um sonho criado pela imaginação para fugir às contingências desta existencia phenomenica” (RODRIGUES, 2011, p. 70).

Para Corrêa (2013, p. 232), no contexto do final do século XIX, um ponto em comum na teoria de vários campos do saber era uma espécie de evolucionismo difuso com defesa da ciência positivista, com fins de chegar à formulação das leis que governavam a natureza e a sociedade, rediscutindo dentro de um quadro determinista das relações naturais e sociais as noções básicas dos juristas (como igualdade e liberdade). Com esse contexto científico, há um fenômeno denominado “patologização do crime” (ORTEGA, 2011, p. 222), que, pelas matrizes teóricas da medicina, faz a relação entre crime e doença para aplicar o método da medicina, para tratar doenças, na política criminal, de modo que os intelectuais da medicina tentam influenciar na legislação.

A resposta da ciência voltada para a questão da ordem social e influenciada pelo darwinismo social e o positivismo foi a escola italiana, destacada pelo trabalho de Cesare Lombroso na antropologia criminal, Enrico Ferri, que para Quinta (2017, p. 107) é crítico parcial de Lombroso por entender que as causas do crime colocam múltiplos fatores condicionados pelo meio ambiente e não pela biologia, sendo considerado o pai da sociologia criminal, e Raffaele Garofalo, que cunhou o termo criminologia. Os três possuem muitos pontos de convergências, mas também divergências, sendo que cada um deles cunhou novos termos e contribuições científicas, de modo que se chama esse grupo de escola porque “estas teorias compartilham da necessidade de produzir um modelo de ciência penal integrado” (BARATTA *apud* COELHO; MENDONÇA, 2009, p. 5595).



Sobre o contexto da Itália, quando da teorização dessa escola no século XIX, o processo de unificação dos reinos de língua italiana se deu tardiamente em comparação com outros estados europeus, sendo realizado no período de 1815 até 1870, e com a questão dos estados pontifícios se resolvendo apenas no século XX. Por ser a península itálica um conjunto de reinos com culturas muito diferentes, como os povos do norte, ao exemplo de Turim, de características e etnia distintos dos meridionais, tal qual os sicilianos, os teóricos as hierarquizaram de acordo com Raine. Ele comenta que havia a impressão de mais criminalidade no sul da Itália que era pobre e agrícola, “o que configurava um dos muitos sintomas do ‘problema do sul’ que afligia a nação recentemente unificada” (RAINE, 2015, p. 50-66).

Assim, reitera-se que o movimento nacionalista forjou uma unidade para tornar-se a ideologia dominante. Pelo período, foi nesse conturbado contexto de recém formação nacional que os autores da escola italiana teorizaram sobre a criminologia e o problema do ordenamento social, intervindo no processo de construção da identidade nacional e de projeção da Itália como uma grande nação, conforme os ideais nacionalistas que, para Gooch atendiam aos interesses da burguesia industrial nortista (GOOCH *apud* GÓES 2015, p. 47).

Desta maneira, sobre a escola italiana, apresentar-se-ão detalhes da teoria de Lombroso e seu objetivo para melhor compreensão das ideias, conforme se segue:

Cesare Lombroso [...] não satisfeito em pesar e medir o crânio e seu conteúdo, criou toda uma taxonomia de traços faciais e corporais, os estigmas, que permitissem detectar o que subsistia de nossos ancestrais primitivos nos homens e mulheres contemporâneos, levando ao crime e a loucura. Apesar do nome pelo qual se tornou conhecida, a antropologia criminal italiana não se interessava apenas pelo estudo de criminosos; seu objetivo mais amplo era a compreensão das causas das desigualdades sociais. (CORRÊA, 2013, p. 69).

A partir do texto de Corrêa (2013, p. 69) é possível perceber Lombroso preocupado com as causas da desigualdade social (no caso um autor determinista que compartilha da busca positivista pelo entendimento das leis de funcionamento da sociedade). Ao citar Lombroso, Gramsci define a escola da antropologia criminal italiana como responsáveis pela ideologia da burguesia entre as massas do norte italiano, que viam os sulistas (italianos), miscigenados por diversas etnias, como entrave ao progresso, de modo que em vez de entender o capitalismo como um sistema de exclusão, encontraram a resposta da desigualdade na presença de sangue bárbaro (CORRÊA, 2013, p. 69-70). Neste contexto, portanto, ressalta-se que a antropologia criminal buscava comprovar que os humanos possuíam características diferentes de discernimento devido a sua compleição física e psíquica, fruto do entendimento do evolucionismo positivista, que aposta na existência de diferentes etapas do desenvolvimento.



No livro *O Homem Delinquente* (2016), de Cesare Lombroso (1885-1909), há uma classificação repleta de casos “práticos” diferenciando os “criminosos natos” e os “dementes morais”, dissertando sobre suas principais características. Já no primeiro capítulo, Lombroso descreve os delitos e os organismos inferiores (plantas e animais) para compará-los com comportamentos humanos. Nos capítulos seguintes, descreve características físicas que estão presentes em larga parcela da população, como lábios grossos, cabelos abundantes e negros, ao mesmo tempo em que apresenta traços de personalidade que dependem de análise extremamente subjetiva como “cretinice”.

Vejamos um trecho do seu livro no capítulo 12, “Inteligência e instrução dos delinqüentes”:

Os delinqüentes não desenvolvem sua atividade a não ser por próprias, diretas e imediatas vantagens, mais para o mal que para o bem. Vice-versa, enquanto esses têm pouquíssima lógica, os monomaníacos a têm de sobra. Por isso é mais fácil encontrar alienados de alto saber do que entre os delinqüentes. E basta dizer que apenas alguns, como Bacone, Salústio e Sêneca se inclinaram para o crime, mas podemos citar Comte, Ampère, Newton, Pascal, Tasso, Rousseau e tantos outros como mais ou menos melancólicos e monomaníacos. (LOMBROSO, 2016, p. 150).

Percebe-se que ao comparar os delinqüentes com os dementes, Lombroso se utiliza de um rol de dementes bem extenso formado por pessoas famosas na história. Ele chega a afirmar que Rousseau seria um demente (melancólico ou monomaníaco) e, provavelmente, nas suas moléstias mentais poderiam ser encontradas doenças classificadas como “manias literárias”. Com base nessas impressões, nota-se que as ideias que discordassem de Lombroso, ou de outros integrantes dessa mesma escola, poderiam ser classificadas como demências, tamanha a abrangência dos quesitos naquele contexto.

Enrico Ferri (2004), outro intelectual dessa escola que influenciou fortemente a criminologia brasileira, faz críticas a Lombroso. Para Aquino (2015), Enrico Ferri utiliza dos conceitos lombrosianos de hereditariedade, mas amplia os fatores da criminalidade. Em suas palavras, “Ferri, ao contrário de Lombroso, entendia o crime como a conjugação de fatores antropológicos, físicos e sociais, como um sintoma de periculosidade, não o reduzindo apenas aos critérios físicos”. Ferri permitia uma defesa da sociedade tipificando penalmente modos de vida, em antecipação ao delito, como “estado de perigo sem delito” (BARATA *apud* COELHO; MENDONÇA, 2009, p. 3-4).

Aquino (2015) também entende que é da escola italiana a ideia de que a responsabilidade pelo crime não é uma responsabilidade moral individual, mas social, uma vez que a sociedade e



suas normas configuram o que é normal e o que é crime, sendo sua responsabilidade (da sociedade) controlá-lo. Assim sendo, as causas naturais do crime seriam, no entendimento de Ferri, divididas em duas classes, fatores individuais ou antropológicos (como Lombroso também classifica) e fatores externos, como ambiente físico e fatores sociais.

No discurso aos estudantes de Nápoles, em que proferiu sobre a escola positivista italiana, Ferri (2004) explica a importância da escola clássica no momento de sua criação, ainda no século XVIII, que se impôs contra as arbitrariedades das monarquias. Contudo, aponta a escola clássica do direito como exausta, sem possibilidade de novidades científicas, sendo uma necessidade a escola positiva para combater a criminalidade italiana, que seria maior do que nas outras partes da Europa, como uma “evolução natural”. Para ele, assim como uma mesma doença em pessoas diferentes pode precisar de doses diferentes de remédio de acordo com as características físicas e estágio da doença nela, as penas deveriam ser diferentes para cada pessoa de acordo com sua condição à criminalidade, com vistas à maior proteção social.

Esse discurso de Ferri é muito interessante porque demonstra a posição da escola italiana em embate com a escola Clássica do Direito Penal, formada no iluminismo pelo seu maior cânone, o milanês Cesare Bonesana, Marquês de Beccaria, que foi importante na luta contra a tortura e penas degradantes, escrevendo o livro *Dos Delitos e das Penas*. Enquanto Beccaria abstraiu o conceito de crime, buscando a justiça de maneira igual para todos e com fins de evitar arbitrariedades, Ferri buscou diferenciar cada criminoso e sua pena com base em conceitos médicos.

Beccaria pode ser considerado um iluminista. Reitera-se a análise de Hunt (2009, p. 28-29) de que as ideias iluministas e a literatura do romantismo - que permitia ao leitor se colocar no lugar de pessoa desconhecida de estrato social diferente - difundiram uma nova sensibilidade com a aversão ao tratamento degradante, sendo a tortura um deles, mudando a noção do que é dignidade do ser humano. Contudo, a escola italiana e outros grupos passaram a atacar esse universalismo iluminista por interesses particulares, da própria raça ou mesmo nação, dando ensejo às grandes guerras ou legitimando a escravidão. Tal embate, é apresentado com aquela sensibilidade universalista sendo combatida pelas ideias de criminalistas renomados como Lombroso, Ferri, Garofalo, ou mesmo Nina Rodrigues. Para estes, as penas precisavam ser mais rígidas em prol da defesa social e das pessoas que não tinham déficit na sua sensibilidade, nem “características primitivas”, a ponto de serem tentadas por forças irresistíveis.



Garofalo, por sua vez, conforme comenta Escobar (*apud* MAURÍCIO, 2015, p. 66), conceituou sentimentos universais de convivência social, de modo que o delito natural seria aquele que ofendesse tais sentimentos altruístas fundamentais. Percebe-se que Raimundo Nina Rodrigues se utiliza massivamente em suas obras da conclusão de Garofalo para justificar o senso moral como verdade. De acordo com o intelectual brasileiro: “mas a verdade é que, como demonstrou Garofalo, o crime é principalmente função do senso moral, e o desenvolvimento do senso moral precede o da inteligência, posto que esta possa concorrer para depois esclarecê-lo e aperfeiçoá-lo.” (RODRIGUES, 2011, p. 86).

Esse autor, Raffaele Garofalo, ampliou o conceito de crime e criminoso, mas partia da preexistência do criminoso nato descrito por Lombroso (MAURÍCIO, 2015, p. 65), ou seja, acreditava no delinquente nato e no delito natural. Para Roque, ele previu a formulação da ciência chamada psicologia criminal (LOMBROSO, 2016, p. 10). No livro de Garofalo, traduzido ao espanhol por Pedro Dorado Montero, *La Criminología, estudio sobre el delito y sobre la teoria de la represion* (Madri, 1916), utiliza o termo da psicologia “consciente e inconsciente” e escreve em primeira pessoa no plural, assumindo-se como porta voz da escola italiana, e criando o conceito de criminologia conforme o título do livro.

Naquela obra (GAROFALO, 1916, p. 7-10), mais precisamente no prólogo da segunda edição, fica clara a noção de que o criminoso é formado por fatores internos e externos e de que Garofalo acredita na mudança dos fatores externos do criminoso para uma sociedade mais segura. Essa mudança, contudo, seria impossível aos governos porque comprometeria o “progresso” da civilização, sendo o mais racional a extirpação desses indivíduos. Reitera-se que Garofalo possui método diferenciado dos seus colegas da Escola Positivista Italiana e, para Maurício, ele representa a vertente jurídica da escola, além de poder ser considerado o mais radical dos autores desta porque defendia a “seleção natural social” que se trata da pena de morte aos criminosos incapazes de se adaptar à sociedade (MAURÍCIO, 2015, p. 66).

Neste sentido, a sensibilidade contra a noção de igualdade, e de que nem todos os humanos merecem a liberdade, é uma das características desses três autores fundamentais da criminologia, sendo a noção de defesa social e o “progresso” da nação o motivo moral da postura. Esses criminologistas (Lombroso, Ferri e Garofalo) são os principais cânones da escola Italiana, reitera-se, fruto de um contexto de efervescência das ideias científicas oriundas do positivismo, em que se entendia que as ideias evolucionistas de Jean-Baptiste de Lamarck, Mendel e de Charles Darwin, vieram para mudar as ciências em geral, inclusive o Direito.



A apropriação da escola italiana na América Latina

Partindo para análise da realidade brasileira como margem, como descrito por Góes (2016, p. 143), a relação centro-margem das ideias pode ser percebida nesta carta da filha de Cesare Lombroso, Gina Lombroso, quando da sua visita à penitenciária Nacional de Buenos Aires, que havia sido construída aos moldes da teoria lombrosiana, conforme o seguinte trecho:

[...] penitenciária que não é um ergástulo, nem uma prisão, mas sim uma casa de redenção física, psíquica, intelectual e moral, tal e qual a nova escola [positivista, italiana] a concebeu e como na Itália seguramente, jamais os contemporâneos verão. [...] Enquanto percorríamos as vastas salas e os presos levantavam os olhos para nós, cheios de complacência por nossa admiração e de respeito por seu diretor, o Senhor Ballvé, verdadeiro pai espiritual, este nos fazia ver com quanto cuidado havia observado todos os preceitos ditados por meu pai e a mim me dava um nó na garganta pensando que ele estava tão longe e que não podia presenciar a realização de suas teorias, pensando também que nossa Itália, onde trabalhou e lutou toda a vida, não havia sido capaz de recompensá-lo com a criação de um instituto que, sequer remotamente se parecesse com a penitenciária de Buenos Aires, que será [motivo de] glória e admiração da República Argentina (SOZZO, 2014, p. 36, *apud* GÓES, 2016, p. 143).

A principal reclamação de Gina (GÓES, 2016, p. 143) é que seu pai não teve o reconhecimento das suas teorias na Itália, onde militou, sem a criação de qualquer prédio referenciado. Porém na América Latina ela se admirou e se surpreendeu com a penitenciária Argentina.

Comparando a situação italiana e a da América Latina, Góes (2016, p. 133) destaca que a principal obra de Lombroso, *O homem delinquente*, passou a sofrer várias críticas na Europa, em especial dos juristas que temiam perder a hegemonia política e histórica sobre questão de criminalidade, uma delas de que a descrição do criminoso nato corresponde mais a um tipo profissional (no tocante a habilidades) que determinações biológicas natas. Tais críticas não afetaram aquela teoria racial nas Américas, apesar de pô-la em descrédito no velho continente.

Utilizou-se o exemplo da viagem de Gina Lombroso à Argentina, também, porque para Quinta (2017, p. 114) as ideias de Lombroso foram amplamente repercutidas na América Latina. Podemos ver a apropriação dessas teorias pela revista *Criminología Moderna*, fundada pelo italiano Gori na Argentina, com intensa participação de José Ingenieros - dois intelectuais muito influentes naquele país - sendo que a revista tem como autor mais citado, seja nominalmente ou pela identificação dos seus conceitos, Cesare Lombroso.

Para Corrêa (2013, p. 59), o contexto intelectual brasileiro daquele período deve ser entendido de maneira diferente do europeu. Na América Latina é diferente pela quase ausência da academia e pela interação da atuação do cientista como político e ativista em projetos



institucionais na organização do Estado - o que é sua “principal” função, naquele momento, em que Nina Rodrigues realizou posicionando a autoridade do médico e da elite ilustrada.

No Brasil, de acordo com Skidmore (2012, p. 102), um dos estudos etnográficos sobre os afro-brasileiros veio, justamente, de Nina Rodrigues. Que em 1890 havia se distinguido em etnologia afro-brasileira e etnografia, quando essas ciências estavam nos primeiros passos, galgando maior reconhecimento como campo de pesquisa e auxiliando a consolidar no Brasil os alicerces para essas ciências. Até seu falecimento, em 1906, havia publicado muitos estudos científicos, fundado a Revista Médico-Legal e era membro da Sociedade Médico-Legal de Nova York e da de Paris, mantendo contato próximo com pesquisadores estrangeiros.

Se para Raine (2015, p. 50-60) o problema encontrado por Lombroso na Itália eram os sulistas, camponeses e violentos, para Nina podemos deduzir a partir da leitura da obra que o problema são os negros, indígenas e mestiços, tendo em vista o foco da sua obra na questão raça e degenerescência como diminuidora do livre-arbítrio dessas pessoas. Vejamos o contexto da abolição no tópico que se segue.

Da escravidão e sua abolição formal no Brasil

O nexos entre o fim da escravidão e as teorias raciais é descrito em Romero (1851-1914) como um esforço dos intelectuais que buscavam transformar os então escravos, utilizando o termo máquinas de trabalho, em uma nova constituição de cidadania, a de negros, objetos da ciência (CORRÊA, 2013, p. 51). Tal questão fica clara na fala de Rodrigues: “a dualidade que, apesar de todas as igualdades políticas e constitucionais, a etnologia estabelece na nossa população”, ou mesmo “foi necessário, ou conivente, emprestar ao negro a organização psíquica dos povos brancos mais cultos” (RODRIGUES *apud* CORRÊA, 2013, p. 51). Assim, a ausência de diferenciação jurídica foi o motivo da diferenciação científica para aquele contexto.

Há mudanças e permanências em rupturas sociais. A abolição da escravatura foi a formalização da igualdade jurídica entre negros e brancos. Contudo, a sociedade brasileira, logicamente, buscava manter o *status quo* e controlar as massas urbanas desempregadas, sendo as ideias de segregação uma luva (GÓES, 2016). Para Cunha (2002, p. 329), a atribuição da criminologia, tanto por parte do Direito (com Tobias Barreto e Silvio Romero) quanto por parte da medicina, estão ligadas à reformulação das cidades.

Devido ao enraizamento da escravatura na formação dos costumes brasileiros, para análise da antropologia criminal ao final do século XIX, é preciso tratar da abolição da escravatura, à qual, de acordo com Alonso (2015), passou por três fases: Flores, Votos e Balas.



Sendo assim, Flores, a primeira fase, em que peças de teatro, óperas e diversas campanhas nas ruas buscavam sensibilizar a população urbana, em especial as elites, de que a escravidão não era um ato digno de acordo com os princípios do direito, da economia e religião; Votos, a segunda fase com o avanço da ala abolicionista do partido liberal no congresso, legislando de cima para baixo na causa dos direitos dos escravizados; Balas, a fase da desobediência civil e atos violentos tendo em vista a resistência do sistema escravista. Será focado, em especial, na última fase, porque ela marca a sociedade dividida do contexto em que Nina Rodrigues escreve.

Robert Conrad (1978, p. 290-291) escreve em *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, que logo após a lei da proibição de açoite dos escravos (1886, antes da abolição), radicalizou-se o conflito nacional e fez com que a escravatura desmoronasse, sendo que os cativos começaram subitamente a abandonar fazendas em grandes números incitados pelos abolicionistas que organizaram uma rede de contatos e auxílios para fugas. A situação descontrolou-se a tal ponto que os policiais, que atuavam como mercenários pagos, não conseguiram frear o movimento e o governo desesperado passou a atuar com práticas inconstitucionais contra os fugitivos e seus protetores, com os policiais entrando em diversos conflitos e irritando os cidadãos.

Como resposta do governo e das elites escravocratas, parte dos fazendeiros aumentaram sua violência e terror (nos moldes das leis de Lynch estadunidenses) enquanto outros passaram a libertar seus escravos para tentar salvar suas safras, fortunas e sociedade, não havendo força hábil no Brasil a deter o movimento abolicionista que havia sido interiorizado nas massas populares, deixando de ser um movimento reformista elitista. A conclusão sobre os anos finais da escravidão no Brasil é de que o sistema escravista se tornou insustentável pela insegurança, que afligiu toda a sociedade. Ainda de acordo com Robert Conrad (1978, p. 290-291) isso ocorreu porque o Estado não possuía condições de manter o controle social, tampouco os fazendeiros brasileiros organizaram muitas milícias particulares para este fim - como os sulistas estadunidenses haviam feito. Vale ressaltar que, de acordo com Alonso (2015, p. 336), financeiramente, o sistema escravista se sustentaria por muitos anos, não fosse a insegurança dos anos finais da escravidão, reflexo de um longo movimento de resistência, tanto dos cativos, quanto da articulação do movimento abolicionista.

Sobre essas últimas quatro décadas antes da abolição, Azevedo (1987, p. 181-210) discorre que a historiografia superestima o movimento abolicionista das elites em esquecimento da resistência secular dos cativos, mas que naquela fase os movimentos se encontram. De um lado, o abolicionismo elitista ganhando legitimidade popular, e, de outro, os movimentos dos



cativos ganhando legitimidade formal, política. Vale lembrar que em meados de 1870 o foco da estratégia dos cativos passou a ser a resistência dentro das próprias fazendas, com mortes de senhores ou outras sabotagens, e posterior comparecimento nas delegacias para cumprir a pena que não era mais de morte, sendo a mais pesada o trabalho compulsório em galés do governo – tão desgastante quanto o trabalho nas fazendas, ou mais.

Na década de 1880, por sua vez, a estratégia se focava nas fugas orientadas para áreas em que o movimento abolicionista era mais forte, como em Santos no Quilombo de Jabaquara (ALONSO, 2015, p. 313-314; CONRAD, 1978, p. 290-293. Em muitos casos, os antigos cativos eram procurados e contratados para trabalhar nas condições de assalariados, tendo em vista a relativa valorização do trabalho braçal devido à ausência de mão-de-obra, sendo uma vida diferente daquela nos clássicos quilombos (CONRAD, 1978, p. 310-311).

O mais importante do livro da historiadora Celia Maria de Azevedo, *Onda Negra Medo Branco*, é a explanação sobre a ideologia do medo nas elites com em relação ao negro quando não há mais como o governo e os fazendeiros manterem o controle social. Com a disseminação desse temor e a crença na herança da violência dos africanos aumenta ainda mais a segregação do liberto ao mercado de trabalho formal. Assim, cria-se no imaginário o demônio do norte, que, para Azevedo (1987), é o termo utilizado pelos congressistas brasileiros temendo o negro que migrava compulsoriamente do nordeste para as fazendas do sudeste com fins de trabalhar nas lavouras de café, mas que foi utilizado por outras pessoas, como o chefe de polícia Elias Antonio Pacheco. De acordo com Azevedo, o relato desse chefe de polícia:

(...) ele rebatia o argumento abolicionista de que “o rigor no tratamento dos escravos influi para a maior perpetração dos crimes, que o regime das fazendas toca ao extremo da barbárie”. Não, na sua opinião, nem “a severidade no tratamento das fazendas” e tampouco a lei de 1871, de libertação do ventre escravo, poderiam ser consideradas como motivações exclusivas para esses crimes.

Sem descartá-las, ele apontava porém para uma outra causa, “imediate” e “inteiramente diversa”. Era o escravo o mau vindo no norte que, como já vimos no capítulo II, de fato agitaria Assembleia Legislativa Provincial nos próximos anos, com um número crescente de deputados propondo altas barreiras pecuniárias ao tráfico interprovincial.

Segundo Pacheco e Chaves, devido à crise econômica das regiões ao norte do Império, bem como aos altos preços pagos pelos compradores de escravos no Sul, estavam convergindo para São Paulo “o que há de pior na escravatura”, indivíduos “relapsos” e “criminosos”. Além disso, estes cativos vinham sozinhos, sem famílias, após terem sofrido a separação de seus parentes e do local em que haviam se acostumado a viver (AZEVEDO, 1987, p. 189-190).



Esse mau vindo do norte, relatado também pelo chefe de polícia na citação acima, era um discurso simplista que legitimava a segregação ao mercado de trabalho dos libertos após a abolição, que não conseguia inserção plena nas instâncias de poder.

Para Skidmore (2012, p. 90), o trabalhador nas cidades brasileiras encontrava poucas oportunidades, porque no sul tinha de competir com os imigrantes – geralmente melhor equipados para sobreviver no capitalismo urbano – enquanto no norte, de economia rudimentar, não havia trabalho para qualquer um. Neste caso, havia uma clara deficiência de ascensão social ao brasileiros de classe baixa, compreendendo a maioria de negros e mulatos.

Ao mesmo tempo, essa condição social confirmava a concepção da elite de que negros e mulatos eram obstáculos ao desenvolvimento nacional. Essa mesma lógica permitia, ainda, apresentar leis e penalidades contra os hábitos e cultura negra, como a perseguição aos praticantes da capoeira, a perseguição às religiões de matriz africana e ao hábito do pito de pango, cigarro de *cannabis* que era associado aos negros (2015, p. 157-165).

Importante reiterar, conforme Alonso (2015) e Azevedo (1987) que anos de segregação não mudariam completamente com uma lei (abolição) assinada contra a vontade das classes dirigentes feita apenas para evitar mais desobediência civil e garantir ordem social e manutenção dos privilégios, sem se atentar às necessidades de justiça social como garantia de trabalho tal qual parte os abolicionistas reivindicavam. É possível concluir que a sociedade desigual e racista no Brasil possui bases no sistema escravista dos tempos da Colônia e Império.

Teorias, leituras e ativismo de Nina

Para Nina Rodrigues (1935a), os abolicionistas agiam em erro ao acreditar que acabar com a escravidão traria desenvolvimento ao país. No livro “Os Africanos no Brasil”, ele faz um mapa dos costumes dos negros de acordo com seus grupos, diferenciando as diversas etnias africanas, sendo que na introdução disserta sobre o caráter político da obra tecendo críticas ao pensamento dos abolicionistas, da seguinte maneira:

(...) Como a extinção do tráfico, a da escravidão precisou revestir a forma toda sentimental de uma questão de honra e pundonor nacionais, afinada aos reclamos dos mais nobres sentimentos humanitários. Para dar-lhe esta feição impressionante foi necessário ou conveniente emprestar ao Negro a organização psychica dos povos brancos mais cultos.

[...]

No entanto, os destinos de um povo não podem estar à mercê das sympathias ou dos odios de uma geração. A sciencia que não conhece estes sentimentos, está no seu pleno direito exercendo livremente a crítica e a estendendo com a



mesma imparcialidade a todos os elementos ethnicos de um povo. Não o pode deter a confusão pueril entre o valor cultural de uma raça e as virtudes privadas de certas e determinadas pessoas. Se conhecemos homens negros ou de côr de indubitável merecimento e credores de estima e respeito, não ha de obstar esse facto o reconhecimento desta verdade – que até hoje não se puderam os Negros constituir em povos civilizados (RODRIGUES, 1935a, p. 18-20).

Quando ele crítica que os destinos do povo não podem estar à mercê das simpatias e dos ódios de uma geração, ele crítica a geração de 1870, responsável pelo movimento abolicionista, que teria sido ingênua em acreditar na integração do negro e mestiço na sociedade visando o progresso. Essa geração, criticada por Raimundo Nina Rodrigues, é a mesma de parte da Escola do Recife e foi uma das consolidadoras do Classicismo jurídico, influenciada pelas ideias dos abolicionistas estrangeiros e na nova noção de dignidade da pessoa, que fizeram questão de difundir à população por meio de eventos cívicos e campanhas diversas.

Nina Rodrigues teorizava convergindo à ideia de Azevedo (1987, p. 117) do escravo como o mau vindo no norte, cujo receio da inserção dessas pessoas na sociedade fez com que aumentassem os impostos dos locais para patrocinar a imigração de brancos que viria melhorar a moralidade brasileira, dentre outros motivos.

Pois bem, além da crítica aos abolicionistas, entre os pontos comuns aos autores os quais são analisados neste trabalho, apresenta-se uma crítica de Lombroso que merece realce: que “incorporou à sua teoria do atavismo várias outras categorias referentes às enfermidades e às degenerações congêntas, que ajudariam a explicar as origens do comportamento criminoso” (ALVAREZ, 2005, p.71-92). De acordo com Alvarez, quando cita o atavismo, Lombroso propunha que algumas pessoas herdavam características comportamentais de ancestrais distantes, o que explicaria a sua violência ou sexualidade diversa do padrão moral do resto da sociedade, ou, especificamente, do padrão imposto pela elite que influencia as legislações.

Neste sentido, consta do texto de Nina Rodrigues referência ao atavismo “feliz e providencial compensação para a victima do atavismo, que mais o é dos despeitos de seus próprios pais e irmãos, cujas pretenções mais ou menos infundadas a uma brancura, às vezes duvidosa” (NETTO *apud* RODRIGUES, 2011, p. 155).

Góes, que escreve sobre a “tradução” de Lombroso na obra de Nina Rodrigues, compara os contextos e preocupações entre os dois autores: Lombroso ao centro e Nina Rodrigues à margem. Vejamos:

Nossa hipótese é de que ao contrário do controle social na Europa, no qual, o paradigma etiológico defendido por Cesare Lombroso, foi funcional às necessidades e objetivos da burguesia ao selecionar e segregar uma minoria



“anormal” após a consolidação do capitalismo, Raimundo Nina Rodrigues, legítimo representante da classe escravagista de um país marginal que acabara de abolir o maior e mais importante sistema escravagista do mundo, ‘traduziu’ aquele paradigma a partir de uma base racista (GÓES, 2016, p. 22).

Assim sendo, a obra de Nina Rodrigues ultrapassa a ideia de cópia e parte da preocupação brasileira em uma república criada de maneira autoritária e de um país que precisava ressignificar sua existência, sobretudo em relação a sua identidade racial, uma das preocupações comum das nações do final do século XIX e início XX. Para estas nações, em especial as escravistas, o passado escravocrata e a presença de populações africanas ou indígenas atrapalhariam o projeto de “progresso” e civilização. Diante disso, a questão que mobilizava as elites era o debate sobre o que fazer com as milhares de pessoas que a partir da abolição passaram a possuir igualdade formal. O que contrariava boa parte das autoridades governamentais e das elites econômicas, que não desejavam o tratamento igualitário para aqueles que consideravam racialmente inferiores ou incapazes.

Para Cunha (2002, p. 334-336), Nina Rodrigues também se utilizou, das teorias do meio, para a qual, não basta estudar o indivíduo, mas sim o meio em que vive pois este poderia provocar os contágios moral, patológico e social, teoria de origem na escola francesa. A partir de então, Rodrigues empregou um método inovador na época para se fazer ouvir, uma visão pragmática que explica parcialmente o ecletismo de sua obra. Este autor propunha que, devido à impossibilidade de impingir a presunção de responsabilidade penal a todos, devia-se defender a responsabilidade diferenciada às várias raças de maneira a “humanizar” o Código Penal.

Com isso, foi se construindo a autoridade do perito no Brasil, que teve grande contribuição de Nina Rodrigues, haja visto que ele “invocaria como igualmente relevantes na definição da perícia médico-legal tanto as questões de evidência mais direta ou técnica como as mais sutis, de definição do estado psíquico de um acusado/paciente” (CORRÊA, 2013, p. 70-71).

Sendo que na obra de Nina, a influência de Lombroso já se dava após as críticas dele na Europa, de modo que para Corrêa (2013), Nina adaptou a teoria lombrosiana com as críticas de Ferri e outros autores como Gabriel Tarde (o primeiro a utilizar o termo psicologia social). Aumentando o arcabouço teórico para legitimidade da sua militância - para o projeto político de definição da competência dos médicos em questão criminal, porque a medicina legal ofereceu o método (empirismo, de classificação e aferição) que outras áreas do saber, como o Direito, não possuíam naquele tempo. Neste sentido, distanciava, também, a medicina dos outros saberes de cura que naquele instante passam à ilegalidade ou ao folclore (CORRÊA, 2013).



De acordo com Corrêa (2013, p. 95-101), no Brasil era importante que os médicos contestassem as afirmações de excessivo saber teórico que os faziam perder espaço para laboratórios alheios às faculdades e ocupassem o lugar de pesquisadores. Coisa que Nina Rodrigues fez criando um método específico a respeito da circunstância brasileira, ampliando o debate acerca do papel da medicina legal e importância do perito e aproximando as polícias das faculdades. A autora ainda reconhece que se trata de reconhecê-las como táticas políticas de marcar fortemente a sua presença como um *expert*, diferenciado de seus colegas clínicos gerais ou médicos funcionários da polícia, sendo que “a polícia tinha o poder sem discurso e os médicos o discurso sem poder, era inevitável uma aliança, que é o que se conhece como ‘positivismo criminológico’” (ZAFFARONI *apud* GÓES, 2016, p. 53).

Sobre a questão racial no Brasil vejamos, especificadamente, os dados da obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* de Raimundo Nina Rodrigues (2011). Tais dados constam que um maior número de negros crioulos (76) e pardos (175) são sentenciados por homicídios que brancos (55); Dado semelhante em lesões corporais; Pardos são mais sentenciados por furtos e roubos que brancos; e, Pardos e Cabras são mais sentenciados por estupros. Analisando os dados, percebe-se que a criminalidade estaria mais presente nos negros, pardos ou cabras (mestiço de negro com mulato). Esses dados serviram para Nina Rodrigues fundamentar sua teoria das criminalidade por raças - tal qual Lombroso classificava os presidiários por grupos no estado italiano.

Rodrigues (2011) explana que é necessário diferenciar: os mestiços superiores, em contato com a civilização, que devem ser julgados perfeitamente equilibrados e plenamente responsáveis; Mestiços degenerados, total ou parcialmente irresponsáveis; e Mestiços comuns, responsabilidade atenuada, assim como índios e negros. Quanto mais próximo o indivíduo do padrão de branco “civilizado”, maior seria sua capacidade de reflexão sobre os crimes e responsabilidade. Essa diferenciação demonstra a divisão por “raças” que a comunidade médica adotava e, provavelmente, a sociedade em geral.

Se o embate na escola italiana era entre a escola positiva contra o classicismo de Beccaria, no Brasil Raimundo Nina Rodrigues se esforçava na luta contra a Escola de Recife, em especial as ideias de Tobias Barreto, que possui contato com os conceitos da escola italiana, mas faz leitura diferente. Conforme Rodrigues (2011, p. 15) pontua, para Tobias Barreto há erro dos deterministas (especialmente a escola positivista italiana) em acreditar que a motivação exclui a



liberdade do querer, sendo essa liberdade a capacidade de agir com motivos escolhidos, quase sempre contra a natureza, tal qual nadar contra as correntes.

Para Nina, que tinha um posicionamento divergente, aquele raciocínio já estaria superado por Ferri, de modo que não existiria liberdade da vontade porque as ações humanas fazem parte dos fenômenos naturais (de ordem física). Rodrigues, ironiza Barreto ao parafrasear Ferri contrapondo seus críticos, no sentido de que dizer que as pessoas “incapazes” podem decidir por seu livre-arbítrio é o mesmo que dizer que “as águas de um rio, que correm de acordo com as leis da gravidade, se podem dizer livres” (RODRIGUES 2011, p. 15), e os limites das raças subdesenvolvidas seria as ações automáticas e reflexas, tal qual:

[...] a impulsividade primitiva, fonte e origem de atos violentos e antissociais, por muito predominarão sobre as ações refletidas e adaptadas, que só se tornaram possíveis, nas raças cultas e nos povos civilizados, com o aparecimento de motivos psíquicos de uma ordem moral mais elevada. (RODRIGUES 2011, p. 30).

Rodrigues escreve que as raças consideradas como inferiores são mais impulsivas e antissociais, mas que as raças consideradas civilizadas já “superaram” esse estágio primitivo.

Continuando a expor o debate, com base no texto de Rodrigues, há a questão da instrução/educação e criminalidade: Barreto afirmaria que a menoridade penal de nove anos na Itália é justificada pelo alto grau de instrução naquele país, em que as pessoas adquirem um desenvolvimento moral maior do que no Brasil se alcançaria aos 14 anos. Dentre os motivos para o atraso no desenvolvimento moral brasileiro, estaria o fato de ser um país vasto dotado de um péssimo sistema de ensino. Rodrigues contrapõe esse argumento no sentido que se trataria de uma ilusão de Barreto devidamente respondida por Garofalo com estatísticas e argumentos contundentes ao mostrar que a criminalidade da Itália teria aumentado de um modo ameaçador a partir exatamente da época de difusão da instrução pública, na década de 1860 (RODRIGUES, 2011, p. 80-81).

Rodrigues esclarece que na Itália daquele contexto, o fato de haver aumentado o número dos letrados sem ter diminuído - e até pelo contrário ter aumentado - o número dos crimes, resultou apenas no aumento do número dos criminosos letrados, sendo que o maior número de acusados são exatamente aqueles com maior grau de instrução, tendo em vista que os crimes costumam vir das paixões ou prejuízo de honra (RODRIGUES, 2011, p. 80-81).



Ainda que, “se a instrução não cria, nem melhora o senso moral, em todo o caso pode apressar o desenvolvimento mental do indivíduo, e influir por aí na maior ou menor precocidade do desenvolvimento psíquico” (RODRIGUES, 2011, p. 81), justificando a menoridade penal.

Além da questão da instrução, a mestiçagem também merece guarida. Skidmore (2012, p. 111) e Corrêa (2013, p. 235) colocam que dentro das adaptações das ideias eugênicas, a característica brasileira da mestiçagem fez com que se criasse originalmente no Brasil a teoria do branqueamento, pelo qual a miscigenação com o branco – tido como raça mais forte – faria com que o sangue negro e indígena ficasse diluído e em um futuro próximo os brasileiros fossem, em sua grande maioria, brancos. Essa teoria do branqueamento nunca fora abraçada na América do Norte ou Europa e partia de duas premissas: de que a raça branca era mais forte e ia se sobrepor e de que as taxas de natalidades das outras raças eram cada vez menores.

Para Corrêa (2013) e Góes (2016), Nina Rodrigues discordava dessa ideia e acreditava na miscigenação como degenerescência. Em que pese Rodrigues não tenha conseguido fazer seu projeto de lei formalizando um *apartheid* brasileiro (diferente responsabilidade penal da época) com a responsabilidade diferenciada para as várias raças devido à resistência da sociedade (em grande parte, mestiça) contra suas ideias, ele influenciou diretamente a noção de tratamento de alienados com medidas de segurança, deu as bases racistas da criminologia brasileira e a organização das instituições técnicas.

Rodrigues coadunava com a noção de que no futuro haveria outra raça predominando, mas discordava de que a raça branca seria a maioria, porque para ele seríamos mestiços e brancos crioulos, com os traços da hereditariedade degradada das raças “inferiores”, conforme o livro *Os Africanos do Brasil* coloca “o problema” ‘o Negro’ no Brasil tem, de fato, feições múltiplas: “uma do passado; - estudo dos Negros africanos que colonizaram o paiz; outra do presente: - Negros creoulos, Brancos e Mestiços; a ultima, do futuro: - Mestiços e Brancos creoulos” (Rodrigues, 1935a, p. 28). Para ele, a miscigenação tenderia a causar a degeneração, criticando o otimismo com ela. Criticava também, outra tentativa de embranquecer os negros, a religião, com a falsa noção de que os negros haviam se tornado católicos pelo esforço dos catequizadores, conforme o último parágrafo do seu livro *O animismo fetichista dos negros baianos*:

Continuar a afirmar, em face de todos estes documentos, que os negros bahianos são catholicos e que tem êxito no Brazil a tentativa de conversão, é, portanto, alimentar uma ilusão que póde ser cara aos bons instintos de quem tinha interesse de que as coisas se tivessem passado assim, mas que certamente não está conforme á realidade dos factos (RODRIGUES, 1935b, p. 199).



Essas “ilusões” da sociedade brasileira não ficariam incólumes à pena de Rodrigues justificado pelo seu método científico. Mas como todo carnaval tem seu fim, esse método da escola positiva italiana também foi motivo de desapontamento para Nina. Após algumas práticas percebeu que a craniologia não era precisa e teve que abandoná-la:

Depois de ter analisado o crânio de alguns líderes de revoltas sociais ou de bandidos famosos (o Conselheiro [Antônio Conselheiro], Lucas da Feira) e não tendo encontrado neles as respostas que buscava para suas indignações a respeito da causa desses fenômenos, Nina Rodrigues abandonaria a craniometria, passando da análise do corpo para a pesquisa sobre o espírito humano: ‘parece-me preferível referirmo-nos diretamente à organização psíquica ao invés de nos ocuparmos de seu substrato cerebral (CORRÊA, 2013, p. 115).

Ocorre que, para Corrêa (2013) e Cunha (2002, p. 339), os resultados das medições de crânios não foram satisfatórios, marcando a mudança de Nina para a busca exclusiva de características psicológicas e não mais físicas (o que marcou sua pesquisa sobre a religiosidade dos negros com base na análise psicológica, utilizando hipnose e, também, quando se voltou para o espiritismo). Assim, passou a escrever sobre os cultos de origem africana e sua relação com as doenças psíquicas, como histeria e Sonambulismo conforme as análises das páginas 124-127 do livro *O Animismo Fetichista dos Negros baianos*.

Durante a pesquisa, percebeu-se que as mudanças na trajetória do pensamento do intelectual podem ser analisadas de acordo com a finalidade que esta pessoa pretendia atingir, seja para galgar melhor posição social, influência política, conseguir melhor recepção do público e crítica, dentre outros. Portanto, tanto os italianos (Lombroso, Ferri e Garofalo) quanto Nina Rodrigues mudaram seu discurso ao longo da vida e, também, o contexto a que estavam inseridos, encontrando caminhos para melhor atuar nesse sentido. Muitas permanências daquelas ideias mantêm-se vivas, algumas importantes como o empirismo na criminologia com visitas às prisões, outras condenadas, como a segregação pela etnia.

Referências Bibliográficas:

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1988)**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVAREZ, Marcos César. O homem delinquente e o social naturalizado: apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, Vol. 1, n. 47, p. 71-92, jun./jul.2005. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/45/38>> Acesso em: 05 ago. 2016.



AQUINO, Maria Paula Meirelles Thomaz de. O pensamento de Enrico Ferri e sua herança na aplicação do Direito Penal no Brasil contemporâneo. **Publicação do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Revista Liberdades**. nº 18 – janeiro/abril de 2015. ISSN 2175-5280. Disponível em <http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcon_id=227> Acesso em: 25 jun. 2017.

AZEVEDO, Celia Maria Martinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COELHO, Sérgio Reis; MENDONÇA, Gilson Martins. **Da ideologia da defesa social ao movimento de reação social: analisando o *labelling approach* e seus reflexos no direito brasileiro**. 2009. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/sergio_reis_coelho.pdf> Acesso em: 27 jul. 2016.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1978.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da Liberdade: A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 3. ed., 2013.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e Gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927–1942**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

FERRI, Enrico. **La scuola criminale positiva**: conferenza del prof. Enrico Ferri nell' Università di Napoli. Enrico Detken, Libraio – Editore, 1885. 1ª edição eletrônica 7 jun. 2004. Disponível em <<http://www.liberliber.it/biblioteca/licenze/>> Acesso em: 26 jun 2017.

GAROFALO, Raffaele. **La criminología: estudio sobre el delito y sobre la teoria de la represión**. Tradução ao espanhol por Pedro Dorado Montero. Madrid: La España Moderna, 1916. Disponível em Catálogo/Biblioteca Fama, Universidad de Sevilla <<http://fama2.us.es/fde/ocr/2012/laCriminologia.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2016.

GÓES, Luciano. **A “tradução” de Lombroso na obra de Nina Rodrigues, o racismo como base estruturante da criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 1ª ed., 2016.

GÓES, Luciano. **A “tradução” do paradigma etiológico de criminologia no Brasil: Um Diálogo Entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues Da Perspectiva Centro-Margem**. Dissertação (mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, p. 242. 2015.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LOMBROSO, Cesare [1885-1909]. **O homem delinquente**. Tradução e seleção: Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2016.

MAURÍCIO, Juliete Laura Rocha. Positivismo criminológico: as ideias de Lombroso, Ferri e Garófalo. **Olhares Plurais**, Maceió-AL, v. 1, n. 12, p. 59-69, ago. 2015. ISSN 2176-9249. Disponível em: <<http://revista.seune.edu.br/index.php/op/article/view/153/128>> Acesso em: 27 jul. 2016.



ORTEGA, Francisco. Nina Rodrigues e a patologização do crime no Brasil. **Revista DIREITO GV**, v. 7, n. 1, p. 221-236. jan./jun.2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180824322011000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 ago. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322011000100011>.

QUINTA, Hugo de Carvalho. **Anarquismo, teatro e criminologia**: os caminhos de Pietro Gori na América do Sul (1898-1902). Dissertação (mestrado em Estudos Latino-Americanos) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu, p. 223. 2017.

RAINE, Adrian. **A anatomia da violência: as raízes biológicas da criminalidade** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Artmed, 2015.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil [1894]** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, 95p. ISBN 978-85-7982-075-5. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/h53wj/pdf/rodrigues-9788579820755.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2016.

_____. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2 ed., 1935.

_____. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Bibliotheca de Divulgação Científica, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1935.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1873-1930)** [1976]. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. Rio de Janeiro: Editora FGV e Editora Fiocruz, 2017.

STEPAN, Nancy. 2005. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.



História da Ciência e da Matemática na formação de professores

Historia de las Ciencias y de la Matemática en la formación de profesores

Romélio Mara Alves Souto

Doutorado em Educação
Universidade Federal de São João del-Rei
romelia@ufsj.edu.br

Recebido em: 12/02/18

Aprovado em: 18/06/18

Resumo

Apresentamos aqui nossas reflexões a partir de uma experiência de ensino de História da Ciência e da Matemática para professoras da rede de educação básica, no âmbito de um Programa de Mestrado em Educação. No curso, foi dada ênfase ao movimento que se convencionou chamar *Revolução Científica*, ocorrido no Ocidente, entre os séculos XVI e XVIII, enfatizando o surgimento de uma forma de conhecimento com características estruturalmente diferentes das outras formas até então disseminadas. Como recurso didático, utilizamos, além de textos, filmes e documentários a fim de criar um ambiente estimulador da reflexão e do debate em torno das questões que permeiam a produção e a difusão do conhecimento científico. As professoras avaliaram positivamente a contribuição da História da Ciência e da Matemática para o seu aprimoramento profissional por vários motivos, dentre eles: a mudança na maneira de perceber a ciência; a percepção da ciência como produto social e como herança cultural; a compreensão sobre a natureza da ciência e seu percurso histórico.

Palavras-chave: História da Ciência, Formação de professores, Cinema e História da Ciência.

Resumen

Presentamos nuestras reflexiones desde una experiencia de enseñanza de Historia de las Ciencias y de las Matemáticas para profesoras de la educación básica, en el ámbito de un Programa de Maestría en Educación. En el curso, se hizo énfasis al movimiento llamado *Revolución Científica*, ocurrido en Occidente, entre los siglos XVI y XVIII, enfatizando el surgimiento de una forma de conocimiento con características estructuralmente diferentes de otras formas hasta entonces diseminadas. Como recurso didático, además de textos, utilizamos películas a fin de crear un ambiente estimulador de la reflexión en torno a las cuestiones que permean la producción y la difusión del conocimiento científico. Las profesoras evaluarán positivamente la contribución de la Historia de las Ciencias y de las Matemáticas para su perfeccionamiento profesional por varios motivos dentre ellos: los cambios en la manera de percibir la ciencia; la percepción de la ciencia como producto social y herencia cultural; la comprensión de la naturaleza de la ciencia y su recorrido histórico.

Palabras-clave: Historia de la Ciencia, Cine y Historia de la Ciencia, Formación de Profesores.

Introdução

Apresentamos nestas páginas o relato de uma experiência de ensino de História da



Ciência e da Matemática, realizada em 2016, com alunas de um curso de mestrado em Educação que são também professoras da rede de educação básica. Como tal, descrevemos e analisamos uma experiência que acreditamos trazer contribuições relevantes ao campo da formação de professores de Ciências e Matemática, em particular, no que se refere ao papel da História da Ciência nesse contexto. No intuito de compartilhar nossa vivência e ampliar o seu efeito entre pesquisadores interessados no tema. Procuramos estabelecer ponderações e reflexões advindas da experiência relatada, dialogando com a literatura pertinente, especialmente com os trabalhos mais recentes do historiador Peter Burke. A experiência consistiu no oferecimento de um curso de trinta horas, distribuídas em dez encontros semanais, de três horas cada um. As oito alunas inscritas no curso eram todas egressas de cursos de licenciatura, professoras da rede de educação básica, sendo que três estavam cursando o mestrado em Educação e uma cursava o doutorado, também na área da Educação. Ainda que em pequeno número, na turma de inscritos havia uma razoável diversidade de áreas de atuação: duas professoras de química, uma pedagoga, uma professora de física, uma professora de matemática, uma professora de filosofia e duas professoras de ciências biológicas.

A ementa definida para o curso e a metodologia de trabalho foi pensada levando-se em conta essa diversidade de áreas de formação e atuação. Decidimos por estudar o contexto e os acontecimentos do que se convencionou chamar Revolução Científica, abarcando o tempo entre o nascimento de Copérnico (1472-1543) e a morte de Newton (1642-1727). Alguns historiadores da ciência consideram a publicação da obra *De revolutionibus*, de Copérnico (1543), e da *Óptica*, de Newton (1704), respectivamente, como marcos fundamentais do início e do fim desse período. No âmbito dos acontecimentos políticos, podemos inserir o nascimento da ciência moderna no intervalo compreendido entre o descobrimento das Américas (1492) e a Revolução Francesa (1789). A completa reorientação da Matemática e das Ciências Naturais permite-nos reconhecer o caráter revolucionário desse período da História da Ciência. Essa época testemunhou uma nova posição social destinada àqueles que hoje chamamos cientistas e que passaram a reclamar o reconhecimento de suas atividades; protagonizou o estudo da natureza em virtude da utilidade das ciências naturais para a humanidade, e não para revelar o plano divino da criação; e criou as Academias, onde se desenvolveram as formas de organização do trabalho científico. No espírito dos novos tempos, a verdade das proposições abandona definitivamente o seu caráter de “revelação” e a sua dependência da autoridade que a comunica. A nova ciência criou suas próprias instituições, padronizou seus métodos e criou para si uma linguagem específica.

Sob o título *História da Ciência Moderna*, o programa do curso proposto objetivava estudar:

Temporalidades – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 27, V. 10, N. 1 (mai/ago. 2018)



o movimento artístico e intelectual que se processou na Europa, entre meados do século XIV e final do século XVI, conhecido como Renascimento, e o aparecimento, nessa época, dos artistas-engenheiros; a revolução cosmológica advinda da teoria heliocêntrica; o papel das universidades e dos intelectuais no movimento conhecido como Revolução Científica, entre os séculos XVI e XVIII; o surgimento da ciência experimental com ênfase em alguns aspectos da História da Química, da Biologia e da Matemática; o surgimento das Academias como forma de organização da produção científica e o paradigma cartesio-newtoniano.

No trabalho com a formação de professores de Matemática, venho me dedicando há alguns anos às possíveis relações entre História e Educação Matemática. A proposição de um curso de História da Ciência nos moldes que aqui descrevemos fundamenta-se na convicção de que é necessário que os professores tenham conhecimentos não só dos conteúdos das disciplinas que lecionam, mas, também, que lhes seja dada a oportunidade de aprender acerca da natureza dessas disciplinas e das formas pelas quais se dá a produção, organização e comunicação dos conhecimentos por elas abarcados. Nessa perspectiva, torna-se relevante o papel da História da Ciência na formação de professores, podendo fornecer elementos problematizadores que estimulem o desenvolvimento de ideias e posturas científicas, incentivem o posicionamento crítico face ao conhecimento científico como produto sociocultural e contribua para uma aprendizagem significativa das Ciências e da Matemática.

Nos parágrafos seguintes, apresentamos, pois, o relato de nossa experiência seguido de uma discussão que leva em conta as impressões dos participantes e as questões atuais atinentes ao papel da História da Ciência e da Matemática na formação de professores.

Relato da Experiência

O Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ - atende a um público composto basicamente por alunos egressos das diversas licenciaturas e professores que atuam em áreas distintas, na rede de educação básica pública. Cientes dessa realidade são oferecidas regularmente unidades curriculares que contemplem interesses multidisciplinares e que, inseridas no contexto maior da Educação, contribuam para o aprimoramento profissional desses professores de diferentes áreas do conhecimento. Dentro desse espírito é que foi oferecida a disciplina *História da Ciência Moderna* para o grupo de professoras descrito na Introdução a este texto, com a seguinte ementa: O Renascimento e os artistas-engenheiros; Novo Mundo e novo céu – a revolução cosmológica; Filosofia Mecânica; Filosofia Química; O Coração e a Geração; Classificar e conhecer; Instrumentos e teorias; As



Universidades e os intelectuais; Procedimentos científicos - as Academias; Princípios Matemáticos da Filosofia Natural. Todos esses tópicos estão contidos nos capítulos do livro *O nascimento da ciência moderna na Europa* (2001), do historiador italiano Paolo Rossi, que foi adotado como livro-texto na disciplina. O conteúdo programático foi distribuído em dez sessões de trabalho de três horas cada, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1: Conteúdo Programático da unidade curricular *História da Ciência Moderna*

1. O Renascimento e os artistas-engenheiros: a Reforma Protestante; a imprensa; a ciência dos mestres artesãos, dos artistas, dos comerciantes e dos engenheiros; Leonardo da Vinci – o homem do Renascimento.
2. Novo Mundo e novo céu – a revolução cosmológica: Copérnico, Bruno, Brahe, Kepler, Galileu; Francis Bacon e a ciência experimental; mundos inumeráveis; crise e fim do antropocentrismo.
3. Filosofia Mecânica: a mecânica e as máquinas; coisas naturais e coisas artificiais – conhecer e fazer; animais, homens e máquinas; Leibniz – a crítica ao mecanicismo.
4. Filosofia Química: a Química e seus ancestrais; Paracelso; Química e Filosofia mecânica; Mecanicismo e Vitalismo; Filosofia Magnética.
5. O Coração e a Geração: geração <i>ex-ovo</i> ou geração bacteriana; Pré-formismo.
6. Classificar e conhecer: línguas universais; uma língua para falar da natureza; impor nomes equivale a conhecer.
7. Instrumentos e teorias: ajudas para os sentidos; ajudas para o intelecto.
8. As Universidades e os intelectuais: o surgimento das universidades; a escolástica; a ciência laica.
9. Procedimentos científicos - as Academias: primeiras academias: Paris, Londres, Berlim, Bolonha; os <i>jornais</i> .
10. Princípios Matemáticos da Filosofia Natural: Newton; a síntese newtoniana.

Fonte: Plano de Ensino da disciplina *História da Ciência Moderna*, elaborado pela autora.

A metodologia de trabalho foi planejada de forma que cada encontro, a partir do segundo, iniciava com uma breve introdução ao tema a ser estudado, feita por mim, seguida da apresentação de um seminário por uma das alunas e encerrava com uma discussão em plenária.



No primeiro encontro, foi apresentado o Plano de Ensino, em que constavam a ementa, a descrição do conteúdo, a metodologia de ensino, o sistema de avaliação e a bibliografia pertinente. Também nesse encontro foram definidos e distribuídos os temas e as datas dos seminários para que as alunas pudessem prepará-los com antecedência. Nessa aula, apresentei o movimento que se convencionou chamar *Revolução Científica*, ocorrido no Ocidente, entre os séculos XVI e XVIII. Enfatizando seus protagonistas, sua abrangência (no tempo e no espaço), o contexto em que se processou, os obstáculos que tiveram que ser superados e os definitivos rompimentos efetuados, procurei mostrar que, naquela época, originou-se uma forma de conhecimento com características estruturalmente diferentes das outras formas até então disseminadas, com suas próprias instituições e linguagens específicas. A intenção naquele momento foi desvelar elementos da trama histórica que nos permitissem vislumbrar, para além da sequência de descobertas, os múltiplos aspectos e as complexas relações que plasmaram os intrincados percursos da razão. Procuramos mostrar que:

o que denominamos “Ciência” adquiriu naquela época alguns daqueles caracteres fundamentais que conserva ainda hoje e que aos pais fundadores pareceram justamente algo de novo na história do gênero humano: um artefato ou um empreendimento coletivo, capaz de se desenvolver por si próprio, voltado para conhecer o mundo e intervir sobre o mundo. Tal empreendimento, que com certeza não é inocente, nem jamais se considerou tal, ao contrário do que aconteceu para os ideais políticos, tornou-se uma poderosíssima *força unificadora* da história do mundo. (ROSSI, 2001, p. 22. Grifos meus).

Para cada uma das aulas seguintes foram definidos os capítulos do livro adotado, que deveriam ser lidos por todos a fim de subsidiar a discussão final, e deveriam ser estudados de forma mais aprofundada pela aluna encarregada do seminário. Para permitir esse aprofundamento, foi indicada uma bibliografia complementar composta por textos dos seguintes autores: Burke (2003), Hawking (2005), Chassot (1994), Cherman (2005), Hellman (1999), Souto (2013) e Wussing (1998). As sessões plenárias foram, diversas vezes, subsidiadas ou complementadas também por alguns vídeos adequados ao tema em discussão. O recurso aos filmes também vem sendo uma estratégia por mim utilizada com finalidades didáticas há algum tempo, proporcionando um tratamento interdisciplinar da História da Matemática, utilizando-a na promoção de uma Educação Matemática crítica e inserindo-a num projeto educativo mais amplo. Esse enfoque advém de uma percepção da ciência como produto sociocultural da humanidade, e como tal, associado, em cada momento histórico, às configurações das relações de poder em níveis locais e em níveis mundiais. Nesse sentido, o recurso aos filmes visa criar um ambiente que estimule a reflexão e o debate em torno das



questões que permeiam a produção e a difusão do conhecimento científico. No curso, objeto deste relato, foram exibidos trechos de filmes e documentários que estão descritos no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Filmes e documentários utilizados na disciplina

<p><i>Galileu</i> – a batalha pelo céu: documentário da NOVA/PBS, dirigido por Peter Jones. EUA/2002. 113 min.</p> <p><i>Sinopse:</i> Em uma época em que os hereges eram queimados vivos, Galileu Galilei arriscou sua vida ao tentar desenvolver conceitos revolucionários sobre o Universo. Baseado no <i>best-seller A Filha de Galileu</i>, escrito por Dava Sobel, esse documentário oferece uma vívida reconstrução da saga de Galileu, que mudou radicalmente a posição da Terra e do homem no universo. Apresenta os conflitos pessoais e espirituais que Galileu enfrentou – particularmente defendendo sua combatida teoria de que a Terra se move ao redor do Sol, ao longo do perturbador julgamento que ele enfrentou ao ser acusado de heresia, perante o tribunal da Inquisição.</p>
<p><i>Cartesius</i> – longa metragem da Versátil e Instituto Luce, filme dirigido por Roberto Rossellini. Itália/1974. 162min.</p> <p><i>Sinopse:</i> Rossellini realiza, com o seu realismo característico, um retrato fascinante da vida de Descartes e de sua busca incessante pelo conhecimento. São apresentadas várias décadas da vida do pensador, incluindo a escrita e publicação do <i>Discurso do Método</i> e de suas principais obras e o debate em torno do método cartesiano e seus estudos de Geometria Analítica.</p>
<p><i>Giordano Bruno</i> – filme dirigido por Giuliano Montaldo. Itália/1973. 114min.</p> <p><i>Sinopse:</i> uma das grandes obras do cinema político italiano dos anos 1970, mostra um dos episódios mais polêmicos da história: o processo e a execução do astrônomo, matemático e filósofo italiano Giordano Bruno (1548-1600), queimado na fogueira pela Inquisição por causa de suas teorias contrárias aos dogmas da Igreja Católica.</p>
<p><i>História da Ciência – poder, prova e paixão:</i> documentário em 6 episódios, dirigido por Michael Mosley. Inglaterra/2010.</p> <p><i>Sinopse:</i> uma série de seis episódios, produzida pela BBC de Londres para a televisão, com</p>



duração aproximada de 120min. Os episódios são independentes e tratam da história de vários ramos da ciência moderna com títulos bastante sugestivos: 1) *O que há lá fora* – a origem da ciência moderna, a cosmologia grega, a cosmologia copernicana, Galileu, Newton e a astronomia moderna; 2) *Do que o mundo é feito* – história da química; 3) *Como chegamos até aqui* – história da vida na terra; 4) *Podemos ter energia ilimitada?* – Simon Stevin, a máquina a vapor; 5) *Qual é o segredo da vida?* – história da medicina; 6) *O que nos faz humanos?* – história da psicologia.

O início do fim. filme dirigido por Roland Joffé. EUA/1989. 127min.

Síntese: Leslie Groves foi um general americano designado para coordenar a equipe de cientistas no Projeto Manhattan, operação que criou a bomba atômica durante a Segunda Guerra Mundial. Robert Oppenheimer foi o cientista contratado para tornar a impressionante missão uma realidade. Com esses dois protagonistas, o filme recria um dos capítulos mais marcantes da nossa história evidenciando conflitos morais e éticos na construção das duas bombas que foram lançadas sobre o Japão.

Fonte: Plano de Ensino da disciplina *História da Ciência Moderna*, elaborado pela autora.

As alunas foram avaliadas por meio de dois instrumentos: apresentação de seminários, já comentada aqui, e elaboração de uma resenha do filme *O início do fim*, que relata a epopeia do *Projeto Manhattan*, desenvolvido nos Estados Unidos, durante a Segunda Grande Guerra, cuja finalidade era anteceder a Alemanha na produção da bomba atômica.

Discussão

A História da Ciência e da Matemática são recomendadas como recurso didático e metodológico no ensino de Ciências e Matemática nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) e essa recomendação não só tem influenciado a produção de materiais didáticos como tem impactado as discussões acerca do papel dessas disciplinas na formação de professores. Existe, atualmente, uma vasta literatura disponível sobre as potencialidades do estudo da História da Ciência e da Matemática na formação inicial e continuada do professor (Furingueetti, 2007; Miguel & Miorim, 2008; Cyrino & Corrêa, 2009; Miguel et al, 2009; Charalambous, Panaoura, Philippou, 2009; Costa, 2013; Garcia, 2013; Araman & Batista, 2013). A persistência dos argumentos reforçadores das potencialidades pedagógicas da História da Ciência e da Matemática aponta para um relativo consenso entre os pesquisadores sobre as contribuições dessas histórias para a formação do professor.

De minha parte, considero que o estudo da História da Ciência e da Matemática pode



propiciar uma melhor compreensão da natureza do conhecimento científico e matemático além de permitir a problematização acerca da produção e difusão dos conhecimentos. Além do papel psicológico motivacional que percebo nessas histórias – contar e ouvir histórias, é algo prazeroso para muitas pessoas, acredito que o recurso à História em situações de sala de aula, nos diversos níveis de ensino, seja importante para apresentar a ciência como produto sociocultural da humanidade. Conceber a Ciência como uma construção histórico-cultural mutável e falível, como um processo de indagação em busca do conhecimento, como uma contínua expansão da criação humana, implica fortes consequências educacionais. Abrem-se, assim, possibilidades para discutir as relações entre ciência e poder, ciência e sociedade, ciência e política e para refletir sobre questões que permeiam a produção e a difusão dos conhecimentos. Além disso, a História nos provê com um sentido de identidade, possibilitando o conhecimento e a transformação do presente a partir da compreensão do nosso passado. Esses foram os parâmetros que balizaram a proposta da disciplina *História da Ciência Moderna* no Programa de Mestrado em Educação.

Há algum tempo venho aprimorando experiências sobre a utilização de produções cinematográficas em cursos de História da Matemática e uma reflexão sobre o tema a partir da discussão de 11 filmes está disponibilizada em Souto (2013). A utilização de filmes no curso de História da Ciência para professores, objeto desse relato, permitiu agregar novos elementos a essa prática e aprofundar a reflexão a respeito dela. Os filmes podem se constituir num eficiente recurso didático e sabemos que há muito vêm sendo utilizados nas diversas disciplinas escolares. Particularmente tratando da História da Ciência por meio do Cinema, temos contribuições importantes tais como Oliveira (2005), Oliveira (2007) e Garcia & Coimbra (2008). Os filmes, quer se pretendam imagens da realidade, ficções ou documentários, autênticos ou invenções, contribuem para uma conscientização, indo muito além dos documentos escritos destinados a preservar a memória de nossas instituições. Escapam ao controle até mesmo de suas equipes produtoras, incorporando uma riqueza de significação que, suplantando os roteiros originais, vai muito além de seu próprio conteúdo. Por essas razões, a gama de recursos proporcionada por diversos filmes tem se mostrado, na minha prática pedagógica, um campo fecundo para tratar das relações e dos elementos envolvidos na escrita da história e na produção da cultura e do conhecimento científico. Destacamos aqui, a título de exemplo, a utilização dos filmes “Giordano Bruno” e “Descartes” na experiência que ora analisamos.

Filmes: “Giordano Bruno” e “Descartes”

O contexto: a partir de meados do século XV, num mundo dominado pela invenção de



Gutemberg – a imprensa de tipos móveis coexistia com as mudanças profundas iniciadas no final da Idade Média e prolongadas pelos séculos do Renascimento e da Revolução Científica, atingindo os modos de produção, a organização política, a concepção de mundo, a vida religiosa, a Filosofia e as artes. Nesse mundo em convulsão, viveram o filósofo René Descartes (1596-1650) e o astrônomo, filósofo e matemático Giordano Bruno (1548-1600).

A produção cinematográfica: a vida e a obra desses dois importantes personagens da História da Ciência são tematizadas em duas grandes produções do cinema italiano da década de 1970. O processo movido pela Igreja Católica contra Giordano Bruno, que culminou com a sua condenação e morte na fogueira no ano 1600, é o tema do filme dirigido por Giuliano Montaldo. O intrigante entroncamento entre a vida e a obra de René Descartes, a quem a história atribuiu duas paternidades – a do racionalismo, no âmbito filosófico, e a da geometria analítica, nos domínios da matemática – é mostrado na cinebiografia dirigida por Roberto Rossellini. A história contada no filme “Giordano Bruno” se passa na Veneza do século XVI e aborda o processo inquisitorial ao qual o filósofo foi submetido. O ex-sacerdote dominicano foi acusado de heresia por reafirmar a teoria heliocêntrica e por defender a infinitude do Cosmos, a pluralidade dos mundos habitados e a inter-relação entre todas as coisas. O filme recompõe parte da biografia do filósofo e o foco da trama é o longo processo que culminou com a sua condenação como *frade apóstata e herege impenitente, pertinaz e obstinado*, seguida de sua execução numa fogueira no Campo dei Fiori, em Roma, em 17 de fevereiro de 1600. O filme “Descartes” reconstitui a trajetória do filósofo na sua incansável busca pela verdade e pelo conhecimento, revelando a complexidade de uma vida que toma a própria existência como um profundo mistério. Os diálogos na cinebiografia são praticamente transcrições literais de trechos da obra escrita legada por Descartes, principalmente da sua vasta correspondência. A edição especial brasileira é acompanhada pelo depoimento de Homero Santiago, professor de filosofia na Universidade de São Paulo, que oferece um importante auxílio para a compreensão de muitos elementos agregados ao filme.

Questões propostas para o debate a partir dos filmes: conhecimento e poder; o princípio da autoridade da Igreja; a atmosfera intelectual do Renascimento; concepções de homem e de mundo e seus reflexos nas relações sociais; racionalidade e fé; intolerância frente à diversidade de crenças e concepções; paradigma mecanicista x paradigma aristotélico.

Gostaríamos de ressaltar aqui que o fechamento do curso com o longa metragem *O início do fim*, de Roland Joffé, proporcionou uma reflexão acerca das possibilidades abertas pela exploração das Ciências Naturais e da Matemática com profundas implicações econômicas,



sociais e culturais. Nos séculos que se seguiram à revolução científica, todos os campos da atividade humana passaram por transformações estruturais e a civilização ocidental deslumbrou-se com o progresso material advindo da ciência e da tecnologia. Em meio a riquezas materiais nunca antes experimentadas e ao aprimoramento dos transportes e das comunicações num nível jamais imaginado, o século XX chega ao fim em clima de apreensão. A sociedade do consumo, ávida pela satisfação imediata de seus desejos (e não apenas de suas necessidades), abraçou os valores do individualismo absoluto e, indiferente aos direitos humanos fundamentais, colocou diante de si, pela primeira vez, a possibilidade real de destruição da humanidade. Preenchidas pela guerra, as últimas décadas do milênio testemunharam as maiores fomes da história, os horrores do genocídio, a degradação em escala nunca vista dos recursos naturais da Terra – o que nos leva a questionar os princípios e valores da atividade científica. O filme apresenta, sob a liderança do físico Robert Oppenheimer¹, um grupo formado por brilhantes cientistas que se concentra no remoto deserto do Novo México para tornar realidade a impressionante incumbência que recebeu: produzir *Fat Man* e *Little Boy* – duas bombas nucleares. Faziam parte desse grupo grandes nomes da ciência da época, como Leo Szilard² e Emrico Fermi³. O filme de Rolland Joffé é uma ficção, um drama sustentado na realidade e, como tal, mantém-se bastante fiel aos dados históricos sobre a produção da bomba atômica. Fazem parte do roteiro as inseguranças e ansiedades dos cientistas, os dramas de consciência, as relações amorosas, a solidão existencial intensificada pela guerra. Sob intensa pressão, lidam com as dificuldades na manipulação de material radioativo – perigo ainda desconhecido; entram em choque com os métodos de trabalho dos militares –, que, ao contrário dos cientistas, prezam o sigilo, proíbem o debate e não socializam as informações. O filme proporciona elementos para o debate sobre ciência, tecnologia, sociedade e meio ambiente, bem como sobre questões relacionadas à ética na ciência e na política.

Após o encerramento das aulas, discutimos as impressões e/ou contribuições deixadas

¹ Oppenheimer nasceu na Alemanha em 1904, estudou em Harvard e doutorou-se na Inglaterra em 1927, regressando aos EUA para lecionar em Berkeley University e, em 1936, filiou-se ao partido comunista. Seu sucesso na liderança do Projeto Manhattan levou-o, após a guerra, à presidência do Comitê do Conselho Geral da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, no qual permaneceu até 1952. No entanto, seu passado de ligações com os comunistas não foi esquecido e, em 1953, embora tenha sido inocentado da acusação de associar-se a eles, ficou impedido de ter acesso a segredos militares. Morreu de câncer em 1955.

² Szilard era húngaro naturalizado americano. Doutorou-se em física pela Universidade de Berlim em 1922. Em 1936, tentou alertar seus colegas a respeito do perigo da energia nuclear e da necessidade de controlar as pesquisas nesse campo. Em 1947, deixou a física e seguiu sua carreira em biologia molecular. Embora tenha sido diagnosticado com câncer na bexiga, morreu em 1966 de ataque cardíaco.

³ Enrico Fermi nasceu em Roma em 1901. Doutorou-se na Universidade de Pisa e recebeu o Prêmio Nobel de Física em 1938. Casado com uma judia, foi obrigado a fugir da política antisemita de Mussolini, migrando para os EUA, onde se naturalizou em 1944. Morreu em 1954, vítima de câncer no estômago.



por essa experiência de estudo da História da Ciência em um grupo multidisciplinar. A experiência foi considerada muito positiva pelo grupo de alunas participantes. A seguir, apresentamos algumas conclusões a respeito das contribuições do curso para a formação das professoras envolvidas, ilustrando com suas próprias palavras:

- Ampliação dos horizontes e das formas de perceber a ciência:

Às vezes a ciência em si é vista de uma forma anacrônica e fragmentada e, conhecendo melhor a história da construção do conhecimento, desperta um maior interesse pela mesma e amplia as possibilidades de reflexão.

A disciplina de História da Ciência Moderna contribuiu para a minha formação, pois ampliou os horizontes e a forma de ver alguns aspectos da ciência.

- Percepção do contexto histórico e cultural da produção do conhecimento científico;
- Conhecimento sobre os obstáculos enfrentados na produção dos conhecimentos:

Estudar os processos, os grandes cientistas bem como suas descobertas e os desafios e obstáculos enfrentados pelos mesmos para se chegar onde estamos hoje, estabeleceu para mim um parâmetro entre o que existe atualmente e o passado.

- Percepção da ciência como produto social e como herança cultural:

A contribuição da disciplina com relação à minha visão sobre a História da Ciência foi extremamente válida e importante, me ajudou a compreender melhor o processo da construção das ciências como atividade humana.

- Compreensão sobre a natureza da ciência e seu percurso histórico;

Ao nos depararmos com todo o processo da evolução da ciência, nos damos conta que mudar paradigmas é essencial para o avanço da ciência.

As leituras e discussões contextualizaram de forma mais significativa sobre a História da Ciência moderna e pude reforçar minha concepção sobre a natureza da ciência e seus percursos para chegar tal como é posta hoje por nós.

- Compreensão sobre a origem dos conhecimentos que adquirimos e transmitimos:

A disciplina História da Ciência moderna me surpreendeu/.../com vários assuntos e cientistas que eu não conhecia.

- Percepção da importância da criatividade e da ousadia na proposição de ideias novas:

É inspirador conhecer como nasceu a ciência moderna. Nós como professores e educadores devemos nos deixar ser afetados por essa criatividade, assim como foram aqueles homens.



- Percepção da importância da disseminação do conhecimento;
- Percepção da importância e necessidade de adotar novos paradigmas/ideias:

O estudo da História da Ciência foi motivador e pode contribuir para nós enquanto professores, incentivando novas ideias, favorecendo um ambiente acolhedor para aceitar ou discutir novas visões.

- Possibilidade de compreender melhor o presente a partir do conhecimento do passado;
- Ampliação do conhecimento sobre a vida e o trabalho de pessoas que tiveram papel importante na História da Ciência:

A disciplina me permitiu enxergar como o sujeito, o ser humano se comporta em uma determinada época e como o novo e o diferente assustam. As ideias novas e diferentes, de um modo geral, causam estranhamento.

- Percepção de um potencial didático na História da Ciência:

A História da Ciência moderna impacta positivamente tanto a formação de professores quanto o desenvolvimento da didática em sala de aula, pois cria a possibilidade de se continuar abrindo caminhos para o desenvolvimento científico.

- Percepção de que as ciências que nos parecem hoje desconectadas, eram interligadas na sua origem:

Achei importante ver como, no início de tudo, as ciências eram interligadas, uma só, e hoje são totalmente desconectadas.

Para mim, como idealizadora e professora no curso, o aspecto mais interessante dessa experiência foi a possibilidade de discutir e refletir sobre algumas questões importantes no fazer da ciência com pedagogas e professoras de várias áreas disciplinares. Minha experiência até então se limitava às discussões propiciadas pelo estudo da História da Matemática em grupos constituídos apenas por professores de Matemática. A diversidade de áreas de interesse e de formação das professoras que participaram da experiência favoreceram a ampliação e aprofundamento de questões que dizem respeito a todas as ciências, criando um ambiente de maior intercâmbio de percepções e conhecimentos. Por essa razão, as discussões ocorridas em sala de aula permitiram uma visão mais abrangente dos processos de produção e difusão dos conhecimentos, desvelando com maior riqueza de detalhes as múltiplas relações ali implicadas e os difíceis percursos da humanidade na busca da sobrevivência e das melhorias das condições de vida no planeta por meio do trabalho e do esforço coletivo.

Ao refletir sobre nossa experiência fomos levados a corroborar o ponto de vista expresso



em Burke (2016) que, propondo um alargamento do campo da História da Ciência para um enfoque voltado para as histórias dos conhecimentos, afirma que não existe história do conhecimento, “existem apenas histórias, no plural, de conhecimentos, também no plural” (BURKE, 2016, p. 19.). Ao explicitar essa opção, o autor declara seguir:

os exemplos de Michel Foucault, que muitas vezes escreveu sobre *savoirs* em vez de um único *savoir*; do teórico da administração Peter Drucker, que sugeria que ‘passamos do conhecimento para conhecimentos’; e do antropólogo Peter Worsley, que declarou que ‘existem conhecimentos, não apenas Conhecimento com C maiúsculo’ (BURKE, 2016, p. 20. Grifos meus).

Burke argumenta que “até mesmo dentro de uma determinada cultura existem diferentes tipos de conhecimento” “[que] aquilo que se considera válido saber varia muito de acordo com lugar, época e grupo social” “[e] até mesmo o conceito de conhecimento varia conforme local, época e, acima de tudo, idioma” (BURKE, 2016, p. 20-21).

Neste ponto de nossas reflexões, tangenciamos um antigo problema vivenciado pelos historiadores e que não escapa às produções relativas ao estudo dos conhecimentos. Trata-se da difícil escolha entre supor a superioridade da tradição científica ocidental, incorrendo na acusação de etnocentrismo, ou tratar de forma equânime todos os conhecimentos nas diversas sociedades ou épocas. Ainda que tenhamos consciência da complexidade e importância do tema, merecendo uma discussão mais aprofundada, não nos dedicaremos a ela no momento por entender que foge ao escopo deste texto. Por ora, adotamos a postura conciliadora de Peter Burke – no sentido de evitar as posições extremas – que, embora se perfilando entre os acadêmicos que estudam o que chamam de conhecimentos, no plural, e que correm o risco de serem acusados de relativismo ou mesmo niilismo, por tratar de forma igualitária todos os enfoques de conhecimento, ciente dos problemas trazidos por essa escolha, propõe, para a conscientização das decisões que perpassam estudos nessa área, que:

para compreender os sistemas de conhecimento antigos não é necessário afirmar que eles são igualmente eficazes na compreensão do mundo. Por outro viés, não precisamos tratá-los em termos equânimes. Atitudes que nos parecem ingênuas ou simplórias – a crença na eficácia da feitiçaria, por exemplo – não devem ser julgadas pelos nossos padrões, mas relacionadas à cultura da qual fizeram parte, às normas locais, incluindo os padrões de verificação em vigor em determinado lugar e período. Documentos que parecem ser inexatos, como os mapas inuítas [...] podem simplesmente revelar uma compreensão de espaço diferente da nossa. O ponto fundamental é adotar com seriedade os conhecimentos e categorias intelectuais de outras culturas, em lugar de vê-los a partir de uma posição de superioridade como erros ou “superstições” (BURKE, 2016, p. 162).

Depois de abordar a história do conhecimento nos últimos 500 anos, em *Uma História*



Social do Conhecimento de Gutemberg a Diderot (2000) e *Uma História Social do Conhecimento da Encyclopédie à Wikipedia* (2012), Burke (2016) analisa as origens e fundamentos desse novo domínio da ciência histórica que, segundo ele, se diferencia da História da Ciência e da História dos Intelectuais. De fato, na chamada “sociedade do conhecimento” ou “sociedade da informação”⁴, importa conhecer a trajetória humana em busca dos conhecimentos e não se pode utilizar genericamente o termo “ciência”, que na acepção atual foi cunhado no século XIX, sem incorrer num anacronismo. Ainda assim, de todas as histórias vizinhas às histórias dos conhecimentos, a mais próxima continua sendo a História da Ciência que, já há algum tempo, deixou de ser a história das grandes ideias de grandes homens para focar na história de lugares onde se faz a ciência, na história das práticas e instituições científicas. Nas últimas décadas, o surgimento do interesse acadêmico na cultura popular, permitindo incluir os conhecimentos práticos de outros sujeitos, o fato de que os métodos ditos científicos muitas vezes se desenvolveram a partir de práticas cotidianas menos formais e a crescente necessidade de discutir as conquistas intelectuais das culturas não ocidentais como contribuições ao conhecimento ajudaram a impulsionar os estudos acerca das histórias dos conhecimentos.

A experiência aqui relatada permitiu às professoras a compreensão de que a história do conhecimento se desenvolveu a partir da história da cultura, da história do livro e de outros tipos de história, mas principalmente da história dos intelectuais e da História da Ciência. Pode-se dizer que a história do conhecimento já está institucionalizada como disciplina, com suas próprias agremiações, cursos, centros de estudo e periódicos. Ao refletir sobre o movimento universal do “aprendizado coletivo” por meio do qual se deu a construção do conhecimento, elaboramos conceitos fundamentais para a compreensão dos processos de criação, armazenamento e difusão do conhecimento. Essa experiência oportunizou-nos, também, conhecer algumas perspectivas para as abordagens da história dos conhecimentos nas próximas décadas. De acordo com Burke (2016), haverá uma tendência a avançar dos estudos que tratam da difusão do conhecimento ocidental para os que tratam dos encontros, choques, traduções e hibridizações, caracterizando uma abordagem global. Haverá, também, uma guinada social, focando uma história do conhecimento a partir das camadas inferiores com um crescente e já notório interesse nos conhecimentos cotidianos e tácitos. Finalmente, Burke acredita numa tendência de ênfase nos

⁴ Alguns historiadores preferem falar em “informação” em vez de “conhecimento”. Mais uma vez, nos apoiamos em Burke (2016) que utiliza uma metáfora para distinguir “informação”, como algo relativamente cru, de “conhecimento” como algo que foi processado, cozido. Nesse sentido, a informação passa por diversos processos até ser transformada em conhecimento para ser disseminado e utilizado em várias situações. Para esse autor, vivemos em uma “Sociedade do Mecanismo de Busca” na qual saber onde encontrar informações sobre determinado assunto é tão importante quanto o conhecimento do assunto.



estudos do conhecimento em longuíssimo prazo, na tentativa de responder a grande questão feita pelo historiador David Christian (2011): “Como esse acúmulo e compartilhamento de conhecimento geram as mudanças de longo prazo que distinguem a história dos seres humanos da história de espécies intimamente relacionadas?”.

Referências Bibliográficas:

- ARAMAN, E. M. O.; BATISTA, I. L. Contribuições da História da Matemática para a construção dos saberes do professor de Matemática. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 27, n. 45, p. 1-30, abr. 2013.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Matemática**. Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias - Ensino Médio**. Brasília: MEC, 1999.
- BURKE, P. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. **Uma História Social do Conhecimento II** – da Enciclopédia à Wikipédia. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.
- _____. **O que é História do Conhecimento?** Tradução de Claudia Freire. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- CHARALAMBOUS, C. Y.; PANAOURA, A.; PHILIPPOU, G. Using the history of mathematics to induce changes in preservice teachers’ beliefs and attitudes: insights from evaluating a teacher education program. **Educational Studies in Mathematics**, New York, v. 71, n. 2, p.161-180, 2009.
- CHASSOT, A. **A Ciência através dos tempos**. São Paulo: Editora Moderna, 1994. (Coleção Polêmica).
- CHERMAN, A. **Sobre os ombros de gigantes: uma história da física**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- COSTA, E. A. S., Analisando Algumas Potencialidades da História da Matemática no Ensino e Aprendizagem da disciplina Desenho Geométrico por meio da Teoria Fundamentada. **Dissertação** (Mestrado em Educação Matemática). UFOP, Ouro Preto, MG, 2013.
- CHRISTIAN, D. **Maps of time: an Introduction to Big History**. Berkeley: University of California Press, 2011.
- CYRINO, M. C. C. T.; CORRÊA, J. F. A História da Matemática na Educação Matemática de futuros professores: o problema das quadraturas. **Boletim GEPEN** (USU), v. 51, p. 45-61, 2007.
- _____. Reflexões sobre a constituição de uma história orientada para a formação inicial de professores de Matemática. **Ciência & Educação** (UNESP), v. 15, n. 2, p. 413-424, 2009.
- GARCIA, F. T. A prática de ensino com a História da Matemática na formação inicial de professores de Matemática na modalidade a distância. **Dissertação** (Mestrado em Educação Matemática). UFOP, Ouro Preto, MG, 2013.



HAWKING, S. **Os gênios da Ciência:** sobre os ombros de gigantes - as mais importantes idéias da Física e da Astronomia. Tradução de Heloíza Beatriz Santos Rocha, Lis Lemos Parreiras Horta Moriconi. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HELLMAN, H. **Grandes debates da Ciência:** dez das maiores contendas de todos os tempos. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

FURINGUETTI, F. Teacher education through the History of Mathematics. **Educational Studies in Mathematics**, Dordrecht, n. 66, p. 131-143, 2007.

GARCIA, G. C. e COIMBRA, C. A. Q. (Orgs). **Ciência em foco:** o olhar pelo cinema. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

MIGUEL, A. et al. **História da Matemática em atividades didáticas** – 2ª ed. São Paulo: Livraria da Física, 2009.

_____.; MIORIM, M. A. **História na Educação Matemática:** propostas e desafios. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Tendências em Educação Matemática).

OLIVEIRA, B. J. (Org). **História da Ciência no cinema.** Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2005.

_____. **História da Ciência no cinema 2.** Brasília, DF: CAPES, Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2007.

ROSSI, P. **O nascimento da ciência moderna na Europa.** Tradução de Antonio Angonesi. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

SOUTO, R. M. A. **Cinema e História da Matemática** – entrelaços possíveis. São Paulo: Ed Livraria da Física, 2013.

WUSSING, H. **Lecciones de Historia de las Matemáticas.** Madrid: Siglo veintiuno editores, 1998.



A saúde engarrafada nas Águas de Melgaço: cultura e consumo na Manaus do século XIX-XX

The bottled health in the Waters of Melgaço: culture and consumption in the Manaus of the XIX-XX century

Tatiana de Lima Pedrosa Santos

Doutorado em História
Universidade do Estado do Amazonas
tatixpedrosa@yahoo.com.br

Samuel Lucena de Medeiros

Mestrando em História
Universidade do Estado do Amazonas
samuca_slm@hotmail.com

Recebido em: 11/05/2018

Aprovado em: 24/09/2018

Resumo: Com a chegada das inovações tecnológicas do final do século XIX e os problemas acarretados, a manutenção de uma vida saudável apenas mostrou-se mais almejada pela sociedade ocidental. Já no início do século XX, em decorrência da “explosão” midiática, o tema da saúde torna-se fortemente envolvido ao capitalismo. É nesse cenário que aparecem propagandas de produtos medicinais, como da marca portuguesa de águas medicinais “Águas de Melgaço”. Este trabalho pretende, através de um viés da Arqueologia Histórica, relacioná-las com o período histórico em que foram publicadas e estudar como desempenhavam o papel de ancoradoras de significado simbólico à marca, bem como sua dinamicidade entre consumo e sociedade. A marca surge como elemento delineador apropriado pela elite manauara, num cenário onde a mensagem simbólica engarrafada apresenta vínculos de manipulação da cultura de consumo.

Palavras-chave: Arqueologia Histórica, Cultura de Consumo, Águas de Melgaço.

Abstract: With the arrival of the technological innovations of the end of the nineteenth century, and the problems that its course came to present, the maintenance of a healthy life only showed itself more wanted by the western society. Already in the early twentieth century, as a result of the media “explosion”, the theme of health is now strongly involved in capitalism. It is in this scenario that appear advertisements of medicinal products, as of the Portuguese brand of medicinal waters "Águas de Melgaço". This work intends, by na Historical Archaeology line, to relate them to the historical period in which they were published and as they played the role of anchorers of symbolic meaning to the brand , as well as which dynamics were involved between consumption and society. The brand appears as an appropriate delineating element by the Manauara elite, in a scenario where the symbolic bottled message presents manipulation links of the consumer culture.

Keywords: Historical Archaeology, Consumption Culture, Waters of Melgaço.



Hiportermal e cálcica: a ordem agora é consumir!

Há uma contínua batalha no que se refere às implicações políticas e sociais de se interpretar o passado, e os arqueólogos, historiadores e todas as áreas afins continuam neste desafio. A responsabilidade se torna maior quando nesta equação se insere um coeficiente a mais: a questão econômica.

No devir histórico que marca o desenvolvimento cultural, como também o desenvolvimento econômico, precisamos ter em mente que a lógica do sistema não é tão exata quanto parece. As forças de consumo quando materializadas tomam formas e finalidades em detrimento das lógicas culturais que ainda precisam ser destrinchadas.

É o caso desta pesquisa, que toma como ponto de partida a marca portuguesa de águas medicinais “Águas de Melgaço”, coletada e comercializada na Europa, chegando também a ser exportada e, conseqüentemente, vendida sob relações de alcance intercontinental, em países como o Brasil. E vai além, quando se intenta compreender sua inserção na sociedade manauara e suas implicações.

Inicialmente trazemos a perspectiva de que a Águas de Melgaço será um dos muitos motores que farão parte das inovações tecnológicas do final do século XIX, bem como o momento de ebulição próprio de um período de transição.

A “Águas de Melgaço” é uma dessas lógicas culturais em que nos é possível compreender os impactos econômicos dos chamados fetiches de consumo, característicos do capitalismo.

Como entender a tão sonhada integridade física, a higiene, a sanitização da tão almejada vida saudável? Seria possível a mesma ser engarrafada e consumida, apresentando assim o controle sobre fatores que agora mediante o consumo podem ser domesticados? Essa domesticação e controle, de certa forma, poderiam vir a representar um status que se torna produto e agente discricionário de diferenciação social, cultural e política?

A apropriação cultural que as pessoas fazem de condições externas que elas não criam, e das quais não podem escapar, constitui o próprio princípio de sua ação histórica [...] não se trata de sugerir que desconheçamos as forças devastadoras modernas, mas apenas que seu curso histórico deve ser visto como um processo cultural [...] relações e bens do sistema mais amplo também passam a ocupar lugares dotados de significado na ordem local das coisas [...] as mudanças históricas na sociedade local estão em continuidade com o esquema cultural suplantado, a nova situação vai adquirindo uma coerência cultural de natureza distinta seu próprio sistema de mundo (SAHLINS, 2004, p.445).



Ao examinar um objeto inserido numa perspectiva de consumo, pretende-se contribuir no que se tangencia a exposição dos tipos variados de representação e *marketing* no passado e clarificar, respectivamente, esse conjunto de problemáticas e fatores próprios à sociedade em que o mesmo se insere. Essa é uma perspectiva que pode vir a somar e contribuir no que diz respeito às discussões teóricas na Arqueologia e História, ainda remanescentes e ligadas às culturas de consumo.

É de amplo conhecimento o impacto que desempenhou o uso de propagandas e publicidades desde o começo da implantação do sistema capitalista e a crescente industrialização pela qual passaram os países a ele relacionados. A partir do aumento da produção de bens de consumo passou-se a pensar em formas de apresentá-los ao público consumidor de maneira a alcançar o maior contingente possível (ROCHA, 1995).

Faz-se necessário entender que, através e pelo consumo, somos inseridos numa perspectiva de vida global ou globalizante. E quando tal experienciamos através dos artefatos, estes podem nos transpor ou nos obrigar a entender uma lógica de identificação regida por leis próprias, e que muitas vezes os processos e interações fazem parte de um projeto coletivo maior.

A globalização se refere essencialmente a este processo de alongamento, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredaram através da superfície da Terra como um todo. [...] Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. [...] Uma quantidade cada vez maior de pessoas vive em circunstâncias nas quais instituições desencaixadas, ligando práticas locais a relações sociais globalizadas, organizam os aspectos principais da vida cotidiana (GIDDENS, 1991, p.60 e 73).

A Arqueologia Histórica tem sido uma das responsáveis por trazer à tona debates e contextos que precisam ser pesquisados (ORSER JR., 1992; KERN, 1985; FUNARI, 2004; COSTA, 2013). Ao se considerar as muitas interpretações para um passado é preciso se estar atento de que este pode ser presentificado de muitas maneiras através dos pequenos objetos (DEETZ, 1996).

Destarte, é importante que se esteja atento de que, apesar do sistema capitalista introduzir contextos particulares num sistema global, esses contextos também possuem a capacidade de reproduzir características particulares e peculiares.

As novas práticas de higiene e saúde na transição do século XIX-XX implicariam em deixar paulatinamente as antigas práticas pela sociedade praticadas. A Manaus do início do século XX pode ser caracterizada por seu ritmo acelerado, sua ampla abertura ao exterior, o



enriquecimento e o constante apego de parte da população, a elite da borracha, por uma dissimulação social.

Em contrapartida, temos uma maioria que precisa se “adequar” rapidamente ao sistema capitalista e mudar de hábito, passando agora a consumir no público o que antes era consumido e produzido no privado.

Art.236 - Unicamente às farmácias e drogarias é permitido vender drogas e medicamentos, ou preparados medicinais, nacionais ou estrangeiros. Aos contraventores, multa de 100\$000.

Art.237 – A fiscalização desses estabelecimentos é da competência da Repartição do Serviço Sanitário do Estado, cabendo à Municipalidade apenas a fiscalização das contravenções que se derem em relação às disposições dos artigos anterior e subsequente (MANAUS, 1910, p.196-197).

Assim, o que antes era resolvido numa perspectiva doméstica em que no máximo se tinha o exame dos chamados práticos informais (boticários, barbeiros, parturientes, sangradores e pajés) auxiliados pelos remédios caseiros, passa de meados do século XIX ao início do século XX a ser preenchido pelos chamados medicamentos engarrafados.

Quando se considera as transformações causadas como reflexo da desenfreada implementação maquinária e surgimento de configurações socioespaciais insalubres (como as áreas de descarte indevido, falta de cuidado com os rejeitos e seu destino adequado), e os avanços alcançados pela área médica e farmacológica, principalmente durante o século XIX (THOMPSON, 1980), pode-se ver o aumento de uma forma particular de propaganda: a propaganda da saúde. Como consequência da “explosão” midiática (ROCHA, 1995; SANDMANN, 2003), já no início do século XX, o tema da saúde alcança novos patamares, ganhando um forte envolvimento com o capitalismo.

Ora, sobre a introdução das mercadorias e da política de valor, Appadurai (2008) já salientava os diversos desdobramentos das chamadas “trocas de sacrifício”. Essa intensidade da inversão de valores pode ser mensurada quando o objeto econômico não tem o valor absoluto como resultado da demanda que suscita, mas a demanda (imaterial) confere valor ao objeto. O que nos faz pensar sobre a compra da “puríssima água”, de ser vendida como sinal de saúde aos seus consumidores.

Em suma, a troca não é um subproduto da valoração mútua de objetos, mas sua fonte. [...] Este sentido alternativo [...] consiste em explorar as condições sob as quais objetos econômicos **circulam** em diferentes regimes de **valor** no tempo e no espaço (APPADURAI, 2008, p.16. Grifo dos autores).



É, pois, durante a configuração desse cenário que aparecem nos principais meios propagandísticos (jornais, revistas, e livros) propagandas de produtos medicinais e terapêuticos, dentre os quais se escolhe como foco especial deste trabalho a marca portuguesa de águas medicinais “Águas de Melgaço”, engarrafada e comercializada pela Europa e também exportada para países como o Brasil (BASTOS et al.). Seu material de propaganda remanescente é riquíssimo, estando sob a forma de anúncios, reclames, rótulos, cartões postais, artigos em revistas, lembranças, livros, e outros.

O artefato como expoente do consumo

As Águas de Melgaço devem ser encaradas dentro de uma perspectiva de pesquisa que faz parte da epistemologia da Arqueologia Histórica, sendo multidisciplinar e interpretativa (LIMA, 1985). As garrafas fazem parte de um contexto de sítios histórico-arqueológicos (Sítio Catedral, Sítio Glacial, Sítio Coronel Salgado, entre outros) da cidade de Manaus que vêm sendo paulatinamente estudados e analisados pelo grupo NIPAAM (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica), no Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza (SEC/AM), e ainda sob a perspectiva do “Projeto Universal” (Triênio 2017-2019).

A pesquisa é alicerçada com outras fontes documentais e bibliográficas, de forma que foram consultados documentos escritos e pictóricos, como cartas, fotos, mapas, embalagens, recortes de periódicos e jornais, e outros (GIL, 1987; ORSER JR., 1992).

Este ramo de pesquisa possibilita ao arqueólogo a consulta a fontes de informação diversas, permitindo, dessa forma, uma visão mais ampla e coesa dos fenômenos estudados, não estando concentrado apenas em análises físicas ou materiais (artefatuais) (ORSER JR., 1992). A parte bibliográfica é desenvolvida a partir de leituras com proposta analítica e crítica-reflexiva, para base informativa e metodológica da pesquisa (GIL, 1987, LAKATOS & MARCONI, 2003).

Portanto, partindo-se do contato com o material informativo documental através da consulta a acervos físicos e digitais, busca-se uma abordagem analítica e interpretativa em relação ao seu conteúdo, contexto histórico-social no qual estava inserido durante o período de circulação e, não apenas apresentar as expressões propagandísticas e comerciais da marca estudada, mas também relacioná-las com o possível papel que desempenhavam, o de ancoradoras de significado simbólico (MCCRACKEN, 2003) à marca e ao produto de consumo.

Destarte, o *locus* da pesquisa está menos em clarificar como a garrafa era a representação de materialidade do capitalismo e de suas transições mercantis, e mais em como o artefato e a sua



mensagem engarrafada era agente da manipulação desse consumo na transição dos séculos XIX e XX. No levantamento realizado durante a pesquisa, pôde-se identificar o número total de 31 ocorrências de propaganda comercial¹ relacionadas à marca “Águas de Melgaço”, conforme o quadro a seguir.

Quadro 1 - Propagandas publicitárias identificadas e registradas.

MATERIAL	SUPORTE	ANO
Fotografia do Grande Hotel Ranhada (Peso)	Cartão Postal português	Déc.1910
Fotografia do Hotel Ranhada	Cartão Postal português	1920-1930
Ilustração do Hotel Quinta do Pezo	Cartão Postal português	Déc.1910
Fotografia do Grande Hotel do Pezo	Cartão Postal português	1910-1920
Fotografia de aquisitas no Grande Hotel do Pezo	Foto	1910-1920
Ilustração do Novo Hotel (Melgaço)	Cartão Postal	Iníc.1900
Bilhete Postal do Grande Hotel do Pezo	Cartão Postal	Déc.1910
Fotografia do Novo Hotel	Cartão Postal	Déc.1920
Cartão Postal da Cia. Vidago, Melgaço e Pedras Salgadas	Cartão Postal português	1930-1940
Fotografia do primeiro abrigo da fonte de Melgaço	Cartão Postal	1880-1890
Fotografia do abrigo da fonte finalizado	Cartão Postal	1890-1900
Fotografia da fonte principal de Melgaço	Cartão Postal	Déc.1900
Fotografia do edifício da fonte principal (construção)	Cartão Postal	1908-1909
Fotografia do edifício da fonte finalizado	Cartão Postal	Déc.1920
Fotografia do pavilhão do edifício da fonte	Cartão Postal	Déc. 1980
Fotografia do edifício do balneário do Pezo	Cartão Postal	Déc.1910
Ilustração do Parque e Balneário de Melgaço	Livro	1949
Fotografia do balneário do Pezo	Cartão Postal	1933 (?)
Tabela de preços e permissões de utilização da água	Diário do Governo português	1917
Fotografias e ilustrações das “Águas Mínero-Medicinaes”	Livro português	1915
Propaganda das “Águas Míneraes de Melgaço”	Jornal português encontrado no Brasil	1902
Propaganda com ilustração do edifício da fonte	Revista (?)	Déc.1920
Ilustração do edifício da fonte principal com informações	Rótulo	Déc.1930
Propaganda da marca e hotéis relacionados ao Pezo	Revista (?)	1934
Artigo sobre as “Águas de Melgaço” e estância termal	Revista brasileira	1936
Propaganda da marca (reclame)	Revista brasileira	1940-1950
Propaganda da C ^a Vidago Melgaço e Pedras Salgadas	Revista (?)	1940-1950
Propaganda da C ^a com destaque para o modelo de garrafa	Revista (?)	1940-1950
Lembrança da C ^a com informações dos prêmios recebidos	Cartão (papel)	1969

¹ Para os autores que estudam e escrevem acerca do capitalismo e formas de mercado de bens, as formas de divulgação em massa (diversas, como já se comentou anteriormente) podem ser divididas em duas categorias: a publicidade e a propaganda. A primeira entende-se como as formas de se utilizar os meios de divulgação, difusão, e mediadores para fins de caráter comercial, ou seja, para apresentar ao mercado consumidor um produto e suas utilidades. A segunda caracteriza-se por, além de apresentar o lado comercial da publicidade, somar a ele outras intenções em seus fins. Estes versam sobre questões que se aproximam do imaterial. Geralmente, ambas as categorias são escolhidas para compor juntas uma propaganda comercial.



Registro das garrafas da marca com o rótulo em depósito	Vídeo (filmagem)	Iníc.1980
Fotografia da mais nova versão da garrafa	Meio digital	2003

Fonte: Elaboração do autor em 24 de outubro de 2017. Obs: os cartões postais e periódicos consultados, tinham também alcance e circulação em território brasileiro, por este motivo foram escolhidos durante o estudo, bem como tinham como alcance os indivíduos de maior poder aquisitivo, “finos e requintados”.

Dentre elas, apenas aquelas produzidas a partir do início do século XX (e que se enquadram no recorte temporal escolhido para a pesquisa) apresentam forte tom apelativo, chegando, às vezes, a utilizar o reclame como principal forma de alcance ao consumidor.

Quando se utiliza de reclames, além de estabelecer frases de efeito e jargões de fácil memorização, determinada empresa ou vendedora busca criar uma espécie de vínculo com o consumidor, como no caso da marca estudada. Não apenas fazendo-se referência aos benefícios terapêuticos que a águas poderia proporcionar, mas também adicionando à propaganda elementos cotidianos e inerentes à vida social.

Consumir é a atividade pregada como o que pode trazer as satisfações e realizações últimas da existência humana nas sociedades baseadas na acumulação de riqueza pelos donos dos meios de produção. [...] A realização plena está condicionada a ter algo que se torna espiritualmente necessário. [...] Os reclames da cultura industrial são evidentes: quando se tem se é feliz com os amigos, a família e o trabalho (COSTA FILHO, 2005, p.1).

Desde os primeiros engarrafamentos da água da região de Melgaço (Minho, Portugal), em 1885, histórias chamativas faziam parte de sua propaganda (LEITE; FERRAZ, 2007). Há o



famoso exemplo da mulher de um conhecido médico que, ao tomar as águas das fontes termais que afloram na região, foi curada de um mal estomacal e esta cura atribuída às águas da estância de Melgaço (Lugar do Peso, Alto Minho). Através desse acontecimento, a fama daquelas águas espalhou-se por toda a Europa (BASTOS et al., 2002; LEITE, FERRAZ, 2007), sendo posteriormente construídos hotéis de luxo e um belo parque para os aquistas (para os que iam para beber da água medicinal ou nadar nas piscinas termais).

Estas são relações que nos fazem entrever os processos pelo qual os valores relacionados à cultura material são apropriados, criados e reinterpretados pelas pessoas. Neste caso, exemplifica-se como esses valores ligados à “Água de Melgaço” se tornaram atrativos a uma elite local (manauara), que passa a referendá-la no que tange a seu valor simbólico.

Os bens de consumo têm uma significância que vai além de seu caráter utilitário e se valor comercial. Essa significância reside, em grande medida, na capacidade que têm os bens de consumo de carregar e comunicar significado cultural. [...] [Este] flui naturalmente entre suas diversas localizações no mundo social, auxiliado pelos esforços coletivos e individuais de projetistas, produtores, publicitários e consumidores (MCCRACKEN, 2007, p.100).

A água mineral natural (SEZINANDO, 2013) que tinha a si atribuídas propriedades terapêuticas medicinais, até mesmo por químicos e médicos da época, passou a ser amplamente comercializada com a ajuda essencial da formação de uma imagem da marca e o apreço existente no período pelos produtos importados da Europa na América (SANTOS 2009). Havia, portanto, uma construção da imagem da marca em andamento.

Esse processo de “construção” da imagem de determinado bem de consumo é nada mais que, em termos gerais, conferir significado simbólico a este bem. Dessa forma, o objeto material de consumo (bem ou produto), antes mesmo de entrar no mercado, recebe da empresa (e/ou empresa propagandística) um conjunto de significados simbólicos (MCCRACKEN, 2003) que, através do produto em si e seus suportes de significado (empresa, propagandas, consumidores, etc.) é assim transportado até os outros estágios da vida do bem. Em outras palavras, pode-se dizer que o bem de consumo não tem qualquer valor que não seja nele “embutido” pelos seus fabricantes através de várias formas, como as propagandas publicitárias, e que chega até o mercado e compradores ao longo de sua utilização.

Conforme se tinha o acúmulo de riquezas, tinha-se também a atração das pessoas pelos bens que lhes dão o status dessa riqueza acumulada. O que estamos tratando, então, é uma maneira de perceber que a produção em massa de determinados artefatos, no caso daqueles vinculados ao tratamento e venda de bem estar social, cria um modo particular não só de



subjetividade, como também de sociabilidade. “Se quereis ter bom halito e perfumar o doce **ambiente que vos circunda**, fumai os deliciosos cigarros da Tabacaria Globo o “nom plus ultra” de todos os cigarros brasileiros!” (A CAPITAL, 1917, p. 4. Grifo dos autores).

Corroborando com o contexto da época, ao se abordar o material propagandístico das “Águas de Melgaço”, nota-se a forte intenção de apresentar ao consumidor um produto não poucas vezes idealizado e com propriedades quase mágicas. Frases como “A Salvação dos diabéticos” ou “A mais puríssima e rica das águas” demonstram uma tentativa da marca de, na época, oferecer aos consumidores aquilo que não poderiam possuir, assumindo assim o papel de indicadoras das deficiências da realidade. “Cada anúncio, à sua maneira, é a denúncia de uma carência da vida real” (ROCHA, p.26, 1995).

Se por um lado temos a parte da população que se recusará a se tornar consumidora, até porque não possui meios aquisitivos de consumir uma saúde engarrafada, por outro a elite verá, nas Águas de Melgaço, e em outros engarrafados da época, uma maneira de incremento aos hábitos de consumo que ao mesmo tempo a diferencia como grupo social.

A elite incorporará certos ideais com o objetivo de construir, financiar e ampliar suas distâncias sociais em relação aos menos favorecidos. Quem poderia comprar uma puríssima água trazida diretamente de Portugal?

Os largos calçamentos eram passarelas para a exteriorização de hábitos próprios das elites, práticas de um período em que estavam em efervescência costumes afrancesados ou/e para “inglês ver”. Eram ambientes para encenações da vida [...]. Principalmente as elites e autoridades, enalteciam-se pela nova configuração da cidade e pela vivência de um estilo de vida tido como refinado. [Para elas] estabeleceram-se vários estabelecimentos comerciais com o que era considerado mais inovador e sofisticado. Foram estabelecidas também confeitarias, lojas de vestuário da moda, restaurantes, bares direcionados às elites, armazéns e ferragens, ateliês de modistas e de alfaiates, inúmeros hotéis e restaurantes [...] (SANTOS JÚNIOR, 2013, p.4-5).

Segundo Weinstein (1993), Manaus, ao ter que se transformar num centro urbano e civilizado, e numa tentativa de se diferenciar da categoria de secundária em relação à capital paraense já nos fins do século XIX, passará a oferecer uma vida moderna e cosmopolita baseadas em sua infraestrutura básica: bondes elétricos, Teatro Amazonas, gás e água encanados e iluminação pública².

² A antiga Vila da Barra do Rio Negro e futura Manaus de intenso comércio, começa desde 1867, com a abertura dos portos para o comércio internacional, suas transformações, principalmente no que diz respeito ao estilo de vida da população e a feição urbana. Com o aumento da população de 8.500 habitantes (1852) para 50.300 (1890), sendo agora a maioria de imigrantes (DIAS, 2007), as relações sociais e as dinâmicas a elas implicadas se intensificam. Daí, e também devido ao ideal de “modernidade” e “bom gosto” trazido da Europa (Paris, especialmente), pode-se ver o



Assim, esses costumes são condizentes com outro tipo de postura, que deve também sofrer adaptações próprias de uma atmosfera globalizada. Já não cabia mais uma postura de se creditar seu corpo a uma esfera de cura por práticas mágicas ou simples crendices. Ao contrário, era preciso se apregoar as benemézes da saúde engarrafada, da saúde comprada.

Específico Aurio de Harvey – O Grande Remen Inglês – Cura Infalível – Cura rápida e radicalmente todos os casos de debilidade nervosa, impotência, spermatonéa, perdas seminaes, nocturnas ou diurnas, inchação dos testículos, prostação nervosa, moléstias dos rins e bexiga, emissões involuntárias e fraqueza dos órgãos genitais. Este dispositivo faz a cura positiva em todos os casos, quer de moços quer de velhos, dá força e vitalidade, evigora todo o systema nervoso, chama a circulação do sangue para as partes genitais, e é o único remédio que restabelece a saúde e dá forças às pessoas nervosas, debilitadas e impotentes. [...] Este inestimável específico tem sido usado com grande êxito por milhares de pessoas, e acha-se a venda nas melhores pharmacias e drogarias do mundo (COMMERCIO DO AMAZONAS, 1900, p.3).

Para Sandmann (2003), o uso das propagandas não tem apenas o objetivo de apresentar comercialmente determinado produto, mas principalmente de propagar ou inculir ideias, sejam elas relacionadas a serviços comerciais, políticos, ou ideológicos. Ao se aplicar tal pensamento na presente pesquisa, vê-se que, de forma elegante, mas clara, o material propagandístico tinha por intenção mostrar a água engarrafada portuguesa como sendo fiável quanto as suas propriedades medicinais e também divulgá-la como um produto requintado (afinal, era também uma água de mesa). Confirmando o que diz McCracken (2003), a maior parte do conteúdo que chegava até o público consumidor era o acumulado das aplicações de significado simbólico conseguidos com a utilização de adicionadores desse significado (publicidade).

Figura 1 - Propaganda das “Águas de Melgaço” em jornal português de 1902.

fortalecimento da diferença entre aqueles que podiam consumir e os que não podiam, os que poderiam viver na área central da cidade ou não (de acordo com os códigos de postura), os que podiam circular em via pública e os que não, entre outras.



Aguas Mineraes de Melgaço
Ferruginosas, alcalino-gazozas lithineferas
As melhores para a cura da diabetes, padeci-
mentos de estomago.
intestinos, figado, rins e bexiga
O Grande Hotel do Pezo oferece aos srs. aguitas todas
as commodidades, que se po-
dem exigir em um hotel, tendo casa para banhos, duchas, chuva quente
e fria. Teatros, salão de bilhar, leitura, theatro, capella para dizer
missa e parque para recreio.
Proprietario—Antonio Ranhada, Monsão: Pezo. Endereço telegraphi-
co. Melgaço, Pezo.
Para informações, no deposito das aguas, rua
dos Bacalhoeiros, 129 a 133, Lisboa.

Fonte: DIARIO ILLUSTRADO. **Aguas Mineraes de Melgaço**. Fundador: Pedro Correia da Silva. Editor Responsável: Luiz Augusto de Amorim. Lisboa, quarta-feira 27 de agosto de 1902. 31º anno, N° 10:590, p.4. Disponível em: <http://purl.pt/14328/1/j-1244-g_1902-08-27/j-1244-g_1902-08-27_item2/j-1244-g_1902-08-27_PDF/j-1244-g_1902-08-27_PDF_24-C-R0150/j-1244-g_1902-08-27_0000_1-4_t24-C-R0150.pdf> Acesso em 11 de julho de 2017.

Figura 2 - Anúncio das “Águas de Melgaço” em jornal manauara de 1909.

Aguas Mineraes
de Melgaço e Vidago
Depositaros; Coelho Martins & C.

Fonte: CORREIO DO NORTE. **Annuncios**. Anno I, N. 293. Manáos, sábado, 27 de novembro de 1909, p.3.

Figura 3 – Anúncio da marca em jornal de Manaus, 1913.

Aguas Melgaço
As melhores para os diabeticos.

Fonte: O CHICOTE. **Aguas Melgaço**. Anno I, N.27. Manáos, 29 de dezembro de 1913, p.4.



Figura 4 - Propaganda com ilustração do edifício da fonte nos anos 1920.



Fonte: DELCAMPE, Melgaço. 2007. Disponível em: <https://www.delcampe.net/en_US/collectibles/search?search_mode=all&excluded_terms=&is_searchable_in_descriptions=0&is_searchable_in_translations=0&term=melga%C3%A7o&show_type=all&display_ongoing=ongoing&started_days=&started_hours=&ended_hours=&display_only=ongoing&min_price=&max_price=¤cy=all&seller_localisation=&view=&order=>> Acesso em 17 de julho de 2017.

De trocas simbólicas: da água dos rios às águas engarrafadas

Tratamos aqui de estabelecer uma pesquisa não com o artefato em si: a garrafa de água termal da marca portuguesa, “Águas de Melgaço”. Mas com um contexto que acabou por ser materializado durante o final do século XIX e início do século XX, estabelecido com diferentes partes do mundo, sendo uma delas, Manaus.

Os exemplares estudados no Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça ilustram a frase em alto relevo impressa no vidro da garrafa, e que foram consideráveis na pesquisa que se seguiu. As Águas de Melgaço acabaram por se transformar numa ferramenta para uma análise sociocultural da sociedade manauara através do seu consumo.

Em que se pese que ao analisar a cultura material³ como fruto de uma sociedade e suas especificidades, possa-se também estar considerando como a cultura de consumo modifica a

³ De acordo com Funari (1998), a cultura material é entrevista tanto por arqueólogos quanto por historiadores, de forma que compartilham o mesmo objeto: as dinâmicas e transformações sociais. Assim, estudá-la requer do pesquisador mais do que uma simples interpretação do artefato por si mesmo, isolado. Exige que, como um



própria sociedade, e esta, por sua vez, colore em diferentes tons essa cultura: é um processo recíproco (LIMA, 1985).

Há de se considerar que a cultura do consumo exposta através do marketing das Águas de Melgaço torna-se uma janela ampla na compreensão dos mecanismos que mantêm a sociedade em constante funcionamento e modificação, e como estes são possibilidades de pesquisa e investigação (TRIGGER, 2004).

A “Águas de Melgaço” faz com que reconheçamos as relações entre os bens de consumo e a sociedade manauara, explicados por McCracken (2003), e nos faz entrever e compreender como um bem diferente de todos os outros encontrados no mercado local do período, pode influenciar a cultura de consumo, e nos faz avaliar as possíveis consequências e mudanças sociais causadas pela circulação da marca na cidade de Manaus.

Pode-se reconhecer, através dos resultados até agora obtidos, que o grande sucesso e fama obtidos pela marca em questão não foi apenas o resultado da qualidade do produto ou excentricidade deste. Na verdade, deveu-se muito mais às táticas propagandísticas traduzidas em produção publicitária que, além de ser em grande número⁴, possui agregado em si valor simbólico que pôde atuar de forma a moldar hábitos, influenciar o consumidor e criar uma imagem idealizada do produto, que é a água engarrafada portuguesa em questão.

As Águas de Melgaço na Manaus do início do século XX serviram como fontes de recursos e meios pelos quais podemos visualizar as trocas culturais de uma sociedade de consumo e seus contextos. De elemento da natureza, facilmente obtida nos muitos rios e igarapés da região, usada no lazer, nos balneários públicos, para água engarrafada e consumida por parte da população a “preços módicos” como se lia em seu rótulo.

Esta água medicinal portuguesa como cultura material daquele contexto vem ilustrar o estabelecimento de normas, proibições, tabus e hierarquia político-social estabelecida através da propaganda que massifica seu aspecto curativo e medicinal. “A água, na medida em que é hierarquizada, tem uma história [...]. É em torno destes parâmetros que se constroem as representações sociais sobre a água [...]” (QUINTELA, 2003, p.180).

Levar em consideração que as formas de expressão artística e publicitária relacionadas a produtos medicinais e afins possuem poder de influência no comportamento do público

documento, seja “lido” em seu contexto sociocultural que, no caso deste trabalho, é dizer acerca da produção, consumo e circulação.

⁴ Considerando-se que, além das ocorrências identificadas nesta pesquisa em específico, ainda outras estão em processo de levantamento, são em grande número e em variedade.



consumidor é reafirmar a existência de interações intrínsecas entre o simbólico e imaginário com o meio cultural e material.

A água comum, aquela que mata a sede, também foi utilizada como copartícipe de uma série de ritos formadores da cultura e do consumo daquele contexto. Bem como serviu para extinguir, sanitizar, higienizar e expurgar para a periferia uma série de práticas sociais que não condiziam com a lógica globalizante e capitalista. Contribuindo para uma política de classes na época e tirando a oportunidade daqueles que estavam à margem desse sistema, e cujo paradoxo era o de não possuir meios necessários para consumir a água engarrafada. As Águas de Melgaço não só selaram um contexto em seus rótulos, como também selaram as muitas vidas de quem continuava com sede: ora com a sede de uma sobrevida melhor, ora com a sede de quem a tinha como fetiche de consumo.

Referências Bibliográficas:

A CAPITAL. **Annuncios**. Anno I, N°1. Manáos – Segunda-feira, 16 de julho de 1917, 4p.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

BASTOS, Cristiana et al.. **Das termas aos “spas”**: reconfigurações de uma prática terapêutica. Projecto POCTI/ANT/47274/2002 – Centro de Estudos de Antropologia Social e Instituto de Ciências Sociais, 2002. Disponível em: <http://www.aguas.ics.ul.pt/viana_peso.html>. Acesso em 30 de Maio de 2017.

DIARIO ILLUSTRADO. **Aguas Mineraes de Melgaço**. Fundador: Pedro Correia da Silva. Editor Responsável: Luiz Augusto de Amorim. Lisboa, quarta-feira 27 de agosto de 1902. 31º ano, N° 10:590, p.4. Disponível em: <http://purl.pt/14328/1/j-1244-g_1902-08-27/j-1244-g_1902-08-27_item2/j-1244-g_1902-08-27_PDF/j-1244-g_1902-08-27_PDF_24-C-R0150/j-1244-g_1902-08-27_0000_1-4_t24-C-R0150.pdf> Acesso em 11 de julho de 2017.

COMMERCIO DO AMAZONAS. **Cura infalível**. Anno XXXIII, N°70. Estado do Amazonas, Manaus – Terça-feira, 23 de outubro de 1900, 4p.

CORREIO DO NORTE. **Annuncios**. Anno I, N.293. Manáos, sábado, 27 de novembro de 1909, 4p.

COSTA, Diogo M. **Algumas abordagens teóricas na arqueologia histórica brasileira**. Arqueologia/Artigos, 2013, p.30-32.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. **Propaganda, Felicidade e Consumo**. Revista Lectura, n°3. Fortaleza: Ed. Evolutivo, 2005, 5 p.

DELCAMPE, **Melgaço**. 2017. Disponível em: <https://www.delcampe.net/en_US/collectibles/search?search_mode=all&excluded_terms=&is_searchable_in_descriptions=0&is_searchable_in_translations=0&term=melga%C3%A7o&show_type=all&display_ongoing=ongoing&started_days=&started_hours=&ended_hours=&display_only=ongoing&min_price=&max_price=¤cy=all&seller_localisation=&view=&order=> Acesso em 17 de julho de 2017.



- FUNARI, Pedro Paulo. **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1998.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.
- KERN, A. Alvarez. **Arqueologia Histórica Missioneira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEITE, Antero; FERRAZ, Susana. **O Edifício da Fonte Principal das Termas do Peso (Melgaço)**. A.C.E.R. – Associação Cultural e de Estudos Regionais, entidade parceira do Projecto Vale do Minho Digital, promovido pela Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, 2007. 18p. Disponível em: <www.http://acer-pt.org/> Acesso em 18 de Setembro de 2015.
- LIMA, Tânia Andrade. **Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas**. Comunicação apresentada ao I Seminário de Arqueologia Histórica. SPHAN/FNPM, outubro de 1985, Rio de Janeiro. 13p.
- MANAUS. Lei nº 639, de 13 de setembro de 1910. **Promulga o Código de Posturas do Município de Manaus**. Manaus, AM, 1910, p.163-222.
- MCCRACKEN, Grant. **Cultura & Consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo**. Coleção Cultura e Consumo. Ed. MAUAD; Tradução Everardo Rocha, 2003.
- _____. **Cultura e Consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo**. ERA- CLÁSSICOS. JAN./MAR., 2007, p.99-115.
- O CHICOTE. **Agua Melgaço**. Anno I, N,27. Manáos, 29 de dezembro de 1913, 4p.
- ORSER JR., C. E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte, 1992. Editora: Oficina de Livros.
- QUINTELA, M. M. **Banhos que curam: Práticas Termas em Portugal e no Brasil**. Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa. Etnográfica, Vol. VII (1), 2003, p.171-185.
- ROCHA, Everardo P. Guimarães. **Magia e Capitalismo: um estudo antropológico da publicidade**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- SANDMANN, Antônio José. **A linguagem da propaganda**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2003 (Repensando a Língua Portuguesa).
- SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro. **Manaus da Belle Époque: tensões entre culturas, ideais e espaços sociais**. XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN, julho de 2013, 16p.
- SANTOS, P. A. da Graça. **Mensagens nas garrafas: o prático e o simbólico no consumo de bebidas em Porto Alegre (1875-1930)**. 2009. 185p. Tese (Doutorado em História na Área de Concentração das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Doutorado Internacional em Arqueologia. Porto Alegre – RS, Brasil.



SEZINANDO, S. C. F. G. **Águas Minerais Naturais e Águas de Nascente de Portugal Continental**. Dissertação apresentada no Instituto Politécnico de Beja (IPBEJA), Escola Superior Agrária para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia do Ambiente. Beja, 2013.

THOMPSON, John D. **Assistência e Cura**: Evolução da engenharia hospitalar através dos tempos. In: BRITANNICA, Encyclopaedia (Ed.). *Ciência e Tecnologia – 1980*. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1980. p. 8-27.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência – 1850-1920. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.



Entrevista com Leandro Rust

Leandro Duarte Rust é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, e professor da Universidade Federal de Mato Grosso, onde coordena o Insignia: Grupo de Estudos Históricos sobre poder, sagrado e violência. Foi professor visitante na Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília e The Catholic University of America. Foi editor-chefe da Signum-Revista da ABREM e da Revista Territórios & Fronteiras. Dedicar-se a pesquisas sobre História Medieval, História do Papado e História da Violência.

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Luiz Felipe Anchieta Guerra** e **Camila Neves Figueiredo**, mestrandos da linha de História e Culturas Políticas do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

[Revista Temporalidades]: Vivemos um momento político permeado por grandes incertezas, no qual a produção científica, e em especial o próprio fazer historiográfico, encontra-se desvalorizada e questionada. “Deixe os historiadores para lá”, disse um presidenciável em rede nacional. Por outro lado, as narrativas históricas vêm sendo, como sempre, muito evocadas e apropriadas nos mais diversos contextos e discursos. Tendo em vista esse cenário, qual seria, na sua opinião, o papel do historiador, e da história diante disso? E qual seria a relevância de se estudar a política e seus constructos do passado frente às demandas e questionamentos do presente?

[Leandro Rust]: Os papéis do historiador e da história (como historiografia) nem sempre coincidem. Por vezes, divergem. Temos certa dificuldade ou mesmo uma resistência em lidar com tal cenário. As muitas razões para nos esquivarmos do desafio parecem incluir desde uma escassez de sistematização teórica até o fato da matéria ser usada como um “torniquete social”, como pretexto para estereotipar e desqualificar o conhecimento histórico ou os historiadores. Se a menciono aqui não é para anunciar ideias que suprimiriam a lacuna – o que vai muito além desta reflexão. O faço para explicitar o pressuposto que orienta e limita a resposta que me vem à mente. Dentre as direções pela qual essa pergunta se move, me mantereí numa só: o papel da história como saber específico, como regime de conhecimento dotado de singularidades, em suma, uma forma de consciência cujo principal operador seriam os historiadores. Saber específico, a história impõe exigências aos historiadores (o inverso é igualmente importante e frequente, mas, como dizia, não é o ponto ao qual me aterei). Dentre essas exigências, duas são



cruciais. Dois papéis cuja relevância é ainda mais urgente nestes tempos repletos de ressentimentos represados, ansiedades sublimadas e polaridades declaradas.

Em primeiro lugar, acredito ser papel da história disputar os repertórios intelectuais que as sociedades – sobremaneira, as elites – compõem para explicar a trajetória humana no tempo: é papel da história disputar território intelectual com a memória. Sobretudo a memória elaborada e promovida por poderes institucionalizados – entre os quais deve ser incluída a própria universidade. Claro que história e memória não estão inteiramente separados. Se influenciam, têm grande área de contato e de entrelaçamento. Por outro lado, as características que as distinguem, os núcleos que as definem como práticas intelectuais criam incompatibilidades, tensões, contradições. Eis uma delas: é efeito da memória naturalizar esquecimentos. Ela age mascarando certos filtros de apreensão da realidade como “o óbvio”, como opiniões meramente objetivas. Vejo a memória como parte de um regime cultural que costumamos designar como senso comum. E conforme esclareceu Clifford Geertz, o senso comum enquanto sistema cultural é marcado pela “naturalidade” – ele apresenta as coisas como simples e como dadas –, pela “tenuidade” – aquilo que se apresenta como verdade na superfície, na aparência, é verdadeiro –, pela “assistematicidade” – as explicações não são teóricas ou metódicas –, entre outras características. Como ciência, a história é marcada por outros predicados. Por atributos opostos, ousou dizer. Para um historiador nada é natural, tudo é temporal (inclusive sua própria maneira de explicar as relações entre presente e passado!); o que implica em reconhecer que todo fenômeno social é constituído por um contexto e relações finitas, restritas, situadas. Além disso, a existência humana no tempo não deve ser tomada por suas formas, não deve ser reduzida às manifestações exteriores das ocorrências sociais: tais manifestações obedecem, frequentemente, “a tendência psicológica a simplificar os mecanismos causais”, como pontuou Giovanni Levi. E, por fim, a história é um saber que resulta de um lugar social onde impera uma obrigação de transparência, de explicitar as regras de produção, as normas de composição e de validação, como demonstrou Michel De Certeau. Logo, acredito ser papel do historiador identificar e lidar criticamente com os discursos memorialistas.

Como? Isso é feito de muitas maneiras. Paul Ricoeur cartografou uma grande parte delas em *A Memória, A História, O Esquecimento*; bem como Paolo Rossi, em *O Passado, A Memória, o Esquecimento*: seis ensaios da história das ideias. Mas eu gostaria de insistir em um modo de fazer. Para fundamentar o conhecimento histórico além da memória é preciso exercitar a autorreflexividade. É uma pedra angular da cientificidade não perder de vista que as características epistemológicas listadas acima constituem o próprio ato de compreender. O



memorialista enuncia algo como se as ideias correspondessem ao real sem interferência, como se suas afirmações resultassem de uma transposição direta da ordem das coisas para a ordem das palavras. Já o historiador faz história na medida em que admite que as ideias são movidas pela interação com as evidências tanto quanto pelos padrões de educação e comunicação que orientam o enunciador. O historiador deve se esforçar ao máximo para marcar a historicidade das narrativas que envolvem o passado, para desfazer o corolário de que entre a linguagem que ele opera e o real que investiga há uma relação simples, mecânica, linear, algo metodologicamente inocente. Tenho em mente o alerta de Thomas Khun: é parte da atitude científica desvelar e lidar com a tensão essencial que há entre a eficácia dos métodos e da perícia empírica, por um lado, e os padrões de comportamento e legitimação da comunidade científica, por outro. Esse é o segundo aspecto que enfatizo: é papel do historiador demonstrar que explicar a relação presente-passado é, em si, uma experiência histórica. A compreensão da história é obra de um tempo, é limitada, é resultado de certas regras e aspirações circunscritas. A história, como ciência, não comporta pensamento acabado, definitivo, já pronto. É neste sentido que o historiador deve lembrar que não existe “a verdade” sobre o passado: escrever história é formar olhares plausíveis, por certo que verificáveis objetivamente, mas não irreduzíveis ou de valor intransitivo em si mesmos. Quando se trata da história, ninguém tem ou deve acreditar que possuirá a palavra final ou que sua opinião esgotou o real.

Portanto, pensar historicamente é, em minha opinião, cultivar uma postura contrária ao autoritarismo intelectual, um comportamento democrático na medida em que reforça a experiência da história como saber sempre em construção, instável porque inacabado, variável porque aberto, enfim, território propício para a liberdade e a autorrealização. Conhecimento aberto é fundamental para a existência de uma sociedade aberta – como insistiram Henri Bergson e Karl Popper. Estudar história é, neste sentido, uma questão política, um engajamento político: uma questão de sensibilização para o fato de que a dimensão política está presente em todas as atividades humanas, já que está presente nos modos de encarar o mundo e partilhar essa compreensão com os outros. Por mais misantropo que seja, um intelectual continua sendo um ser político. Ainda que por vias oblíquas, as ideias continuam a ter consequências. Diante do crescimento de posturas autoritárias, anti-políticas e anti-intelectuais, lamentavelmente comuns neste momento que vivemos, esses papéis da história não podem ser desprezados ou subestimados. Ao contrário, eles são não só úteis para avaliar as decisões que empreendemos – ou que estamos prestes a empreender -, mas, igualmente, urgentes.



Urgência que costuma ser mais explicitamente atendida com estudos sobre a política: essa política do conhecimento que tenho descrito é tema vital, emergencial, justamente porque, no início do século XXI, experimentamos a proliferação de uma “teratologia da razão”. Vivemos um contexto que me parece surpreendentemente semelhante àquele caracterizado por Michel De Certeau no brilhante livro *As Possessões de Loudun*. Como sociedade, temos aceitado e tomado decisões com base numa linguagem que se mostra patológica sobre a verdade e bestial a respeito da condição humana. Isto se dá, acredito, porque para muitos grupos – alguns dos quais têm alcançado grande impacto midiático e eleitoral – a racionalidade se tornou apenas o campo de validação de verdades sociais ou emocionais já possuídas ou defendidas. A razão é conformada, colocada a serviço de padrões emocionais. Essa é precisamente a postura que os usos da memória tendem a naturalizar e reforçar; enquanto a história, os desnaturalizaria e relativizaria. Sob este prisma, a Memória tende a sacralizar a política; a história, a humanizá-la.

[RT]: Visando as muitas narrativas históricas distintas, e, conseqüentemente, os mitos e imaginários políticos inerentes a elas. Qual seria a principal diferença entre o que chamamos de história e aquilo que chamamos de mito? Essa distinção sempre é possível/clara? Quais os cuidados que nós, historiadores, devemos tomar quanto a isso?

[LR]: A distinção é possível, sem dúvida! Nem sempre é clara, cristalina. Uma hipótese de trabalho que me mobilizou anos atrás foi indagar a escrita da história praticada através do conceito de “Reforma Gregoriana” como uma prática de elaboração – ou no mínimo, de perpetuação – de certos mitos políticos da primeira metade do século XX. Esse seria um caso da historiografia como território da mitologia. Mas mito e história (essa última, como conhecimento científico) se separam de modo tangível e permanecem separados a maior parte do tempo.

Compreendo mito como uma linguagem predominantemente simbólica. Mas, defini-lo como linguagem não significa confiná-lo a uma função intelectual ou representacional, de expressar parte da realidade, de tematizar relações ou de codificar acontecimentos e seres. O mito é uma forma de ação, de transformação da relação entre as sociedades e o mundo. Os mitos fazem mais do que traçar repertórios de orientação afetiva ou de teatralizar algo já ocorrido. À medida que conferem unidade à heterogeneidade da vida, porque dotam a imagem do mundo de contornos gerais palpáveis, eles demarcam campos para a ação social. Mitos são formas de engajamento, de mobilização. Não são, per se, versões inferiores do real, deficitárias, primitivas ou farsescas. São razões práticas de grande relevância sociológica e histórica. Entendo o mito como pensamento



poético: prático por imaginativo, criativo por ser simbólico. Como lembrou Ernest Cassirer, o mito é visto como errôneo ou absurdo quando adotamos a premissa de que a lógica é o único pensamento válido. Nas escolhas sociais, em nossas aspirações e esperanças cívicas, por exemplo, podemos adotar tal premissa. Mas, como historiadores, devemos reconhecer que sociedades, grupos, classes e indivíduos não o fizeram: e isso não os torna cultural e socialmente incompletos, atrasados ou superficiais.

Por conferir unidade à infinitude das interações que compõem a sociedade, a narrativa do mito tende a fechar-se, a tornar-se autorreferencial: o que, frequentemente, leva à aparência de um descolamento do seu contexto de produção, um distanciamento entre enredo narrado e relações históricas. Talvez indesejada, do ponto de vista científico, tal característica confere ao mito uma elevadíssima performance como senso comum – sigo recorrendo à abordagem de Geertz. Pois essa coesão simbólica, que se mantém mesmo nos enredos que julgaríamos fantásticos, extraordinários ou insólitos, potencializa a praticabilidade e a acessibilidade da trama. Com isso, tal performance supre demandas diárias de sentido e satisfaz certas necessidades sociais. Isto faz com que o cotidiano seja povoado por mitos, mesmo nos dias de hoje, em meio à saturação de mercadorias e utilitarismos.

Esse talvez seja o maior cuidado que o historiador deve cultivar: como ser social, como parte da vida comum, nós estamos imersos em mitos cotidianos, os vivemos muito antes de ingressar na universidade, de praticarmos pesquisa, de avaliarmos métodos ou de escrevermos teses, e prosseguimos vivendo tal realidade em nosso dia-a-dia. Nas redes sociais, na sociabilidade, nas condições de classe, no exercício da cidadania: não estamos fora do alcance de mitos. Mary Midgley escreveu algumas páginas fascinantes sobre isto e as reuniu em um livro sob o título *A Presença dos Mitos em Nossas Vidas*. Ao contrário dela, nem sempre reconhecemos essa presença. Eu diria que nos inclinamos à ideia de que a vida intelectual nos confere uma espécie de nova existência social, como se, há pouco convertidos por alguma forma de santidade do trabalho intelectual, estivéssemos acima do mundo profano do cotidiano social, imunes a tais práticas do senso comum. Não é o caso. Nossa atuação intelectual desenrola-se, em larga medida, na contramão de nossas experiências pessoais e cotidianas, em atrito com elas. Para usar a conhecida expressão benjaminiana: em muitos sentidos, ser historiador é escovar a contrapelo nossas opiniões espontâneas, as maneiras mais imediatas de raciocinar. Para distinguir a história do mito – distinção não só possível, mas necessária! – é preciso aprender a abrir mão de si mesmo, a relativizar certezas, a aceitar o inesperado. Isto, sem dúvida, é muito diferente do niilismo ou de algum “negacionismo”. Trata-se de perceber que viver a ciência é algo que não



fazemos espontaneamente: como sujeitos sociais, imersos na correnteza da vida, buscamos o mundo das certezas; como sujeitos científicos, dispostos a mapear as latitudes do real, ingressamos no reino das dúvidas. Isto é não apenas difícil, mas angustiante, desassossega. Mas, sem isso, acredito que se torna cada vez mais difícil exercitar o pensamento como ato histórico: torna-se cada vez mais árduo reconhecer os limites e o alcance de uma explicação, as condições impostas pelo lugar de fala, a necessidade de transparência de premissas, procedimentos e objetivos – tudo o que o mito tende a transfigurar. Sem isso, são imensas as chances de nomearmos “história” o que não passa de apologia.

[RT]: A história política, ou mesmo a história da política, é muito associada à modernidade, ou por vezes à contemporaneidade. Geralmente não pensamos em termos de política para tratar das temporalidades mais recuadas, com exceção, talvez, da Grécia Clássica e de Roma, e, principalmente, costumamos atribuir ao período medieval uma ausência do político, quase que uma característica antipolítica. O que o Sr., como medievalista, tem a dizer sobre isso? E qual seria o papel dos estudos dos mitos e imaginários políticos deste período?

[LR]: Essa é uma questão que me faço reiteradamente. Vejo muitas implicações e, também, muitos desdobramentos nessa atitude – que, de fato, é muito comum – de recusar a política à Idade Média. Em muitos sentidos, “medieval” é o adjetivo que sacamos para dizer que a política foi engolida ou mesmo anulada pela religião. Por sinal, acredito que essa avaliação já contém a principal ideia que foi suscitada pela pergunta: essa imagem antipolítica da história medieval alimenta-se de um reducionismo histórico. Me refiro ao postulado que fixa a política como resultado de um processo de secularização. Essa ideia é quase um “imperativo categórico” das historiografias. Não me parece acidental que a imagem da política como conjunto de relações sociais concretas se acomode mais ao mundo antigo do que ao mundo medieval: isso decorre igualmente do fato de que explicamos a formação da cultura grega – e com ela, da cultural ocidental – como um processo de secularização das consciências, um longo e doloroso processo de crise das tradições, de esfacelamento da soberania como norma social, de fragmentação do universo religioso. Encontrada numa constelação de autores, que inclui desde Werner Jaeger a Jean-Pierre Vernant, essa caracterização cristaliza uma relação a-histórica, um princípio atemporal, uma “receita conceitual” que precederia qualquer pesquisa: para existir a política é necessário que já tenha ocorrido uma redução institucional da religião a um campo bem delimitado de valores e relações sociais. Ora, disposta nestes termos, a compreensão da história



passa a depender mais da adesão a um raciocínio dedutivo do que da construção do conhecimento a partir das evidências do passado: se na Idade Média, o Cristianismo era institucionalmente hegemônico, se a Ecclesia era uma forma de totalização da vida social – abrangendo muito além do que compreendemos como “religião”, conforme alertou Alain Guerreau –, por conseguinte, não havia a condição necessária para a existência da política.

Esse é precisamente um ponto em que o estudo dos mitos e dos imaginários políticos assume grande valia para a escrita da história: ele proporciona ocasiões privilegiadas para reconhecermos que essa “condição necessária” é um pressuposto lógico - da nossa lógica! -, não dado histórico, não uma limitação dos fenômenos no tempo. Como uma razão prática acessível, o mito e a imaginação podem afetar as lutas pela dominação, interferir nas relações de força de uma sociedade, transformar interesses, afetar as condições de formação de consenso, de legitimidade e legalidade, como pode, também, impulsionar ou frustrar estratégias e táticas sociais. Trata-se de temas onde podemos perceber a distância palpável que há entre certas conjecturas modernas, por um lado, e a realidade histórica, do outro; entre a singularidade das ideias que definem o mundo à nossa volta e a inesgotabilidade das possibilidades humanas no tempo. Em suma, as investigações sobre os mitos políticos são um terreno fértil para demonstrar a história das maneiras de pensar dos historiadores e reabrir as definições a respeito da política, indicando sua complexidade para além das aparências modernas ou atuais. Pode haver relações decisivamente políticas precisamente lá onde não encontramos os traços que nos são familiares a respeito do político. Se uma diferenciação institucional das “esferas de valores sociais” em “a religião” e “a política” – cerne do conceito de secularização – for apenas um caso histórico e não uma regra que paira sobre todos os séculos, talvez a ausência da política na Idade Média seja um “ponto cego” dos historiadores: não uma lacuna do real.

Os mitos e imaginários políticos medievais importam enquanto importam a alteridade e a historicidade dessa dimensão humana que batizamos como “política”. Neste sentido, seu papel me parece ter uma relevância muito próxima àquele já desempenhado por outros territórios de pesquisa, como o da “Teologia Política”, magistralmente explorada por Ernst Kantorowicz.

[RT]: Sobre o seu livro, “Mitos Papais: Política e Imaginação na História”, você poderia, brevemente, nos dizer o que seriam esses mitos em questão? E como você chegou até esse tema? Quais foram as questões que te levaram a se interessar por essa discussão acerca dos mitos papais e o político?



[LR]: A definição de “mitos políticos” que orienta o livro é precisamente essa que articulei nas respostas anteriores: o mito como uma razão prática que expressa tanto quanto afeta relações históricas concretas, uma linguagem predominantemente simbólica que é, ao mesmo tempo, território e objeto das disputas de poder. No caso, a dimensão política foi demarcada por lutas em torno dos espaços públicos e da hegemonia sobre o Estado contemporâneo. O livro decorre de uma pergunta, com a qual sempre me deparava, mas cuja investigação, por diferentes razões, eu adia ou evitava: por que narrativas que extrapolam o debate com evidências documentais se perpetuam em nosso mundo? Numa época profundamente marcada pela presença cotidiana da ciência e por discursos racionalistas e empiristas, por que certas explicações de mundo são perpetuadas como tramas dotadas de uma unidade quase hermética, quase inabalável? Em resumo: por que os mitos se mantêm no bojo da modernidade ocidental, onde a razão é uma espécie de “imperativo herético” – para usar uma expressão cara a Peter Berger?

Para responder a tal problema, me propus a examinar mais detidamente os significados e a funcionalidade de temas popularizados da história do Papado. Temas recorrentes e cuja estrutura narrativa apresentavam indícios de tramas que encorajavam uma relação naturalizada, prática e acessível com certas posições de poder e certos conflitos sociais do período de 1870 a 1950. A investigação me levou à seguinte hipótese: grupos sociais formados no bojo das contradições da modernidade ocidental se lançaram numa corrida simbólica sobre a dimensão política da religião católica, uma disputa sobre as maneiras de lembrar o lugar cabível ao catolicismo nos dias atuais. Uma duradoura luta foi travada pelo controle da memória acerca do catolicismo: pois tal memória não só expressava trajetórias e aspirações políticas, como interferia na constituição do próprio raio de ação desses grupos, deslocando a margem de sucesso de suas táticas e resistências políticas.

A primeira apresentação dos resultados da pesquisa ocorreu em um curso de extensão, iniciado na Universidade Federal de Mato Grosso em março de 2013. Com o título “Uma História dos Papas: o passado e as mitologias políticas”, o curso consistia em aulas onde eram analisados e debatidos diferentes mitos políticos, sendo que todos os encontros eram regidos pelo diálogo com a hipótese de trabalho: os mitos eram partes do processo de construção de posicionamentos políticos coletivos em meio à modernidade. Quando recebi a proposta de publicação pela editora Vozes, decidi sistematizar as conclusões a que havia chegado e, para isso, selecionei cinco dos casos estudados. Foram eles (1) a narrativa sobre a comprovação da fundação da Igreja de Roma pelo apóstolo Pedro; (2) a caracterização apolítica do Cristianismo Primitivo e a “Virada Constantiniana”; (3) o enquadramento das relações entre Igreja e Estado por meio da “Reforma



Gregoriana”; (4) a utilização do Papado Renascentista para mensurar as noções de responsabilidade e julgamento e (5) a centralidade do pontificado de Pio XII nos modos atuais de definição da omissão e da legitimidade. Terminei por identificar cada um desses casos como um capítulo de mitologia política, respectivamente: (1) o Mito do Desejo de Conciliação; (2) a Utopia do Público; (3) o Mito do Estado Involuntário; (4) o Mito do Grande Inimigo; (5) o Mito da Tragédia Deliberada.

Uma questão que continuamente impulsionou à investigação, do curso ao livro, foi uma suspeita. Em meio ao magnetismo da divulgação costumeira desses temas, muitas vezes propagada com um tom sensacionalista, eu suspeitava que a maneira de apresentá-los era um tanto apressada, precipitada e, por isso, reducionista. Me refiro, por exemplo, ao modo como a hegemonia das famílias renascentistas ou a diplomacia com os regimes totalitários surgem na História do Papado: reiteradamente limitados a uma catalogação de curiosidades ou de juízos de valores, tratados como inventários de idiosincrasias biográficas ou exercícios de universalização de uma moral. Havia algum tempo, acredito que desde antes do término do doutorado, em 2010, que eu buscava uma oportunidade para sondar tais casos de outro modo, para refazer o caminho e tentar encontrar outras maneiras de ver e pensar. Os primeiros anos como professores da Universidade Federal de Mato Grosso proporcionaram condições para isso.

[RT]: Por fim, retomando essa ideia de uma Idade Média antipolítica, não seria a própria noção de uma “Idade Média” um dos maiores e mais antigos mitos políticos da história?

[LR]: Acredito que sim! Como mencionei ao responder a terceira questão, eu diria que a Idade Média antipolítica é parte de um “Mito da Secularização”: de uma tendência dominante para naturalizar a imagem de que há política onde já houve secularização. Aqui, porém, cabe marcar a posição: “mito” não quer dizer, per se, falácia ou erro. Ele não é uma ideia fora de lugar – cabe examinar, com atenção redobrada, que lugar é esse. O que quero dizer é: se essa imagem é, de fato, difundida, se é de uso corrente em nossas explicações sobre o mundo, muito provavelmente isso se deve a uma funcionalidade bem-sucedida em nosso dia a dia, a uma correspondência espontânea com aspirações, necessidades e interesses que colonizam nosso cotidiano. Nesse caso, resta indagar: nossa existência é medida suficiente de como a existência transcorreu ou pode ter transcorrido ao longo da história? Nosso presente é a medida de todas as coisas no tempo?



Entrevista com Rodrigo Patto Sá Motta

Rodrigo Patto Sá Motta é doutor em História pela Universidade de São Paulo. Realizou estudos de pós-doutorado e atuou como professor-pesquisador visitante na Universidade de Maryland, e atuou como Professor visitante na Universidad de Santiago de Chile, na Universidad Nacional de Colombia e no IHEAL da Universidade de Paris III (Cátedra Simón Bolívar).. Atualmente é professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do CNPq. Atua principalmente no campo da História Política. Foi presidente da Associação Nacional de História (ANPUH) e co-presidente da Seção História Recente e Memória da Latin American Studies Association.

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Camila Neves Figueiredo** e **Luiz Felipe Anchieta Guerra**, mestrandos na linha de História e Culturas Políticas do Programa de Pós Graduação em História da UFMG e membros da Comissão Editorial da Temporalidades, gestão 2018/2019.

[Revista Temporalidades]: Vivemos um momento político permeado por grandes incertezas, no qual a produção científica, e em especial o próprio fazer historiográfico, encontra-se desvalorizada e questionada. “Deixe os historiadores para lá”, disse um presidenciável em cadeia nacional. Por outro lado, as narrativas históricas vêm sendo, como sempre, muito evocadas e apropriadas nos mais diversos contextos e discursos. Tendo em vista esse cenário, qual seria, na sua opinião, o papel, do historiador, e da história, diante disso? E qual seria a relevância de se estudar a política, e seus constructos, do passado, frente às demandas e questionamentos do presente?

[Rodrigo Patto]: A fala do candidato revela, na verdade, certo incômodo com o trabalho de historiadores que demonstram as falácias de certos discursos políticos atuais. O candidato sugere ao público que não preste atenção aos historiadores porque nossa fala é incômoda. Essa manifestação me faz recordar um editorial recente de jornal da grande imprensa, igualmente contendo críticas ácidas aos historiadores que apontamos no impeachment de 2016 um golpe parlamentar.

Penso que a crítica do candidato aos historiadores indica que estamos no caminho certo e devemos perseverar nele. Até porque no Brasil grassa uma grande ignorância sobre a história do país e do mundo, inclusive entre pessoas letradas. Não se trata de ser ingênuo sobre a capacidade do conhecimento de tornar as pessoas mais democráticas ou mais civilizadas. Certos valores e convicções são arraigados e não será o conhecimento histórico capaz de muda-los. Mas há



mesmo falta de conhecimento sobre questões básicas, tanto por má fé (para manipular) como por ignorância. É o caso do tema do anticomunismo, que discutirei melhor adiante. Muitas pessoas consomem esse discurso de maneira superficial, a partir de noções vagas sobre socialismo. É perfeitamente legítimo que uma parte da sociedade não goste de comunistas e de propostas de esquerda, mas seria melhor para todos se conhecessem seus adversários, para não combaterem alvos errados, ou fantasmas. Haja vista a recente polêmica acerca das versões de que o nazismo seria de esquerda, envolvendo inclusive a Embaixada alemã, com constrangedoras demonstrações de ignorância e superficialidade.

Mas, para responder melhor a sua pergunta vou utilizar trechos de uma conferência feita ano passado em um evento sobre história política, na UFPB, que será publicada brevemente. Penso que a pergunta sobre qual seria o papel da história - especialmente da história política - e dos historiadores no contexto atual deve enfatizar dois pontos. Em primeiro lugar o nosso papel é produzir pesquisas e reflexões que possam contribuir para o conhecimento dos processos sociais e políticos recentes. O segundo aspecto a destacar é a contribuição social da historiografia às discussões públicas e ao debate político, o que implica a questão do engajamento e dos seus limites.

Considerando o primeiro ponto, assim como outros pesquisadores das ciências sociais (os historiadores(as) podem contribuir para o conhecimento do período recente. Temos uma peculiaridade positiva, pois temos a nosso favor uma bagagem mais ampla de conhecimento sobre os contextos econômicos e políticos anteriores, o que permite uma análise em perspectiva temporal, uma mirada de maior abrangência, com capacidade, por exemplo, de perscrutar conexões estruturais. Parece claro que certas questões estruturais – por vezes impasses – voltaram a revelar força marcante, aguçando as disputas políticas. Conflitos que impactaram crises políticas anteriores voltaram a ter vigência, como a polarização entre interesses nacionais versus projetos liberais, ou o embate opondo grupos que demandam reformas sociais contra defensores de perspectivas conservadoras. Além disso, vemos mais uma vez o tema da corrupção alimentando protestos radicais das classes médias e superiores, bem como o medo da mudança social (e cultural) despertando a fúria antiesquerdista/anticomunista de parcelas expressivas da sociedade. Esses embates foram particularmente agudos na crise que abriu caminho ao golpe de 1964 o que sugere, obviamente, a necessidade de comparações e analogias, embora evitando anacronismos e conclusões apressadas.

Quanto ao segundo aspecto, vale dizer que o conhecimento histórico, especialmente no campo político, sempre serviu para a constituição de identidades e para a orientação das pessoas diante



do mundo social. A ação e as escolhas políticas passam muito pela visão que se tem sobre a história. Acho que por isso a história é tão necessária como antes, talvez mais agora. O conhecimento histórico pode contribuir para a formação de cidadãos críticos, ao oferecer-lhes oportunidade de analisar o seu lugar na experiência temporal e conjecturar sobre os caminhos de ação, especialmente nos contextos mais críticos. A história ainda é indispensável para compreender o mundo e para fundamentar decisões e escolhas, na medida em que coloca a experiência humana no tempo em perspectiva analítica.

Em tempos de instabilidade e de polarização política é difícil manter o equilíbrio. Somos tentados a deixar a paixão superar a razão e com isso assumimos mais riscos profissionais. Diante do que está em jogo, eu tenho me arriscado cada vez mais, embora sempre tentando manter o equilíbrio na análise e não perder de vista o compromisso ético com a busca da verdade. Mas, esse compromisso também implica a ação política em favor da democracia.

[RT]: Visando as muitas narrativas históricas distintas, e, conseqüentemente, os mitos e imaginários políticos inerentes a elas. Qual seria a principal diferença entre o que chamamos de história e aquilo que chamamos de mito? Essa distinção sempre é possível/clara? Quais os cuidados que nós, historiadores, devemos tomar quanto a isso?

[RP]: A pergunta é interessante e por isso mesmo demanda resposta complexa, o que não poderia oferecer no momento. O que segue é um comentário ligeiro apenas, que exigiria maior aprofundamento.

Os mitos integram os imaginários dos povos desde as origens, pode-se dizer. Eles são uma forma de compreender e explicar o mundo, geralmente por meio de narrativas sagradas. O caráter sagrado aí não necessariamente implica a religião, embora existam mitos religiosos potentes, mas principalmente o sentido de que tais narrativas não podem ser criticadas. Para os crentes, os mitos devem ser aceitos e respeitados, simplesmente, pois estariam além da possibilidade de crítica. No campo político existem inúmeros mitos e sistemas mitológicos, instituídos à base de narrativas que explicam origens, constroem modelos a serem seguidos, justificam o status quo ou indicam os inimigos e os perigos a serem eliminados.

Propor uma oposição pura e imediata entre o mito como fábula e a história como verdade é demasiado simples, pois as mitologias possuem também conteúdos verdadeiros, especialmente os mitos contemporâneos, que demandam algum grau de veracidade para se tornarem efetivos. No entanto, creio que segue valendo uma distinção que vem do período clássico, quando a filosofia



de base racionalista estimulou a busca da verdade para além das aparências e das tradições sagradas, o que levou ao surgimento da história como forma de conhecimento voltado para as ações humanas. O historiador deve questionar os mitos com base na pesquisa de evidências documentais (de variado tipo, é claro) e também no raciocínio lógico. Em outras palavras, o historiador tem o papel de criticar as crenças estabelecidas, inclusive as mitológicas, desconfiando do caráter sagrado a elas atribuído. E tem um compromisso ético e científico (metódico) com a busca da verdade, um objetivo sempre difícil de alcançar, mas que se fosse abandonado provocaria a perda de sentido do trabalho do historiador. Nesses tempos de fakenews e de tantos discursos mentirosos no campo político, o empenho em buscar a verdade – e, portanto, apontar a falsidade – tornou-se ainda mais importante

Os cuidados que devemos ter, assim, passam pelos procedimentos críticos e a dúvida constante, inclusive, e sobretudo, em relação ao nosso próprio trabalho. Mas não creio que o historiador deva ser uma espécie de iconoclasta permanente, sempre pronto a destruir as convicções alheias. Penso que temos também o papel de construir conhecimentos (firmados em evidências e procedimentos científicos) sobre a história que contribuam para a constituição dos grupos sociais e de identidades políticas, sem o que seria difícil estabelecer uma convivência democrática.

[RT]: Neste ano de 2018, em agosto, realizou-se na UFMG o III Colóquio Internacional Pensar as direitas na América Latina no século XX, conte-nos um pouco sobre a importância desse evento e da sua experiência na organização e realização do Colóquio nesse ano.

[RP]: O evento é uma iniciativa dos colegas Ernesto Bohoslavsky e Stephane Boisard, que realizaram as duas primeiras edições em Paris e Buenos Aires, e nos convidaram a fazer a terceira edição na UFMG. Eu aceitei o convite com entusiasmo, porque precisamos muito discutir o tema das direitas no contexto brasileiro. Claro que a importância das direitas políticas na nossa história é anterior e transcende a conjuntura, mas a guinada direitista que temos vivido no Brasil nos últimos anos, especialmente desde 2014, é um convite urgente à reflexão. Portanto, fazer esse Colóquio na UFMG foi uma maneira de chamar atenção para a necessidade de pesquisar mais o campo da direita no Brasil, com abordagens tanto de historiadores como de cientistas sociais. Assim, um dos objetivos era gerar estímulos para que novos pesquisadores se dediquem a essa temática. Outro objetivo fundamental foi reunir e trazer a Belo Horizonte pesquisadores



estrangeiros que se dedicam ao mesmo tema em outros países da América Latina, seja com olhares voltados para objetos singulares seja fazendo estudos comparativos ou conectados.

Os debates que resultaram do Colóquio foram muito estimulantes e ajudaram a consolidar o campo de pesquisas e também a alargar os horizontes. Muitos desdobramentos vão surgir na sequência desse Colóquio dedicado às direitas, sendo o mais imediato deles a produção de um livro reunindo a maioria das conferências apresentadas. O propósito dessa iniciativa acadêmica não é provocar intervenções imediatas no campo político, mas, principalmente, produzir conhecimento que ajude as pessoas a entender os processos em curso no país e na região, e quem sabe oferecer instrumentos para a eleição de caminhos e opções diante dos desafios políticos.

[RT]: Na conferência, Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil, você fala da importância de se pensar a construção do antipetismo, do anticomunismo e na apropriação desses discursos pelas direitas brasileiras. Esses movimentos se apoiam em mitos e imaginários políticos para a sua sustentação social? Como você diria que esses elementos se relacionam?

[RP]: O objetivo do trabalho é contribuir para o estudo do antipetismo, que se tornou fenômeno marcante no atual cenário, inclusive com implicações decisivas na campanha eleitoral de 2018, ao ponto de candidatos da direita disputarem sofregamente o voto antipetista. O ponto central da conferência é mostrar como o anticomunismo tem sido reconstruído/reapropriado no período recente, em meio à onda direitista, e em que medida ele dialoga com e inspira as representações antipetistas. Para muitas figuras da direita atual não existe diferença apreciável, eles vêem o petismo como a última encarnação do perigo comunista, por isso a utilização da expressão comunopetismo. A recusa integral e militante ao petismo em muito se assemelha à tradição anticomunista, da qual líderes da direita atual se apropriaram para atacar os governos liderados pelo PT. Nesse sentido, os mitos e o imaginário anticomunista têm sido reciclados para dar corpo a algumas representações antipetistas, de maneira a mobilizar sentimentos de repulsa ao PT, a seus líderes e seus candidatos.

Haveria vários pontos a explorar nessa linha de análise, mas vou destacar apenas alguns aspectos. Um deles é o tema do comunismo como fenômeno essencialmente maléfico, que necessariamente provoca a violência em larga escala. Os propagandistas de direita divulgam estatísticas infladas das mortes provocadas pelos regimes comunistas (URSS, China, Cuba), apontando números que oscilam entre 100 e 200 milhões de assassinatos no século XX. E em



seguida utilizam o artifício retórico de apresentar o PT como herdeiro de tais regimes, sugerindo que os petistas no poder significariam o mesmo perigo de provocar morte e violência. Na mesma linha de conexão com o comunismo, ou com suas representações, o petismo é apresentado como projeto intrinsecamente autoritário, de modo que o seu governo estaria fadado a destruir a democracia. Neste ponto podemos retomar a distinção entre mito e história discutida a pouco. De fato houve violência e autoritarismo nos regimes comunistas, mas o tema é tratado de maneira simplificada e caricata, sem considerar os contextos e as disputas políticas travadas contra os adversários, nem as estratégias de poder que foram construídas, como se os comunistas fossem criaturas intrinsecamente más e sedentas de sangue. Além disso, tal associação dos petistas com o comunismo desconsidera as críticas agudas desse partido ao legado soviético e, pior ainda, não leva em conta as práticas reais do PT no poder durante seus quase quatorze anos de governo. Se a esquerda tivesse construído uma ditadura no Brasil estaria no poder até hoje, obviamente, e não teria deixado segmentos do próprio aparato estatal como a polícia e o judiciário desestabilizarem o seu governo. Mas, como temos visto, muitas pessoas no Brasil não se preocupam em refletir criticamente sobre os discursos que denunciam uma “ameaça comunista” rediviva, aceitando sem mais esta versão reciclada do velho perigo vermelho. O impacto político dessa operação salta aos olhos, cabendo a nós analisar e apontar o fenômeno.